Quinta-feira, 2 de abril de 2009 | Ano 9 | Número 2230 | R$ 3,00

Valor ECONÔMICO

Estrutura de combate aos crimes financeiros vai ser ampliada A18

Motorola passa a fabricar scanner para automação comercial no Brasil, diz Vanderlei Ferreira B3

www.valoronline.com.br

Destaques

PPPs em medicamentos
Governo federal anuncia parcerias público-privadas (PPPs) entre laboratórios oficiais e indústrias farmacêuticas para a produção de insumos farmacológicos. A intenção é economizar até R$ 160 milhões por ano com compras governamentais. **A6**

Recessão americana
Os gastos no setor de construção nos EUA em fevereiro diminuíram 0,9%, marcando o quinto mês consecutivo de queda. Na área residencial, a retração foi de 4,3%, o que levou a atividade nesse segmento ao menor patamar em 11 anos. No segmento não residencial houve pequena alta 0,3%. **A15**

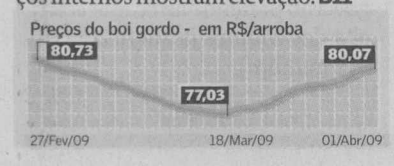
Uma visão diferente da crise
Essilor (Varilux) e Carl Zeiss Vision, as duas maiores fabricantes de lentes para óculos no Brasil, investem para aumentar a produção. A fábrica da multinacional francesa em Manaus vai crescer 25% e a de sua concorrente alemã, em Petrópolis, 15%. **B1**

À prova de quedas
Com aporte de capital de dois novos sócios investidores do Rio, a By Cristo, de São Carlos (SP), espera aumentar a produção de triciclos motorizados de 20 para até 50 unidades/mês até o fim de 2010, diz o empresário Christopher Prado. **B5**

Toyota mantém planos
A Toyota inicia este mês os trabalhos de terraplenagem no terreno de Sorocaba (SP) onde construirá sua nova fábrica. Fornecedores japoneses de autopeças também vão se instalar no país para abastecer a unidade, que deve ser inaugurada em 2011. **B6**

Pacote habitacional
De olho nos recursos do pacote habitacional do governo, anunciado na semana passada, a construtora mineira MRV já encaminhou à Caixa Econômica Federal (CEF) uma planilha com projetos para 90 mil moradias. Em 2008, a empresa lançou 14 mil. **B8**

Carne em recuperação
As exportações de carne bovina in natura voltaram a recuar em março, em relação a igual período de 2008, mas o ritmo de queda diminuiu, sinalizando um movimento de recuperação após meses de perdas em decorrência da crise global. Como resultado, os preços internos mostram elevação. **B11**



Estrangeiros voltam à Bolsa
Com números não tão ruins da economia americana e puxada pelo investidor externo, a Bovespa subiu 2,57% ontem, aos 41.976 pontos. Só em março, até o dia 27, o saldo líquido dos estrangeiros era positivo em R$ 2,1 bilhões, o maior desde abril de 2008. **D2**

Indicadores

Bolsa NY (01/04/09)	**2,01 %**	6,0 bi de ações
Bovespa (01/04/09)	**2,57 %**	R$ 4,3 bi
Nasdaq* (01/04/09)	**1,51 %**	2,2 bi de ações
IVBX-2 (01/04/09)	**1,43 %**	-
Dólar comercial	Mercado	2,2780/2,2800
(01/04/09)	BC	2,2891/2,2899
Dólar turismo	São Paulo	2,1700/2,4100
(01/04/09)	Rio	2,2700/2,3600
Euro	R$/€ (BC)	3,03054/3,03229
(01/04/09)	US$/€ (BC)	1,32390/1,32420
Juros Selic meta - ao ano	(01/04/09)	11,25%
Selic over - ao ano	(01/04/09)	11,16%
Selic efetiva - ao ano	(01/04/09)	11,16%
DI over ** - ao ano	(01/04/09)	11,13%
DI Futuro - ao ano	Jan/10	9,670%
TR	(31/03 a 01/05)	0,1045%

* Composite ** Cetip, taxa efetiva.

ISSN 1517-9710
9 771517 971008 02230

Resultado das companhias abertas piora no trimestre

Silvia Fregoni, Graziella Valenti e Nelson Niero
De São Paulo

O pior da crise financeira mundial para a atividade das empresas ainda está por vir. É no resultado do primeiro trimestre deste ano que as reduções nas vendas e nas margens devem ficar mais evidentes. Apesar da instabilidade global ter se acentuado em setembro, as companhias ainda conseguiram no quarto trimestre sustentar os indicadores operacionais dos negócios. Esse feito ficou escondido nos balanços anuais, pois a disparada do dólar multiplicou as despesas financeiras, reduzindo o lucro líquido.

O faturamento e o lucro operacional de 221 companhias abertas subiram no quarto trimestre do ano passado, em comparação ao mesmo período de 2007, quando a economia ainda estava a todo vapor. A receita líquida cresceu 13,8%, de R$ 203,8 bilhões para R$ 232 bilhões, segundo levantamento do **Valor**. O lucro operacional acompanhou a tendência, com alta de 13,1%, para R$ 37,9 bilhões. Ou seja, as empresas conseguiram ampliar o resultado das vendas e também administrar custos de forma a manter os ganhos — as margens no quarto trimestre de 2007 e de 2008 foram iguais: 16%.

Já o lucro líquido das companhias caiu mais de 43%, passando de R$ 23,8 bilhões para R$ 13,5 bilhões. Tudo porque a despesa financeira explodiu 1.045%, saindo de R$ 2,2 bilhões para R$ 25,2 bilhões. Nem todo esse valor significa despesa paga de imediato, com efeito sobre o caixa.

O salto no gasto financeiro reflete a valorização de 22,5% do dólar ante o real, o que levou a um aumento em moeda local das dívidas indexadas à moeda americana. Além disso, essa é a conta em que se encontram as perdas com derivativos — somente Sadia e Aracruz contribuíram com R$ 7 bilhões ou 28% do total.

"Foi uma safra de resultados bastante atípica. Além do efeito do dólar, houve o episódio com os derivativos", diz Reginaldo Alexandre, presidente da Associação de Profissionais de Investimentos no Mercado de Capitais de São Paulo, que também lembrou o impacto da adoção das novas regras contábeis, com a Lei nº 11.638.

No primeiro trimestre de 2009, a lógica dos balanços deve se inverter. Enquanto o resultado operacional piora, o resultado financeiro tende a trazer algum alívio e diminuir a pressão sobre o lucro. **Página D4**

BC compra US$ 3,5 bi, mas dólar cai

Cristiane Perini Lucchesi
De São Paulo

Pela primeira vez desde 15 de setembro, quando a crise mundial se agravou e derrubou o valor do real, o Banco Central deixou de rolar swaps cambiais. Nesta semana, venceram US$ 7,5 bilhões desses contratos, mas o BC só rolou US$ 4 bilhões. Na prática, a autoridade monetária fez uma compra líquida de US$ 3,5 bilhões no mercado futuro. Apesar disso, não houve pressão de alta do dólar. Ontem, a moeda caiu 1,63%, para R$ 2,28. Isso indica que houve fluxo suficiente, no mercado à vista ou futuro, para repor os US$ 3,5 bilhões e até um pouco mais. Analistas veem sinais de que a crise de desvalorização do real está chegando ao fim e preveem que a cotação do dólar possa se aproximar dos R$ 2. **Página C2**

Indústria tem a pior queda desde 1994

Sergio Lamucci
De São Paulo

Nos últimos 15 anos, nenhuma das cinco crises que afetaram o Brasil teve um impacto sobre a indústria tão grande como a atual. Entre setembro e dezembro, a produção industrial recuou 20,1%, taxa nunca antes atingida nas crises anteriores, segundo a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib). Anteriormente, a pior retração foi decorrente do colapso do México, quando a indústria caiu 12% entre dezembro de 1994 — o início da crise — e o fundo do poço, alcançado em setembro de 1995.

O estudo realizado pela entidade pesquisou ainda o tempo que a indústria demorou para voltar ao patamar de produção anterior à crise. Nas últimas cinco crises, também foi a mexicana que se prolongou por mais tempo — foram 33 meses até o setor recuperar o padrão perdido.

Em fevereiro, a produção industrial caiu 17% em relação ao mesmo mês do ano passado, um tombo quase idêntico aos 17,2% de janeiro. O resultado foi 1,8% melhor que o de janeiro, na série com ajuste sazonal. **Página A4**

AP/JOHN STILLWELL/POOL

Chefes de Estado do G-20 posam no Palácio de Buckingham: primeiro-ministro Gordon Brown à direita da rainha Elizabeth e Lula, à esquerda

Pacote do G-20 terá US$ 1,15 tri

Assis Moreira
De Londres

Com a estimativa de que a recessão global já criou 38 milhões de desempregados, o presidente Lula vai sugerir hoje, na reunião do G-20, que a crise precisa ser combatida com coragem pelos EUA e pelos demais países ricos. Apesar da cobrança, Lula reduziu as expectativas sobre os resultados de hoje. Disse que a reunião "não será fácil", por causa de divergências. "Se o G-20 brecar a crise nos países ricos, já está bom", afirmou, durante viagem de trem de Paris a Londres. Lula "afinou a orquestra" com o presidente francês, Nicolas Sarkozy, para cobrar reformas no sistema financeiro mundial.

O G-20 deve aprovar hoje um pacote de US$ 1,15 trilhão para restabelecer o fluxo de créditos para os países emergentes, duramente afetados pela crise. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, informou que o FMI terá mais US$ 250 bilhões para uma linha de crédito ampliada. Outros US$ 250 bilhões virão com a emissão de Direitos Especiais de Saque (DES). O Japão concordou em fornecer US$ 100 bilhões do pacote, a União Europeia, US$ 100 bilhões e a Noruega, US$ 40 bilhões. O Banco Mundial oferecerá até US$ 250 bilhões. O Brasil também está disposto a conceder empréstimo ao Fundo, segundo Lula. **Página A14**

Demissões elevam receita de laboratórios

Beth Koike
De São Paulo

Com a onda de demissões pelo país, mais pessoas estão correndo para os consultórios médicos e os laboratórios estão vendo suas receitas crescerem. Com o agravamento da crise, de novembro a fevereiro o número de exames realizados no país aumentou 9,3%, segundo a Aon Consulting. O Grupo Fleury registrou essa demanda em seu balanço financeiro. No quarto trimestre, a receita bruta cresceu 24,5%, para R$ 183 milhões. "Percebemos uma 'superutilização' dos planos por parte dos nossos clientes. Muita gente está com medo de ser demitida e perder o benefício e por isso faz uma série de exames", explica Mauro Figueiredo, presidente do Fleury. A Dasa também teve faturamento maior no quarto trimestre.

Os planos de saúde estão na outra ponta desses gastos. Os usuários demitidos, ou com medo de serem dispensados, estão provocando um aumento das despesas das operadoras. **Página B4**

Após 15 anos, credores ainda esperam pelo 'espólio' da CAC

Patrick Cruz
De Mogi das Cruzes e São Paulo

Quinze anos depois da quebra, a Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC), então a maior do país, continua a ser desmontada. Na sexta-feira passada, foi realizada a primeira rodada de leilões de ativos deste ano, com 55 terrenos e imóveis avaliados em R$ 48,3 milhões. Os lances superaram R$ 25 milhões, mas alguns pediam parcelamento ou descontos e não foram efetivados imediatamente.

Mesmo com a intensificação dos leilões — a partir deste ano serão feitos a cada dois meses, o próximo no fim de maio —, a tarefa de pagar todos os credores será impossível. Em setembro de 1994, os débitos chegavam a US$ 900 milhões, em valores da época. Hoje, atualizadas até 28 de fevereiro, as dívidas são de pouco mais de R$ 3,3 bilhões. Isso sem contar R$ 484 milhões em débitos tributários com a União, Estados e municípios. **Página B12**

Crise também atinge estrelas de Hollywood

Lauren A.E. Schuker
The Wall Street Journal

Com a necessidade de cortar custos, Hollywood decidiu espremer seus astros. Durante quase dez anos, as maiores estrelas do cinema fechavam acordos pelos quais recebiam uma porcentagem — de até 20% — da receita de um filme mesmo que ele fracassasse e desse prejuízo ao estúdio. Essa era ficou para trás. Para dois novos projetos, a Paramount Pictures acabou com os acordos, embora tenha conseguido atores populares. Em "Dinner for Schmucks", com Steve Carrell, e "Morning Glory", com Harrison Ford, os atores aceitaram contrato no qual recebem parte da receita, mas só depois que o estúdio recuperar os custos. **Página B2**

Ideias

Eliana Cardoso: países em acordos regionais se parecem com famílias infelizes em casamentos fracassados. **Página A2**

Maria Inês Nassif: em um país injusto, o STF, a mais alta Corte, não pode perder sua imagem de mediador. **Página A12**

Brasil

Motorola diversifica atividades e decide produzir scanners no interior de SP **Página B3**

Toyota inicia terraplenagem de área em Sorocaba (SP), onde construirá nova fábrica **Página B6**

ELIANA CARDOSO

Diário de viagem

Com direito a concerto de jazz no "Snug Harbor", não havia como recusar o convite. Lá fui eu à Universidade de Tulane em New Orleans para a conferência do Banco Mundial sobre as políticas comerciais dos Brics.

Cada um deles tem seu acordo regional. O Brasil, o Mercosul. A Rússia, o Eurosec. A China, o Asean+3. A Índia, o Safta. Cada um a seu modo percorreu estrada parecida com a do Brasil, cujo caminho (nas décadas de 50 e 60) começou com forte protecionismo em busca da industrialização. O país prosseguiu viagem através da promoção de exportações nos anos 70, até chegar à liberalização unilateral e, finalmente, desembarcar na assinatura de acordos preferenciais de comércio.

Depois de 18 anos de vida, o acordo que deveria integrar Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai permanece permeado de contradições. Vários produtos continuam sob regime especial. A lista de exceções à tarifa externa comum sofre revisões ditadas por choques passageiros. Cobra-se a tarifa de importação sobre produto importado de país fora do bloco cada vez que o produto é reexportado dentro do bloco.

Sem objetivos comuns, dificilmente o acordo pode chegar a bom destino. O Brasil vê o Mercosul como uma plataforma estratégica para aumentar sua estatura internacional. A Argentina o vê como a solução mais fácil para crises de curto prazo.

Grandes diferenças separam o Brasil de seus sócios, pois ele representa entre 70% e 80% do território, população, PIB e comércio dos quatro países. Desde 2003, nossas exportações para os outros membros do Mercosul vêm crescendo com maior rapidez do que as deles para nós. O resultado são superávits que, somados à desvalorização do real em relação ao dólar, tendem a agravar os ressentimentos dos parceiros, que reclamam das assimetrias entre o Brasil e o resto do grupo.

Entre 2003 e 2007, as exportações do Brasil para a Argentina cresceram 35% (contra 23% da Argentina para o Brasil); 23% do Brasil para o Paraguai (contra 7% do Paraguai para o Brasil); 33% do Brasil para o Uruguai (contra 11% do Uruguai para o Brasil). Para o Paraguai e o Uruguai, os déficits com o Brasil seriam a prova de que o Mercosul lhes traz poucos benefícios. A Argentina teme que a crescente penetração de produtos industriais brasileiros ameace o desenvolvimento de seu setor manufatureiro.

Parceiros de bloco teriam subsidiado nossa indústria

A evidência empírica parece indicar que as assimetrias das quais nossos parceiros se queixam são tão reais quanto as medidas protecionistas adotadas pela Argentina. No trabalho "Regionalism as Industrial Policy in Developing Countries", Pedro Moncarz, Marcelo Olarreaga e Marcel Vaillant (das universidades de Córdoba, Genebra e Montevidéu) apontam evidência consistente com a hipótese de que o Brasil atingiu objetivos industriais à custa dos parceiros do Mercosul.

Preferências outorgadas a exportadores brasileiros levaram ao aumento das exportações do Brasil para a Argentina, Paraguai e Uruguai de bens relativamente sofisticados, na produção dos quais nosso Patropi não tem vantagem comparativa em nível global. Os três países teriam pagado o custo do desvio de comércio ao trocar as importações de produtores mais eficientes por importações do Brasil. Dessa forma, teriam subsidiado nossa indústria. Além disso, o Brasil teria se beneficiado da criação de comércio, porque aumentou as importações da Argentina, Paraguai e Uruguai de bens na produção dos quais os parceiros gozam de vantagem comparativa em nível global.

Os desvios de comércio e as desavenças do Mercosul são comuns aos acordos preferenciais dos outros Brics. Os grupos de países envolvidos em acordos regionais se parecem com famílias infelizes em casamentos fracassados, onde interesses empedernidos impedem o divórcio. Dentro de alguns anos, os economistas haverão de documentar os custos dos acordos preferenciais, como já documentaram os das políticas de substituição de importações e dos controles de câmbio nas décadas passadas.

Antes de voltar a Sampa, parei em Washington para ver "Íon", em cartaz no Shakespeare Theater. A montagem moderna do drama com final feliz, que Eurípedes escreveu há mais de 2.500 anos, está alegre e divertida. Apolo engravida Creusa, princesa de Atenas. Com medo do rei, ela abandona o recém-nascido, que Hermes leva para Delfos e deixa a cargo da sacerdotisa do templo. Creusa casa-se com Xuto. O casal não consegue ter filhos e vai a Delfos consultar Apolo, que mente para Xuto: o primeiro jovem que você encontrar no templo é seu filho, diz ele. Xuto depara-se com Íon (o filho abandonado de Apolo e criado no templo) e acredita que ele é o fruto de uma aventura dionisíaca que vivera antes do casamento. Alegria, alegria.

Mas Creusa, indignada, porque suspeita que Apolo deixara seu filho morrer enquanto protegia o filho ilegítimo de Xuto, planeja envenenar Íon. Para tanto, tem duas gotas do sangue das Gôrgonas. Uma gota dá vida eterna, a outra mata. O plano fracassa. Creusa é condenada. A sacerdotisa aparece com a cesta e a roupa na qual Creusa envolvera o bebê antes de abandoná-lo. Atenas desce do céu de asas abertas e vestido esvoaçante para resolver a pendenga. O final feliz não consegue apagar os sentimentos negativos que a história desperta, nem a ironia e o ceticismo religioso de Eurípedes. Se os deuses mentem, não há como conhecer a verdade.

A ida ao teatro interrompeu a redação da coluna. Agora é preciso retomar o fio da meada. Vamos lá. Os reis gregos estavam em maus lençóis com o destino nas mãos de deuses malucos. Os governantes de hoje também, porque o deus mercado é cheio de manhas. Guiados por lobbies, os governos repetem erros passados ao substituir tarifas antigas por acordos preferenciais. Como o sangue mau das Gôrgonas, esses acordos matam o livre comércio. Desconfio que o comércio livre é missão impossível — como aquela imposta pelo "conhece-te a ti mesmo" no portal do templo de Apolo, o deus mentiroso.

Eliana Cardoso é professora titular da EESP-FGV e escreve, quinzenalmente, às quintas-feiras

Home page www.elianacardoso.com

Valor Análise Setorial ACESSE E ADQUIRA SEU ESTUDO. http://setorial.valor.com.br

No centro de SP, cigarro "paraguaio" é vendido por R$ 1 a menos que o legal

Samantha Maia
De São Paulo

Caminhando pelo centro de São Paulo é possível encontrar entre as barracas de camelôs algumas bancas de madeira onde são vendidos cigarros e cartões telefônicos. O preço do maço varia, R$ 1,20 ou R$ 1,30, dependendo da marca. O valor, cerca de R$ 1 mais baixo do que o do produto mais barato do mercado legal, caracteriza a venda de cigarros "paraguaios", mercadorias contrabadeadas e sem controle sobre a fabricação.

Na segunda-feira, o governo federal anunciou que elevará a tributação sobre cigarros, o que deve aumentar ainda mais essa diferença de preços. As grandes empresas do setor criticam a medida sob o argumento de que ela vai impulsionar o comércio ilegal do produto.

Nos arredores da Catedral da Sé, vê-se pessoas caminhando apreensivas com suas bancas de cigarros dobradas debaixo do braço assim que notam a presença do "rapa", como é chamada a fiscalização da Guarda Civil Metropolitana. A presença da Guarda é massiva na região, mas mesmo assim não impede a atuação dos camelôs.

Segundo um policial, que não quis ser identificado, a venda de cigarros contrabandeados é pouco representativa no universo dos vendedores ambulantes. "Existem poucos vendedores de cigarros se comparado com os de CDs, relógios", diz o policial. De acordo com ele, é muito complicado fazer apreensão de mercadorias na rua por conta da agilidade com que os camelôs fogem com seus produtos. Isso faz das vendas ilegais uma atividade migrante no centro paulistano. "Eles estão onde a fiscalização não está", diz o guarda.

Uma vendedora que buscava espaço longe dos policiais na Praça da Sé informa que o maço mais barato custa R$ 1,20. "São todos paraguaios", diz, mostrando fileiras de Eight, Derby, US, Vila Rica, TE, Minister, Record, San Marino e Euro. Ela conta que o Eight é o mais vendido, mas todos têm saída. E o Derby? "É paraguaio." Ela não acredita que o aumento do preço do cigarro legal vá melhorar suas vendas. "Não acho que tenha a ver."

Fábio C. tem 23 anos e fuma desde a adolescência. Até os 19 fumava os cigarros paraguaios por causa do preço mais baixo. Na época, conta que pagava R$ 0,50 um maço pequeno com dez cigarros. "Gostava do Eight, e costumava ir no Parque Dom Pedro II ou num bar na rua 13 de Maio que só vendia cigarros ilegais", diz. Quando conseguiu seu primeiro emprego, resolveu gastar um pouco mais e mudar seu consumo para uma marca legalizada. "Hoje eu posso pagar por uma marca melhor, mas não vejo problema de fumar os contrabandeados caso o preço do cigarro que eu fumo hoje aumente muito", diz Fábio. Por enquanto, ele não acha que seja o caso.

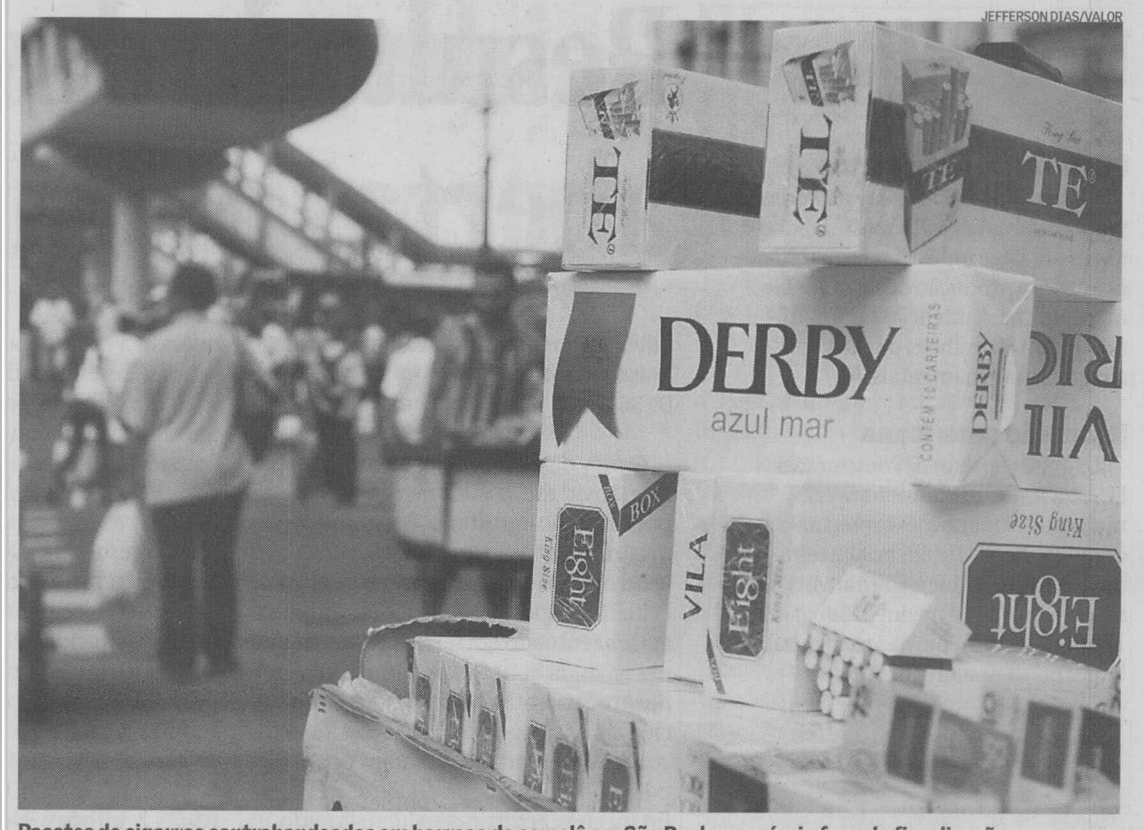
As marcas de cigarros contrabandeados são antigas no mercado e conhecidas dos fregueses, homens e mulheres, normalmente de renda baixa e que frequentam o centro, segundo os camelôs. Fábio conta que algumas das marcas têm até slogan, como a TE. "Melhor TE do que não ter", diz o trocadilho.

Maira F., namorada de Fábio, também é fumante e diz que só pensaria em mudar seu consumo para cigarros contrabandeados se a diferença de preço fosse muito grande. "Por R$ 1,00 de diferença não acho que valha a pena mudar, sem falar que os paraguaios só são vendidos em lugares com muitos camelôs, o acesso não é tão fácil assim", diz ela.

Um camelô do Parque Dom Pedro II trabalha com venda de cigarros e cartões telefônicos há seis meses na região. Ele diz que costuma faturar R$ 30 por dia vendendo em média cinco a dez maços, mais os cartões. A concorrência não é muito grande. Perto dele, apenas mais um vendedor, que olha desconfiado para a conversa. Os preços são como na Praça da Sé, mas pechinchando dá para levar por R$ 1,00. "Estou aqui para vender." Os cigarros soltos saem por R$ 0,15. Como a vendedora da Sé, ele não acredita que vá vender mais por causa da alta de impostos sobre o cigarro legal. "Quem compra o original não vem aqui comprar o paraguaio, são só as pessoas que não têm condição mesmo", diz ele.

No Rio de Janeiro, Luiz Rogério Nascimento, vendedor de uma tabacaria no centro da cidade, diz que a repressão ao cigarro ilegal está muito forte e que só é possível encontrar o produto nas favelas. Segundo ele, as vendas na tabacaria devem cair após o aumento do preço, mas segundo experiências anteriores elas costumam voltar ao normal rapidamente. *(Colaborou Chico Santos, do Rio)*

JEFFERSON DIAS/VALOR



Pacotes de cigarros contrabandeados em barraca de camelô em São Paulo: comércio foge da fiscalização

Estudo descarta relação entre preço maior e comércio ilegal

Chico Santos
Do Rio

O argumento das grandes empresas do setor de cigarros de que o aumento da tributação vai aumentar o comércio ilegal do produto, hoje calculado em 30% do mercado total, é contestado por um dos mais conhecidos estudiosos do mercado, o economista argentino naturalizado brasileiro Roberto Iglesias, professor da PUC-Rio.

Em estudo feito no ano passado para a organização não-governamental Aliança de Controle do Tabagismo (ACTbr), Iglesias apresenta dados, segundo os quais entre 1998 e 2003 os preços reais dos cigarros caíram cerca de 17%, enquanto o comércio ilegal baixou apenas de 37% para 32% do mercado, permanecendo depois no mesmo patamar, apesar de o preço real ter voltado a subir. "Fica óbvio que não há uma relação clara entre o mercado ilegal e o preço do cigarro", diz o estudo.

Ontem, Iglesias disse ao **Valor** que enquanto a carga tributária federal no Brasil cresceu de 15%, em 1992, para entre 24% e 25% no ano passado, o Imposto sobre Produto Industrializados (IPI) dos cigarros não acompanhou o mesmo movimento e até perdeu importância na arrecadação, passando de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) do país em 1992 para 0,10% em 2007.

Segundo ele, o aumento do IPI é necessário, porque o cigarro causa males que impactam nos gastos presentes e futuros do Sistema Único de Saúde (SUS), gastos que, na sua opinião, devem ser cobertos pelos fumantes.

Para Iglesias, o combate ao contrabando de cigarros não se faz com redução de impostos, como argumenta a indústria, mas com políticas específicas que vão do aumento da repressão a negociações com o governo paraguaio para que o país vizinho, principal fonte do produto ilegal, legalize suas exportações. Segundo ele, o governo paraguaio já vem, unilateralmente, desenvolvendo estudos para fazer a legalização. Do lado brasileiro, o economista reconhece que tem havido aumento do combate à ilegalidade.

Segundo dados da revista "Tobacco Reporter Magazine", publicados em abril do ano passado, o Paraguai exporta ilegalmente por ano 37 bilhões de cigarros, dos quais 19 bilhões teriam o Brasil como destino. Segundo nota divulgada pela Souza Cruz a respeito da decisão do governo de elevar o IPI e o PIS/Cofins dos cigarros a partir de 1º de maio, o mercado ilegal, compreendendo contrabando e sonegação, correspondem a uma perda tributária de R$ 1,8 bilhão para o país, quase o dobro do que o governo pretende arrecadar com a alta dos tributos já anunciada (R$ 975 milhões).

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

AES Eletropaulo **B9**
AES Sul **B9**
AES Tietê **D1, D3**
AES Uruguaiana **B9**
Affinity Equity Partners **B4**
Agra **B8, B11**
Agroflora **B12**
Airbus **B7**
Akaer **B7**
Alcoa **B9**
Allianz **C2**
Americanas.com **D3**
Amil **B4**
Anheuser-Busch InBev **B4**
AOL **B2**
Aon **B4, C3**
Aracruz **D4**
Arcelor **B4**
Arcus **B4**
Ativa Corretora **D1, D3**
Avibrás **B7**
B2W Global **D3**
Banco da China **C2**
Banco de Comunicações da China **C2**
Banco de Construção da China **C2**
Banco do Brasil **A18, D1, D3**
Banco Fator **A3**
Banco Geração Futuro **D1, D3**
Banco Industrial e Comercial da China **C2**
Banco Intercap **C1**
Banif Corretora **D4**
Bank of America **C2**
Banking & Trade Group **D4**
Barclays **C2**
Bestinvest **D2**
BHP Billiton **B9**
Blanver **A6**
BM&FBovespa **B11, C1**
BMW **B8**
BNDES **A4, A6**
BNP Paribas **C2**
Boeing **B7**
Bradesco **A18, D1, D3**
Bradesco Saúde **B4**
Bradespar **D1**
Brasil Telecom **D1**
C&A **D4**
Cadioli **A5**
Camargo Corrêa **A5, A12**
Carl Zeiss Vision **B1**
CCR **D1, D3**
CEEE **B9**
Cementos Argos **B8**
Cemig **D1, D3**
Centex **C2**
Cesp **D1**
Cetip **C1**
Chrysler **B6**
Chubb Seguros **C3**
Citibank **C2, C3**
Compsis **B7**
Copasa **D1**
CPFL Energia **D1**
Creative Artists Agency **B2**
Credit Suisse **C2, C2**
Cristália **A6**
Cyrela **B8**
Daimler **B6**
Dasa **B4**
Dassault **B7**
Deutsche Bank **B4**
Dow AgroSciences **B12**
Duca Sartoria **B5**
EADS **B7**
Edmunds.com **B6**
Eletrobrás **D1, D3**
Eletropaulo **D1**
Elimco **B7**
Elpida **B3**
Embraer **A5, B4, B7**
Essilor **B1**
Fator Corretora **D4**
Fertibrás **B12**
Fertiza **B12**
Fiat **B6**
Fleury **B4**
Ford **A3, B6**
Forjas Taurus **D3**
Fox Interactive Media **B2**
FSC AS Division Aeronáutica **B7**
Gafisa **B8**
Gávea Investimentos **C1**
General Electric **B2**
Gerdau **D1, D4**
Globe **A6**
Globex **D4**
GM **B6, C2**
Goldman Sachs **C2**
Google **B3**
Grupo Insinuante **D4**
Grupo Pão de Açúcar **D4**
Grupo Silvio Santos **D4**
Guararapes **D4**
GVT **D1, D3**
Hemobrás **A6**
Hilditch & Key **B5**
Honda **B6, B8**
HSBC **B4, C2, D3**
IAP **B12**
Independência **B11**
ING **C2**
Itaú **A18, C1, D3**
Itaú Corretora **D1**
Itaúsa **D1**
JBS **B11**
JP Morgan **B4**
KB Home **C2**
Klabin **D4**
Kohlberg Kravis Roberts **B4**
Kraft **B4**
LCA Consultores **A3**
Lehman Brothers **C2, C3**
Libbs **A6**
Liberty Seguros **C3**
Lojas Americanas **D4**
Lojas Renner **D4**
Lotte **B4**
Lupin **A6**
Manah **B12**
Mapfre **C3**
Marisa **D4**
Marsh **C3**
Mastercard **C8**
Mattos Filho **C1**
MB Associados **A3**
MBK Partners **B4**
McAfee **B3**
McDonald's **B4, B12**
Mectron **B7**
MFC Global Investment **B9**
Micron **B3**
Microsoft **B2, B3**
Mitsubishi UFJ Financial **C3**
MMX **C1**
Modal **D4**
Morgan Stanley **C3**
Motorola **B3**
MRV **B8**
Nanya **B3**
NBC **B2**
Net **B2**
News Corp. **B2**
Nissan **B6**
Nomura **C3**
Nortec Química **A6**
NovoNordisk **A6**
Odebrecht **A5**
Odontoprev **B4**
Oi **C1**
Panasonic **B1**
Paramount Pictures **B2**
PDG Realty **B8**
Pernod Ricard **B4**
Petrobras **A4, D1, D2, D3**
Peugeot **B4**
Planner corretora **D1, D3**
Ponto Frio **D4**
Porto Seguro **C3**
Post Bank **C2**
Quimis **A5**
RBC Capital Markets **B2**
RBS **C2**
Redecard **C1, D2, D3**
Renner **D4**
RGE **B9**
Riachuelo **D4**
Roche **A6**
Rosenberg & Associados **A3**
Royal Bank of Scotland **C2**
Saab **B7**
Sabesp **D1**
SABMiller **B4**
Sadia **D4**
Samsung **B3**
Santa Fé **B8**
Santander **A3**
Scot Consultoria **B11**
Shoptime **D3**
Solorrico **B12**
Souza Cruz **A2**
Spinelli **D1**
Standard Pacific Corp **C2**
Submarino **D3**
Sul América **B4**
Sygma **B7**
Symantec **B3**
Syngenta **B12**
Taiwan Memory **B3**
Takenaka **B12**
Terra Futuros Corretoras **B11**
Time Warner **B2**
Toshiba **B1**
Toyota **B6**
Tracker **B7**
Transmissão Paulista **D1, D3**
Trevo **B12**
UBS **C2**
Unilab **B1**
Unilever **B4**
Unimed-Rio **B4**
Universal Pictures **B2**
Usiminas **D1, D3**
V&S **B4**
Vale **B8, C1, D1, D2, D3, D4**
Valesul **B9**
VCP **B8**
Velocity Investment Group **B2**
Viacom **B2**
Virtus **B7**
Visa **C8**
Volkswagen **B6**
Wells Fargo **C2**
Yahoo **B2**

Conjuntura Embarque de bens manufaturados caiu 35%, e a produção, 17%

Exportação acentua queda da produção industrial

Sergio Lamucci
De São Paulo

No primeiro bimestre do ano, o volume exportado de manufaturados caiu muito mais intensamente do que a produção industrial. No acumulado de janeiro e fevereiro, a indústria brasileira produziu 17% menos que em igual período do ano passado, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) enquanto o embarque de produtos ao exterior caiu 34,7%.

Na média, a indústria exporta 20% do que produz, mas em alguns setores o peso do mercado externo é mais expressivo. Por isso, o impacto da recessão global acentuou, de forma distinta entre os setores, o efeito da contração do mercado interno neste início de ano. Para muitos analistas, quanto mais exportadora, maior será o tombo setorial da indústria ao longo deste ano.

No primeiro bimestre, o volume exportado de veículos automotores caiu 56,2% em relação ao mesmo período do ano passado. Nesse intervalo, a produção do segmento caiu 32%. Entre 2006 e 2008, o segmento destinou ao exterior 20,4% do que fabricou, segundo cálculos da LCA Consultores. As perspectivas são um pouco mais animadoras para os setores que dependem mais da massa de rendimentos (salários e benefícios previdenciários e assistenciais), como alimentos e bebidas e perfumaria, sabões, detergentes e limpeza. No entanto, como as condições de emprego e renda devem piorar ao longo do ano, esses segmentos também podem perder fôlego nos próximos meses.

O economista-chefe da MB Associados, Sérgio Vale, chama a atenção para a magnitude do recuo das exportações, um movimento disseminado pela indústria — embora diferenciado. As quantidades exportadas de manufaturados caíram 34,7% no primeiro bimestre, de acordo com número da Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior (Funcex). "Mesmo que a fatia exportada seja relativamente pequena, um tombo muito forte, na casa de 40% a 50%, faz estragos consideráveis", diz Vale.

"O colapso do comércio internacional tem afetado especialmente as exportações industriais", reforça o economista-chefe do Santander, Alexandre Schwartsman, observando que as vendas de veículos para México e Argentina recuam com força. Na sexta-feira, a Ford anunciou um programa de demissão voluntária para os empregados das fábricas de Camaçari, Taubaté e São Bernardo do Campo, alegando que os ajustes são necessários pelo recuo das exportações.

No primeiro trimestre, o setor se amparou na redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de veículos, o que deu alento às vendas no mercado interno, apesar da importância do crédito. Segundo cálculos da LCA, o licenciamento de veículos e comerciais leves em março ficou em 11,9 mil unidades por dia, o que dá, feito o ajuste sazonal, 5,3% acima dos 11,3 mil registrados em setembro de 2008, quando os efeitos da crise ainda não haviam sido sentidos plenamente sobre a economia.

Para o economista-chefe da LCA, Bráulio Borges, a prorrogação da redução do IPI até junho pode manter o fôlego do setor. A economista-chefe da Rosenberg & Associados, Thaís Marzola Zara, é mais cética, por acreditar que muitos consumidores já anteciparam as compras entre janeiro e março. Com isso, não seria possível manter o ritmo do primeiro trimestre.

O mergulho das vendas externas também afeta os fabricantes de produtos intermediários (insumos para a indústria), como o de metalurgia básica, onde estão as empresas de siderurgia. Em janeiro e fevereiro, caiu 31% o volume exportado do setor, que destinou 35,6% da produção para o mercado externo na média de 2006 a 2008. A fabricação de metalurgia básica caiu 31,6% no primeiro bimestre. No caso de aços planos, a queda chegou 55,5%, segundo números do Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS).

Um setor menos exportador, como o têxtil — que destina algo como 13% da produção ao exterior — viu a a produção recuar 12,5% no acumulado neste ano. No período, as exportações caíram 27,7%. Já o de vestuário e calçados, que exporta pouco mais de 2% da sua fabricação, viu a produção recuar 17,9% no primeiro bimestre, período em que as vendas externas tiveram baixa de 41,1%.

A demanda interna também vai mal, como observa Thaís. Segundo os seus cálculos, da queda de 16,9% da indústria de transformação em fevereiro sobre o mesmo mês de 2008, 16,3 pontos percentuais vieram da demanda doméstica e 3,6 pontos, do setor externo. Para piorar, muitos segmentos, como o de siderurgia, estavam com estoques elevados, lembra ela.

Vale ressalta também o impacto negativo sobre a produção de alguns setores causado pela retração do investimento, o componente da demanda que mais sofreu com a crise internacional. Em janeiro e fevereiro, por exemplo, a produção de bens de capital caiu 19,5%. É mais um caso influenciado pela forte queda no mercado interno e no externo, diz Vale.

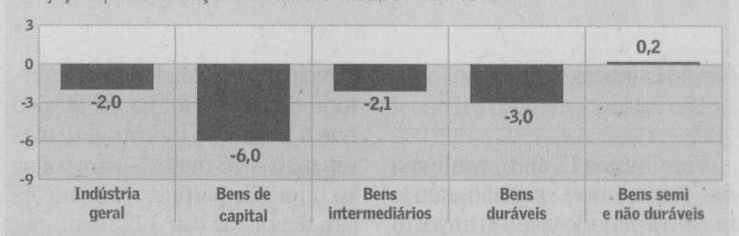
A quantidade exportada de bens de capital recuou 40% no primeiro bimestre, segundo a Funcex. A queda na confiança dos empresários e a expectativa de baixo crescimento da economia levam alguns analistas a prever neste ano queda superior a dois dígitos para o investimento na construção civil e em máquinas e equipamentos. Em 2008, houve crescimento de 13,8%.

Setores que dependem do crédito também têm perspectivas bastante desfavoráveis, diz Schwartsman. Com a crise, há mais cautela por parte de quem concede empréstimos e financiamento, pelo aumento do risco. A queda na confiança e a perspectiva de deterioração no mercado de trabalho também faz o potencial tomador de crédito ficar mais cuidadoso. Em fevereiro, as novas concessões de empréstimos e financiamentos para as empresas encolheram 9,5% em relação a fevereiro do ano passado. Para a pessoa física, a baixa foi de 5,1%.

A piora nas condições de crédito afeta especialmente os setores de bens duráveis, como o de eletroeletrônicos. Em janeiro e fevereiro, a produção de material eletrônico, aparelhos e equipamento de comunicações caiu 45,1% na comparação com o mesmo período de 2008. As exportações também atrapalharam bastante o setor, recuando 39,7% no mesmo período de comparação. Entre 2006 e 2008, as empresas do setor exportaram 39,5% do que produziram.

Raio X da atividade
O comportamento de alguns indicadores econômicos no começo do ano

Perspectivas ruins
Projeções para a variação da indústria em 2009 - em %*



Sinais positivos

- No primeiro bimestre, as vendas dos supermercados cresceram 5,4% acima da inflação
- Em março, o consumo de energia elétrica ficou em 51,2 MW, feito o ajuste sazonal, 2,4% acima do de fevereiro e apenas 1% abaixo do de setembro de 2008
- O licenciamento de veículos atingiu a média diária de 11,9 mil unidades em março, na série com ajuste sazonal, acima dos 11,3 mil de setembro de 2008
- Em fevereiro, o fluxo de veículos pesados cresceu 2,1% em relação a janeiro, feito o ajuste sazonal
- Na comparação com janeiro, a produção industrial subiu 1,8%, feito o ajuste sazonal

Sinais negativos

- O volume exportado de produtos manufaturados caiu 34,7% em janeiro e fevereiro
- No primeiro bimestre, o volume de vendas externas do setor de veículos automotores recuou 56,2% e o de metalurgia básica, 31%
- A produção industrial caiu 17% no primeiro bimestre
- Em janeiro e fevereiro, a produção de veículos automotores teve queda de 32%
- No primeiro bimestre, a produção de aços brutos caiu 42,4%, a de laminados, 49,7%, e a de planos, 55,5%

Fontes: IBGE, IBS, Funcex, ONS, Abras, Abiquim, Fenabrave, ABCR, ABPO. Projeções da MB Associados . Elaboração: LCA Consultores

Bens semi e não-duráveis serão exceção ao longo do ano

De São Paulo

Num ano difícil para a indústria, a expectativa mais favorável recai basicamente sobre os segmentos que dependem mais da massa de rendimentos. Nos 12 meses até fevereiro, a massa salarial cresceu 7% acima da inflação, um ritmo ainda forte, que beneficia os fabricantes de alimentos, bebidas e produtos de higiene e limpeza. "Os supermercados não estão reclamando", nota o economista-chefe da MB Associados, Sérgio Vale. No primeiro bimestre, as vendas do setor cresceram 5,4%, já descontada a inflação, segundo números da Associação Brasileira de Supermercados (Abras).

Produtos de consumo essencial, esses bens sofrem menos com as oscilações do ciclo econômico. Vale estima que, de todos os segmentos da indústria, o de bens semi e não-duráveis (que inclui, além dos já mencionados, setores como os de vestuário e calçados) é o único que deve fechar em alta em 2009, e ainda assim de apenas 0,2%. A indústria deve recuar 2%, puxada para baixo pelo tombo de 6% do segmento de bens de capital.

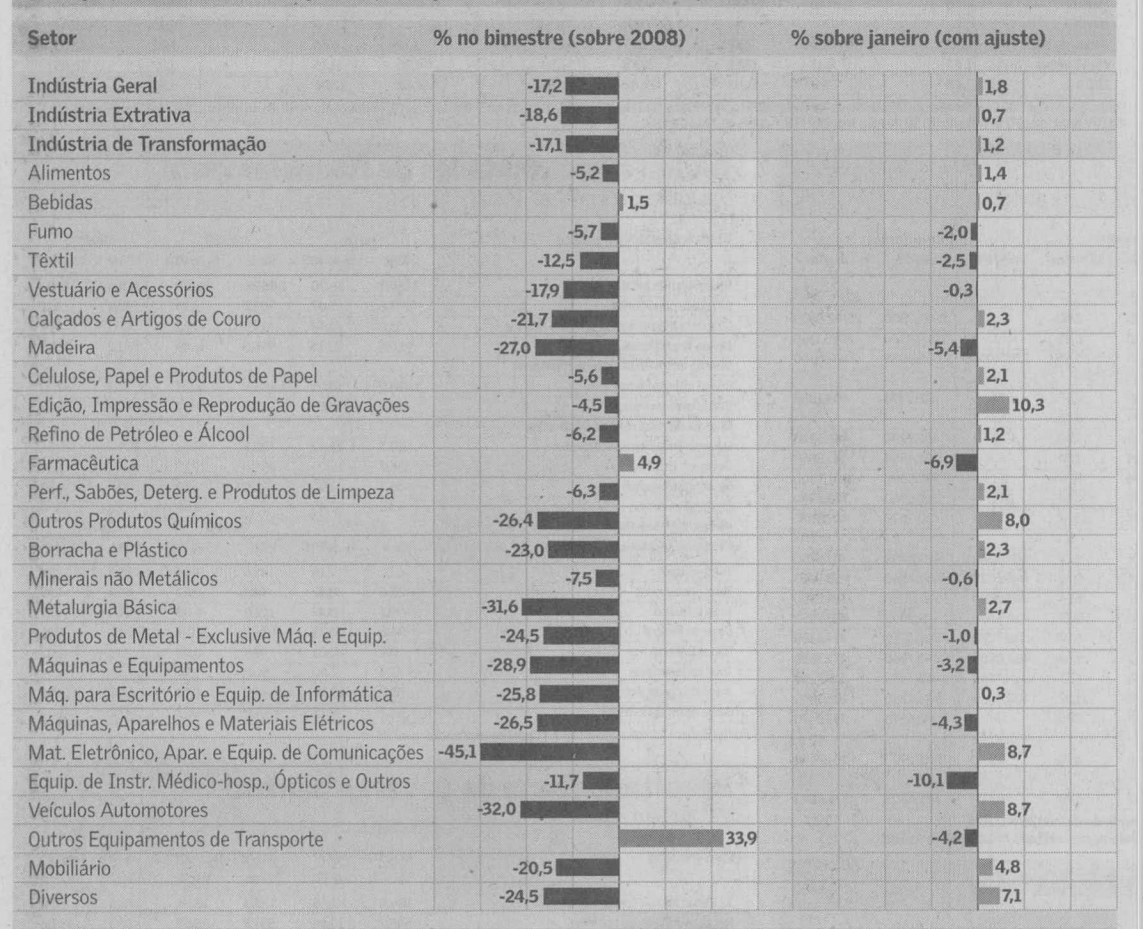
Ainda assim, mesmo os segmentos como os de alimentos e bebidas podem sofrer um pouco daqui a alguns meses, à medida em que o emprego e a renda forem mais afetados. O ritmo de alta da massa salarial deve diminuir significativamente — há quem veja aumento real inferior a 2% neste ano. Para a economista-chefe da Rosenberg & Associados, Thaís Marzola Zara, pode haver ao longo do ano o chamado "efeito tubaína", ou seja, a substituição de produtos mais caros por similares mais baratos.

O economista-chefe da LCA Consultores, Bráulio Borges, tem uma visão mais otimista. Para ele, muitas vezes os analistas esquecem que 35% dos rendimentos totais são ligados a benefícios previdenciários e assistenciais (como o Bolsa Família) e aos salários do funcionalismo público. Borges estima que apenas a massa de renda previdenciária deve crescer 8,5% acima da inflação, devido à combinação de aumento de 12% para o salário mínimo, que corrige dois terços dos benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e da queda dos índices de preços. Em 2008, houve alta real de 4,1%. No caso dos funcionários públicos, ele destaca não só a estabilidade no emprego da categoria como a perspectiva de aumento dos salários — a União, pelo menos, contratou reajustes polpudos para 2009. "Isso deve beneficiar os setores de bens semi e não-duráveis, especialmente na região Nordeste, onde o salário mínimo tem mais peso na massa total de rendimentos." Borges prevê que as vendas no varejo devem crescer 8,1% neste ano, percentual quase idêntico aos 8% de 2008. Para o Brasil todo, a alta deve cair de 9,1% no ano passado para 4,2% em 2009.

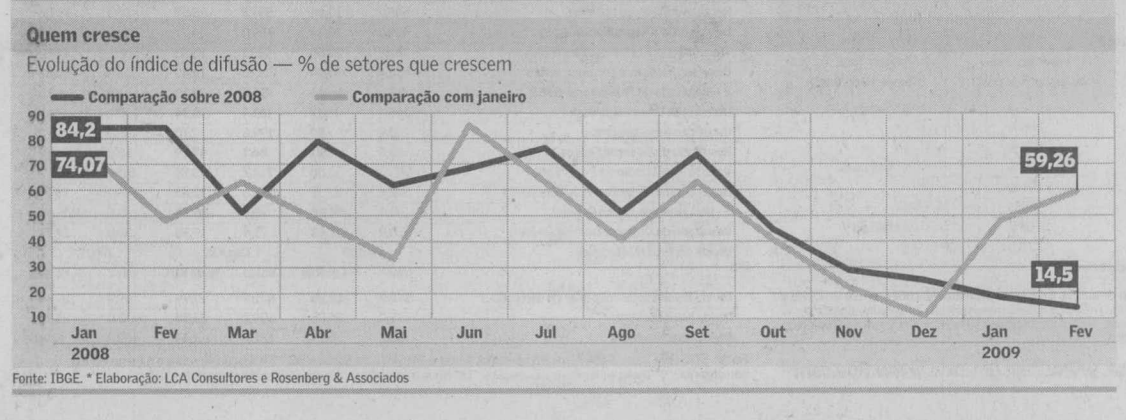
Embora diga que o governo tenha demorado um pouco mais que o esperado para lançar o pacote habitacional, Borges acredita que as medidas podem dar algum estímulo no segundo semestre à construção civil, um setor importante e que é altamente empregador. Além disso, ele acredita que o fato de o setor privado tocar as obras tende a dar mais agilidade à implementação do pacote. Thaís e Vale são mais céticos. Ela diz que as medidas são de "difícil operacionalização". Vale vai na mesma linha, vendo dificuldades para superar entraves burocráticas e conseguir terrenos com rapidez para a construção das obras.

Um fator que deve dar algum alento à atividade neste ano é a queda de juros. A expectativa dominante é que o Banco Central (BC) vai reduzir a taxa Selic, hoje em 11,25% ao ano, abaixo de um dígito até junho. A questão é que a política monetária age com defasagem, devendo produzir efeitos mais intensos apenas na segunda metade do ano, provavelmente no fim do terceiro e no começo do quarto trimestre. Além disso, existe a dúvida sobre como funcionarão os mecanismos de transmissão da queda dos juros — e em que intensidade — num cenário de crise como o atual. *(SL)*

Recuperação lenta
Evolução da indústria - variação da produção sobre 2008 e no curto prazo *



Quem cresce
Evolução do índice de difusão — % de setores que crescem



Fonte: IBGE. * Elaboração: LCA Consultores e Rosenberg & Associados

Atividade tem leve alta no curto prazo, mas mantém forte retração sobre 2009

De São Paulo

Em fevereiro, a produção industrial amargou queda de 17% em relação ao mesmo mês do ano passado, um tombo quase idêntico aos 17,2% de janeiro. Nessa base de comparação, o recuo foi generalizado, superando os 20% nos segmentos de bens de capital, bens duráveis (como automóveis e eletroeletrônicos) e bens intermediários (insumos para o resto da indústria). O quadro é um pouco melhor quando se confronta o resultado de fevereiro com a produção de janeiro: feito o ajuste sazonal, houve alta de 1,8%. No primeiro bimestre, a indústria cresceu 4% sobre patamar do fim de 2008.

O ponto é que essa recuperação é tímida, já que a produção havia encolhido 20,1% entre setembro e dezembro do ano passado, como observa a economista-chefe da Rosenberg & Associados, Thaís Marzola Zara. Segundo ela, a produção industrial ainda está no patamar de junho de 2004, mesmo depois do crescimento de janeiro e fevereiro, na série com ajuste sazonal. Thaís ressalta que a retração na indústria foi generalizada em fevereiro na comparação com igual mês do ano passado — de 76 setores pesquisados pelo IBGE, apenas 11, ou 14,5%, tiveram alta. É o menor percentual desde os 10,5% de outubro de 1992. "O índice de difusão mais aberto, calculado pelo IBGE com os dados dos 755 produtos pesquisados, registrou queda em 77% deles, também o menor nível da série histórica", diz Thaís. Para ela, o recuo simultâneo da demanda interna e externa causado pela crise explica o mau resultado, influenciado também pelo processo de ajuste de estoques.

O economista-chefe do Banco Fator, José Francisco de Lima Gonçalves, também viu o resultado com preocupação. Ele destaca o tombo da produção de bens de capital, que recuou 24,4% em relação a fevereiro de 2008 e 6,3% na comparação com janeiro. "O panorama para investimentos é muito ruim." Thaís estima que em janeiro e fevereiro o consumo aparente de máquinas e equipamentos (produção mais importação, menos exportação) recuou 22,9% em relação ao mesmo período de 2008. Como a produção de insumos típicos da construção civil caiu 12,3% no período, ela estima que o investimento teve queda de 16,5% no primeiro bimestre.

O segmento de bens intermediários também foi mal, caindo 21% na comparação com fevereiro do ano passado. Para Thaís, é um sinal de que as perspectivas seguem ruins, por indicar uma fraca demanda por insumos por parte de outros segmentos da indústria.

A LCA Consultores trouxe uma análise mais benigna da indústria. A consultoria destaca que a difusão do crescimento industrial em fevereiro foi significativa quando comparada com a produção de janeiro, na série com ajuste sazonal. De 29 atividades industriais, 59,3% tiveram alta em relação ao mês anterior, vindo de 48,1% em janeiro e 11,1% em dezembro. "Foi a maior difusão do crescimento desde setembro (63%), denotando que a recuperação da atividade fabril, embora tímida e incipiente, não se concentrou em poucos setores", destaca a LCA, em relatório.

Um dos segmentos que mais contribuíram para a alta em relação a janeiro foi o de veículos. A produção cresceu 8%, embalado pelo aumento de vendas de veículos, na esteira da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Gonçalves diz que a indústria pode ter um desempenho um pouco melhor em março. Graças especialmente à indústria automobilística, deve cair menos que 17% em relação ao mesmo mês de 2008. Ele diz, porém, que o desempenho não deve se repetir em abril, pois muitas compras podem ter sido antecipadas. Para ele, uma medida da virulência da crise é a inflexão no acumulado pela indústria em 12 meses, uma medida que suaviza os movimentos, por considerar um tempo dilatado. A produção passou de uma alta de 6,9% em julho de 2008 para uma queda de 1% em fevereiro. É o primeiro número negativo nessa base de comparação desde setembro de 2002. *(SL)*

Mais sobre a crise na indústria na página A4

Conjuntura Nos últimos 15 anos, nenhuma turbulência foi tão devastadora para o segmento quanto esta

Crise atual é a mais severa para a indústria

Sergio Lamucci
De São Paulo

Nos últimos 15 anos, nenhuma das outras crises que afetaram o Brasil no período teve um impacto sobre a indústria brasileira tão devastador e abrupto como a atual. Entre setembro e dezembro de 2008, a produção industrial recuou 20,1%, percentual que não foi nem de perto atingido nos episódios de crise anteriores, segundo estudo da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib). No caso do colapso do México, por exemplo, a indústria caiu 12% entre dezembro de 1994, o começo da crise, e o fundo do poço, alcançado em setembro de 1995. Na crise anterior, na transição dos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, o tombo registrado entre outubro de 2002 e junho de 2003 foi de 7,8% *(ver quadro)*.

A grande incógnita é saber quanto tempo a indústria voltará ao patamar anterior à crise atual. Das cinco crises analisadas pelo estudo da Abdib, foi na do México que a produção industrial demorou mais — 33 meses — para voltar ao ponto de partida, e mesmo assim depois de cair 12%, bem menos que os 20,1% registrados entre setembro e dezembro de 2008. No caso da crise da Ásia, foram 32 meses até o retorno da produção ao nível pré-crise.

Essa é uma informação importante, que pode definir em quanto tempo os empresários voltarão a investir com força. Hoje, a indústria opera com uma elevada capacidade ociosa. Segundo números da Sondagem da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o nível de utilização de capacidade instalada (Nuci) da indústria de transformação ficou em 77,7% em março, na série com ajuste sazonal, bem abaixo dos 86,7% de junho do ano passado, quando o segmento crescia a todo vapor. Se há sobra de recursos na economia, os empresários não têm por que investir na expansão da capacidade de oferta.

Queda abrupta
A evolução da produção industrial em cinco crises

	Crise do México (dez/94)	Crise da Ásia (out/97)	Crise da Rússia (set/98)	Crise do apagão e da Argentina (mai/2001)	Efeitos da transição política (out/2002)	Crise atual (set/2008)
Queda máxima*	12,0%	5,6%	4,5%	5,6%	7,8%	20,1%
Tempo de Recuperação (em meses)*	33	32	12	9	12	?

Fonte: Abdib. * O recuo da produção industrial do começo da crise até o fundo do poço. ** O tempo necessário para a volta da produção ao nível pré-crise

Para o presidente da Abdib, Paulo Godoy, o tombo da indústria na atual crise é bem maior porque se trata de um episódio muito grave, que atingiu em cheio os países desenvolvidos. "Isso não havia ocorrido nas outras crises", afirma ele. "O que mais assustou foi a rapidez com que ela contaminou os mercados e a economia real."

Godoy mostra preocupação com o desempenho dos números do setor de bens de capital, que tiveram um péssimo resultado na produção industrial de fevereiro. "A produção de máquinas e equipamentos é um termômetro da evolução dos investimentos, e esse termômetro aponta queda vertiginosa", diz ele. No primeiro bimestre, a fabricação de bens de capital teve queda de 19,5% em relação ao mesmo período de 2008.

Godoy destaca como outro aspecto negativo o déficit comercial no setor de bens de capital sob encomenda. Em janeiro e fevereiro deste ano, as exportações desses bens totalizaram apenas 448,3 milhões, 44,3% abaixo dos US$ 806 milhões do primeiro bimestre do ano passado. As importações, por sua vez, aumentaram 18% no período, atingindo US$ 854,9 milhões. Desse modo, o saldo comercial do segmento de bens de capital sob encomenda passou de um superávit de US$ 406,6 milhões em janeiro e fevereiro de 2008 para um déficit de US$ 81,3 milhões em igual intervalo de 2009. "É uma perversão dupla. O setor sofre com a redução da demanda interna e com o aumento dos produtos importados", afirma ele.

Godoy diz não esperar uma volta rápida da produção para os patamares pré-crise, mas pondera que em nenhuma outra turbulência dos últimos 15 anos houve tanta mobilização dos governos como no episódio atual. Para ele, a recuperação da economia brasileira virá do mercado interno mais do que do setor externo. Nesse cenário, é fundamental restabelecer a confiança, melhorar as condições de crédito e continuar a reduzir os juros, acredita ele. Ações pontuais, como a redução do Imposto de Produtos Industrializados (IPI) para veículos e material de construção, também são bem-vindas. "E também é fundamental ter uma melhor gestão dos recursos públicos."

BNDES recebe repasse de R$ 13 bilhões do Tesouro

Vera Saavedra Durão
Do Rio

O BNDES engordou ontem seu caixa com a entrada de R$ 13 bilhões de uma primeira tranche de R$ 39 bilhões contratada com o Tesouro Nacional. No total, R$ 100 bilhões serão repassados ao banco até 2010. Os R$ 26 bilhões restantes desta primeira parcela serão depositados no cofre do banco de acordo com as necessidades da instituição de fomento. O dinheiro do Tesouro será usado pelo BNDES exclusivamente para compor "funding", apesar de rumores de que pelo menos R$ 20 bilhões iriam para investimentos da Petrobras.

O banco está refazendo as contas do desembolso de 2009. No momento, trabalha com valores entre R$ 110 bilhões a R$ 120 bilhões, contando com os recursos do Tesouro. O cálculo inicial apontava para R$ 120 bilhões. Nos dois primeiros meses do ano os desembolsos somaram R$ 9,9 bilhões, sendo R$ 4,4 bilhões em janeiro e R$ 5 bilhões em fevereiro. Se a média mensal de R$ 5 bilhões de desembolso for mantida, contudo, o orçamento do banco em 2009 seria de apenas 50% do que foi estimado no início de janeiro. Tudo vai depender, porém, da reação do mercado de crédito. O primeiro trimestre é sempre sazonalmente mais fraco que o resto do ano, argumentam fontes do banco.

Gabriel Visconti, chefe do Departamento de Orçamento da Área de Planejamento disse que pelo menos 80% do do orçamento estimado de três dígitos já está comprometido com projetos aprovados no ano passado e início deste. Ele garantiu que até agora não houve nenhum movimento de desistência de projetos de investimento encaminhados à instituição por parte das empresas. Mas admitiu que há adiamentos porque o empresariado está de olho no comportamento da economia, da taxa Selic e da demanda para garantir seu investimento. Para Visconti, "o importante é observar um horizonte maior de desembolso. Não apenas o primeiro trimestre."

Este ano, o BNDES conta com R$ 65 bilhões de recursos próprios, sendo R$ 55 bilhões de retorno de empréstimos já garantidos e cerca de R$ 10 bilhões em fase de captação no mercado doméstico e no exterior.

Em recente entrevista ao **Valor**, a superintendente da área internacional do banco, Maria Isabel Aboim, previu que devem entrar este ano no caixa da instituição US$ 1,5 bilhão de captações de instituições multilaterais, como o Banco Interamericano de Investimento (BID), o Japan Bank for International Cooperation (JBIC), e a agência alemã KFW, entre outras.

Também está em estudos uma volta ao mercado de eurobônus em 2009. No ano passado, o banco emitiu com sucesso US$ 1 bilhão em eurobônus. Se o país retomar esse tipo de operação, poderá buscar captar US$ 750 milhões, um padrão básico para o eurobônus. "O mercado está favorável a operações de renda fixa, mas uma decisão do BNDES sobre essa captação vai depender do custo da operação, que cresce de 7,8% para 9,5% quando o dinheiro é internalizado no país por causa de uma alíquota de 17,65% sobre esse tipo de remessa imposta pela Receita Federal", afirmou Maria Isabel.

Mesmo que essa operação não ocorra, apesar de ser o ideal, pois assim o BNDES garante sua presença no mercado internacional depois de sete anos ausente, os R$ 100 bilhões do Tesouro blindam a instituição do risco de faltar recursos caso a intenção de investir do empresariado reaqueça com força a partir deste trimestre, garantindo um crescimento para o Produto Interno Bruto (PIB). O banco, disse um interlocutor, não leva em conta o compromisso de utilizar os R$ 100 bilhões em dois anos, como se fala. "Se precisar usar tudo este ano, vai usar".

Atividade econômica
Indicadores agregados

	Mar/09	Fev/09	Jan/09	Dez/08	Nov/08	Out/08	Set/08	Ago/08	Jul/08	Jun/08
Indústria										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	1,80	2,15	-12,70	-7,13	-1,41	1,42	-1,37	1,26	2,97
Indústria de transformação	-	1,22	2,11	-12,49	-4,95	-2,83	1,87	-1,14	0,75	2,91
Bens de capital	-	-6,27	4,89	-23,22	-3,70	-0,63	3,05	-0,71	1,19	8,91
Bens intermediários	-	1,51	0,90	-12,44	-4,00	-3,12	-0,32	-2,43	1,55	2,11
Bens de consumo	-	3,74	3,86	-9,25	-4,99	-3,43	2,53	-0,07	-0,30	1,57
Faturamento real dessazonalizado (CNI - %) ****	-	-	-4,30	0,49	-10,14	-0,96	6,22	-10,09	5,64	2,44
Indicador do nível de atividade - INA (FIESP - %) *	-	1,14	2,47	-11,15	-5,67	-0,58	2,76	-3,91	0,22	3,41
Vendas reais (FIRJAN - %)	-	-	-18,43	-10,86	-13,68	5,18	12,13	-32,11	41,28	4,29
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) **	-	-	11,97	9,54	12,00	16,33	15,55	16,62	18,61	15,19
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) **	-	-	5,96	3,80	5,05	9,84	9,23	9,90	11,26	8,17
Consultas ao usecheque (ACSP - %) (1) ***	-	-5,51	-5,02	5,10	-0,78	-1,54	6,63	-0,17	5,23	4,56
Consultas ao sistema de proteção ao crédito (ACSP - %) ***	-	-12,84	-5,95	-1,30	1,42	4,51	16,02	3,66	11,36	7,69
Mercado de trabalho										
Taxa média de desocupação (IBGE - em %)	-	8,50	8,20	6,80	7,60	7,50	7,60	7,60	8,10	7,80
Taxa de desemprego total (DIEESE - % da PEA) *****	-	13,50	12,50	11,80	12,30	12,50	13,50	14,00	14,10	13,90
Nível de emprego na indústria (FIESP - %)	-	-1,80	-1,27	-4,92	-1,21	-0,23	0,41	0,21	0,18	0,29
Nível de emprego em São Paulo (SEADE/DIEESE - %)	-	-0,86	-1,46	0,49	0,37	0,93	0,75	0,06	0,19	0,13
Balança comercial (US$ milhões)* **										
Exportações	181.304	191.235	194.447	197.942	198.355	197.653	194.909	189.058	184.411	178.079
Importações	157.762	166.989	171.118	173.167	172.243	171.133	166.185	159.591	153.683	147.336
Saldo	23.542	24.246	23.329	24.775	26.112	26.520	28.724	29.467	30.728	30.743

Fonte: IBGE, CNI, FIESP, FIRJAN, ACSP, DIEESE/SEADE, SECEX/MDIC e Valor Data. (1) Na capital SP. * Metodologia com ajuste sazonal. ** Base: mês do ano anterior=100. *** Variação em 12 meses. **** Atual denomição de vendas reais (a partir de jan/08). ***** Em São Paulo.

Atualize suas contas
Variação dos indicadores no período

Mês	TR (1)	Poupança (2)	TBF (1)	Selic (3)	TJLP	FGTS (4)	CUB / SP	UFIR	UPC	Salário mínimo
	Em %								Em R$	
set/07	0,0352	0,5354	0,7855	0,80	0,51	0,2819	0,26	-	21,19	380,00
out/07	0,1142	0,6148	0,9051	0,93	0,52	0,3611	0,78	-	21,26	380,00
nov/07	0,0590	0,5593	0,8194	0,84	0,51	0,3058	0,68	-	21,26	380,00
dez/07	0,0640	0,5643	0,8245	0,84	0,52	0,3108	0,59	-	21,26	380,00
jan/08	0,1010	0,6015	0,8818	0,93	0,52	0,3479	0,07	-	21,31	380,00
fev/08	0,0243	0,5244	0,7645	0,80	0,49	0,2710	0,39	-	21,31	380,00
mar/08	0,0409	0,5411	0,8012	0,84	0,52	0,2876	0,20	-	21,31	415,00
abr/08	0,0955	0,5960	0,8762	0,90	0,51	0,3424	0,41	-	21,35	415,00
mai/08	0,0736	0,5740	0,8442	0,88	0,52	0,3204	2,72	-	21,35	415,00
jun/08	0,1146	0,6152	0,9055	0,96	0,51	0,3615	2,14	-	21,35	415,00
jul/08	0,1914	0,6924	1,0230	1,07	0,52	0,4385	0,61	-	21,41	415,00
ago/08	0,1574	0,6582	0,9687	1,02	0,52	0,4044	1,36	-	21,41	415,00
set/08	0,1970	0,6980	1,0286	1,10	0,51	0,4441	0,73	-	21,41	415,00
out/08	0,2506	0,7519	1,1128	1,18	0,52	0,4978	1,69	-	21,53	415,00
nov/08	0,1618	0,6626	0,9731	1,02	0,51	0,4088	0,22	-	21,53	415,00
dez/08	0,2149	0,7160	1,0567	1,12	0,52	0,4621	-0,03	-	21,53	415,00
jan/09	0,1840	0,6849	1,0055	1,05	0,52	0,4311	0,21	-	21,67	415,00
fev/09	0,0451	0,5453	0,8054	0,86	0,47	0,2918	0,42	-	21,67	465,00
mar/09	0,1438	0,6445	0,9550	0,97	0,52	0,3908	-	-	21,67	465,00
abr/09	-	-	-	0,84	0,51	-	-	-	21,75	465,00
Acum. no ano	**0,37**	**1,89**	**2,79**	**3,77**	**2,04**	**1,12**	**0,63**	**-**	**1,02**	**12,05**
Em 12 meses	**1,84**	**8,13**	**12,19**	**12,75**	**6,34**	**4,90**	**11,15**	**-**	**1,87**	**12,05**
2008	**1,63**	**7,90**	**11,83**	**12,48**	**6,36**	**4,68**	**10,96**	**-**	**1,27**	**9,21**

Fonte: Banco Central, CEF, Sinduscon, Ministério da Fazenda, ACSP e Valor Data. (1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte (3) Taxa efetiva, para a mar/09 projetada (4) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento
Variação no período

Indicadores	2008	2007	2006	2005	2004	2003
PIB (R$ bilhões) *	2.889,7	2.597,6	2.369,8	2.147,2	1.941,5	1.699,9
PIB (US$ bilhões) **	-	1.295,5	1.072,0	882,4	663,8	553,6
Taxa de Variação Real (%)	5,1	5,7	4,0	3,2	5,7	1,1
Agropecuária	5,8	5,9	4,5	0,3	2,3	5,8
Indústria	4,3	4,7	2,3	2,1	7,9	1,3
Serviços	4,8	5,4	4,2	3,7	5,0	0,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	13,8	13,5	9,8	3,6	9,1	-4,6
Investimento (% do PIB)	19,0	17,5	16,4	15,9	16,1	15,3

Fonte: IBGE, BC e VD * Preços de mercado ** BC. Obs.: dados do IBGE apresentados segundo a nova metodologia de cálculo.

Contrib. Previdenciária*
Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % INSS (1)	IRPF (2)
Até 965,67	8,00	8,00
De 965,68 até 1.609,45	9,00	9,00
De 1.609,46 até 3.218,90	11,00	11,00
Empregador doméstico	12,00	-

Fonte: Ministério da Previdência Social e Valor Data. *Competência Março/09. **Inclusive empregados domésticos. (1) Para fins de recolhimento ao INSS. (2) Para determinar a base de cálculo do IRPF.

IR na fonte
Faixas de contribuição

Base de cálculo Em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir Imposto em R$
Até 1.434,59	-	-
De 1.434,60 a 2.150,00	7,5	107,59
De 2.150,01 a 2.866,70	15,0	268,84
De 2.866,71 a 3.582,00	22,5	483,84
Acima de 3.582,00	27,5	662,94

Fonte: Secretaria da Receita Federal e Valor Data. Obs. Desconto por dependente: R$ 144,20. Ano-calendário de 2009.

Inflação
Variação no período (em %)

	mar/09	fev/09	Acumulado 2009*	Acumulado 2008	Em 12 meses	Número índice mar/09	Número índice fev/09	Número índice dez/08
IBGE								
IPCA	-	0,55	1,03	5,90	5,90	-	2.922,7300	2.892,8600
INPC	-	0,31	0,95	6,48	6,25	-	3.003,4300	2.975,1100
IPCA-E	0,11	0,63	1,14	6,10	5,65	2.870,0500	2.866,9000	2.837,6000
FGV								
IGP-DI	-	-0,13	-0,11	9,10	7,50	-	403,7370	404,1850
Núcleo do IPC-DI	-	0,33	0,68	4,08	4,25	-	-	-
IPA-DI	-	-0,31	-0,64	9,80	7,39	-	442,7200	445,5520
IPA-Agro	-	-0,36	1,70	1,64	1,94	-	526,4850	517,6960
IPA-Ind.	-	-0,29	-1,45	12,96	9,49	-	395,5690	401,3800
IPC-DI	-	0,21	1,05	6,07	6,15	-	323,5960	320,2440
INCC-DI	-	0,27	0,60	11,87	11,67	-	410,2620	407,8070
IPA-OG **	-	-	-	-	-	-	-	-
IGP-M	-0,74	0,26	-0,92	9,81	6,27	407,8080	410,8490	411,5750
IPA-M	-1,24	0,20	-1,98	10,84	5,62	449,6120	455,2540	458,7040
IPC-M	0,43	0,40	1,58	6,07	6,24	323,2780	321,9060	318,2550
INCC-M	-0,17	0,35	0,44	12,00	10,89	410,5690	411,2490	408,7650
IGP-10	-0,31	0,54	-0,62	10,27	6,97	416,7290	418,0210	419,3380
IPA-10	-0,57	0,52	-1,54	11,49	6,65	464,0980	466,7360	471,3660
IPC-10	0,29	0,64	1,57	6,05	6,13	324,7450	323,7900	319,7290
INCC-10	0,01	0,43	0,61	12,28	11,32	408,4650	408,4280	405,9930
IPC-RJ	-	0,16	1,15	6,83	7,00	-	343,4340	339,5410
FIPE								
IPC	-	0,27	0,74	6,16	6,19	-	303,9727	301,7444
DIEESE								
ICV	-	0,02	0,71	6,11	5,95	-	226,4008	224,8043

Obs.: IGP-M 2ª prévia de mar/09 = -0,36% e IPC-FIPE 3ª quadrissemana de mar/09 = 0,29%
Fonte : FGV, IBGE, FIPE, DIEESE e Valor Data. * Acumulado até o último mês indicado. ** Série descontinuada.

Dívida e necessidades de financiamento
Valores em R$ bilhões no setor público*

Dívida líquida do setor público	Fev/09 Valor	Fev/09 % de PIB	Dez/08 Valor	Dez/08 % de PIB	Dez/07 Valor	Dez/07 % de PIB
Dívida líquida total	**1.091,1**	**36,90**	**1.069,6**	**36,00**	**1.150,4**	**42,03**
(-) Ajuste patrimonial	102,6	3,47	102,2	3,44	102,0	3,73
(-) Ajuste metodológico s/ dívida externa	-13,0	-0,44	-18,5	-0,62	109,1	3,99
Dívida fiscal líquida	950,8	32,15	935,5	31,49	891,2	32,56
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	1.494,9	50,55	1.488,8	50,11	1.393,1	50,90
Dívida externa líquida	-403,7	-13,65	-419,2	-14,11	-242,8	-8,87
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	751,7	25,42	728,3	24,51	816,7	29,84
Governos Estaduais	356,7	12,06	359,6	12,10	324,1	11,84
Governos Municipais	56,3	1,90	55,4	1,86	49,2	1,80
Empresas Estatais	-73,6	-2,49	-73,7	-2,48	-39,6	-1,45
Necessidades de financiamento do setor público	**Fev/09**		**Dez/08**		**Dez/07**	
Fluxos acumulados em 12 meses	**Valor**	**% de PIB**	**Valor**	**% de PIB**	**Valor**	**% de PIB**
Total nominal	62,7	2,15	47,5	1,64	55,5	2,14
Total operacional	-26,8	-0,92	-61,1	-2,12	-36,1	-1,39
Total primário	-99,7	-3,43	-118,0	-4,08	-101,6	-3,91
Governo Federal	-94,6	-3,25	-108,0	-3,74	-105,0	-4,04
Banco Central	0,4	0,01	0,5	0,02	0,6	0,02
Total de juros reais	72,9	2,50	56,9	1,97	65,5	2,52
Juros da dívida interna	78,0	2,68	61,7	2,14	66,5	2,56
Juros da dívida externa	-5,1	-0,18	-4,8	-0,17	-1,0	-0,04

Fonte: Banco Central e Valor Data. * Com desvalorização cambial

Principais receitas tributárias
Valores em R$ bilhões

Valores acumulados	Jan/09 - Fev/09 Valor	Jan/09 - Fev/09 Var % *	Jan - Dez/08 Valor	Jan - Dez/08 Var % *	Jan - Dez/07 Valor	Jan - Dez/07 Var % *
Receita Federal						
Imposto de renda total	**32,7**	**-0,47**	**191,8**	**19,74**	**160,1**	**16,64**
Imposto de renda pessoa jurídica	14,7	-14,98	84,7	21,27	69,9	24,49
Imposto de renda retido na fonte	16,7	18,66	92,0	20,12	76,6	5,48
Imposto sobre produtos industrializados	4,6	-21,93	39,5	16,77	33,8	19,97
Imposto sobre operações financeiras	3,0	5,15	20,3	159,67	7,8	15,45
Imposto de importação	2,7	10,35	17,2	40,66	12,3	22,11
CPMF	0,0	-97,62	1,1	-96,85	36,5	13,72
Contribuição para Finsocial (Cofins)	16,6	-13,60	120,8	17,87	102,5	10,99
CSLL	8,3	3,28	44,0	27,76	34,4	22,52
PIS/Pasep	4,7	-8,17	31,6	18,28	26,7	10,16
Outras receitas	34,0	1,49	219,4	16,28	188,6	14,82
Total (SRF e Previdência)	**106,5**	**-3,79**	**685,7**	**13,75**	**602,8**	**15,18**
ICMS - Brasil ** (Jan/09)	16,2	-9,61	219,8	17,18	187,5	5,85
ICMS - São Paulo	5,3	-12,07	76,3	20,77	63,2	9,36
ICMS - Rio de Janeiro	1,7	9,01	17,8	13,81	15,7	5,85
ICMS - Minas Gerais	1,8	-3,61	23,2	20,07	19,3	13,60
INSS	25,6	10,81	163,4	16,34	140,4	13,68
Total das principais receitas	**-**	**-**	**1.068,8**	**14,83**	**930,7**	**10,25**

Fonte: Receita Federal, Ministério da Previdência Social, Secretaria da Fazenda e Valor Data. * Sobre o mesmo período do ano anterior ** Provisório

Imposto de Renda Pessoa Física
Pagamento das quotas - 2008

No Prazo Legal

Quota	Vencimento	Valor da Cota (Campo 7 do Darf)	Valor dos Juros (Campo 9 do Darf)	Valor Total (Campo 10 do Darf)
1ª ou única	30/04/08	Valor da declaração	-	Campo 7
2ª	30/05/08		1,00%	
3ª	30/06/08		1,88%	+
4ª	31/07/08		2,84%	Campo 8
5ª	29/08/08		3,91%	
6ª	30/09/08		4,93%	+
7ª	31/10/08		6,03%	Campo 9
8ª	28/11/08		7,21%	

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de maio/08 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Secretaria da Receita Federal e Valor Data.

Resultado fiscal do governo central *
Valores em R$ bilhões

Discriminação	Mar/08 - Fev/09 Valor	Mar/08 - Fev/09 Var.%**	Jan/08 - Dez/08 Valor	Jan/08 - Dez/08 Var.%	Jan/07 - Dez/07 Valor	Jan/07 - Dez/07 Var.%
1 - Resultado do Tesouro Nacional* **	**106,5**	**-2,68**	**122,3**	**18,36**	**103,4**	**13,21**
Receitas do Tesouro Nacional	545,7	10,64	551,3	15,55	477,1	14,06
Despesas do Tesouro Nacional	439,2	14,44	429,0	14,77	373,8	14,29
Transferência a Estados e Municípios	132,9	20,66	133,1	26,01	105,6	13,82
Despesas pessoais e encargos sociais	136,4	14,54	130,8	12,42	116,4	10,56
2 - Resultado da Previdência Social	**-38,0**	**-16,46**	**-36,2**	**-19,33**	**-44,9**	**6,70**
Receitas da Previdência Social	165,4	15,17	163,4	16,34	140,4	13,68
Benefícios previdenciários	203,4	7,56	199,6	7,70	185,3	11,90
Resultado do Governo Federal (1+2)	**68,5**	**7,11**	**86,1**	**47,29**	**58,5**	**18,79**
Receita total (Tesouro e Previdência)	711,2	11,66	714,7	15,73	617,6	13,97
Despesa total (Tesouro e Previdência)	642,6	12,17	628,6	12,43	559,1	13,49
3 - Resultado do Banco Central	**-0,4**	**-34,25**	**-0,5**	**-26,79**	**-0,6**	**276,49**
Resultado do Governo Central (1+2+3)	**53,9**	**-17,60**	**71,4**	**19,30**	**59,9**	**22,17**
Dívida do Tesouro Nacional	**Fev/09**		**Dez/08**		**Dez/07**	
	Valor	**% de PIB**	**Valor**	**% de PIB**	**Valor**	**% de PIB**
Dívida líquida total em poder do mercado	**848,2**	**28,76**	**831,4**	**27,99**	**709,9**	**25,94**
Dívida líquida interna****	715,0	24,25	699,2	23,54	600,0	21,92
Dívida líquida externa	133,2	4,52	132,2	4,45	109,9	4,02

Fonte: STN, BC e Valor Data. * Governo Central: Tesouro, Previdência Social e BC. ** Variação % sobre o mesmo período do ano anterior. *** Inclui subsídios e subvenções. **** Nova metodologia divulgada a partir de jan/08

Mais informações: www.valoronline.com.br, www.ibge.gov.br e www.fipe.com

Comércio exterior No primeiro trimestre, saldo positivo foi 9% superior ao do mesmo período do ano passado

Queda na importação garante superávit

Sergio Leo
De São Paulo

Contrariando as expectativas de queda nos resultados do comércio exterior, o Brasil conseguiu fazer no primeiro trimestre um superávit de U$ 3,0 bilhões, 9% maior do que no mesmo período do ano passado. Em março, o saldo positivo foi de US$ 1,77 bilhão e a diferença em relação a 2008 aumentou e chegou a quase 80% (ou 63% a mais na média diária de exportações por dia útil). Estes resultados foram alcançados apesar da queda nas vendas ao exterior, pois o recuo das importações foi maior.

Entre janeiro e março, as exportações recuaram 19,4% sobre 2008 e as importações foram 21,5% menores. Caíram, principalmente as compras de combustíveis e lubrificantes, matérias primas e bens intermediários e bens de consumo duráveis, um reflexo da retração econômica, da queda de preços internacionais e, em grande medida, da valorização do dólar em relação ao real. Apesar do bom resultado em matéria de contas externas, as exportações mantiveram o ritmo de queda seguido desde o início do ano, especialmente para mercados tradicionais como América Latina e Caribe e os Estados Unidos. Segundo o secretário de Comércio Exterior, Welber Barral, é "uma previsão realista" imaginar uma queda de 20% nas exportações em 2009, para US$ 160 bilhões.

A queda nas vendas para mercados importantes foi compensada parcialmente pelo excelente desempenho das vendas à Ásia (principalmente China e Coreia, com 135% de aumento), África e Oriente Médio, principalmente de commodities como minérios, ferro e soja. As exportações mantiveram uma média diária semelhante a de fevereiro, equivalente aos níveis de março de 2006. As importações ficaram pouco acima do total registrado em março de 2008.

"O que garante o desenvolvimento não é o superávit, mas a corrente de comércio, o total das exportações e importações, e esta está caindo", comentou o vice-presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro, ao avaliar os resultados de março. Castro já previa, desde setembro, uma queda de cerca de 20% das exportações brasileiras, mas admite que ficou surpreso com a grande queda das importações. "Pensamos que a queda das importações seria mais visível em abril, mas a crise vem desenvolvendo uma velocidade maior do que se imaginava.".

A forte valorização do dólar, segundo o economista, ainda é a principal responsável pela redução nas importações brasileiras, que, agora, sentem também a contração do consumo. A queda de bens duráveis como automóveis e partes e equipamentos eletrônicos não foi muito forte (entre 18% e 24%), mas as importações de máquinas e aparelhos de uso doméstico caíram 44%. Entre os principais itens de importação, as maiores quedas na média diária foram adubos e fertilizantes (82%), cobre (57%), algodão (40%), filamentos e fibras sintéticas (40%) e borracha (35%). Esses números indicam redução na produção interna e também substituição de fornecedores estrangeiros por nacionais, devido à desvalorização do real.

Entre os chamados bens de capital, máquinas e equipamentos destinados à indústria, houve um forte aumento de 44% nas compras de máquinas industriais (o que indica a continuidade do processo de investimento em alguns setores), mas foi registrada uma queda forte nas compras de partes e peças (-26%) e de maquinário para escritório (-24%) — este último item influenciado pelos cortes de orçamento das companhias e pela migração do consumo em direção aos equipamentos nacionais.

Para Barral, a sólida situação de contas externas do país e do sistema bancário dá melhores condições ao Brasil de atravessar as turbulências do mercado mundial. Ele lembrou que outros grandes exportadores também enfrentam fortes quedas nas exportações: 43% na Rússia, 31,5% no México e 21,5% nos EUA em janeiro. "O Brasil tem mais crédito hoje disponível para os exportadores que a maior parte dos países do mundo", festejou o secretário.

A retração dos mercados mundialmente pode levar o Brasil a ampliar sua fatia no comércio global, reconhece José Augusto de Castro. Ele adverte, porém, que esse resultado não representa nenhum avanço e não desobriga o governo d e adotar medidas para garantir a competitividade das exportações.

A média diária das exportações brasileiras vem crescendo continuamente neste ano, e passou de US$ 466 milhões em janeiro para US$ 537 milhões em março. Mas os resultados de março mostram um comércio excessivamente dependente das compras de matérias primas e alimentos, em forte medida por parte dos países emergentes. As vendas de produtos básicos, como ferro e petróleo, cresceram, em média, 14% em março de 2009 quando comparadas com março de 2008. A venda de produtos industrializados caiu 27%.

A balança no trimestre
Exportação e importação — janeiro a março (em US$ milhões)

Exportação	200[illegible]	[illegible]3	2009	Variação % 09/08*
Básicos	11.44[illegible]	[illegible]9	11.649	1,7
Industrializados	26.1[illegible]	[illegible]7	18.861	-27,8
Semimanufaturados	5.58[illegible]	[illegible]6	4.307	-22,9
Manufaturados	20.5[illegible]	[illegible]1	14.554	-29,1
Operações especiais	1.1[illegible]	[illegible]4	667	-40,1
Total	**38.69[illegible]**	**[illegible]0**	**31.177**	**-19,1**

Importação	2008		2009	Variação % 09/08*
Bens de capital	7,52	[illegible]8	7.032	-6,6
Matérias primas e intermediários	17.9[illegible]	[illegible]3	13.047	-27,2
Bens de consumo	4.6[illegible]	[illegible]9	4.560	-1,3
Não-duráveis	2.1[illegible]	[illegible]8	2.362	10,5
Duráveis	2.4[illegible]	[illegible]1	2.198	-11,4
Automóveis	9[illegible]	[illegible]4	854	-8,6
Combustíveis e lubrificantes	5.8[illegible]	[illegible]9	3.526	-39,7
Petróleo	3.1[illegible]	[illegible]9	1.584	-50,0
Demais	2.68	[illegible]0	1.942	-27,5
Total	**35.9[illegible]**	**[illegible]9**	**28.165**	**-21,6**

Fonte: Secex/MDIC * Média diária

China passa os EUA como maior destino de exportação

De Brasília

A China superou os Estados Unidos e tornou-se, em março, o principal destino das exportações do Brasil, com importações de US$ 1,7 bilhão em mercadorias brasileiras, principalmente minério de ferro, soja, aeronaves e açúcar.

O extraordinário aumento nas compras de minério de ferro por parte da China vem intrigando os especialistas. Ninguém sabe dizer, ainda, se o fenômeno será sustentável, contribuindo para resultados melhores do comércio exterior brasileiro ou se é apenas consequência de recomposição de estoques, o que pode significar uma deterioração no saldo comercial brasileiro mais adiante.

"A China consumiu seus estoques no fim do ano passado e está recompondo", explica o secretário-executivo do Conselho Empresarial Brasil-China, Rodrigo Tavares Maciel. "Mas o governo chinês também vem pressionando as estatais para antecipar obras de infraestrutura, como parte de seu pacote de estímulos de US$ 500 bilhões", lembra ele, que diz não ser possível dizer, ainda, se o processo de recomposição de estoques tem prazo para acabar ou se a China tende a seguir consumindo matéria prima nas mesmas proporções do começo do ano.

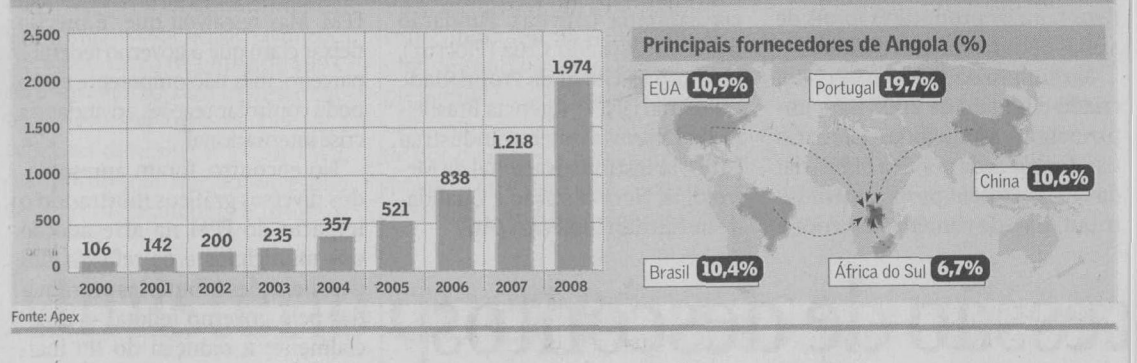
Só em janeiro e fevereiro, as compras de minério de ferro aumentaram 44%. O total de exportações brasileiras à China aumentou 135% em março, em média, por dia, em comparação com março de 2008. No primeiro trimestre, o aumento foi de 63%. As compras de soja brasileira, mesmo antes da safra, também pesaram nesse resultado. As vendas foram favorecidas pelas restrições impostas pelos argentinos à venda da soja local, os preços inferiores aos do ano passado e o interesse dos exportadores brasileiros em embarcar a soja estocada para aproveitar o nível de preços (menor, mas ainda considerado muito bom).

As vendas de soja à China já haviam crescido quase 340% só no primeiro bimestre (contribuiu para o número impressionante a base de comparação mais baixa, com a greve nas aduanas realizada no começo do ano passado). Ainda sem os dados discriminados por país, as venda de soja brasileira cresceram 57% em março.

A venda de aviões da Embraer a companhias chinesas também foi um item importante na pauta de exportações à China. Os Estados Unidos, principal cliente do Brasil, mostraram os efeitos da crise e reduziram em 40% suas compras de produtos brasileiros. Se tivessem mantido o mesmo desempenho de março de 2008, teriam permanecido em primeiro lugar entre os mercados compradores do país.

Embora tenham sofrido queda, no total, os resultados das exportações mostram bom desempenho em países da Ásia e da África, alguns deles beneficiados pelas ações de política externa, de aproximação com os governos locais. No Sudão, por exemplo, as vendas brasileiras cresceram quase 50%, principalmente motoniveladoras, tratores, açúcar e fumo. *(SL)*

Oportunidade na crise
Evolução das exportações brasileiras para Angola - em US$ milhões



Fonte: Apex

Angola resiste e anima indústria brasileira

Raquel Landim
De São Paulo

Quase uma centena de empresários não desgrudava os olhos de uma apresentação sobre Angola ontem em São Paulo. Funcionários do governo explicaram o posicionamento dos concorrentes e as oportunidades para o Brasil. Na terça-feira, a cena foi a mesma em Florianópolis com 75 empresários. Hoje é a vez de Recife.

Qual é a explicação para o interesse por um mercado na África, que reúne apenas 16 milhões de pessoas? A resposta é simples: o ritmo das vendas brasileiras para Angola, por enquanto, resiste à crise — um milagre em meio à queda de 30% nas exportações de manufaturados no primeiro trimestre.

Um levantamento da Agência de Promoção de Exportações (Apex) apontou que as exportações para Angola cresceram 54% entre outubro de 2008, quando a crise começou, e fevereiro de 2009. O ritmo foi o mesmo de outubro de 2007 a fevereiro de 2008. Em ambos os casos, a comparação é com igual período um ano antes.

Em outros mercados, maiores e mais importantes para o Brasil, o cenário é bem mais complicado. Para a Argentina, as exportações caíram 23% entre outubro de 2008 e fevereiro de 2009 com relação aos 12 meses anteriores, contra alta de 39% entre outubro de 2007 e fevereiro de 2008.

"Angola é uma grande oportunidade, porque as exportações ainda não sentiram os efeito da crise", disse Adalberto Schiehll, coordenador de projeto da Apex, que pretende reunir 55 empresas para expor em uma feira em Luanda, capital de Angola, em julho. Ele frisa o "ainda", porque o país perdeu poder de compra com a queda dos preços do petróleo, que responde por 90% de suas exportações.

Em meio a reconstrução com o fim da guerra civil em 2002, a economia de Angola cresceu 16% no ano passado. O Brasil é o quarto maior fornecedor do país, que importa quase tudo que consome. Segundo Ulisses Pimentel, analista da Apex, alguns fatores beneficiaram os produtos brasileiros: a presença de construtoras como Odebrecht e Camargo Correa, boas relações políticas, o mesmo idioma e até o sucesso das novelas.

"A demanda é tão grande que, se vencermos uma concorrência, vai valer a pena", disse Arlete Canassa, gerente de exportação da Cadioli, que produz ferramentas manuais e implementos para a agricultura familiar. Ela visitou o país no fim de 2008 e participou de licitações, mas perdeu para os chineses. "Com a desvalorização do dólar, temos mais chances esse ano".

Jaime Weiss, gerente de exportação da Quimis, que vende aparelhos científicos como balanças e medidores, também quer incrementar as vendas para Angola. Ele relata que ainda é um mercado difícil, por conta da logística pouco desenvolvida e do alto custo de diárias de hotéis e outras despesas.

Mais de 80% das vendas brasileiras para Angola são produtos manufaturados, com destaque para veículos, tratores e autopeças, que respondem por 20% das vendas brasileiras, e máquinas e motores, com outros 15%. Pimentel, da Apex, explica que pode ser mais fácil para os brasileiros ganhar espaço em Angola porque seus produtos já são conhecidos, mas ainda não estão consolidados.

É o caso de calçados ou cerâmica. O Brasil responde por 14% das importações de calçados de Angola, mas enquanto a concorrência elevou em 40% as vendas em média por ano entre 2002 e 2007, o país exportou 62% mais. Em cerâmica, a fatia do Brasil é de 16%, mas suas vendas subiram 80% no período, contra 34% da concorrência.

Informe Publicitário

Studio Máquina

Comunicado do Grupo Camargo Corrêa

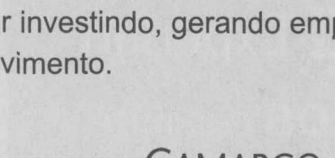
Em face dos fatos ocorridos na semana passada e amplamente noticiados pela imprensa, o Grupo Camargo Corrêa vem a público esclarecer que, no ano passado, em absoluta concordância com a legislação eleitoral, suas empresas controladas doaram R$ 23,9 milhões a partidos políticos e candidatos que concorreram nas eleições de 2008. Desse total, devidamente registrado no Tribunal Superior Eleitoral, R$ 19,7 milhões foram doações realizadas pela Construtora e suas controladas.

Em 2008, como resultado de atividade empresarial que compreende negócios principalmente nas áreas de indústria de cimento, construção e concessões, o Grupo faturou cerca de R$ 16 bilhões e recolheu impostos no valor de R$ 2,8 bilhões.

No mesmo período, refletindo a crescente participação em projetos relevantes no Brasil e em outros países onde atua, o faturamento da Construtora Camargo Corrêa atingiu R$ 5,4 bilhões, registrando um aumento de 62% em relação aos R$ 3,3 bilhões obtidos em 2007.

Esse aumento foi propiciado, notadamente, pelo crescimento das atividades no Brasil, onde o setor privado (mineração, energia, óleo e gás) respondeu por 65% da receita da Construtora e o setor público (saneamento, transportes e edificações), por 22%. As atividades da Construtora no exterior foram responsáveis por 13% do seu faturamento.

O Grupo manifesta mais uma vez seu empenho para o esclarecimento dos fatos e sua confiança na Justiça e nas instituições. Ao mesmo tempo, agradece as inúmeras manifestações de solidariedade, compreensão e apoio que tem recebido de clientes, fornecedores, parceiros e profissionais. Finalmente, reafirma seu compromisso de, a despeito das adversidades do momento, continuar investindo, gerando empregos e contribuindo para o desenvolvimento.



Saúde Meta é economizar R$ 160 milhões por ano em compras de insumos farmacêuticos para o SUS

Governo decide usar PPPs para produzir 24 fármacos no país

Arnaldo Galvão
De Brasília

Nove parcerias público privadas (PPPs) entre laboratórios oficiais e indústrias farmacêuticas, anunciadas ontem pelo governo, têm meta de poupar, a partir de 2010, R$ 160 milhões por ano em compras governamentais realizadas para o Sistema Único de Saúde (SUS). Os contratos, segundo o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, preveem transferência de tecnologia e desenvolvimento de 24 insumos (fármacos) para a fabricação nacional de medicamentos, que já não estão protegidos por patentes, para os tratamentos de pacientes portadores do vírus HIV, tuberculose, asma, hemofilia, psicoses, produtos que reduzem colesterol, contraceptivos e imunossupressores usados em terapias para pacientes transplantados.

A compra direta desses fármacos envolve cerca de R$ 800 milhões por ano e Temporão enfatizou que, no cenário de crise econômica, a área da saúde também pode contribuir com estímulos ao crescimento. Na avaliação do ministro, essas parcerias têm duas importantes consequências. A primeira é reduzir importações, porque o país tornou-se dependente de insumos farmacêuticos produzidos no exterior — 80% do consumo interno desse tipo de produto é importado.

A segunda consequência, explicou Temporão, é reconstruir o parque industrial de fármacos, que foi dizimado com a abertura dos anos 90. "O Ministério da Saúde tem grande poder de compra e vai usá-lo para resgatar um setor que foi destruído pela irresponsável abertura comercial dos anos 90, que acabou criando empregos na China e na Índia."

Em 30 dias, os laboratórios oficiais terão de apresentar ao ministério o detalhamento dos projetos. A base das PPPs é a portaria 978, do Ministério da Saúde, que definiu a lista dos medicamentos e equipamentos estratégicos, de interesse público e, portanto, prioritários para as compras governamentais.

Nesse contexto, o antiretroviral Tenofovir será fabricado por meio de duas associações. Na primeira delas, o laboratório público Farmanguinhos uniu-se à indústria nacional Globe. Na outra PPP, a Fundação Ezequiel Dias (Funed) juntou-se à Blanver e à Nortec Química. O Tenofovir é usado por aproximadamente 40 mil pessoas como alternativa à zidovudina (AZT) e tem custo médio anual de US$ 927.

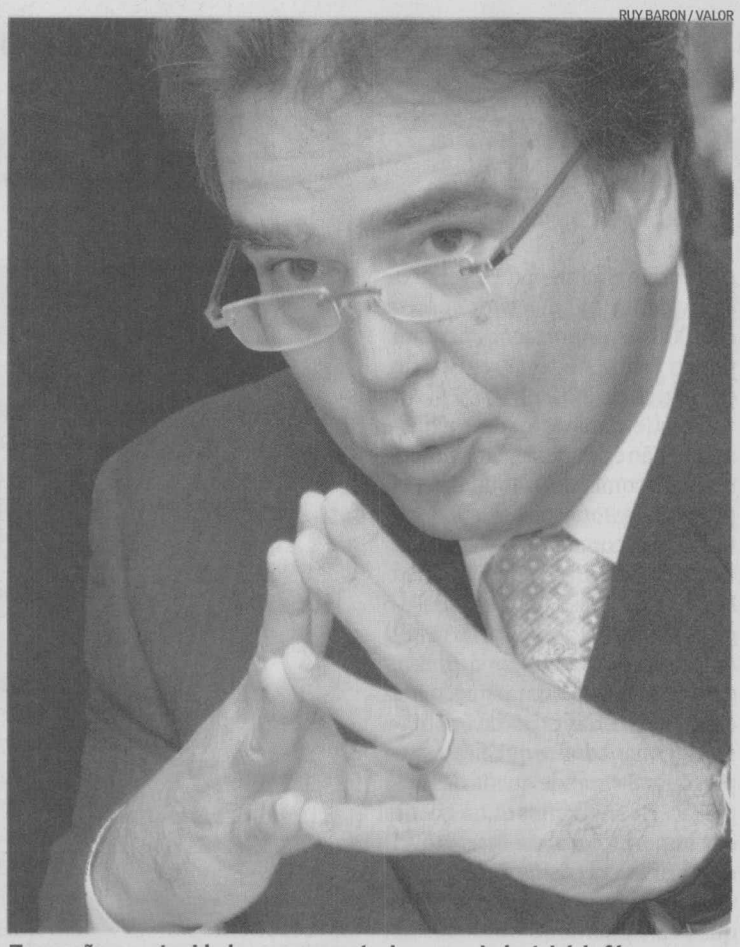
Funed, Blanver e Nortec também vão fabricar a atorvastatina, fármaco redutor do colesterol. Farmanguinhos também vai produzir com a indústria indiana Lupin quatro drogas contra a tuberculose. Uma delas é a combinação de quatro princípios ativos em um medicamento, o que Temporão ressaltou ser um avanço na facilitação do tratamento que tem de ser levado por seis meses.

Uma parceria entre a Hemobrás e a indústria brasileira Cristália vai produzir o Fator VII-A Recombinante, anti-hemorrágico usado por pacientes portadores de hemofilia. Atualmente, todo o Fator VII consumido tem de ser importado da empresa dinamarquesa Novonordisk. No ano passado, o Ministério da Saúde gastou R$ 44 milhões na operação.

Pacientes transplantados atendidos pelo SUS também serão beneficiados com duas parcerias que vão fabricar imunossupressores. A primeira delas foi firmada entre o Laboratório Químico Farmacêutico do Exército (LQFEx) e as indústrias Roche e Nortec. Na segunda, a associação é entre o Laboratório Químico Farmacêutico da Aeronáutica (LAQFA) e a Libbs.

O Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco (Lafepe), o Núcleo de Pesquisa em Alimentos e Medicamentos (Nuplam), do Rio Grande do Norte, e a Cristália vão fabricar três antipsicóticos, que consomem R$ 220 milhões por ano do orçamento do Ministério da Saúde. Uma décima parceria ainda pode ser realizada entre a Funed e uma indústria argentina para a fabricação do fármaco salbutamol, que é utilizado nos tratamentos de asma leve.

RUY BARON / VALOR



Temporão: oportunidade para reconstruir parque industrial de fármacos

Projeto ajuda laboratório nacional em licitações

De Brasília

Produtores nacionais de medicamentos terão vantagens especiais em licitações para concorrer em igualdade com indústrias estrangeiras nos processos de compras governamentais. O texto do anteprojeto de lei que faz mudanças relevantes na Lei de Licitações (nº 8.666, de 21 de junho de 1993) será apresentado aos representantes do setor em 7 de abril. Depois, a proposta deve seguir à Casa Civil. As informações são do secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, Reinaldo Guimarães.

Segundo explicou o secretário, o objetivo, no âmbito do Grupo Executivo do Complexo Industrial da Saúde (Gecis), é compensar a desvantagem que a alta carga tributária impõe aos produtos fabricados no Brasil quando têm de competir com itens estrangeiros. Outra grande mudança que está sendo preparada é a criação de um mecanismo que dê mais peso à qualidade dos produtos e não apenas aos menores preços. Isso, segundo Guimarães, será feito por meio de qualificação prévia das indústrias.

Mudar a Lei de Licitações vai no mesmo sentido das nove parcerias público privadas anunciadas ontem. Segundo o Ministério da Saúde, a estimativa de compras diretas de medicamentos, neste ano, é de R$ 1,97 bilhão, sendo que, no ano passado, o gasto foi de R$ 1,68 bilhão. Em 2007, do total de R$ 1,66 bilhão nessa despesa, R$ 1,05 bilhão foi pago a empresas estrangeiras, apenas R$ 341,22 milhões foram para indústrias privadas nacionais e R$ 272,40 milhões destinados a laboratórios públicos.

Mudanças nas normas de licitação também estão sendo preparadas para o desenvolvimento da indústria bélica nacional. O Plano Estratégico de Defesa, que redefine o papel das Forças Armadas, aumenta os recursos destinados a seu reaparelhamento e estabelece incentivos para os produtores locais de armas e equipamentos militares.

No âmbito da saúde, o Gecis foi criado em maio de 2008 para implementar as medidas previstas nas diretrizes da política industrial da área. Também propõe medidas tributárias, de comércio exterior e de pesquisa. O grupo é integrado por representantes de sete ministérios — Saúde, Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento, Fazenda, Planejamento, Casa Civil e Relações Exteriores —, BNDES, Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Fundação Instituto Oswaldo Cruz (Fiocruz), Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro). *(AG)*

Ministério quer regras para concessão de descontos

De Brasília

O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, disse que está sendo preparada uma regulamentação para restringir a estratégia de indústrias farmacêuticas que dão grandes descontos em seus produtos por meio de programas de fidelização, que envolvem médicos, pacientes e redes de varejo. Temporão manifestou preocupação com a predominância de aspectos exclusivamente comerciais na relação entre médicos e pacientes.

Segundo Temporão, a polêmica dos cartões de descontos é uma questão urgente e já há muita reclamação. No aspecto ético, o que tem de ser analisado é o relacionamento entre médico e paciente. Esses programas de marketing ou fidelização dependem de indicação do médico para que o paciente tenha grandes descontos a partir do preenchimento de um cadastro com informações que, em alguns casos, vão além de endereço, idade e profissão. O que se questiona, no aspecto ético, é a liberdade do profissional da medicina para apontar determinado remédio ou se ele vai se envolver nas políticas comerciais da indústria.

No aspecto concorrencial, o que tem de ser investigado é se a fidelização e as promessas de descontos ferem a liberdade de competição. O secretário-executivo da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), Luiz Milton Veloso, informa que essa discussão está começando agora no âmbito do conselho de cinco ministros que integram a Câmara: Saúde (presidente), Casa Civil, Justiça, Fazenda, e Desenvolvimento.

O Comitê Técnico Executivo da CMED conta com a participação da secretária de Direito Econômico do Ministério da Justiça, Mariana Tavares. É da competência da SDE verificar a ocorrência de condutas anticoncorrenciais. A competência para a regulamentação da ética dos médicos é do Conselho Federal de Medicina (CFM). Entre médico e paciente, pode estar havendo a contaminação, termo usado por Temporão, de aspectos exclusivamente comerciais. Na disputa pelo mercado, em muitos casos não há a opção de genéricos, o que justifica o programa de fidelização com descontos equivalentes. *(AG)*

Evento em Cuiabá debate futuro da Amazônia

Daniela Chiaretti
De Cuiabá

Não podia ter sido mais surpreendente: 1.200 pessoas reunidas em Cuiabá, ontem, num evento de nome exótico — o Katoomba Meeting XIV — discutindo os possíveis impactos de duas siglas no futuro da Amazônia. A primeira é a vedete que corre em paralelo à negociação internacional sobre a mudança do clima, REDD, ou Redução de Emissões pelo Desmatamento e Degradação, e a outra bem mais antiga, PSA, ou Prestação de Serviços Ambientais. O anfitrião é o governador Blairo Maggi, do Mato Grosso, Estado que perdeu para o Pará o título de campeão do desmatamento da Amazônia e adotou o discurso da "floresta em pé".

"Apenas esforços de conservação não vão garantir o destino da Amazônia", disse Michael Jenskins, presidente do The Katoomba Group e da ONG americana Forest Trends. "A chave está nos mercados que valorizam a floresta em pé e em seus serviços ambientais." Katoomba é o lugar na Austrália onde nasceu este grupo de pessoas que aposta no pagamento de serviços ambientais — desde a manutenção da biodiversidade, a dispersão de sementes ou a purificação da água até sua versão mais conhecida, o mercado de carbono.

Segundo Jenskins, este é o momento certo para a discussão destes temas, para viabilizar "uma visão comum e resultados concretos antes que seja tarde demais". Ele fica reticente ao ser questionado se não é estranho pagar a brasileiros sobre algo que deveriam fazer para cumprir a lei. "O mundo precisa de mais comida, o mundo precisa de mais energia. A grande batalha é conseguir o equilíbrio de tudo isso com os serviços ambientais."

Para muitos dos pesquisadores, ambientalistas, acadêmicos e políticos que estarão reunidos até sábado, a melhor resposta está em programas de REDD. A sigla apareceu nas conferências do clima, mas, por ora, corre em raia própria. Não existia à época do Protocolo de Kyoto e a esperança de quem torce por ela é que entre no acordo de Copenhague, em dezembro. "É a melhor oportunidade que temos para preservar a Amazônia", diz Virgilio Viana, diretor da Fundação Amazonas Sustentável. Segundo ele, o mercado movimentou US$ 118 bilhões em 2008. Bastaria 10% disso para chegar a US$ 12 bilhões, cifra que aparece em vários estudos como sendo a quantia necessária para estancar o desmatamento.

REDD é ainda, basicamente, uma visão. É de Viana o primeiro (e praticamente o único) projeto do gênero no país, no Amazonas, iniciado em 2008. Mas trata-se de uma promessa atraente o bastante para garantir a presença de outros quatro governadores amazônicos no evento — Ivo Cassol, de Rondônia, Ana Júlia Carepa, do Pará, Arnóbio Marques, do Acre, e o amazonense Eduardo Braga —todos afinados num discurso muito verde e apostando nos impactos positivos de manter a "floresta em pé".

"Temos que conectar os esforços regionais, nacionais e internacionais", disse Tony Brunello, secretário-adjunto de Energia e Mudança Climática da Califórnia (EUA), depois de exibir fotos da visita dos governadores amazônicos a Arnold Schwarzenegger, no fim de 2008. "Foi um encontro para coordenar iniciativas", continuou. "O verdadeiro desafio é fazer com que as pessoas da Amazônia vivam com dignidade", disse o ministro do Meio Ambiente Carlos Minc.

A jornalista viajou a Cuiabá a convite do Instituto Centro de Vida (ICV)

Imperdível. 21 e 22 de maio.
O maior evento de crédito e serviços de marketing da América Latina
CREDIT AND MARKETING VISION2009
Serasa Experian
Diminua os RISCOS e otimize suas ações de marketing.
cmvision2009.com.br

União estuda formas de auxiliar prefeituras

Paulo de Tarso Lyra
De Brasília

Seis ministros se reuniram na manhã de ontem com o presidente em exercício, José Alencar, em busca de uma saída para ajudar as prefeituras que perderam receitas com a queda dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). De Paris, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ligou para Alencar para que fizesse a reunião. A intenção de Lula é ter uma solução assim que chegar ao Brasil, na semana que vem. Dados da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) mostram que as desonerações tributárias feitas pelo governo federal até o momento retiraram R$ 2,1 bilhões do FPM.

Um dos participantes do encontro, o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, reconheceu as dificuldades, mas disse que Estados e municípios também devem dar sua cota de participação no esforço geral. "Da mesma forma que o governo federal reviu suas estimativas, governadores e prefeitos também terão de reajustar seus gastos", afirmou Bernardo, declarando que a queda dos repasses é fruto da crise internacional.

Além de Bernardo, participaram da reunião o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Machado; a ministra chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff; o ministro da Previdência, José Pimentel; o ministro da Coordenação Política, José Múcio Monteiro; das Cidades, Márcio Fortes; e o secretário do Tesouro, Arno Augustin.

Dilma reconheceu que o governo "está sensibilizado" com a situação de alguns municípios, "especialmente do Norte de Nordeste". Ela disse que o governo estuda alternativas para compensar a queda do FPM. Mas ressalvou que "é preciso deixar claro que o governo federal é parceiro, mas não onipotente e não pode controlar reações advindas da crise internacional".

No encontro, foram apresentados diversos gráficos mostrando o impacto do FPM na arrecadação dos municípios e os reflexos das desonerações tributárias promovidas pelo governo federal — especialmente a redução do IPI incidente nos veículos e, mais recentemente, nos materiais de construção. "Se não tivesse havido a desoneração, ainda sim o FPM teria caído, porque a queda no consumo dos veículos não sustentaria a arrecadação prevista do IPI", disse o ministro da Coordenação, José Múcio Monteiro.

Segundo os dados apresentados no encontro, 60% dos municípios brasileiros têm menos de 24 mil habitantes. São justamente esses os mais afetados pela queda nos repasses. O ministro do Planejamento não quis adiantar o que poderá ser anunciado pela União, "temos um caminho a seguir, mas não posso falar nada agora". Mas ele descartou a possibilidade de um aumento no limite de endividamento dos municípios. "Todos os municípios recebem o FPM. Mas ele é mais importante nas cidades menores, justamente aquelas que não têm condições de se endividar ainda mais", completou.

O presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, refuta os argumentos, alegando que os pequenos municípios têm condições de contrair novos empréstimos. "O problema é que o crédito para investimentos está escasso. Também é falacioso o argumento de que só as pequenas cidades necessitam do FPM. Fortaleza, por exemplo, tem 2,5 milhões de habitantes e arrecada R$ 55 bilhões de ICMS e recebe outros R$ 51 bilhões de FPM", comparou ele.

A queda no ritmo da economia do primeiro trimestre, por exemplo, está obrigando a prefeitura de Teresina (PI), uma das mais pobres capitais do país, a rever a sua projeção de gastos e investimentos para o ano. O orçamento inicial previsto era de R$ 1,088 bilhão. Dentro desse montante, contudo, R$ 560 milhões são despesas vinculadas ao SUS. Do restante (R$ 588 milhões), o FPM representa R$ 232 milhões e o ICMS, R$ 200 milhões.

Klabin Segall

SEU LUGAR NO MUNDO

Klabin Segall S/A

CNPJ nº 00.187.032/0001-48

NOVO MERCADO igc itag

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2008 [1]

Atendendo aos dispositivos legais, estatutários e à regulamentação do mercado de valores mobiliários, submetemos à apreciação de V. Sas. o relatório da administração, e as demonstrações financeiras devidamente auditadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, da Klabin Segall S.A.

As demonstrações contábeis da Klabin Segall S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições legais aplicáveis à espécie, em especial àquelas contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, alteradas pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08, e, ainda, com base nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

I. MENSAGEM AOS ACIONISTAS

O ano de 2008 foi para a Klabin Segall um ano de grandes conquistas, desafios e ajustes. Finalizamos a integração da plataforma operacional após aquisição da Setin, o que proporcionou maior agilidade e controle, tanto na construção, quanto na comercialização dos empreendimentos.

Neste passo, importante destacar a mudança da sede da Companhia, para um imóvel maior, mais amplo e moderno, em comparação à antiga sede; capaz de propiciar a nossos colaboradores, clientes e prestadores de serviços, um melhor ambiente de trabalho, infraestrutura e atendimento. Esta mudança representou para a Companhia um novo passo, para uma nova fase, na medida em que, principalmente, gerou uma redução de custos, em razão da integração dos escritórios (Engenharia e Operacional), e, por conseqüência, acabou por proporcionar uma melhor comunicação entre todas as áreas da Companhia, criando sinergias operacionais.

Os lançamentos da Companhia ficaram praticamente estáveis em relação àqueles realizados durante 2007, atingindo Valor Geral de Vendas (VGV) de R$ 1,0 bilhão, enquanto as vendas contratadas somaram R$ 1,0 bilhão (exclusivo Klabin Segall), montante 99% superior ao registrado no ano anterior. Entregamos três empreendimentos durante o ano e, ao final de 2008, lançamos, na cidade de São Paulo, o empreendimento Seridó com VGV exclusivo de R$ 359,0 milhões. Nossa velocidade de vendas foi de 53%, nosso índice de inadimplência permaneceu estável em 1,2%, bem como a quantidade de distratos.

Apesar da grande expansão observada no setor imobiliário nos últimos três anos, a crise financeira, que atingiu as principais economias do mundo no curso de 2008, trouxe impactos relevantes para as incorporadoras brasileiras, principalmente relacionados à restrição de crédito e a diminuição da velocidade de vendas. O último trimestre de 2008 foi marcado por conservadorismo na aprovação de crédito aos potenciais compradores, desemprego crescente e demasiada cautela no momento de decidir pela aquisição de um imóvel. Dentro deste cenário, a Companhia estruturou-se para readequar sua operação a esta nova realidade de mercado. Fizemos ajustes no nosso plano de lançamentos para o ano, cancelando um projeto em Uberlândia (MG), correspondente a um VGV de R$ 258,6 milhões, e postergamos outros dois projetos na cidade de Campo Grande (MS) – Estilo Unique e Estilo Personale – com VGV de R$ 281,1 milhões. Tal decisão de cancelamento e adiamento dos projetos está totalmente alinhada com o comprometimento da Companhia e seus administradores em gerar valor aos seus acionistas, privilegiando menor exposição e gestão eficiente do caixa, além de priorizar a venda de estoque.

Internamente, atuamos com foco no ganho de escala e maximização das sinergias entre as diferentes áreas da Companhia, concluindo o processo de reorganização administrativa e incorporação da Setin, incluindo a integração das plataformas de vendas e de engenharia e construção. Adicionalmente, estamos investindo na reestruturação de nossa área financeira e, para tanto, contratamos um novo diretor financeiro (CFO); um novo Controller; um profissional dedicado ao gerenciamento da carteira SFH (Sistema Financeiro da Habitação), uma das principais fontes de financiamento do setor imobiliário nacional e, ainda, criamos uma diretoria dedicada ao controle de Processos e Qualidade.

Considerando os desenvolvimentos citados, nossas prioridades para 2009 continuam direcionadas à constante adequação de nossa operação à nossa estrutura de capital. A restrição das linhas de crédito em função da crise financeira global e a demanda de mercado continuarão a pautar estratégias de lançamentos mais conservadoras. De qualquer forma, possuímos um banco de terrenos (landbank) no valor de R$ 4,0 bilhões, incluindo R$ 2,00 bilhões de permutas, o que confere flexibilidade ao nosso plano de lançamentos. Em última instância, o lançamento de projetos vai depender, prioritariamente, de fatores como a existência de demanda, linhas de financiamento adequadas e condições de mercado. Adicionalmente, considerando o novo programa de habitação do governo federal "Minha Casa, Minha Vida", parte desse banco de terrenos poderá ser destinada ao segmento econômico popular, por meio da marca Olá.

Com relação ao Resultado do Ano, é importante notar que este foi negativamente impactado pelos ajustes contábeis referentes às disposições contidas na Lei nº 11.638/07.

Finalmente, a administração da Klabin Segall reafirma seu comprometimento com a geração de valor aos seus acionistas e investidores. Continuaremos focados em oferecer projetos residenciais inteligentes, com estrutura de custo e de capital adequada, engenharia de ponta, comprometimento dos nossos colaboradores, respeito pelos nossos fornecedores e clientes. Acreditamos na recuperação da economia brasileira e, como uma das maiores incorporadoras do País, a Klabin Segall dará sua contribuição.

Comitê Executivo

Sergio de Toledo Segall — Oscar Segall — Antonio Setin

[1] A Companhia Informa que o inteiro teor do Relatório de Administração, no qual constam, entre outros tópicos, informações sobre o: (i) Contexto Operacional; (ii) Desempenho Econômico - Financeiro; (iii) Estratégias e Perspectivas; (iv) Planos de Sustentabilidade; (v) Recursos Humanos; (vi) Governança Corporativa; (vii) Direitos dos Acionistas e Dados do Mercado, foi devidamente arquivado no site da CVM/Bovespa.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Controladora 2008	Controladora 2007	Consolidado 2008	Consolidado 2007
Circulante					
Caixa e bancos		833	859	35.470	22.597
Aplicações financeiras	5	6.770	112.705	69.384	126.868
Numerário em trânsito		520	186	4.451	856
Créditos perante clientes	6	4.485	2.297	231.189	107.111
Imóveis a comercializar	7	20.330	14.032	414.887	357.957
Impostos a recuperar		5.628	3.444	8.783	3.659
Despesas antecipadas	8	-	2.717	10.498	38.032
Outros créditos	9	8.965	1.797	34.039	17.071
Total do ativo circulante		**47.531**	**138.037**	**808.701**	**674.151**
Não circulante					
Realizável a longo prazo:					
Aplicações financeiras	5	-	6.649	-	2.623
Créditos perante clientes	6	5.034	4.045	243.762	134.199
Imóveis a comercializar	7	-	-	106.601	48.176
Contas correntes com empreendedores	23	16.962	14.119	3.180	-
Crédito com pessoas ligadas	23	168	1.580	5.690	972
Despesas antecipadas	8	-	-	155	-
Impostos antecipados		-	-	2.038	-
Outros créditos	9	37.102	9.719	44.283	22.593
Investimentos	10	665.715	437.673	-	-
Ágio na aquisição de investimentos	10	79.136	95.538	-	-
Imobilizado	11	8.185	1.286	25.121	1.331
Intangível	11	1.422	849	86.890	102.645
Diferido		-	420	-	65.340
Total do ativo não circulante		**813.724**	**571.878**	**517.720**	**377.879**
Total do ativo		**861.255**	**709.915**	**1.326.421**	**1.052.030**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Controladora 2008	Controladora 2007	Consolidado 2008	Consolidado 2007
Circulante					
Fornecedores		2.703	7.278	38.137	22.863
Financiamentos e empréstimos	12	24.012	33.553	67.256	105.862
Obrigações por debêntures	13	23.762	7.083	23.762	7.083
Obrigações sociais		350	210	2.053	695
Obrigações tributárias		654	181	7.712	5.039
Adiantamento de clientes	14	692	293	34.347	3.995
Outras contas a pagar		924	2.626	9.838	16.427
Obrigações por aquisições societárias	17	2.995	31.766	8.027	31.766
Dividendos propostos	20.d)	-	6.968	-	6.968
Terrenos a pagar	16	-	12.334	36.908	77.438
Impostos diferidos	18	-	147	13.372	6.766
Total do passivo circulante		**56.092**	**102.439**	**241.412**	**284.902**
Não circulante					
Financiamentos e empréstimos	12	3.925	674	99.989	9.138
Obrigações por debêntures	13	432.500	205.019	438.062	230.698
Provisão para perdas de investimentos	10	9.452	-	-	-
Terrenos a pagar	16	-	-	4.451	65.348
Débitos com investidores	23	737	3.241	3.550	3.970
Adiantamento de clientes	14	-	-	78.450	-
Outras contas a pagar		-	-	1.330	22.247
Obrigações por aquisições societárias	16	2.824	2.824	2.824	2.824
Provisão para contingências	30	543	543	723	733
Dívidas com pessoas ligadas	23	6.920	1.464	33.453	2.559
Impostos diferidos	18	178	259	14.748	8.477
Total do passivo não circulante		**457.079**	**214.024**	**677.580**	**345.994**
Participação dos minoritários		**-**	**-**	**59.345**	**27.682**
Patrimônio líquido					
Capital social	20.a)	353.846	353.846	353.846	353.846
Ações em tesouraria	20.c)	-	(54.797)	-	(54.797)
Reserva de capital		-	50.000	-	50.000
Reserva legal	20.b)	-	3.377	-	3.377
Reserva estatutária	20.f)	-	38.718	-	38.718
Reserva de lucros a realizar	20.e)	-	2.308	-	2.308
Prejuízos acumulados		(5.762)	-	(5.762)	-
Total do patrimônio líquido		**348.084**	**393.452**	**348.084**	**393.452**
Total passivo e patrimônio líquido		**861.255**	**709.915**	**1.326.421**	**1.052.030**

As notas explicativas e as informações suplementares são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital ágio de subscrição	Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva de lucros a realizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2006		345.574	-	50.000	2.001	19.102	2.741	-	419.418
Ações em tesouraria	20.c)	-	(54.797)	-	-	-	-	-	(54.797)
Dividendos de ações em tesouraria revertidos		-	-	-	-	-	-	9	9
Aumento de capital - incorporação	1	8.272	-	-	-	-	-	-	8.272
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	27.518	27.518
Destinação do resultado:									
Reserva legal	20.b)	-	-	-	1.376	-	-	(1.376)	-
Dividendos propostos	20.d)	-	-	-	-	-	(433)	(6.535)	(6.968)
Reserva estatutária	20.f)	-	-	-	-	19.616	-	(19.616)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2007		**353.846**	**(54.797)**	**50.000**	**3.377**	**38.718**	**2.308**	**-**	**393.452**
Ajustes introduzidos pela Lei nº 11.638/07	2	-	-	-	-	-	-	(51.960)	(51.960)
Saldos de abertura em 1º de janeiro de 2008		**353.846**	**(54.797)**	**50.000**	**3.377**	**38.718**	**2.308**	**(51.960)**	**341.492**
Ações em tesouraria	20.c)	-	54.797	(50.000)	-	(4.797)	-	-	-
Absorção de prejuízos acumulados com reservas		-	-	-	(3.377)	(33.921)	(2.308)	39.606	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	6.592	6.592
Saldos em 31 de dezembro de 2008		**353.846**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(5.762)**	**348.084**

As notas explicativas e as informações suplementares são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Em milhares de reais)

	Controladora 2008	Controladora 2007	Consolidado 2008	Consolidado 2007
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social do exercício	6.592	27.518	6.592	27.518
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:				
Amortização de ágio	16.717	4.050	16.717	4.050
Depreciações e amortizações	846	369	21.977	388
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	6.151	(4.042)
Amortização do diferido	607	254	641	5.665
Despesas financeiras, juros passivos, variações monetárias	32.527	-	39.904	-
Resultado de equivalência patrimonial	(73.878)	(36.025)	-	-
Provisão para perdas de investimentos	9.452	-	-	-
Participação de minoritários	-	-	12.851	10.068
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Créditos perantes clientes	(3.177)	442	(244.279)	(137.336)
Imóveis a comercializar	(6.298)	9.764	(115.355)	(216.439)
Despesas antecipadas	2.717	(2.408)	32.149	(34.584)
Partes relacionadas	(1.431)	3.376	(7.898)	-
Impostos a recuperar	(2.184)	(2.356)	(7.162)	(2.399)
Aplicações financeiras	(66)	(6.648)	-	(1.311)
Outros ativos	(67.697)	(21.173)	(67.063)	(33.508)
(Redução) aumento nos passivos operacionais:				
Adiantamento de clientes	399	(352)	108.801	3.017
Fornecedores	(4.575)	4.116	15.274	13.843
Dividendos propostos	(6.968)	-	(6.968)	-
Impostos diferidos	(169)	-	7.442	-
Obrigações fiscais e trabalhistas	613	(2.939)	4.031	14.357
Terrenos a pagar	(12.334)	(4.151)	(101.427)	41.752
Obrigações por aquisições societárias	(28.771)	25.496	(28.305)	25.496
Outros passivos	(1.702)	1.604	(23.028)	30.521
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	**(138.780)**	**937**	**(328.955)**	**(252.944)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aportes em sociedades investidas	(261.510)	(325.941)	-	(102.502)
Ágio de investimentos	(315)	-	-	-
Dividendos recebidos	64.838	-	-	-
Adições ao diferido	-	(252)	-	(49.904)
Aquisições de bens do imobilizado e intangíveis	(8.505)	(1.104)	(26.052)	(1.236)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(205.492)**	**(327.297)**	**(26.052)**	**(153.642)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento do capital social por acionistas	-	8.272	-	8.272
Ações mantidas em tesouraria	-	(54.797)	-	(54.797)
Obrigações por debêntures	230.000	212.102	211.447	236.309
Aumento de minoritários	-	-	20.874	2.698
Dívidas com pessoas ligadas	2.951	(3.719)	30.475	(2.464)
Dividendos propostos	-	(1.437)	-	(1.437)
Empréstimos e financiamentos	(1.021)	18.780	48.572	87.574
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**231.930**	**179.201**	**311.368**	**276.155**
Redução líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**(112.342)**	**(147.159)**	**(43.639)**	**(130.431)**
Saldos no início do exercício	113.750	260.909	152.944	280.751
Saldos no fim do exercício	1.408	113.750	109.305	150.320
Redução líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**(112.342)**	**(147.159)**	**(43.639)**	**(130.431)**
Transações que não envolveram caixa				
Distratos de terrenos	13.323	-	13.323	-
Juros capitalizados sobre debêntures	14.325	-	14.325	-
Ajustes introduzidos pela Lei nº 11.638/07	(51.960)	-	(51.960)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota Explicativa	Controladora 2008	Controladora 2007	Consolidado 2008	Consolidado 2007
Receita bruta					
Receita de venda dos empreendimentos	4 l)	-	1.971	557.155	250.195
Receita de serviços		3.837	2.753	31.378	5.403
Total da receita bruta		**3.837**	**4.724**	**588.533**	**255.598**
Deduções da receita					
Impostos incidentes		(91)	(56)	(20.088)	(9.526)
Distrato de unidades imobiliárias		(51)	(929)	(1.774)	(1.444)
Total das deduções da receita		**(142)**	**(985)**	**(21.862)**	**(10.970)**
Receita líquida		**3.695**	**3.739**	**566.671**	**244.628**
Custos dos empreendimentos vendidos e serviços		**(182)**	**(453)**	**(383.187)**	**(154.628)**
Lucro bruto		**3.513**	**3.286**	**183.484**	**90.000**
Despesas (receitas) operacionais					
Despesas comerciais e com vendas		(64)	(444)	(68.816)	(18.214)
Despesas administrativas		(28.940)	(15.054)	(45.896)	(21.270)
Honorários da administração	24	(3.458)	(2.884)	(3.458)	(2.884)
Despesas tributárias		-	-	(22)	(492)
Despesas com provisões operacionais		-	(193)	-	(193)
Depreciações e amortizações	11	(1.453)	(622)	(1.549)	(6.053)
Participação de administradores e de empregados	25	-	(2.090)	-	(3.295)
Resultado de equivalência patrimonial	10	73.878	36.025	-	-
Amortização de ágio em controladas	10	(16.717)	(4.050)	(16.717)	(4.050)
Outras receitas (despesas) operacionais		3.509	60	3.840	(124)
Resultado na venda de participação societária	21	-	5.943	-	5.943
Reversão de provisões operacionais		-	674	-	675
		26.755	**17.365**	**(132.618)**	**(49.957)**
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**30.268**	**20.651**	**50.866**	**40.043**
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	26	35.398	19.403	42.288	23.432
Receitas de financiamento a clientes	26	2.698	520	7.358	2.968
Despesas financeiras	26	(61.772)	(11.562)	(65.465)	(18.996)
		(23.676)	8.361	(15.819)	7.404
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**6.592**	**29.012**	**35.047**	**47.447**
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	-	(1.452)	(13.302)	(5.819)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	-	(42)	(4.860)	(4.042)
Lucro antes da participação dos minoritários		**6.592**	**27.518**	**16.885**	**37.586**
Participação dos minoritários		-	-	(10.293)	(10.068)
Lucro líquido do exercício		**6.592**	**27.518**	**6.592**	**27.518**
Lucro líquido por ação - R$	3.o)	**0,10719**	**0,44746**		

As notas explicativas e as informações suplementares são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Em milhares de reais)

	Controladora 2008	Controladora 2007	Consolidado 2008	Consolidado 2007
Receitas				
Receita de empreendimentos	-	1.042	555.381	248.751
Receita de serviços	3.786	2.753	31.378	5.403
Receita de financiamentos a clientes	2.698	520	7.358	2.968
Outras receitas	3.509	-	3.840	-
	9.993	**4.315**	**597.957**	**257.122**
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos empreendimentos vendidos e serviços	(104)	(453)	(364.104)	(140.973)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(17.640)	(3.115)	(114.712)	(45.181)
	(17.744)	**(3.568)**	**(478.816)**	**(186.154)**
Valor (consumido) adicionado bruto	**(7.751)**	**747**	**119.141**	**70.968**
Retenções				
Depreciações e amortizações	(1.453)	(622)	(1.549)	(6.053)
Amortização de ágio em controladas	(16.717)	(4.050)	(16.717)	(4.050)
Valor (consumido) adicionado líquido produzido	**(25.921)**	**(3.925)**	**100.875**	**60.865**
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	73.878	36.025	-	-
Receitas financeiras, incluindo variação cambial líquida	35.398	19.403	42.288	23.432
Outras receitas	-	6.003	-	5.819
	109.276	**61.431**	**42.288**	**29.251**
Valor adicionado total a distribuir	**83.355**	**57.506**	**143.163**	**90.116**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	11.802	12.109	19.443	7.683
Honorários da administração	3.098	2.668	3.098	2.668
Participação no resultado	-	2.090	-	3.295
Impostos, taxas e contribuições	91	1.550	38.272	19.879
Despesas financeiras	61.772	11.562	65.465	18.996
Participação de minoritários	-	-	10.293	10.068
Dividendos propostos	-	6.535	-	6.535
Lucros retidos	6.592	20.992	6.592	20.992
Valor adicionado distribuído	**83.355**	**57.506**	**143.163**	**90.116**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua...

Klabin Segall

SEU LUGAR NO MUNDO

NOVO MERCADO

igc

itag

Klabin Segall S/A

CNPJ nº 00.187.032/0001-48

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007

(Valores expressos em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Klabin Segall S.A. ("Sociedade") e suas controladas mantêm preponderantemente caracterizado em seu objetivo social as operações de incorporação de imóveis e a exploração de serviços de construção civil e administração de bens próprios, podendo, ainda, participar de outras sociedades civis ou comerciais.

Em 15 de outubro de 2007, a Sociedade celebrou o "Contrato Setin", tendo por objetivo: (a) a aquisição direta de 8.295.095 ações ordinárias da Companhia Setin de Empreendimentos e Participações S.A., pelo preço total de R$ 97.921, correspondentes a 51,34% de participação; e (b) a absorção, pela Sociedade, de 7.862.962 ações ordinárias da Companhia Setin de Empreendimentos e Participações S.A., correspondentes a 48,66% de participação, totalizando 16.158.057 ações ordinárias, tornando-se controlada da Sociedade.

Nos termos do "Contrato Setin", as ações absorvidas, conforme item (b) anterior, foram utilizadas para subscrição e integralização em aumento de capital da Sociedade com a emissão de 5.460.000 ações ordinárias, representando 8,88% do capital social da Sociedade. Com isso, após a operação societária, o efeito de diluição "econômica" do capital social da Sociedade foi de apenas 4%, haja vista existirem ações em tesouraria. A relação de troca, bem como o valor do aumento de capital da Sociedade, foi confirmada por laudos de avaliação preparados por empresas especializadas, os quais foram submetidos à aprovação da Assembléia Geral Extraordinária, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis.

A conclusão da transação "Contrato Setin" estava condicionada a prescedentes previstos no Contrato, incluindo, sem limitação, a elaboração dos laudos de avaliação necessários nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis, a assinatura do protocolo de incorporação de ações e a aprovação da transação em Assembléia Geral e Extraordinária da Sociedade, realizada em 7 de dezembro de 2007.

A incorporação de 7.862.962 ações da Companhia Setin Empreendimentos e Participações S.A., deu-se pelo valor de R$ 8.272.

Em 6 de maio de 2008, a Sociedade adquiriu 75% do capital social da KSS - Negócios Imobiliários S/S Ltda., através de um Contrato de Cessão de Quotas. O objeto social da KSS - Negócios Imobiliários S/S Ltda. é a mediação na compra, venda, hipoteca, permuta, locação, administração e assessoria em negócios imobiliários.

Em 11 de dezembro de 2008, a Sociedade adquiriu o restante do capital social da KSS - Negócios Imobiliários S/S Ltda. e nos tornamos, portanto, detentores de 100% do capital social desta Sociedade, ingressando, assim, de forma definitiva, no mercado relacionado à compra, venda, hipoteca, permuta, locação, administração e assessoria em negócios imobiliários.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a legislação societária brasileira, incluindo as normas da CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

Em 31 de dezembro de 2008, a Sociedade registrou as alterações requeridas pela Lei nº 11.638/07. Como conseqüência, as notas explicativas foram expandidas e os ajustes relativos a exercícios anteriores, identificados em 2008, foram contabilizados diretamente no patrimônio líquido, conforme permitido pelo Pronunciamento CPC 13. Os principais efeitos desses ajustes e reclassificações estão demonstrados a seguir em consonância com a nova legislação e que são representativos para a Sociedade:

a) Substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos pela demonstração dos fluxos de caixa, que já era apresentada pela Sociedade como informação suplementar.

b) Reconhecimento do ajuste a valor presente dos créditos perante clientes somente não performados (antes da entrega das chaves).

c) Criação de novo subgrupo de contas, "Intangível". Nessa conta estão registrados os direitos de uso de softwares e foram reclassificados, no consolidado, os valores de ágio pagos na aquisição de investimentos, por expectativa de rentabilidade futura.

d) Os gastos incorridos diretamente relacionados com a construção do estande de vendas e do apartamento modelo, bem como aqueles para aquisição de mobílias e da decoração desses bens, que anteriormente eram ativados na rubrica "Despesas comerciais a apropriar" e apropriados ao resultado nos mesmos critérios de apropriação da receita de incorporação imobiliária, passaram a ser registrados na rubrica "Imobilizado" e depreciados de acordo com o respectivo prazo de vida útil.

e) As despesas com propaganda e publicidade, que anteriormente eram ativadas na rubrica "Ativo diferido" e apropriadas ao resultado nos mesmos critérios de apropriação da receita de incorporação imobiliária, passaram a ser reconhecidas no resultado na rubrica "Despesas comerciais e com vendas" quando efetivamente incorridas.

f) As comissões a apropriar sobre vendas, que anteriormente eram ativadas na rubrica "Despesas antecipadas" e reconhecidas no resultado nos mesmos critérios de apropriação da receita de incorporação imobiliária, passaram a ser reconhecidas imediatamente como despesa, no caso de cancelamento de vendas ou quando for provável que não haverá pagamento dos valores contratados.

g) Os encargos financeiros por empréstimos relacionados ao desenvolvimento dos estoques, passaram a ser capitalizados.

h) Reclassificação dos resultados não operacionais para o grupo de resultados operacionais.

i) Inclusão da apresentação da demonstração do valor adicionado.

j) Obrigatoriedade da Sociedade e suas controladas analisarem, periodicamente, a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e intangível, com o objetivo de assegurar que: (i) a perda por não-recuperação desses ativos, como resultado de decisões para descontinuar as atividades relativas a referidos ativos, será registrada quando houver evidência de que os resultados das operações não serão suficientes para assegurar a realização de referidos ativos; e (ii) o critério utilizado para determinar a estimativa de vida útil remanescente de tais ativos com o objetivo de registrar depreciação e amortização é revisado e ajustado. As análises efetuadas em 2008 não indicaram necessidade de constituição de provisão para perdas.

Os efeitos decorrentes da adoção dessas normas contábeis são os seguintes:

Reconciliação do patrimônio líquido	**2007**
Patrimônio líquido originalmente reportado	393.452
Ajustes introduzidos pela Lei nº 11.638/07:	
Ajuste a valor presente (a)	(9.922)
Despesas comerciais (b)	(44.100)
Participação dos minoritários (efeito decorrente das alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07) (c)	2.062
Patrimônio líquido ajustado	341.492
Reconciliação do resultado do exercício	
Lucro líquido do exercício originalmente reportado	27.518
Ajustes introduzidos pela Lei nº 11.638/07:	
Ajuste a valor presente (a)	(5.755)
Despesas comerciais (b)	(25.578)
Participação dos minoritários (efeito decorrente das alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07) (c)	1.196
Prejuízo do exercício ajustado	(2.619)

(a) Introdução do conceito de ajuste a valor presente para as operações ativas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo, conforme adoção da orientação OCPC-01 emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovada pela Deliberação nº 561/2008. Os saldos apresentados estão líquidos de efeitos de impostos.

(b) Reconhecimento no resultado, quando efetivamente incorridas, de despesas comerciais, representadas por gastos incorridos na construção de estande e outras despesas correlatas, conforme adoção da orientação OCPC-01 emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovada pela Deliberação nº 561/2008.

(c) Reconhecimento no resultado e no patrimônio líquido, da alteração dos valores de participação dos minoritários, em virtude dos ajustes relativos à adoção da Lei nº 11.638/07.

3. CRITÉRIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sendo as principais descritas na nota explicativa nº 4. As demonstrações financeiras consolidadas, que foram elaboradas seguindo critérios contábeis dispostos na Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, compreendem as demonstrações financeiras da Klabin Segall S.A. e sociedades controladas (criadas para propósitos específicos de administração de empreendimentos imobiliários), mencionadas na nota explicativa nº 10.

Para as sociedades controladas em conjunto mediante acordo de sócios ou acionistas, a consolidação incorpora as contas de ativos, passivos e resultados, proporcionalmente à respectiva participação da Sociedade no capital social. Na consolidação proporcional foram eliminadas as parcelas correspondentes aos saldos proporcionais dos ativos e passivos, bem como os valores das receitas e das despesas decorrentes de transações entre as sociedades. Eventuais diferenças de registro e critérios de apropriação contábil foram apuradas e devidamente ajustadas nas demonstrações financeiras, visando à uniformidade de critérios aplicados nas demonstrações financeiras consolidadas.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Aplicações financeiras

São demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos balanços.

b) Créditos perante clientes

Os créditos a receber de clientes (circulante e não circulante) são provenientes das vendas de unidades dos empreendimentos residenciais e comerciais, sendo o valor do saldo devedor dos contratos atualizado em conformidade com suas respectivas cláusulas. Para os créditos decorrentes de contratos de venda de unidades não concluídas (em construção), são aplicados os procedimentos descritos na nota explicativa nº 4.l).

c) Imóveis a comercializar

São representados por unidades construídas e em construção, bem como terrenos para futuras incorporações. São avaliados pelo custo de aquisição, adicionado pelos custos incorridos com a construção.

d) Efeitos de indexação

Os ativos e passivos são atualizados, quando sujeitos à indexação, conforme as respectivas cláusulas contratuais.

e) Investimentos

Os investimentos em controladas e controladas em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. O ágio na aquisição dos investimentos, fundamentado com base na rentabilidade futura, é amortizado pelo prazo de até seis anos.

f) Diferido

Até 31 de dezembro de 2007, estavam representados substancialmente por gastos relacionados a ativos tangíveis (custos com estande, apartamentos modelos e respectivas mobílias), custos com publicidade e outros gastos relacionados aos empreendimentos já lançados. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 estes gastos foram reclassificados para o ativo imobilizado e ajustados contra lucros acumulados (ver nota explicativa nº 2).

g) Imobilizado

Está registrado ao custo de aquisição, com as respectivas depreciações registradas pelo método linear, de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens.

h) Intangível

No consolidado, os ágios na aquisição de investimentos, fundamentado com base na rentabilidade futura são amortizados pelo prazo de até 6 (seis) anos.

i) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda no Brasil abrange o imposto de renda federal e a contribuição social, que são calculados de acordo com os registros contábeis regulamentares.

Conforme permitido pela legislação fiscal, as receitas relacionadas às vendas de unidades imobiliárias são tributadas com base no regime de caixa e não com base no critério descrito anteriormente para reconhecimento dessa receita. Em cada ano fiscal, a Sociedade e cada uma de suas controladas, desde que atendam aos requisitos legais, podem optar por apurar o lucro tributável utilizando o critério do lucro real ou do lucro presumido. No critério de apuração pelo lucro real, os impostos são calculados como percentual do lucro líquido, aplicando-se uma taxa de 25% para o imposto de renda federal e de 9% para contribuição social, totalizando 34%. No critério de apuração pelo lucro presumido, o lucro é presumido como 8% das receitas operacionais, acrescido de 100% de outras receitas. O imposto de renda e a contribuição social são calculados aplicando-se taxas de 25% e 9%, respectivamente, ao lucro presumido como 8% das receitas.

j) Contas correntes com empreendedores e débitos com investidores

Estão representados por aportes e débitos com sócios em Sociedades em Conta de Participação - SCP e em outros investimentos, estando registrados por valores originais conforme previsto nos contratos de participação.

k) Permutas

De acordo com a orientação OCPC 01, que trata das Entidades de Incorporação Imobiliária, quando há permutas de unidades imobiliárias que não tenham a mesma natureza e valor, esta é considerada uma transação com substância comercial e, portanto, gera ganho ou perda. A Sociedade contabiliza a permuta pelo seu valor justo, como um componente do estoque de terrenos de imóveis a comercializar, em contrapartida a adiantamento de cliente no passivo, no momento da assinatura do instrumento particular ou do contrato relacionado à referida transação.

l) Apuração do resultado de incorporação e venda de imóveis

O resultado das vendas imobiliárias, que engloba as receitas de vendas, os custos de terreno e de construção e os gastos inerentes às respectivas incorporações imobiliárias, são apropriados ao resultado utilizando o método do percentual de conclusão de cada empreendimento, sendo esse percentual mensurado em razão do custo incorrido em relação ao custo total contratado para o empreendimento, em conformidade com os critérios estabelecidos na Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 963/03, aplicáveis às entidades imobiliárias. Os valores a receber de clientes, decorrentes das vendas de unidades em construção, são apresentados com base no mesmo percentual de realização, sendo os recebimentos superiores a esses créditos a receber registrados como adiantamentos de clientes. As informações dos saldos das operações de incorporação imobiliária e de venda de imóveis em construção que, de acordo com os critérios estabelecidos pela referida Resolução, deixarem de compor os saldos das contas patrimoniais, estão detalhadas na nota explicativa nº 15 para que, em conjunto com as demonstrações financeiras, possam ser analisadas e consolidadas.

m) Estimativas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as normas expedidas pela CVM, as quais requerem que a Administração faça estimativas que podem afetar o valor dos ativos e passivos reportados, a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras e os valores de receitas e despesas reportados para o período coberto. Na elaboração dessas demonstrações financeiras, algumas estimativas foram feitas pela Administração, incluindo a estimativa de vida útil dos bens do ativo permanente, a determinação do valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os passivos contingentes, a provisão para perdas de créditos fiscais, outras provisões e o valor de mercado dos instrumentos financeiros. Podem ocorrer diferenças entre os resultados atuais e os estimados.

n) Ajuste a valor presente de contas a receber

Os saldos de contas a receber a prazo de unidades não concluídas, foram ajustados a valor presente considerando a taxa de desconto aplicável em referidas transações.

o) Lucro líquido por ação

É calculado com base nas quantidades de ações existentes nas datas de encerramento dos exercícios.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

São representados por:

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Circulante:				
Fundos de aplicação financeira				
Votorantim F.I. Vintage R.F. - crédito privado	-	7.850	-	7.850
Unibanco F.I. Active Fix	-	7.815	-	7.815
Credit Agricole DI Master F.I.	-	7.780	-	7.780
UBS Pactual High Yield F. I. Multimercado	-	7.509	-	7.509
Credit Suisse Portfolio Plus F.I. Multimercado	-	7.508	-	7.508
Santander F. I. Performance Multimercado	-	6.753	-	6.753
H2 Composite F. I. Multimercado	-	4.950	-	4.950
UBS Pactual Hedge F. I. Multimercado	-	4.862	-	4.862
Unibanco Private Fix Plus F. I. Multimercado	-	4.803	-	4.803
SDA Hedge F.I. Multimercado	-	941	-	941
SLW Volatilidade F. I. Multimercado	-	828	-	828
Lyon Strategie F. I. Multimercado	-	594	-	594
Santander F. I. em contas F.I. títulos públicos DI	-	49	-	49
BV Leasing Arrendamento Mercantil - Debêntures	-	3.978	4.378	3.978
Fundo Itaú Corp	-	-	28.006	2.656
Fundo KS de Investimento Multimercado	-	-	6.673	6.596
Fundo Modal	-	-	2.675	-
Fundo Safra CRF	-	-	211	-
Banco Modal S.A. - CDB	-	19.821	-	19.821
Unibanco - CDB	-	9.947	-	9.947
Banco Safra - CDB	-	8.380	-	8.380
Banco Panamericano - CDB	-	4.977	-	4.977
Banco Modal - CDB	-	2.259	-	2.259
Banco Fibra - CDB	-	1.101	-	1.101
Banco Bradesco - CDB	-	-	2.116	-
Banco HSBC - CDB	-	-	4.077	266
Banco Real - CDB	-	-	13.609	-
Banco Santander - CDB	-	-	7.639	1.008
Títulos de capitalização	55	-	-	40
Títulos de renda fixa (a)	6.715	-	-	3.597
Total	**6.770**	**112.705**	**69.384**	**126.868**
Não circulante:				
Certificado de Depósito Bancário - CDB	-	-	-	928
Títulos de renda fixa (a)	-	6.649	-	1.695
Total	**-**	**6.649**	**-**	**2.623**

(a) Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, a controladora possuí debêntures da controlada KS Lapa Empreendimentos Imobiliários S.A., com vencimento previsto para 1º de novembro de 2009.

6. CRÉDITOS PERANTE CLIENTES

São representados por promitentes compradores de unidades imobiliárias, sendo o saldo devedor dos contratos atualizado em conformidade com as respectivas cláusulas contratuais até as datas de encerramento dos exercícios.

Esses contratos de venda imobiliária têm como garantia a hipoteca dos respectivos imóveis comercializados ou possuem cláusula de alienação fiduciária, que permite, em eventual situação de inadimplência, a rápida retomada do imóvel para posterior revenda.

A carteira de promitentes é pulverizada, de forma que os 15 maiores devedores agrupados representam concentração menor que 5% do saldo total.

O índice de inadimplência geral da carteira de clientes mantém-se em torno de 1,2% em relação ao total de créditos, e não há registro de perdas em virtude das garantias contratuais, motivo pelo qual não é constituída provisão para perdas com clientes, e está assim composta:

	Controladora	Consolidado
A vencer	4.945	438.404
Vencidos:		
0 a 30 dias	144	4.747
31 a 60 dias	107	5.720
61 a 90 dias	90	1.793
Acima de 90 dias	4.233	24.287
Total	**9.519**	**474.951**
Circulante	**4.485**	**231.189**
Não circulante	**5.034**	**243.762**

O saldo do contas a receber está líquido do ajuste a valor presente de R$ 19.486 em 31 de dezembro de 2008.

A parcela do ativo não circulante para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 tem o seguinte vencimento:

Ano:	Controladora	Consolidado
2010	1.015	131.435
2011	961	42.182
2012	908	17.788
2013	893	8.409
2014 em diante	1.257	43.948
Total	**5.034**	**243.762**

7. IMÓVEIS A COMERCIALIZAR

São representados por imóveis a serem vendidos e terrenos para futuras incorporações assim distribuídos:

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Circulante:				
Imóveis concluídos	6.005	1.209	10.424	4.236
Imóveis em construção	14.325	-	216.387	148.689
Terrenos para novas obras (a)	-	12.823	188.076	205.032
	20.330	14.032	414.887	357.957
Não circulante				
Terrenos para novas obras (a) e (b)	-	-	106.601	48.176
Estoque total	**20.330**	**14.032**	**521.488**	**406.133**

(a) Os estoques de terrenos para novas obras foram adquiridos para desenvolvimento de empreendimentos imobiliários nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Goiás. Nos contratos de aquisição de alguns desses terrenos, existem cláusulas para permutas com as respectivas unidades dos futuros empreendimentos.

(b) Os terrenos considerados no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2008, têm seus lançamentos previstos a partir de 2010.

8. DESPESAS ANTECIPADAS

	Controladora	Consolidado	
	2007	2008	2007
Circulante	2.717	10.498	38.032
Não circulante	-	155	-

Representam gastos com comissão de vendas que serão apropriadas ao resultado nos próximos exercícios, nos mesmos critérios de apropriação da receita de incorporação imobiliária, conforme adoção da orientação OCPC-01 emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovada pela Deliberação nº 561/2008.

9. OUTROS CRÉDITOS

São representados por:

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Circulante:				
Adiantamentos diversos - (a)	6.045	262	29.547	5.325
Conta participação consórcio obras	204	204	2.521	9.772
Dividendos a receber	2.661	1.283	16	4
Contas correntes - empreendedores	-	-	1.614	-
Outros valores	55	48	341	1.970
Total	**8.965**	**1.797**	**34.039**	**17.071**
Não circulante:				
Valores a receber de sócios-quotistas - (b)	20.065	-	20.065	134
Conta participação consórcio obras	-	-	-	5.112
Depósitos judiciais e outras garantias	651	356	7.832	7.922
Adiantamento para futuras parcerias	16.386	9.363	16.386	9.363
Outros créditos	-	-	-	62
Total	**37.102**	**9.719**	**44.283**	**22.593**

(a) Refere-se a adiantamentos efetuados a fornecedores de materiais e serviços no montante de R$ 21.052 em 31 de dezembro de 2008 (R$ 4.526 em 31 de dezembro de 2007).

(b) Refere-se a aportes efetuados de forma desproporcional às participações efetivas da controladora, que serão reembolsados pelo seus sócios-quotistas.

10. INVESTIMENTOS

São representados por:

	Investimento da Controladora				Resultado de equivalência patrimonial	
Investimentos em SCPs:	Patrimônio ajustado em 2008	Participação - %	2008	2007	2008	2007
Terraço Klabin	49	50,00	24	3	4	2
Project Home	31	74,48	23	111	5	(19)
Espaço Contemporâneo	(48)	75,00	-	-	-	(1)
Paulista Upgrade	86	66,66	58	51	-	-
Singolare	(685)	90,00	-	-	2.169	742
Supreme	(99)	72,00	-	2.129	(3)	(3)
Atelier Klabin	(161)	70,00	-	44	243	145
Essenza	(2.823)	82,50	-	-	1.037	2.117
Vitrine Klabin	(230)	72,42	-	253	81	37
Total	**(3.880)**		**105**	**2.591**	**3.536**	**3.020**

			Investimentos		Resultado de equivalência patrimonial	
Investimentos em controladas e coligadas:	Patrimônio ajustado 2008	Participação - %	2008	2007	2008	2007
KS Morumbi Emp. Imob. S.A. - SPE	5.814	50,00	2.907	4.309	785	936
Boa Viagem Emp. Imob. S.A. - SPE	6.632	50,00	3.316	2.748	525	723
Klabin Segall Cyrela SPE Ltda.	5.648	41,50	2.344	3.591	(398)	(203)
Cyrela Tecnisa Klabin Segall SPE Ltda.	24.005	35,00	8.402	9.511	56	880
Klabin Segall Cyrela RJZ Emp. Imob. SPE Ltda.	12.726	49,00	6.236	4.239	2.478	2.005
Klabin Segall Emp. Carlos Vicari SPE Ltda.	12.623	100,00	12.623	10.359	5.191	5.525
KFA Empreendimentos Imobiliários Ltda.	21.306	33,33	7.102	4.060	4.170	510
Klabin Segall Lapa Emp. S.A. - SPE	19.182	30,59	5.868	5.043	1.625	4.247
Klabin Segall Nothmann SPE Ltda.	10.559	98,50	10.401	5.911	(2.586)	1.155
Klabin Segall Moema Emp. Imob. Ltda.	5.244	98,50	5.165	10.658	3.325	2.053
Klabin Segall Vergueiro Empr. Imob. Ltda.	8.524	61,50	5.243	1.675	3.214	370
Klabin Segall Investimentos e Participações S.A.	6.111	70,00	4.278	561	2.569	(345)
Cyrela Oceania Empreendimentos S.A.	11.742	50,00	5.871	1.354	5.817	1.239
Klabin Segall Empreendimentos Imob. Ltda.	23.364	50,00	11.682	6.549	6.764	1.868
Klabin Segall Barra Bonita Emp. Imob. Ltda.	688	100,00	688	866	-	(8)
Klabin Segall Santana Emp. Imob. Ltda.	29.478	80,00	23.583	13.263	9.652	1.788
Klabin Segall RJ1 Emp. Imob. Ltda.	6.464	100,00	6.464	7.204	2.138	(46)
Klabin Segall RJ2 Emp. Imob. Ltda.	29.986	80,00	23.989	16.563	6.219	1.630
Klabin Segall RJ3 Emp. Imob. Ltda.	3.623	100,00	3.623	3.184	798	577
Klabin Segall RJ4 Emp. Imob. Ltda.	6.229	80,00	4.983	5.253	1.169	453
Klabin Segall RJ5 Emp. Imob. Ltda.	4.657	100,00	4.657	6.874	58	711
Klabin Segall RJ6 Emp. Imob. Ltda.	(3.986)	60,00	-	141	(1.396)	(14)
Klabin Segall RJ7 Emp. Imob. Ltda.	4.646	100,00	4.646	2.582	(251)	(5)
Klabin Segall RJ8 Emp. Imob. Ltda.	8	99,98	8	8	-	(3)
Klabin Segall RJ9 Emp. Imob. Ltda.	8	99,98	8	8	-	(3)
Klabin Segall RJ10 Emp. Imob. Ltda.	8	99,98	8	8	-	(3)
Klabin Segall RJ11 Emp. Imob. Ltda.	(1)	99,80	-	-	-	(1)
Klabin Segall RJ12 Emp. Imob. Ltda.	(1)	99,80	-	-	-	(1)
Klabin Segall RJ13 Emp. Imob. Ltda.	(1)	80,00	-	-	-	(1)
Klabin Segall RJ14 Emp. Imob. Ltda.	(1)	99,80	-	-	-	(1)
Klabin Segall RJ15 Emp. Imob. Ltda.	(1)	99,80	-	-	-	(1)
Klabin Segall RJ16 Emp. Imob. Ltda.	(1)	99,80	-	-	-	(1)
Klabin Segall RJ17 Emp. Imob. Ltda.	(1)	99,80	-	-	-	(1)
Klabin Segall RJ18 Emp. Imob. Ltda.	(1)	99,80	-	-	-	(1)
Klabin Segall SP1 Emp. Imob. Ltda.	-	-	-	-	-	(59)
Klabin Segall SP2 Emp. Imob. Ltda.	80.718	100,00	80.718	68.919	(4.745)	(22)
Klabin Segall SP3 Emp. Imob. Ltda.	5.965	80,00	4.772	8.845	(332)	231
Klabin Segall SP4 Emp. Imob. Ltda.	5.250	50,00	2.625	3.946	(247)	299
Klabin Segall SP5 Emp. Imob. Ltda.	7.219	100,00	7.219	6.385	(478)	(7)
Klabin Segall SP6 Emp. Imob. Ltda.	10.553	80,00	8.443	6.078	2.241	78
Klabin Segall SP7 Emp. Imob. Ltda.	8.068	100,00	8.068	8.447	(829)	191

continua...

Klabin Segall S/A

CNPJ nº 00.187.032/0001-48

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007
(Valores expressos em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

Investimentos em controladas e coligadas:	Patrimônio ajustado 2008	Participação - %	Investimentos 2008	Investimentos 2007	Resultado de equivalência patrimonial 2008	Resultado de equivalência patrimonial 2007
Klabin Segall SP8 Emp. Imob. Ltda.	10.123	70,00	7.086	6.715	69	389
Klabin Segall SP9 Emp. Imob. Ltda.	9.581	100,00	9.581	8.848	537	553
Klabin Segall SP10 Emp. Imob. Ltda.	12.745	99,80	12.720	9.732	(236)	(7)
Klabin Segall SP11 Emp. Imob. Ltda.	3.829	100,00	3.829	4.447	(1.095)	(26)
Klabin Segall SP12 Emp. Imob. Ltda.	1.801	50,00	901	-	961	(2)
Klabin Segall SP13 Emp. Imob. Ltda.	96	100,00	96	95	1	(1)
Klabin Segall SP14 Emp. Imob. Ltda.	8.122	100,00	8.122	6.799	1.908	(17)
Klabin Segall SP15 Emp. Imob. Ltda.	32	99,99	32	32	-	-
Klabin Segall SP16 Emp. Imob. Ltda.	5.098	50,00	2.549	2.549	-	(1)
Klabin Segall SP17 Emp. Imob. Ltda.	42.359	100,00	42.359	27.426	(447)	(5)
Klabin Segall SP18 Emp. Imob. Ltda.	5.810	50,00	2.905	53	2.082	49
Klabin Segall SP19 Emp. Imob. Ltda.	8	99,98	8	8	-	(1)
Klabin Segall SP20 Emp. Imob. Ltda.	2.638	100,00	2.638	3.169	(26)	(4)
Klabin Segall SP21 Emp. Imob. Ltda.	7	99,98	7	7	-	-
Klabin Segall SP22 Emp. Imob. Ltda	(994)	50,00	-	-	(395)	-
Klabin Segall SP23 Emp. Imob. Ltda.	-	99,80	-	-	-	(7)
Klabin Segall SP24 Emp. Imob. Ltda.	2.397	100,00	2.397	3.309	3	(12)
Klabin Segall SP25 Emp. Imob. Ltda.	7.351	100,00	7.351	5.019	-	(1)
Klabin Segall SP26 Emp. Imob. Ltda.	-	99,80	-	-	-	(1)
Klabin Segall SP27 Emp. Imob. Ltda.	-	99,80	-	-	-	(1)
Klabin Segall SP28 Emp. Imob. Ltda.	651	100,00	651	1.071	(420)	(1)
Klabin Segall SP29 Emp. Imob. Ltda.	930	100,00	930	1.539	(609)	(1)
Klabin Segall SP30 Emp. Imob. Ltda.	-	99,80	-	-	-	(1)
Klabin Segall SP31 Emp. Imob. Ltda.	11.005	50,00	5.503	-	1	(1)
Klabin Segall SP32 Emp. Imob. Ltda.	6.419	99,80	6.406	-	(21)	(1)
Klabin Segall SP33 Emp. Imob. Ltda.	(223)	99,80	-	-	(3.633)	(1)
Klabin Segall SP34 Emp. Imob. Ltda.	1.933	99,80	1.929	-	(569)	(1)
Klabin Segall SP35 Emp. Imob. Ltda.	-	99,80	-	-	-	(1)
Klabin Segall SP36 Emp. Imob. Ltda.	(884)	65,00	-	-	(575)	-
Klabin Segall SP37 Emp. Imob. Ltda.	12.712	99,80	12.687	-	-	-
Klabin Segall SP38 Emp. Imob. Ltda.	-	99,80	-	-	-	-
Klabin Segall SP39 Emp. Imob. Ltda.	-	99,80	-	-	-	-
Klabin Segall SP40 Emp. Imob. Ltda.	-	99,80	-	-	-	-
Klabin Segall SP41 Emp. Imob. Ltda.	-	99,80	-	-	-	-
Klabin Segall SP42 Emp. Imob. Ltda.	-	99,80	-	-	-	-
Klabin Segall SP43 Emp. Imob. Ltda.	-	99,80	-	-	-	-
Klabin Segall SP44 Emp. Imob. Ltda.	-	99,80	-	-	-	-
Klabin Segall SP45 Emp. Imob. Ltda.	-	99,80	-	-	-	-
Village Recreio Emp. Imob. S.A.	41.994	100,00	41.994	18.688	15.801	7.445
KSS Negócios Imobiliários S/S Ltda.	1.155	75,00	866	-	1.343	-
Búzios Paradise Emp. Imob. S.A.	(6)	100,00	-	-	2	-
Jetirana Empreendimentos S.A.	16.164	50,00	8.082	8.086	(3)	(7)
Malmequer Empreendimentos S.A.	48.393	42,50	20.567	15.337	4.306	(388)
KSC 1 Emp. Imob. Ltda.	8.650	50,00	4.325	-	-	-
KSC 7 Emp. Imob. Ltda.	-	50,00	-	-	-	-
KSC 8 Emp. Imob. Ltda.	(1)	50,00	-	-	-	-
KSC 9 Emp. Imob. Ltda.	(1)	50,00	-	-	-	-
Área Invest. Negócios Serv. Imob. S.A.	56	45,78	25	56	(16)	29
Delaporte Empreendimento Imob. S.A.	2.926	80,00	2.341	2.397	78	(4)
KSC Empreendimento Imob. Ltda.	7.724	50,00	3.862	2.915	1.051	(2)
BNI Ártico Desenvolvimento Imobiliário Ltda.	4.246	33,33	1.414	1.606	(144)	(64)
Klasell Construção Ltda.	(583)	100,00	-	1.753	(2.124)	(6.906)
Klabin Segall Anápolis Emp. Imob. SPE Ltda.	1.150	50,00	575	-	(89)	-
Coreopisis Empreendimento S.A.	(4.327)	42,50	-	22	(673)	(5)
Malte Investimentos Imobiliarios Ltda.	543	100,00	543	-	(751)	-
Companhia Setin de Emp. e Participações S.A.	14.330	100,00	14.330	21.443	6.773	5.267
RKM Emp. Imob. Ltda.	1.199	50,00	598	1	(280)	-
Total	**660.212**		**506.149**	**382.264**	**70.342**	**33.005**
Ágio na aquisição de investimentos (diretos):						
Klabin Segall Moema Emp. Imob. Ltda. - ágio			10	16	-	-
Delaporte Empreendimento Imob. S.A. - ágio			499	599	-	-
KSC Corporate - ágio			15	19	-	-
Malte Investimentos Imobiliários Ltda.			85	-	-	-
Village Recreio Emp. Imob. Ltda. - ágio			1.878	2.521	-	-
Área Invest. Negócios Serv. Imob. S.A. - ágio			177	231	-	-
Klabin Segall Ks Sp 25 Emp. Imob. Ltda. - ágio			230	-	-	-
Companhia Setin de Emp. e Participações S.A. - ágio			76.242	92.152	-	-
			79.136	**95.538**	**-**	**-**
Adiantamentos para futuro aumento de capital/investimento (b)			159.461	52.818	-	-
Total			**744.851**	**533.211**	**73.878**	**36.025**
Ágio na aquisição de investimentos (indiretos):						
Butantã Administração de Patrimônio Ltda.			6.041	6.041		
Klabin Segall Setin I Ltda.			106	108		
			6.147	**6.149**		
Ágio na aquisição de investimentos (diretos - Controladora)			79.136	95.538		
Total de investimentos (consolidado)			**85.283**	**101.687**		
Provisões para perdas com investimentos:						
Espaço Contemporâneo			(36)	-		
Singolare			(617)	-		
Supreme			(71)	-		
Atelier Klabin			(112)	-		
Essenza			(2.329)	-		
Vitrine Klabin			(166)	-		
Klabin Segall RJ11 Emp. Imob. Ltda.			(2.392)	-		
Klabin Segall RJ12 Emp. Imob. Ltda.			(1)	-		
Klabin Segall RJ13 Emp. Imob. Ltda.			(1)	-		
Klabin Segall RJ14 Emp. Imob. Ltda.			(1)	-		
Klabin Segall RJ15 Emp. Imob. Ltda.			(1)	-		
Klabin Segall RJ16 Emp. Imob. Ltda.			(1)	-		
Klabin Segall RJ17 Emp. Imob. Ltda.			(1)	-		
Klabin Segall RJ18 Emp. Imob. Ltda.			(1)	-		
Klabin Segall SP22 Emp. Imob. Ltda			(497)	-		
Klabin Segall SP33 Emp. Imob. Ltda.			(223)	-		
Klabin Segall SP36 Emp. Imob. Ltda.			(575)	-		
Búzios Paradise Emp. Imob. S.A.			(6)	-		
Klasell Construção Ltda.			(583)	-		
Coreopisis Empreendimento S.A.			(1.838)	-		
Total			**(9.452)**	**-**		

(a) A Companhia Setin de Empreendimentos e Participações S.A. possui os seguintes investimentos diretos e indiretos:

Investimentos diretos:	**Participação - %**
Saracura - Investimentos Imobiliários Ltda.	80,00
Acauã - Investimentos Imobiliários Ltda.	99,90
Anacã - Investimentos Imobiliários Ltda.	99,90
Tangará - Investimentos Imobiliários Ltda.	99,90
Ararajuba - Investimentos Imobiliários Ltda.	100,00
Butantã - Administração de Patrimônio Ltda.	99,90
Araçari - Investimentos Imobiliários Ltda.	99,00
Acurana - Investimentos Imobiliários Ltda.	99,00
Cauré - Investimentos Imobiliários Ltda.	99,90
Maitaca - Investimentos Imobiliários Ltda.	99,00
Setin Construtora S.A.	99,00
Cambacica - Investimentos Imobiliários Ltda.	99,90
Guará - Investimentos Imobiliários Ltda.	99,90
Biguá - Investimentos Imobiliários Ltda.	99,90
Arapapá - Investimentos Imobiliários Ltda.	99,90
Tagipuru - Investimentos Imobiliários SPE S.A.	45,00
Klabin Segall SP4 Emp. Imob. Ltda.	50,00
Kantaruré Empreendimentos Imobiliários Ltda.	20,00
Maria Máximo Empreendimentos Imobiliários Ltda.	20,00
Kaiapó - Investimentos Imobiliários Ltda.	20,00
Kamayurá Empreendimentos Imobiliários Ltda.	20,00
Poli Investimentos Imobiliários Ltda.	40,00
Carcará - Investimentos Imobiliários Ltda.	40,00
Investimentos indiretos:	
Juriti - Investimentos Imobiliários Ltda.	99,74
Senha Construção e Gerenciamento de Obras Ltda.	98,84

(b) Os adiantamentos para futuro aumento de capital sobre os investimentos, são como segue:

	Controladora 2008	Controladora 2007
Anápolis 6 Construtora e Incorporadora São José Ltda.	1.401	-
Área Invest. Negócios Serv. Imob. S.A.	29	14
Alelier Klabin - Scp	496	-
BNI Ártico Desenvolvimento Imobiliário Ltda.	1.273	557
Búzios Paradise Empreendimentos Imobiliários S.A.	998	-
Companhia Setin Empreend. e Participações	28.348	-
Coreoposis Empreedimentos Imob.	2.241	-
Cyrela Oceania Empreendimentos S.A.	445	445
Delaporte Empreendimento Imob. Ltda.	1.124	235
Cyrela Tecnisa Klabin Segall SPE Ltda.	11	1.726
Jardim da Glória	1.271	-
Jetirana Empreendimentos S.A.	120	120
KFA Empreendimentos Imobiliários Ltda.	3.153	3.063
Klabin Segall Barra Bonita Emp. Imob. Ltda.	401	5
Klabin Segall Boa Viagem Imob. Ltda	25	-
Klabin Segall Botafogo Empreend. (Cyrela RJZ)	1.855	-
Klabin Segall Empreendimentos Imob. Ltda.	1.526	1.526
Klabin Segall Investimentos e Participações S.A.	7.416	-
Klabin Segall Moema Emp. Imob. Ltda.	7.772	196
Klabin Segall Morumbi Emp. Imob. Ltda.	50	-
Klabin Segall Nothmann SPE Ltda.	9.093	140
Klabin Segall RJ1 Emp. Imob. Ltda.	90	1.000
Klabin Segall RJ11 Emp. Imob. Ltda.	12	-
Klabin Segall RJ12 Emp. Imob. Ltda.	7	-
Klabin Segall RJ13 Emp. Imob. Ltda.	7	-
Klabin Segall RJ14 Emp. Imob. Ltda.	5	-
Klabin Segall RJ15 Emp. Imob. Ltda.	7	-
Klabin Segall RJ16 Emp. Imob. Ltda.	7	-
Klabin Segall RJ17 Emp. Imob. Ltda.	8	-
Klabin Segall RJ18 Emp. Imob. Ltda.	7	-
Klabin Segall RJ2 Emp. Imob. Ltda.	-	1.254
Klabin Segall RJ3 Emp. Imob. Ltda.	3.285	500
Klabin Segall RJ4 Emp. Imob. Ltda.	3.011	1.744
Klabin Segall RJ5 Emp. Imob. Ltda.	160	650
Klabin Segall RJ6 Emp. Imob. Ltda.	8.311	220
Klabin Segall RJ7 Emp. Imob. Ltda.	475	100
Klabin Segall RKM Emp. Imob. Ltda.	967	4.201
Klabin Segall Santana Emp. Imob. Ltda.	-	4.667
Klabin Segall SP 36 Empreend Imobiliários Ltda.	487	-
Klabin Segall SP 37 Empreend Imobiliario Ltda.	180	-
Klabin Segall SP 38 Empreend Imobiliários Ltda.	1	-
Klabin Segall SP 39 Empreend Imobiliários Ltda.	1	-
Klabin Segall SP 40 Empreend Imobiliários Ltda.	1	-
Klabin Segall SP 41 Empreendimentos Imob. Ltda.	1	-
Klabin Segall SP 42 Empreendimentos Imob. Ltda.	1	-
Klabin Segall SP 43 Empreendimentos Imob. Ltda.	1	-
Klabin Segall SP 44 Empreendimentos Imob. Ltda.	1	-
Klabin Segall SP 45 Empreend Imobiliario Ltda.	1	-
Klabin Segall SP 1 Emp. Imob. Ltda.	4	2
Klabin Segall SP 10 Emp. Imob. Ltda.	640	370
Klabin Segall SP 11 Emp. Imob. Ltda.	-	559
Klabin Segall SP 14 Emp. Imob. Ltda.	100	477
Klabin Segall SP 15 Emp. Imob. Ltda.	10	-
Klabin Segall SP 16 Emp. Imob. Ltda.	309	199
Klabin Segall SP 17 Emp. Imob. Ltda.	280	1.525
Klabin Segall SP 2 Emp. Imob. Ltda.	1.122	2.826
Klabin Segall SP 20 Emp. Imob. Ltda.	320	100
Klabin Segall SP 21 Emp. Imob. Ltda.	1	-
Klabin Segall SP 23 Emp. Imob. Ltda.	-	2.266
Klabin Segall SP 24 Emp. Imob. Ltda.	613	78
Klabin Segall SP 25 Emp. Imob. Ltda.	528	-
Klabin Segall SP 26 Emp. Imob. Ltda.	-	468
Klabin Segall SP 27 Emp. Imob. Ltda.	5	5
Klabin Segall SP 28 Emp. Imob. Ltda.	8.777	-
Klabin Segall SP 29 Emp. Imob. Ltda.	12.596	-
Klabin Segall SP 3 Emp. Imob. Ltda.	5.767	5.614
Klabin Segall SP 30 Emp. Imob. Ltda.	-	5
Klabin Segall SP 31 Emp. Imob. Ltda.	715	5
Klabin Segall SP 32 Emp. Imob. Ltda.	2.420	5
Klabin Segall SP 33 Emp. Imob. Ltda.	2.905	5
Klabin Segall SP 34 Emp. Imob. Ltda.	13	5
Klabin Segall SP 35 Emp. Imob. Ltda.	5	5
Klabin Segall SP 4 Emp. Imob. Ltda.	1.115	50
Klabin Segall SP 5 Emp. Imob. Ltda.	320	-
Klabin Segall SP 6 Emp. Imob. Ltda.	2.599	2.025
Klabin Segall SP 7 Emp. Imob. Ltda.	4.130	800
Klabin Segall SP 8 Emp. Imob. Ltda.	1.264	2.332
Klabin Segall SP 9 Emp. Imob. Ltda.	130	1.150
Klabin Segall Vergueiro Empr. Imob. Ltda.	519	893
Klasell Engenharia e Arquitetura Ltda.	430	-
KSC 1 Emp. Imob. Spe Ltda.	200	-
KSC 2 Emp. Imob. Spe Ltda.	-	658
KSC 3 Emp. Imob. Spe Ltda.	3.064	737
KSC 4 Emp. Imob. Spe Ltda.	1.933	526
KSC 7 Empreend. Imob. Ltda.	1	-
KSC 8 Empreend. Imob. Ltda.	1	-
KSC 9 Empreend. Imob. Ltda.	1	-
KSC Empreendimento Imob. Ltda.	1.214	924
KSS Negócios Imobiliários S/S Ltda.	1.023	-
Malmequer Empreendimentos S.A.	234	332
Project Home - Scp	2	-
Sociedades em formação - administração de terceiros	-	132
Terraço Klabin - Scp	17	-
Meyer	12.725	-
Raposo	1.287	-
Village Recreio Emp. Imob. Ltda.	4.040	5.377
Total	**159.461**	**52.818**

As demonstrações financeiras das sociedades investidas foram revisadas por auditores independentes, na extensão julgada necessária nas circunstâncias. As sociedades investidas com administração compartilhada, cuja elaboração das demonstrações financeiras estão atribuídas à administração de terceiros, também foram revisadas por auditores independentes, e os valores tomados como patrimônio líquido e resultado do trimestre não diferem dos valores registrados.

As SCPs e as Sociedades de Propósito Específico - SPE têm como objetivo específico a realização de empreendimentos imobiliários relativos à construção e comercialização de unidades em edifícios residenciais e comerciais, sendo os respectivos prazos de duração dessas sociedades vinculados ao término da gestão de todas as vendas das unidades após a conclusão da construção.

O ágio na aquisição de sociedades decorre de: (a) retirada de sócio minoritário na Klabin Segall Moema Empreendimento Imobiliário Ltda., cuja participação de 1% foi adquirida pela Sociedade em dezembro de 2006; (b) aquisição de 100% das ações da Village Recreio Empreendimento Imobiliário S.A. pela Sociedade em outubro de 2006; (c) aquisição de 22,5% da Área Investimentos Negócios e Serviços Imobiliários S.A. pela Sociedade em março de 2007; e (d) aquisição de 100% das ações da Companhia Setin de Empreendimentos e Participações S.A. em outubro de 2007. Os referidos ágios estão fundamentados na rentabilidade futura das respectivas sociedades e serão amortizados pelo prazo de até seis anos, com base no percentual de conclusão das obras e na expectativa de vendas de novos empreendimentos objeto das sociedades.

Demonstramos a seguir a composição dos ágios na controladora:

	Taxa de Amortização	Ágio	Amortização Acumulada	Saldo líquido 2008	Saldo líquido 2007
Klabin Segall Moema Emp. Imob. Ltda.	20%	16	(6)	10	16
Delaporte Empreendimento Imob. S.A.	20%	599	(100)	499	599
KSC Corporate	20%	21	(7)	14	19
Village Recreio Emp. Imob. Ltda	20%	3.219	(1.341)	1.878	2.521
Área Invest. Negócios Serv. Imob. S.A.	20%	272	(95)	177	231
Malte Investimentos Imobiliários Ltda.	20%	138	(53)	85	-
Klabin Segall São Paulo 25 Emp. Imob. Ltda.	20%	247	(16)	231	-
Companhia Setin de Emp. e Participações S.A.	16,67%	95.458	(19.216)	76.242	92.152
		99.970	**(20.834)**	**79.136**	**95.538**

A partir de 1º de janeiro de 2009, os ágios deixaram de ser amortizados, porém serão testados por "impairment", pelo menos, anualmente.

11. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

São compostos por:

Imobilizado	Taxa anual de depreciação - %	Controladora 2008	Controladora 2007	Consolidado 2008	Consolidado 2007
Móveis e utensílios	10	4.545	944	7.412	962
Instalações	10	3.032	60	61	60
Sistema de comunicação	10	414	117	468	118
Equipamentos de informática	20	1.475	957	1.617	987
Estandes de vendas	(a)	316	-	51.178	-
Total do imobilizado		9.782	2.078	60.736	2.127
Depreciações acumuladas		(1.597)	(792)	(35.615)	(796)
Total do imobilizado, líquido		**8.185**	**1.286**	**25.121**	**1.331**
Intangível					
Ágio na aquisição de investimentos	(b)	-	-	106.119	105.737
Sistemas de informática - software	20	1.859	1.031	2.092	1.161
Amortizações acumuladas		(437)	(182)	(21.321)	(4.253)
Total do intangível, líquido		**1.422**	**849**	**86.890**	**102.645**

(a) A taxa de depreciação para os estandes de vendas, varia de acordo com a sua vida útil.

(b) O ágio na aquisição de investimentos, fundamentado por rentabilidade futura, está sendo apresentado como intangível no consolidado como determina as práticas contábeis. Vide nota explicativa nº 10.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

São captados em moeda nacional, nas modalidades de crédito imobiliário (bancos setor privado), e destinados a financiamentos para construção dos imóveis, sujeitos à taxa de juros média de 10,71% ao ano, indexados pela Taxa Referencial - TR, a serem pagos em prestações com vencimento até 2011, sendo parte desses financiamentos repassada ao promitente comprador por ocasião da entrega das chaves. Esses financiamentos estão garantidos por hipotecas dos respectivos imóveis.

Adicionalmente, a Sociedade e suas controladas mantêm contratado empréstimo com banco privado, com lastro em Cédula de Crédito Bancário - CCB, o qual foi aplicado na aquisição de terrenos e pagamentos de custos, visando ao lançamento de novos empreendimentos imobiliários. Essa operação tem como garantias os avais dos administradores. A Sociedade não possui empréstimos e financiamentos que requeiram a manutenção de índices financeiros "covenants".

Os saldos dessas operações são assim discriminados:

	Controladora 2008	Controladora 2007	Consolidado 2008	Consolidado 2007
Circulante:				
Resolução nº 2.770 versus "swap" (a)	23.232	30.855	23.232	30.855
Capital de giro CCB (b)	780	2.698	2.456	56.044
Crédito imobiliário	-	-	41.568	18.963
Total	**24.012**	**33.553**	**67.256**	**105.862**
Não circulante:				
Crédito imobiliário	-	-	45.139	6.305
Capital de giro CCB (b)	-	-	51.136	2.833
BNDES	3.925	674	3.714	-
Total	**3.925**	**674**	**99.989**	**9.138**
Total geral	**27.937**	**34.227**	**167.245**	**115.000**

(a) O repasse de recursos nos moldes da Resolução nº 2.770 do Banco Central do Brasil - BACEN está sujeito à variação cambial do dólar norte-americano com juros de 7% ao ano, sendo contratada operação de "swap" com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, visando à proteção de exposição cambial (vide nota explicativa nº 23 sobre instrumentos financeiros). Tanto a dívida quanto o Swap foram marcados a mercado em 31 de dezembro de 2008, e seus efeitos podem ser visualizados nas notas explicativas nºs 22 e 23, relativas a resultado financeiro e instrumentos financeiros, respectivamente.

(b) O empréstimo lastreado em CCB foi contratado com banco privado com taxa de 125% do CDI e com vencimento final em fevereiro de 2009.

A parcela do passivo não circulante para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 tem o seguinte vencimento:

Ano:	Consolidado
2010	29.217
2011	70.772
Total	**99.989**

Os saldos dos financiamentos na modalidade de crédito imobiliário referem-se a liberações já efetuadas por instituições financeiras, sendo o total dos créditos aprovados e contratados para conclusão dos empreendimentos, no montante de R$ 409.892 assim distribuídos:

Empreendimento	Crédito Contratado	Consolidado Saldo devedor das liberações 2008	Consolidado Saldo devedor das liberações 2007
Cyrela Oceania	12.000	8.687	-
Essenza SCP	-	-	584
Boa Viagem Emp. Imob. S.A.	4.550	-	1.494
Klabin Segall Cyrela RJZ Emp. Imob. Ltda.	8.500	-	3.189
Klabin Segall Emp. Carlos Vicari SPE Ltda.	16.000	8.729	7.249
Klabin Segall Empreendimentos Imob. Ltda.	24.834	12.127	2.100
Klabin Segall Moema Emp. Imob. Ltda.	9.420	-	5.846
Klabin Segall Nothmann Emp. Imob. Ltda.	8.773	-	4.806
Klabin Segall Santana Emp. Imob. Ltda.	30.000	12.992	-
Klabin Segall São Paulo 6 Imob. Ltda.	24.020	2.402	-
Porto da Ponta	33.600	1.621	-
Porto Colina	71.550	9.249	-
Meyer	60.000	6.385	-
KFA	75.300	2.557	-
Klabin Segall Lapa Empr. Imob.	20.000	14.708	-
Klabin Segall Vergueiro Emp. Imob. Ltda.	11.345	7.250	-
Total	**409.892**	**86.707**	**25.268**
Total do passivo circulante		**41.568**	**18.963**
Total do passivo não circulante		**45.139**	**6.305**

continua...

Klabin Segall

SEU LUGAR NO MUNDO

Klabin Segall S/A

CNPJ nº 00.187.032/0001-48

NOVO MERCADO igc itag

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007
(Valores expressos em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

A seguir, movimentação do saldo dos empréstimos de curto e longo prazo consolidados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008:

Descrição	Saldo inicial	Adições	Pagamentos	Juros e atualização monetária	Ajuste valor de mercado	Saldo final
Empréstimos	115.000	93.999	(45.427)	11.908	(8.235)	167.245

13. OBRIGAÇÕES POR DEBÊNTURES

São títulos de emissão pública, pela Sociedade, e privada por sociedades controladas, cujos recursos captados se destinam exclusivamente ao desenvolvimento dos respectivos empreendimentos imobiliários, assim distribuídos:

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Klabin Segall Investimentos e Participações SPE S.A. (a)	-	-	-	18.553
Klabin Segall Lapa Empreend. Imobiliários S.A. (b)	-	-	5.562	7.126
Klabin Segall S.A. - 1º emissão (c)	224.638	212.102	224.638	212.102
Klabin Segall S.A. - 2º emissão (d)	238.705	-	238.705	-
Gastos com emissão de debêntures (e)	(7.081)	-	(7.081)	-
Total	**456.262**	**212.102**	**461.824**	**237.781**
Total do circulante	**23.762**	**7.083**	**23.762**	**7.083**
Total do não circulante	**432.500**	**205.019**	**438.062**	**230.698**

Os valores das debêntures de emissão de sociedades controladas são proporcionais à participação da Sociedade.

(a) A 1ª emissão privada de debêntures conversíveis em ações prevê a emissão total de 63.000 debêntures de R$ 63.000, que estão sendo subscritas e integralizadas pela GMAC RFC Brasil Ltda., de acordo com o cronograma estabelecido na escritura. A remuneração desses títulos é com base no Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, acrescido de juros remuneratórios de 11% ao ano, e com vencimento previsto para março de 2011. Os recursos captados foram utilizados diretamente no empreendimento imobiliário a que se refere a SPE. Como estratégia de investimento da Sociedade, em 16 de setembro de 2008, foi realizado o resgate antecipado de todas as debêntures.

(b) As debêntures não conversíveis em ações da espécie subordinada prevê a emissão total de 15.539 debêntures de R$ 15.539, que estão sendo subscritas e integralizadas pelos acionistas das sociedades, de acordo com o cronograma e as condições estabelecidos na escritura. A remuneração desses títulos é com base na TR, e o prazo final de vencimento está previsto para novembro de 2009. Os recursos captados foram utilizados diretamente no empreendimento imobiliário a que se refere a SPE.

(c) Em 29 de outubro de 2007, a Sociedade emitiu debêntures no âmbito do "Programa de Emissão Pública de Debêntures Simples", devidamente registrado na CVM em 25 de outubro de 2007, tendo sido subscritas 3.850 debêntures da 1ª série no valor de R$ 38.500 e 16.400 debêntures da 2ª série no valor de R$ 164.000. Essas debêntures são remuneradas com base no CDI mais 1,15% ao ano para a 1ª série e no Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA mais 9% ao ano para a 2ª série, sendo o vencimento de ambas as séries previsto para 15 de agosto de 2012. Conforme Assembléia Geral de Debenturistas realizada no dia 23 de outubro de 2008, houve alteração nos índices de remuneração das debêntures, que passaram a ser de CDI mais 3,0% ao ano para a 1º série e no no Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA mais 13,4% ao ano para a 2ª série.

(d) Em 13 de junho de 2008, a Sociedade emitiu debêntures no âmbito do "Programa de Emissão Pública de Debêntures Simples", devidamente registrado na CVM em 6 de junho de 2008, tendo sido subscritas 23.000 debêntures em série única no valor de R$ 230.000. Essas debêntures são remuneradas com base no CDI mais 2,0% ao ano, sendo de espécie flutuante na forma nominativa, escritural e não conversíveis em ações, tendo como vencimento previsto para 1º de abril de 2013. Em 24 de setembro de 2008, a Sociedade através de Assembléia Geral de Debenturistas - AGD, acordou com seus debenturistas o pagamento de prêmio único e extraordinário correspondente a 0,5% do preço unitário das debêntures no dia 1º de outubro de 2008.

(e) Valor referente aos gastos necessários para a emissão das debêntures deduzidos das obrigações por debêntures conforme a deliberação CVM nº 566 que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 14 - Instrumentos financeiros: reconhecimento, mensuração e evidenciação;

As debêntures de emissão da Sociedade e de controladas estão sujeitas ao cumprimento de determinados índices pactuados, considerando as operações consolidadas do grupo. Em 31 de dezembro de 2008, os referidos índices não estão plenamente atendidos. Vide nota explicativa nº 32 b).

14. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

São representados por:

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Valores relativos a permutas físicas de terrenos	-	-	94.224	-
Valores recebidos por conta de empreendimentos em evolução, acima do percentual de evolução das obras	692	293	18.573	3.995
Total	**692**	**293**	**112.797**	**3.995**
Total do circulante	**692**	**293**	**34.347**	**3.995**
Total do não circulante	**-**	**-**	**78.450**	**-**

15. OPERAÇÕES DE INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA E VENDA DE IMÓVEIS

Conforme descrito na nota explicativa nº 4.k), estão demonstrados, a seguir, os valores totais das operações de incorporação imobiliária e venda de imóveis das unidades já vendidas, que incluem os montantes já realizados e apresentados nas contas patrimoniais e os montantes ainda não realizados, em virtude do critério de reconhecimento da receita estabelecido pela Resolução nº 963/03 do CFC, aplicável às atividades imobiliárias para as unidades em construção:

a) Créditos perante clientes

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Circulante:				
Créditos de clientes - percentual realizado	4.485	2.297	231.189	107.111
Créditos de clientes - percentual não realizado	-	-	237.910	154.601
Total	**4.485**	**2.297**	**469.099**	**261.712**
Não circulante:				
Créditos de clientes - percentual realizado	5.034	4.045	243.762	134.199
Créditos de clientes - percentual não realizado	-	-	1.021.684	522.075
Total	**5.034**	**4.045**	**1.265.446**	**656.274**

b) Obrigações de construir

Representam a estimativa dos custos contratados a incorrer nas construções em andamento das unidades já vendidas, subtraídos dos custos já incorridos até 31 de dezembro de 2008 e de 2007, nos valores de R$ 803.078 e R$ 438.075, respectivamente.

c) Resultado de vendas de imóveis a apropriar

O resultado de venda de imóveis a apropriar totaliza, em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, R$ 456.516 e R$ 238.601, respectivamente.

16. TERRENOS A PAGAR

Empreendimento	Controladora 2007	Consolidado 2008	Consolidado 2007
Acurana - Investimentos Imobiliários Ltda.	-	1.757	2.831
Araçari - Investimentos Imobiliários Ltda.	-	4.500	4.514
Companhia Setin de Empreend. e Participações S.A. (b)	-	11.801	2.212
Cyrela Oceania Emp. Imob. S.A. (a)	-	-	3.000
Kaiapó - Investimentos Imobiliários Ltda. (a)	-	-	880
Kamayurá Empreend. Imobiliários Ltda. (a)	-	-	1.959
Kantaruré Empreend. Imobiliários Ltda.	-	-	6
Klabin Segall - novas obras em São Paulo (d)	12.323	-	12.323
Klabin Segall - Terraço Ibirapuera	11	-	11
Klabin Segall Barra Bonita Emp. Imob. Ltda. (a)	-	1.460	4.831
Klabin Segall Cyrela RJZ Emp. Imob. SPE Ltda. (a)	-	41	2.065
Klabin Segall Lapa Emp. Imob. S.A. (b)	-	3.479	3.988
Klabin Segall RJ1 Emp. Imob. Ltda. (a)	-	-	1.924
Klabin Segall RJ3 Emp. Imob. Ltda. (a)	-	-	19.060
Klabin Segall RJ7 Emp. Imob. Ltda. (c)	-	2.733	4.090
Klabin Segall RKM Emp. Imob. Ltda.	-	-	78
Klabin Segall SP16 Emp. Imob. Ltda.	-	-	14
Klabin Segall SP17 Emp. Imob. Ltda. (c)	-	-	18.197
Klabin Segall SP18 Emp. Imob. Ltda. (a)	-	-	2.250
Klabin Segall SP2 Emp. Imob. Ltda. (d)	-	-	7.807
Klabin Segall SP21 Emp. Imob. Ltda. (c)	-	-	6.130
Klabin Segall SP23 Emp. Imob. Ltda.	-	-	178
Klabin Segall SP26 Emp. Imob. Ltda.	-	-	289
Klabin Segall SP28 Emp. Imob. Ltda. (c)	-	-	6.153
Klabin Segall SP29 Emp. Imob. Ltda. (c)	-	118	9.247
Klabin Segall SP32 Emp. Imob. Ltda. (c)	-	3.280	-
Klabin Segall SP7 Emp. Imob. Ltda. (c)	-	-	482
Klabin Segall Vergueiro Emp. Imob. Ltda. (a)	-	-	3.203
KSC 3 Emp. Imob. Ltda.	-	-	178
Maria Máximo Empreend. Imobiliários Ltda.	-	-	3
Poli Investimentos Imobiliários Ltda.	-	534	1.127
Saracura - Investimentos Imobiliários Ltda.	-	-	3.142
Tagipuru - Investimentos Imobiliários SPE S.A.	-	5.453	5.453
Tangará - Investimentos Imobiliários Ltda.	-	6.203	10.841
Village Recreio Emp. Imob. S.A. (a)	-	-	4.320
Total	**12.334**	**41.359**	**142.786**
Total do Circulante	**12.334**	**36.908**	**77.438**
Total do não circulante	**-**	**4.451**	**65.348**

(a) Pagamento de terreno vinculado à opção de permuta com unidades do respectivo empreendimento.

(b) Para o empreendimento, o saldo de terreno a pagar está vinculado ao percentual médio ponderado de 6,7% das vendas efetivamente recebidas, sendo a correção vinculada a esse percentual e o pagamento efetivo pelo mesmo prazo do recebimento das vendas.

(c) Contratos indexados pela variação do IGP-M.

(d) Contratos indexados pela variação do Índice Nacional do Custo de Construção - INCC.

A parcela no passivo não circulante para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, tem o seguinte vencimento:

Ano:	Consolidado
2010	3.287
2011	1.164
Total	**4.451**

17. OBRIGAÇÕES POR AQUISIÇÕES SOCIETÁRIAS

Representam aquisições de sociedades controladas.

Em 31 de dezembro de 2007, o saldo no passivo circulante refere-se substancialmente à aquisição da Companhia Setin de Empreendimentos e Participações S.A., no montante de R$ 30.189, vencível até outubro de 2008 e atualizado pela variação do CDI, e da Village Recreio Empreendimento Imobiliário S.A., no montante de R$ 1.555, cujo contrato está indexado ao IGP-M.

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo no passivo circulante na controladora refere-se à aquisição da KSC 1 Empreendimento Imobiliário SPE Ltda., no montante de R$ 2.995, vencível até setembro de 2009 e atualizado pela variação do CDI e o saldo no passivo circulante consolidado, no montante de R$ 3.461, incorpora o valor de R$ 466 referente à aquisição da Senha Construção e Gerenciamento de Obras Ltda.

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo no passivo não circulante refere-se à aquisição da KFA Empreendimentos Imobiliários Ltda., no montante de R$ 2.824, sem a incidência de encargos financeiros e com vencimento em abril de 2010.

18. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, em conjunto com o Programa de Integração Social - PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS diferidos, são calculados tomando-se por base as receitas apropriadas ao resultado do exercício e que não foram realizadas financeiramente. O recolhimento será efetuado à medida dos respectivos recebimentos, em conformidade com o critério fiscal.

Composição dos saldos registrados no passivo circulante e não circulante, são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Passivo:				
Imposto de renda diferido	53	121	10.775	4.578
Contribuição social diferida	29	65	3.960	2.493
COFINS diferida	79	181	11.001	6.721
PIS diferido	17	39	2.384	1.451
Total	**178**	**406**	**28.120**	**15.243**
Total do Circulante	**-**	**147**	**13.372**	**6.766**
Total do não circulante	**178**	**259**	**14.748**	**8.477**

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda (25%) e a contribuição social sobre o lucro (9%) são calculados observando-se suas alíquotas nominais, que, conjuntamente, totalizam aproximadamente 34% de acordo com os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. Conforme facultado pela legislação fiscal, a Sociedade em 2006 e certas controladas e controladas em conjunto em 2008 e 2007 optaram pela sistemática de lucro presumido. Para essas sociedades, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas, sobre os quais se aplicam as alíquotas regulares de imposto de renda e contribuição social.

a) Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social - Correntes

Os valores do imposto de renda e da contribuição social, demonstrados nos resultados dos semestres, apresentam a seguinte reconciliação à alíquota nominal:

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Lucro antes dos efeitos do IRPJ e da CSLL	6.592	29.012	35.047	47.447
Expectativa da despesa de IRPJ e CSLL a alíquotas nominais - 34%	(2.241)	(9.864)	(11.916)	(16.132)
Efeito sobre outras adições e exclusões permanentes, principalmente equivalência patrimonial	8.479	12.756	11.771	12.756
Outros	(410)	-	(410)	61
Prejuízos a Compensar	(5.828)	(4.344)	(8.104)	(4.344)
Total – 1)	**-**	**(1.452)**	**(8.659)**	**(7.659)**
Lucro das controladas cuja tributação é feita com base no lucro presumido:	-	-	23.986	18.435
Reversão do efeito da tributação - lucro real - 34% - Total 2)	-	-	8.155	6.268
Tributação pelo regime do lucro presumido, utilizando-se a receita bruta de vendas como base para cálculo - Total 3)	-	-	(12.798)	(4.428)
Total 1) + 2) + 3)	**-**	**(1.452)**	**(13.302)**	**(5.819)**

b) Reconciliação dos efeitos do impostos de renda e da contribuição social - Diferidos

Os valores de IRPJ e CSLL diferidos estão conciliados às alíquotas nominais, como segue:

	Consolidado 2008	Consolidado 2007
Aumento da diferença entre a receita fiscal e societária (*)	158.050	131.255
Efeito do imposto de renda e da contribuição social diferidos no período - alíquotas efetivas de 3,08% (vide nota explicativa nº 4.i) com as alíquotas nominais)	4.860	4.042

(*) De acordo com a Instrução Normativa nº 84/79, da Receita Federal, as incorporadoras devem efetuar o recolhimento dos tributos com base no recebimento financeiro dos empreendimentos. A Resolução CFC nº 963/03 determina que a apropriação das receitas seja efetuada de acordo com a evolução financeira dos empreendimentos. Dessa forma, a diferença entre a receita fiscal e a societária é a base para constituição dos impostos diferidos.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social autorizado da Sociedade é de até 70.000.000 de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, conforme prevê o artigo 6º do Estatuto Social da Sociedade.

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 é de R$ 353.846, dividido em 61.498.250 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

b) Reserva legal

É constituída em 5% do lucro líquido anual, até 20% do capital social.

c) Ações mantidas em tesouraria

Em 5 de março de 2007, o Conselho de Administração aprovou o programa de recompra de ações ordinárias de emissão própria, para permanência em tesouraria ou cancelamento, ou posterior alienação, com a utilização do saldo da conta "Reserva de capital", conforme fato relevante divulgado naquela data.

A movimentação das ações em tesouraria durante o exercício de 2007 foi a seguinte:

	Quantidade de ações ON	Custo total das ações	Custo médio por ação
Saldos anteriores	-	-	-
Recompras no exercício	3.000.000	54.797	18,26
Saldos atuais em 31 de dezembro de 2007	3.000.000	54.797	18,26

Em 31 de dezembro de 2007, a Sociedade mantinha 3.000.000 de ações em tesouraria, as quais foram canceladas em 15 de fevereiro de 2008, conforme Assembléia Geral Extraordinária.

d) Dividendos obrigatórios

Os dividendos obrigatórios aos acionistas são garantidos estatutariamente em um percentual mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

e) Reserva estatutária

O estatuto da Sociedade prevê, em seu artigo 33, alínea "f", a destinação do saldo remanescente do lucro após as demais destinações, para a formação da reserva para efetivação de novos investimentos, que tem por finalidade preservar a integridade do patrimônio social, reforçando o capital social e de giro da Sociedade, com vistas a permitir a realização de novos investimentos.

f) Reserva de lucros a realizar

Constituída tomando-se por base os resultados apropriados no exercício ou período e não realizados financeiramente, originários das operações de vendas imobiliárias, e que foram apropriados ao resultado na forma descrita na nota explicativa nº 3.l).

21. RESULTADO NA VENDA DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA

Em 31 de dezembro de 2007, representa o lucro na venda da Klabin Segall São Paulo I Empreendimentos Imobiliários Ltda., no montante de R$ 5.943.

22. COMPROMISSOS

a) A Sociedade possui contrato de aluguel relacionado às suas instalações, sendo o custo mensal de R$ 139, reajustado pela variação do IGP-M. O prazo de locação é de cinco anos e há multa no caso de rescisão correspondente ao valor de três meses de aluguel.

b) Em 31 de dezembro de 2008, a Sociedade, através de suas controladas, possui contratos de longo prazo no valor de R$ 2.179, relacionados com o desenvolvimento dos empreendimentos imobiliários, que serão reconhecidos de acordo com o percentual de evolução financeira dos empreendimentos imobiliários.

23. PARTES RELACIONADAS

Os saldos com partes relacionadas são os seguintes:

	Controladora 2008	Controladora 2007
Apresentados no ativo (valores líquidos):		
Conta corrente com empreendedores - aporte em conta corrente:		
Klabin Segall - Cores da Barra	-	643
Klabin Segall - Terraço Ibirapuera	-	78
Klabin Segall - Ville Cap. Ferrat.	-	1.939
Espaço Contemporâneo SCP	13	13
Atelier Klabin SCP	399	462
Essenza SCP	4.312	3.395
Paulista Upgrade SCP	5	5
Project Home SCP	319	194
Singolare SCP	5.000	5.290
Supreme SCP	2.301	105
Terraço Klabin SCP	194	194
Vitrine Klabin SCP	755	511
Boa Viagem Emp. Imob. S.A. - SPE	260	1.290
KS RJ 4 Empreend. Imob. Ltda.	960	-
KS SP 36	1.077	-
KS SP 28	322	-
KS Santana	(240)	-
KS SP 6	464	-
KS SP 3	1.722	-
Klabin Segall RKM	881	-
Klabin Segall Cyrela Evidence	(340)	-
KS Moema	(114)	-
KS Playcenter 2	(498)	-
KS Nothmann	110	-
KSS	439	-
KS Vergueiro	(310)	-
KS Cyrela RJZ - Botafogo	(431)	-
KS SP 4	(100)	-
KS RJ 6	(664)	-
KSC 2	31	-
KS SP 10	47	-
Demais SPE´s - parceiros	48	-
Total	**16.962**	**14.119**
Créditos com pessoas ligadas:		
Conta corrente - Cores da Barra	3	3
Conta corrente - Terraço Klabin SCP	13	13
Conta corrente - Singolare SCP	14	14
Conta corrente - Carlos Vicari SPE	-	1.550
Conta corrente - KSS Negócios Imobiliários	10	-
Conta corrente - Cia. Setin	127	-
Pessoas físicas - investidores SCP/SPE	1	-
Total	**168**	**1.580**

	Controladora 2008	Controladora 2007	Consolidado 2008	Consolidado 2007
Passivo não circulante:				
Débitos com investidores:				
Klabin Segall - Cores da Barra	-	643	-	-
Klabin Segall - Terraço Ibirapuera	-	78	-	-
Klabin Segall - Ville Cap. Ferrat.	11	1.938	-	-
Espaço Contemporâneo SCP	-	36	4	-
Klabin Segall RJ11 Emp. Imob. Ltda.	-	1	-	-
Klabin Segall RJ12 Emp. Imob. Ltda.	-	1	-	-
Klabin Segall RJ13 Emp. Imob. Ltda.	-	1	-	-
Klabin Segall RJ14 Emp. Imob. Ltda.	-	1	-	-
Klabin Segall RJ15 Emp. Imob. Ltda.	-	1	-	-
Klabin Segall RJ16 Emp. Imob. Ltda.	-	1	-	-
Klabin Segall RJ17 Emp. Imob. Ltda.	-	1	-	-
Klabin Segall RJ18 Emp. Imob. Ltda.	-	1	-	-
KSC 3 Empreendimento Imobiliário Ltda.	-	1	-	-
Klabin Segall SP23 Emp. Imob. Ltda.	-	6	-	-
Klabin Segall SP26 Emp. Imob. Ltda.	-	1	-	-
GO Anápolis	-	-	93	-
Terraço Klabin	-	-	158	-
Project Home	-	-	104	-
Paulista Upgrade	-	-	2	-
Singolare	-	-	680	-
Atelier Klabin	-	-	215	-
Supreme	-	-	40	-
Vitrine Klabin	-	-	107	-
Essenza	-	-	1.410	-
Pessoas físicas - saldo conta corrente futuros investimentos	726	530	737	3.970
Total	**737**	**3.241**	**3.550**	**3.970**
Dívidas com pessoas ligadas:				
Conta corrente - Klabin Segall S.A. - obras	3	3	3.852	-
Conta corrente - Paulista Upgrade SCP	43	43	-	-
Conta corrente - Carlos Vicari	310	-	-	-
Brazilian Finance	-	-	-	2.270
Conta corrente - Setin Construtora	650	-	-	-
Conta corrente - Cia. Setin	127	-	6.766	-
Empreend. SCP	263	173	-	-
Empreend. Rossi	-	-	2.115	-
Klabin Segall Cyrella SPE Ltda. - Evidence	1.245	1.245	7	-
Outras pessoas ligadas com SCP/SPE	-	-	-	289
Klasell (a)	-	-	20.043	-
KSS	-	-	2	-
Cyrella Tecnisa Klabin Segall Emp. Imob. Ltda	3.864	-	-	-
Klabin Segall Cyrella SPE Ltda.	415	-	668	-
Total	**6.920**	**1.464**	**33.453**	**2.559**

(a) Este saldo está relacionado a obrigações com sócios-quotistas em consórcios em virtude de aportes desproporcionais nos referidos consórcios.

continua...

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007
(Valores expressos em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

Os valores das receitas e das despesas decorrentes de transações entre as sociedades, que foram eliminados na consolidação, totalizaram R$ 12.286, durante o exercício de 2008.

Os valores de conta corrente com empreendedores, créditos com pessoas ligadas, débitos com investidores e débitos com pessoas ligadas não têm incidência de encargos financeiros.

24. HONORÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

A Assembléia Geral Ordinária - AGO, de 28 de abril de 2008, aprovou, para o exercício de 2008, a remuneração global dos administradores até o máximo de R$ 2.900.

Os valores pagos a título de honorários de administração, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, foram os seguintes:

	Remuneração					
	2008			2007		
	Fixa	Variável	Total	Fixa	Variável	Total
Conselho de Administração	360	-	360	216	-	216
Diretores estatutários	2.256	842	3.098	2.358	310	2.668
Total	**2.616**	**842**	**3.458**	**2.574**	**310**	**2.884**

Os honorários pagos acima do limite fixado em referida assembléia, substancialmente representados pela parcela variável, serão referendados para aprovação na próxima Assembléia Geral Ordinária dos Acionistas.

25. PARTICIPAÇÃO DE ADMINISTRADORES E DE EMPREGADOS

Para auxiliar e possibilitar o aprimoramento dos funcionários, além dos benefícios previstos em convenção coletiva, a Sociedade adota um programa contínuo de treinamentos internos e participação em cursos e seminários específicos, os quais visam ao aprimoramento profissional dos colaboradores, bem como mantém uma política de apoio educacional. Até 31 de dezembro de 2008, foi desembolsado o valor de R$ 287 para esses programas.

A Sociedade mantém contrato com a organização sindical da categoria, para o programa de participação dos colaboradores nos resultados econômicos apurados anualmente. Para o exercício de 2007 foi provisionada a participação total de R$ 3.295, abrangendo todos os colaboradores e diretores da Sociedade e suas controladas, em conformidade com as regras contratuais firmadas com a organização sindical. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, não foi reconhecida provisão em função das metas não terem sido atingidas.

26. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Receitas:				
Ganhos com títulos de renda fixa	8.833	17.097	14.342	20.825
Variação monetária ativa	18.330	454	19.711	454
Receitas de financiamento a clientes	2.698	2.372	7.358	5.121
MTM - empréstimos e swap	8.235	-	8.235	-
	38.096	**19.923**	**49.646**	**26.400**
Despesas:				
Variação monetária passiva	(22.301)	(7.207)	(23.055)	(4.358)
Juros passivos	(312)	(583)	(526)	(533)
Encargos financeiros	(39.159)	(3.772)	(41.884)	(14.105)
	(61.772)	**(11.562)**	**(65.465)**	**(18.996)**
Total	**(23.676)**	**8.361**	**(15.819)**	**7.404**

27. CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL ("LEASING")

Em 31 de dezembro de 2008, a Sociedade possui contrato de arrendamento mercantil operacional ("leasing") referentes a equipamentos de informática, no montante de R$ 651, cujas prestações mensais são fixas com base em valores previamente estipulados, não havendo a incidência de quaisquer atualizações ou aumentos. O contrato têm vencimento em Abril de 2011.

As contraprestações dos contratos de arrendamento mercantil são contabilizadas como despesa na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2008, foi registrado o montante de R$ 181.

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais

As Sociedades participam de operações envolvendo instrumentos financeiros, todas registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades, bem como a reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias, estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de exposição cambial.

As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas, visto que as Sociedades têm o objetivo de manter tais investimentos até o momento do seu efetivo resgate.

Os empréstimos e financiamentos são registrados com base nos juros contratuais de cada operação, conforme demonstrado na nota explicativa nº 12.

b) Exposição cambial

Conforme estabelecido pela Administração, é permitida para a contratação de operações com derivativos, sem alavancagem, junto a instituições financeiras de primeira linha com objetivo de estabelecer proteção de dívida. As operações com derivativos não podem exceder ao total do endividamento em moeda estrangeira. A contratação destas operações é previamente aprovada pela administração de acordo com os procedimentos estabelecidos.

As Sociedades possuem controles internos para o monitoramento tempestivo dos riscos de exposição cambial. Uma vez que as Sociedades possuem derivativos para proteção de dívida, o gerenciamento e a avaliação dos resultados obtidos nestas operações consideram exclusivamente a eliminação dos efeitos de flutuações nas taxas de câmbio.

Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, o principal grupo de conta atrelado à moeda estrangeira está relacionado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2008	2007
Passivo:		
Empréstimos e financiamentos (i)	42.155	29.718
Total do passivo	**42.155**	**29.718**
Total de exposição	**42.155**	**29.718**

(i) O montante está denominado em reais.

As Sociedades têm contratado operações financeiras de "swap" visando à proteção da exposição dos empréstimos e financiamentos à variação cambial. Essas operações consistem em "trocar" o passivo em moeda estrangeira ou determinado indexador por um passivo corrigido por um percentual do CDI, e estão assim compostas:

	Controladora e Consolidado					
	Valor contratado atualizado		Valor justo (iii)		Efeito líquido resultado	
Posição passiva:						
Modalidade da operação	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Taxa de juros - CDI (ii)	(31.466)	(28.581)	(35.334)	(30.871)	(3.868)	(1.063)
Posição ativa:						
Modalidade da operação						
Moeda estrangeira - dólar (ii)	42.155	29.718	42.823	30.781	668	2.290
Valor líquido	10.689	1.137	7.489	(90)	(3.200)	1.227

(ii) Os efeitos destas operações estão diretamente correlacionados com as variações monetárias e cambiais de empréstimos e financiamentos demonstradas nas notas explicativas nºs 5 e 12.

(iii) O método utilizado para o cálculo do valor de mercado (valor justo) do instrumento de "swap" foi o do fluxo de caixa futuro associado ao instrumento contratado, descontado às taxas de mercado vigentes na data de encerramento dos exercícios.

O resultado da operação de "swap" está registrado na rubrica "Ganhos ou perdas em operações de "swap" no resultado financeiro, em 31 de dezembro de 2008 e de 2007.

A Sociedade e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação.

c) Análise de sensibilidade

"Swap" de Dólar para CDI

As Sociedades contrataram em 3 de outubro de 2007, operações de "swap" cambial para proteger o fluxo de caixa referente ao seu passivo denominado em dólar e com vencimento final em agosto de 2009. De acordo com as operações, as Sociedades possuem posição ativa em CDI, acrescida de taxa pré-fixada, e posição passiva atrelada a um percentual da taxa de juros de um dia (CDI), protegendo-a, assim, contra o risco de variação cambial do dólar contra o real, o que em termos efetivos representou uma troca do custo de dólar + 7,00% a.a. para uma taxa média ponderada de 116,0% do CDI e não há a exigência de margem de garantia nessas operações.

Tendo em vista que os fluxos da posição ativa dos contratos de "swap" serão integralmente compensados pelos fluxos passivos da dívida denominada em dólar, não foram estimados cenários de oscilações para a taxa futura do dólar. A Sociedade considera que o risco de estar passiva em taxa de juros de um dia (CDI) é a elevação do CDI. Com base nas cotações da BM&F de 9 de janeiro de 2009, a administração estimou três cenários de taxas médias de CDI para o vencimento da operação de "swap", conforme tabela abaixo:

Cenários de Taxas CDI

Vencimento	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Agosto de 2009	15,74%	19,67%	23,61%

No cenário provável a Sociedade, em decorrência da proteção cambial da dívida em dólar e sua substituição por fluxo em CDI, teria saídas de caixa estimadas a R$ 35.343 até o vencimento final das operações, correspondentes ao somatório nominal de ajustes líquidos futuros que incluem a apropriação de juros de variação cambial de 3 de outubro de 2007 até 31 de agosto de 2009 e estimativas futuras de CDI até seus respectivos vencimentos. Nos cenários possível e remoto, as estimativas de saídas de caixa seriam de R$ 45.783 e R$ 56.562, respectivamente. Na data do encerramento do exercício, o saldo contábil da operação de "swap" totalizava um passivo de R$ 23.232, conforme mencionado na nota explicativa nº 12.

d) Exposição à taxa de juros

Os valores de mercado informados em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, não refletem mudanças subseqüentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado:

Caixa e bancos e aplicações financeiras

Os valores contábeis informados nos balanços patrimoniais são os valores de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

Empréstimos e financiamentos

Conforme descrito na nota explicativa nº 12, os financiamentos referem-se a instrumento de crédito para construção de empreendimentos imobiliários, para os quais os saldos contábeis aproximam-se dos valores de mercado em virtude das características desses financiamentos.

e) Valores de mercado

Os valores de mercado das disponibilidades, aplicações financeiras e contratos de mútuo aproximam-se dos valores registrados nas demonstrações contábeis devido à natureza de curto prazo destes. Os valores de mercado dos empréstimos e financiamentos aproximam-se substancialmente dos valores registrados nas demonstrações contábeis devido a esses instrumentos financeiros terem taxas de juros variáveis.

f) Concentração de risco

A Sociedade e suas controladas mantêm contas correntes bancárias e aplicações financeiras em instituições financeiras aprovadas pela Administração de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos. O saldo de contas a receber está distribuído em diversos clientes e não existe um cliente que represente concentração de 5% ou mais do total da receita operacional líquida, nem do saldo a receber.

29. SEGUROS (INFORMAÇÃO NÃO AUDITADA)

A Sociedade e suas controladas mantêm, em 31 de dezembro de 2008, os seguintes contratos de seguros a valores considerados compatíveis pela Administração para os riscos envolvidos:

a) Risco de engenharia - obras civis em construção - Apólice "All Risks", garantindo todos os riscos envolvidos na construção de um empreendimento, tais como incêndios, roubos e danos de execução, entre outros. Esse tipo de apólice permite coberturas adicionais conforme riscos inerentes à obra, entre os quais destacamos: responsabilidade civil geral e cruzada, despesas extraordinárias, tumultos, responsabilidade civil empregador e danos morais. O valor da cobertura básica das apólices vigentes nessa modalidade é de R$ 1.078.104 em 31 de dezembro de 2008.

b) Seguro imobiliário subdividido em:

- Vida e acidentes pessoais - garante a liquidação do saldo devedor do adquirente em caso de morte ou invalidez permanente.
- Danos físicos ao imóvel - garante o eventual dano ao imóvel após a entrega ao adquirente, no caso de incêndio, raio ou explosão.

c) Seguro empresarial - cobertura para "stands" de vendas e apartamentos modelo, garantindo danos causados por incêndio, raio, explosão e outros. O valor de cobertura das apólices vigentes nessa modalidade é de R$ 10.292 em 31 de dezembro de 2008.

d) Seguro de riscos diversos - equipamentos eletrônicos - garante eventuais roubos ou danos elétricos. O valor de cobertura das apólices vigentes nessa modalidade é de R$ 6.570 em 31 de dezembro de 2008.

30. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

a) Está sendo questionado desde 1999 um auto de infração da Secretaria da Receita Federal - SRF com valor estimado de R$ 500, cuja natureza é a contestação no processo de aquisição do terreno do edifício "Le Grand Klabin". O processo administrativo de impugnação desse débito continua em análise e no aguardo de sentença de julgamento, sendo, em fevereiro de 2007, efetuado depósito para garantia do andamento do recurso administrativo no valor de R$ 228. Segundo os assessores jurídicos da Sociedade, as expectativas de perda continuam remotas, motivo pelo qual não foi consignada provisão nas demonstrações financeiras.

b) Em virtude da constatação efetuada por agentes de controle ambiental, que verificaram a existência de nascente decorrente de afloramento de lençol aquífero, nas proximidades do terreno do empreendimento Espaço Contemporâneo, a Sociedade apresentou um projeto de compensação ambiental com custos estimados em R$ 180, cuja respectiva execução aguarda, ainda para o final do exercício de 2008, a análise e aprovação do Ministério Público. A provisão foi devidamente constituída em exercícios anteriores.

c) Em decorrência de análise efetuada nos diversos processos de execução de inadimplentes das unidades imobiliárias, em 2004 foi provisionado o montante de R$ 350 e, no final do exercício de 2007, complementado em R$ 193, em face das análises dos nossos assessores jurídicos, que julgaram algumas demandas como prováveis de execução e perda. Tal montante é julgado suficiente para honrar todos os compromissos no desenrolar das contingências, segundo os assessores jurídicos da Sociedade.

d) O provisionamento para perdas nos diversos processos é efetuado somente quando estiverem descobertos de garantias e com provável risco de perda apontado pelos assessores jurídicos da Sociedade. O valor em discussão de todos os processos com possível risco de perda envolvendo a Sociedade, incluídos os já citados anteriormente, totaliza o montante aproximado de R$ 5.799 em 31 de dezembro de 2008 (R$ 6.841 em 31 de dezembro de 2007).

e) Movimentação das obrigações legais e contingências passivas

	Controladora e Consolidado	
	2008	2007
Saldo inicial	**733**	**530**
Baixa por pagamento	(10)	-
Constituições	-	203
Saldo final	**723**	**733**

31. PLANO DE OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES

A Sociedade possui um "Plano de Opções de Compra de Ações" ("Plano"), aprovado pela AGE de 1º de junho de 2006 e alterada pela AGE de 28 de abril de 2008. O Plano é administrado pelo Conselho de Administração da Sociedade que, periodicamente, define os beneficiários elegíveis a participar do Plano, a forma de concessão e de pagamento, o número de ações, o índice de correção do preço até a data do exercício de cada opção, o prazo máximo para o exercício da opção, as normas sobre a transferência de opções e as disposições sobre quaisquer penalidades.

De acordo com as premissas do Plano, poderão participar qualquer dos executivos e profissionais de alto nível, nível gerencial e nível operacional da Sociedade e de suas controladas.

As opções de compra de ações a serem oferecidas a cada ano estarão limitadas ao máximo de 1% do total das ações da Sociedade, obedecendo ao limite global máximo de 5% do total das ações da Sociedade durante a duração do Plano.

Em 31 de dezembro de 2008, não existe nenhuma outorga de opções de compra de ações em andamento no âmbito desse Plano aprovado, considerando a desistência dos 2 (dois) profissionais que teriam direito a partir de 2008.

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

i. Em 18 de março de 2009, a Sociedade por intermédio de seus representantes legais, representando a Klabin Segall São Paulo 14 Empreendimentos Imobiliários Ltda.; e, pelos membros da Comissão dos Compradores do Condomínio Platô Flamboyant; foi elaborada proposta a ser apresentada para votação, aos condôminos do referido empreendimento, em Assembléia Geral a ser realizada, tendo como proposta as seguintes premissas:

" (a) Suspensão geral dos pagamentos de março de 2009 a dezembro de 2009, sem qualquer encargo moratório (juros e multa) sobre as parcelas, as quais apenas serão corrigidas pelo INCC com a manutenção de todos os contratos; (b) devolução das parcelas, aos condôminos que eventualmente efetuaram o pagamento das parcelas em março de 2009; (c) Paralisação das obras até dezembro de 2009; (d) Na hipótese de decisão favorável, antes do período de dezembro de 2009, a KLABIN SEGALL retomará as obras e acrescentará o período de paralisação, ao prazo final para término; e, os condôminos serão notificados, previamente, a respeito, para reiniciarem o pagamento das parcelas do preço; (e) Na hipótese de desfecho desfavorável relativo a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 163.559-0/0 ou de nenhuma solução, até dezembro de 2009, os condôminos serão convocados para: 1) - distratar os compromissos de venda e compra; e 2) - receber a devolução de todas as quantias já pagas devidamente corrigida pelo INCC, trinta dias após a assinatura do distrato. Os valores a serem restituídos, compreendem aos pagamentos efetuados a Klabin Segall São Paulo 14 Empreendimentos Imobiliários Ltda.; Lopes Bauer; Bom tempo e Klassel; (f) Estudo de Contratação de Seguro Garantia, a favor dos condôminos, garantindo a devolução das quantias pagas, caso a mesma ocorra; (g) Aprovada a proposta, os condôminos firmarão, dentro de 30 (trinta) dias, contados desta data, aditamento ao respectivo compromisso de venda e compra, para constar o acordado."

ii. A Sociedade iniciou processo de negociação com os credores no inicio de março de 2009 para discussão de termos e condições da operação de debêntures. Através da Assembléia Geral de Debenturistas realizada em 24 de março de 2009, houve deliberação com relação à postergação do pagamento dos juros, inicialmente previsto para 1º de abril de 2009 para 1º de junho de 2009.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Sergio de Toledo Segall	Presidente do Conselho
Oscar Segall	Vice-Presidente do Conselho
Antonio Setin	Conselheiro
Flavio da Silva Ramos Neto	Conselheiro
João Pinheiro Nogueira Batista	Conselheiro
Emílio Humberto Carazzai Sobrinho	Conselheiro
Paulo Conte Vasconcellos	Conselheiro

DIRETORIA

Sergio de Toledo Segall	Diretor-Presidente
Antonio Setin	Diretor Comercial
Carlos Eduardo Malagoni	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Sidnei Benedito Domingos
Controladoria CT - CRC 1SP 208.770/O-9

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Klabin Segall S.A.
São Paulo - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais (controladora e consolidado), da Klabin Segall S.A. ("Sociedade") e de suas controladas, levantados em 31 de dezembro de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora), dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Sociedade e de suas controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Sociedade e de suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Conforme mencionado nas notas explicativas nºs 13 e 32 b), em 31 de dezembro de 2008, determinado índice pactuado nas operações de emissão de debêntures não está atendido. A Administração da Sociedade, com base nos resultados futuros projetados e alternativas existentes, proporá, em conjunto com os Agentes Fiduciários, à realização de Assembléia Geral dos Debenturistas nos prazos legais requeridos, ações imediatas para o reestabelecimento de referido índice, razão pela qual está mantendo nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, as dívidas classificadas conforme os prazos inicialmente previstos.
4. Em nossa opinião, exceto pelo assunto mencionado no parágrafo 3, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira (controladora e consolidado) da Klabin Segall S.A., e de suas controladas em 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido (controladora), os seus fluxos de caixa e os valores adicionados referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
5. Anteriormente, auditamos as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo os balanços patrimoniais da Klabin Segall S.A. e de suas controladas (controladora e consolidado), levantados em 31 de dezembro de 2007, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, além das informações suplementares compreendendo a demonstração dos fluxos de caixa (controladora e consolidado) e do valor adicionado (consolidado), sobre as quais emitimos parecer datado de 21 de fevereiro de 2008, sem ressalva. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º de janeiro de 2008. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações financeiras de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13, "Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08", não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.
6. A demonstração do valor adicionado (controladora), correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, preparada em conexão com as demonstrações financeiras do exercício de 2008, foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 e, em nossa opinião, essa demonstração está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 5, tomadas em conjunto.

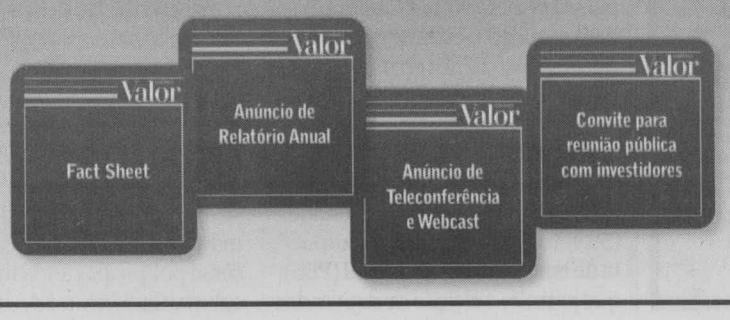
São Paulo, 31 de março de 2009.

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Walter Dalsasso
Contador - CRC nº 1 SP 077516/O-9

Deloitte.

www.klabinsegall.com.br

As vantagens de ser cliente fidelidade Valor se multiplicaram.



O Valor Econômico está lançando um pacote comercial com vantagens exclusivas para seus clientes. Basta fechar um contrato de fidelização de publicações legais que a sua empresa poderá ter opções diferenciadas de Comunicação Corporativa.

Para mais informações: (11) 3767-1323 | www.valoronline.com.br

COMUNICAÇÃO CORPORATIVA
Valor ECONÔMICO
SUA EMPRESA EM DESTAQUE

Política

Toyota inicia trabalhos de terraplenagem em Sorocaba, onde construirá nova fábrica **Página B6**

AES Uruguaiana anuncia paralisação por tempo indeterminado da termelétrica a gás **Página B9**

MARIA INÊS NASSIF

Todos partidos para o castelo de areia

Então, ficamos combinados: quando uma operação policial pegar um partido com a boca na botija, fazendo caixa dois com dinheiro de empreiteira, o responsável pela investigação deve acessar o site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e copiar e colar (ctrl C, ctrl V) o nome de todos os partidos registrados oficialmente. Segundo os líderes dos partidos de oposição que foram citados na Operação Castelo de Areia — uma investigação originalmente motivada por denúncias de que a empreiteira Camargo Corrêa teria cometido supostos crimes financeiros, de lavagem de dinheiro e de evasão fiscal — é pouco elegante denunciar como implicados na Operação apenas aqueles contra os quais foram levantadas provas. Não acusar o PT, o PV e o PTB é prova do partidarismo da Polícia Federal, que teria sido governista, segundo seus detratores, mesmo apontando igualmente, como beneficiários de supostas doações ilegais que teriam sido feitas pela construtora, os partidos governistas PP, PSB, PDT e PMDB.

A regra não conta, todavia, quando o PT e seus aliados são o centro da investigação. No escândalo do "mensalão", o caso levado de forma mais discreta foi o do caixa dois da campanha do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que usou em 1998 o mesmo esquema que o PT e seus aliados, para arrecadar dinheiro de campanha. Não seria de bom tom, afinal, dar grande publicidade ao caso do tucano mineiro.

O grosso dos que esperam julgamento no STF, por conta de suposto envolvimento no "mensalão", é governista. Nesse caso, pode-se dizer que a PF é oposicionista? Deixou de ser quando mencionou o PSDB, o DEM e o PPS em outra investigação? Se a Operação Castelo de Areia for julgada no futuro pelo STF, e este considerar que o suposto caixa dois da Camargo Corrêa não fez réus, e o suposto caixa dois do "mensalão" sim, a Corte será governista ou oposicionista? No caso do "mensalão", o trabalho conjunto do Ministério Público Federal constituiu o que o presidente do STF e do Conselho Nacional de Justiça, Gilmar Mendes, chamou de "algo lítero-poético-recreativo"? Ou esteve adstrito às funções constitucionais das instituições envolvidas? O que diferenciou, então, o caso do "mensalão" da Operação Castelo de Areia?

Bastam um ctrl C e um crtl V na lista do TSE

E daí, ficamos também assim: o controle exercido pelo Ministério Público sobre a Polícia Federal é "algo lítero-poético-recreativo", e portanto o MP e a PF estão fora de controle, pelo menos no caso da Operação Castelo de Areia e na Operação Satiagraha, as que são objeto das indignações do presidente do STF. Diz Mendes: "Muitas vezes o Ministério Público Federal é parte naquilo que chamamos de ação abusiva da polícia (...). Quando o Ministério Público atua em conjunto com a polícia, quem vai ser o controlador dessa operação?" Ele defende uma "vara especializada no controle das atividades policiais", que poderia ser instituída "facilmente" pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), do qual o presidente do STF é também presidente — ou seja, supõe-se que uma simples canetada de Mendes tem o poder de eliminar o controle constitucional que o MPF tem sobre a polícia. Isso quer dizer que a Constituição se submete ao CNJ? E, se assim for feito, Mendes, como o "presidente do Judiciário", passaria exercer o controle sobre a polícia e, com a sua serenidade e neutralidade, evitaria o "aparelhamento do aparato policial, um aparelhamento político" da PF, e a excessiva complacência do MPF?

A Operação Castelo de Areia foi movida pelo Ministério Público, investigada pela Polícia Federal e monitorada pela 6ª Vara da Justiça, da qual é titular o juiz Fausto De Sanctis, que o CNJ do ministro Mendes processa pelas sentenças discordantes tomadas por ele contra as suas próprias. Uma ação da PF que foi acionada pelo MP e teve o controle de uma autoridade judicial não é um complô partidário — é assim que legitimamente se processam as investigações. Isso está longe de ser um clube "lítero-político-recreativo". Na verdade, dá para apostar que os procuradores, policiais e juízes envolvidos num trabalho dessa envergadura tenham pouco tempo para frequentar clubes lítero-político-recreativos. Apenas nenhum promotor, policial ou juiz pediu licença ao STF para concluir quais eram os crimes passíveis de indiciamento e quem os cometeu, nem submeteram suas conclusões ao STF, porque não é esse o papel da alta Corte nesse momento. Vai ser no futuro, se algum indiciado recorrer de sentenças ou procedimentos que considerem injustos ou ilícitos. Como, normalmente, pessoas com poder econômico costumam recorrer até a última instância judicial, o STF em algum momento vai se posicionar sobre o caso. E como parlamentares podem estar implicados, o caso deve parar direto no Supremo. Outra razão para Mendes não emitir juízos sobre o trabalho do MP, da PF e do juiz de primeira instância: afinal, vai julgá-lo mais para a frente.

A PF virou alvo do presidente do STF desde a deflagração da Operação Satiagraha que, entre outras coisas, botou duas vezes na cadeia o empresário Daniel Dantas. Mas ainda assim, não percebe o risco que está correndo. As decisões que toma, mesmo técnicas, não estão apenas sendo combatidas por divergências quanto a métodos. O trabalho de descrédito da PF, do juiz De Sanctis e de mais alguns que têm levado adiante investigações por crimes de colarinho branco é para acuar toda a instituição policial. Se os grupos internos dão munição para essa ofensiva externa contra os seus adversários de corporação, por conta de uma disputa de poder, não perceberam que a PF é atingida sem poupar ninguém — e que esse movimento de opinião pública incitado por algumas figuras públicas torna cada vez mais arriscado, para qualquer grupo dela, a investigação de casos politicamente complicados, que envolvam interesses econômicos mais poderosos.

Outro risco que se corre é a instituição STF ficar identificada como aquela que pode estar permeável a interesses. Num país altamente injusto, a mais alta Corte perder sua imagem de mediadora — e justa — e fixar-se como aquela que zela exclusivamente por grandes interesses, é o fim de esperanças de uma parcela da população altamente desassistida. É melancólico.

Maria Inês Nassif é editora de Opinião.
Escreve às quintas-feiras
E-mail maria.inesnassif@valor.com.br

Voto de relator no Supremo é favorável à revogação da Lei de Imprensa

Juliano Basile
De Brasília

O Supremo Tribunal Federal (STF) iniciou, ontem, o julgamento da Lei de Imprensa (Lei nº 5.250, de 1967) e o relator do processo, ministro Carlos Ayres Britto, votou para que ela seja derrubada. "A lei é materialmente contrária à Constituição de ponta a ponta", declarou Britto. "Ela é inconciliável com a Constituição", completou. O ministro Eros Grau também votou pela improcedência da lei.

Após esses dois votos, a sessão foi interrompida. O presidente do STF, ministro Gilmar Mendes, marcou a continuação do julgamento para o dia 15. O tribunal também deixou de julgar a obrigatoriedade do diploma para jornalistas. Esse tema estava previsto para ontem, mas também foi adiado por falta de tempo.

A expectativa é a de que surjam votos diferentes dos proferidos por Britto e Grau quanto à Lei de Imprensa. Em outras sessões, alguns ministros do STF já manifestaram a preocupação com o fato de alguns procedimentos previstos na lei, como o direito de resposta, ficarem sem qualquer regulamentação. Assim, é possível que eles proponham algumas regras para serem seguidas nestes casos, enquanto o Congresso não aprova uma nova lei. O próprio Gilmar Mendes fez um alerta neste sentido antes de encerrar a sessão de ontem. "Em matéria de direito de resposta, a Constituição clama por lei e procedimentos", afirmou Mendes. "Não se pode deixar isso a cargo de qualquer juiz. É preciso regulamentar", completou. Como o STF já criou regulamentações em outras decisões recentes, caso das pesquisas com células-tronco e da lei de greve no serviço público, é possível que os ministros tragam uma nova regulamentação, agora, para os casos de pedidos de respostas contra órgãos de imprensa.

LULA MARQUES/FOLHA IMAGEM

Miro com Mendes ao fundo: até a conclusão do julgamento, vale a liminar que mantém a Lei de Imprensa suspensa

Ayres Britto também anteviu essa possibilidade. Após o julgamento, ele disse aos jornalistas que, apesar de ter derrubado toda a lei por considerá-la incompatível com a Constituição, ele possui um voto apartado em que discute artigo por artigo. Para Britto, cabe ao Congresso aprovar novas leis para regulamentar o direito de resposta ou a propaganda. Mas, se os demais ministros quiserem discutir a regulamentação provisória da lei atual — até o Congresso se manifestar —, ele já tem um "voto fatiado" (ponto a ponto).

A Lei de Imprensa foi contestada junto ao STF pelo deputado Miro Teixeira (PDT-RJ). Enquanto o julgamento não for concluído, permanecem suspensos mais de 20 dispositivos da lei por força de liminar concedida pelo STF em fevereiro de 2008. Entre eles, a previsão de multas pela publicação de notícia falsa, de reportagem que ofenda o decoro ou que impute fato ofensivo à reputação de alguém.

Antonio Fernando rebate Gilmar Mendes

De Brasília

O procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, rebateu, ontem, as críticas do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, de que integrantes do Ministério Público Federal preferem atuar em parceria com a Polícia Federal ao invés de fiscalizá-la.

"Quem avalia o MP é a sociedade e avalia bem, de modo que ironia, retórica, nada desqualifica o trabalho do Ministério Público", afirmou o procurador-geral, que representa a chefia institucional do MPF.

Mendes declarou, anteontem, que, ao agir em parceria com a PF em algumas operações, o Ministério Público participa de ações abusivas e classificou essa atuação como "um tanto quanto abstrata". Segundo ele, o MPF deveria fazer o controle externo da atividade policial para evitar esses abusos. Mas, ao invés disso, o controle externo do MPF seria "algo lítero-poético-recreativo". "Não tem funcionado a contento", afirmou o presidente do STF.

"Essa questão do controle externo é uma atribuição expressamente atribuída ao MPF pela Constituição", respondeu Antonio Fernando. "Os procuradores vêm exercendo plenamente essa atribuição em todo o território nacional", completou. Segundo o procurador-geral, o Ministério Público faz o controle externo da PF em diversas ações tomadas todos os dias por centenas de procuradores e promotores. "Quando há algum conflito, o MPF submete as centenas de ações penais contra policiais. Isso é controle externo. Quando o MPF se manifesta contrário a uma prisão é controle externo. Se manifesta favoravelmente à anulação de um ato realizado em inquérito policial é controle externo. A visita aos estabelecimentos prisionais é controle externo." Logo, na visão do procurador-geral, não seria necessária a criação de uma vara específica da Justiça para cumprir essa função, como propôs Mendes.

O presidente do STF chegou à sede do tribunal dois minutos depois de Antonio Fernando responder às suas declarações, em conversa com jornalistas. Questionado novamente sobre a sua proposta de criar um novo controle externo à PF para suprir o MPF, Mendes disse apenas que é o Supremo que decidirá essa questão. "Façam a avaliação vocês", afirmou o ministro aos jornalistas. *(JB)*

STF impede CPI dos Grampos de prender Protógenes

De Brasília

O delegado Protógenes Queiroz obteve liminar em habeas corpus no Supremo Tribunal Federal (STF), o que lhe garantiu o direito a ficar calado durante o seu depoimento na CPI dos Grampos, marcado para o dia 8.

A decisão foi tomada pelo relator do processo, ministro Carlos Alberto Menezes Direito. Ele concedeu um salvo conduto para Protógenes proibindo os parlamentares da CPI de prenderem o delegado, caso ele não queira responder a determinadas perguntas. Direito considerou que as pessoas que são convocadas para falar em CPIs possuem o direito de não responder a questões que possam levar à autoincriminação.

O ministro estendeu o salvo conduto ao escrivão da PF Walter Guerra Silva, cujo depoimento ontem à CPI estava marcado para ontem.

A CPI dos Grampos quer investigar as denúncias de que Protógenes teria montado uma rede de espionagem ilegal durante as investigações comandadas pelo delegado na Operação Satiagraha. A Satiagraha teve o objetivo de averiguar supostos crimes financeiros do Banco Opportunity, de Daniel Dantes, porém há a acusação de que Protógenes teria coordenado a realização de grampos telefônicos contra autoridades do Executivo, do Legislativo e do Judiciário.

Em agosto do ano passado, o delegado depôs na comissão e negou ter realizado escutas ilegais. Mas, naquela ocasião, ele se calou diante de perguntas relativas à Satiagraha, sob a justificativa de que o processo corre em segredo de Justiça. Agora, Protógenes poderá utilizar a mesma estratégia no novo depoimento, esvaziando a investigação dos parlamentares. *(JB)*

PDG Realty

PDG REALTY S.A. EMPREEND IMENTOS E PARTICIPAÇÕES
Compan ia Aberta
CNPJ nº 02.950.811/0001 89 - NIRE 35.3.0015895.4
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDI ÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Ficam os senhores acionistas da PDG Re alty S.A. Empreendimentos e Participações ("Companhia") convidados a participarem da A ssembléia Geral Extraordinária da Companhia, a ser realizada no próximo dia 17 de abril de 200 9, às 11 horas, na sede da Companhia, na Praia de Botafogo, nº 501, conjunto 203, Torre Pão d Açúcar, na cidade e Estado do Rio de Janeiro, a fim de discutir e deliberar acerca da seguinte o dem do dia: (i) analisar, discutir e deliberar sobre a antecipação do exercício da opção de comp a, através de incorporação, de 30% (trinta por cento) das ações ordinárias representativas do capital social da **CHL Desenvolvimento Imobiliário S.A.**, ("CHL"), instituída nos termos do Memorando de Entendimentos - celebrado pela Companhia e pelo Sr. Rogério Chor, objeto do Fato Relevante da Companhia datado do dia 27 de novembro de 2007 ("Memorando CHL"), de modo que a mesma seja integralmente exercida mediante a incorporação, pela Companhia, da **HL LXX Incorporações Ltda.** ("CHL Holding"); (ii) deliberar sobre "Protocolo e Justificação da Operação de Incorporação da CHL LXX Incorporações Ltda. pela PDG Realty S.A. Empr endimentos e Participações" ("Protocolo CHL"); (iii) deliberar e ratificar a nomeação e contrataç ão da empresa responsável pela elaboração do laudo de avaliação contábil do patrimônio líquido da CHL Holding; (iv) analisar, discutir e deliberar sobre o laudo de avaliação contábil do patrimôn o líquido da CHL Holding; (v) discutir e deliberar sobre a incorporação da CHL Holding pela Com anhia, nos termos e condições estabelecidos no Protocolo CHL; (vi) discutir e deliberar sobre o au mento do capital social da Companhia em razão da incorporação da CHL Holding, mediante vers o do patrimônio líquido contábil da CHL Holding para a Companhia, com emissão de novas ações s ordinárias, bem como a emissão de 4 (quatro) Bônus de Subscrição Classe 2; (vii) deliberar so re a alteração do *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, em razão do aumento de capital da Companhia a que se refere o item (vi) acima; (viii) deliberar sobre a proposta de a teração do parágrafo segundo do artigo 8º, para flexibilizar a regra de participação dos aci onistas da Companhia nas assembléias gerais; e (ix) deliberar sobre a inclusão do parágrafo primeiro do artigo 16 e alteração do caput do artigo 17 do Estatuto Social da Companhia para modificar as regras de representação da Companhia por seus Diretores. **Informaçõ s Gerais:** (a) Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede da Companhia na Pr aia de Botafogo, 501, 2º andar, conjunto 203, Torre Pão de Açúcar, Cidade e Estado do Ri o de Janeiro, (i) os documentos pertinentes à operação de incorporação e (ii) a minuta do e statuto social consolidado com as alterações a serem discutidas na assembléia geral; (b) nos termos do art. 8º, § 2º, do Estatuto Social da Companhia, os titulares de ações escriturais ou m custódia que desejarem depositar na sede da Companhia os comprovantes expedidos pelas in stituições financeiras depositárias, deverão fazê lo com até 3 (três) dias de antecedência da data da assembléia geral a que se refere o presente edital de convocação; e (c) o acionista que d sejar ser representado por procurador deverá apresentar, conforme determina o § 1º, do art. 8 , do Estatuto Social da Companhia, o respectivo instrumento de mandato, com poderes especiais e documentos comprobatórios dos poderes dos signatários, com as firmas devidamente reconhe idas, ou depositá-lo, na sede da Companhia em até 3 (três) dias úteis antes da data designada para a realização da assembléia geral a que se refere o presente edital de convocação.
Rio de Janeiro, 0 de abril de 2009
Gilberto Sa ão da Silva
Presidente do Conse ho de Administração

Curtas

Fim da prisão especial

O Senado aprovou, em votação simbólica, projeto que altera o Código de Processo Penal para acabar com o direito de prisão especial para autoridades. Segundo o presidente da Comissão de Constituição e Justiça e relator do projeto, Demóstenes Torres (DEM-GO), acaba a prisão especial por presunção e só terá direito à regalia, quem estiver correndo risco de morte, juízes e membros do Ministério Público da União. Os senadores também aprovaram projeto de lei que reabre para os imigrantes em situação irregular prazo para solicitação de residência provisória no país. O projeto volta à Câmara. Poderá requerer o estrangeiro que tenha ingressado no território nacional até 1º de novembro de 2008.

Representação

O Senado aprovou ontem, em primeiro turno, por unanimidade (59 votos favoráveis), uma proposta de emenda constitucional (PEC) que permite a eleição de deputados federais para representar os brasileiros residentes no exterior. A PEC, de autoria do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), terá de passar por um segundo turno no Senado e depois vai à Câmara. Se a proposta for aprovada, uma lei regulamentará a eleição e a quantidade de vagas. Cristovam defende que sejam quatro: um para representar os brasileiros residentes nos Estados Unidos, outro para a Europa, um terceiro que cuidaria dos brasileiros moradores do Japão e, por fim, um para o resto do mundo. Os deputados serão eleitos por esses brasileiros residentes no exterior.

Recurso negado

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) negou recurso do governador de Sergipe, Marcelo Déda (PT), contra decisão individual do ministro Felix Fischer, que determinou o prosseguimento do processo que pede a cassação de seu mandato. Déda responde a processo por propaganda irregular na campanha eleitoral de 2006.

Aécio amplia controle sobre Região Metropolitana

César Felício
De Belo Horizonte

Em cerimônia marcada pelo clima pré-eleitoral, o governador de Minas Gerais, Aécio Neves (PSDB), instalou ontem a agência de desenvolvimento da região metropolitana de Belo Horizonte, que deverá concentrar poderes no governo estadual. O novo órgão vai canalizar as políticas de desenvolvimento na região, que representa um quarto do eleitorado mineiro e 40% do PIB estadual, por meio de um Plano Diretor Integrado que usará os recursos de um fundo de desenvolvimento, ainda a ser criado, com 50% de recursos estaduais e 50% dos 34 municípios que compõem a região. Irá além: disciplinará todos os novos loteamentos urbanos da região. Fora Belo Horizonte, que já está demograficamente saturada, os municípios do entorno crescem a uma razão de 3% ao ano.

O presidente do órgão, o ex-diretor da Fundação João Pinheiro José Oswaldo Guimarães Lasmar, foi escolhido em uma lista tríplice feita por um conselho integrado pelos 34 prefeitos, mas todo o resto da diretoria executiva foi escolhida pelo governador. Na prática, a agência diminui o peso político da associação dos municípios da região metropolitana da capital mineira (Granbel), existente desde 1975. Em seu primeiro ano de funcionamento e sob regime de contenção de despesas, a agência contará com R$ 2 milhões para sua estruturação. O órgão deve se tornar operacional no próximo ano. A agência responderá às diretrizes de um Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano, em que Aécio e o prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda (PSB), contarão com sete dos 16 membros.

Na tramitação da proposta, que passou por unanimidade na Assembleia Legislativa, o governo mineiro teve que negociar salvaguardas com prefeitos e deputados, temerosos da perda de poder. À época, temia-se ainda a nomeação do ex-prefeito de Belo Horizonte Fernando Pimentel (PT) para chefiar a agência. O projeto que deu base para a proposta aprovada era de autoria do atual vice-prefeito de Belo Horizonte, Roberto Carvalho (PT), muito ligado ao ex-prefeito. No processo de negociação, conduzido pelo vice-governador Antonio Junho Anastasia, foram incluídos artigos como o que veda a nomeação para a direção de pessoas que tenham exercido, nos 24 meses anteriores, o cargo de prefeito.

A instalação da agência, no jardim do Palácio da Liberdade, sede do governo, serviu de cenário para o lançamento tanto de Aécio Neves para a sucessão presidencial quanto de Anastasia para a sucessão mineira. "O governador tem um projeto de dar um choque de gestão neste Brasil. E o professor Anastasia, meu guru, vai ter que dar conta do recado aqui em Minas a partir de 2011", disse por exemplo o secretário de Desenvolvimento Regional e Política Urbana, Dilzon Melo. Ao discursar, Aécio não fez menções ao seu projeto presidencial. Embora tenha chegado a chamar Anastasia de "o grande arquiteto", também evitou projeta-lo diretamente para a sucessão. Em entrevista, definiu a solenidade como meramente administrativa.

Congresso Crise financeira dos municípios leva à tramitação recorde

Senado vota e acelera PEC dos Precatórios

Raquel Ulhôa
De Brasília

O agravamento das dificuldades financeiras dos municípios brasileiros levou os senadores a aprovarem ontem, em tempo recorde, a polêmica proposta de emenda constitucional (PEC) que cria regras especiais para pagamento de precatórios (dívidas de União, Estados e municípios decorrentes de sentença judicial) atrasados. Num único dia, a PEC dos Precatórios foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e no plenário, graças a acordo entre líderes partidários. A CCJ aprovou pela manhã o parecer de Kátia Abreu (DEM-TO) e o plenário, em primeiro turno, por 54 votos. No segundo, 58 votaram a favor. Em ambas as votações houve uma única abstenção e nenhum voto contrário. A PEC vai à Câmara.

A proposta cria um regime especial, pelo prazo de até 15 anos, para pagamento de precatórios pendentes de pagamento. O estoque é calculado em R$ 100 bilhões, segundo a relatora. Nesse regime, Estados e municípios têm que depositar anualmente, em uma conta especial, um valor calculado sobre as respectivas receitas correntes líquidas. Esse percentual será fixado com base no volume da dívida em precatórios da entidade federativa devedora.

A PEC cria quatro faixas para Estados e quatro para municípios. No caso dos Estados, os percentuais variam de 0,6% a 2% (para um estoque mínimo de até 10% da receita corrente líquida da entidade devedora e máximo de mais de 35%). Para os municípios, os percentuais a serem depositados anualmente variam de 0,6% a 1,5%.

Esses recursos irão para uma conta especial (a ser gerida pelo Judiciário) e serão assim destinados: 60% ao pagamento de precatórios por meio de leilão eletrônico — mecanismo opcional, pelo qual o credor poderá negociar o precatório com deságio — e 40% para pagamento à vista, em fila crescente de valor.

Para os precatórios novos, a prioridade será dos débitos de natureza alimentícia (decorrente de salário, vencimento, provento, pensões, benefícios previdenciários, indenizações por morte ou invalidez), cujos titulares tenham 60 anos ou mais — até o limite de 90 salários mínimos para municípios e 120 para Estados. O restante seguirá a ordem cronológica de apresentação do precatório. O valor dos precatórios será atualizado com base na correção da poupança — TR (Taxa Referencial) mais 5%.

Um dispositivo da PEC que atende especialmente aos interesses dos municípios é o que veda o sequestro de valores de Estado ou município que esteja realizando pagamentos no regime especial. Pela regra atual, o não pagamento pode ser punido com o sequestro de recursos financeiros da entidade executada.

Atualmente, a regra de pagamento dos precatórios, prevista no artigo 100 da Constituição, prevê prioridade para pagamento de precatórios alimentícios e, para os demais, o critério é exclusivamente o da ordem cronológica de apresentação. Emenda Constitucional aprovada em 2000 permitiu que precatórios pendentes à época poderiam ser liquidados em dez anos.

Pela PEC, o chefe do Executivo que não cumprir o pagamento estará sujeito a enquadramento na Lei de Responsabilidade Fiscal. A entidade devedora não poderá contrair empréstimo nem receber transferências voluntárias. A União também reterá os repasses relativos aos fundos de participação. O texto original foi elaborado em 2006 pelo então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Nelson Jobim, e tem como primeiro signatário o líder do PMDB, Renan Calheiros (AL).

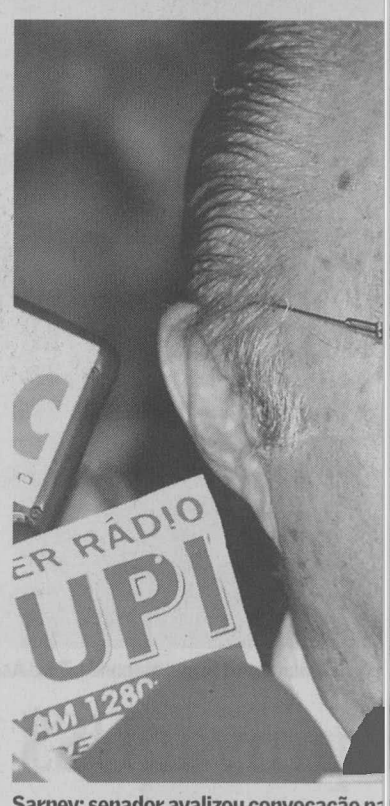
A reunião da CCJ contou com a presença de um grupo de prefeitos — entre eles Gilberto Kassab (DEM), de São Paulo, e o presidente da Frente Nacional de Prefeitos, o petista João Paulo Lima, ex-prefeito de Recife. Em seu parecer, Kátia encampou as reivindicações dos prefeitos.

A proposta enfrenta oposição da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que a considera a institucionalização do calote. Em carta enviada ao presidente da CCJ, Demóstenes Torres (DEM-GO), a entidade diz que os fundamentos da PEC estão "eivados de graves e insanáveis distorções e violência contra os direitos humanos dos credores, a Constituição e o Judiciário".

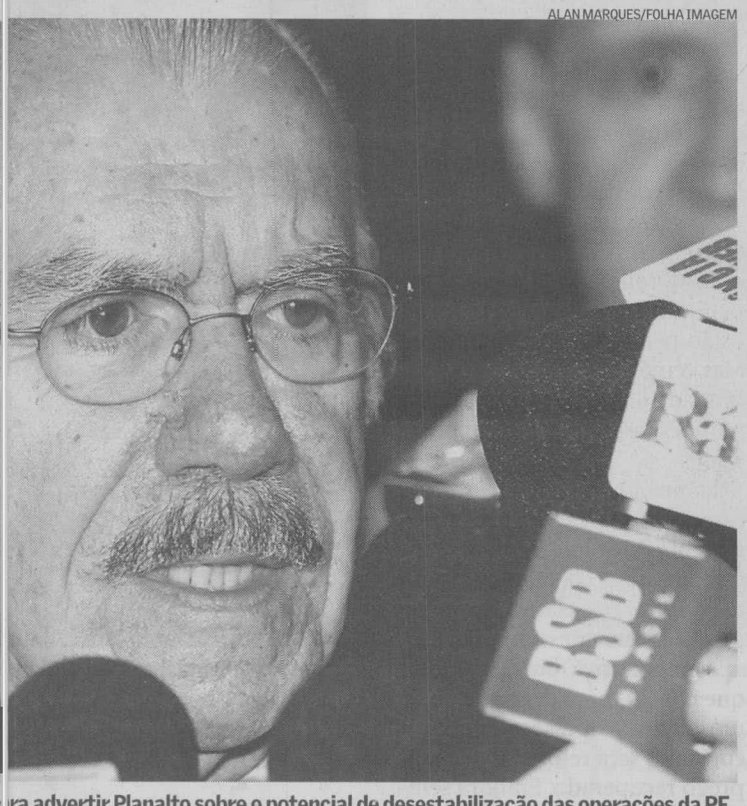
Para a OAB, o Brasil será o único país do mundo em que governadores e prefeitos terão de cumprir uma lei ou contratos limitados a um percentual da receita líquida. O que haverá, para a entidade, é que acima de "limite arbitrário", os governantes poderão deixar de cumprir seus compromissos. É, para a OAB, "uma indulgência plena para o calote como ferramenta permanente de gestão pública".

O prefeito Gilberto Kassab rebateu o argumento."Não será calote. Ao contrário. A partir de agora, os precatórios poderão ser pagos, porque haverá planejamento", afirmou o prefeito Gilberto Kassab, ao final da reunião da CCJ.

Renan Calheiros manifestou preocupação com a situação das prefeituras, agravada pelas medidas adotadas pelo governo para minimizar os efeitos da crise financeira mundial. "Os municípios estão em pânico. Muitos vão fechar. A tecnocracia fez caridade com o chapéu alheio, com a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Metade desse imposto fica com a União e metade vai para os municípios, por meio dos fundos de participação. Os tecnocratas deveriam fazer caridade com a metade da União", disse Renan.



ALAN MARQUES/FOLHA IMAGEM



Sarney: senador avalizou convocação para advertir Planalto sobre o potencial de desestabilização das operações da PF

Congresso convoca Tarso Genro para depor na CCJ sobre operação da PF

Raymundo Costa
De Brasília

A cúpula do Congresso decidiu advertir o presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que "ações precipitadas" da Polícia Federal podem desestabilizar o governo no Senado e na Câmara. Ontem os senadores decidiram convocar o ministro da Justiça, Tarso Genro, para depor na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) sobre a Operação Castelo de Areia, que levantou suposições sobre doações feitas a parlamentares, especialmente da oposição.

Genro vai falar na CCJ, em data ainda a ser marcada, graças a uma manobra do líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR). O requerimento original da oposição, assinado pelo senador Artur Virgílio (PSDB-AM), previa o depoimento de Genro no plenário do Senado. A irritação dos congressistas com as ações que consideram "precipitadas" da PF vai além dos partidos de oposição — o PMDB também reclama dos vazamentos.

Ontem, os presidente do Senado, José Sarney, e da Câmara, Michel Temer, ambos do PMDB, reuniram-se para traçar uma ação uniforme que permita às duas Casas anunciar conjuntamente medidas de controle às irregularidades ocorridas na Câmara e no Senado, segundo denúncias.

O problema é mais grave no Senado, que até ontem se achava praticamente paralisado, enquanto Temer anunciava já as primeiras medidas na Câmara.

A direção do Senado culpa, em grande parte, a Operação Castelo de Areia pela imobilidade. Na terça-feira, por exemplo, a intenção de Sarney era votar projetos em pauta, o que não foi possível porque quase toda a sessão foi tomada por discursos indignados de senadores contra o fato de a ã operação da PF sugerir que parlamentares tinham recebido doações ilegais feitas — segundo eles — de acordo com as regras estabelecidas pela lei de financiamento de campanhas.

Um dos congressistas mais aborrecidos é José Agripino (RN), líder do DEM. Ele mostrou recibos que comprovariam que a doação que recebeu da empreiteira Camargo Correia se deu nos termos da lei, mas a PF, ao tratar do assunto no relatório da Castelo de Areia sugeriu o contrário. Agiripino acha que é vítima de perseguição do governo e que este não chega a ser primeiro episódio: nas eleições municipais, Lula viajou a Natal para fazer campanha pela candidata do PT e justificou a viagem com o desejo de derrotar Agripino.

Agripino é um dos mais ferrenhos críticos do governo na oposição. Ele disputará a reeleição em outubro do próximo ano, numa eleição que se avalia muito disputada e que terá como competidores também o senador Garibaldi Alves (PMDB) e a governadora Wilma Faria (PSB).

Sarney e Temer também acham que o vazamento de operações da PF sobre supostas irregularidades de parlamentares chegou ao limite e pode desestabilizar politicamente o governo no Congresso. O clima na Câmara também é tenso, embora não tanto quanto no Senado, onde a maioria do governo é pequena.

Um dos argumentos a ser levado a Lula é que já não se falava em criação de novas CPIs, no Senado, e o assunto agora voltou com toda a força com a iniciativa da oposição de propor a criação de duas comissões, uma para investigar irregularidades no Dnit e outra, na Petrobras.

Sarney e Temer também concordaram em só usar o mecanismo que permite a votação de projetos de lei mesmo com medidas provisórias trancando a pauta das sessões ordinárias, após a votação do mérito da questão pelo Supremo Tribunal Federal. Temer quer desanuviar o clima com a oposição, na Câmara. Sarney teme ver o Congresso desautorizado, se o STF, no julgamento do mérito, tomar decisão diferente da liminar expedida recentemente.

Deputados protestam contra mudança na MP 451

Mônica Izaguirre
De Brasília

O substitutivo oferecido ontem pelo relator, deputado João Leão (PP-BA), ao texto original da Medida Provisória 451 provocou protestos do presidente da Câmara, deputado Michel Temer (PMDB-SP), pela forma como foi apresentado ao plenário, e das lideranças da oposição, pelo conteúdo. Visivelmente irritado com alterações de última hora no texto, Temer avisou que passará a substituir relatores que não apresentarem antecipadamente os seus pareceres finais.

Disse que, na segunda-feira, dia 13, trocará os relatores das MPs atualmente em pauta que, até lá, ainda não tenham sido objeto de apresentação de parecer. Ontem, oito MPs trancavam a pauta da Câmara. Mas nem a 451, única já com relatório, ontem, chegou a ser votada porque a oposição conseguiu obstruir a sessão.

O principal motivo foram alterações feitas por Leão no texto original da medida, que trata, entre outras coisas, da redução das alíquotas do imposto de renda da pessoa física, em vigor desde janeiro de 2009.

O líder do PSDB, José Anibal (SP), reclamou de artigos do substitutivo que, segundo ele, desrespeitam a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Constituição, por permitir que municípios inadimplentes com a União recebam transferências voluntárias, ou seja, recursos de convênios feitos com a União. Os beneficiados seriam aqueles contemplados com convênios na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2008, cujo relator foi justamente João Leão, em 2007.

A Constituição estaria sendo desrespeitada, na visão do PSDB, porque o projeto muda da LDO. E, pelo texto constitucional, esse tipo de lei não pode ser alterada nem por MP nem de projeto que dela resultar. A LRF, por sua vez, estaria sendo driblada porque os municípios estariam sendo dispensados de exigências diversas para receber recursos de convênios do governo federal.

Ruralistas e aliados disputam cargos-chave da Agricultura

Mauro Zanatta
De Brasília

O Ministério da Agricultura está no centro de uma acirrada disputa partidária por dois cargos estratégicos. A saída do secretário-executivo, Silas Brasileiro (PMDB-MG), para assumir o mandato do deputado cassado Juvenil Alves (PRTB-MG) e a licença temporária do presidente da Embrapa, Sílvio Crestana, abriram o apetite da influente bancada ruralista e de alguns partidos da base política do governo.

O PMDB tem nomes para os dois cargos, mas o ministro Reinhold Stephanes reivindica a indicação para a secretaria executiva e o governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB), tenta emplacar um aliado no comando da Embrapa. Ao Palácio do Planalto, interessa "blindar" a principal instituição nacional de pesquisa contra eventual loteamento partidário. E o PT quer manter alguns postos-chave na estatal.

A saída de Silas Brasileiro estimula um enfrentamento entre o ministro e a cúpula do PMDB. Apoiados em parte da bancada, dirigentes do partido querem escolher um nome afinado com o presidente da Câmara, Michel Temer (SP). O nome mais forte, e que tem até lista de apoio, é Francisco Jardim, atual superintendente do ministério em São Paulo. Por fora, corre o presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Wagner Rossi. Mas Stephanes reuniu força política para ter direito de indicar um nome de sua estrita confiança, o que não ocorreu na escolha de Silas. O preferido seria seu braço direito Newton Pohl Ribas.

As divergências já chegaram ao Planalto, mas ainda não há definições. Com prazo até 1º de maio para voltar à Câmara, Silas ainda tenta ficar no cargo, à espera de um "fato novo", mesmo sabendo da estreita margem interna de manobra. "Um fato novo poderia ser um apelo do partido ou do ministro para eu ficar. Mas ele disse que era minha oportunidade de assumir", disse ontem Silas Brasileiro ao **Valor**. "Ou um apelo do Palácio, que dissesse que era mais importante eu ficar aqui". Nesse caso, informa-se nos bastidores, haveria interesse de auxiliares do presidente Lula em trazer à Câmara o próximo da fila, o influente petista mineiro Paulo Delgado. Mas teria que haver uma "compensação" a Silas.

Ele despista: "Isso seria um 'fato novo'. Não podemos descartar nada. Mas não teve nada. Ele me fez uma visita, é um parlamentar extraordinário, mas veio só cumprimentar". Se dependesse de Silas, a opção seria permanecer. "Gosto muito de ficar aqui. Se fosse para optar, ficaria aqui sempre. Me faz bem e posso ajudar estando aqui. Aqui, o campo tem mais abrangência". Em último caso, Silas quer influir na sucessão. "Se eu pudesse ser ouvido pelo partido e o ministro, gostaria de participar", diz. E quem seria seu preferido? "O Gerardo (Fontelles) seria um bom nome", afirma, em referência ao seu braço direito na secretaria.

A poucos quilômetros do gabinete de Stephanes, a disputa política pela presidência da Embrapa foi aberta pela saída "temporária" do físico Sílvio Crestana, indicado pelo ex-ministro Roberto Rodrigues e chancelado pelo PT de São Carlos (SP). O PMDB tende a apoiar o ex-diretor da estatal Dante Scolari, um experiente pesquisador e atualmente assessor da Comissão de Agricultura da Câmara. Mas o governador Eduardo Campos joga pesado para emplacar o aliado José Geraldo Eugênio de França, um dos três atuais membros da diretoria executiva da Embrapa. Entre as preferências, está o pesquisador Francisco Reifschneider, que tem apoio de setores do Itamaraty e a simpatia da "velha guarda" da Embrapa. Mesmo de saída, Silas Brasileiro dá uma dica da posição interna no caso: "Há muita especulação, lógico. Mas o Sílvio deve voltar".

Internacional

Leilão de patrimônio mantém na berlinda a lenta agonia da CAC **Página B12**

Embraer vai desenvolver 15 projetos em parceria com a Colômbia **Página B7**

Recessão global Presidente brasileiro chega a reunião em Londres paparicado e usufruindo de status de player

Brasil tem 'lições a dar' ao G-20, diz Lula

Assis Moreira
De Londres

A crise global já criou 38 milhões de desempregados, precisa ser combatida com coragem e os EUA, que geraram o problema, têm a maior responsabilidade para tirar o mundo da recessão.

É com essa mensagem que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva participa hoje da reunião de cúpula do G-20, que emerge como o diretório da economia internacional e reforça a ambição do país de estar no centro das decisões globais.

Embora cobrando duro, Lula visivelmente reduziu as expectativas sobre os resultados de hoje. Disse que a reunião "não será fácil", por causa de divergências entre os países. E avisou que o Brasil participará com a "convicção de que tem lições a dar" sobre como superar a mais dramática recessão dos últimos tempos.

"Estamos fazendo tudo que está ao nosso alcance para facilitar aqueles que querem produzir, comprar, vender. É essa lógica que queremos estabelecer no mundo", disse ele em entrevista no trem entre Paris e Londres.

Para Lula, se o G-20 "brecar a crise nos países ricos, já está bom".

O presidente "afinou a orquestra" com o presidente francês Nicolas Sarkozy, para cobrar medidas concretas e decisivas para combater a crise e para reformar o sistema financeiro internacional.

Sarkozy logo depois deu entrevista em Londres com a chanceler alemã, Angela Merkel, onde os dois ameaçaram não assinar o comunicado final hoje do G-20 se não houver medidas firmes para tirar o mundo da recessão.

Ao receber pouco antes Lula no palácio presidencial, Sarkozy disse que a "identidade é total e completa" entre o Brasil e a França hoje, para exigir "um mínimo de regulação do sistema financeiro, considerando o desastre que representa essa terrível crise".

Lula disse que não quer com Sarkozy assumir a responsabilidade de "fazer uma reunião fracassada, em que a decisão seja marcar nova reunião", mas fez uma nuance: "Não se faz uma negociação com o pé na parede, ou dá ou desce".

Lula, Sarkozy e Merkel prepararam o terreno para se declararem vitoriosos, porque, de toda maneira, algo sairá do encontro de hoje, a começar pela decisão de controlar todas as instituições financeiras, desde hedge funds (fundos especulativos) como também os paraísos fiscais.

Sarkozy em entrevistas identificou a China como o principal obstáculo para um acordo sobre a regulação financeira, porque Pequim não aceita uma lista negra desses centros financeiros de zonas cinzentas. Haverá um acordo para quebrar o segredo nos paraísos, mas não sobre como puni-los, conforme fontes em Londres.

Sem mencionar a China, o presidente Lula foi incisivo: "É preciso controle dos paraísos fiscais, que terminam por esconder o crime organizado, narcotráfico, lavagem de dinheiro".

"Vocês percebem que será uma reunião entre amigos, mas difícil e nem todos os amigos estão pensando igual neste momento. Estão pensando só em seu país. Mas temos também a responsabilidade de pensar na sociedade global", disse Lula, sem apontar países.

Enquanto está firme com a França sobre a regulação bancária, o Brasil admite que medidas de estímulo para a economia global serão tímidas em relação ao que esperava justamente com os EUA.

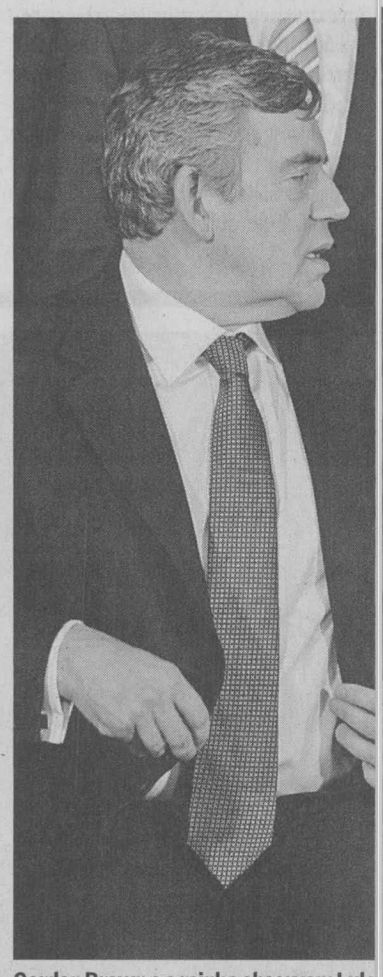
A expectativa brasileira é de que o G-20 tome decisão que dê um alento às pessoas de que o consumo será retomado e o emprego recuperado. Embora sempre cobrando dos EUA, Lula observou que sua preocupação é, sobretudo, achar solução.

"Se encontrei um cidadão moribundo, baleado, não vou ficar perguntando quem deu o tiro e onde está a bala, mas levar a vítima ao hospital para salvá-la. A economia mundial está moribunda, e sabemos porque está assim."

"Todo mundo já sabe o que tem de ser feito. Não existe mais segredo. É apenas assumir as responsabilidades. Vamos ter de restabelecer o crédito no mundo e somente com isso vamos restabelecer a confiança dos consumidores para fazer girar outra vez a economia. Na parte econômica, certamente nossos técnicos saberão resolver. Mas é preciso que nós apontemos o rumo das decisões políticas".

"Espero que a gente não tenha medo de tomar decisões. O medo é que causou a crise, pois houve medo de agir em setembro de 2007."

Para o presidente, é a primeira vez que "sentamos em igualdade de condições". Para o chanceler Celso Amorim, o G-8, que era centro decisório da economia mundial, "não mais vai ter condições de ter diálogo sobre nenhum tema relevante no mundo" sem a presença dos emergentes como Brasil.



Gordon Brown e a rainha observam Lula confabular com o premiê japonês, Taro Aso; para o presidente, é a primeira vez que 'sentamos em igualdade de condições'

Grupo deve aprovar US$ 1,15 tri para emergentes

De Londres

O G-20 aprovará hoje um pacote de recursos de US$ 1,150 trilhão para restabelecer o fluxo de créditos para os países emergentes e em desenvolvimento, duramente afetados pela crise global, revelou o ministro da Fazenda, Guido Mantega.

Os líderes reunidos hoje em Londres deverão concordar em aumentar substancialmente o volume de dinheiro do Fundo Monetário Internacional e outras instituições financeiras multilaterais, para socorrer esse grupo de países visando recapitalizar bancos, financiar exportações, rolagem de dívida, infraestrutura e apoio social.

O G-20 nota que os países emergentes e em desenvolvimento, que têm sido o motor do recente crescimento global, agora enfrentam choques que ameaçam sua estabilidade e se propagam sobre a economia internacional, o que torna imperativo que o fluxo de crédito para eles seja reativado.

"Estamos falando de mais de US$ 1 trilhão, não é pouca coisa", afirmou Mantega. Segundo o ministro, o FMI terá mais recursos de US$ 250 bilhões para uma linha de crédito ampliada (New Arrangement Borrow). Outros US$ 250 bilhões virão com emissão de Direitos Especiais de Saque (DES), a moeda do Fundo, uma alocação que pode dar uma infusão imediata aos países emergentes e tranquilizar os mercados sobre sua capacidade de crédito.

Mantega disse que também países estão emprestando bilateralmente para o FMI. O Japão concordou em fornecer US$ 100 bilhões, a União Europeia outros US$ 100 bilhões e a Noruega US$ 40 bilhões, pelo momento.

O pacote será complementado através do Banco Mundial, com recursos próximos de US$ 200 bilhões para reativar o comércio. Fontes de diferentes países, porém, confirmam que o montante deve ficar mesmo próximo dos US$ 250 bilhões, dividido em três partes, incluindo um fundo de liquidez e recursos das agências de crédito a exportação dos países ricos.

Os países mais pobres também receberão ajuda, por um pacote de proteção social, investimentos em segurança alimentar e também através do Vulnerability Financing Network, do Banco Mundial.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva reafirmou que o Brasil considera contribuir para a campanha do FMI para assistir os países atingidos pela crise, para reativar a economia global. Mas disse que isso deve ser feito de maneira a não reduzir as reservas internacionais do país.

"O Brasil está disposto a participar, mas temos que ver a melhor maneira e adaptar a novas regras do jogo", acrescentou Mantega. "Não podemos trabalhar com as velhas regras, o Brasil quer ser protagonista, e o dinheiro tem que ser alocado preferencialmente para os países emergentes". A participação pode vir através de capitalização convencional do FMI, que é a preferência dos EUA, ou pelos Direitos Especiais de Saque (DES), a preferência brasileira. Ou ainda em bônus, como os japoneses estão fazendo.

O ministro Celso Amorim ressalvou que o montante de mais de US$ 1 trilhão "são recursos novos para combater a crise globalmente, mas estavam em colchetes (no comunicado final)".

O primeiro-ministro da Índia, Manmohan Singh, moderou expectativas sobre os resultados do G-20, hoje, dizendo que há muitas questões envolvendo a redistribuição de poder e que não podem ser resolvidas rapidamente.

Os crédito dos bancos estrangeiros aos emergentes e em desenvolvimento alcança atualmente cerca de US$ 4 trilhões. O Instituto de Finanças Internacionais (IFI), entidade dos bancos, estima que somente uma pequena fração tem risco. Apesar disso, sua previsão mais recente era de que os empréstimos bancários para essas economias declinarão para cerca de US$ 130 bilhões este ano, comparado a US$ 400 bilhões em 2007 e US$ 245 bilhões em 2008.

No meio do enfraquecimento dos grandes bancos internacional, enfrentando crescentes perdas, ativos ilíquidos e deterioração das carteiras de empréstimos, restaram assim as organizações multilaterais para socorrer os emergentes.

O diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional, Dominique Strauss-Khan, tem alertado sobre o risco de revoltas sociais em vários países mais afetados pela recessão, e conta como certo que mais nações vão buscar ajuda do Fundo. *(AM)*

País fala em conceder empréstimos ao FMI

De Londres

O Brasil não vai fazer como o México e não pretende usar a linha de crédito de emergência de bilhões de dólares aberta pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). O país fala até em conceder empréstimo ao Fundo, desde que não reduza as reservas e seja para ajudar países pobres. Foi o que disse ontem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao mesmo tempo em que indicou que o Brasil tem interesse em reduzir a dependência em relação ao dólar na cena internacional.

Lula não se manifestou diretamente favorável à proposta da China de substituição da moeda americana como moeda de reserva global. Disse que quer ouvir do presidente chinês, hoje, em Londres, sobre sua proposta. Mas deixou claro que "a mim interessa que tenha mais de uma moeda de referência, que não fique apenas dependente do dólar".

O Brasil comemorou ontem pelo menos um ponto no G-20: na área comercial, conseguiu bloquear a tentativa dos países desenvolvidos de forçar um acordo de 12 meses pelo qual se comprometeriam a não a manter as tarifas aplicadas hoje — ou seja, o Brasil abriria mão de seu espaço para elevar alíquotas, como tem direito pelos acordos da Organização Mundial do Comércio. *(AM)*

EUA são alvo de críticas, mas Obama tem dia de estrela

Jennifer Loven
Associated Press, de Londres

Ele falou de ameaças nucleares com o presidente russo e deu um iPod para a rainha.

E isso foi só o começo. Em sua estreia no palco internacional, o presidente americano, Barack Obama, deu o início ontem a novas negociações sobre controle de armamento nuclear, renovou os laços com a China e amenizou os temores em relação à economia americana — sempre com um ar descontraído e distribuindo sorrisos.

O novo presidente dos EUA, que está em Londres para a cúpula do G-20 hoje, teve uma agenda carregada ontem, que começou cedinho e se alongou até a noite.

A reunião com o presidente da Rússia, Dmitri Medvedev, foi o primeiro encontro dos dois. Ambos procuraram dar à conversa um caráter de virada nas relações entre seus países, profundamente afetadas nos últimos anos por desacordos sobre a invasão do Iraque, sobre os planos do governo Bush de construir um escudo anti-mísseis no Leste Europeu, a expansão da Otan a uma região que Moscou considera sua esfera de influência. Os dois países também se estranharam por causa da guerra lançada pela Rússia contra a Geórgia.

"Acreditamos que chegou a hora de reiniciar nossas relações, como já foi dito, e abrir uma nova página", disse Medvedev ao lado de Obama. Os dois anunciaram novas conversações sobre controle de armas com o objetivo de fecharem um acordo para reduzirem os arsenais nucleares em ambos os países. Obama também anunciou que visitará Moscou em julho.

Segundo o presidente, um futuro acordo tangível entre EUA e Rússia representarão um bom jeito de começar a costurar acordos em áreas mais difíceis como Irã, Coreia do Norte e Afeganistão.

Obama também teve uma reunião com o presidente da China, Hu Jintao. A Casa Branca disse que ele também fará uma visita ao país no segundo semestre.

Os dois anunciaram um novo mecanismo de diálogo entre sino-americano cuja intensão é ampliar as discussões bilaterais e dar a elas um novo fôlego. O encontro foi descrito por alguns como o G-2. Foi a primeira vez que os dois se falaram pessoalmente.

Hu Jintao reiterou o compromisso chinês com o controle macroeconômico e com o aumento da demanda doméstica, segundo a Casa Branca. Os dois concordaram em trabalhar em conjunto na recuperação do crescimento econômico, no fortalecimento do sistema financeiro e na criação de um grupo de "diálogo estratégico e econômico" que se reunirá pela primeira vez no fim deste ano.

Mas o encontro pode também ter dado a dimensão do papel chinês atualmente e sua influência da reunião do G-20. Embora o "G-2" esteja meio contra mão das relações diplomáticas e financeiras cada vez mais multilaterais, sua menção reflete uma realidade dos debates globais: pouco pode acontecer sem que EUA e China estejam de acordo.

Durante um compromisso bem mais leve, Obama deu à rainha Elizabeth II um iPod durante sua visita ao Palácio de Buckingham.

No centro de Londres, o clima era de confronto entre policiais e manifestantes, que protestavam contra a cúpula. Obama admitiu os erros dos EUA na crise mas defendeu a liderança americana e seu modelo econômico.

Notas

Morte de manifestante

Um homem morreu durante um protesto anticapitalista ontem no centro financeiro de Londres, informou a polícia britânica. Ele participava da série de manifestações que marcou o dia da City. O serviço de ambulância londrino levou o homem, que teve parada respiratória e desmaiou, a um hospital próximo onde foi confirmada sua morte. Entretanto a causa da morte do manifestante não foi confirmada até a noite de ontem.

'A voz de Doha'

A presidente chilena, Michelle Bachelet, disse que a "voz surgida" na 2ª Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da América do Sul e dos Países Árabes (Aspa) será ouvida na reunião do G-20. "A voz que surgiu hoje terá força suficiente para estar presente no G20", disse Bachelet durante a entrevista coletiva que encerrou a reunião em Doha, com a participação de representantes de 34 países árabes e sul-americanos. A presidente, que não participa da reunião em Londres, falou da importância do multilateralismo.

Sarkozy no Brasil

O presidente da França, Nicolas Sarkozy, anunciou ontem que voltará ao Brasil no dia 7 de setembro, menos de dez meses após sua primeira visita oficial ao país. França e Brasil pretendem reforçar sua "parceria estratégica", disse o presidente francês durante entrevista conjunta com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que esteve na França antes de participar da reunião do G-20 em Londres. "Nossa colaboração está em um clima bom em todos os assuntos", acrescentou Sarkozy. Em dezembro do ano passado, os dois países assinaram acordos militares.

Jamie Oliver na cozinha

O chef de cozinha e celebridade Jamie Oliver foi o responsável pelo jantar oferecido ontem aos líderes do G-20, na sede do governo britânico. Cordeiro assado foi o prato principal, acompanhado de cogumelos selvagens, aspargos e batatas. Os governantes vegetarianos teriam como a opção um prato à base de bolinhos de batata e aspargos. As entradas incluíam salmão escocês assado com vegetais e queijo de cabra. O presidente Obama se sentaria ao lado da primeira-ministra da Alemanha, Angela Merkel. O presidente da China, Hu Jintao, se sentaria entre o premiê britânico, Gordon Brown e o presidente francês, Nicholas Sarkozy.

Internacional

G-20 Analistas dizem entretanto que moeda dos EUA deve se manter como maior fonte de reservas

Crise interrompe acumulação de reservas em dólar

Ricardo Balthazar
De Washington

O agravamento da crise internacional interrompeu o intenso processo de acumulação de reservas que nos últimos anos levou a China e vários países em desenvolvimento a adquirir trilhões de dólares em títulos do Tesouro americano e outros ativos para proteger suas economias contra choques externos.

Estatísticas divulgadas nesta semana pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) mostram que no segundo semestre do ano passado o volume de reservas internacionais em poder dos governos encolheu pela primeira vez desde o início da década, caindo de pouco mais de US$ 7 trilhões para US$ 6,7 trilhões.

O movimento concentrou-se nos países emergentes. Eles queimaram US$ 292 bilhões em divisas na segunda metade do ano, quando precisaram do dinheiro para estimular suas economias e combater a crise. Em dezembro, os emergentes ainda tinham US$ 4,2 trilhões nos seus cofres, de acordo com o Fundo.

Essa redução ocorre num momento em que a China, dona de mais de US$ 2 trilhões em divisas, tem manifestado grande preocupação com o futuro do dólar e os prejuízos que poderá sofrer se uma deterioração mais profunda da economia americana levar à desvalorização das reservas acumuladas pelo país.

Na semana passada, o presidente do Banco Popular da China, o banco central chinês, Zhou Xiaochuan, defendeu a criação de uma nova moeda e um conjunto de reformas que poderia encerrar décadas de domínio do dólar no comércio e nas transações financeiras internacionais.

Ninguém acha que mudanças desse tipo possam ser executadas com rapidez ou que o dólar esteja com os dias contados. Mas as propostas de Zhou foram interpretadas como um recado importante. "Os chineses estão em busca de alternativas ao dólar e estão falando sério", diz o economista Peter Kenen, da Universidade Princeton.

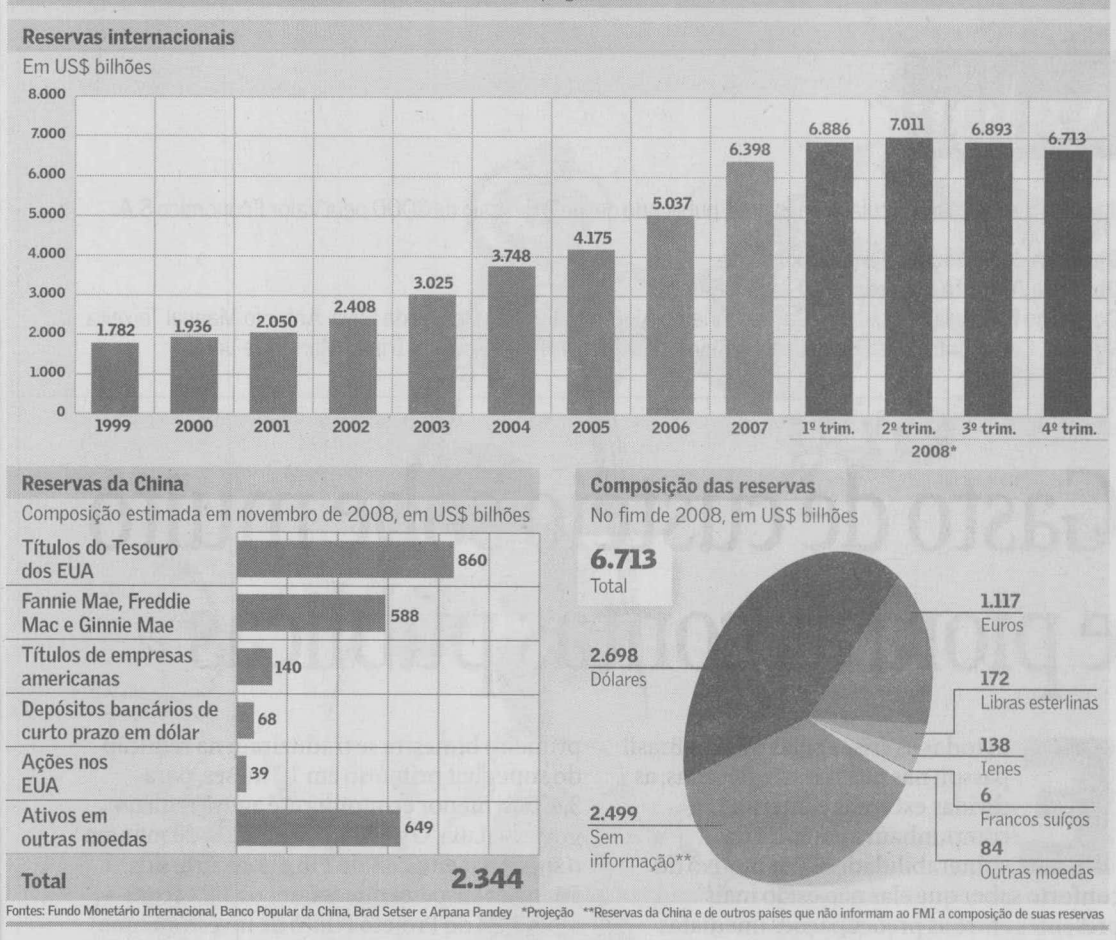
Segundo o FMI, 64% das reservas internacionais conhecidas estavam atreladas ao dólar no fim de 2008. A China não diz ao Fundo a composição das suas reservas, mas o economista Brad Setser, um especialista do Conselho de Relações Exteriores, um centro de estudos, calcula que mais de dois terços das reservas chinesas estão aplicadas em títulos do Tesouro e outros ativos denominados em dólar.

A crise aumentou nos últimos meses a demanda pelos papéis do governo americano, que continuam a ser vistos pelos investidores como o refúgio mais seguro da praça. Mas o governo chinês está preocupado com o risco de que os títulos do Tesouro se desvalorizem no futuro se os EUA tiverem um surto inflacionário ou não puderem frear o aumento do seu endividamento.

Na semana passada, Zhou sugeriu que uma alternativa seria ampliar o uso dos Direitos Especiais de Saque (DES), uma moeda sintética criada em 1969 pelo FMI e cujo valor é calculado com base numa cesta de moedas que inclui o dólar, o euro, o iene e a libra esterlina. Países com excesso de divisas poderiam transferir parte de suas reservas para o Fundo gerir, recebendo em troca o valor correspondente em DES.

A China apresentou a ideia como uma forma de tornar o sistema financeiro internacional mais estável e menos dependente do dólar. Mas o esquema também permitiria transferir para os demais membros do Fundo uma parte dos riscos que a China enfrenta atualmente por causa de sua enorme exposição aos EUA, um fator que tende a alimentar resistências à proposta.

Eles ainda preferem as verdes
Países param de acumular reservas, mas continuam apegados ao dólar



Fontes: Fundo Monetário Internacional, Banco Popular da China, Brad Setser e Arpana Pandey *Projeção **Reservas da China e de outros países que não informam ao FMI a composição de suas reservas

O FMI tentou criar um esquema semelhante na década de 80, mas fracassou. Um dos motivos foi que nem os EUA nem os demais países avançados aceitaram assumir o risco de que uma desvalorização das suas moedas gerasse perdas para os países que trocassem suas divisas pelos DES. O mesmo problema teria que ser resolvido agora se os membros do FMI quiserem implementar a proposta da China.

Outro problema que precisaria ser resolvido é a falta de liquidez do instrumento. O Fundo até hoje só fez duas emissões de DES e os papéis em poder dos seus membros equivalem a apenas US$ 32 bilhões pela cotação de ontem, o equivalente a uma fração minúscula das reservas que os países emergentes possuem hoje. Os DES só podem ser usados em transações entre governos e não existe um mercado em que possam ser negociados.

"Se quiserem ampliar o uso desse instrumento, alguém terá que subsidiar a formação de um mercado até que ele ganhe profundidade e liquidez", diz o economista Barry Eichengreen, da Universidade da Califórnia em Berkeley. "Os governos, ou seja, os acionistas do FMI, teriam que assumir esse custo, o que exigiria muitos anos de trabalho."

A China é atualmente o maior credor dos EUA, com US$ 740 bilhões em títulos do Tesouro. Se seu apetite pelos papéis americanos diminuir, os EUA terão maiores dificuldades para financiar sua economia. Mas a China tem interesse em continuar acumulando reservas porque, além de oferecer proteção nas crises, elas ajudam a administrar sua taxa de câmbio e assegurar vantagens para seus exportadores.

Pode ser que a campanha dos chineses contra o dólar tenha sido apenas uma forma de chamar atenção para seus interesses antes da reunião de hoje do G-20. Mas pode ser que eles estejam realmente interessados em levar adiante a discussão de suas propostas. "Vai depender do que acontecer com a economia americana", prevê Morris Goldstein, do Instituto Peterson para a Economia Internacional. "Se os EUA conseguir se recuperar logo, alguns dos temores da China poderão se dissipar e a urgência desse debate pode desaparecer."

Brasil propõe 'passo simbólico' para criar nova moeda

Alex Ribeiro
De Brasília

O Brasil defende na reunião do G-20 um "passo simbólico" para criar uma moeda multilateral que, no futuro, poderá vir a substituir o dólar como moeda de reserva, informa uma fonte do governo. As autoridades, porém, são céticas quanto à possibilidade de, no curto prazo, o dólar deixar de ser a moeda preponderante nas transações internacionais.

A proposta brasileira pressupõe o rearranjo das cotas mantidas pelos países no Fundo Monetário Internacional (FMI), com a ampliação do peso das economias emergentes. Paralelamente, os países-membros fariam uma injeção de capital no FMI da ordem de US$ 700 bilhões. Esses recursos serviriam de lastro para a emissão dos Direitos Especiais de Saque (DES), que ao longo do tempo poderia se estabelecer como nova moeda.

Hoje, o DES é uma cesta de moedas composta pelo dólar, euro, iene e libra. A proposta é que, com a ampliação do peso dos emergentes no FMI, suas moedas sejam agregadas a essa cesta.

Do ponto de vista prático, mesmo com um eventual fortalecimento do DES, o Brasil deverá manter a parte relevante de suas reservas em dólares. "A maior parte da dívida externa é denominada em dólares, por isso as reservas internacionais devem permanecer também em dólares para evitar o descasamento de moedas", diz uma fonte do governo.

O Brasil também manterá sua política de estimular o uso de outras moedas no comércio. Já há um processo em curso para o uso de peso e real nas trocas entre Argentina e Brasil. A intenção é expandir esse acordo da Argentina para os outros parceiros do Mercosul e depois para o resto da América do Sul.

O Brasil compartilha a visão de outros países emergentes, como China e Rússia, de que o uso da moeda emitida por um país, no caso o dólar dos Estados, como moeda internacional de reserva produz desequilíbrios globais.

O ponto central é que os Estados Unidos, ao tomar suas decisões sobre a emissão de moeda, confronta-se com o dilema de atender seus objetivos internos, como estimular a economia e combater a inflação, e atender aos interesses dos países que usam o dólar como moeda de reserva internacional.

Na atual crise financeira, os EUA estão fazendo emissões maciças de dólares para reanimar sua economia. O aumento do volume de dólares em circulação, porém, tende a reduzir o valor da moeda americana, prejudicando os países que a mantêm como ativos de reservas.

O presidente do banco central da China, Zhou Xiaochuan, defendeu, há uma semana, a completa substituição do dólar pelo DES como moeda de reserva internacional. Segundo uma fonte do governo brasileiro, a ideia, em princípio, é interessante. O DES seria emitido de acordo com interesses multilaterais de vários países, sem conflito com os objetivos de uma só economia. Faltou, entretanto, detalhar como isso seria feito. "Não há uma proposta concreta da China", afirma uma fonte do governo.

O Brasil defende uma estratégia gradual. O fortalecimento do FMI e a emissão de US$ 700 bilhões em DES estabeleceriam as bases para a criação de uma moeda multilateral. Seria um primeiro passo, mas, daí a virar uma moeda internacional de reserva, haveria um longo caminho. "Essa emissão de US$ 700 milhões em DES seria praticamente nada comparado com o volume de dólares que circula no mundo", afirma uma fonte do governo. Os títulos emitidos pelo Tesouro dos Estados Unidos, principal ativo nas reservas internacionais, somam de R$ 11 trilhões.

O dólar ascendeu lentamente como moeda internacional de reservas. Levou mais de meio século para suplantar definitivamente a libra britânica.

Quando o euro surgiu, há uma década, chegou-se a acreditar que ele poderia tomar o lugar da moeda americana. Hoje, ele representa uma parcela apenas restrita das aplicações das reservas internacionais dos diversos países. O cenário mais provável é que o euro continuará como uma moeda importante, mas secundária, no cenário internacional.

Atividade da indústria chinesa continua a cair

AP

O índice dos gerentes de compras sobre a atividade industrial (PMI, na sigla em inglês) na China caiu para 44,8 em março, de 45,1 em fevereiro, por conta das pressões deflacionárias e da redução nos novos pedidos, de acordo com a CLSA Asia-Pacific Markets. Foi o oitavo mês seguido em que o PMI chinês ficou abaixo de 50, o que indica retração da atividade econômica — na foto, uma fábrica têxtil de Sichuan que diminui a produção. O dado, o primeiro a ser divulgado de uma série de indicadores sobre a atividade econômica na China em março, sugere que ainda é cedo para dizer se a desaceleração da terceira maior economia do mundo chegou ao fim. Houve, porém, pequena melhora nos pedidos de exportação e emprego.

Japão paga retorno de estrangeiros

Agências internacionais

O governo do Japão começou a oferecer US$ 3 mil a alguns estrangeiros que perderam o emprego para pagarem a passagem de avião de volta a casa. O programa, iniciado ontem, vale exclusivamente para as centenas de milhares de sul-americanos descendentes de japonesas com vistos especiais para trabalhos em fábricas. Os brasileiros são os mais numerosos entre esses estrangeiros no Japão.

O governo parece ter três motivações: ajudar os trabalhadores a voltarem a suas casas, aliviar a pressão sobre o mercado de trabalho doméstico e a possibilidade de tirar milhares de pessoas das listas de desemprego.

"O programa serve como resposta a um crescente problema social", afirmou Hiroshi Yamashita, representante do Ministério da Saúde, Trabalho e Bem-Estar Social, referindo-se ao desemprego, que subiu para 44%, maior patamar em três anos.

É possível, no entanto, que não haja muitos que aceitem os 300 mil ienes (US$ 3 mil), mais os 200 mil ienes para cada membro da família. O dinheiro chega com condições: os trabalhadores não podem voltar ao Japão com o mesmo tipo de visto.

Como as leis de imigração japonesa são muito estritas, isso significaria que a maioria não poderia voltar a trabalhar no país, onde os salários são maiores do que na América Latina.

"Não é necessariamente um acordo totalmente bem-vindo", disse Iwao Nishiyama, da Associação de Nikkei e Japoneses no Exterior, uma organização ligada pelo governo que conecta pessoas de descendência japonesa.

Muitos japoneses consideram sua cultura homogênea, apesar de existirem minorias consideráveis de coreanos e chineses, assim como de ainos, o povo indígena do norte do Japão.

Nos anos 90, Tóquio abrandou as leis relativamente rigorosas de imigração para permitir licenças especiais para estrangeiros de origem japonesa da América do Sul, para preencher a falta de mão de obra nas fábricas do país, que na ocasião estavam em expansão.

Antes de sua chegada, muitos desses empregos eram ficavam com iranianos e chineses. Mas o governo viu seu afluxo — em grande parte ilegal — como um problema, e empenhou-se em encontrar um contingente de mão-de-obra que, em sua visão, fosse mais adaptável à sociedade japonesa, disse Nishiyama, da associação Japoneses no Exterior. Os trabalhadores são predominantemente descendentes de japoneses que começaram a emigrar para a América Latina em torno da virada do século passado.

O Brasil tem a maior população de etnia japonesa fora do Japão, com cerca de 1,5 milhão de pessoas. O número de brasileiros no Japão é de cerca de 310 mil, segundo dados mais atualizados, que são de 2007. Em segundo lugar vêm os peruanos, com 59 pessoas. Os oriundos de outros países sul-americanos contam em menor número: 6,5 mil bolivianos, 3,8 mil argentinos e 2,8 mil colombianos.

Quase todos trabalham em indústrias, muitos deles encaminhados através de agências de alocação de mão de obra companhias importantes, como a Toyota.

Curtas

Alívio americano

A recessão dos EUA pode estar perdendo a intensidade, mostraram dois dados divulgados ontem. O índice fabril do Instituto de Gestão de Suprimentos (ISM, em inglês) subiu em março para 36,3 pontos. Foi a terceira alta consecutiva. Resultado abaixo dos 50 pontos indica retração. No mercado de imóveis, a boa notícia foi o aumento de 2,1% do número de assinaturas de contratos de compra de casas usadas em fevereiro

Metas para emissões

O presidente do México, Felipe Calderón, defendeu ontem que países em desenvolvimento precisam adotar metas para a redução das emissões de gases do efeito estufa.

Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A.
Cia. Aberta - CNPJ/MF nº 67.203.208/0001-89 - NIRE 35 300 194 411
Ata de Reunião do Conselho de Administração de 03/03/2009
Retificação - Na publicação da ata em epígrafe, feita por este jornal em 25/03/2009, por estar incorreto, retifica-se o seguinte trecho do item **Deliberações** (letra c): ...sendo que cada ação fará jus ao recebimento de dividendo obrigatório no valor de R$ 0,017274, ficando os diretores autorizados a praticar todos os atos necessários à distribuição de dividendos ora definidos aos titulares de ações de emissão da Companhia em **13 de março de 2009...** A data correta é: **16 de março de 2009.**

Opinião

Valor ECONÔMICO

Jornal econômico de circulação nacional, publicado desde 2 de maio de 2000 pela Valor Econômico S.A.

Diretora de Redação: Vera Brandimarte
Diretora Adjunta de Redação: Claudia Safatle
Conselho Editorial: Agostinho Cardoso Vieira, Aluízio Maranhão Gomes da Silva, Antonio Manuel Teixeira Mendes, Celso Pinto, Luís Frias, Nicolino Spina, Otavio Frias Filho, Roberto Irineu Marinho e Vera Brandimarte

Gasto de custeio sobe muito e piora as contas públicas

Em todas as crises pelas quais o Brasil passou nas últimas três décadas, as dívidas externas e interna compunham a essência da vulnerabilidade. É um motivo de conforto saber que elas não estão mais presentes entre as preocupações imediatas quando o mundo enfrenta uma hecatombe econômica como não se via há 80 anos. Mas há diferenças significativas no comportamento das duas. A vulnerabilidade externa continua sendo reduzida, enquanto o manejo dos gastos públicos deixa a desejar, como demonstraram os números de fevereiro. O governo central teve o primeiro déficit primário desde janeiro de 1997 — R$ 926,2 milhões, segundo a contabilidade do Tesouro. O endividamento líquido em relação ao Produto Interno Bruto subiu quase nada, para 37%, mas a economia feita pelo conjunto do setor público para pagar juros caiu de 6,21% do PIB no primeiro bimestre do ano passado para apenas 2% agora.

O governo começa a colher os resultados das escolhas ruins que fez em 2008. As receitas caíram 3%, enquanto que as despesas deram um salto de 19,6%. A redução das receitas ocorreu pelo efeito combinado da rápida desaceleração da economia e, em menor grau, pelas renúncias fiscais concedidas em boa parte como arma contracíclica. Ela era esperada e já levou à revisão do Orçamento, pois o governo contava com receitas totais (Tesouro, INSS e BC) 5,5% acima das de 2008. Grande parte dos analistas projetam queda. O maior problema, portanto, está na magnitude e na qualidade das despesas.

O pulo dos gastos, infelizmente, não se deve uma política expansionista firme e determinada dos investimentos, bastante defensável. Eles foram elevados pelo aumento generalizado aos servidores públicos — os gastos com pessoal subiram 25,36% no primeiro bimestre. Os gastos com investimento cresceram 13,88% no período, saindo de R$ 2,37 bilhões para R$ 2,7 bilhões. O aumento do salário mínimo contribuiu para que os benefícios da Previdência crescessem 12,8%, enquanto que as receitas caminharam a um passo mais moderado, com alta de 8,9%.

Os resultados das contas públicas no primeiro bimestre se traduziram na redução do superávit primário em 12 meses, para 3,43%, a menor economia até agora feita no governo Lula. O governo já desistiu de manter o superávit em 3,8% do PIB e boa parte dos analistas suspeita que sequer os 3,3% (com mais 0,5% do Projeto Piloto de Investimentos) estão sendo cogitados agora, e sim um valor até abaixo de 3% do PIB (**Valor**, 1 de abril). Ainda assim, a tendência não traz grandes preocupações a curto prazo, onde seria possível algum relaxamento. O maior problema é que, como se previa, os gastos com pessoal roubam espaço dos investimentos em meio a uma desaceleração em que eles deveriam ser maiores. Depois, porque os gastos com pessoal são permanentes, subiram muito e exigirão mais impostos para sustentá-los, ou impedirão reduções expressivas da carga. A única esperança para investimentos maiores, com receitas em queda, repousa no declínio acelerado da taxa de juros, que pode encerrar o ano abaixo dos dois dígitos.

Por outro lado, os indicadores de solvência externas continuam muito sólidos. Não é pouca coisa quando se considera, por exemplo, que nos 12 meses encerrados em fevereiro a conta financeira do balanço de pagamentos registrou ingresso líquido de US$ 18,1 bilhões, ante US$ 87,3 bilhões no período anterior, ou que a conta de aplicações em bolsa encolheu de US$ 43 bilhões positivos para US$ 3,6 bilhões negativos. Em fevereiro, a dívida externa líquida se reduziu em US$ 22,7 bilhões. Um ano de exportação de bens (exclusive serviços) paga toda a dívida. As reservas disponíveis no conceito de liquidez (US$ 199,4 bilhões) também liquidariam todos os débitos brasileiros. O serviço da dívida estava em fevereiro em apenas 17,1% do total das exportações de bens e serviços. As projeções do relatório de inflação do Banco Central são de que, mesmo em meio a uma pavorosa crise global, 2009 deverá fechar com uma redução no déficit em transações correntes, que deverá "ser financiado com ingressos líquidos da conta financeira, com ênfase para os fluxo de investimentos externos diretos". As reservas devem terminar o ano com uma queda de apenas US$ 3,1 bilhões.

Valor Econômico S.A. Av. Jaguaré, 1485, 1º andar – São Paulo - SP – CEP 05346-000 **Telefone** 0 xx 11 3767 1000
Departamentos de Publicidade SP 0xx113767 1285, RJ 0xx21 3521 1414, DF 0xx 61 3717 3333.
Redação 0 xx 11 3767 1000 **Fax** 0 xx 11 3767 1348 **Endereço eletrônico** www.valoronline.com.br

Para venda de assinaturas e atendimento ao assinante ligue:
(11)2199-2199 (Grande São Paulo) ou 0800 7018888 (demais localidades) de segunda a sexta das 07h às 19h30.
assinaturas@valor.com.br - **atendimento@valor.com.br**. Para assinaturas corporativas e-mail : **corporate@valor.com.br.**

Conselho de Administração
Antonio Manuel Teixeira Mendes
Luís Frias
Paulo César Pereira Novis
Roberto Irineu Marinho
Diretor-presidente
Nicolino Spina
(nicolino@valor.com.br)
Diretor Financeiro
Carlos Alberto Arroyo Ponce de Leon
(carlos.ponce@valor.com.br)
Diretora de Publicidade Noticiário
Selma Souto
(selma.souto@valor.com.br)
Diretora de Publicidade Legal
Andréa Flores
(andrea.flores@valor.com.br)
Diretor de TI
Oziris de Oliveira Filho
(oziris@valor.com.br)
Diretora de Assuntos Jurídicos e RH
Daphne Murahovschi Sancovsky
(daphne@valor.com.br)
Diretor de Circulação
Marcos Rodrigues
(marcos.rodrigues@valor.com.br)
Gerente de Marketing
Eduardo Guterman
(eduardo.guterman@valor.com.br)
Diretora de Redação
Vera Brandimarte
(vera.brandimarte@valor.com.br)
Diretora de Projetos Editoriais
Rosvita Saueressig Laux
(rosvita.laux@valor.com.br)
Diretor Adjunto de Projetos Editoriais
Carlos Raíces
(carlos.raices@valor.com.br)
Editores-executivos
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Pedro Cafardo
(pedro.cafardo@valor.com.br)
Secretária de Redação
Célia de Gouvêa Franco (celia.franco@valor.com.br)
Editora de Brasil
Denise Neumann (denise.neumann@valor.com.br)
Editores-assistentes de Brasil
Arthur Pereira Filho (arthur.filho@valor.com.br)
Carlos Roberto Motta (carlos.motta@valor.com.br)
Editora de Política
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Editora-assistente de Política
Denise Arakaki
(denise.arakaki@valor.com.br)
Editor de Internacional
Humberto Saccomandi
(humberto.saccomandi@valor.com.br)
Editora de Opinião
Maria Inês Nassif (maria.nassif@valor.com.br)
Editora de Finanças
Maria Christina Carvalho
(maria.carvalho@valor.com.br)
Editor-assistente de Finanças
José Mauro Arbex (mauro.arbex@valor.com.br)
Editores de Empresas
Cynthia Malta (cynthia.malta@valor.com.br)
Ivo Ribeiro (ivo.ribeiro@valor.com.br)
Nelson Niero (nelson.niero@valor.com.br)
Editores-assistentes de Empresas
Carlos Prieto (carlos.prieto@valor.com.br)
Ilton Caldeira (ilton.caldeira@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Fernando Lopes
(fernando.lopes@valor.com.br)
Editora-assistente de Agronegócios
Alda do Amaral Rocha (alda.rocha@valor.com.br)
Editor de Investimentos Pessoais/Carreiras
Angelo Pavini (angelo.pavini@valor.com.br)
Editora-assistente de Carreiras
Stela Campos (stela.campos@valor.com.br)
Editora-assistente de Investimento
Luciana Monteiro (luciana.monteiro@valor.com.br)
Editora de Consumo
Angela Klinke
(angela.klinke@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum (celia.rosemblum@valor.com.br)
Editora de Legislação & Tributos
Cristine Prestes (cristine.prestes@valor.com.br)
Editor de Arte/Fotografia
Silas Botelho Neto (silas.botelho@valor.com.br)
Editor-assistente de Arte
Renato Brandão (renato.brandao@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Diretora de Redação Adjunta
Claudia Safatle
(claudia.safatle@valor.com.br)
Chefe da Redação em Brasília
Rosângela Bittar
(rosangela.bittar@valor.com.br)
Chefe da Redação no Rio de Janeiro
Heloisa Magalhães
(heloisa.magalhaes@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Cristiano Romero **(Brasília)**
(cristiano.romero@valor.com.br)
Monica Izaguirre **(Brasília)**
(monica.izaguirre@valor.com.br)
Raquel Balarin **(São Paulo)**
(raquel.balarin@valor.com.br)
Raymundo Costa **(Brasília)**
(raymundo.costa@valor.com.br)
Sérgio Léo **(Brasília)**(sergio.leo@valor.com.br)
Vera Saavedra Durão **(Rio de Janeiro)**
(vera.durao@valor.com.br)
Correspondentes internacionais
Assis Moreira **(Genebra)**
(assis.moreira@valor.com.br)
Janes Rocha **(Buenos Aires)**
(janes.rocha@valor.com.br)
Ricardo Balthazar **(Washington)**
(ricardo.balthazar@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Marli Lima **(Curitiba)**
(marli.lima@valor.com.br)
Sérgio Bueno **(Porto Alegre)**
(sergio.bueno@valor.com.br)
Vanessa Jurgenfeld **(Florianópolis)**
(vanessa.jurgenfeld@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
SRTVN Quadra 701 – Módulo C
Centro Empresarial Norte - sala 801 – Bloco B
CEP 70719-900
Sucursal do Rio de Janeiro
Rua Irineu Marinho, 35 - Mezanino
CEP 20230-023
Publicidade - Outros Estados:
BA/SE - Canal Chetto Comun. e Representação
Tel./Fax: (71) 2102-2670
Interior de SP
Gnotto´s Mídia
Tel.: (16) 3911-3025/3913-4704 - Ribeirão Preto
Tel.: (14) 3227-0378/9131-0378 - Bauru
M Mardegan Representações Com
Tel.: (19) 3284-4691/9635-5606/9251-7817
Campinas e Vale do Paraíba
CE/PI/MA - Dialogar Propaganda & Marketing
Tel./Fax: (85) 3264-7342
MG/ES - Sat Propaganda
Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PE/PB/RN/AL - Viabiliza Representações Ltda
Tel./Fax: (81) 9954-3831/3227-4474/3071-1794
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização
Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações
Tel./Fax: (51) 3231-6287/3219-6613
SC - Marcucci&Gondran Associados
Tel./Fax: (48) 3333-8497/3333-8497
EUA - Multimediausa, Inc.
Tel./Fax: 1-407-903-5000/1-407-363-9809
US Toll Free: 1-800-985-8588

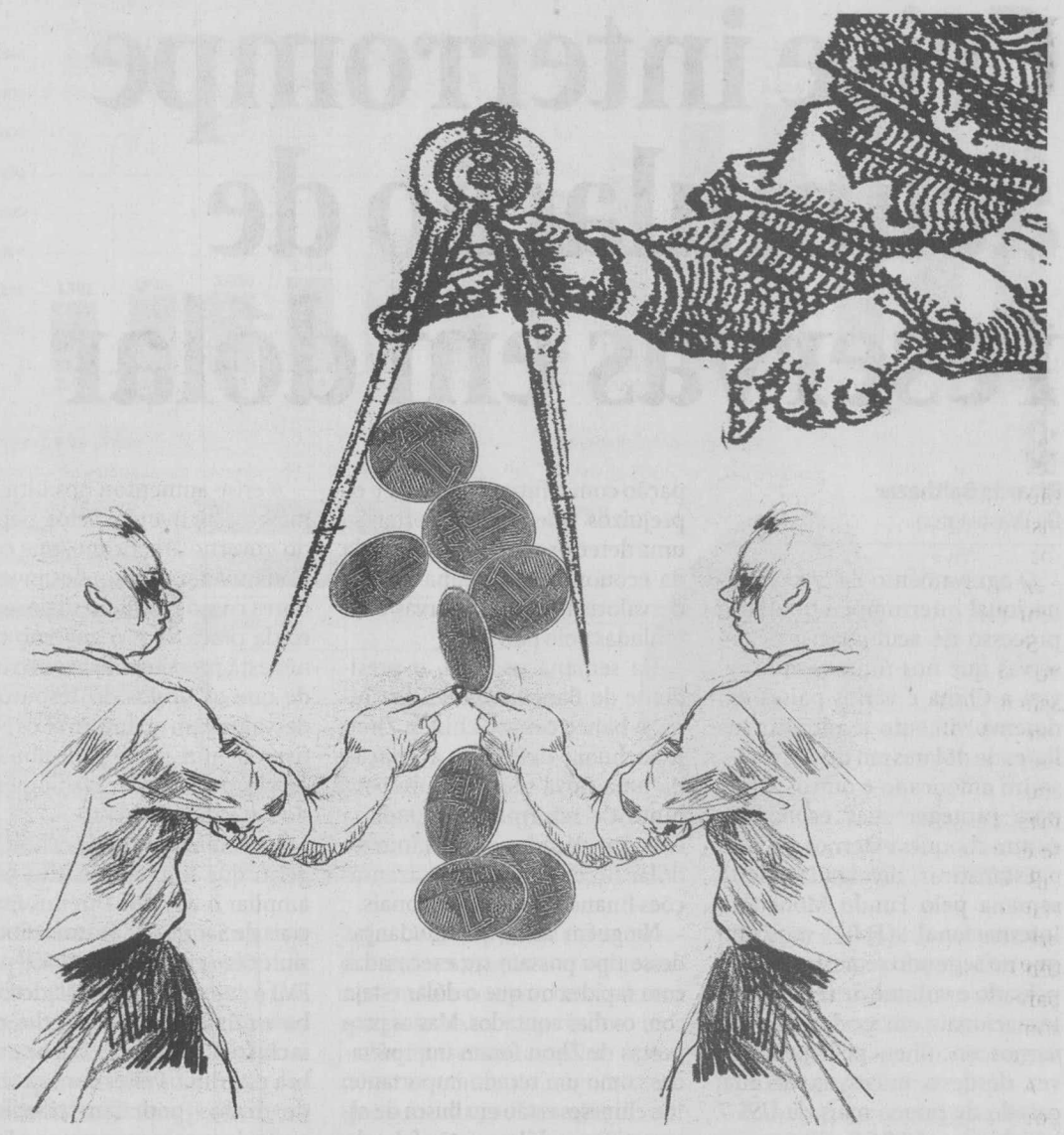
Aviso
O assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência.

Preço de Assinaturas

Para todo o Território Nacional (R$)		
18 Meses	12 Meses	6 Meses
1.134,00	756,00	378,00

O "Valor" oferece preços especiais para assinaturas no segmento "Corporate".

FILIADO AO: IVC (Instituto Verificador de Circulação) e à **ANJ** (Associação Nacional de Jornais)



A agenda escondida na crise financeira global

O fortalecimento do Estado regulador não significa um retorno ao intervencionismo. Por *Luiz Awazu Pereira da Silva*

A crise financeira global, a mais grave desde a Grande Depressão, é a oportunidade para debater, sem acirrar oposições, nossas ideias econômicas, saindo das caricaturas "neoliberal" e "desenvolvimentista". Devemos entrar nas questões de fundo para aprimorar as futuras políticas econômicas.

Em 20 anos, dois sistemas extremos de organização sócio-econômica revelaram suas limitações. O modelo de planejamento centralizado e de alocação administrativa de recursos na economia mostrou-se incapaz de assegurar níveis razoavelmente crescentes de bem-estar social, de legitimidade democrática e de incentivos ao aumento de produtividade. Sem esses incentivos, os benefícios da proteção social universal não eram financiáveis no longo prazo. Agora, o modelo de integração financeira global, confiante na eficiência de mecanismos de mercado na precificação, diversificação e alocação do risco, ou, em último caso, na sua capacidade de autorregulação, será profundamente reavaliado. Tampouco eram sustentáveis os benefícios do crescimento excepcional associados à última fase de expansão financeira global.

Certamente, o papel do Estado como regulador do sistema financeiro doméstico e globalizado receberá atenção especial. Novas regras de funcionamento do sistema financeiro exigirão maior nível de capital próprio, avaliação rigorosa dos riscos de ativos e auditoria independente. A supervisão financeira cobrirá todos os agentes, e debaterá como partilhar tarefas entre as várias instâncias supervisoras sem deixar zonas cinzentas. A informação sobre a qualidade dos ativos será mais transparente e os registros de operações deverão ser exaustivos e internacionalizados. As autoridades terão que ponderar a difícil questão da pró-ciclicalidade de qualquer sistema financeiro e como favorecer a criatividade financeira sem ameaçar a estabilidade, olhando com mais atenção para o risco sistêmico e não apenas para a solvência de cada agente.

O fortalecimento do papel regulador do Estado não significa, no entanto, voltar ao passado do intervencionismo per se. Permanecem válidas as lições sobre os limites da eficiência do Estado na produção direta de bens, assim como a dificuldade de dispensar-se de preços e incentivos de mercado na alocação de recursos. A crise reforça mais ainda a importância da estabilidade macroeconômica para o crescimento sustentável e sua sutil tradução em limites para a dívida pública e o nível de inflação. O sucesso obtido na suavização do ciclo de negócios com seus estabilizadores automáticos, suas políticas sociais, no gerenciamento da demanda agregada, na gestão de expectativas pela credibilidade de políticas econômicas, representa um patrimônio de conhecimento oriundo de crises passadas e resolvidas, que deve ser preservado.

A crise reforça mais ainda a importância da estabilidade e sua sutil tradução em limites para a dívida pública e a inflação

Certamente, também deveremos repensar com bom-senso a viabilidade relativa das estratégias de crescimento por substituição de importações ou por expansão de exportações, as duas grandes experiências de desenvolvimento do Século XX, a latino-americana dos anos 50-60 e a asiática dos anos 80-90. O modelo de crescimento via substituição de importações teve os seus êxitos iniciais comprometidos pelo custo fiscal de subsídios que perderam progressivamente sua eficiência econômica mas continuaram ocupando espaço orçamentário, o que contribuiu para a crise das dívidas públicas e mostrou a necessidade de preocupar-se também com a solvência externa e a promoção de exportações.

O modelo de crescimento via expansão das exportações vê agora os seus inegáveis méritos comprometidos pela recessão global e a impossibilidade de criar repentinamente uma demanda doméstica suficiente para escoar sua enorme capacidade produtiva. Mesmo a acumulação de amplas reservas (China) não elimina a necessidade de preocupar-se também com a demanda interna e a promoção de seus consumidores. Ou seja, posições excessivamente devedoras (a América Latina dos anos 80) ou excessivamente credoras (a Ásia hoje) encontram seus limites.

Finalmente, da crise surgirão novas regras para a economia global nas áreas financeira, comercial e do meio ambiente.

A delicada questão da globalização financeira, que traz benefícios e restrições à política econômica, demandará mais cooperação internacional onde o G-20 financeiro deverá ter papel inovador. Uma nova disciplina deverá aplicar-se principalmente aos países mais ricos, onde o papel dos supervisores multilaterais (Banco de Compensações Internacionais, Fórum de Estabilidade Financeira e FMI) tem sido limitado, quando muito, à sua autoridade técnica e moral. Por exemplo, no sistema atual, excedentes de poupança fluem para ativos de referência e mais líquidos, predominantemente em dólar, e assim financiam os déficits correntes dos Estados Unidos, tolerando de fato seu nível elevado de consumo e sua baixa poupança, mesmo quando suas políticas fiscal e monetária são excessivamente expansionistas.

O inegável benefício global do rápido crescimento americano se dá à custa do acúmulo de desequilíbrios insustentáveis e uma alavancagem financeira extrema, facilitada pela desregulamentação financeira, a criação e internacionalização de ativos securitizados de difícil precificação.

No comércio, é preciso preservar as regras vigentes na OMC enquadrando o protecionismo que está inevitavelmente aparecendo nas áreas de aumentos tarifários, ações antidumping, compras governamentais, e políticas de subsídios e de medidas compensatórias. É importante valorizar o multilateralismo da OMC e aceitar as suas determinações. Uma agenda mínima não exclui, mais adiante, a retomada das ambições de Doha.

A crise tampouco dispensa refletir sobre as mudanças climáticas ligadas ao nosso modelo industrial e de consumo, usando os relatórios técnicos para reforçar os acordos propostos no âmbito das Nações Unidas. Pode ser muito lucrativo amanhã investir mais hoje em novas tecnologias e matrizes energéticas mais limpas.

Em suma, a crise é feita de ameaças gravíssimas e também de uma agenda de trabalho construtivo. Podemos e devemos olhar mais para o que nos une do que para o que nos separa e pensar concretamente no futuro que desejamos para o Brasil e os cidadãos do planeta.

Luiz Awazu Pereira da Silva foi secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda (2004-2006) e chefe da Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento (2007-2008). As opiniões são exclusivamente do autor e não representam a dos órgãos citados. Email: Luiz.apereira@yahoo.com.

"O governo que o senhor lidera precisa fazer um supremo esforço para avançar o processo de paz em todas as frentes."

De Shimon Peres, presidente de Israel, ontem, ao se pronunciar a Binyamin Netanyahu, o novo premier do país. Peres, que pertence à centro-esquerda, disse que o mundo apoia a criação de um Estado palestino, proposta sobre a qual Netanyahu, de direita, não se pronuncia.

Estupor no andar de cima, desesperança no debaixo

ANTONIO PRADO

Foram muitas as reações das elites mundiais ao colapso dos mercados financeiros. Todas com o mesmo tom de surpresa em relação à súbita falência da confiança nas instituições e nos instrumentos financeiros que movimentaram, com tanto vigor e exuberância, o frenesi dos capitais desenfreados nas últimas décadas.

Sua Majestade, a Rainha Elizabeth II do Reino Unido, em visita a London School of Economics, perguntou por que não fora alertada sobre eventos tão perturbadores. Por sua vez, Sua Excelência, o primeiro-ministro de Itália, com menos elegância, mandou a OCDE calar-se em suas previsões sobre a queda do PIB em 2009, pois que também não haviam previsto a iminência da crise. O ex-presidente do Federal Reserve, o banco central dos EUA, senhor Alan Greenspan, revelou-se em estado de estupor com a calamitosa falha dos mecanismos de autorregulação dos mercados.

A verdade é que os alertas não foram poucos e realizados por economistas de alta estirpe. O mesmo Greenspan lançou o anátema da exuberância irracional, talvez acreditando demais em sua capacidade de influenciar as expectativas racionais de uma turba furiosa na busca de bônus de performance. O economista Nouriel Roubini, assíduo frequentador do Fórum Econômico Mundial, em Davos, Suíça, ganhou o apelido de Mr. Doom, Senhor Calamidade, por suas reiteradas previsões de que o cassino iria desmoronar. A lista internacional e doméstica de analistas preocupados com a desregulação dos mercados financeiros e de capitais é longa. O fato é que a turma que diz que a ressaca será forte no dia seguinte nunca será ouvida por aqueles já embriagados por um whiskey que parece de primeira.

Mas, se o juízo competente foi tido como inoportuno, onde estavam as instituições de regulação do sistema? Nos EUA, o que fez o Federal Reserve? Um gigantesco castelo de cartas, formado de todos os tipos de instrumentos financeiros exóticos, prosperou a sua revelia e nada foi feito. Um verdadeiro sistema bancário paralelo, "shadow banking" em inglês, absorvia trilhões de dólares, sem nenhuma supervisão e adoção do mínimo de regras de prudência bancária. Alavancaram uma catástrofe planetária.

Como é possível, em um complexo e bem informado sistema financeiro, golpes de estelionatários tão antigos quanto o aplicado pelo Sr. Madoff crescerem a ponto de tragarem US$ 50 bilhões? Não foi detectado por nenhuma instituição? O mercado foi acometido pela cegueira dos caçado res de tesouros? Os investidores não ca lcularam que era muita rentabilidade para pouco risco? Esse golpe é tão anti go e recorrente que só pode ser aplicado em ambientes tomados por um esp irito de vale-tudo. Puni-lo com 150 ano s de prisão soa como uma prestação de contas tardia e pouco convincente. Onde estavam as autoridades regulad oras?

Estavam desregula ndo o mercado financeiro americano. Vendendo ao planeta e, principalmente, aos emergentes as virtudes do mercado autorregulado. O capital livre de amarras levaria todos ao paraíso do crescimento e da prosperidade. Como não houve distribuição de renda relevante durante as últimas décadas nos países livres dos pendu ricalhos da regulação, alguns espertos chegaram ao paraíso dos bônus de final de ano e outros foram pegos no sobre-endividamento em cartões de crédito de vári as bandeiras.

E o FMI, sempre zeloso de suas receitas de ajuste estrutural, como não alertou aos países membros que uma tempestade perfeita estava no horizonte? Como não percebeu que em um mundo com US$ 65 trilhões de PIB não se poderia valorizar US$ 650 trilhões em ativos financeiros indefinidamente?

Nesse momento, é óbvio que a autorregulação dos mercados é mais um mito requentado pela ideologia liberal, que não deu certo. A classificação de risco pelas agências privadas, tanto em relação à saúde das instituições, bancos de investimentos, seguradoras, fundos de hedge e bancos comerciais, como também dos produtos financeiros específicos, está com a credibilidade comprometida. Ativos tidos como de baixo risco tornaram-se tóxicos em poucos dias.

As empresas de auditoria, que passaram por maus momentos com a quebra da Nasdaq em 2001, voltaram a um silêncio sepulcral. Os conselhos de administração das grandes empresas revelaram-se pouco efetivos e até incidentes de pressão sobre conselheiros mais zelosos e, preocupados com os riscos das estratégias corporativas, vieram a público.

As autoridades reguladoras americanas estavam ocupadas, no passado, desregulando seu próprio mercado financeiro

É evidente que o esforço para evitar um colapso sistêmico financeiro de proporções planetárias não envolve apenas a derrama de trilhões de dólares nos bancos e economias intoxicadas, mas também o resgate da confiança nas instituições de regulação públicas e privadas e a defesa de valores sociais empoeirados desde a avassaladora hegemonia dos aventureiros das finanças alavancadas. Trabalho, emprego, distribuição de renda, produção e solidariedade social.

A ideia de que todos estamos no mesmo barco é sedutora. No entanto, é justo que os contribuintes de última instância, os assalariados e pequenos produtores, se perguntem por que esse espírito surge apenas no momento de socializar os prejuízos. Por que até há pouco era coisa considerada antiga, resquício das dores do pós II Guerra, já de muito superadas? É justo e correto que reivindiquem contrapartidas sociais nesse soerguimento das economias.

É justo e necessário que os países emergentes, que fizeram imensos sacrifícios para organizar suas economias arruinadas pela estagnação prolongada, hiperinflações e crises políticas e sociais, queiram uma voz mais efetiva nas instituições multilaterais. É justo que não aceitem pagar pela aventura alheia e que queiram defender seu crescimento econômico, sua capacidade de geração de emprego e de inclusão social.

Se é verdade que os ricos estão perplexos com suas perdas, mais verdade é que os pobres pagam um preço que não se contabiliza em dinheiro, mas em perda de esperança.

Antônio Prado é doutor em política econômica pelo IE-Unicamp, professor do Departamento de Economia da PUC-SP (licenciado). Atualmente é chefe do Departamento de Relações com o Governo na presidência do BNDES e docente no IRBr do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

Cartas de Leitores

Correspondências para Av. Jaguaré, 1.485, CEP 05346-902 - SP ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Inchaço do Estado

"O inchaço da máquina do governo mostra que Lula agradou bastante à sua militância, criando cargos cujos ocupantes criaram mais cargos numa progressão que onera escandalosamente o cofre da nação, demonstrando que a crise é problema a ser enfrentado por nós, não pelo governo. O gasto anual com funcionários da Presidência devem chegar a mais de R$ 3 bilhões, enquanto empresas são obrigadas a praticar demissões ou a fechar as portas. Lula incentiva, através do PAC, o emprego em áreas específicas e privilegiadas. Mas e as outras? Lula admite que o Palácio já ficou apertado para acomodar tanta gente."

MARA MONTEZUMA ASSAF
montezuma.fassa@gmail.com

Cartão do Cidadão

"Numa das poucas iniciativas de nossos governantes que verdadeiramente beneficia o cidadão, os segurados do INSS terão acesso na rede bancária aos extratos previdenciário e do FGTS. Os dados serão do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) e dos depósitos mensais a partir do dia 1º de maio. Como nem tudo é perfeito, inicialmente, o serviço só estará disponível para correntistas do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, até que um projeto de lei seja aprovado no Congresso Nacional, habilitando os bancos privados. Até lá, correntistas de instituições particulares terão acesso aos extratos por meio das contas de FGTS na CEF, desde que tenham o Cartão do Cidadão. Segundo o ministro da Previdência, José Pimentel, a modernização do cadastro e a informatização vão permitir que o trabalhador ganhe tempo antes de se aposentar. Como é frequente a lacuna nos vínculos trabalhistas e no FGTS, o trabalhador poderá com antecedência solicitar a inclusão dos dados corretos. Transparência é a palavra de ordem. Viva o artigo 37 da Constituição Federal!"

FABIO TAVARES
Rio de Janeiro - RJ

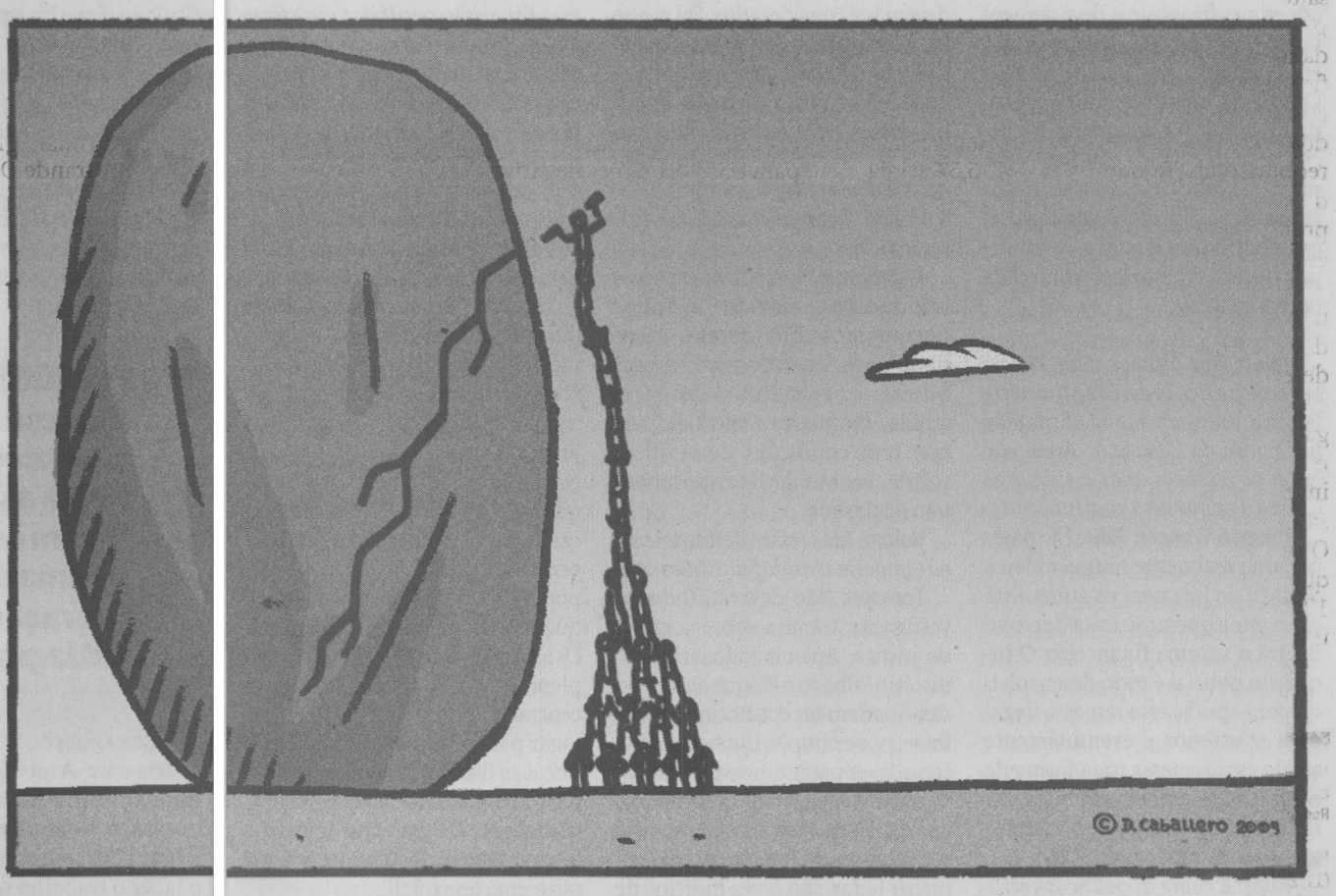
Correção

Diferentemente do informado na página A1 da edição de ontem, na matéria "Auditor faz ressalva à forma como Aracruz trata dívida", a companhia comentou o assunto. As declarações do diretor financeiro e de relações com investidores da Aracruz, Marcos Grodetzky, ao Valor foram publicadas na página D3 da própria edição de ontem.

O faturamento de R$ 19,5 bilhões do Sistema Unimed Brasil refere-se a um período de oito anos, terminado em 2008, e não ao ano passado, conforme publicado na página B4, na edição de 26 de março.

Transformar boas intenções em ações

A saída para esta crise reside numa reconfiguração da globalização. Por *José Manuel Durão Barroso*



A cúpula do G-20, hoje, em Londres, constitui uma oportunidade única para obter resultados que contribuam para por termo à atual crise financeira e econômica e para evitar futuras crises. Estou confiante no êxito da cúpula. Em nome da manutenção e da criação de postos de trabalho e da prosperidade, tanto aqui na Europa como no resto do mundo.

Estamos vivendo a primeira grande crise da era da globalização. Alguns referem-se mesmo à "crise da globalização" e por isso defendem a "desglobalização".

Apesar de a ideia poder parecer plausível, é completamente errada. A saída para esta crise não reside na "desglobalização". O protecionismo e o nacionalismo econômico são falsos amigos que mais não fazem do que agravar a pobreza e os conflitos: foi o que aconteceu nos anos 30. A saída para esta crise reside numa "reconfiguração da globalização".

Precisamos estabelecer um conjunto de regras globais que nos permitam regular a globalização. Só trabalhando em conjunto poderemos colocar o potencial dos mercados a serviço dos cidadãos e fazer face a desafios globais, como as alterações climáticas, a segurança energética e a luta contra a pobreza.

As novas regras globais devem basear-se em valores e princípios éticos, respeitando e estimulando a liberdade, a responsabilidade e a solidariedade. Devem, além disso, permitir que os mercados recompensem o trabalho árduo e o espírito de iniciativa, e não a mera especulação.

A União Europeia encontra-se particularmente bem posicionada para se tornar o motor desta evolução para uma globalização que se assente em valores e em regras. Nenhuma outra região do mundo dispõe da mesma experiência em matéria de adoção e aplicação eficaz de regras transnacionais. As nossas construções comuns — do mercado interno ao euro — têm-se revelado decisivas nos esforços de estabilização desde que a crise começou, e constituem a melhor plataforma possível para o relançamento da economia europeia e global.

A União Europeia vai a Londres com uma mensagem comum. Tomamos em conjunto decisões rápidas e decisivas. Apresentamos um enorme pacote de estímulo: os esforços dos Estados membros e da UE ascendem a mais de € 400 bilhões. Coordenamos a nossa ação para estabilizar os nossos bancos. Ajudamos os Estados-membros em dificuldade, designadamente a Letônia, a Hungria e a Romênia. Concebemos um projeto global para tornar os m ercados financeiros mais eficazes e mais seguros.

A Comissão propõ s medidas para reforçar os requisitos de fundos próprios dos bancos, melhorar o sistema de garantia de depósitos e tor nar mais exigente a regulação das agênc ias de avaliação de crédito. Propusemos melhorias na supervisão transfronteiras das mais importantes instituições finar ceiras, incluindo a criação de um nov o organismo para acompanhar a acum ulação global de riscos no sistema e para tomar medidas preventivas. Nas próxi nas semanas serão apresentadas novas propostas sobre os fundos especulativos (hedge funds), os capitais de investime nto (private equity) e a remuneração dos administradores.

Por outro lado, ain la no contexto da luta contra a crise, os re sponsáveis políticos da UE acordaram , n o Conselho Europeu da Primavera realiza do em Bruxelas, em apoiar um aumento s ubstancial dos recursos do Fundo Mon etário Internacional (FMI), para os quais a Europa contribuirá com € 75 bilhões. Es ta medida acresce à duplicação já decidid a, para € 50 bilhões, do limite da assistên cia intracomunitária ao balanço de paga mentos dos Estados membros que não int egram a zona euro.

Em Londres, nos esforçaremos por chegar a acordo sol re as quatro questões fundamentais.

Em primeiro luga , a adoção de um estímulo econômico d e grande dimensão, coordenado e suste ntável, para atenuar os efeitos da crise p ara os nossos cidadãos e para relançar a economia real.

Será igualmente n ecessário restaurar a confiança no siste na financeiro. Não apenas por causa d os bancos, mas em nome dos empresári os e dos trabalhadores da economia rea l que necessitam de crédito. Precisamos avançar rapidamente com medidas para que os bancos voltem de novo a conceder crédito. Tal implica por termo à incerteza que paira sobre a dimensão das perdas dos bancos, eliminando os ativos depreciados (ditos "tóxicos") dos seus balanços. Ao mesmo tempo, devemos reforçar a supervisão a nível mundial e preencher as lacunas existentes — nomeadamente no que diz respeito aos paraísos fiscais. É, portanto, necessária uma reforma geral das instituições financeiras internacionais.

Em terceiro lugar, devemos enviar uma mensagem forte contra todas as formas de protecionismo, promovendo a liberalização do comércio, através de progressos nas negociações de Doha.

Por fim, no que constitui talvez o aspecto mais importante, deveremos caminhar no sentido de um mundo mais justo, reforçando os nossos compromissos face aos países em desenvolvimento e tornando o FMI mais representativo. Não devem ser os países em desenvolvimento a pagar o custo de uma crise criada nos países desenvolvidos. Os países em desenvolvimento precisam de mais ajuda. A criação de um instrumento global de financiamento do comércio constitui uma das medidas propostas pela UE. Precisamos da contribuição dos países em desenvolvimento para fazer face aos desafios globais, como, por exemplo, as alterações climáticas. Queremos chegar a um acordo global na Conferência de Copenhague a realizar ainda este ano.

Existe já uma significativa convergência de ideias a nível global, essencialmente com os EUA. Devemos notar, com orgulho, que grande parte do consenso surgiu em torno das ideias da Europa e do modelo econômico europeu. O Plano de Recuperação dos EUA, por exemplo, destaca medidas para melhorar os cuidados de saúde e proteger os mais vulneráveis, bem como o investimento a longo prazo, nomeadamente em infraestruturas. Estas medidas já foram tomadas na maior parte da UE. Têm-se revelado benéficas não só em termos de limitação das dificuldades, como pelo fato de, em períodos de conjuntura econômica desfavorável, assegurarem automaticamente um apoio à procura e à preservação do emprego.

Devido a estes "estabilizadores automáticos" que existem na Europa, qualquer comparação dos níveis de despesa entre os EUA e a UE é altamente falaciosa. É por isso que as nossas posições sobre a dimensão global do estímulo a conceder são mais próximas do que pode parecer à primeira vista. Verifica-se a mesma tendência para uma convergência em relação às questões regulamentares.

Já existem, portanto, grandes áreas de consenso. O desafio consiste agora em transformá-las em medidas concretas para corrigir a atual situação. A Europa estará à altura deste desafio e estamos confiantes de que o mesmo acontecerá com os nossos parceiros. Gostaria de assegurar aos cidadãos europeus que as suas preocupações se encontram no cerne das nossas discussões e do que virá a ser decidido. Estou consciente de que muitas pessoas temem pelo seu emprego, pelo seu empréstimo hipotecário ou pelas suas poupanças. A minha preocupação principal nesta fase consiste em assegurar que tudo o que fazemos contribui para melhorar a situação do emprego. Se conseguirmos transformar, na Cúpula de Londres, as nossas boas intenções em ações conjuntas, daremos resposta às legítimas expectativas dos nossos cidadãos.

José Manuel Durão Barroso é presidente da Comissão Europeia.

Especial

Vendas da GM e da Toyota nos EUA caíram menos do que o previsto por analistas **Página B6**

No Brasil, total de veículos licenciados em março cresceu 16,9% em relação a 2008 **Página B6**

Entrevista Diretor da PF diz que exploração política do caso é parte da estratégia de defesa da Camargo Correa

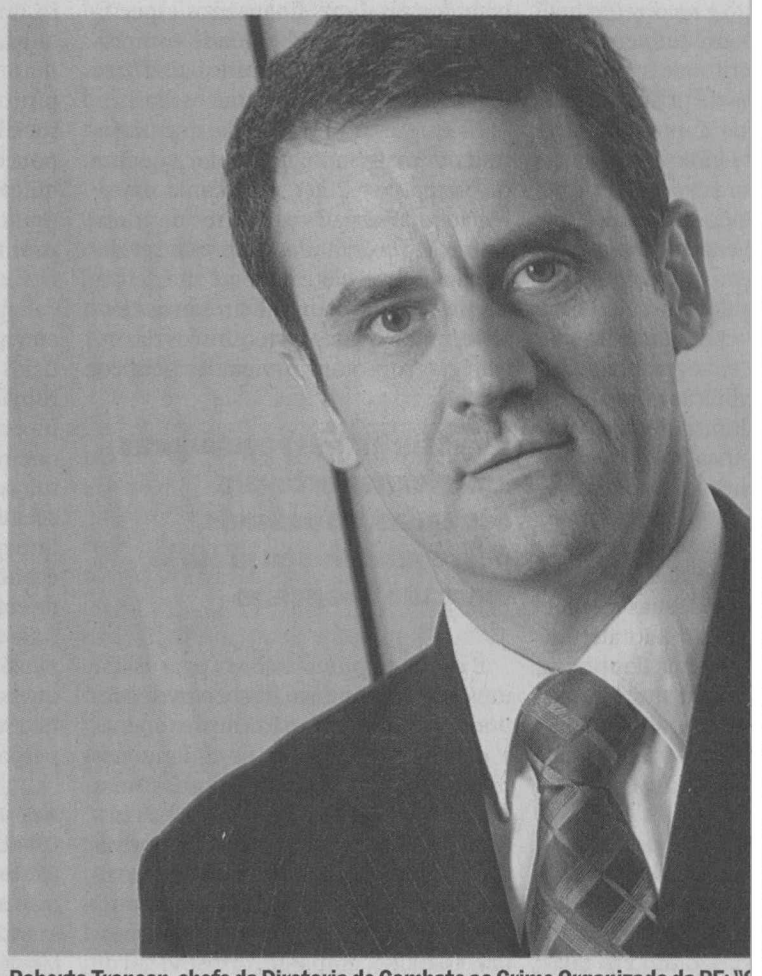
"Foco é o crime financeiro e não o Congresso"

Caio Junqueira
De Brasília

O paulista Roberto Troncon Filho, 46 anos, é o chefe da Diretoria de Combate ao Crime Organizado (DCOR), o que lhe dá o status de número três na corporação a qual entrou em 1994. Fez toda a sua carreira na Superintendência da PF em São Paulo, onde atuou na Delegacia de Polícia Fazendária, de Repressão de Entorpecentes, de Repressão a Crimes Financeiros e no aeroporto internacional de Guarulhos. Chegou ao atual cargo depois que o delegado-geral, Luis Fernando Corrêa, assumiu em 2007.

Responsável direto por todas as operações de repressão a crimes financeiros do país, Troncon defende a mais recente delas, a Castelo de Areia. Avalia que há um desvirtuamento do seu enfoque financeiro para político em razão de uma estratégia de defesa da empresa. Critica ainda a atuação do delegado Protógenes Queiroz na Operação Satiagraha e disse que a PF ainda paga por seus erros, principalmente o de usar a instituição como plataforma para entrar na política. Ele ainda refuta as críticas de que a polícia recebe de altas autoridades brasileiras a cada operação deflagrada. Segundo diz, por pura "falta de informação".

Troncon também diz que ainda não chegaram à PF informações de irregularidades envolvendo os grandes bancos brasileiros. Acrescenta ainda que a estrutura de combate aos crimes financeiros deve aumentar com um projeto de lei que será encaminhado ainda neste ano ao Congresso, o qual permitirá que todos os Estados tenham uma delegacia especializada em combate a crimes financeiros. Hoje, somente São Paulo, Rio e Distrito Federal possui essas estruturas. A seguir, os principais trechos da entrevista concedida ontem ao **Valor**:



Roberto Troncon, chefe da Diretoria de Combate ao Crime Organizado da PF: "Gerentes de banco que têm metas começam a ir além do que a lei permite"

RUY BARON/VALOR

Valor: *Nos últimos dias, Polícia Federal, Justiça Federal e Ministério Público soltaram notas afirmando que o foco da Castelo de Areia não eram os políticos, mas a Camargo Corrêa. Por que essa preocupação?*

Roberto Troncon Filho: Me parece é que realmente ninguém leu a decisão do juiz nem os autos. Está claro que a operação trata de crime contra o sistema financeiro. O inquérito policial é todo desenvolvido para apurar essa remessa ilegal para o exterior e eventualmente sendo essa remessa uma forma de ocultação de dinheiro público, em razão dos indícios de superfaturamento constatado pelo TCU.

Valor: *E como os políticos entraram na investigação?*

Troncon: Há diálogos interceptados que tratam de valores destinados a financiamentos de campanha. Em alguns desses diálogos, pontualmente, há indícios de que parte desse dinheiro não seria declarado. Se isso for comprovado, realmente pode se tratar de financiamento ilegal e crime eleitoral. Contudo, a apuração de financiamento ilícito de campanha eleitoral não é objeto dessa investigação e nem poderia ser. A Justiça competente para apurar é a Eleitoral e se tratando de candidatos ou pessoas que ocupam cargos públicos atualmente eles teriam prerrogativa de foro ou então seria mandado para o próprio juiz eleitoral.

Valor: *Então por que há menção a partidos políticos?*

Troncon: Evidentemente que no curso de uma investigação, outros fatos relevantes, mas não relacionados diretamente ao seu objeto, devem ser considerados. Foi o que fez o delegado. Ele considerou que tinha um diálogo suspeito. Na verdade, não é prova de nada, é apenas um indício superficial de que pode ter havido algum problema no financiamento de campanhas.

Valor: *O que fazer então com esses indícios?*

Troncon: A PF vai destacar essas informações, somadas a outros documentos que forem eventualmente encontrados nessas buscas e encaminhá-las para análise da Justiça Eleitoral. É ela que tem condições de verificar sobre eventual financiamento não declarado.

Valor: *Mas esse destacamento não poderia ter sido feito antes?*

Troncon: Não deveria. Toda investigação tramita sobre segredo de justiça. Apenas Judiciário, Ministério Público e PF, que atuam no caso, podem ter conhecimento. Se fosse, por exemplo, um homicídio, seria dever parar a investigação para atuar a fim de que o crime não ocorra. Num caso como esse, está se tratando de fatos que, em primeiro lugar, são leves indícios de que pode ter acontecido algo de errado. E eles podem ser verificados posteriormente sem prejudicar o curso da investigação.

Valor: *A divulgação desses indícios não pode levar a um entendimento de atuação política da PF?*

Troncon: Se a polícia lá na época em que os primeiros diálogos suspeitos foram identificados —logo, em um período pré-eleitoral—, tivesse dado publicidade a isso, aí sim poderia ser acusada de politização. Porque se um fato como esse é divulgado momentos antes da eleição, não tem nada a ver com a melhor técnica investigativa e poderia estar servindo a interferir no processo eleitoral, o que não foi feito. A PF conduziu essa investigação por mais de um ano e ela só se tornou pública agora.

Valor: *Por que então a repercussão passou a ser mais política do que financeira?*

Troncon: O objetivo é fomentar essa discussão periférica para tirar a atenção do centro da investigação dos crimes financeiros, já que os resultados são bem robustos: houve prática de crimes financeiros por parte de determinadas pessoas que ocupam cargo de direção na construtora Camargo Corrêa.

Valor: *O senhor acha que isso é uma estratégia de defesa da empresa?*

Troncon: Certamente. Toda a mídia foi pautada por essa questão incidental que não é o objeto da investigação. Poderá ser de uma outra investigação que tramitará na Justiça Eleitoral, mas não é agora. Na decisão, o juiz menciona como questão periférica e subsidiária que há um indício de que pode ter ocorrido crime eleitoral e que isso poderá ser tratado mais adiante. E quem vai tratar é a Justiça Eleitoral. Os advogados de defesa têm acesso pleno a tudo. Se a prova no campo central está robusta, eu vou tentar jogar para o campo político. Foi o que eles fizeram. Esse debate hoje da mídia nada tem a ver com a investigação. O que acho injusto é que vários veículos deem repercussão a uma tese frágil.

Valor: *O senhor acha que há uma tentativa de tirar o caso do juiz Fausto De Sanctis e, como políticos têm foro privilegiado, levar para o STF?*

Troncon: Se a estratégia é essa está equivocada, porque essa investigação em momento algum apura crimes eleitorais e muito menos crimes praticados por pessoas com foro privilegiado. A representação do delegado tem cerca de 300 páginas. O tópico que trata dessa necessidade de melhor apurar se houve algum desvio eleitoral tem 10 páginas. E isso porque ainda reproduz alguns diálogos. O que o delegado escreve é que não há nenhum indício de direcionamento para beneficiar algum partido e que a Camargo Corrêa consta no TSE como doadora oficial de campanhas. Logo, para se acusar eventuais doações ilícitas, antes de qualquer outra providência, tem que ser levada ao conhecimento do TSE para verificação.

Valor: *O senhor acha que houve alteração de conduta da PF entre a Satiagraha e a Castelo de Areia??*

Troncon: No ano passado a PF realizou, salvo engano, 288 operações. A Satiagraha da forma como foi conduzida foi uma exceção absoluta. Foi uma investigação criminal dentre 288. Ela significa 0,003% do que fizemos e a imprensa tem batido que cometemos grandes erros. Se uma pessoa indevidamente se apropria de uma ação da instituição bem sucedida, eventualmente usa isso para fazer plataforma para se lançar na carreira política, o mérito é dele (fala do delegado que conduziu a Satiagraha, Protógenes Queiroz, que tem pretensões políticas). Mas se essa pessoa age de modo indevido, contrário a toda uma política e metodologia da instituição, aí a culpa é da instituição. É assim que a imprensa tem visto e acho isso injusto. Quando falamos da primeira fase da Satiagraha, o que houve foi, por parte do delegado, o desrespeito a uma série de normas construídas ao longo de anos de experiência e de boas práticas. Desrespeito a dogmas muito importantes para a imensa maioria dos delegados.

> **"Em 2008 a PF realizou 288 operações, mas todas as críticas focam os erros de uma única operação, a Satiagraha"**

Valor: *Quais?*

Troncon: A atividade policial nunca é uma atividade de uma só pessoa, é de equipe. E o preço a pagar para compor essas equipes e fazer o trabalho que a sociedade espera é o anonimato, é não querer capitalizar para si indevidamente ações desenvolvidas por um grupo e pela organização toda. Isso é extremamente malvisto por toda organização. Os grandes heróis da PF não são conhecidos do grande público. Em todos os grandes casos, é um grupo que atua, com escrivães, papiloscopistas, delegados, agentes e peritos. Sozinho não se ganha esse jogo. É um dogma. E esse dogma foi quebrado por esse delegado. Atuou de um modo absolutamente condenável dentro da instituição. A Satiagraha não foi erro de uma instituição, mas de uma pessoa que ao longo de uma determinada trajetória criou uma série de circunstâncias de modo ardiloso e muito bem pensado para criar um fundo de teoria de conspiração, que todo mundo conspirava contra a investigação para justamente manter-se fora dos controles que existem e ao final querer buscar uma plataforma política, que é o que ele está tentando fazer agora. Então não trate a atuação de um servidor policial, equivocada e indevida e que contraria principios métodos e dogmas consagrados na instituição com a atividade de toda a instituição. Na Satiagraha houve esse desvio de atuação. Na Castelo de Areia não teve.

Valor: *O senhor acha que a PF paga pelos erros da Satiagraha?*

Troncon: Paga. Porque uma pessoa pode até se eleger um deputado federal, senador da República, puxando para si, indevidamente uma atividade que é de um grupo, de uma instituição, que tem dogmas e princípios. Agora se ele erra aí é a instituição que paga o preço. Foi o que aconteceu.

Valor: *Uma das acusações que surgem após cada operação da PF é de que há um Estado policialesco.*

Troncon: Acho um absurdo. O modelo brasileiro é dos melhores do controle da polícia. A investigação é conduzida por uma instituição, supervisionada por outra, que é o Ministério Público, e ainda pelo Judiciário. A cada quinze dias o procurador e o juiz recebe relatório e acompanha tudo o que está acontecendo, diferentemente de outros países onde toda investigação é conduzida pelo Ministério Público.

Valor: *Qual a razão das críticas então?*

Troncon: Ontem mesmo vi um rapaz sem camisa preso por ter executado uma moça. Estava o símbolo da polícia e o rapaz algemado sendo apresentado. Suponha que apareça um banqueiro preso sem camisa e algemado, o que tem de diferença entre os dois? A condição sócio-econômica do investigado. O Brasil, como tantos outros países, por tempos, tinha como tradição investigar pessoas de uma determinada camada social para baixo, não para cima. E isso provoca uma reação , que tem eco no Parlamento, em setores políticos e até mesmo em instâncias superiores da Justiça. No fato de ontem, não vi ninguém reclamando. Nenhum político, nenhum juiz de tribunal superior. É algo até natural, em razão dessa forma de interlocução que esses grupos organizados estabelecem com os poderes da República, com a imprensa. Isso cria uma situação díspar. O favelado, como não é representado por nenhuma organização ou grupo social organizado e também não tem dinheiro para contratar bons advogados. Ninguém vai falar pelo direito dele, mas o direito dele é exatamente igual ao do banqueiro.

Valor: *O presidente do STF, Gilmar Mendes, costuma ser um crítico da PF. Como fica a instituição?*

Troncon: Tenho admiração por ele, um magistrado de alto quilate com profundo conhecimento jurídico. Mas enquanto policial federal e cidadão, quando vejo algumas críticas severas acerca da atuação policial, me parece um pouco de desconhecimento, de falar sem uma maior reflexão sobre assuntos que, certamente, se tivesse pleno conhecimento sobre os fatos em que se manifestou no passado, a posição dele seria outra. Me sinto um pouco ressentido, acho um pouco injusto. E talvez a falha seja da PF em não ser mais pró-ativa e levar ao conhecimento dos magistrados e políticos o que verdadeiramente se passa e praticamos no dia a dia. A gente leva isso aqui muito a sério. Eu reputo as críticas mais contundentes, especialmente das altas autoridades da República, a um desconhecimento da realidade do que se pratica aqui no dia a dia e quais são os dogmas inarredáveis que temos para nós mesmos.

Valor: *As principais operações de crimes financeiros pegaram doleiros em vez de banqueiros. Por que eles não costumam ser alvos?*

Troncon: O doleiro hoje não é mais como nos anos 80, quando a instabilidade da economia forçava cidadãos de bem a querer preservar seus recursos comprando dólar paralelo, que até era permitido. Hoje ele é visto como aquele que atua à margem do sistema. Ou tem uma empresa de fachada, uma agência de viagem, ou está fora do sistema. Só que hoje os bons cidadãos não têm mais motivos para procurar um doleiro. Consegue proteger suas reservas, investe em fundo de variação cambial, por exemplo. Esse pessoal está fora do mercado de doleiros hoje em dia. Quem restou? Só os criminosos. Somente os criminosos. Agente público que obtém dinheiro por meio de corrupção, empresário que sonega tributos, narcotraficantes, traficantes de armas, contrabandista, traficante de pessoas. Por isso que a partir desta década se começou uma ação muito forte contra esse mercado negro de câmbio no país, que fomenta e dá meios e mecanismos para as organizações criminosas garantirem a proteção do patrimônio ilícito obtido por meio criminoso.

Valor: *Mas não há bancos que atuam com doleiros para clientes que querem enviar recursos ao exterior livre de tributos?*

Troncon: A PF investiga fatos, não pessoas. Não selecionamos nossos alvos, a lei não permite isso. As informações de crimes relacionadas aos grandes bancos do Brasil elas pura e simplesmente não existem. Sobre os grandes bancos, e estou falando com base em dados estatísticos, não tivemos nenhuma investigação. Nem no curso dessas investigações, e as fontes de informação são variadas: Receita Federal, CGU, TCU, Previdência, Comissão de Valores Imobiliários, entre outras tantas. Nem do Banco Central. Até porque suspeito que um grande banco tem muito a perder com dano à imagem. O que significa um segmento de privatre banking para Itaú, Bradesco, Banco do Brasil? É importante, mas nas operações totais é pequena. Agora, no dia a dia, e isso a gente trata com muita cautela, gerentes de determinadas agências bancárias que têm metas a cumprir de captação de recursos e tudo o mais e aí fica uma relação perniciosa porque, nesse afã de cumprir a meta e até de buscar progressão de sua carreira, ele começa a ir além do que a lei permite. Mas em nenhum desses casos se verificou uma ligação do comando da instituição, da diretoria. O que ficou provado ao mesmo tempo é que são ações pontuais ou de favores diretos que o gerente da instituição recebe ou até mesmo buscando essa projeção. A gente tratou com maior cautela pontualmente para circunscrever a conduta de quem a praticou, ao gerente e ao responsável local, e não levar para uma política institucional porque nunca foi provado.

Valor: *E bancos estrangeiros?*

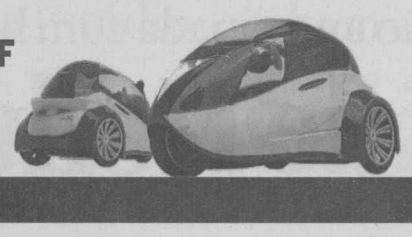
Troncon: Houve um caso em que se se verificou uma atuação realmente pró-ativa do banco estrangeiro com seus representantes aqui. Na verdade ele desenvolvia segmento de private banking, mas direcionado para um publico brasileiro que tem dinheiro não declarado com origem ilícita. Eles promoviam esse serviço em que a pessoa abria uma conta e a movimentava sem sair do Brasil, algo totalmente contrário às politicas e leis brasileiras que regem o sistema financeiro. Nesse caso, os diretores foram indiciados e o recado que ficou é que, se outras instituições financeiras estrangeiras fizerem o mesmo, estão sujeitas a sofrerem ações cada vez mais duras.

Imperdível. 21 e 22 de maio.
O maior evento de crédito e serviços de marketing da América Latina.
CREDIT AND MARKETING VISION2009
Serasa Experian
Você tem um ENCONTRO marcado com Nouriel Roubini.
cmvision2009.com.br

Empresas & Tecnologia

EADS tenta manter vivo o A400M B7

O triciclo Trivia garantiu prêmio do IF Design a estudantes brasileiros B5



OMINT
1967
ANS - n.º 35966-1

Estratégia Essilor e Carl Zeiss investem para atender demanda por óculos, que está 15% maior

Indústria de lentes eleva produção

Roberta Campassi
De São Paulo

A Essilor e a Carl Zeiss Vision, as duas maiores fabricantes de lentes para óculos no Brasil, vão expandir a produção em 2009 e investir em infraestrutura para maximizar o valor de seus produtos. As empresas avaliam que quem precisa de óculos não deixará de gastar com eles, apesar da desaceleração econômica.

A Essilor, multinacional francesa fabricante das lentes Varilux, entre outras, ampliará em 25% a produção em sua fábrica em Manaus, de 20 milhões de lentes ao ano para 25 milhões — no mundo, a empresa é líder com produção de 220 milhões anualmente. O objetivo é atender a demanda no mercado brasileiro e também as exportações para América Latina, países asiáticos e outros como Austrália e Canadá, que recebem 20% do total de lentes fabricado no Brasil.

Já a alemã Carl Zeiss elevará a produção em sua fábrica de Petrópolis (RJ) em cerca de 15% até o fim do ano, especialmente para compensar o fechamento de uma planta na Venezuela em 2008. Com isso, a capacidade produtiva chegará próxima ao limite e uma expansão de infraestrutura será feita em 2010, afirma Marcelo D'Anna, gerente de marketing da companhia para América Latina. A empresa não revela o tamanho de sua produção brasileira.

Além de fabricar mais, as companhias estão preocupadas também em "agregar valor" às lentes — para usar o jargão do mundo empresarial.

Nesse sentido, a Essilor no Brasil iniciou em 2008 uma estratégia de compra de laboratórios óticos. São esses laboratórios que adquirem as lentes semiacabadas das fabricantes, modificam-nas conforme a necessidade do usuário final e entregam-nas às óticas, que por sua vez vendem os óculos montados. Ou seja, eles são intermediários que retêm parte significativa do valor gerado na cadeia produtiva.

Em 2008, a Essilor comprou o controle do laboratório Unilab, em Fortaleza, e de dois outros laboratórios em São Paulo, que foram unidos sob o nome Technopark e atendem todo o território paulista. Agora, a companhia parte em busca de novas compras. "Temos negociações em andamento. Nossa prioridade é atender praticamente todas as maiores cidades brasileiras", afirma Thomas Bayer, presidente da Essilor no Brasil.

Esse movimento de ganhar posições na cadeira produtiva vai beneficiar o consumidor, diz Bayer, na medida em que o tempo de fabricação da lente vai cair. Em algumas regiões o tempo de entrega da lente é de até duas semanas e o objetivo da Essilor é reduzi-lo para até cinco dias, segundo o executivo.

Igual estratégia foi usada pela Carl Zeiss há três anos, quando adquiriu a rede Quality Lab e o Meister Haus. Hoje, a empresa tem 15 laboratórios no Brasil. "É um ótimo canal para escoar novos produtos às óticas", conta D'Anna.

Outra forma de valorizar a lente é a aplicação de diversos tipos de tratamento, entre os quais o antirreflexo, que aumenta a resistência e a transparência da lente, além de melhorar o conforto para os olhos. Tanto a Carl Zeiss quanto a Essilor vão aportar recursos para aumentar o número de centros próprios onde as lentes recebem esses tratamentos.

Para honrar todo o plano — ampliação da fábrica, aquisições e novos centros — a Essilor tem R$ 45 milhões disponíveis, mais do que os R$ 30 milhões em 2008. A companhia espera crescer 20% no Brasil, em 2009, após realizar esses investimentos. "Somos um setor privilegiado", diz Bayer. "Óculos são um investimento relativamente baixo."

Dados da Associação Brasileira de Produtos e Equipamentos Ópticos (Abiótica) mostram que o setor cresceu 32% em 2007 e 23% em 2008. "Em janeiro e fevereiro deste ano, crescemos cerca de 15%. Estamos tendo mais trabalho para vender, mas o movimento continua forte", afirma Bento Alcoforado, diretor-executivo da entidade.

Os trunfos da indústria de óculos em meio à crise, segundo ele, são o fato de que esse objeto é uma necessidade, virou item de moda e é encontrado numa ampla gama de preços. Hoje, é possível comprar um modelo de R$ 80 — para quem tem baixa miopia e opta por armação simples — ou óculos que custam nada menos do que R$ 10,7 mil e levam a mais alta tecnologia.

"Quem trabalha só com armações, contudo, pode estar sentindo mais a crise, porque as pessoas precisam trocar o grau das lentes, mas não necessariamente a armação", afirma D'Anna, da Carl Zeiss.

SILVIA COSTANTI / VALOR

Bayer, da Essilor, que vai aplicar R$ 45 milhões no Brasil e espera crescer 20%

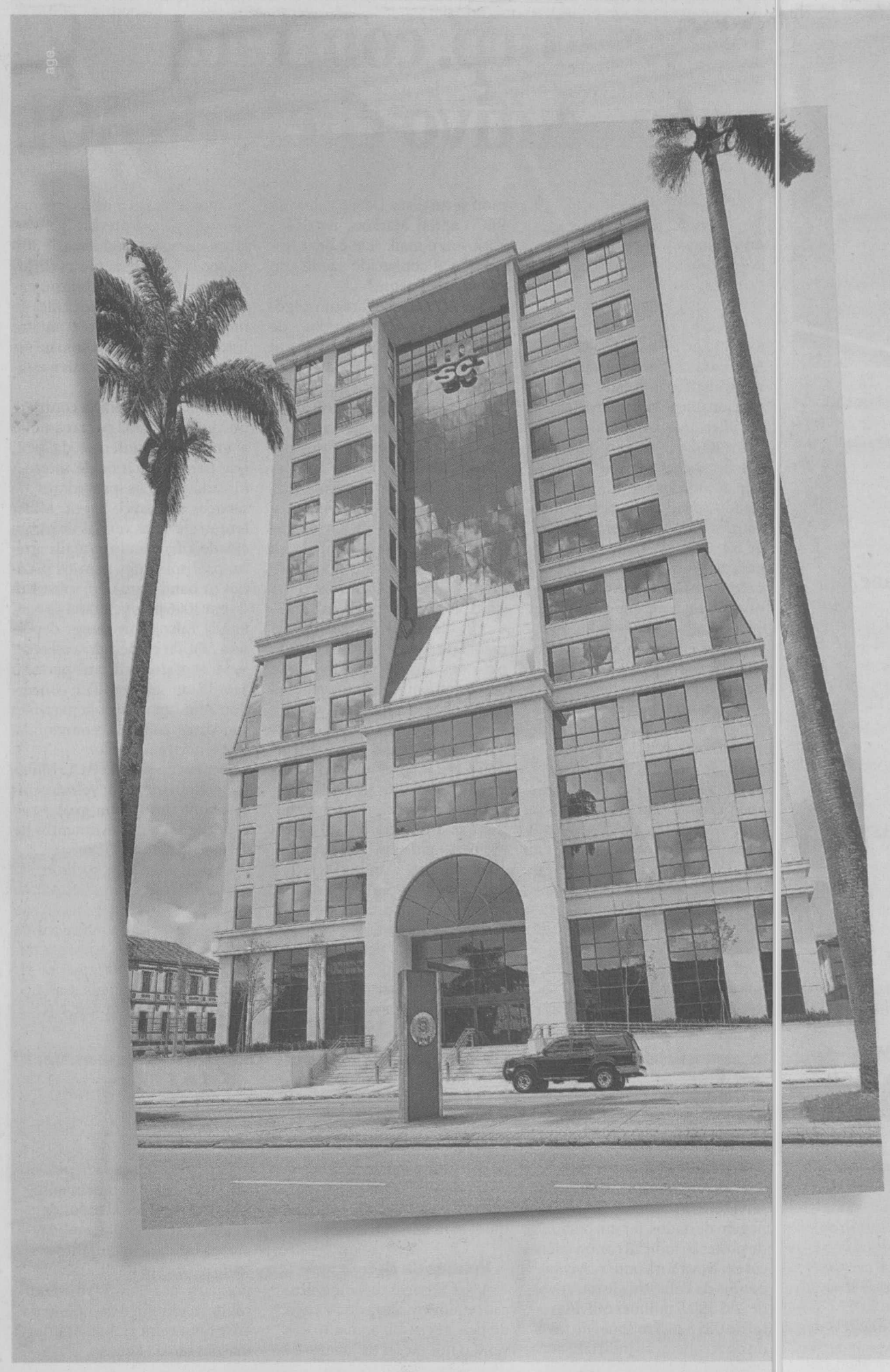
Destaque

Toshiba e Panasonic

A japonesa Toshiba vai fechar no dia 28 um negócio de US$ 20,2 milhões para comprar a participação de 40% que a Panasonic tem na joint venture Toshiba Matsushita Display Technology, fabricante de telas de cristal líquido. Com isso, a empresa passará a ser chamada Toshiba Mobile Display e será dedicada à produção de uma tela "orgânica", que é mais fina, mais brilhante e consome menos energia que os modelos existentes, informou a Bloomberg.

Índice

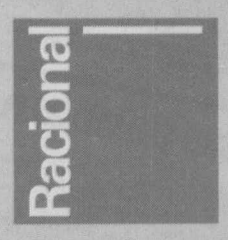
Tecnologia&Comunicações B2 e B3
Serviços B4
Tendências&Consumo B4 e B5
Indústria B6, B7, B8 e B9
Agenda tributária B9
Movimento falimentar B9
Commodities B10
Agronegócios B11 e B12



www.racional.com

Credibilidade e excelência.
Entendeu por que a MSC
confiou à Racional a construção
de sua sede em Santos?

Projeto e Gerenciamento:
athie | wohnrath



Entretenimento Estúdios acabam com acordos que previam remuneração antecipada com base na bilheteria

Crise afeta salários de estrelas de Hollywood

Lauren A.E. Schuker
The Wall Street Journal

Com a necessidade de cortar custos em tempos magros, Hollywood decidiu espremer seus astros. Durante quase dez anos, as maiores estrelas de Hollywood conseguiram obter acordos chamados de "primeiros dólares da bilheteria", nos quais recebiam uma porcentagem — às vezes de até 20% — da receita de um filme, mesmo que este acabasse fracassando e dando milhões de dólares de prejuízo ao estúdio.

Agora esses acordos se tornaram vítimas do menor número de filmes que os estúdios estão produzindo. Para dois novos projetos, a Paramount Pictures, da Viacom, acabou com esses acordos, embora tenha conseguido contratar atores populares. Em "Dinner for Schmucks", refilmagem com Steve Carrell do francês "O Jantar dos Malas", e "Morning Glory", com Harrison Ford, os atores aceitaram outro tipo de acordo, o chamado "back-end", no qual recebem uma parte da receita bruta, mas só depois que o estúdio recuperar os custos da produção. Os dois astros haviam conseguido contratos de "primeiros dólares" antes para seus filmes. O estúdio também conseguiu fechar um acordo "back-end" com o diretor de "Dinner for Schmucks", Jay Roach.

"Os dias (...) em que as estrelas conseguiam tudo o que queriam, e os honorários eram astronômicos – esses dias já se acabaram, para todo mundo", diz Eric Gold, produtor e administrador que representa grandes estrelas como Jim Carrey e Ellen DeGeneres. "Você pode ser um ator quentíssimo em Hollywood, mas se as condições econômicas não corresponderem, isso não significa mais nada. (...) Os estúdios estão se retraindo e precisam trabalhar com as margens de lucro."

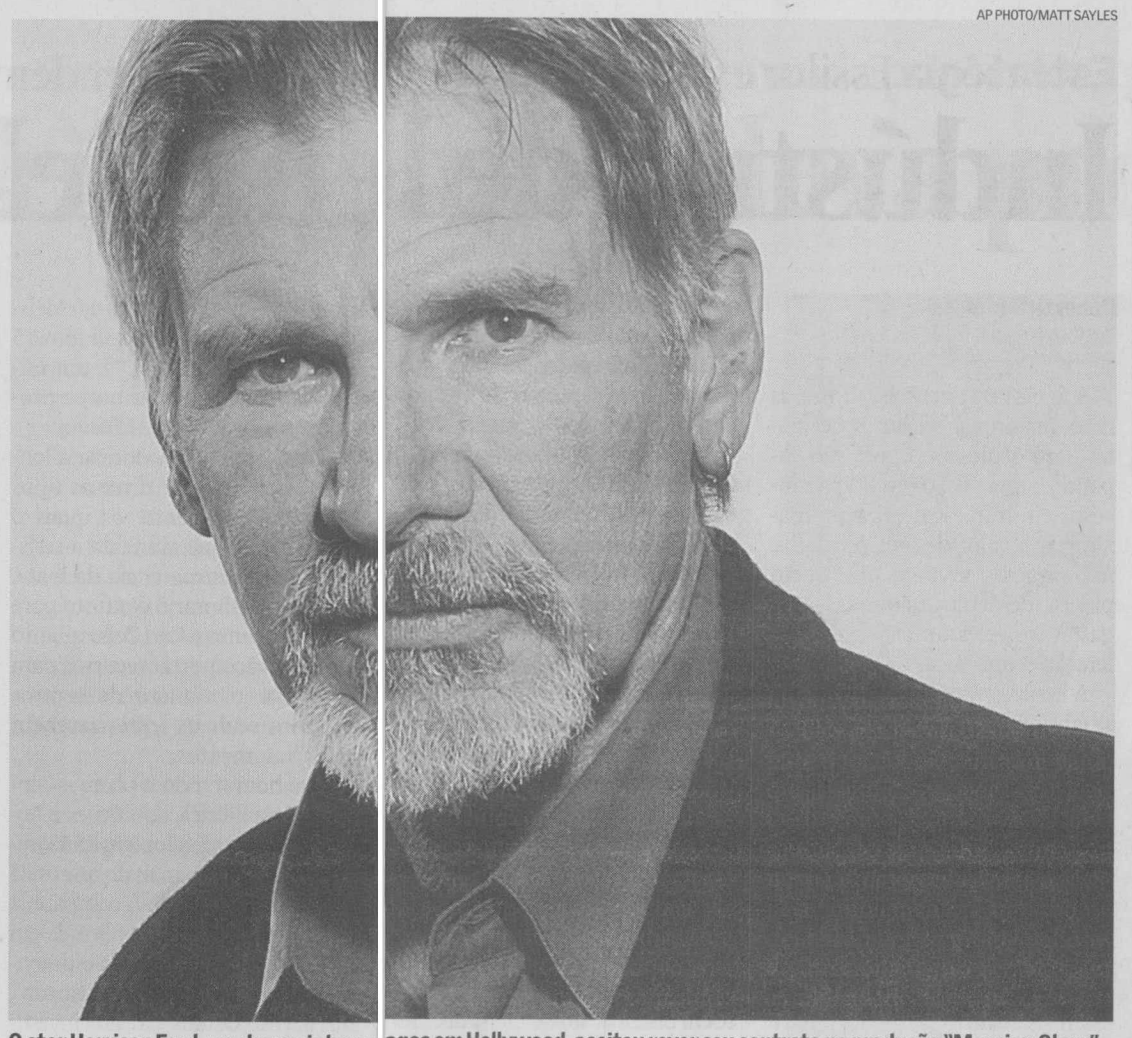
As estrelas de Hollywood continuam recebendo belos salários. Por exemplo, em "Schmucks", que custou a modesta quantia de US$ 65 milhões, Roach e Carrell vão receber adiantamentos entre US$ 10 milhões e US$ 15 milhões cada um. Mas, ao adiar os pagamentos referentes à bilheteria até depois que o filme conseguir se pagar, a Paramount cortou cerca de US$ 5 milhões dos custos de produção do filme.

A Universal Pictures, que pertence à General Electric, tomou uma medida semelhante em relação a um filme de Robin Hood de grande orçamento, ainda sem título, a ser lançado em 2010, dirigido por Ridley Scott e estrelado por Russell Crowe. Segundo pessoas a par desse projeto, que num momento tinha o título provisório de "Nottingham", nenhum astro assinará acordos de fatia inicial, embora o elenco inclua algumas das estrelas mais bem pagas de Hollywood. Isso ajudou o estúdio a baixar o orçamento do filme — que já ameaçava elevar-se a US$ 175 milhões — para US$ 130 milhões.

Há muito os estúdios consideram esses acordos de "primeiros dólares" uma extravagância do setor, capaz de dar altos prejuízos, mesmo concordando em segui-lo. Ao garantir uma generosa remuneração para as estrelas, seja qual for o lucro do filme, os estúdios acabavam assumindo a maior parte dos riscos.

Isso não apresentava grandes problemas durante os anos em que era fácil financiar filmes de grande orçamento e as vendas de DVDs cresciam a um ritmo acelerado de dois dígitos. Mas recentes mudanças na indústria cinematográfica colocaram os estúdios sob uma pressão que não sentiam há muitos anos. Embora a receita das bilheterias tenha subido nos últimos meses, as vendas de DVD estão começando a encolher, privando Hollywood de uma de suas fontes de renda mais lucrativas. Além disso, os bilhões de dólares que Wall Street despejou na indústria nos últimos anos também secaram, obrigando os estúdios a reduzir seus orçamentos de produção.

AP PHOTO/MATT SAYLES



O ator Harrison Ford, um dos mais bem pagos em Hollywood, aceitou rever seu contrato na produção "Morning Glory"

Agora, os estúdios não podem mais continuar aceitando essa aposta arriscada. "Duplicidade", um policial com Julia Roberts, chegou aos cinemas no último dia 20 mas não teve bom desempenho até agora, faturando apenas US$ 27 milhões nas bilheterias americanas até o momento. A Universal Pictures está arriscada a perder dinheiro nesse filme, que custou US$ 60 milhões, ao passo que Julia Roberts tem a garantia de que vai receber vários milhões de dólares.

Abrir mão dos acordos de primeiros dólares não implica que os atores acabarão necessariamente com menos dinheiro, desde que os filmes tenham bom desempenho. No passado, Jim Carrey fez acordos para receber uma fatia inicial da bilheteria e comissões adiantadas de mais de US$ 20 milhões para filmes como "As Loucuras de Dick e Jane".

Mas ele aceitou um contrato de risco em seu último filme, "Sim Senhor!", lançado em dezembro. Ele abriu mão da parcela inicial da bilheteria e não recebeu nenhum dinheiro antecipado, em troca de um acordo considerável de "back end", que incluiu uma participação de 33% sobre os direitos do filme.

Caso o filme tivesse sido um fracasso, Carrey teria recebido uma fração de seus honorários tradicionais. O filme acabou tendo boa bilheteria, embora não tão alta quanto o estúdio esperava. Mas Carrey faturou cerca de US$ 35 milhões com o acordo — uns US$ 5 milhões a mais do que conseguiria se não tivesse aberto mão de seu adiantamento, segundo Gold, um de seus empresários, que ajudou a elaborar o contrato com a agência Creative Artists Agency e o estúdio.

No passado, os estúdios tinham dificuldade em reagir contra os altos salários para atores e diretores. Com tantos filmes produzidos, as grandes estrelas poderiam escolher a dedo os projetos e exigir pagamentos exorbitantes. Os estúdios começaram a obter mais bilheteria fora dos EUA, onde o nome de um grande ator era ainda mais importante para garantir o sucesso de um filme.

"Com o capital escasso, as leis fundamentais se aplicam também a Hollywood, e os custos da produção, tais como os acordos com os atores, precisam baixar", diz Bob Zochowski, advogado especializado na indústria do entretenimento, que já foi encarregado de conseguir financiamentos para estúdios como 20th Century Fox e The Weinstein Co.

Leia na página C4 mais conteúdo do **THE WALL STREET JOURNAL**

Assine o Valor e tenha acesso imediato.

Assinando o jornal Valor Econômico pelo nosso site, você já passa a ter acesso a todo o conteúdo do Valor Online.

Acesse:
www.valoronline.com.br/assine

Se preferir, ligue:
(11) 2199-2199 (Grande São Paulo)
0800 701 8888 (demais localidades)

Valor ECONÔMICO

News Corp. contrata ex-executivo-chefe da AOL

Internet

Andy Fixmer e Sarah Rabil
Bloomberg, de Los Angeles e Nova York

A News Corp. contratou Jonathan Miller, ex-executivo-chefe da AOL, para chefiar sua unidade de mídia digital, incluindo o site de relacionamento social MySpace.

Miller, que comandou a AOL entre 2002 e 2006, responderá ao executivo-chefe da News Corp., Rupert Murdoch, segundo comunicado divulgado ontem pela empresa nova-iorquina. Miller, de 52 anos, também supervisionará os sites da News Corp. e a participação que a empresa possui no Hulu.com, que exibe filmes e programas de TV completos.

Com a indicação, Murdoch coloca as operações digitais da News Corp. sob o comando de um único executivo. O executivo-chefe de 78 anos vem reorganizando a administração, já que o presidente da empresa, Peter Chernin, prepara-se para deixar o cargo após 12 anos como segundo em comando. Miller trabalhará com as divisões da companhia em suas estratégias de internet, além de chefiar as operações on-line, que também incluem os sites IGN, de jogos, Photobucket, de compartilhamento de fotos, e Jamba, uma loja de mídia para aparelhos sem fio.

"Miller é uma boa opção", afirmou o analista David Bank, da RBC Capital Markets, em Nova York, em e-mail. "Ele é bem respeitado e conhecido como um sujeito inteligente."

O executivo chefiará um negócio que rendeu vendas de US$ 2,99 bilhões no ano fiscal passado, cerca de 9% da receita total do grupo. As operações com mídias interativas da News Corp. quase triplicaram de tamanho desde 2005, antes da aquisição da MySpace.com. A rede de relacionamento social foi ultrapassada pelo Facebook em número total de usuários em abril.

"Eles perderam bastante força para o Facebook", afirmou Bank, que classifica as ações da News Corp. como "outperform", indicando desempenho acima da média do mercado. "Mas o MySpace implementou um monte de ferramentas muito valiosas de direcionamento de alvo para a publicidade."

Peter Levinsohn, que comandou a Fox Interactive Media desde 2006, voltará ao estúdio de filmes da News Corp. para chefiar a distribuição digital e pela internet, em um novo cargo, abaixo de Jim Gianopulos e Tom Rothman, copresidentes da Fox Filmed Entertainment, de acordo com a companhia.

A porta-voz da News Corp., Julie Henderson, afirmou, em e-mail, que a companhia não fará mais comentários sobre assunto além do comunicado. Em 5 de fevereiro, a News Corp. havia previsto que o lucro operacional cairá cerca de 30% no ano fiscal que se encerra em junho. A empresa contabilizou encargos de US$ 8,4 bilhões, antes de impostos, no segundo trimestre fiscal para refletir o declínio no valor de ativos, como jornais e estações de televisão.

A Time Warner havia contratado Miller em 2002 para reanimar a unidade de internet da AOL, que perdia usuários de internet discada para os provedores de serviços de banda larga. Miller tentou elevar as vendas de publicidade oferecendo e-mails gratuitos e softwares para os usuários de banda larga. Foi substituído em 2006 pelo veterano da NBC Randy Falco, dois meses depois de a AOL ter começado a oferecer serviços gratuitos. Como parte do acordo de saída, Miller concordou com uma cláusula para não concorrer contra a companhia, que venceu em março.

Depois de sair da AOL, Miller foi cofundador do Velocity Investment Group, um grupo nova-iorquino de investimentos de capital de risco.

Em julho de 2008, o bilionário Carl Icahn indicou Miller para o conselho de administração do Yahoo, em tentativa malsucedida de forçar a venda da empresa, dona da segunda ferramenta de busca na internet mais usada no mundo, para a Microsoft.

Curtas

Recuperação judicial

A Silicon Graphics, que produz servidores e produtos de armazenagem de dados, fez um pedido de proteção judicial contra falência em Nova York ontem. A companhia da Califórnia listou ativos de US$ 390,5 milhões e dívida total de US$ 526,5 milhões no pedido de recuperação judicial. Segundo informações da Reuters, a companhia relacionou a Voltaire, a Intel Americas e a Qimonda como seus maiores credores.

Vendas da Net

A Net Serviços de Comunicação, maior empresa de TV paga do país, registrou aumento nas vendas nos meses de janeiro e fevereiro em relação ao primeiro bimestre de 2008, movimento que se repetiu até meados de março. A companhia também afirma estarem inalterados o "churn" (índice de desistência por parte dos clientes) e os índices de inadimplência, apesar da crise financeira global. As informações são da Reuters.

A B D E G H

Equipamentos Leitor de código de barras é produzido no interior de SP

Motorola traz fabricação de scanner para o Brasil

Talita Moreira
De São Paulo

É quase impossível dissociar a marca Motorola dos aparelhos de celular, mas são leitores de código de barras que, agora, começam a sair da fábrica da empresa em Jaguariúna (SP).

Não, a companhia americana não deixou de produzir telefones móveis — embora esteja declaradamente buscando alternativas para sua mais notória (e deficitária) divisão de negócios. Mas, com a produção de scanners, a Motorola dá um novo passo para diversificar suas atividades no Brasil.

A expansão dos negócios teve início no ano passado, quando a empresa começou a fabricar módulos sem fio (equipamentos usados em rastreadores de veículos e sistemas de telemetria, por exemplo). E pode ganhar um novo capítulo nos próximos meses: está em análise a produção dos chamados coletores de dados, computadores de mão usados por vendedores ou funcionários de campo que precisam medir o consumo de alguma coisa.

"Não podemos nem iremos falhar", afirma Vanderlei Ferreira, diretor-geral de mobilidade corporativa da Motorola para a América Latina. "As oportunidades existem e estão aí."

Até agora, toda a produção de scanners da companhia estava concentrada nos Estados Unidos. No entanto, o crescimento da demanda por equipamentos de automação comercial na região — especialmente entre as pequenas e médias empresas — levou a Motorola a fabricar os leitores de códigos de barras em sua unidade brasileira. Por enquanto, será fabricado em Jaguariúna um modelo de scanner a laser (do tipo usado nos caixas de supermercados), cujo início das vendas está previsto para a próxima semana.

A ideia é distribuir 75% da produção no mercado interno e o restante na Argentina e no Chile, num primeiro momento. Mas a expectativa de Ferreira é de que a participação do Brasil se reduza para cerca de 50% nos próximos dois anos.

Não existem dados oficiais, mas a Motorola estima que o mercado de scanners movimente 250 mil unidades por ano no Brasil. Desse total, 30% são leitores a laser, como os que a empresa passou a fabricar no Brasil. Ferreira diz que a companhia tem 25% desse segmento e a meta é pelo menos dobrar a participação.

Não foram a turbulência na economia nem os problemas da Motorola que levaram a empresa a investir na fabricação desses equipamentos no país, segundo Ferreira. "Os estudos para a produção local começaram em 2007, antes da crise. A decisão foi tomada porque existe demanda pelo produto. É um mercado crescente", ressalta.

É inegável, contudo, que a estratégia vem a calhar para a Motorola neste momento. A divisão de negócios chamada de mobilidade corporativa tem sido a mais rentável para a empresa.

No último trimestre de 2008, foi a única área cujas vendas globais cresceram. Enquanto a receita total da empresa caiu 26% em relação ao quarto trimestre de 2007, para US$ 7,1 bilhões, o faturamento da unidade de mobilidade corporativa cresceu 4%, chegando a US$ 2,2 bilhões, com lucro operacional de US$ 466 milhões.

A Motorola enfrenta imensos desafios em sua unidade mais tradicional, de celulares. A companhia já vinha perdendo participação no mercado mundial quando a crise econômica estourou, agravando o cenário. A situação no Brasil segue a mesma linha, ainda que com menor intensidade.

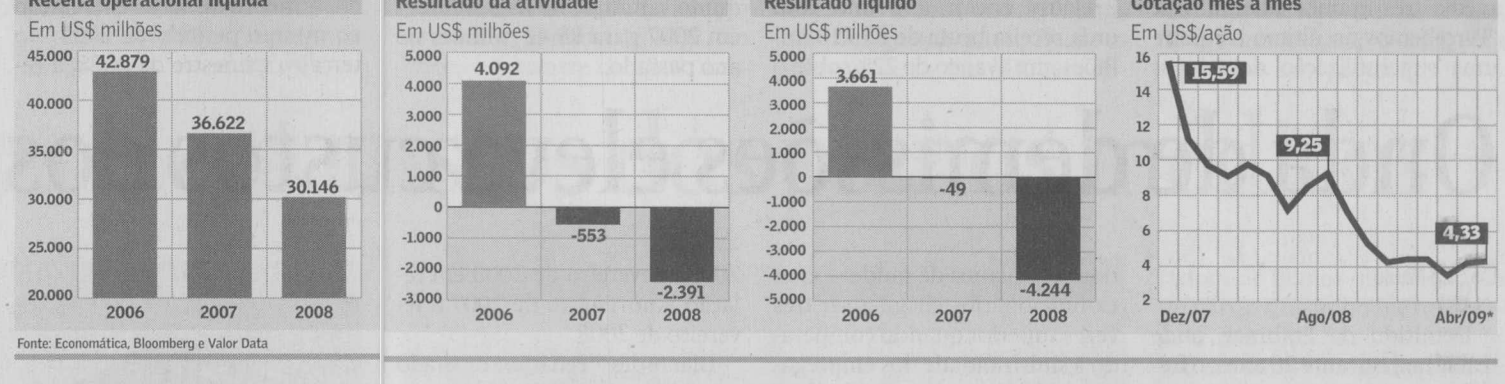
Alguns acionistas têm pressionado a fabricante americana a vender a divisão de celulares, mas o executivo-chefe da empresa, Greg Brown, disse recentemente que a piora no desempenho dessa área de negócios suspendeu, por enquanto, os planos de cisão. Há cerca de um mês, ele apresentou uma nova estratégia de recuperação da unidade de celulares, apoiada na produção de aparelhos mais sofisticados e no uso do sistema operacional Android, desenvolvido pelo Google.

Ferreira avalia que a turbulência na economia, longe de atrapalhar, pode até colaborar com as vendas dos scanners no mercado brasileiro. "As empresas têm de reduzir custos, mas não vão deixar de investir em tecnologias que melhorem processos e aumentem a eficiência", afirma. As vendas do leitor que a Motorola começou a fabricar no Brasil cresceram 59% no ano passado e a aposta do executivo é de que vão repetir esse percentual em 2009.

ANNA CAROLINA NEGRI/VALOR

Vanderlei Ferreira, diretor de mobilidade corporativa da Motorola: aposta na demanda por automação comercial das pequenas e médias empresas

Desafio
Crise na unidade de celulares piora desempenho da Motorola



Fonte: Economática, Bloomberg e Valor Data

Ameaça do Conficker eleva busca por proteção

Segurança

Manuela Rahal
De São Paulo

A ameaça virtual Conficker, também conhecida como Downadup, vem comprometendo a segurança de computadores e redes ao redor do mundo desde novembro do ano passado. Na terça-feira, o anúncio de uma suposta atualização do vírus, por parte de grandes companhias do segmento de antivírus, gerou um clima de tensão generalizada. O movimento ocorrido ontem, no entanto, foi bem diferente da expectativa do setor.

Esperava-se que mais máquinas fossem afetadas ontem, dia 1º de abril, além das cerca de 12 milhões que já foram atingidas em todo mundo, de acordo com dados da companhia americana McAfee. O que aconteceu foi um aumento na busca por ferramentas que pudessem proteger ou corrigir os computadores, tanto corporativos como de usuários domésticos, por conta do alarde e de uma série de notícias sobre o assunto. "Só na terça-feira, percebemos um aumento de 65% na procura por testes de verificação do Conficker no nosso site", afirma José Matias, gerente de suporte técnico da McAfee.

O Conficker ataca uma vulnerabilidade específica do sistema operacional Windows. A Microsoft, no entanto, tem realizado um trabalho junto aos seus clientes para que sejam tomadas as medidas necessárias. De acordo com Djalma Andrade, gerente de segurança da Microsoft Brasil, 32 milhões de downloads da atualização que corrige essa falha no sistema Windows foram realizadas desde novembro, só aqui no Brasil.

A companhia chegou a anunciar, na terça-feira, uma recompensa no valor de US$ 250 mil por informações que levem à prisão e condenação dos responsáveis pela distribuição ilegal desse código mal-intencionado. Segundo Andrade, esse tipo de ação já foi feita antes pela Microsoft e o resultado foi positivo.

Outra companhia do setor, a Symantec, também não detectou problemas com o vírus ontem, mas continuará o monitoramento nos próximos dias. André Carreretto, engenheiro de sistemas da Symantec, acredita que o fato de o vírus ser transmitido pela internet fez com que ganhasse popularidade na mídia. Desta forma, as pessoas tiveram tempo para se preparar contra o código malicioso. "Esse vírus é totalmente diferente dos que observamos nos últimos dois anos, ele veio para causar bagunça", diz.

Taiwan Memory fecha acordo com Elpida para desenvolvimento de chips

Memórias

Robin Kwong
Financial Times, de Taipé

A companhia estabelecida pelo governo de Taiwan para reestruturar o problemático setor de chips D-Ram (memórias de acesso direto) do país disse ontem que vai se associar à Elpida do Japão em um ambicioso plano voltado para a criação de novos mercados para os fabricantes de chips de memória.

O chip de memória D-Ram, desenvolvido há 16 anos, é um componente-chave dos computadores pessoais, mas se tornou um produto em grande parte "commoditizado".

Os fabricantes de Taiwan, que não possuem tecnologias próprias para desenvolver os produtos D-Ram, estão vendo suas margens encolherem e os lucros despencarem face a um excesso de oferta do setor que foi agravado pela recessão econômica.

Ontem, o presidente do conselho de administração da recém-criada Taiwan Memory, John Hsuan, disse que começará a pesquisar novas versões de D-Ram que poderão ser usadas em uma categoria mais ampla de produtos, incluindo telefones celulares. O D-Ram não continuará mais sendo "apenas uma substituição de soquete", disse ele.

Sob a parceria, a Elpida vai transferir direitos de propriedade intelectual e pessoal de pesquisa e desenvolvimento para a Taiwan Memory. Em troca, o governo de Taiwan poderá injetar capital na terceira maior fabricante de D-Ram do mundo.

Hsuan disse que a Taiwan Memory vai contratar uma equipe de 800 pesquisadores e projetistas, mas a companhia não terá nenhuma capacidade de produção.

Em vez disso, ela vai contratar empresas taiwanesas para a fabricação de seus produtos com o uso de novas tecnologias que a Taiwan Memory então venderá para seus clientes. "A Taiwan Memory vai manter o controle dos produtos", disse ele.

A Micron dos Estados Unidos, a quarta maior fabricante de D-Ram do mundo e concorrente da Elpida, também demonstrou interesse em se unir aos esforços de desenvolvimento da Taiwan Memory. No entanto, a Micron ainda precisa da aprovação da Nanya, sua sócia em Taiwan, com a qual tem uma joint venture, para fazer isso.

O plano fica aquém de um amplamente esperado socorro para as fabricantes de D-Ram de Taiwan. No entanto, Hsuan disse que o setor como um todo vai se beneficiar se sua companhia, na qual o governo prometeu ter um controle de menos de 50%, tiver sucesso na exploração dos novos produtos.

"Não recebi a consolidação do setor como uma missão e não tenho interesse nisso", disse Hsuan, acrescentando que o governo de Taiwan está "de olho" nos problemas mais imediatos do setor doméstico, de pagamento de dívidas e necessidade de consolidação.

As companhias de D-Ram, como a sul-coreana Samsung, vêm tentando há anos ampliar seus mercados para a área de telefones celulares. Mas os produtores vêm tendo seus esforços frustrados pela falta de uma tecnologia padronizada. FT

DATAPREV - EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Ministério da Previdência Social

BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL

CONSULTA PÚBLICA

A DATAPREV, buscando subsidiar futura contratação, necessita identificar empresas capacitadas para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, sem reposição de peças, para o sistema de acesso EN2000, instalados no Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília.
Para o cadastramento dos interessados é necessário a apresentação do Contrato Social; 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, registrado no Conselho de Classe correspondente, comprovando a realização de serviços de manutenção no Sistema Ensec EN2000; Certidão Negativa de Débitos e o Certificado de Regularidade do FGTS.

As Visitas Técnicas e a entrega da documentação em envelopes lacrados, poderão ser realizadas até o dia **22 de abril de 2009**, a serem agendadas nos locais abaixo:

- **Rio de Janeiro - Rua Álvaro Rodrigues, sala 1101 - Botafogo/RJ**.
  Divisão de Serviços Gerais - DISG
  Contato: Luiz Renato Figueira da Silva – (21) 3578-7960
  Gilmar de Assis Costa – (21) 3578-7863
- **São Paulo – Rua Manoel Vitorino, 343 – Brás – São Paulo-SP**
  Divisão de Infraestrutura e Logística – D3IL
  Contato: Valter Clementino – (11) 2799-5323
- **Distrito Federal – SAS Quadra 01, Bloco E – Brasília-DF**
  Divisão de Administração e Apoio de Serviços Gerais - DIAD
  Contato: Márcia Rodrigues da Rocha – (61) 3262-7270

A Sessão Pública realizar-se-á dia **23 de abril de 2009**, às 10 horas, em videoconferência, endereços mencionados acima.

As empresas cadastradas e documentadas receberão cópia do Termo de Referência para fins de apresentação de estimativa de preços.

INFORMAÇÃO RELEVANTE

O **Clube de Investimento dos Ferroviários da SUDFER (Clube SUDFER)**, na qualidade de acionista minoritário da MRS Logística S.A. (concessionária da Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA), vem a público, apresentar os seguintes esclarecimentos:

1. A CVM (Comissão de Valores Mobiliários) marcou para o próximo dia 5 de maio o julgamento de 29 conselheiros e diretores da MRS Logística S.A., além de seus acionistas controladores - CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), MBR (Minerações Brasileiras Reunidas S.A.) e Companhia Vale do Rio Doce -, acusados de irregularidades administrativas, conforme Processo Administrativo Sancionador 14/05.

2. O Clube SUDFER informa que o julgamento acontecerá nove anos após ter ingressado com a primeira denúncia na CVM dando conta da danosa política tarifária adotada na MRS Logística S.A. no que diz respeito aos interesses dos sócios minoritários.

3. Em vista ao exposto acima e considerando os recentes acontecimentos mundiais, fica patente a necessidade de se colocar termo ao processo, diferenciado na história da CVM, através do termo de compromisso ou com punição para desestimular a prática de infrações semelhantes pelos indiciados. É com tal disposição que o Clube SUDFER aguarda ser indenizado pelos prejuízos que lhe foram causados.

Juiz de Fora, 02 de abril de 2009.

João Paulo do Amaral Braga
Diretor Presidente do Clube SUDFER

Saúde Fleury e Dasa são beneficiados pois para cada consulta realizada, médicos pedem três exames

Crise aumenta o faturamento dos laboratórios

Beth Koike
De São Paulo

Com a onda de demissões pelo país, mais pessoas estão correndo para os consultórios e laboratórios médicos. Nessa corrida, as operadoras estão vendo seus gastos saltarem. Já os laboratórios não têm do que reclamar.

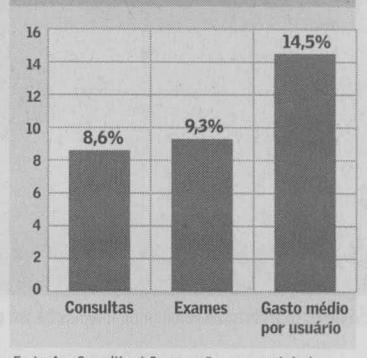
O número de exames laboratoriais cresceu 9,3% após a deflagração da crise, segundo dados da Aon Consulting, uma das maiores consultorias na área de benefícios (ver baixo).

Para cada consulta realizada, os médicos costumam solicitar em média três exames laboratoriais. "Percebemos no último trimestre uma 'superutilização' dos planos por parte dos nossos clientes. Muita gente está com medo de ser demitida e perder o benefício e por isso faz uma série de exames", diz Mauro Figueiredo, presidente do grupo Fleury. Esse fenômeno já pode ser percebido no balanço do último trimestre de 2008 do Fleury.

"Normalmente no quarto trimestre há uma queda expressiva na receita porque é um período de férias, de baixa procura. Mas, dessa vez verificamos uma queda de apenas 3,7% em relação ao terceiro trimestre", afirmou o executivo do Fleury, que registrou um faturamento de R$ 183 milhões entre setembro e dezembro de 2008.

Fleury encerrou o ano com uma receita bruta de R$ 710 milhões, um avanço de 22% sobre o desempenho de 2007. O lucro líquido saltou de R$ 25,3 milhões em 2007 para R$ 42 milhões no ano passado.

Atendimentos médicos
Aumento no período de nov/08 a fev/09



Fonte: Aon Consulting * Comparação com o período de novembro de 2007 a fevereiro de 2008.

FABIANO CERCHIARI/VALOR

Figueiredo, presidente do Grupo Fleury, que encerrou 2008 com receita bruta 22% maior, para R$ 710 milhões

Sua concorrente direta, a Dianósticos da América (Dasa) também teve um quarto trimestre positivo. A receita operacional bruta somou R$ 321 milhões, um crescimento de 28,4% em relação ao mesmo período de 2007. No terceiro trimestre de 2008, a receita foi de R$ 334 milhões.

Tanto Fleury quanto Dasa projetam investimentos generosos.

A Dasa tem um caixa de US$ 200 milhões para aquisições a serem investidos nos próximos três ou quatro anos. Desde a abertura de capital (IPO), em novembro de 2004, a empresa comprou 13 laboratórios. O Fleury, que nos últimos oito anos já adquiriu 21 laboratórios, pretende investir R$ 90 milhões na empresa somente neste ano. Esses recursos serão usados para aquisições e no próprio grupo.

Onda de demissões eleva custos dos planos médicos

De São Paulo

Demitido da Embraer, onde trabalhou durante 20 anos, o fresador de usinagem mecânica Julio Cesar da Silva, sua esposa e seus dois filhos planejam fazer uma série de exames médicos antes de terminar a validade do plano médico, benefício concedido durante um ano para os 4,2 mil demitidos da Embraer. "Pretendo fazer um check-up. Também já falei para minha mulher e dois filhos fazerem o mesmo", disse Silva, 39 anos, cuja esposa, que trabalhava como doméstica na casa de um ex-funcionário da Embraer, também perdeu o emprego no mês passado.

Como a família Silva, outras milhares de pessoas também estão usando muito mais os planos médico e odontológico porque foram dispensadas ou por conta do medo de uma possível demissão. As empresas que descontam uma parcela do plano de saúde em folha de pagamento são obrigadas a manter o benefício entre seis meses a dois anos, após a dispensa do empregado.

Apesar do risco de um passivo futuro, cerca de 35% das mil maiores companhias no Brasil ainda cobram do funcionário um percentual do custo do plano de saúde. Existe esse risco de passivo porque a taxa de sinistralidade — que indica quanto o custo com atendimento de clientes representa da receita das operadoras de planos de saúde — com ex-funcionários chega a ser três vezes superior quando comparado à sinistralidade dos empregados. Além disso, é comum os funcionários que não foram demitidos irem mais ao médico prevendo que podem ser os próximos.

Antes da crise estourar, os gastos médicos com demitidos não eram vistos com tanta preocupação pelas operadoras — eram casos pontuais. Mas, com a onda de demissões, as operadoras já começam a sentir no balanço os efeitos desse maior uso dos planos.

Após o estouro da crise, houve aumento de 9,3% no número de exames e de 8,6% no volume de consultas médicas

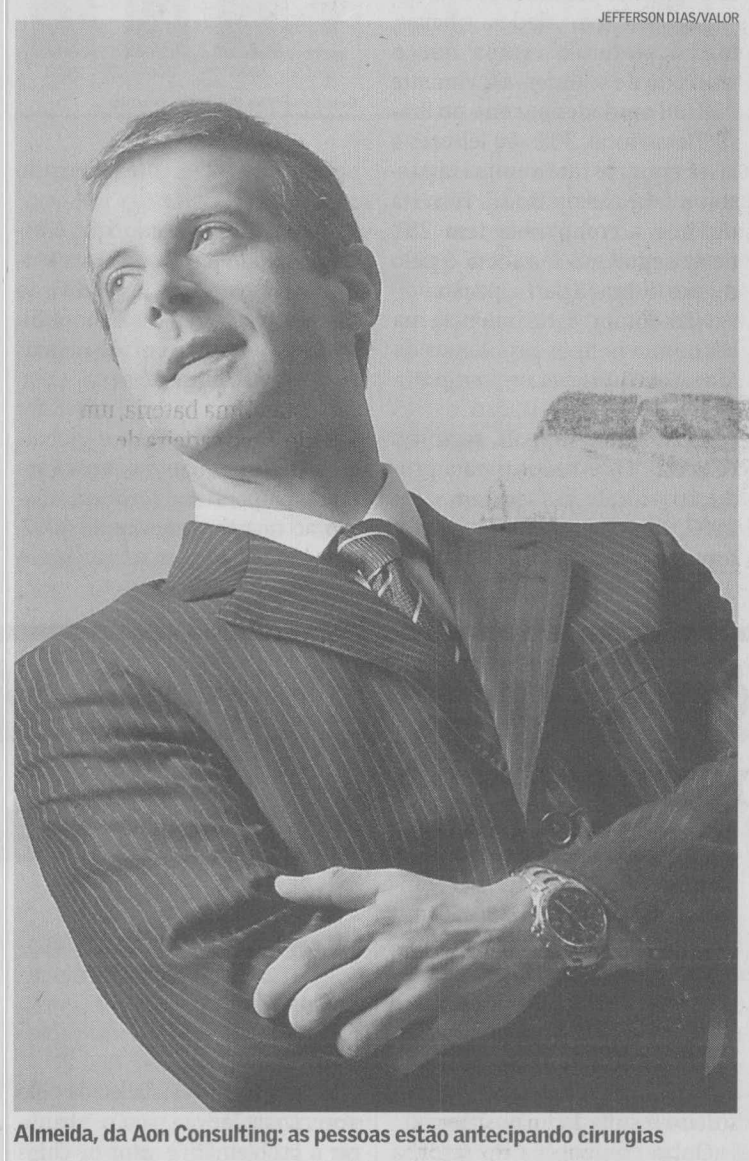
Levantamento realizado pela Aon Consulting — uma das maiores consultorias na área de benefícios — mostra que após o estouro da crise (novembro de 2008 a dezembro de 2009) houve aumento de 9,3% no número de exames e de 8,6% no de consultas médicas. Levando-se em consideração apenas os titulares dos planos, a quantidade de consultas aumentou 12,9%. Com isso, o gasto médio mensal por usuário saltou de R$ 103,42 para R$ 118,48. O levantamento foi feito com 120 mil beneficiários no período de novembro de 2008 a fevereiro de 2009 em relação a novembro de 2007 a fevereiro de 2008.

Diante desse cenário, é esperado um crescimento de 6% a 12% na taxa de sinistralidade nos próximos 12 meses nos planos corporativos, segundo a Aon. "Em processos demissionais, as pessoas usam mais o plano de saúde, antecipam cirurgias e tratamentos que estavam sendo postergados. Além disso, estudos mostram que há um incremento do stress, o que leva ao surgimento de diversas doenças", explicou Marcelo Munerato de Almeida, vice-presidente da Aon Consulting, que gerencia uma carteira de 740 mil vidas. Esses beneficiários são funcionários de 350 grandes companhias como Unilever, McDonald's, Kraft, Peugeot, Arcelor e o banco HSBC.

O aumento no índice de sinistralidade também é provocado pela inflação médica, que no ano passado ficou entre 8% a 10%. Essa inflação é resultado no aumento nos custos de medicamentos, procedimentos e equipamentos médicos. Porém, as operadoras promoveram em média reajustes equivalentes, entre 8% a 10% nos planos corporativos. Nessa modalidade de plano, existe a livre negociação entre operadoras e empresas. Já nos planos individuais, o último reajuste autorizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) foi de 5,48%.

Os balanços referentes a 2008 das maiores operadoras de saúde mostram que elas já estão sentindo o impacto do desemprego, com a elevação no índice de sinistralidade.

JEFFERSON DIAS/VALOR



Almeida, da Aon Consulting: as pessoas estão antecipando cirurgias

Na Odontoprev, a maior operadora de planos odontológicos do país, a sinistralidade no quarto trimestre do ano passado ficou em 46% — acima dos 44% do mesmo período de 2007. "Esse aumento realmente já é reflexo dos usuários usando mais o plano com medo da demissão", diz Randal Luiz Zanetti, presidente da OdontoPrev, que conta com 2,4 milhões de vidas. "A demissão pode ocasionar uma depressão e mais casos de doenças. As pessoas acabam usando mais o plano nesses momentos de crise", complementa Humberto Modenezi, superintendente geral da Unimed-Rio, cuja sinistralidade em 2008 ficou em 77,1%, acima dos 76,1% verificados em 2007.

Com 3,2 milhões de beneficiários, a Amil também registrou aumento na taxa de sinistralidade no quatro trimestre, que ficou em 69% contra 67,6% do mesmo período de 2007.

As seguradoras de saúde também tiveram crescimento na taxa. Na Sul América, a sinistralidade no quarto trimestre atingiu 75,3% contra 70,5% registrado no mesmo trimestre de 2007. Na Bradesco Saúde, maior plano de saúde, a sinistralidade nos planos corporativos aumentou de 79,9% em 2007 para 82,7% no ano passado.

Para compesar o aumento da sinistralidade, as operadoras devem pressionar os hospitais e laboratórios para que eles baixem seus preços. *(BK)*

Lotte volta a disputar ativ da AB-InBev

Cervejas

Sundeep Tucker e Julie MacIntosh
Financial Times, de Hong Kong e Nova York

O Lotte Group, conglomerado de varejo da Coreia do Sul que vem sendo considerado favorito para adquirir a unidade Oriental Brewery da Anheuser-Busch InBev, entrou para a segunda rodada de propostas pelo ativo depois de ser tirada do processo por um curto período de tempo.

Pessoas familiarizadas com a situação afirmam que a Lotte vai agora disputar com três grupos de private equity que estão participando da segunda rodada — Kohlberg Kravis Roberts, fundo dos Estados Unidos especializado em aquisições, e dois fundos focados na Ásia, o MBK Partners e o Affinity Equity Partners.

As três firmas de private equity emergiram como líderes inesperadas na disputa quando a AB-InBev, maior fabricante de cerveja do mundo, classificou a oferta inicial da Lotte como baixa demais. Mas pessoas a par da situação acreditavam que a Lotte poderia voltar à disputa se a AB-InBev sentisse que ela havia apresentado deliberadamente uma proposta inicial mais baixa, mas que estava disposta a pagar mais.

A Lotte a as firmas de private equity conduzirão as devidas diligências antes de fazerem novas ofertasa até o fim da semana que vem. Acredita-se que as propostas iniciais não vinculadas deverão ficar na casa dos US$ 1,5 bilhão, menos que a avaliação da AB-InBev para a unidade, de US$ 2 bilhões.

Os grupos de private equity estão negociando a obtenção de financiamentos consignados, que terão de ser detalhados como parte da segunda rodada de propostas. Um negociador disse: "Não é certo que os grupos de private equity conseguirão financiamentos nos termos exigidos".

A Oriental Brewery tem uma das duas licenças para a produção de cerveja na Coreia do Sul e possui uma participação de mercado de 40%. A imprensa local informou recentemente que o governo poderá conceder uma terceira licença, medida que provavelmente deixará preocupados os interessados na Oriental.

A Lotte já distribui uísque e soju, um licor local, e analistas afirmam que a aquisição da Oriental reforçaria seu mix e permitiria obter sinergias muito maiores do que os grupos de private equity.

A InBev adquiriu a Anheuser-Busch por US$ 52 bilhões em 2008 e decidiu que as operações coreanas não eram essenciais à sua estratégia. Entretanto, negociadores acreditam que a venda ocorrerá só se a InBev receber uma oferta suficientemente interessante.

O JP Morgan e o Deutsche Bank, dois dos consultores da InBev na aquisição da Anheuser, estão supervisionando o processo de venda da Oriental, segundo fontes do setor. Os bancos de investimento e as firmas de private equity não quiseram fazer comentários.

A AB-InBev também está trabalhando na possível venda de uma série de outros ativos, incluindo empresas de entretenimento e de embalagens. No entanto, a oferta de direitos de subscrição de ações feita pela InBev em dezembro e a fixação dos preços de sua emissão de bônus de US$ 5 bilhões em janeiro poderão ajudar a companhia a reduzir a dívida com a compra da Anheuser, o que eliminaria parte das pressões para a venda rápida de ativos. FT

Curtas

Herbalife bate recorde

A Herbalife fechou 2008 com vendas líquidas mundiais de US$ 2,4 bilhões (US$ 3,8 bilhões em vendas brutas). O valor, recorde na série histórica de resultados anuais da companhia, é 9,9% maior que o verificado em 2007. No Brasil, terceiro maior mercado da empresa no mundo (atrás de EUA e México), os negócios cresceram 7% (em reais). "Ampliamos o portfólio com lançamentos de produtos mais acessíveis para os consumidores, reforçamos a venda com mais material promocional e investimos na capacitação dos distribuidores" diz Marcelo Zalcberg, diretor geral da operação brasileira. Além disso, a empresa apostou no barateamento de suas linhas. "No primeiro semestre de 2007, nosso produto mais barato custava em torno de R$ 40. Hoje temos itens a partir de R$ 10".

Pernod Ricard vende

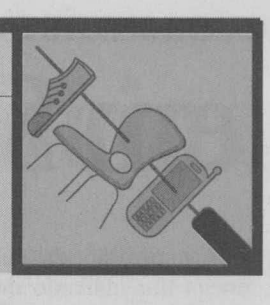
A Pernod Ricard, segunda maior empresa de bebidas destiladas do mundo, anunciou ontem a venda das marcas Grönstedts Cognac, Star Gin, Red Port e do Dry Anis para grupo norueguês Arcus. O valor do negócio não foi divulgado. A transação já era prevista uma vez que a Comissão Europeia havia imposto a venda dessas marcas como condição para aprovar a compra da V&S, acertada pela Pernod em julho de 2008, segundo a Bloomberg.

SABMiller na África

A SABMiller, segunda maior cervejaria do mundo, está prevendo crescimento de dois dígitos este ano e também para o próximo em suas vendas de cerveja e refrigerantes na África. A empresa diz que o consumo no continente tem sido fortemente resistente à crise mundial, informou a Bloomberg.

BLUE CHIP

ANGELA KLINKE



Estilo do coração

Finalmente as torcedoras roxas vão dispor de uma linha feminina. A Fivebras desenvolveu uma coleção de bolsas e acessórios para corintianas, sendo a única licenciada do clube para produtos nessa categoria. O lançamento será hoje na loja Poderoso Timão, no Parque São Jorge, e depois os mimos serão vendidos em toda a rede Roxos e Doente. Modelo em verniz, com o distintivo estilizado, por R$ 45.

Belga prêt-à-porter

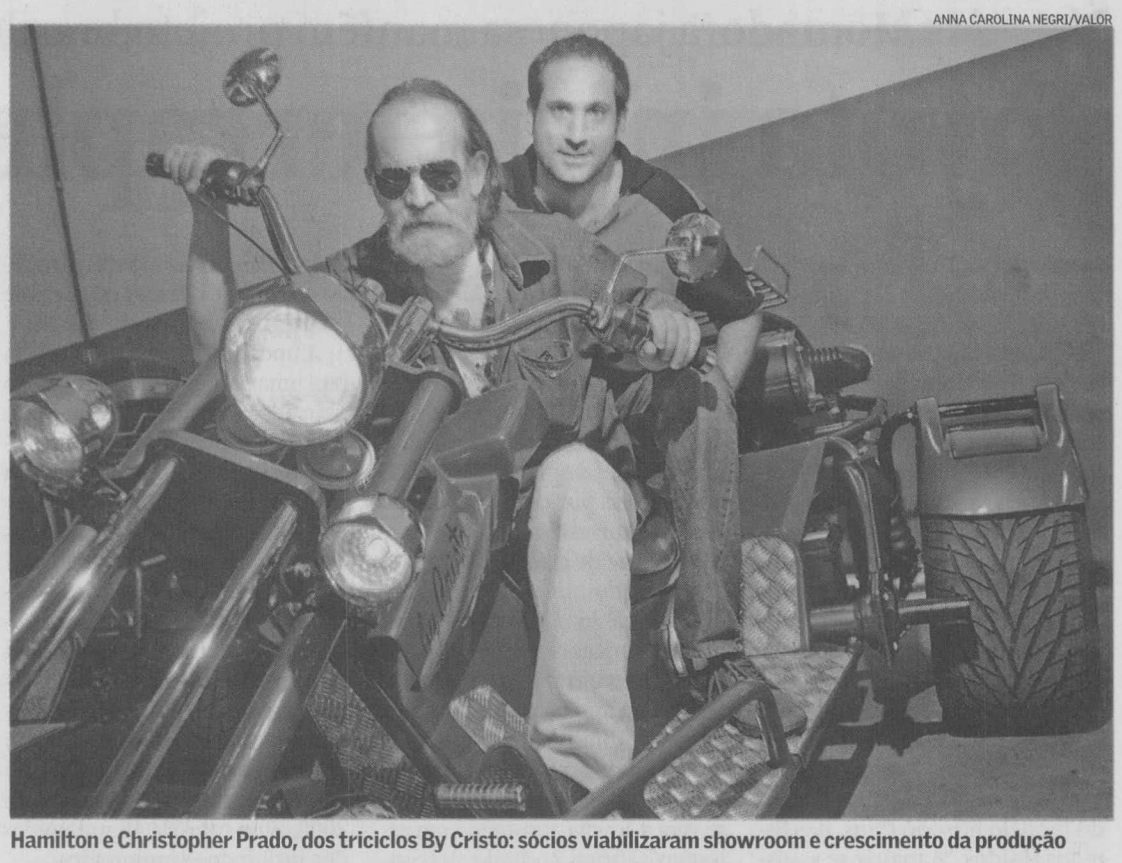
O chef belga Frédéric de Maeyer, do restaurante carioca Eça, começou a fazer bombons para permitir que os clientes levassem "um pedacinho do Eça para casa". Antes era feito sob encomenda, mas por causa da procura ele criou uma linha. A expectativa é fazer 30 mil unidades, mais do que o triplo do ano passado. Os sabores são de chocolate com café, praliné e avelã, com framboesa, com maracujá, com coco e com os chocolates de origem. Caixa com 48 unidades R$ 120.

Eça: (21) 2524 2300

Na garupa do papai

O empresário Christopher Prado aprendeu sobre carros e motos no colo do pai, Hamilton Prado, engenheiro que passou por grandes montadoras e já teve uma empresa de buggies chamada Coyote. Hoje, a dupla gerencia a By Cristo, fábrica de triciclos em São Carlos, interior de São Paulo, fundada há onze anos. A empresa já entregou 1200 unidades feitas por encomenda, e está vendo a demanda crescer na fábrica que faz tudo por encomenda. "É um lazer diferente para o fim de semana. Atinge pessoas mais velhas que têm medo de andar de moto, querem mais segurança, mas também a liberdade que a moto proporciona", explica Christopher. Eles produzem cerca de 20 modelos por mês. O mais pedido é o Super Top, que custa R$ 51.800. Outra particularidade é que 90% do pagamentos são feitos à vista. O sucesso chamou atenção de dois empresários cariocas, Mário Peixoto e Luis Perestrelo, que há oito meses tornaram-se sócios-investidores, cada um deles com um terço da empresa. "O investimento inicial de R$ 1,5 milhão já está sendo usado para atualizar a fábrica, de 6 mil m². Por enquanto, damos conta das encomendas, mas queremos ampliar das atuais 20 unidades para 50 até o fim de 2010." Parte do processo como usinagem e carenagem é terceirizada.

ANNA CAROLINA NEGRI/VALOR

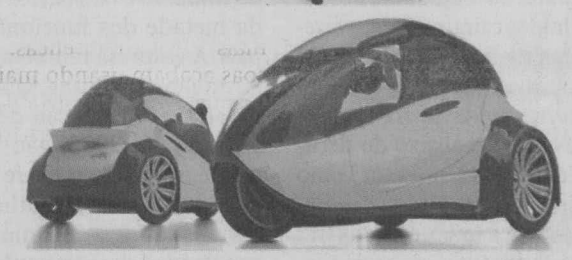


Hamilton e Christopher Prado, dos triciclos By Cristo: sócios viabilizaram showroom e crescimento da produção

Garupa I

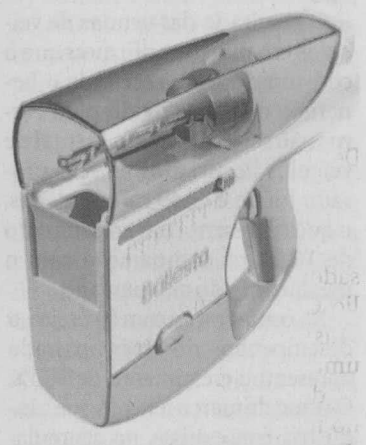
Há quatro meses, a By Cristo abriu um showroom no centro de São Paulo, na avenida São João, um corredor de revendas de motos. "Precisávamos de um ponto para atender pessoas de outros estados." Segundo Christopher, encomendas chegam de todos os cantos do país. "Fizemos um triciclo para o Amapá. A produção demora 30 dias, a cada dois dias e meio sai um da linha de produção, mas depende do nível de personalização." Os acabamentos podem ser variados — da pintura à instalação de DVD. A empresa está estudando a possibilidade de exportar. "Estamos analisando a viabilidade econômica e também o padrão legal de cada país."

Pranchetas diferenciadas



O IF Concept Award 2009 premiou quatro criações brasileiras entre 100 melhores projetos de design feito por estudantes. A moçada concorreu com 3200 projetos de 39 países. Foram inscritos 144 desenhos no DEBrazil , orgão que dá suporte aos estudantes. Deste total, 107 receberam apoio para a participação e 11 ficaram entre os finalistas. Uma bateria, um triciclo, uma cadeira de rodas para prática de esportes e uma furadeira elétrica encantaram a instituição alemã.

- A bateria Nômade, de André Guerra, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), é mais fácil de transportar. O diferencial é o sistema de sustentação: ao invés de estantes com tripés, ela tem monopés, o que reduz o peso e o volume.
- O triciclo Trivia, de Felipe Degasperi Aranega, Felipe Andretta Costacurta e Sergio Tadeu Almeida, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), é para um ocupante, tem bagageiro, iluminação, ar e abrigo contra chuva. Equipado com motor elétrico e um sistema de pedais que funciona como um step, não polui o ar.
- Heroes, de Jairo da Costa Junior, da Universidade do Vale do Itajaí, Santa Catarina, é uma linha de cadeiras de rodas que permite praticar esportes especialmente na praia, como frescobol e vôlei.
- A Ballesta, de Daniel da Silva Scarpim, Fernando Pretti e Rafael Aoki, da Uniban, de São Paulo, é uma furadeira elétrica sem fio de uso doméstico para pessoas sem experiência com ferramentas.



Com reportagem de Juliana Mariz

O melhor estilo para debater a crise na cúpula do G-20

Moda

Colin Cameron
Financial Times

Embora os líderes mundiais tenham assuntos mais prementes na cabeça do que o estilo pessoal durante o encontro do G-20, hoje em Londres, o que vestir em frente a seus pares políticos internacionais continua, para muitos, um ponto de discórdia. Devem-se usar roupas como uma peça tácita de diplomacia, como fez Gordon Brown, que combinou sua gravata azul à gravata azul de Barack Obama em sua recente visita a Washington, ou declarar sua independência soltando a gravata, ou mesmo usando um salto elevado, à la Nicolas Sarkozy?

"Há regras e grande parte dos procedimentos é formal e muito conservadora", diz Roberto Girombelli, da alfaiataria Duca Sartoria, com lojas em Milão, Nova York e Moscou. "Geralmente, esperaria que os americanos se vistam com conforto, os russos favoreçam cortes que sublinhem o formato natural do corpo e os italianos sejam os que dão maior valor ao estilo, favorecendo estilos que suavizem as irregularidades físicas."

Girombelli acha que o sobretudo pode ser uma das melhores formas de expressar o gosto pessoal dentro da esfera política e recomenda "algo em fibras naturais — lã ou mohair, já que o algodão se enruga muito facilmente — com um peso do tecido não superior a 200 gramas. Azul escuro é melhor do que cinza escuro".

Girombelli sugere que algum detalhe na gravata é uma boa forma de revelar a personalidade, como um desenho em azul claro ou um fundo em azul escuro: "cores diferentes seriam um contraste grande demais". Eventos de traje a rigor na reunião de cúpula oferecem menos espaço para declarações pessoais de estilo. "A gravata precisa ser preta, mas pode incluir um desenho em tecido 'jacquard'."

Michael Booth, presidente da fabricante de camisas Hilditch & Key, que há tempos fornece as camisas para o presidente francês Nicolas Sarkozy, concorda com Girombelli de que é difícil personalizar o "uniforme mundial" escolhido pelos políticos: ternos azuis com camisas brancas ou azuis. Booth sugere que os presentes ao G20 optem por uma gravata ligeiramente colorida para transmitir otimismo. "Uma gravata amarela pode animar os que estão ao seu redor assim como os observadores".

Segundo Booth, Sarkozy prefere o mesmo tipo de camisa azul, com gravata azul escura para aparições domésticas e internacionais. "Na câmera, a gravata pode parecer quase preta", diz, destacando que nem mesmo executivos de banco querem vestir-se nesse estilo bancário tradicional atualmente. "Uma gravata vermelha não está mais entre as favoritas no mundo financeiro. É claro, em política sua escolha pode ter implicações ideológicas", acrescenta.

Timothy Everest, que faz ternos sob medida em Londres, produziu as gravatas que serão dadas como presentes aos que participem do G20 em Londres, que podem inspirar Sarkozy a afastar-se de seu gosto tradicional. Ele acredita que, entre todos os países, o Japão é o que determina os padrões de alfaiataria, pelo menos em fotos oficiais.

"Os japoneses sempre deram um jeito de aparecer bem na zona em V do pescoço, ombros e peito. Eles prestam mais atenção à questão e entendem que se você tiver uma cabeça e um rosto grandes, então não vai querer usar lapelas fortes ou ombros pequenos. Outro estilo que eles gostam é o do paletó com o entalhe da lapela mais alto."

Everest também acha que os japoneses têm bom senso para o estilo casual. Graças ao sucesso da campanha de 2005 do governo japonês defendendo encontros sem gravatas, sob o argumento de que o ar condicionado prejudica o ambiente, seus representantes no G20 poderiam afrouxar os padrões com as gravatas ou até com seus cabelos.

E sobre o estilo do nome que todos temos na ponta da língua? "Obama continua um atleta natural em quem as roupas caem bem", diz Everest. Quanto a Gordon Brown, para quem ele já fez ternos, Everest tem fé de no poder do primeiro-ministro inglês para melhorar o ânimo com algum tecido sazonal de terno. Um pouco de azul céu dentro de seu paletó e os que estão vendo podem entender o sinal: aqui está um líder que vê céu limpo pela frente. FT

Ver também páginas A14 e 15

REUTERS/JIM YOUNG

Obama, dos EUA, e o inglês Gordon Brown: gravata azul é código diplomático

ENERPEIXE S.A.
CNPJ 04.426.411/0001-02 - NIRE 35.300.185.391
Edital de Convocação
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem em **Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária** que se realizará no dia 08 de abril de 2009, às 09:00 horas, na sede da sociedade, na Avenida Paulista, nº 2.421, 3º andar, São Paulo - SP, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Em matéria Ordinária: a)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores externos independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008; **b)** aprovar o Orçamento de Capital; **c)** aprovar a destinação do Lucro Líquido e a distribuição de Dividendos referentes ao exercício social de 2008; **d)** fixar a remuneração global dos administradores (Conselheiros e Diretores) para o exercício de 2009; **Em matéria Extraordinária: e)** aceitar a renúncia de membro do Conselho de Administração; **f)** aprovar a modificação do artigo 14 do Estatuto Social da Companhia de forma a alterar o prazo de mandato dos Conselheiros e Diretores; **g)** eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia.

São Paulo, 31 de março de 2009
António Manuel Barreto Pita de Abreu
Presidente do Conselho de Administração da Enerpeixe

RENNER **LOJAS RENNER S/A**
CNPJ/MF nº 92.754.738/0001-62 - NIRE 43300004848
Companhia Aberta
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA - EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas para se reunirem, em segunda convocação, no dia 15 de abril de 2009, às 13h, em Assembléia Geral Ordinária, na sede social de Lojas Renner S/A ("Companhia"), situada na Av. Joaquim Porto Villanova, nº 401, Bairro Jardim Carvalho, na Cidade de Porto Alegre, RS, a fim de deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia**: **1.** examinar, discutir e votar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008; **2.** examinar, discutir e votar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; **3.** eleger os membros do Conselho de Administração e fixar o montante da remuneração dos administradores; e **4.** eleger os membros do Conselho Fiscal e fixar o montante da remuneração. **Informações Gerais:** 1. Os acionistas deverão apresentar, com no mínimo 72 (setenta e duas) horas de antecedência à data designada para a realização das Assembléias, além do documento de identidade, conforme o caso: a. comprovante expedido pela instituição escrituradora nos últimos 5 (cinco) dias; b. o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante; e/ou c. relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente. 2. Em atenção ao disposto na Instrução CVM nº 165 de 11 de dezembro de 1991, alterada pela Instrução CVM nº 282 de 26 de junho de 1998, informamos que o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo é de 5 % (cinco por cento). 3. Os acionistas encontrarão todas as informações necessárias para melhor entendimento das matérias acima, bem como modelo de procuração no "Manual para Participação de Acionistas – Assembléia Geral Ordinária" que está no site da Companhia www.lojasrenner.com.br/ri e no site da CVM www.cvm.gov.br.

Porto Alegre, RS, 31 de março de 2009.
Claudio Thomaz Lobo Sonder
Presidente do Conselho de Administração

(31/03, 01 e 02/04)

Veículos Montadora japonesa mantém projeto brasileiro, mas desistiu de construir nos Estados Unidos

Toyota inicia terraplenagem em Sorocaba

Marli Olmos
De São Paulo

A Toyota inicia este mês os trabalhos de terraplenagem no terreno de Sorocaba (SP), onde construirá sua nova fábrica. A unidade funcionará com os principais fornecedores no entorno. A direção da empresa já começou a negociar com empresas locais e confirma que fabricantes de autopeças do Japão vão se instalar no Brasil para abastecer a nova fábrica, que será inaugurada em 2011.

O projeto brasileiro está confirmado, apesar de a empresa ter suspenso outros no mundo, como a construção de uma fábrica do modelo híbrido Prius, nos Estados Unidos. "A matriz se assustou com a crise no Japão e nos Estados Unidos", afirma o vice-presidente da Toyota Mercosul, Luiz Carlos Andrade Jr.

Mas no Brasil os negócios da montadora vão bem. A fábrica de Indaiatuba (SP), onde é produzido o modelo Corolla, manteve o ritmo de produção de 300 automóveis por dia em cada um dos dois turnos, mesmo no auge da escassez de crédito, no fim do ano passado.

A companhia, que passou a ser a maior fabricante de veículos do mundo, ao ultrapassar a General Motors no ano passado, conduz a operação brasileira seguindo o modelo de produção enxuta que a tornou famosa no mundo. "Nunca se verá a Toyota apostando em estoques", afirma Andrade. Ao contrário de outros fabricantes, a Toyota não precisou recorrer a férias coletivas, licenças ou corte de empregos no Brasil.

A montadora japonesa ainda tem uma participação pequena no mercado brasileiro. Ficou com 2,8% das vendas no primeiro trimestre. Por isso, precisa começar a fabricar um novo modelo, menor que o Corolla, para avançar. Mesmo com a produção no Mercosul restrita ao sedã e à perua do Corolla no Brasil e à picape de luxo Hilux, na Argentina, a montadora vem crescendo. As vendas da marca no mercado brasileiro no primeiro trimestre representaram um avanço de 50% na comparação com os primeiros três meses de 2008, num total de 18 mil unidades, incluindo os importados.

A empresa não anunciou ainda quanto pretende investir em Sorocaba. Os planos iniciais indicavam um projeto capaz de absorver entre US$ 700 milhões e US$ 1 bilhão.

Localizado na rodovia Castelo Branco, o terreno que a Toyota comprou em Sorocaba no fim do primeiro semestre do ano passado tem 3,7 milhões de metros quadrados . O plano da montadora é inaugurar a fábrica com a perspectiva de inicialmente empregar 2,5 mil trabalhadores e produzir 150 mil veículos por ano. A produção anual na unidade de Indaiatuba está em torno de 60 mil unidades.

Andrade conta que a companhia desistiu de fazer planejamento de mercado para 2009. Na escassez de crédito, no fim do ano, a direção da companhia previa um mercado de 2,3 milhões de automóveis e comerciais leves este ano. "Mas aí veio o IPI, que ajudou a escoar as vendas, e o planejamento perdeu o sentido". "O que fazemos na Toyota é ficar em 'stand by' quando o mercado para", completa.

Assim que a fábrica de Indaiatuba começou a produzir, em 1998, a direção local anunciou que pretendia ter 10% do mercado brasileiro em 2010. Mas, desde então, a matriz manteve suas atenções muito mais voltadas para o mercados Estados Unidos. Junto com outras marcas asiáticas, a fabricante japonesa conseguiu roubar uma importante parte do maior mercado do mundo, dominado até então pela indústria local.

Nos últimos 10 anos, a Toyota investiu US$ 1,3 bilhão no Mercosul, somando o que foi aplicado nas instalações do Brasil e da Argentina. Hoje a companhia tem fábricas em 26 países. Mas foi no Brasil, em São Bernardo do Campo (SP), que instalou a sua primeira fábrica fora do Japão, em 1962. Durante 40 anos, a atividade industrial brasileira foi dedicada exclusivamente à produção do Bandeirante, um veículo utilitário que saiu de linha em 2001.

Ontem a empresa japonesa anunciou a criação do seu braço social no Brasil, a Fundação Toyota, cujo foco do primeiro ano de atuação estará voltado à educação ambiental, voluntariado e preservação e reflorestamento da Mata Atlântica.

Trimestre foi o melhor da história para montadoras

De São Paulo

O resultado das vendas de veículos em março confirmou que o consumidor teve receio de o benefício de IPI reduzido para carros não ser prorrogado. O total de veículos licenciados no mês passado foi de 271,49 mil unidades, o que representa um crescimento de 16,9% na comparação com o mesmo mês do ano passado.

Na comparação com fevereiro, o desempenho do mês passado apresentou crescimento de 36,1%. O ritmo de março fez com que a indústria conseguisse, no acumulado do ano, o maior volume de vendas domésticas de todos os primeiros trimestres da história do setor.

As vendas nos primeiros três meses do ano alcançaram 668,3 mil unidades. Isso representou um crescimento de 3,14% na comparação com igual período em 2008, o recorde anterior.

Março também foi o segundo melhor mês de vendas internas da história da indústria automobilística no país, sendo superado apenas por julho de 2008, quando as vendas totalizaram 288,13 mil.

A pressa do consumidor em aproveitar o benefício do IPI fez com que no último dia do mês fossem emplacados mais de 19 mil veículos, o dobro da média dos demais dias.

Mas os executivos do setor não contam com a mesma euforia para os próximos três meses, prazo de prorrogação do IPI reduzido.

Os dirigentes das montadoras se reuniram ontem para traçar uma previsão para o ano. As metas serão apresentadas no início da próxima semana. Até agora, não havia consenso no setor a respeito dessas projeções.

A Volkswagen foi líder no acumulado do ano, com uma fatia de 24% do mercado , seguida por Fiat, com 22,8%, GM (18,4%), Ford (11,5%) e Honda (4,3%). *(MO)*

Honda e Daimler planejam reduzir custo trabalhista

Jonathan Soble e James Wilson
Financial Times, de Tóquio

A Honda Motor planeja uma inédita paralisação de 13 dias em suas principais fábricas na América do Norte no terceiro trimestre, enquanto a Daimler pretende reduzir seus custos trabalhistas na Alemanha.

Segunda maior montadora do Japão, cujas vendas nos Estados Unidos despencaram juntamente com as das rivais, a Honda informou que também cortará a remuneração dos funcionários de colarinho branco, em funções administrativas, na região e oferecerá planos de desligamento voluntário para funcionários considerados ociosos.

As medidas representam um raro recuo para a Honda na América do Norte, seu maior mercado para carros. A montadora vinha aumentando a capacidade produtiva na América do Norte desde a abertura de sua primeira fábrica de motos nos EUA, em 1979. As operações na região atualmente empregam cerca de 32 mil pessoas.

A montadora planeja paralisar seis fábricas nos Estados Unidos, Canadá e México a partir do próximo mês. Com isso a produção diminuirá em 62 mil veículos, de acordo com a Honda. A montadora produziu 1,4 milhão de carros na América do Norte em 2008 e não anunciou metas de produção para este ano. A companhia não quis informar de quanto será a redução dos salários, nem quantos funcionários espera cortar com o plano de demissões.

As vendas da montadora nos Estados Unidos caíram 38% em fevereiro e as da Toyota e Nissan, as maiores rivais japonesas da Honda, 37%. Apesar da queda nas vendas, elas ficaram abaixo do declínio médio de 41% no setor como um todo.

A Honda é a única entre as três maiores fabricantes de carros japonesas a não ter previsto prejuízo líquido no ano fiscal encerrado em 31 de março. Desde julho passado, no entanto, a Honda reduziu quatro vezes as estimativas de lucro e previu um grande déficit operacional para último trimestre.

A Daimler anunciou ontem plano para economizar mais € 2 bilhões em custos laborais em 2009 na Alemanha e advertiu sobre a possibilidade de cortes de empregos, apesar dos incentivos à demanda doméstica promovidos pelo governo.

A montadora alemã quer manter os custos trabalhistas em € 10 bilhões reduzindo as horas de trabalho e os salários de cerca da metade dos funcionários no país. A empresa também pretende adiar aumentos salariais. O plano de diminuição de custos, iniciado em 2008, não foi suficiente, segundo o chefe de pessoal da Daimler, Günther Fleig, que ressaltou o declínio de 40% nas vendas da companhia registrado em fevereiro. FT

Venda das líderes cai menos nos EUA

Mike Ramsey e Alex Ortolani
Bloomberg, de Southfield

A General Motors e a Toyota lideraram o grupo das maiores montadoras em operação nos Estados Unidos a registrar em março quedas de suas vendas inferiores às previstas pelos analistas. Por outro lado, houve um aumento, para um nível recorde, dos gastos com incentivos para compra de veículos.

Um número suficiente de compradores voltou aos showrooms dos concessionários para impedir que GM, Toyota, Ford , Chrysler, Honda e Nissan cumprissem as projeções de maiores quedas, em um mês no qual os fechamentos de postos de trabalho aumentaram e o grau de confiança do consumidor americano permaneceu baixo.

Os resultados ainda sinalizam mais um mês de recuo do mercado automobilístico dos Estados Unidos, que cresceu pela última vez em outubro de 2007. A fragilidade da demanda obscurece as esperanças de recuperação da GM e da Chrysler, orientadas pelo presidente Barack Obama a "reestruturarem-se essencialmente" para não perderem os empréstimos federais que as mantêm operantes.

"Estamos começando a ver o fundo do poço, e há alguns indicadores de que as coisas estão melhorando", disse Erich Merkle, analista independente do setor automobilístico que trabalho no Estado de Michigan. "Todas as apostas estarão superadas se tivermos algum tipo de concordata na GM ou na Chrysler."

A GM disse que suas vendas nos Estados Unidos recuaram 45%, comparativamente à média das estimativas, de 48%, projetada por sete analistas consultados pela Bloomberg. A queda de 41% contabilizada pela Ford foi menor que a estimativa de 45%, e o recuo de 39% observado pelas vendas da Chrysler foi menor que os 46% previstos pelos analistas na mesma pesquisa.

As vendas da Toyota caíram 39%, menos que os 41% previstos por quatro analistas consultados na sondagem. A Honda e a Nissan, cuja projeção de vendas apontava para uma queda de 42% para cada uma, recuaram 36% e 38%, respectivamente.

As vendas por parte de todo o setor automobilístico alcançaram o número anualizado de 8,8 milhões de veículos, o mais baixo dos últimos 27 anos e 42% inferior ao do mesmo período do ano passado, segundo estimativas de 8 analistas reunidas pela Bloomberg. O total somou em média 16,8 milhões esta década, até o final de 2007.

As montadoras tentaram atrair os compradores aos showrooms com promoções, ao gastar em março, por veículo comercializado, a média recorde do setor de US$ 3.169 nessas ofertas, disse a empresa de monitoramento de preços Edmunds.com em comunicado divulgado ontem.

Esse dado foi 30% superior ao do mesmo período do ano passado e acabou superando o marco de US$ 3.146 por carro, obtido em setembro de 2004, quando as ofertas de financiamento com zero por cento de juros estavam em voga, segundo a Edmunds.

"As montadoras estão lançando mão de todos os recursos", disse Jesse Toprak, diretor-executivo de análise setorial da Edmunds.com. "Os programas de incentivo mais comuns simplesmente não repercutem na economia atualmente."

"CENÁRIOS DA ECONOMIA BRASILEIRA E MUNDIAL EM 2009"

13 de Abril de 2009
Local: FIRJAN
Avenida Graça Aranha nº 1 - 2º andar - Centro
Rio de Janeiro – RJ

PROGRAMA DO SEMINÁRIO

8:30 / 9:00h
Credenciamento

9:00 / 9:30h
Abertura
Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira
Presidente
FIRJAN
João Carlos de Luca
Presidente
Comitê de Cooperação Empresarial / FGV
Carlos Geraldo Langoni
Diretor
Centro de Economia Mundial / FGV
Vera Brandimarte
Diretora de Redação
Jornal Valor Econômico

9:30 / 10:15h
A Economia Mundial e o Cenário Interno
Alexandre Schwartsman
Banco Santander

10:30/ 11:30h
A Visão do Setor Privado
Fábio Barbosa
VALE
João Carlos de Luca
Instituto Brasileiro de Petróleo - IBP
José Luiz Alquéres
LIGHT

11:30/ 12:00h
Encerramento
Henrique Meirelles
Presidente
Banco Central do Brasil

12:30/ 12:30h
Debates
Carlos Geraldo Langoni
Diretor
Centro de Economia Mundial / FGV

Favor confirmar sua presença com o Sr. Ilidio Cardia
através do e-mail: ilidio.cardia@projetaconsultoria.com.br

Observação: O convite é gratuito e as vagas são limitadas.

Metalfrio Solutions

Metalfrio Solutions S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado CNPJ/MF nº 04.821.041/0001-08
Aviso aos Acionistas

A **Metalfrio Solutions S.A.** (**Bovespa: FRIO3**) comunica que se encontram à disposição dos acionistas, a partir desta data, **(i)** na sede social, na Av. Abrahão Gonçalves Braga, nº 412, km 12,5 da Via Anchieta, São Paulo, SP, e **(ii)** nos *websites* da Companhia (www.metalfrio.com.br/ri), da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br) e da Bovespa (www.bovespa.com.br) na *internet*, os documentos de que trata o Artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2008. São Paulo, 31 de março de 2009. **Luiz Eduardo Moreira Caio** - Diretor Presidente e de Relações com Investidores.

Imperdível. 21 e 22 de maio.
O maior evento de crédito e serviços de marketing da América Latina

CREDIT AND MARKETING VISION2009

Serasa Experian

Entenda a **CRISE**, supere os desafios e aproveite as oportunidades.

cmvision2009.com.br

Aeronáutica Venda de Supertucanos exigiu transferência de tecnologia

Embraer vai desenvolver 15 projetos com a Colômbia

Virgínia Silveira
Para o Valor, de São José dos Campos

As contrapartidas comerciais ou os chamados offsets são hoje amplamente utilizados nos grandes contratos de compras governamentais em todo o mundo. No Brasil, apesar de ser uma prática pouco conhecida, o offset vem ganhando projeção por conta das discussões e desdobramentos em torno do projeto militar FX-2.

Para efetivar a compra de 36 aeronaves de superioridade aérea, o governo brasileiro está avaliando, entre outros fatores, quais as melhores propostas de compensações comerciais, industriais e tecnológicas oferecidas pelas três empresas que disputam o contrato — a americana Boeing, a francesa Dassault e a sueca SAAB.

A Embraer tem várias experiências como beneficiária de acordos de offset. Uma delas foi a venda, no início dos anos 90, de 50 jatos Tucano à França, como contrapartida à aquisição de helicópteros franceses pelo governo brasileiro. A compra de aviões militares dos EUA, no mesmo período, também rendeu a Embraer um contrato de fabricação de flaps para o avião comercial MD-11.

A situação inversa da Embraer, como ofertante de programas de offsets, é relativamente nova, embora a empresa já tenha realizado, mesmo que de forma sutil, para o governo da Grécia, quando este adquiriu aviões de vigilância em 2002.

O caso mais recente e consistente de oferta de offset por parte da Embraer está relacionado a Colômbia. O governo deste país comprou 25 aeronaves Supertucano da Embraer em 2005 e o contrato prevê que a empresa brasileira desenvolva um programa de offset que beneficie as indústrias colombianas e ajude o país a fortalecer o seu setor aeroespacial, para que futuramente ele tenha mais independência vigor comercial nessa área.

A Embraer, segundo confirmou o vice presidente para o mercado de defesa, Orlando Ferreira Neto estaria trabalhando no desenvolvimento de 15 projetos de offset com a Colômbia e que isso poderia ser feito num prazo de 10 anos. O executivo informou que não poderia dar mais detalhes sobre o contrato de offset com a Colômbia por se tratar de um acordo confidencial.

A empresa colombiana FSC AS Division Aeronáutica contratou a brasileira Sygma, de São José dos Campos, para desenvolver parte desse programa de offset que prevê, entre outras coisas, a modernização da frota de aviões Tucano da Força Aérea Colombiana (FAC) e a formação de mão de obra qualificada (técnicos, engenheiros e professores) na área de tecnologia aeroespacial.

Trata-se de um projeto de quatro anos e o objetivo é formar as bases para que o governo colombiano possa desenvolver uma indústria aeronáutica forte e competitiva. O ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica) participará desse programa, com a realização de um mestrado em engenharia aeronáutica e gestão, que envolverá inicialmente quatro professores e 20 engenheiros aeronáuticos da Colômbia.

"O ITA apoiará a realização de cursos profissionalizantes na área de engenharia aeronáutica e de especialização em gestão e segurança aérea. O objetivo deles é criar competência futura no setor aeronáutico, que prepare sua indústria para participar de programas como o da aeronave KC-390, que a Embraer fará para a Força Aérea Brasileira (FAB)", comentou o reitor do ITA, brigadeiro Reginaldo dos Santos.

A Sygma também assessora a FSC na montagem de um centro de certificação aeronáutica naquele país, nos moldes do que já existe hoje no Brasil no CTA, através do IFI (Instituto de Fomento a Indústria), órgão que até 2006 era responsável pela homologação de todas as aeronaves da Embraer.

"Mais da metade dos programas de offset que estão sendo negociados com o governo da Colômbia contam com o apoio do CTA", ressalta o diretor da Sygma, Manoel de Oliveira.

Segundo Oliveira, os projetos de offset já efetivados ou em negociação com a Colômbia já somam US$ 220 milhões, praticamente o mesmo valor do contrato de venda dos 25 Supertucano pela Embraer. Entre os dias 5 e 7 de maio uma comitiva do Ministério da Defesa colombiana virá a São José dos Campos para uma visita ao IFI e à Embraer. A indústria aeronáutica colombiana não evoluiu por uma questão de mercado.

"A nova estratégia do governo colombiano contempla a construção de uma indústria voltada para o mercado externo e sua base seguirá o modelo de criação da Embraer", explicou. Numa primeira etapa a indústria aeronáutica colombiana irá se tornar uma fornecedora de partes e peças e a Embraer surge como cliente potencial. Outro foco da estratégia é a criação de um sistema de certificação de alto nível, como o brasileiro, para que seus produtos possam ser reconhecidos e exportados para o mundo.

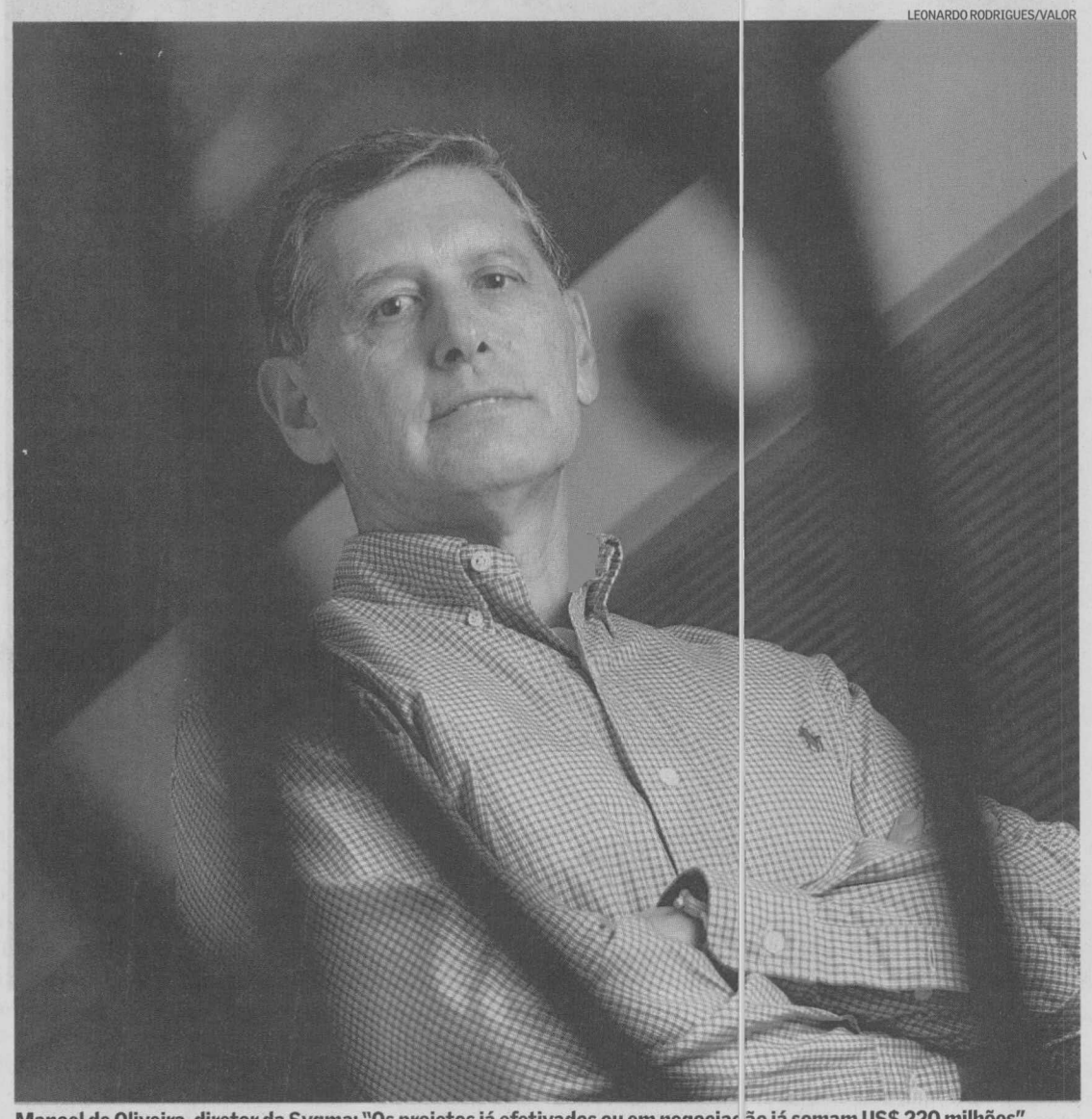
Um consórcio de empresas brasileiras, batizado de Brascol (Brasil-Colômbia) foi criado para formar parcerias com empresas colombianas. "Essas empresas poderão transferir tecnologia e ajudar o setor industrial daquele país a se desenvolver para atuar no mercado externo de uma maneira mais forte", informou o executivo. As empresas que fazem parte do consórcio são: Akaer (projetos de engenharia); Elimco (cablagens e sistemas elétricos); Virtus (sistemas de informática); Compsis (Engenharia de sistemas); Tracker (ferramental) e Mectron (sistemas elétricos e armamentos) e tecnologia e

A Avibrás também está fazendo offset para o governo da Malásia em contrapartida a exportação de seus sistemas de lançadores Astros II para este país. O contrato é estimado em € 200 milhões e a contrapartida exigida inclui compra de equipamentos e produtos de empresas da Malásia.

Esta semana uma missão de empresários do setor médico-hospitalar da Malásia veio a São José dos Campos para tentar fazer negócios com seus produtos.

"O programa de offset acertado com o governo da Malásia envolve a realização de cursos de manutenção mais aprofundados para o Astros e, por outro lado, atividades de fomento à importação, pelo Brasil, de produtos de alta tecnologia daquele país, sobretudo na área de produtos médico hospitalares", explicou o presidente da Avibrás, Sami Hassuani.

LEONARDO RODRIGUES/VALOR



Manoel de Oliveira, diretor da Sygma: "Os projetos já efetivados ou em negociação já somam US$ 220 milhões"

EADS tenta salvar projeto do avião militar A400M

Peggy Hollinger e Sylvia Pfeifer
Financial Times

A EADS deverá aceitar um corte limitado nas encomendas do avião militar de transporte A400M, num esforço para manter viva a maior companhia de defesa terceirizada da Europa, no momento em que clientes governamentais ficam cada vez mais inquietos com a alta dos custos e os adiamentos prolongados.

Louis Gallois, presidente-executivo da EADS, disse em uma entrevista ao "Financial Times" que uma redução limitada das encomendas seria considerado "administrável" para o grupo aeroespacial franco-alemão.

Entretanto, o executivo disse que qualquer corte mais significativo terá "um impacto sobre o preço dos aviões" — um sinal claro para os sete governos que lançaram o problemático projeto de € 20 bilhões (aproximadamente US$ 26,3 bilhões) em 2003, de que eles não deverão forçar muito a busca por concessões.

Os comentários de Gallois foram feitos no momento em que a EADS tenta assegurar aos clientes e ao mercado que continua comprometida com o programa do A400M, que já está atrasado em três anos e com o orçamento estourado em € 2 bilhões.

As dúvidas em relação a determinação da EADS em prosseguir com o programa foram levantadas no fim de semana por Tom Enders, presidente da Airbus, a divisão de aviões da EADS, que sugeriu em uma entrevista à revista alemã "Der Spiegel" que preferia desistir do programa a continuar sob o contrato atual.

O cancelamento poderia forçar a EADS a devolver cerca de € 5,7 bilhões em pagamentos adiantados, mais da metade de seu atual caixa líquido.

A Occar, agência pan-europeia de aquisições que fez a encomenda original de 180 aviões, está se preparando para iniciar negociações oficiais com a EADS sobre os termos do contrato.

Em março, os governos concordaram com uma moratória de três meses sobre os cancelamentos feitos desde terça-feira, para permitir o prosseguimento das negociações. Mas elas acontecem no momento em que o entusiasmo de alguns dos clientes originais pode estar diminuindo — especialmente no caso da Alemanha e do Reino Unido.

Gallois disse, na segunda-feira, estar confiante em uma solução para o caso. O presidente da EADS parece apostar que os políticos vão pressionar os ministérios da Defesa de seus países a resolverem as diferenças em relação às penalidades, para que se possa preservar empregos num setor bastante sensível.

"Este programa vai sair do chão porque os desafios industriais e de defesa são consideráveis", disse Gallois. "Eles precisam desse avião e a questão também envolve 40 mil empregos de alta qualificação na Europa. Precisamos encontrar uma solução juntos", completou.

Apesar disso, o governo britânico, que encomendou 25 aviões e precisa urgentemente de um novo avião de transporte para operações no Afeganistão, aumentou as pressões sobre a EADS na segunda-feira, alertando que "não ficaria contente com um vácuo na capacitação".

John Hutton, secretário inglês da Defesa, disse a membros do parlamento britânico que os atrasos são "motivo de grande lástima" e representam "problemas muito graves" para o futuro da capacitação logística militar do Reino Unido.

Hutton disse que o governo vai decidir se prossegue ou não com o programa no começo de julho, mas alertou: "Não nos agrada uma lacuna na capacitação".

Gallois disse esperar que a Airbus apresente um novo cronograma aos clientes depois do acerto de uma data de entrega do software de sistemas de propulsão, conhecido como Fadec. A entrega do software deve ocorrer nas próximas semanas e estabelecerá a data para o primeiro voo do A400M, esperado para a virada do ano. FT

Tegma Gestão Logística S.A. - Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 02.351.144/0001-18 - NIRE 35.300.340.931

AVISO AOS ACIONISTAS

A **Tegma Gestão Logística S.A.** ("**Tegma**" - Bovespa: TGMA3), comunica aos Senhores Acionistas que: (i) encontram-se a disposição na sede social da Companhia, na Avenida Nicola Demarchi, nº 2000, Bairro Demarchi, no Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, os documentos a que se trata o Artigo 133, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976 e suas alterações, relativo ao exercício social encerrado em 31.12.2008. São Bernardo do Campo, 30 de março de 2009.

Alexandre Augusto Brandão
Diretor Administrativo-Financeiro e Diretor de Relações com Investidores (31/3 e 1 e 2/4)

Gafisa — GFSA3 NOVO MERCADO

GAFISA S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF 01.545.826.0001-07 - NIRE 35.300.147.952

ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os acionistas da GAFISA S.A. ("Companhia") para se reunirem, no dia 30 de abril de 2009, às 15h, em primeira convocação, na sede social da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 8.501, 19º andar, em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a serem realizadas cumulativamente, para deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia:** (a) Em **Assembleia Geral Ordinária:** (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 e sobre a distribuição de dividendos no valor de R$26.106.142,88; (iii) eleger membro do Conselho de Administração em razão do término de mandato de membro nomeado na forma do disposto no Art. 150 da Lei nº 6.404/76; (iv) ratificar os valores pagos à conta da remuneração global atribuída aos administradores da Companhia para o exercício de 2008 e fixar o valor da remuneração global a ser paga aos administradores da Companhia no exercício de 2009; e (v) indicar novo jornal de grande circulação onde passarão a ser feitas as publicações legais da Companhia. (b) Em **Assembleia Geral Extraordinária**: (i) alterar o Estatuto Social da Companhia, mais especificamente os Artigos (i) 3º, de sorte a esclarecer o objeto social da Companhia; (ii) 5º, de forma a refletir os aumentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado; (iii) 6º, para conformar o texto do seu Parágrafo Único ao dispositivo legal; (iv) 8º, para incluir três novos parágrafos a respeito da instalação das Assembleias Gerais; (v) 21, de sorte a ajustar as competências do Conselho de Administração; (vi) 27, de forma a ajustar as competências do Diretor Presidente; (vii) 30, para ajustar a forma de representação da Companhia em determinadas hipóteses e o prazo para a outorga de procurações; e (viii) excluir o Artigo 47, disposição transitória contida nas Disposições Gerais do Estatuto Social da Companhia, tudo conforme proposta disponibilizada nesta data aos acionistas nos websites da Comissão de Valores Mobiliários e da Bovespa, através do sistema de Informações Periódicas (IPE). Informações Gerais: - A Companhia informa seus acionistas que os seguintes documentos foram publicados em 11 de março de 2009 nos jornais "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e "Valor Econômico": (i) relatório anual da administração; (ii) demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008; e (iii) parecer dos auditores independentes. - Solicita-se que os instrumentos de mandato com poderes especiais para representação na Assembléia Geral a que se refere o presente edital sejam depositados, na sede da Companhia, no Departamento de Relações com Investidores, com antecedência de até 3 (três) dias úteis da data marcada para a realização das Assembleias. - Os acionistas participantes da Custódia Fungível de Ações Nominativas da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA que desejarem participar destas Assembleias deverão apresentar extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente, no período de 48 (quarenta e oito) horas antecedentes à realização das Assembleias. São Paulo, 30 de março de 2009 - **Gary Robert Garrabrant** - Presidente do Conselho de Administração

PDG Realty

PDG REALTY S.A. EMPREEND IMENTOS E PARTICIPAÇÕES
CNPJ/MF nº 02.950.811/000 1-89 - NIRE 33.300285.199
ATA DA REUNIÃO DO CONSI ELHO DE ADMINISTRAÇÃO,
REALIZADA EM 31 D E MARÇO DE 2009

1. Data, Local e Hora: Aos 31 dia do mês de m rço de 2009, na sede da Companhia, na Praia de Botafogo nº 501, 2º andar, conjunto 203, parte , Torre Pão de Açúcar, na Capital do Estado do Rio de Janeiro, às 18 horas. **2. Convocação:** Dis pensada a convocação, em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Adm inistração. **3. Mesa:** Presidente: Gilberto Sayão da Silva; Secretário: Cauê Castello Veiga Innocê ncio Cardoso. **4. Deliberações:** 4.1. Aprovar a proposta, a ser submetida à assembléia geral, de antecipação do exercício da opção de compra de até 30% (trinta por cento) das ações or dinárias representativas do capital social da **CHL Desenvolvimento Imobiliário S.A.,** socied ade anônima, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Aníbal de Mendonça, 11 4 (parte), Ipanema, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.659.193/0001-85 ("CHL"), instituída nos termos do Memorando de Entendimentos - celebrado pela Companhia e pelo Sr. Rogério Ch or -, tendo como intervenientes anuentes a CHL e a **CHL Incorporações e Loteamentos Ltda.,** s ociedade limitada, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Aníbal de Mendonça, 114 (parte), Ipanema, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.855.786/0001-52 ("Memorando CHL") e que originalmente poderia ser exercida em 4 (quatro) lotes anuais (sendo o primeiro em 200 9 e o último em 2012) ("Opção CHL"), de modo que a mesma seja integralmente exercida ante s do final do exercício social findo em 2009. Conforme o Protocolo e Justificação de Incorpo ração da CHL Holding, o exercício da Opção CHL deverá ocorrer mediante a incorporaç o, pela Companhia, da sociedade limitada **CHL LXX Incorporações Ltda.,** com sede na Ci dade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Aníbal de Mendonça, 114 (parte), Ipanema, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.547.844/0001-00 ("CHL Holding"). 4.2. Aprovar a proposta de in corporação da CHL Holding, pela Companhia, bem como aprovar o Protocolo e Justificação de Incorporação da CHL Holding, elaborado previamente entre as administrações da CHL Ho lding e da Companhia. 4.3. Aprovar a proposta de alteração do parágrafo segundo do artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, de modo a passar a vigorar com a seguinte redação: **"§2º -** Legitimação - Ações Escriturais. Os titulares de ações escriturais ou em custódia deverão deposi ar na Companhia, preferencialmente com até 3 (três) dias de antecedência, os comprovan es expedidos pelas instituições financeiras depositárias e documentação de comprovação de poderes de representação. O acionista que comparecer a assembléia e apresentar a docum entação exigida não será impedido de participar da assembléia geral." 4.4. Aprovar a proposta de inclusão do parágrafo primeiro do artigo 16 do Estatuto Social da Companhia, com a seguinte re dação: **"§1º -** Manifestação. A eficácia dos atos acima não dependerá de deliberação em reuni io de diretoria quando executada ou assinada diretamente por um dos membros da Diretoria." 4 .5. Aprovar a proposta de alteração do caput do artigo 17 do Estatuto Social da Companhia, de m odo a passar a vigorar com a seguinte redação: **"Art. 17 -** Representação da Companhia. Com as exceções previstas neste Estatuto, qualquer ato ou contrato que implique responsabilidade ou obrigação da Companhia perante terceiros ou a exoneração destes perante ela, serão obrigato riamente assinados (a) por quaisquer 2 (dois) Diretores; ou (b) por qualquer Diretor em conjun to com um procurador, nos termos e prazos da procuração outorgada." 4.6. Determinar a conv ocação de assembléia geral extraordinária da Companhia, a ser realizada no dia 17 de abril de 2009, às 11 horas, na sede da Companhia, para deliberar sobre a incorporação da CHL Hold ng pela Companhia, bem como as alterações ao Estatuto Social da Companhia a que se referen os itens acima. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, lavrou-se a presente ata a qual, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. **6. Assinaturas: Mesa**: G ilberto Sayão da Silva e Cauê Castello Veiga Innocêncio Cardoso. **Administradores**: Gilberto Sayão da Silva, Alessandro Monteiro Morgado Horta, Antonio Carlos Canto Porto Filho, José Antonio Tornaghi Grabowsky, Michel Wurman, Dionísio Dias Carneiro Netto. **Mesa:** Gilberto Sa yão da Silva - Presidente, Cauê Castello Veiga Innocêncio Cardoso - Secretário. **Administra dores:** Gilberto Sayão da Silva, Alessandro Monteiro Morgado Horta, Antonio Carlos Canto Porto Filho, José Antonio Tornaghi Grabowsky, Michel Wurman, Dionísio Dias Carneiro Netto.

BM&FBOVESPA S.A. - BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS
Companhia Aberta
CNPJ nº 09.346.601/0001-25 - NIRE 35.300.351.452

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIAS GERAIS EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA

Ficam os Senhores Acionistas da BM&F Bovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA") convocados a se reunirem em Assembléias Gerais Extraordinária e Ordinária, a serem realizadas no dia 28 de abril de 2009, respectivamente às 11h e às 11h30, na sede social da BM&FBOVESPA, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Antonio Prado, 48, Centro, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

I. EM ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:

Proceder à reforma e consolidação do Estatuto Social da BM&FBOVESPA, a fim de:
(1) Alterar a grafia da denominação social da companhia, com a união das expressões "BM&F" e "BOVESPA" (alteração do artigo 1º do Estatuto);
(2) Atualizar a expressão do capital social e do número de ações de emissão da Companhia, conforme deliberação do Conselho de Administração em reunião datada de 19/08/08 (alteração do artigo 5º do Estatuto);
(3) Excluir a referência feita no artigo 16, alínea (g), à Bolsa de Valores de São Paulo S.A. ("BOVESPA") devido à incorporação havida em 28/11/2008;
(4) Eliminar a exigência de orientação de votos a serem proferidos pela Assembléia Geral da Companhia nas sociedades ou associações de que participe (supressão da alínea (l) do artigo 16);
(5) Alterar o requisito para que um conselheiro seja considerado independente previsto na alínea (b) § 6º do artigo 22, ajustando para 5% o percentual máximo de participação acionária na Companhia;
(6) Alterar o artigo 23 e parágrafos para prever que Comitê de Governança e Indicação deverá assessorar o Conselho de Administração na indicação de nomes para a composição desse órgão;
(7) Prever que o Diretor-Presidente pode ser chamado a se ausentar das Reuniões do Conselho de Administração (alteração do §8º do artigo 26);
(8) Alterar o artigo 27 para prever que a indicação de substituto, em caso de vacância no cargo de membro do Conselho de Administração, feita pelos remanescentes do próprio Conselho, contará com o assessoramento do Comitê de Governança e Indicação;
(9) Corrigir o erro de grafia do artigo 29, alínea (o) de "CAPÍTULOIArtigo 3º, para "Artigo 3º";
(10) Prever, no artigo 29, alínea (u), a possibilidade da instituição, pelo Conselho de Administração, de grupos de trabalho para a abordagem de temas específicos;
(11) Extinguir o "Comitê de Normas e Políticas Regulatórias", com alterações nos artigos 35 e 49;
(12) Ajustar a forma de substituição do Diretor Presidente em caso de ausência, impedimento ou afastamento (artigo 39);
(13) Alterar as denominações do "Comitê de Governança", que passa a se chamar "Comitê de Governança e Indicação", e do "Comitê de Indicação e Remuneração", que passa a se chamar de "Comitê de Remuneração" (alteração no artigo 45, alíneas (b) e (c));
(14) Alterar regras de composição, processo de eleição, mandato e atribuições dos Comitês de Auditoria, de Remuneração e de Governança e Indicação (alterações nos artigos 46, 47, 49 e 50);
(15) Exclusão das Disposições Transitórias constantes dos artigos 81 a 85 do Estatuto, cuja aplicação estava limitada ao período de integração das Bolsas;
(16) Consolidar o Estatuto Social para refletir as alterações acima mencionadas.

II. EM ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA:

(1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2008;
(2) Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2008;
(3) Eleger o Conselho de Administração da Companhia; e
(4) Fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria para o exercício de 2009.

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores (www.bmfbovespa.com.br/ri/), bem como nos sites do segmento de negociação de ações – Bovespa (www.bovespa.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), (i) o relatório da administração, (ii) as demonstrações financeiras, (iii) o parecer dos auditores independentes, e (iv) a proposta de destinação do lucro líquido, tudo relativo ao exercício social encerrado em 31.12.2008, publicados no dia 18/03/2009 no jornal "Valor Econômico", e no dia 19/03/2009 no "Diário Oficial do Estado de São Paulo", bem como (v) a proposta de remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria para o exercício de 2009, (vi) as declarações dos candidatos a membros do Conselho de Administração, de que trata o Art. 23, §2º do Estatuto Social da BM&FBOVESPA, e (vii) a proposta de alteração e consolidação do Estatuto Social, com as devidas justificativas.

Informações Gerais: A fim de facilitar o acesso dos Senhores Acionistas nas Assembléias Gerais Extraordinária e Ordinária, a Companhia iniciará o seu cadastramento a partir do dia 13/04/2009.

Para tanto, solicita-se aos Senhores Acionistas a entrega, na sede da Companhia, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores, do instrumento de mandato, observado o disposto no art. 126 da Lei nº 6.404/76, dos Senhores Acionistas que se fizerem representar por procuração, e dos documentos que comprovem os poderes do representante legal.

O Acionista ou seu representante legal deverá comparecer às Assembléias munido de documentos que comprovem sua identidade.

Nos termos do artigo 3º da Instrução CVM nº 165/91, alterada pela Instrução CVM nº 282/98, o percentual mínimo sobre o capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo é de 5%.

São Paulo, 30 de março de 2009.
Gilberto Mifano
Presidente do Conselho de Administração. (31/03, 01 e 02/04)

Construção Empresa mineira quer sair na frente no pacote habitacional

MRV vai à Caixa para detalhar seus projetos

Daniela D'Ambrosio
De São Paulo

A construtora mineira MRV já deu o primeiro passo para abocanhar sua fatia no pacote habitacional do governo. Na última segunda-feira, dia 30, dois dias úteis após o anúncio das medidas, a companhia apresentou à Caixa Econômica Federal (CEF) uma planilha detalhada com todos os projetos já aprovados em processo final de aprovação — prontos ou em vias de serem lançados — num total de 90 mil unidades.

Trata-se de um volume bastante alto, considerando-se que no ano passado, a companhia lançou 14 mil unidades, que corresponderam a R$ 2,5 bilhões. "É pouco provável conseguir lançar tudo este ano, mas é uma indicação do que temos", afirma Leonardo Correa, diretor de relações com investidores da MRV.

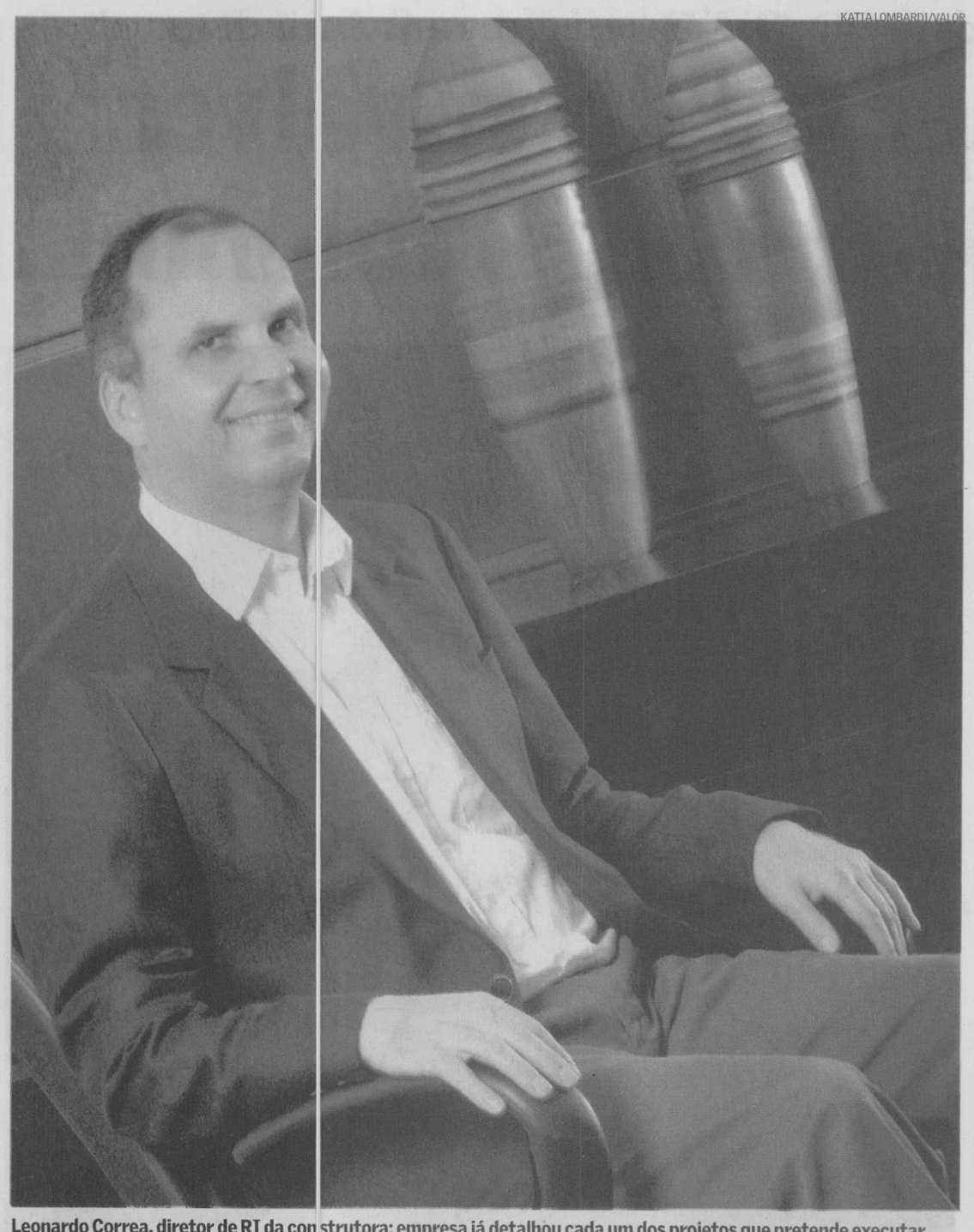
Nesse material entregue à Caixa, a mineira MRV detalhou cada um dos projetos que pretende executar, como o valor potencial de vendas, números de unidades e prédios dos empreendimentos, localização e custo da unidade. "Como a Caixa Econômica atua de forma descentralizada, queremos mostrar a eles onde terão mais ou menos trabalho." Uma das preocupações do setor imobiliário é o gargalo que possa haver na Caixa Econômica Federal para atender a demanda adicional por conta do subsídio anunciados.

Desde o segundo semestre do ano passado, quando o governo deus os primeiros sinais de que faria um pacote de estímulo ao setor, a empresa — que já atua na baixa renda e opera com a Caixa Econômica Federal — a companhia tratou de acelerar o desenvolvimento dos projetos e a aprovação junto às prefeituras.

O presidente da MRV, Rubens Menin, pretende atender o público de até três salários mínimos — que terão subsídio integral do governo e isenção do seguro — e que não entrava no portfólio da companhia. Menin selecionou cinco profissionais que coordenam um time de cerca de 20 profissionais que trabalham para "agilizar a participação da empresa no pacote". O governo prometeu para 13 de abril o início da vigência das medidas.

Apesar da agressividade para sair na frente e aproveitar a demanda adicional, a MRV está em desvantagem em relação às concorrentes em termos de custo de captação de recursos via debêntures. A MRV emitiu R$ 100 milhões em debêntures, com prazo de 24 meses, a CDI mais 3,7% ao ano. Já a Tenda pretende captar R$ 600 milhões por meio de emissão de debêntures com a Caixa Econômica Federal e a a companhia planeja vender papéis com vencimento em 1º de abril de 2014, com rendimento de Taxa Referencial (TR) mais 8% ao ano — mas o dinheiro entra no caixa à medida que as obras forem sendo feitas. O BNDES deve participar com até R$ 155 milhões na emissão de R$ 276 milhões em debêntures conversíveis em ações da PDG Realty — com prazo de 42 meses a um custo de CDI mais 2% ao ano — para custear aquisições no setor. Segundo Correa, a MRV está pleiteando vários tipos de financiamentos.

KATIA LOMBARDI/VALOR



Leonardo Correa, diretor de RI da construtora: empresa já detalhou cada um dos projetos que pretende executar

Crise obriga Agra a cortar despesas

De São Paulo

Menos de um mês depois de iniciada a crise financeira, a incorporadora Agra — que já havia sido pega no contrapé após o cancelamento da venda da companhia para a Cyrela — tomou as primeiras providências para ajustar a empresa à nova realidade de mercado. A Agra cortou a folha de pagamento entre 20% e 25%, o que rendeu uma economia de R$ 1 milhão ao mês, e reduziu o salário dos diretores estatutários — quatro no total — em 10% por, pelo menos, seis meses. O quadro de pessoal passou de 220 para 180 funcionários.

O objetivo da companhia é reduzir as despesas gerais e administrativas em 20% em relação a 2008. "Cada área teve que cancelar um contrato de prestação de serviços", diz Fabio Tsubouchi, gerente de relações com investidores.

A exemplo de grandes companhias como Gafisa e Cyrela, a Agra cancelou três empreendimentos que estavam com vendas abaixo do esperado e totalizavam um potencial de vendas de R$ 163 milhões — em Americana (SP), Jundiaí (SP) e Juiz de Fora (MG). Todos eram voltados para classe média alta. Havia lançamento feito em 2007 com apenas 25% de vendas.

No último trimestre do ano, as vendas contratadas totalizaram R$ 141 milhões, uma queda de 43,8% em relação aos R$ 251 milhões vendidos no quarto trimestre de 2007. No ano, os lançamentos somaram R$ 1,1 bilhão, queda de 22,4%. O número de empreendimentos lançados caiu de 21 para 18 de 2007 para 2008. Já as vendas subiram de R$ 523 milhões para R$ 1,045 bilhão. *(DD)*

SEMINÁRIO

ESTRATÉGIA DE DEFESA NACIONAL E A INDÚSTRIA BRASILEIRA

As novas conquistas econômicas e o lançamento do Plano Nacional de Defesa voltaram à pauta do governo.

Com o objetivo de fomentar o debate sobre este tema, será realizado o seminário **Estratégia de Defesa Nacional e a Indústria Brasileira**, com participação do governo, parlamentares e iniciativa privada.

TEMAS ABORDADOS:

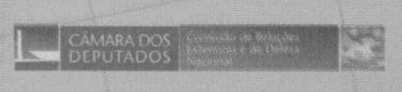
- A estratégia e necessidades da defesa no Brasil do século XXI
- A estratégia de defesa nacional e os desafios da absorção e desenvolvimento de novas tecnologias
- O poder de compra do governo e o financiamento da indústria da defesa
- A experiência brasileira de um desenvolvimento tecnológico autônomo
- A experiência internacional

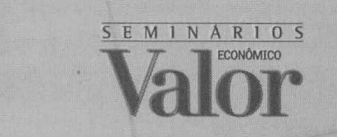
Dia: 07/04/2009
Horário: 8h30 às 17h30

Local: Auditório Nereu Ramos
Câmara dos Deputados - Brasília – DF

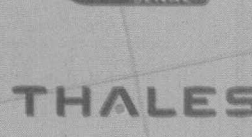
RSVP: defesanacional@comunicatoeventos.com.br
(61) 3963-5769

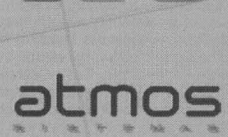
REALIZAÇÃO:





APOIO:





Le Lis Blanc Deux Comércio e Confecções de Roupas S.A.
CNPJ/MF nº 49.669.856/0001-43
Aviso aos Acionistas

A Le Lis Blanc Deux Comércio e Confecções de Roupas S.A. (Bovespa: LLIS3) comunica que se encontram à disposição dos acionistas, a partir desta data, (i) na filial da Companhia localizada na Rua Othão, nº 405, Vila Leopoldina, São Paulo, SP, e (ii) nos *websites* da Companhia (www.lelis.com.br/ri), da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br) e da Bovespa (www.bovespa.com.br) na *internet*, os documentos de que trata o Artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2008. São Paulo, 31 de março de 2009. **Marcelo Moojen Epperlein** - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores.

(31/03 e 01, 02/04)

KLABIN SEGALL S.A.
CNPJ/MF nº 00.187.032/0001-48 – NIRE 35.300.174.127 – (Companhia Aberta)
AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos aos Srs. Acionistas da **Klabin Segall S.A.** ("Companhia") que se encontram disponíveis na sede da Companhia, na Avenida das Nações Unidas, 8.501, 9º andar, CEP 05425-070, cópia dos documentos a que se refere artigo 133 da Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.), relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2008, a serem apreciados na Assembléia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada em 30 de abril de 2009, conforme Calendário de Eventos Corporativos divulgado pela Companhia. Cópias eletrônicas destes documentos poderão ser obtidas na área de relações com investidores da página da Companhia na rede mundial de computadores (http://www.klabinsegall.com.br) e nas páginas da Comissão de Valores Mobiliários (http://www.cvm.gov.br) e da BM&F BOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (http://www.bovespa.com.br). Comunicamos, ainda, que em consonância com a legislação aplicável, os documentos serão oportunamente publicados pela Companhia nos jornais costumeiros.

São Paulo, 31 de março de 2009.
Carlos Eduardo Malagoni
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores.

PDG Realty

PDG REALTY S.A. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES
CNPJ nº 02.950.811/0001-89 - NIRE 33.3.0028519-9
FATO RELEVANTE
(resumido conforme disposto no § 4º do Art. 3º da Instrução CVM nº 358/02)

Em atendimento às disposições da Instrução CVM nº 319, de 03 de dezembro de 1999, e da Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, os Administradores da PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações ("Companhia") comunicam a seus acionistas e ao mercado em geral que, em 31 de março de 2009, foi aprovada pelo seu Conselho de Administração proposta de incorporação, pela Companhia, da CHL LXX Incorporações Ltda. (CNPJ nº 10.547.844/0001-00) ("Incorporação").

A CHL LXX Incorporações Ltda. ("Incorporada") é uma sociedade limitada, cujo único ativo relevante é a sua participação de 30% das ações ordinárias da CHL Desenvolvimento Imobiliário S.A. ("CHL").

Em decorrência Incorporação, a Incorporada será extinta e a Companhia será sua sucessora a título universal, no que tange a todos os seus bens, direitos e obrigações.

Após a efetivação da Incorporação, a Companhia passará a deter 100% das ações ordinárias e 99,99% das ações representativas do capital social da CHL. Restarão em circulação apenas 40 (quarenta) ações preferenciais Classe A, de propriedade do Sr. Rogério Chor e de alguns administradores da CHL, as quais conferem aos seus titulares certos direitos patrimoniais e os seguintes direitos políticos: direito de veto, até a assembléia ordinária que aprovar as contas do exercício de 2011, na (i) eleição de 2 membros do conselho de administração; de um total de 6; (ii) eleição do Diretor Presidente da CHL.

Adicionalmente, após a Incorporação as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia refletirão 100% de todas as contas da demonstração de resultado da CHL e esta não mais contribuirá para a conta de "Participação de Minoritários", exceto por direitos patrimoniais de acionistas preferencialistas.

A Incorporação respeita os termos do Memorando de Entendimentos celebrado pela Companhia, junto ao Sr. Rogério Chor, datado de 26 de novembro de 2007, e objeto do Fato Relevante da Companhia datado do dia 27 de novembro de 2007 ("MOU"), **sem qualquer alteração, notadamente (i) com relação a entrega de ações da Companhia, cuja quantidade de ações a serem transferidas continuará a ser definida pela fórmula constante do MOU; e (ii) a programação de recebimento dessas ações da Companhia, que dar-se-á a cada ano, nos próximos 3 exercícios sociais.**

Em decorrência da Incorporação a Companhia deverá emitir 779.062 (setecentos e setenta e nove mil, sessenta e duas) novas ações ("Novas Ações")[1] e 4 (quatro) Bônus de Subscrição Classe 2, emitidos em 4 (quatro) séries diferentes.

As condições da Incorporação foram ajustadas no "Protocolo e Justificação de Incorporação da CHL LXX Incorporações Ltda. pela PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações", firmado nesta data pelos Diretores da Companhia ("Protocolo"), o qual deverá ser submetido à aprovação dos sócios das sociedades envolvidas em reunião e assembléia, conforme o caso, a serem realizadas em 17 de abril de 2009.

A partir desta data, nos dias úteis, no período de 9hs às 17hs, estarão disponíveis para consulta dos acionistas da Companhia que apresentarem identificação e poderes relativos às suas respectivas participações societárias, na sede social da Companhia (no Departamento de Relação com os Investidores), cópia dos seguintes documentos relativos à Incorporação, exigidos por lei e pelas normas regulamentares, as quais também serão entregues à Comissão de Valores Mobiliários e à BOVESPA: (i) Laudo de Avaliação Contábil do Patrimônio Líquido da Incorporada; (ii) Balanço Patrimonial da Incorporada; (iii) Protocolo e Justificação de Incorporação da Incorporada pela Companhia e (iv) Projeto de Reforma do Estatuto Social da Companhia.

Adicionalmente, o inteiro teor do presente fato relevante contendo as informações detalhadas e completas sobre operação estará disponível nas seguintes páginas da rede mundial de computadores: www.pdgrealty.com.br, www.cvm.gov.br e www.bovespa.com.br.

A administração da Companhia manterá seus acionistas e o mercado informados na medida em que as matérias e a operação informada neste Fato Relevante evoluírem.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2009
Michel Wurman
Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores

Curtas

Vale investe na Colômbia

A Cia. Vale do Rio Doce anunciou ontem que concluiu a compra dos ativos de carvão da companhia colombiana Cementos Argos por US$ 305,8 milhões. Eles envolvem a mina de carvão térmico El Hatillo com capacidade para atingir 4,5 milhões de toneladas ao ano, um depósito, Cerro largo, em estágio de exploração, participação minoritária no consórcio Fenoco, que tem concessão e opera uma ferrovia ligando as operações de carvão ao porto Rio Cordoba, e 100% da concessão portuária junto ao mar do caribe, no departamento de Madalena.

Motos mais baratas

A Honda divulgou a nova tabela de preços de motocicletas até 150 cilindradas, que foram beneficiadas com a redução da Cofins em 3%. O preço da Pop 100, modelo mais barato, baixou de R$ 3.990 para R$ 3.869, e o da CG 150, uma das mais vendidas no país, passou de R$ 6.040 para R$ 5.859.

Mini chega este mês

O Mini Cooper, o carro ultra compacto de luxo da BMW, deve começar a ser vendido no Brasil ainda este mês. A história desse veículo para duas pessoas, que nasceu na Inglaterra, começou na década de 50. A alemã BMW comprou a marca e relançou o Mini na Europa em 2000. Quase 10 anos depois, uma concessionária da capital paulista e outra de Curitiba serão as primeiras a vender o modelo no Brasil.

Vagões da Santa Fé à VCP

A fabricante de vagões Santa Fé, com sede em Santa Maria (RS) e unidade de produção em Campinas (SP), prepara-se para entregar os dois primeiros lotes do modelo Sider para a Votorantim Celulose e Papel (VCP). Os 66 vagões — de um total de 278 que serão entregues até o fim do primeiro semestre — vão ser levados por ferrovia até a cidade de Três Lagoas (MS), onde a VCP está construindo sua fábrica de celulose. Segundo a fabricante, o modelo Sider é considerado de baixo custo de operação e tem capacidade para transportar até 64 toneladas.

Metais Abal projeta consumo interno abaixo de 1 milhão de toneladas

Produção de alumínio deve cair 5,6% em 2009

Guilherme Manechini
De São Paulo

As prévias do resultado das vendas de alumínio no mercado interno durante o primeiro trimestre indicam que o consumo deverá ser 5,6% menor que o registrado no ano passado, conforme estimativa da Abal — entidade que representa os fabricantes no país. A projeção significa que os fabricantes acreditam em um consumo interno de 966,6 mil toneladas do metal no ano, ante o resultado de 2008, que foi de 1,023 milhão de toneladas.

Segundo Claudio Chaves, coordenador de economia e estatística da Abal, o setor de transportes é o que mais tem reduzido as compras neste início de ano. Por outro lado, o menor apetite deste segmento vem sendo amortizado pelas vendas aos produtores de embalagens, da área de eletricidade e também para a construção civil. As estimativas de queda e crescimento ainda não foram detalhadas pela entidade.

"Embalagens é um setor que vai muito bem, com números positivos sobre o mesmo período do ano passado, e construção e energia seguem estáveis", adiantou o executivo.

Para ele, a queda das vendas na área de transportes é consequência das férias coletivas dadas pelas montadoras no quarto trimestre de 2008. "Com as paradas, tanto as montadoras quanto os fabricantes de autopeças acabaram carregando seus estoques, o que impactou no volume de pedidos", acrescentou. A previsão é de que as vendas se estabilizem durante o segundo trimestre, já que ambos os setores devem recompor os estoques de alumínio. Mas até o início de fevereiro, o recuo dos pedidos estava em cerca de 20%.

A Abal divulgou ontem os números consolidados do consumo de alumínio durante o ano passado. Conforme os dados, chapas e lâminas encerraram o ano com crescimento 11,3% sobre 2007, totalizando 402,4 mil toneladas. O segmento de fundição ampliou o consumo em 12,3% e terminou o período em 188,4 mil toneladas, seguido pelo de extrusão, 7,9% maior e total de 167,2 mil toneladas. A maior alta foi verificada no segmento de fios e cabos, que cresceu 34,5% e chegou a 100,5 mil toneladas vendidas.

Mercado interno
Consumo em 2008 atingiu 1 bilhão de toneladas

Fonte: Agências internacionais, Abal e Valor Data. * Em fim de período, para entrega em três meses

Em relação à produção, Chaves disse que a projeção também deverá ser revisada para baixo, mas não indicou para qual patamar. No último balanço relativo aos volumes produzidos no Brasil, em fevereiro, a Abal já havia apontado para a perspectiva de queda, passando de 1,66 milhão para 1,57 milhão de toneladas.

Os cortes vêm ocorrendo por conta do preço do alumínio no mercado internacional. Em baixa de 54% nos últimos doze meses, a tonelada do metal fechou o dia na Bolsa de Metais de Londres (LME na sigla em inglês) cotada a US$ 1.378, 1,9% menor que no dia anterior. No acumulado do ano, a baixa é de 7,95%. Junto com o níquel, os dois metais são os únicos que não recuperaram preços durante o primeiro trimestre do ano.

Diante deste cenário, produtores locais e internacionais têm cortado volumes de produções. No Brasil, Alcoa, BHP Billiton e ValeSul já adotaram a medida. No ano passado, estas empresas responderam por 38,3% do total produzido no país. Em fevereiro, o volume total foi de 120,6 mil toneladas, o que significa um recuo de 5,9% na comparação com igual período de 2008.

Estoque alto nos EUA derruba preço do petróleo

Combustível

Mark Shenk
Bloomberg, de Nova York

O petróleo bruto caiu em Londres e Nova York depois que relatório do governo americano mostrou que os estoques de petróleo dos EUA subiram para seu maior nível dos últimos 15 anos e que a oferta de gasolina aumentou inesperadamente com a queda da demanda por combustível gerada pela recessão. Também pesou sobre as operações o ceticismo dos agentes em relação às soluções e propostas que possam partir da reunião do G-20 para estancar o processo de recessão no mundo.

Os estoques de petróleo bruto aumentaram 2,84 milhões de barris, para 359,4 milhões de barris, na semana encerrada a 27 de março. Esse é seu maior nível desde julho de 1993, informou ontem o Departamento de Energia dos Estados Unidos. Estava previsto um aumento de 3 milhões de barris, segundo levantamento da Bloomberg News. A oferta de gasolina registrou acréscimo de 2,23 milhões de barris, passando a totalizar 216,8 milhões de barris.

"Estamos nadando em petróleo bruto, e a demanda continua tenebrosa", disse Chip Hodge, gestor de US$ 9 bilhões em bônus de empresas de recursos naturais como diretor executivo da MFC Global Investment Management de Boston. "Enquanto não sentirmos que a economia mundial chegou ao ponto mínimo ou começa a se recuperar, não haverá impulso para uma alta dos preços do petróleo bruto."

O contrato de petróleo bruto para entrega em maio tinha caído US$ 1,27, ou 2,6 por cento, para US$ 48,39 o barril na Bolsa Mercantil de Nova York às 14:48, seu menor preço oficial de fechamento desde 18 de março. As cotações subiram 8,5 por cento este ano, mas estão 67 por cento inferiores ao recorde de 147,27 registrado em julho do ano passado.

O contrato de WTI negociado para maio em Nova York fechou em queda de US$ 1,27, cotado a US$ 48,39. O vencimento para abril terminou a US$ 50,20, com baixa de US$ 1,17. Em Londres, o barril de Brent para abril caiu 79 centavos de dólar, fechando a US$ 48,44. O contrato para junho terminou valendo US$ 49,60, com retração de 96 centavos de dólar. *(Com Valor Online)*

Agenda tributária
Mês de abril de 2009

Data em que se encerra o prazo legal para pagamento dos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil

Data de Vencimento	Tributos	Código Darf/GPS	Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
Diária	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Rendimentos do Trabalho		
	Tributação exclusiva sobre remuneração indireta	2063*	FG ocorrido no mesmo dia
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior		
	Royalties e pagamentos de assistência técnica	0422*	FG ocorrido no mesmo dia
	Renda e proventos de qualquer natureza	0473*	*
	Juros e comissões em geral	0481*	*
	Obras audiovisuais, cinematográficas e videofônicas	5192*	*
	Fretes internacionais	9412*	*
	Remuneração de direitos	9427*	*
	Juros remuneratórios do capital próprio	9453*	*
	Previdência privada e Fapi	9466*	*
	Aluguel e arrendamento	9478*	*
	Outros Rendimentos		
	Pagamento a beneficiário não identificado	5217*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Imposto sobre a Exportação (IE)	0107*	Exportação, cujo registro da declaração para despacho aduaneiro tenha-se verificado 15 dias antes.
Diária	Cide - Combustíveis - Importação - Lei 10.336/01 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação de petróleo e seus derivados, gás natural, exceto sob a forma liquefeita, e seus derivados, e álcool etílico combustível.	9438*	Importação, cujo registro da declaração tenha-se verificado no mesmo dia.
Diária	Contribuição para o Pis/Pasep		
	Pis/Pasep - Importação de serviços (Lei 10.865/04)	5434*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5442*	FG ocorrido no mesmo dia
Diário (até 2 dias úteis após a realização do evento)	**Associação Desportiva que mantém Equipe de Futebol Profissional - Receita Bruta de Espetáculos Desportivos - CNPJ - Retenção e recolhimento efetuado por entidade promotora do espetáculo (federação ou confederação), em seu próprio nome.**	**2550****	**Data da realização do evento (2 dias úteis anteriores ao vencimento)**
Diário (até 2 dias úteis após a realização do evento)	**Pagamento de parcelamento de clube de futebol - CNPJ - (5% da receita bruta destinada ao clube de futebol)**	**4316****	**Data da realização do evento (2 dias úteis anteriores ao vencimento)**
Data de vencimento do tributo na época da ocorrência do fato gerador (vide art. 11 do ADE Codac nº 19/2009)	**Reclamatória Trabalhista - NIT/PIS/Pasep**	**1708****	**Mês da prestação do serviço**
	Reclamatória Trabalhista - CEI	**2801****	
	Reclamatória Trabalhista - CEI - pagamento exclusivo para outras entidades (Sesc, Sesi, Senai, etc.)	**2810****	
	Reclamatória Trabalhista - CNPJ	**2909****	
	Reclamatória Trabalhista - CNPJ - pagamento exclusivo para outras entidades (Sesc, Sesi, Senai, etc.)	**2917****	
3	**Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)**		
-	**Rendimentos de Capital**		
	Títulos de renda fixa - Pessoa Física	8053*	21 a 31/março/2009
	Títulos de renda fixa - Pessoa Jurídica	3426*	"
	Fundo de Investimento - Renda Fixa	6800*	"
	Fundo de Investimento em Ações	6813*	"
	Operações de swap	5273*	"
	Day-Trade - Operações em Bolsas	8468*	"
	Ganhos líquidos em operações em bolsas e assemelhados	5557*	"
	Juros remuneratórios do capital próprio (art. 9º da Lei nº 9.249/95)	5706*	"
	Fundos de Investimento Imobiliário - Resgate de quotas	5232*	"
	Demais rendimentos de capital	0924*	"
-	**Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior**		
	Aplicações Financeiras - Fundos/Entidades de Investimento Coletivo	5286*	21 a 31/março/2009
	Aplicações em Fundos de Conversão de Débitos Externos/Lucros/Bonificações/Dividendos	0490*	"
-	**Juros remuneratórios de capital próprio**	**9453***	
	Outros Rendimentos		"
	Prêmios obtidos em concursos e sorteios	0916*	21 a 31/março/2009
	Prêmios obtidos em bingos	8673*	"
	Multas e vantagens	9385*	"
3	**Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)**		
	Operações de Crédito - Pessoa Jurídica	1150*	21 a 31/março/2009
	Operações de Crédito - Pessoa Física	7893*	"
	Operações de Câmbio - Entrada de moeda	4290*	"
	Operações de Câmbio - Saída de moeda	5220*	"
	Aplicações Financeiras	6854*	"
	Factoring (art. 58 da Lei nº 9.532/97)	6895*	"
	Seguros	3467*	"
	Ouro, Ativo Financeiro	4028*	"
3	**Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)**		
	Cigarros do código 2402.20.00 da Tipi	1020*	21 a 31/março/2009

Fonte: Secretaria da Receita Federal

Térmica AES Uruguaiana oficializa o encerramento das operações

Energia

Sérgio Bueno
De Porto Alegre

Depois do acordo firmado no início de março para o encerramento do último contrato de fornecimento de energia, desta vez com a distribuidora RGE, graças ao reconhecimento do caráter involuntário da descontratação pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a AES Uruguaiana anunciou oficialmente ontem a paralisação por tempo indeterminado da termelétrica a gás inaugurada em 2000 na fronteira do Rio Grande do Sul com a Argentina. Com a decisão, 28 funcionários da usina foram demitidos, enquanto 16 permanecem executando serviços de manutenção dos equipamentos e 14 foram realocados em outras unidades do grupo AES no Brasil, informou a empresa.

A AES Uruguaiana já não gerava energia desde maio de 2008, quando o fornecimento de gás natural pela argentina YPF foi suspenso. O problema repetiu-se sistematicamente desde 2004 e até agora ocorreram cinco períodos de corte no suprimento. Nesses momentos a geradora foi obrigada a comprar energia no mercado de curto prazo, em alguns casos a custos superiores aos preços de venda determinados nos contratos de longo prazo com as distribuidoras, informou a companhia. Por conta disso, só em 2007 e 2008 a empresa reportou prejuízos de R$ 433,7 milhões e R$ 658,4 milhões, respectivamente.

A usina foi construída com investimentos de US$ 360 milhões e em maio de 2005 teve a garantia física de produção reconhecida pela Aneel reduzida de 565 para 217 megawatts (MW). A garantia foi novamente recalculada em janeiro do ano passado, desta vez para 161 MW, e zerada em dezembro de 2008, depois de a YPF ter formalizado, em setembro, razões de "força maior" para a suspensão do fornecimento de gás. Desde então, a agência reguladora reconheceu a "exposição involuntária" das distribuidoras que tinham contrato com a AES Uruguaiana, o que permite a elas repassar para as tarifas o custo adicional da compra da energia no mercado à vista.

Conforme a AES Uruguaiana, dos 559 MW contratados originalmente com as quatro distribuidoras (RGE, AES Sul, AES Eletropaulo e CEEE), apenas 69 MW ainda serão adquiridos no mercado de curto prazo e entregues ao longo deste ano. O fornecimento vai até junho para a AES Eletropaulo e até dezembro para as outras três. A empresa informou que a interrupção das operações da geradora "é uma decisão circunstancial" e que o grupo americano AES segue buscando alternativas ao gás argentino.

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Colorado Telecomunicações Ltda. -** Requerente: Ironde Pereira Cardoso - Vara/Comarca: 4a Vara de Penápolis/SP
Requerido: **Companhia Açucareira de Penápolis -** Requerente: Al Química Comércio de Produtos Químicos Ltda. - Vara/Comarca: 3a Vara de Penápolis/SP
Requerido: **Gabriela Barreto Leite, Firma Individual -** Requerente: Reneé Paula Zanchi Sbrana - Vara/Comarca: 3a Vara de Carapicuíba/SP
Requerido: **Leomaq Ltda. Indústria Mecânica Ltda. -** Requerente: Esab S/A Indústria e Comércio - Vara/Comarca: 2a Vara de Ipatinga/MG - Observação: Nova distribuição
Requerido: **Mc Indústria de Auto Peças Ltda. -** Requerente: Arnaldo Pollone Indústria e Comércio Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara de Sete Lagoas/MG
Requerido: **Nascar Auto Sport Reparadora de Veículos Ltda. ME -** Endereço: Av. Presidente Tancredo Neves, 350 - Requerente: TJ Distribuidora de Abrasivos e Soldas Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências de São Paulo/SP
Requerido: **T. R. A. Comércio de Bebidas e Produtos Alimentícios Ltda. -** Endereço: Rua Odilon de Paula Brasil, S/nº - Requerente: Barion Indústria e Comércio de Alimentos S/A - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências de São Paulo/SP
Requerido: **Telesp Telecomunicações de São Paulo S/A (Telefônica) -** Endereço: Rua Martiniano de Carvalho, 851 - Requerente: Simone Pimentel Ribeiro - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências de São Paulo/SP
Requerido: **Verdurama Comércio Atacadista de Alimentos Ltda. -** Endereço: Av. Mofarrej, 761 - Requerente: Comércio e Indústria Orsi Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências de São Paulo/SP
Requerido: **Zalaf e Costa Engenharia Ltda. -** Requerente: Prime Montagens Industriais Ltda. - Vara/Comarca: 3a Vara de Pindamonhangaba/SP

Falências Decretadas

Empresa: **Bang Esporte Calçados Ltda. -** Administrador Judicial: 3º Liquidante Judicial, - Vara/Comarca: 7a Vara Empresarial do Rio de Janeiro/RJ
Empresa: **Cofasa Comércio Serviços Ltda. -** Endereço: Rua Quatigua, 136 - Administrador Judicial: Dr. Alexandre Alberto Carmona - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências de São Paulo/SP
Empresa: **Well Card Calçados Ltda. ME -** Administrador Judicial: Não Citado No Despacho, - Vara/Comarca: 7a Vara de Uberlândia/MG

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Cantarela e Speroto Ltda. -** Requerente: Elizabeth S/A Indústria Têxtil - Vara/Comarca: Vara de Recuperação Empresarial e Falências de Vitória/ES - Observação: Petição inicial indeferida
Requerido: **Cd Vídeo Tapes Comércio, Importação e Exportação Ltda. -** Requerente: Sony Music Entertainment Indústria e Comércio Ltda. - Vara/Comarca: 18a Vara de Recife/PE - Observação: Falta de interesse de agir
Requerido: **Comercial Banatex Ltda. -** Requerente: Plastprom Indústria e Comércio de Equipamentos de Segurança Individual Ltda. - Vara/Comarca: 18a Vara de Recife/PE - Observação: Falta de interesse de agir
Requerido: **Companhia Geral de Melhoramentos em Pernambuco -** Requerente: Rolimec Rolamentos Ltda. - Vara/Comarca: 11a Vara de Recife/PE - Observação: Desistência homologada
Requerido: **Conengen Ltda. -** Requerente: Incopre Engenharia e Comércio S/A - Vara/Comarca: Vara de Recuperação Empresarial de Vitória/ES - Observação: Petição inicial indeferida
Requerido: **Cosfarma Produtos Cosméticos e Farmacêuticos Ltda. -** Requerente: Kimberly Clark Kenko Indústria e Comércio Ltda. - Vara/Comarca: 13a Vara de Belém/PA - Observação: Torne-se sem efeito a publicação veiculada na edição de ontem (01/04), quando a ordem requerido/requerente foi invertida.
Requerido: **Eletro Mecânica Spelta Ltda. -** Requerente: Eletromil Comercial Ltda. - Vara/Comarca: Vara de Recuperação Empresarial e Falências de Vitória/ES - Observação: Pedido julgado improcedente
Requerido: **Emil Comércio e Serviços Ltda. -** Requerente: Guia Granitos e Mármores Ltda. - Vara/Comarca: Vara de Recuperação Empresarial e Falências de Vitória/ES - Observação: Homologado acordo celebrado entre as partes
Requerido: **Forja Rio Ltda. -** Requerente: Nuitrimax de Lucas Refeições Coletivas Ltda. ME - Vara/Comarca: 7a Vara Empresarial do Rio de Janeiro/RJ
Requerido: **Hgu Hospital Geral de Urgências Ltda. -** Requerente: Cristália Produtos Químicos e Farmacêuticos Ltda. - Vara/Comarca: 18a Vara de Recife/PE - Observação: Petição inicial indeferida
Requerido: **Iacol Indústria de Artefatos de Couro Ltda. -** Requerente: Dom Vital Transporte Ultra Rápido Indústria e Comércio Ltda. - Vara/Comarca: 18a Vara de Recife/PE - Observação: Petição inicial indeferida
Requerido: **Imbal Importadora Barreto Ltda. -** Requerente: Metalúrgica Schulz S/A - Vara/Comarca: 18a Vara de Recife/PE - Observação: Desistência homologada
Requerido: **Imbiribeira Aços Ltda. -** Requerente: Guindautos Guindastes e Autos Ltda. - Vara/Comarca: 18a Vara de Recife/PE - Observação: Falta de interesse de agir
Requerido: **Imobiliária Serrambi Ltda. -** Requerente: Rádio Jornal do Comércio - Vara/Comarca: 18a Vara de Recife/PE - Observação: Petição inicial indeferida
Requerido: **Imperatriz Comércio, Importação e Exportação Ltda. -** Requerente: Camil Cooperativa Agropecuária de Major Izidoro Ltda. - Vara/Comarca: 18a Vara de Recife/PE - Observação: Petição inicial indeferida
Requerido: **Indústria Cerâmica Vitório Ltda. -** Requerente: Caulisa Comércio e Beneficiamento de Minérios Ltda. - Vara/Comarca: 11a Vara de Recife/PE - Observação: Falta de interesse de agir
Requerido: **Ipanema Presentes Ltda. -** Requerente: Eletrônicos Prince Indústria, Comércio, Importação e Exportação Ltda. - Vara/Comarca: 18a Vara de Recife/PE - Observação: Falta de interesse de agir
Requerido: **Irmão Dinarte -** Requerente: Diário de Pernambuco S/A - Vara/Comarca: 18a Vara de Recife/PE - Observação: Petição inicial indeferida
Requerido: **Ivson da Silva, Firma Individual -** Requerente: Belcosa Distribuidora de Cosméticos Ltda. - Vara/Comarca: 18a Vara de Recife/PE - Observação: Petição inicial indeferida
Requerido: **J a Jerônimo e Companhia Ltda. -** Requerente: Ambert Têxtil Industrial e Comercial Ltda. - Vara/Comarca: 18a Vara de Recife/PE - Observação: Petição inicial indeferida
Requerido: **J I Confecções Ltda. -** Requerente: Unipauta Formulários Ltda. - Vara/Comarca: 18a Vara de Recife/PE - Observação: Petição inicial indeferida
Requerido: **J L P Braga, Firma Individual -** Requerente: Vagro Varig Agropecuária S/A - Vara/Comarca: 18a Vara de Recife/PE - Observação: Petição inicial indeferida
Requerido: **Leão Monteiro Ltda. -** Requerente: Frigorífico Ibérico Ltda. - Vara/Comarca: 18a Vara de Recife/PE - Observação: Falta de interesse de agir
Requerido: **Leve Pesca Ltda. -** Requerente: Solrac Ltda. - Vara/Comarca: 18a Vara de Recife/PE - Observação: Homologado acordo celebrado entre as partes
Requerido: **Líder Renovação de Pneus Ltda. -** Requerente: Agrocampo Ltda. - Vara/Comarca: 18a Vara de Recife/PE - Observação: Petição inicial indeferida
Requerido: **Linha Cirúrgica Ltda. -** Requerente: Pom Pom Produtos Higiênicos Ltda. - Vara/Comarca: 18a Vara de Recife/PE - Observação: Homologado acordo celebrado entre as partes
Requerido: **Livraria e Papelaria Papéis Fortes Ltda. -** Requerente: Redijohn Distribuidora de Produtos de Higiene e Limpeza Automotivos Ltda. - Vara/Comarca: 18a Vara de Recife/PE - Observação: Petição inicial indeferida
Requerido: **Lua Cheia Consultoria e Comunicação Ltda. -** Requerente: Tv Jornal do Commércio Ltda. - Vara/Comarca: 18a Vara de Recife/PE
Requerido: **Lubar Indústria e Comércio Ltda. -** Requerente: Imbal Importadora Barreto Ltda. - Vara/Comarca: 18a Vara de Recife/PE - Observação: Desistência homologada
Requerido: **Lubar Indústria e Comércio Ltda. -** Requerente: CTL Comercial de Tubos e Laminados Ltda. - Vara/Comarca: 18a Vara de Recife/PE - Observação: Desistência homologada
Requerido: **Marcadil Produtos Veterinários Ltda. ME -** Requerente: Righetto & Orsati Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de General Salgado/SP - Observação: Falta de interesse de agir
Requerido: **Paru Confecções Ltda. -** Requerente: Tekla Participações Indústria Têxtil Ltda. - Vara/Comarca: 3a Vara de Barueri/SP - Observação: Desistência homologada
Requerido: **Pc Legal Brasil Tecnologias C Ltda. -** Requerente: Presco Fomento Comercial Ltda. - Vara/Comarca: 3a Vara de Barueri/SP - Observação: Desistência homologada
Requerido: **Shalon Comércio e Distribuidora de Doces Ltda. -** Requerente: Plásticos Pisani S/A - Vara/Comarca: Vara de Recuperação Empresarial e Falências de Vitória/ES - Observação: Pedido julgado improcedente
Requerido: **Transportadora Transmatogrossense Ltda. -** Requerente: José Aparecido Ferreira ME - Vara/Comarca: 2a Vara de Sorocaba/SP - Observação: Falta de interesse de agir
Requerido: **Transportes Palmares Ltda. -** Requerente: Intermédica Sistema de Saúde S/A - Vara/Comarca: 1a Vara de Cubatão/SP - Observação: Desistência homologada

Recuperação Judicial Requerida

Empresa: **Plexpel Comércio e Indústria de Papel Ltda. -** Endereço: Rua César Ramalho, 522 - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências de São Paulo/SP

Acompanhe em tempo real as mais relevantes notícias sobre economia e negócios, os principais índices e cotações do mercado.

Acesse:
www.valoronline.com.br

Commodities | Agrícolas

Açúcar

São Paulo - 01/04/09
Cristal Cambial- Mercado Futuro (BM&FBovespa)
(Contrato = 270 sacas; cotação = US$/50Kg).

Meses	Abt.	Mín.	Máx.	Ajuste	Var.ptos.
Jul/09	s/cot.	s/cot.	s/cot.	16,73	+0,14

Contratos em aberto em 31/03/09: Jul/09, 150
Contratos negociados: Fev/09, -
Volume Financeiro (R$): -
Fonte: BM&FBovespa

Nova York - Futuro - 01/04/09
(Contrato nº 11 - mundial branco - em centavos de dólar por libra-peso - FOB e estivado a bordo) – var. ptos.

Meses	Abt.	Máx.	Mín.	Ajuste	Osc.
Mai/09	12,69	13,01	12,65	12,73	+0,06
Jul	13,30	13,61	13,24	13,33	Inalt.
Out	14,08	14,25	13,95	14,02	-0,06
Jan/10	s/cot.	s/cot.	s/cot.	14,42	-0,14
Mar	15,10	15,11	14,85	14,92	-0,14

Contratos em aberto em 31/03/09: Mai/09, 209.650; Jul, 189.418; Out, 112.757; Jan/10, 207 e Mar, 74.597
Foram negociados 112.486 lotes de 50 toneladas longas

(Contrato nº 14 - doméstico branco - em centavos de dólar por libra-peso - FOB e estivado a bordo) – var. ptos.

Meses	Abt.	Máx.	Mín.	Ajuste	Osc.
Mai/09	21,00	21,00	21,00	21,00	+0,02
Jul	21,65	21,75	21,65	21,75	+0,10
Set	s/cot.	s/cot.	s/cot.	21,94	+0,10

Contratos em aberto em 31/03/09: Mai/09, 1.550; Jul, 2.556; Set, 2.293 e Set, 2.293
Foram negociados 310 lotes de 50 toneladas longas

Nova York - Disponível
(Em centavos de dólar por libra-peso)

	01 Abr	31 Mar
Contrato mundial nº 11	13,68	13,52
Média ponderada nº 11	12,76	12,62
Volume	8.263	12.229

Londres - Futuro - 01/04/09
(Contrato nº 5 refinado - em dólares por tonelada) – var. ptos.

Meses	Abt.	Máx.	Mín.	Ajuste	Osc.
Mai/09	394,60	402,80	394,10	399,20	+6,40
Ago	392,90	399,20	392,20	395,30	+4,80
Out	394,00	399,00	393,20	394,80	+2,30
Dez	394,00	397,00	393,40	395,30	+2,80
Mar/10	398,20	402,40	398,20	400,30	+2,80

Contratos em aberto em 31/03/09: Mai/09, 18.654; Ago, 28.750; Out, 14.732; Dez, 5.799 e Mar/10, 2.503

Organização Internacional do Açúcar - 31/03/09

Em centavos de dólar p/ libra-peso	Preço do dia	Média 15 dias
	13,36	13,53

Fonte: Bloomberg e Dow Jones Newswires.

Algodão

São Paulo - 01/04/09
Algodão em Plumas - Tipo 6 CEPEA/ESALQ - Preços em R$c/Lp

A vista	110,527	A prazo	111,274

Prazo médio de pagamento (dias): 8

Mercado disponível de algodão - 31/03/09
Ágios e deságios - Padrões universais - R$/lb

Tipos Brancos	Folha Tipo 1&2	3	4	5	6	7
Cor boa média	11	-	-	-	-	-
Cor estritamente média	21	400	300	-	-	-
Cor média	31	300	200	150	-	-
Cor estrit. abaixo da méd.	41	-	50	Base	(50)	-
Cor abaixo da média	51	-	(150)	(200)	(300)	-
Cor estrit. boa comum	61	-	-	(400)	(450)	(650)
Cor boa comum	71	-	-	-	(900)	(1.000)
Abaixo de padrão	81	-	-	-	n	n

Cor

1- Branco	Base	4- Avermelhado	(900)
2- Ligeiramente creme	(100)	5- Amarelado	(900)
3- Creme (todos os tipos)	(300)		

Deságio p/fibra de 26/28mm	-2,31 R$/@ ou -0,07 R$/lp
Deságio p/fibra de 28/30mm	-1,65 R$/@ ou -0,05 R$/lp
Ágio p/fibra de 32/34mm	+0,99 R$/@ ou +0,03 R$/lp

Resumo dos negócios (t.) - até as 10:00 horas - 01/04/09

Zona	Safra 2006/2007	2007/2008	2008/2009	2009/2010	Total
Mercado Interno	-	2.242,0	-	1.000,0	3.242,0
Importação	-	-	-	-	-
Exportação	-	500,0	-	2.000,0	2.500,0
Total	-	2.742,0	-	3.000,0	5.742,0

Fonte: BM&FBovespa/Bolsa Brasileira de Mercadorias

Regiões Produtoras
(Preço médios recebidos pelos produtores)

Algodão em Caroço (R$/15 kg) Local	Preços	Algodão em Pluma (R$/15 kg) Local	Preços
Avaré	s/cot.	Avaré	s/cot.
Limeira	s/cot.	Jales	s/cot.
Orlândia	s/cot.	Limeira	s/cot.
Pres. Venceslau	s/cot.	Orlândia	s/cot.
Votuporanga	s/cot.	Votuporanga	s/cot.

Fonte: Irist. de Econ. Agrícola (IEA) e Coord. de Assist. Técn. Integral (CATI).

Nova York - Futuro - 01/04/09
(Cotação número 2 em centavos de dólar por libra-peso)

Meses	Abt.	Máx.	Mín.	Ajuste	Osc.
Mai/09	46,25	46,78	45,81	46,15	-0,32
Jul	46,51	47,54	46,51	47,06	-0,29
Out	49,60	49,61	49,57	49,65	-0,24
Dez	51,50	51,70	50,87	51,35	-0,21
Mar/10	54,50	54,50	54,18	54,39	-0,11
Mai	s/cot.	s/cot.	s/cot.	55,35	-0,20

Contratos em aberto em 31/03/09: Mai/09, 58.364; Jul, 47.039; Out, 504; Dez, 27.621; Mar/10, 3.950 e Mai, 142
Foram negociados 21.261 contratos

Liverpool (Preços em centavos de dólar por libra/peso)

Índice	01 Abr	Var. em ptos
Índice A - (MIDD) C/fibra 1-3/32 (2003-04)	54,60	+1,55
Índice B - (SLM) C/fibra 1-1/1 (2003-04)	s/cot.	-

Fonte: Bloomberg e Dow Jones Newswires.

Arroz

São Paulo - 01/04/09
Mercado Atacadista - (Preço em R$)

Tipo	Mín.	Méd.	Máx.	Merc.
- Arroz Beneficiado sc. 60 kg				
Uruguai tipo 1 sc. 50 kg	s/inf.	s/inf.	s/inf.	-
- Arroz em Fardo 30 kg				
Agulhinha parboilizado	45,00	54,53	59,94	Firme
Agulhinha tipo 1	41,70	49,98	65,94	Firme
Agulhinha tipo 2	s/inf.	s/inf.	s/inf.	-

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Regiões Produtoras
(Preços médios recebidos pelos produtores - Em casca R$/saca 60 kg)

Local	Preço	Local	Preço
Assis	39,00	Pindamonhangaba	40,00
Guaratingueta	40,00	Olímpia	S/inf.

Fontes: Inst. de Econ. Agrícola (IEA) e Coord. de Assist. Técn. Integral (CATI).

Batata

São Paulo - 01/04/09
Mercado Atacadista - (Preços em R$) - (sc. 50 kg)

Produtos	Mín.	Méd.	Máx.	Merc.
Agata escovada	50,00	55,00	60,00	Estável
Agata lavada	58,00	61,50	65,00	Estável
Asterix lavada	58,00	61,50	65,00	Estável
Baraka escovada	50,00	53,50	55,00	Estável
Cesar escovada	50,00	52,50	55,00	Firme
Cesar lavada	58,00	61,50	65,00	Estável
Cupido lavada	s/inf.	s/inf.	s/inf.	-
Monalisa lavada	65,00	70,00	75,00	Estável
Monalisa escovada	50,00	53,00	55,00	Estável

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Regiões Produtoras
Preços médios - Agata/Asterix (Prazo de pagamento 45 dias) - R$/saca 50kg

(Bintje/Monalisa)	Preços	(Agata/Monalisa)	Preços
Avaré	s/inf.	Sorocaba	s/inf.
Itapetininga	s/inf.	S.J. Boa Vista	s/inf.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Boi

São Paulo - 01/04/09
Futuro (BM&FBovespa) - Boi gordo em reais (contrato = 330@; cotação = R$/@) - Var./ptos.

Meses	Abt.	Mín.	Máx.	Ajuste	Var. Ptos.
Abr/09	77,50	77,50	78,50	78,50	+0,20
Mai	77,65	76,71	77,95	77,79	+0,30
Jun	78,20	78,20	78,20	78,52	+0,02
Jul	80,97	80,80	81,50	81,25	+0,27
Ago	81,60	81,60	82,65	82,43	+0,03
Set	82,00	82,00	82,00	83,75	+0,55
Out	83,90	83,00	84,49	84,45	+0,53
Nov	84,50	84,00	84,50	85,20	+0,20
Dez	84,50	84,50	84,50	84,90	+0,15

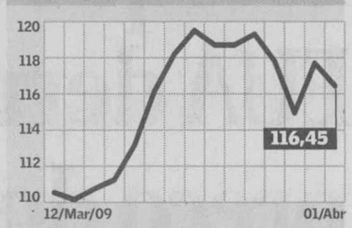
Contratos em aberto em 31/03/09: Abr/09, 153; Mai, 7.057; Jun, 256; Jul, 863; Ago, 1.113; Set, 964; Out, 6.107; Nov, 993 e Dez, 15
Volume Fin anceiro (R$): 83,721 mi
Fonte: BM&FBovespa

Regiões Produtoras (Preços nominais)

Local	Mín. (1)	Máx. (2)	Mín. (3)	Máx. (4)	Prazo (5)
Araçatuba					
Boi Gordo (*)	77,44	79,84	79,84	81,88	34,80
Vaca Gorda (*)	70,49	71,90	72,67	74,00	35,00
Bezerro (**)	653,66	653,66	670,00	670,00	30,00
Boi Magro (**)	975,62	975,62	1.000,00	1.000,00	30,00
- São José do Rio Preto/Barretos					
Boi Gordo (*)	76,39	79,69	78,81	81,88	35,38
Vaca Gorda (*)	70,55	73,41	72,67	75,74	35,85
Bezerro (**)	682,93	682,93	700,00	700,00	30,00
Boi Magro (**)	975,62	975,62	1.000,00	1.000,00	30,00
- Bauru/Marília - Pecuária					
Boi Gordo (*)	77,44	79,56	79,84	81,88	35,44
Vaca Gorda (*)	70,72	71,60	72,67	73,69	35,25
Bezerro (**)	585,37	682,93	600,00	700,00	30,00
Boi Magro (**)	926,84	938,54	950,00	962,00	30,00
- Presidente Prudente					
Boi Gordo (*)	77,57	78,56	79,84	80,86	35,83
Vaca Gorda (*)	71,65	73,59	73,69	75,74	34,60
Bezerro (*)	566,60	682,93	576,00	700,00	27,50
Boi Magro (**)	795,00	868,30	890,00	890,00	30,00
- Noroeste do Paraná					
Boi Gordo (*)	72,60	74,59	74,72	76,77	34,50
Vaca Gorda (*)	67,62	67,74	69,60	69,60	33,66
Bezerro (**)	568,19	607,38	580,00	620,00	25,00
Boi Magro (**)	881,67	979,64	900,00	1.000,00	25,00

Café

Mercado futuro* - em US$ cents/libra



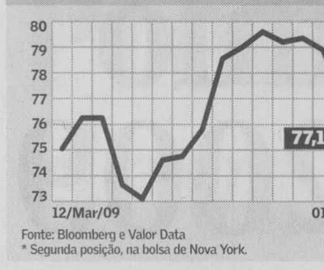
Fonte: Bloomberg e Valor Data
* Segunda posição, na bolsa de Nova York.

Vendas especulativas

Os preços futuros do café fecharam em queda ontem, nas bolsas internacionais, como reflexo das vendas especulativas no mercado, após os recentes ganhos observados nos últimos pregões. Na bolsa de Nova York, os contratos de café para julho fecharam a US$ 1,1645 a libra-peso, com recuo de 125 pontos. Na bolsa de Londres, os contratos para julho encerraram a US$ 1.530 a tonelada, com baixa de US$ 27. Segundo analistas ouvidos pela Reuters, as tradings estão com pouco crédito para tomarem posições em commodities, o que tem tirado o suporte dos preços. No mercado paulista, a saca de 60 quilos fechou a R$ 264,85, com alta de 0,55%, segundo o índice Cepea/Esalq. A comercialização no mercado interno segue lenta, segundo analistas.

Suco de laranja

Mercado futuro* - em US$ cents/libra



Fonte: Bloomberg e Valor Data
* Segunda posição, na bolsa de Nova York.

Movimento técnico

Os preços futuros do suco de laranja concentrado e congelado fecharam em queda ontem, pressionados por movimentos de realização de lucro e também pelo clima chuvoso na região produtora da Flórida, segundo analistas ouvidos pela Reuters. Na bolsa de Nova York, os contratos para julho encerraram a 77,15 centavos de dólar por libra-peso, com de 175 pontos. Analistas ouvidos pela Reuters afirmaram que a colheita da laranja valência avança nos Estados Unidos, com 4,575 milhões de caixas colhidas até o dia 30, 31,5% acima em relação à semana anterior. No mercado paulista, a caixa de 40,8 quilos da fruta negociada para as indústrias encerraram a R$ 4,75, segundo o índice Cepea/Esalq. A demanda segue firme no mercado interno.

Milho

Mercado futuro* - em US$ cents/bushel

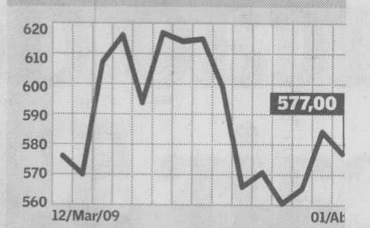
Fonte: Bloomberg e Valor Data.
* Segunda posição, na bolsa de Chicago

Petróleo pressiona

A venda de fundos, a queda dos preços do petróleo e vendas de produtores americanos puxaram a queda ontem dos preços futuros do milho na bolsa de Chicago, segundo analistas ouvidos pela agência Reuters. Os contratos para julho encerraram o pregão a US$ 4,0625 o bushel, com baixa de 8,50 centavos. A queda do petróleo torna o milho para a produção de etanol inviável, uma vez que o petróleo mais barato tira a competitividade dos combustíveis alternativos. Analistas estão atentos ao clima na região produtora do cinturão de milho americano, segundo informou a agência Reuters. Em São Paulo, a saca de 60 quilos fechou ontem a R$ 21,01, segundo o índice Cepea/BM&FBovespa. Os leilões do governo têm dado suporte aos preços no mercado interno.

Trigo

Mercado futuro* - em US$ cents/bushe



Fonte: Bloomberg e Valor Data.
* Segunda posição na bolsa de Kansas.

Cereal russo em análise

Os preços futuros do trigo fecharam em queda ontem nas bolsas americanas, pressionados por realização de lucros por parte dos fundos. Na bolsa de Kansas, os contratos para julho encerraram o pregão a US$ 5,3825 o bushel, com recuo de 7 centavos. Em Chicago, os contratos para julho fecharam a US$ 5,77 o bushel, com baixa de 7,25 centavos. Governo e indústrias brasileiras analisam a possibilidade de importar trigo da Rússia, uma vez que a Argentina, maior exportador do cereal para o Brasil, teve forte quebra da safra. O trigo russo não tem todas as características necessárias às indústrias, mas deve ser uma melhor opção que o trigo gaúcho, segundo informou um empresário brasileiro do setor moageiro à Reuters. No Paraná, a saca de 60 quilos fechou a R$ 29,02, segundo o Deral.

Soja – continuação

Regiões Produtoras - 01/04/09
(Preços médios em reais - saca de 60 kg.)

Local	Preços	Local	Preços
Assis	44,20	Itapeva	43,50
Barretos	s/inf.	Orlândia	42,80

Fontes: Instituto de Economia Agrícola (IEA)

Mercado Atacadista - SP.

Produtos	Mín.	Méd.	Máx.	Mercado
Soja - CIF Santos sc.60 kg	49,00	49,00	49,50	Firme
Soja - FOB Mogiana sc.60 kg	44,00	44,00	45,50	Estável
Soja - FOB Sorocabana sc.60 kg	44,00	44,00	45,50	Estável

Fontes: Inst. de Econ. Agrícola (IEA) e Coord. de Assist. Técn. Integral (CATI).

Chicago - 01/04/09
(Em centavos de dólar por bushel de 60 lbs.)

Meses	Abt.	Máx.	Mn.	Ajuste	Osc.
Mai/09	956,00	959,50	948,00	952,00	Inalt.
Jul	955,00	958,00	948,00	951,50	+1,00
Ago	s/cot.	s/cot.	s/cot.	936,50	+0,50
Set	s/cot.	s/cot.	s/cot.	907,00	+0,50
Nov	894,00	899,00	889,50	892,00	Inalt.

Contratos em aberto em 31/03/09: Mai/09, 129.631; Jul, 77.992; Ago, 4.748; Set, 8.686 e Nov, 76.703
Foram negociados 23.400 contratos

Farelo de soja

São Paulo - 01/04/09
A granel FOB interior - CIF/SP. (Preços em R$ à Vista)

Produtos	Fech.	Merc.
Por toneladas		
Farelo	740,00	Estável

Fonte: Tetras Corretora.

Chicago - 01/04/09
(Em dólares por tonelada curta)

Meses	Abt.	Máx.	Mín.	Ajuste	Osc.
Mai/09	296,00	297,20	293,30	294,30	-1,00
Jul	292,50	293,00	290,00	291,20	-0,40
Ago	285,00	285,00	284,50	284,90	-0,40
Set	275,00	276,00	275,00	274,90	-0,60
Out	s/cot.	s/cot.	s/cot.	265,40	Inalt.

Contratos em aberto em 31/03/09: Mai/09, 47.277; Jul, 25.314; Ago, 6.144; Set, 6.924 e Out, 5.348
Foram negociados 13.534 contratos

Óleo de Soja

São Paulo - 01/04/09
Mercado Atacadista - SP.

Produtos	Mín.	Preços em R$ Méd.	Máx.	Merc.
- Óleo (caixa com 20 latas/900 ml)				
Soja	40,00	45,23	51,90	Firme

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Chicago - 01/04/09
(Em cents por libra-peso)

Meses	Abt.	Máx.	Mín.	Ajuste	Osc.
Mai/09	33,47	33,66	33,36	33,50	-0,12
Jul	33,75	33,93	33,68	33,79	-0,13
Ago	33,90	34,05	33,85	33,95	-0,13
Set	34,11	34,20	34,00	34,11	-0,12
Out	34,27	34,30	34,15	34,26	-0,12

Contratos em aberto em 31/03/09: Mai/09, 92.123; Jul, 60.316; Ago, 6.985; Set, 8.154 e Out, 4.208
Foram negociados 14.180 contratos

Boi – continuação

Regiões Produtoras (Preços nominais) - 01/04/09

Local	Mín. (1)	Máx. (2)	Mín. (3)	Máx. (4)	Prazo (5)
- Três Lagoas (M.S.)					
Boi Gordo (*)	66,00	70,62	71,65	72,67	35,06
Vaca Gorda (*)	64,07	65,74	66,00	67,55	34,50
Bezerro (**)	634,15	682,93	650,00	700,00	30,00
Boi Magro (**)	878,05	878,06	900,00	900,00	30,00
- Campo Grande (M.S.)					
Boi Gordo (*)	68,51	69,96	70,62	72,00	35,22
Vaca Gorda (*)	63,15	63,65	65,00	65,51	35,00
Bezerro (**)	546,84	697,13	550,00	700,00	9,14
Boi Magro (**)	845,12	995,89	850,00	1.000,00	8,22
- Triângulo Mineiro					
Boi Gordo (*)	68,01	71,65	70,00	72,00	35,54
Vaca Gorda (*)	63,49	64,64	65,51	66,53	35,85
Bezerro (**)	585,37	614,64	600,00	630,00	30,00
Boi Magro (**)	829,27	975,62	850,00	1.000,00	30,00

(1) Valor mín. à vista, (2) Valor Máx. à vista, (3) Valor Mín. à prazo, p/descontar Funrural (4) Valor Máx. à prazo, p/descontar Funrural (5) Prazo Médio para Pagamento.
Obs: (*) Preço por arroba - (**) Preço por cabeça
Fonte: CEPEA/ESALQ/BM&FBovespa

Mercado Atacadista

Produtos	Mín.	Preços em R$ Méd.	Máx.	Merc.
- Carne bovina resfriada				
Dianteiro c/osso (kg)	4,10	4,20	4,30	Estável
Ponta de agulha (kg)	3,60	3,70	3,90	Estável
Traseiro c/osso (kg)	5,90	6,20	6,30	Estável
- Charque				
Dianteiro (kg)	9,30	9,30	9,30	Firme
Ponta de agulha (kg)	7,50	8,55	9,20	Estável

Fontes: Inst. de Econ. Agrícola (IEA) e Coord. de Assist. Técn. Integral (CATI).

Bezerro

São Paulo - 01/04/09
Mercado Futuro (BM&FBovespa)
Contrato = 33 animais; cotação = R$/animal - var. em ptos.

Meses	Abt.	Mín.	Máx.	Ajuste	Osc.
Set/08	s/cot.	s/cot.	s/cot.	s/cot.	-

Contratos em aberto 24/10/08 Jun/08, -
Volume Financeiro (R$): -

Indicadores de preços disponível do Bezerro - Mato Grosso do Sul

A vista	641,41	A prazo	644,353

Prazo médio de pagamento (dias): 14,5 - (preços em R$/cabeça)
Fonte: ESALQ/BM&FBovespa

Borracha

Londres - 01/04/09
(Em centavos de euro p/ quilo)

Tipo Rss 3	Fech.	Osc.	Tipo Tsr 20	Fech.	Osc.
Mai/09	120,50	+1,00	Mai/09	109,50	+2,00
Nov/09	120,25	+0,75	Nov/09	112,50	+2,00

Malásia - (Em centavos Ringgit por quilo) - 01/04/09

Tipo SMR	Fech.	Osc.	Tipo SMR 20	Fech.	Osc.
Mai/09	528,00	-	Mai/09	526,00	-

Nova York - Spot (cents p/libra - Tipo RSS) - 01/04/09

Meses	Nº 1	Nº 2	Nº 3
Abr/09	76,500	76,000	74,500

Fonte: Dow Jones Newswires e Reuters.

Cacau

Ilhéus-Itabuna - 01/04/09
(Preços em R$ por arroba de 15 kg)

Preços	01 Abr	31 Mar
Máximo	99,00	s/cot.
Médio	97,00	s/cot.
Mínimo	95,00	s/cot.

Fonte: Central Nacional de Produtores de Cacau.

Bahia - Mercado Atacadista

Produto	Tipo	Praça	Unidade	Preço/R$
Cacau	Amêndoa	Ilhéus/Itabuna	Arroba	95,00

Fontes: Coordenação de Conjuntura Agrícola – DAEA/SEAGRI.

Nova York - Futuro - 01/04/09
(Em dólares por tonelada)

Meses	Abt.	Máx.	Mín.	Ajuste	Osc.
Mai/09	2.599	2.622	2.571	2.618	+13
Jul	2.590	2.622	2.572	2.617	+12
Set	2.597	2.615	2.583	2.618	+14
Dez	2.596	2.610	2.573	2.611	+10
Mar/10	2.585	2.595	2.580	2.600	+9
Mai/10	2.569	2.569	2.568	2.601	+12

Contratos em aberto em 31/03/09: Mai/09, 29.384; Jul, 33.539; Set, 22.869; Dez, 12.554; Mar/10, 8.336 e Mai/10, 2.266
Foram negociados 9.841 lotes de 10 tons. métricas.

Nova York - Disponível
(Em dólares por tonelada)

Tipo	01 Abr	31 Mar
Costa de Gana	3.163	3.150
Costa do Marfim - superior - grãos	2.990	2.977
Nigéria - superior - grãos	2.976	2.963
Arriba Equador safra sup. Grãos	2.926	2.913
Sanchez fag - grãos (República Domi.)	2.951	2.938
Malásia 110	2.608	2.595
Sulawesi fag - grãos	2.718	2.705
Equador - Líquor de cacau	4.163	4.142
África - manteiga pura prensada	6.632	6.599
Torta prensada - nat. 10 - 12% manteiga	1.239	1.233

Organização Internacional do Cacau - 31/03/09
Preços equivalente em (SDRs) por tonelada: 1.785,24 Preços em dólares por tonelada: 2.669,06

Londres - Futuro - 01/04/09
(Em libras esterlinas por toneladas métricas)

Meses	Abt.	Máx.	Mín.	Ajuste	Osc.
Mai/09	1.938	1.945	1.921	1.934	-6
Jul	1.902	1.906	1.885	1.898	-6
Set	1.875	1.883	1.862	1.876	-5
Dez	1.860	1.865	1.844	1.858	-4
Mar/10	1.836	1.836	1.822	1.832	-4
Mai/10	1.833	1.837	1.820	1.829	-4

Contratos em aberto em 31/03/09: Mai/09, 68.419; Jul, 57.315; Set, 21.572; Dez, 20.219; Mar/10, 10.014 e Mai/10, 561
Vendas: Mai/09, 4.317; Jul, 5.040; Set, 2.231; Dez, 1.255; Mar/10, 205 e Mai, 128
Fonte: Bloomberg.

Café

São Paulo - 01/04/09
Arábica - Mercado Futuro (BM&FBovespa)
(contrato = 100 sacas; cotação = US$/60Kg)

Meses	Abt.	Mín.	Máx.	Ajuste	Var. Ptos.
Mai/09	s/cot.	s/cot.	s/cot.	123,65	-1,15
Jul	s/cot.	s/cot.	s/cot.	128,50	-1,20
Set	133,35	132,25	134,00	132,45	-1,55
Dez	s/cot.	s/cot.	s/cot.	136,30	-1,40

Contratos em aberto em 31/03/09: Mai/09, 1.465; Jul, 205; Set, 12.379 e Dez, 5.155
Contratos negociados: 1.095
Volume Financeiro (R$): 33,628 mi
Fonte: BM&FBovespa

Indicadores de preços disponível do café - CEPEA/ESALQ

A vista	264,850	A prazo (*)	266,350

(*) Sete dias - Preço R$/sc. 60 kg.
Fonte: CEPEA/ESALQ/BM&FBovespa

Regiões Produtoras - São Paulo
Preços médios (Prazo de pagamento 7 dias) - em R$ p/saca 60kg
Café Beneficiado tipo 6

Regiões	Preços	Regiões	Preços
Brg. Paulista	260,00	Ourinhos	260,00
Franca	270,00	S.J.Boa Vista	270,00
Marília	265,00		

Fontes: Inst. de Econ. Agrícola (IEA) e Coord. de Assist. Técn. Integral (CATI).

Café – continuação

Santos - Mercado Físico - 01/04/09
(Preços em R$/saca de 60 kg, safra 2008/2009)
Cafés verde, bica corrida, tipo 6, p/melhor, condição porta de armazém com 7 dias para liquidação

Tipo	Mín.	Máx.	Var.ptos
Finos a Extra-finos - Mogiana e Minas	275,00	280,00	-5,00
Boa qualidade - Duros, bem preparados	270,00	275,00	Inalt.
Duros com xícaras mais fracas	255,00	265,00	Inalt.
Riados	245,00	250,00	Inalt.
Bebida Rio	240,00	245,00	Inalt.
P.Batida - Para o Consumo Int. Dura	240,00	245,00	Inalt.
P.Batida - Para o Consumo Int. Riadas	235,00	240,00	Inalt.

Obs: Os cafés cereja descascado (CD) da safra nova valem R$ 285,00/ 295,00 por saca.
Fonte: Escritório Carvalhaes

Rio de Janeiro - Mercado disponível
(Em R$ Cotações por 60 kg, ensacado, posto armazém interior) (Inclusive Funrural, exclusive ICMS)

Tipo	Em R$/sc.	Em US$/sc.
- Grupo I (Base Varginha - MG)		
Tipo C.Interno 500 def. 1+1:	232,00	100,17
Tipo 6/7, BC Duro	250,00	107,94
Tipo 6 BC, Fino	255,00	110,10
- Grupo II (Base Vitoria)		
Tipo C. Interno 500 Def:	197,00	85,06
Tipo 7, Bica:	205,00	88,51
Tipo 5/6 15/16 (Pronto Embarque)	255,00	110,10
Tipo 2/3 17/18 (Pronto Embarque)	260,00	112,26
- Conillon (Base Vitória)		
Tipo 7 Bica corrida:	210,00	90,67
Tipo 5/6 13 UP (Pronto Embarque)	220,00	94,99
Tipo 7, 10% de broca	s/cot.	s/cot.
Safra nova 2000/01	s/cot.	s/cot.

Pautas Interestaduais e ICM

Período	Tipo	US$/SC	R$/sc	ICM/R$/SC
01/04/09	Arábica	117,50	273,65	32,84
01/04/09	Conillon	98,00	228,23	27,39

Fonte: Centro do comércio do Café do Rio de Janeiro.

Bahia - Mercado Atacadista

Prod.	Tipo	Praça	Unidade	Preço/R$
Café Arábica	Despolpado	Vit.Conquista	sc/60 kg	275,00
Café Arábica	Duro	Vit.Conquista	sc/60 kg	240,00
Café Arábica	Rio	Vit.Conquista	sc/60 kg	205,00

Fonte: Coordenação de Conjuntura Agrícola - DAEA/SEAGRI.

Nova York - Futuro - 01/04/09
(Contratos "C" em centavos de dólar p/ libra-peso para preço médio) - var. ptos.

Meses	Abt.	Máx.	Mín.	Ajuste	Osc.
Mai/09	115,55	116,05	114,15	114,50	-1,25
Jul	117,20	117,85	116,10	116,45	-1,25
Set	119,50	119,95	118,15	118,50	-1,25
Dez	122,00	122,20	121,15	121,35	-1,25
Mar/10	124,60	124,80	124,00	124,05	-1,25
Mai	s/cot.	s/cot.	s/cot.	125,95	-1,25

Contratos em aberto em 31/03/09: Mai/09, 64.360; Jul, 36.021; Set, 18.674; Dez, 12.259; Mar/10, 8.020 e Mai/10, 1.453
Foram negociados 13.625 lotes de 250 sacas.

Nova York - Disponível
(Em centavos por libra) - Com base no mês de março

Tipo	01 Abr	31 Mar
Santos nº 4	104,75	102,00
Santos 2/3 fc/ss	105,25	102,50
Colombiana ugq	159,75	157,00
Colombiana Ep	160,75	158,00
El Salvador - standard	124,75	122,00
Mexicano lavado - FOB Loredo	121,25	118,50
Mexicano HG	123,75	121,00
Guatemala	139,75	137,00
Peru - HBMC	121,25	118,50
Uganda Pmy Robusta	82,54	83,53
Indonésia EK1	75,04	76,03
Equador - Extra Superior	103,25	100,50

Organização Internacional do Café
(Preços em centavos de dólar por libra, base ex- docas de Nova York, pronto embarque)

Tipo	31 Mar	Osc.
Preço Composto Diário (ICA 1979)	109,67	+1,09
Arábicas Colombiana - NY	180,75	+6,75
Arábicas Colombiana Brêmen-Hamburg	160,50	+1,22
Arábicas Colombiana - Média 15 dias	169,41	+3,65
Arábicas Outros - NY	134,13	+2,75
Arábicas Outros - Bremen-Hamburgo	132,08	+1,10
Arábicas Outros - Média 15 dias	132,94	+1,79
Arábicas Brasileira - NY	102,25	+1,75
Arábicas Brasileira Brêmen-Hamburg	105,58	+1,14
Robusta - NY	78,25	+0,50
Robusta - Lê Havre/Marselha	76,47	-0,70

Londres - Futuro - 01/04/09
(Robusta - Em dólares por 10 toneladas métricas) - var. ptos.

Meses	Abt.	Máx.	Mín.	Ajuste	Osc.
Mai/09	1.555	1.561	1.532	1.533	-22
Jul	1.557	1.563	1.525	1.530	-27
Set	1.571	1.571	1.540	1.540	-28
Nov	1.577	1.577	1.570	1.553	-28
Jan/10	s/cot.	s/cot.	s/cot.	1.564	-28

Contratos em aberto em 31/03/09: Mai/09, 44.383; Jul, 24.166; Set, 6.941; Nov, 3.344 e Jan/10, 1.112
Vendas: Mai/09, 4.767; Jul, 1.309; Set, 156; Nov, 14 e Jan/10, -
Fonte: Bloomberg.

Suínos

São Paulo - 01/04/09
Regiões Produtoras
(Preços médios recebidos pelos produtores - em R$/15 kg)

Tipo Carne Local	Preço	Local	Preço
Avaré	41,00	S.J.Rio Preto	41,00
Brag. Paulista	42,00	Sorocaba	42,00

Mercado Atacadista - (Preços em R$)

Produtos	Mín.	Méd.	Máx.	Merc.
- Carne suína (kg)				
Resfriada (1/2 carcaça)	3,10	3,20	3,40	Estável
- Banha de porco (cx. 30 unidade. de 1kg)				
Empacotada	S/inf.	S/inf.	S/inf.	-

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Paraná
Mercado Atacadista - (Cotação de compra em R$/Unidade)
Suíno em pé - Tipo Carne Kg

Local	Mín.	Máx.	Local	Mín.	Máx.
Apucarana	2,00	2,00	Irati	1,60	1,80
Cascavel	1,70	1,80	Ivaiporã	1,70	1,70
Corn,Procópio	1,60	1,90	Jacarezinho	1,80	1,80
Curitiba	1,60	1,70	Londrina	1,60	2,00
Guarapuava	1,65	1,75	Pato Branco	1,65	1,65

Fonte: SIMA - Sistema de Informação de Mercado Agrícola

Feijão

São Paulo - 01/04/09
Mercado Atacadista - SP.

Produtos	Mín.	Preços/R$ Méd.	Máx.	Merc.
Carioquinha tipo 1 sc. 60 kg	90,00	92,50	95,00	Estável
Carioquinha tipo 2 sc. 60 kg	70,00	72,50	75,00	Estável
Preto tipo 1 sc. 60 kg	90,00	92,50	95,00	Estável
Preto tipo 2 sc. 60 kg	80,00	82,50	85,00	Estável

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Regiões Produtoras - SP.
(Preços médios recebidos pelos produtores)
Feijão Carioca extra novo (em R$/Saca 60 kg)

Local	Preço	Local	Preço
Avaré	65,00	Itapeva	67,00
Barretos	S/inf.	Pres. Prudente	S/inf.

Fontes: Inst. de Econ. Agrícola (IEA) e Coord. de Assist. Técn. Integral (CATI).

Paraná
Mercado Atacadista - (Cotação de Compra em R$/Unidade)

Feijão de Cor Local	Mín.	Máx.	Feijão Preto Local	Mín.	Máx.
Cascavel	60,00	65,00	Cascavel	60,00	65,00
Fco. Beltrão	s/inf.	s/inf.	Fco. Beltrão	s/inf.	s/inf.
Guarapuava	55,00	65,00	Irati	60,00	65,00
Ivaiporã	65,00	70,00	Ivaiporã	65,00	70,00
Paranavaí	70,00	90,00	P. Grossa	70,00	85,00
Umuarama	70,00	80,00	U. Vitória	59,00	70,00

Fonte: SIMA - Sistema Nacional de Informação de Mercado Agrícola.

Frango

São Paulo - 01/04/09
Mercado Atacadista - Ave abatida - Preços em R$/Kg

Tipo	Mín.	Méd.	Máx.	Merc.
Ave abatida (kg)				
Frango resfriado	2,18	2,40	2,60	Estável
- Pinto de um dia				
Corte p/unidade	0,56	0,56	0,56	Estável
Postura branco p/unidade	1,45	1,45	1,45	Estável
Postura vermelho p/unidade	1,55	1,55	1,55	Estável

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Regiões Produtoras
(Preços médios recebidos pelos produtores - frango vivo p/corte - R$/kg)

Local	Preço
Estado de São Paulo	1,60

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Associação Paulista de Avicultura - Preços em R$/Kg

Frango/Tipo	Preço	Mercado
Abatido Resfriado	2,60	Estável
Peito	3,60	Estável
Coxa	2,80	Estável
Vivo (APA)	S/cot.	-
Vivo - Paralelo (*)	1,60	Estável
Galinha viva - Leve	0,30/0,35	Estável
Galinha viva - Pesada	0,95/1,00	Estável

(*) - Comercialização parcial não contratada
Fonte: Associação Paulista de Avicultura (APA)

Lã

Sidnei - 01/04/09
BFS – (Lã gordurosa - em centavos de dólar australiano por kg.)

Meses	Abt	Máx.	Mín.	Ajuste	Osc.
Abr/09	770	770	770	774	-6
Jun	770	775	768	770	-5
Ago	s/cot.	s/cot.	s/cot.	778	Inalt.
Out	s/cot.	s/cot.	s/cot.	781	+3
Dez	s/cot.	s/cot.	s/cot.	784	+3
Fev/10	s/cot.	s/cot.	s/cot.	784	+3

Contratos em aberto em 31/03/09: Abr, 449; Jun, 708; Ago, 161; Out, 24; Dez, 5 e Fev/10, -
Foram negociados 20 contratos
Fonte: Bloomberg.

Laticínios

São Paulo - 01/04/09
Mercado Atacadista – Preços/R$

Produtos	Mín.	Méd.	Máx.	Merc.
Manteiga (kg)				
Com sal	S/Inf.	S/Inf.	S/Inf.	-
Sem sal	5,10	5,70	6,30	Estável
Queijo (kg)				
Frescal	7,80	10,08	14,76	Firme
Minas Padrão	15,80	17,17	19,72	Firme
Mussarela	6,90	9,05	12,40	Firme
Parmesão	16,90	19,63	22,61	Firme
Prato	8,59	9,81	12,40	Firme
Provolone curado	16,00	16,45	16,90	Firme

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Regiões Produtoras
(Preços médios recebidos pelos produtores)

Leite "B" (litro) Local	Preço	Leite "C" (litro) Local	Preço
Araraquara	0,65	Araçatuba	0,58
Franca	0,68	Franca	0,60
Guaratinguetá	0,92	Gen.Salgado	0,68
Lins	0,64	Guaratinguetá	0,90
Rib.Preto	s/inf.	Itapetininga	0,47
S.J.Boa Vista	s/inf.	Rib. Preto	0,60
		S.J. Boa Vista	0,59
		S.J. Rio Preto	0,60

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Laranja

São Paulo - 01/04/09
Regiões Produtoras
(Preços médios recebidos pelos produtores)

Para Indústria - (Pera) - cx. 40,8 kg Local	Preço	Para mesa - (Pera) - cx. 40,8 kg Local	Preço
Araraquara	s/inf.	Barretos (Pêra)	12,00
Barretos	s/inf.	Jaboticabal (Pêra)	12,00
Jaboticabal	s/inf.	Mogi Mirim (Pêra)	11,00

Fontes: Inst. de Econ. Agrícola (IEA) e Coord. de Assist. Técn. Integral (CATI).

Suco de Laranja

Nova York - 01/04/09
(Em centavos de dólar por libra-peso, para entrega em armazéns licenciados da Flórida preço médio)

Meses	Abt.	Máx.	Mín.	Ajuste	Osc.
Mai/09	75,50	76,45	73,35	74,50	-1,80
Jul	79,00	79,00	76,00	77,15	-1,75
Set	81,30	81,30	79,50	80,60	-1,30
Nov	84,25	84,25	83,00	83,85	-1,10
Jan/10	86,50	86,50	86,00	86,30	-1,10
Mar	s/cot.	s/cot.	s/cot.	89,05	-1,10

Contratos em aberto em 31/03/09: Mai/09, 16.299; Jul, 6.904; Set, 2.970; Nov, 590; Jan/10, 148 e Jan/10, 5
Foram negociados 3.080 contratos de 15 mil lbs,

Madeira

Chicago - 01/04/09
Mercado Futuro (contrato 160.000 BD FT = US$ BD FT)

Meses	Abt.	Máx.	Mín.	Ajuste	Osc.
Mai/09	172,40	180,00	172,00	176,50	+5,20
Jul	181,50	188,50	181,50	188,00	+6,70
Set	193,00	198,80	193,00	198,00	+6,60
Nov	189,90	191,90	189,90	191,80	+2,50

Contratos em aberto em 31/03/09: Mai/09, 4.517; Jul, 2.512; Set, 793 e Nov, 109
Foram negociados 1.399 contratos

Mandioca

São Paulo - 01/04/09
Regiões Produtoras – Mandioca p/indústria
Preços médios recebidos pelos produtores - Prazo de pgto. 30 dias

Local	Preço (t.)	Local	Preço (t.)
Assis	145,00	Ourinhos	145,00
Mogi Mirim	158,00	Tupã	145,00

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Farinha de Mandioca
Mercado Atacadista - São Paulo (Preço/R$)

Produtos	Mín.	Méd.	Máx.	Merc.
Derivados				
Crua fina (sc. 50 kg)	38,00	43,50	48,00	Estável
Crua grossa (sc. 40 kg)	30,00	35,50	40,00	Estável
Torrada (sc. 50 kg)	48,00	53,00	58,00	Estável

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Milho

São Paulo - 01/04/09
Mercado Futuro (BM&FBovespa)
Milho em reais (contrato = 450 sacas; cotação = R$/60Kg)

Meses	Abt.	Mín.	Máx.	Ajuste	Var. Ptos.
Mai/09	22,40	22,30	22,40	22,20	-0,05

Contratos em aberto em 31/03/09: Mai/09, 1.576
Contratos negociados: Mai/09, 50
Volume Financeiro (R$): 502,335 mil
Fonte: BM&FBovespa

Mercado Atacadista - SP.

Tipo	Mín.	Méd.	Máx.	Merc.
Milho Amarelo CIF Campinas 60 kg	21,20	21,20	21,20	Firme
Milho Amarelo FOB Mogiana 60 kg	18,50	18,50	19,00	Firme
Milho Amarelo FOB Sorocabana 60 kg	18,50	18,50	19,00	Firme
Milho Pipoca (Argentina) 25 kg	49,71	50,71	51,71	Estável
Milho Pipoca (Nacional) 30 kg	50,00	51,00	52,00	Estável

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Milho – continuação

Regiões Produtoras - SP. - 01/04/09
(Preços médios recebidos pelos produtores - em R$/saca 60 kg)

Local	Preço	Local	Preço
Araçatuba	17,00	Itapeva	17,50
Assis	17,50	Orlândia	17,00
Avaré	17,30	S.J.Boa Vista	17,50

Fontes: Inst. de Econ. Agrícola (IEA) e Coord. de Assist. Técn. Integral (CATI).

Paraná
Mercado Atacadista - Cotação de compra em R$/unidade
Milho comum saca de 60 Kg.

Local	Min	Máx.	Local	Mín.	Máx.
C.Mourão	16,00	16,00	Guarapuava	16,60	17,00
Cascavel	16,00	16,00	Londrina	16,00	16,50
F. Beltrão	s/inf.	s/inf.	Toledo	16,00	16,00

Fontes: SIMA - Sistema Nacional de Mercado Agrícola.

Chicago - 01/04/09
(Em centavos de dólar por bushel de 56 lbs)

Meses	Abt.	Máx.	Mín.	Ajuste	Osc.
Mai/09	400,00	402,00	393,00	396,00	-8,75
Jul	409,00	411,75	403,00	406,25	-8,50
Set	417,75	417,75	413,00	415,25	-8,75
Dez	430,00	432,00	424,00	427,25	-8,50
Mar/10	440,50	442,75	435,50	438,75	-8,75

Contratos em aberto em 31/03/09: Mai/09, 262.295; Jul, 226.110; Set, 59.814; Dez, 189.974 e Mar/10, 24.667
Foram negociados 27.387 contratos

Ovos

São Paulo - 01/04/09
(Preços em R$,caixa com 30 dúzia a vista)

Tipo	Extra	Grande	Médio	Mercado
Atacado - São Paulo				
Branco	49,90	48,90	46,90	Estável
Vermelho	51,90	50,90	48,90	Estável
- Atacado - Rio de Janeiro				
Branco	53,00	52,00	50,00	Estável
Vermelho	55,00	54,00	52,00	Estável
- Atacado - Belo Horizonte				
Branco	53,00	52,00	50,00	Estável
Vermelho	55,00	54,00	52,00	Estável

Fonte: Associação Paulista de Avicultura (APA).

Mercado Atacadista - (Preços em R$)

Tipo	Mín.	Méd.	Máx.	Merc.
Branco - Cx.30 dúzias				
Extra	49,90	55,40	60,84	Estável
Grande	48,90	53,20	57,51	Estável
Médio	46,90	51,90	56,86	Estável
Vermelho - Cx.30 dúzias				
Extra	51,90	57,20	62,43	Estável
Grande	50,90	55,70	60,46	Estável
Médio	48,90	53,30	57,78	Estável

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Regiões Produtoras
(Preços médios recebidos pelo produtor - R$/30 dz)

Ovo tipo extra Branco Local	Preço	Ovo tipo grande Branco Local	Preço
Araçatuba	47,00	Araçatuba	45,00
Campinas	51,00	Campinas	50,00
Mogi das Cruzes	49,90	Mogi das Cruzes	47,90
Tupã	47,00	Tupã	45,00

Fontes: Inst. de Econ. Agrícola (IEA) e Coord. de Assist. Técn. Integral (CATI).

Soja

São Paulo - 01/04/09
Soja Cambial-Mercado Futuro (BM&FBovespa) - Variação em ptos.
(Contrato = 450 sacas; cotação = US$/60kg)

Meses	Abt.	Mín.	Máx.	Ajuste	Osc.
Mai/09	21,60	21,40	21,70	21,43	+0,08
Jun	21,20	21,20	21,50	21,40	+0,28
Jul	21,30	21,15	21,44	21,44	+0,33
Set	s/cot.	s/cot.	s/cot.	20,90	+0,40

Contratos em aberto em 31/03/09: Mai/09, 5.722; Jun, 2.227; Jul, 578 e Set, 25
Número de Negócios: 478;
Volume Financeiro (R$): 12,841 mi
Fonte: BM&FBovespa

Trigo

Chicago - 01/04/09
(Em centavos de dólar por bushel de 60 lbs)

Meses	Abt.	Máx.	Mín.	Ajuste	Osc.
Mai/09	529,00	530,00	517,00	525,50	-7,25
Jul	541,00	543,00	530,00	538,25	-7,00
Set	563,25	563,25	557,00	563,25	-6,25
Dez	587,00	587,00	580,00	586,75	-6,75
Mar/10	595,00	598,00	595,00	602,25	-6,75

Contratos em aberto 31/03/09: Mai/09, 114.193; Jul, 115.000; Set, 26.931; Dez, 45.587 e Mar/10, 1.972
Foram negociados 6.459 contratos

Kansas - (Em centavos de dólar por bushel de 60 lbs) - 01/04/09

Meses	Abt.	Máx.	Mín.	Ajuste	Osc.
Mai/09	569,00	570,50	556,50	566,00	-7,25
Jul	580,00	581,00	567,50	577,00	-7,25
Set	591,00	591,00	579,50	588,25	-7,25
Dez	605,00	605,00	605,00	604,00	-7,25
Mar/10	s/cot.	s/cot.	s/cot.	617,50	-7,25

Contratos em aberto 31/03/09: Mai/09, 27.114; Jul, 28.691; Set, 6.846; Dez, 18.517 e Dez, 569
Foram negociados - contratos
Fonte: Bloomberg

Óleos vegetais

Em - 01/04/09

Em Roterdã (US$/tonelada)	Período De entrega	Cotação	Variação
Óleo de Soja da Holanda*	Abr/09	s/cot.	-
Colza da Holanda*	Mai/Jul/09	585,00	Inalt.
Óleo Girassol	Abr/Jun/09	780,00	Inalt.
Óleo de Amendoim/Bra/Arg/EUA			
Óleo Linhaça (qualquer origem)	Abr/Mai/09	850,00	Inalt.
Óleo Palma bruto/Malásia (CIF)	Abr/09	620,00	-
Óleo Palma refinada/Malásia (FOB)	Abr/09	s/cot.	-
Oleína refinada/Malásia (FOB)	Abr/09	s/cot.	-
Estearina da Malásia (FOB)	Abr/Jun/09	495,00	-
Óleo de Coco/Filipinas/Indonésia	Mai/Jun/09	645,00	+20,00

* Em euros por toneladas
Fonte: Reuters.

Indicadores

Mercado à Vista - 01/04/09

Café	Boi Gordo	Açúcar
(US$/60 Kg)	(US$/arroba)	P/usina (US$/50 Kg)
116,110	34,7	20,525
Soja	**Bezerro**	**Algodão**
(US$/60 Kg)	(US$/cabeça)	(US$/lp)
20,460	281,197	48,456

Cepea/Esalq	Café: Posto SP, bebida dura ou melhor tipo 6 ou melhor
Esalq/BM&FBovespa	Boi Gordo: indicador de preço boi gordo São Paulo
Cepea/Esalq	Açúcar cristal: indicador de preço São Paulo
Cepea/Esalq	Soja: Preço Paraná
Esalq/BM&FBovespa	Bezerro: Indicador de preço Mato Grosso do Sul
Cepea/Esalq	Algodão: Indicador de preço Posto São Paulo
Câmbio consid.	2,281

Fonte: Cepea/Esalq

Commodities minerais

Petróleo

Nova York (West Texas Intermediate WTI) - 01/04/09
Bolsa Mercantil de Nova York - em dólares por barril

Meses	Abt.	Máx.	Mín.	Ajuste	Osc.
Mai/09	47,55	48,39	47,55	48,39	-1,27
Jun	50,00	50,20	49,63	50,20	-1,17
Jul	51,25	51,77	51,77	51,77	-1,08
Ago	52,40	52,84	52,84	52,84	-1,09
Set	53,79	53,79	53,79	53,79	-1,10
Out	54,74	54,74	54,74	54,74	-1,11

Contratos em aberto em 31/03/09: Mai/09, 279.640; Jun, 194.250; Jul, 93.679; Ago, 34.644; Set, 33.458 e Out, 26.574

Londres (Brent) - 01/04/09
Bolsa Internacional de Petróleo - em dólares por barril

Meses	Abt.	Máx.	Mín.	Ajuste	Osc.
Mai/09	48,37	48,70	47,26	48,44	-0,79
Jun	49,47	49,88	48,50	49,60	-0,96
Jul	50,94	51,22	49,72	50,79	-1,11
Ago	52,34	52,35	50,75	51,80	-1,18
Set	53,22	53,22	51,65	52,70	-1,15
Out	54,07	54,07	52,54	53,59	-1,12

Contratos em aberto em 31/03/09: Mai/09, -; Jun, -; Jul, -; Ago, -; Set, - e Out,
Fonte: Nymex, IPE e Bloomberg

Alumínio

Nova York (Comex) - 01/04/09
em centavos de dólar por libra-peso

Meses	Ajuste	Osc.	Meses	Ajuste	Osc.
Abr/09	63,75	-0,25	Jun	64,75	-0,25
Mai	64,25	-0,25	Jul	65,25	-0,25

Contratos em aberto em 31/03/09: Abr/09, -; Mai, -; Jun, - e Jul, -
Números de contratos negociados: -
Fonte: Comex e Bloomberg

Estoques

Bolsa de Metais de Londres - em toneladas métricas

Metal	01 Abr	31 Mar	(Variação em Toneladas) No dia	No mês	No ano
Cobre	501.775	499.625	2.150	2.150	162.000
Estanho HG	10.905	10.730	175	175	3.115
Chumbo	61.625	62.025	-400	-400	16.475
Zinco SHG	344.450	344.900	-450	-450	90.950
Níquel	107.682	106.698	984	984	29.292
Alumínio HG	3.477.300	3.468.975	8.325	8.325	1.148.400
Liga de alumínio	100.080	100.200	-120	-120	-2.920

Fonte: LME e Dow Jones Newswires.

Metais

Bolsa de Metais de Londres - em dólares p/ton. Métricas
Primeiro fechamento (oficial) - 01/04/09

	Compra	Venda	Variação (US$)
Alumínio High Grade			
Disponível	1.336,50	1.337,00	-28,50
Três meses	1.376,00	1.378,00	-27,00
Liga de Alumínio			
Disponível	1.200,00	1.201,00	-39,00
Três meses	1.230,00	1.240,00	Inalt.

Metais - continuação

Bolsa de Metais de Londres - em dólares p/ton. Métricas
- Primeiro fechamento (oficial)

	Compra	Venda	Variação (US$)
Cobre Grade A			
Disponível	3.963,00	3.963,50	-71,50
Três meses	4.002,00	4.005,00	-46,00
Chumbo			
Disponível	1.241,00	1.242,00*	-30,00
Três meses	1.250,00	1.253,00	-47,00
Níquel			
Disponível	9.550,00	9.555,00	150,00
Três meses	9.670,00	9.675,00	150,00
Estanho High Grade			
Disponível	10.640,00	10.650,00	225,00
Três meses	10.450,00	10.465,00	215,00
Zinco Special High Grade			
Disponível	1.260,00	1.261,00	-39,50
Três meses	1.292,00	1.294,00	-33,00

Fonte: LME e Dow Jones Newswires.

Outros metais

Nova York - 01/04/09
Engelhard - (preços em dólares por onça-troy)

Produto	Preço	Variação (US$)
Prata		
Preço base	12,980	-0,050
Pura	15,576	-0,060
Paládio		
Puro	217,00	+2,00
Refinado	317,00	+2,00
Platina		
Pura	1.135,00	+13,00
Refinada	1.235,00	+13,00

Londres - 01/04/09
(preços em dólares por onça-troy)

Produto	Preço	Variação (US$)
Prata - Preço base	12,980	-0,130

Mercado Balcão - 01/04/09*
(CIF dólares por libra peso)

Produto	Compra	Venda
Cobalto - Cobalto - 99,60%	14,00	16,00
Cobalto - Catodos - 99,80%	15,00	17,00
Cobalto - Lingotes - 99,30%	13,00	15,00

(*) Data da última atualização.
Fonte: Bloomberg, Dow Jones e Reuters.

Cobre

Nova York (Comex) - 01/04/09
High Grade em centavos de dólar por libra-peso (preço médio)

Meses	Abt.	Máx.	Mín.	Ajuste	Osc.
Abr/09	184,90	184,90	184,90	184,55	+0,65
Mai	181,00	185,10	179,90	184,90	+0,45
Jun	185,50	185,50	185,50	185,25	+0,35
Jul	180,80	185,80	180,80	185,70	+0,30
Ago	s/cot.	s/cot.	s/cot.	186,10	+0,25
Set	s/cot.	s/cot.	s/cot.	186,50	+0,15
Out	s/cot.	s/cot.	s/cot.	186,90	+0,15

Contratos em aberto em 31/03/09: Abr/09, 1.307; Mai, 57.668; Jun, 1.974; Jul, 23.369; Ago, 913; Set, 4.903 e Out, 847
Número de contratos negociados: 2.906
Fonte: Comex e Bloomberg

Pecuária No mercado interno, arroba do boi gordo registra valorização

Diminui ritmo de queda das exportações de carne

Alda do Amaral Rocha
De São Paulo

As exportações de carne bovina in natura voltaram a recuar em março, na comparação com o mesmo intervalo de 2008, mas o ritmo de queda diminuiu. Isso sinalizaria, na opinião de exportadores, um movimento de recuperação após meses de fortes perdas em decorrência da crise global que afetou a demanda e o crédito.

Em março passado, segundo dados divulgados ontem pelo Ministério de Desenvolvimento, as vendas externas de carne in natura totalizaram US$ 233,6 milhões, 14,4% abaixo dos US$ 273 milhões registrados em igual intervalo de 2008. Em janeiro e fevereiro, porém, as quedas haviam sido mais significativas na comparação com os mesmos meses de 2008.

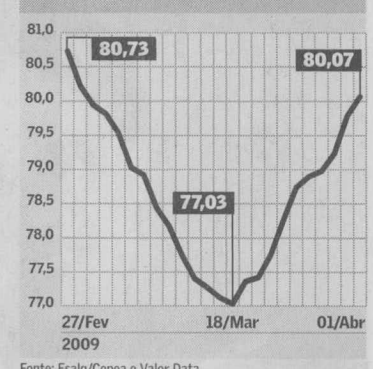
Em volume, os números de março — 82,138 mil toneladas — ficaram pouco abaixo dos vistos no mesmo mês de 2008, quando foram embarcadas 84 mil toneladas.

Em janeiro passado, as vendas de produto in natura somaram US$ 168,4 milhões, quase 54% menos do que os US$ 364, 7 milhões do mesmo período de 2008. Em fevereiro, a queda já foi menor, mas ainda expressiva — 27% — de US$ 254,2 milhões para US$ 185,8 milhões, de acordo com dados do ministério compilados pela Associação Brasileira da Indústria Exportadora de Carne Bovina (Abiec).

Para o diretor-executivo da Abiec, Otávio Cançado, os números indicam um movimento de recuperação das vendas por conta da necessidade de recomposição de estoques e aumento da demanda nos países importadores. A Rússia, um dos países mais afetados pela crise de crédito no mundo, foi um dos que contribuíram para a queda menor da receita com as exportações de carne.

O país importou US$ 74,838 milhões em carne in natura em março passado — no mesmo mês de 2008 havia comprado US$ 99,5 milhões. A receita caiu porque o preço médio recuou, já que os volumes até aumentaram: foram 31.020 toneladas em março, pouco acima das 30.701 toneladas do mesmo mês de 2008.

Boi em recuperação
A prazo* - em R$/arroba



Fonte: Esalq/Cepea e Valor Data
*Preço médio no Estado de São Paulo

A redução no preço médio não espantou os exportadores, já que reflete o momento de crédito escasso no mercado.

Um outro sinal considerado positivo pelos exportadores nos números de março foi o aumento de 9% nas vendas de carne industrializada em março — na comparação com o mesmo mês de 2008 — para US$ 63 milhões. O volume também aumentou — de 15 mil toneladas para 15,8 mil toneladas em março deste ano.

Os sinais de que as exportações de carne bovina ensaiam recuperação já influenciam os preços do boi gordo no mercado doméstico, afirma Lygia Pimentel, analista da Scot Consultoria. Ontem, na região de Barretos (SP), a arroba subiu R$ 0,50, para R$ 79,50. Há uma semana, estava em R$ 77,00. Ela diz que o produtor percebeu uma melhora no cenário e decidiu segurar as vendas.

José Vicente Ferraz, da AgraFNP, acrescenta que a oferta de gado para abate segue restrita em função do ajuste no ciclo pecuário, e os preços são firmes de uma maneira geral no país. Pelo levantamento da FNP, havia negócios ontem no noroeste paulista a R$ 81,00 a arroba.

O comportamento atual dos preços do boi gordo — reflexo da demanda de animais para abate — mostra que parte dos frigoríficos está ocupando espaços deixados no mercado por outros que deixaram de operar em função de dificuldades financeiras, concordam os analistas.

Demissões já chegam a 6,2 mil no Independência

De São Paulo

O frigorífico Independência já demitiu 6.200 de seus 12 mil funcionários nas unidades que mantém em sete Estados do país. Ontem, a empresa, que pediu recuperação judicial no fim de fevereiro, com dívidas estimadas em US$ 1 bilhão, anunciou o desligamento de mais 1.400 empregados por conta do fechamento da unidade de abate e desossa em Nova Xavantina (MT), da planta de desossa em Presidente Venceslau (SP) e do centro de distribuição em Itupeva (SP).

Segundo comunicado da empresa, as medidas irão resultar na demissão de 1.400 funcionários e na realocação de alguns deles em outras unidades.

"Os fechamentos e as reduções nestas unidades são parte de um programa de ajuste das operações do Independência à realidade do mercado atual, que foi severamente impactado pela menor demanda internacional, pelo excesso de oferta de carne, tanto no mercado doméstico como nas exportações, e pela queda nos preços de venda da carne (...)", voltou a afirmar a empresa em nota.

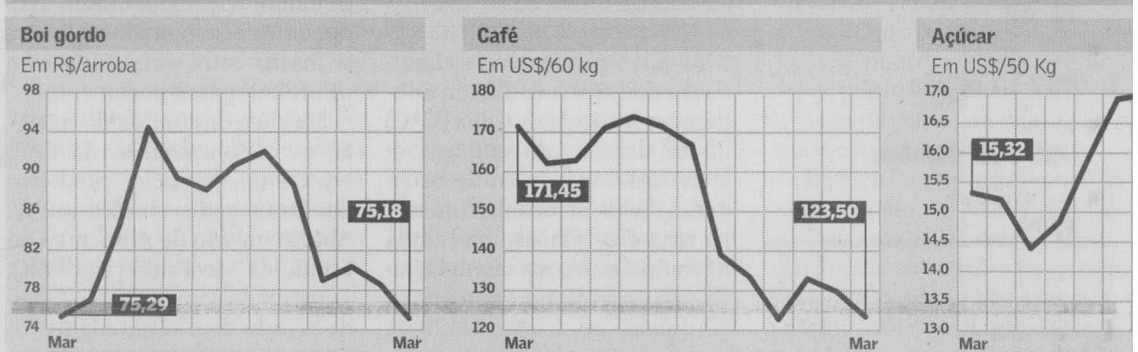
Na semana passada, o Independência já fizera dois anúncios de fechamentos de plantas e demissões. Foram fechados quatro abatedouros — Senador Canedo (GO), Anastácio (MS), Confresa (MT), Nova Andradina (MS) — e a unidade de charque de Pires do Rio (GO), o que resultou na demissão de 4.800 funcionários. A empresa também já anunciara ajustes nas operações de Santana do Parnaíba (SP), Janaúba (MG), Pontes e Lacerda, Juína e Colíder, as três no Mato Grosso, e Rolim de Moura (RO) para reduzir custos.

Curiosamente, em todos os comunicados sobre demissões, o Independência repete que "se mantém fortemente compromissado em continuar suas atividades", mas todas as unidades já estão paralisadas desde o fim de fevereiro. As que ainda não foram fechadas também estão sem operar, e os funcionários estão em casa.

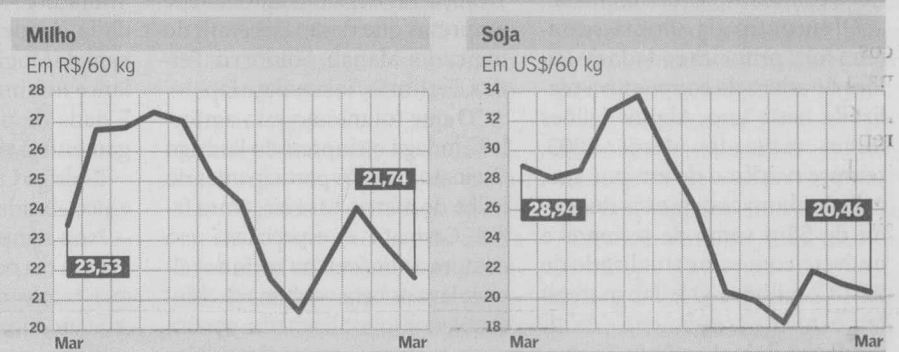
Fontes do setor afirmam que o Independência tem feito demissões em "parcelas" para, enquanto isso, poder negociar um destino para suas fábricas. No mercado há informações de que alguns dos ativos da empresa poderiam ser arrendados ou comprados pela JBS, que procurada, negou. O Independência não atendeu ao pedido de entrevista e não respondeu se outras plantas serão fechadas.

Além dos abatedouros, três curtumes e três fábricas de charque no Brasil, o Independência tem ainda uma planta no Paraguai. *(AAR)*

Queda generalizada
Cotações médias mensais na BM&FBovespa*



Boi gordo		Café		Açúcar
Var. no período - em %		Var. no período - em %		Var. no período - em %
Em mar/09	-4,35	Em mar/09	-4,93	Em mar/09	-0,48
12 meses**	-0,14	12 meses**	-27,97	12 meses**	8,58
24 meses**	38,87	24 meses**	-9,11	24 meses**	25,78



Milho		Soja	
Var. no período - em %		Var. no período - em %	
Em mar/09	-4,70	Em mar/09	-2,59
12 meses**	-7,60	12 meses**	-29,29
24 meses**	9,42	24 meses**	25,17

Fonte: BM&FBovespa e Valor Data *Mercado futuro, segunda posição **Até mar/09

Baixa generalizada de preços na BM&FBovespa em março

Futuros

Fernando Lopes
De São Paulo

Todos os produtos agropecuários negociados na BM&FBovespa encerraram março com cotações médias mensais inferiores às registradas em fevereiro, conforme cálculos do Valor Data baseado nos contratos futuros de segunda posição de entrega, normalmente a de maior liquidez.

Isso não significa monotonia. Pelo contrário. Os fundamentos permaneceram presentes, mas novamente oscilações vinculadas à crise financeira irradiada a partir dos Estados Unidos foram marcantes, com um claro divisor de águas no dia 17 e sinais de maior sustentação na metade final do mês do que na inicial para a maioria das commodities.

Erick Figueiredo, da Terra Futuros Corretoras, lembra que foi no dia 17 que o Fed, o banco central americano, anunciou, entre outras medidas de estímulo, a compra de US$ 300 bilhões em títulos de longo prazo do governo, o que liberou liquidez. A decisão provocou a desvalorização do dólar, o que normalmente oferece suporte às commodities, e, pelo viés inflacionário, atraiu investidores para esses mercados, como também é comum acontecer nessa situação.

Produtos como açúcar e café, que até então perdiam sustentação pelo lado dos fundamentos, reagiram expressivamente por pelo menos dois dias, para depois se acomodarem em um patamar mais baixo, mas superior ao do início do mês. Não foi uma reação suficientemente forte para garantir um aumento das médias mensais de preços, mas o movimento mostra que o resultado poderia ter sido uma queda maior que a verificada.

O café, na comparação dos preços médios mensais de março e fevereiro, foi o produto que mais recuou. A baixa foi de 4,93%, para US$ 123,50 a saca de 60 quilos. Não houve, como realça Figueiredo, novidades do lado dos fundamentos — que, ainda positivos pela oferta global mais restrita, perdeu fôlego, também pela mesmice.

O açúcar, cujos preços internacionais e domésticos ainda refletem a drástica redução da produção da Índia, mas que foi influenciado pela entrada da safra brasileira, foi a commodity que caiu menos na BM&FBovespa em março. O preço médio ficou em US$ 16,63 por saca de 50 quilos, 0,48% menos que em fevereiro.

Os grãos (soja e milho) não escaparam dos movimentos financeiros especulativos e, entre os fundamentos, viram o foco sair da América do Sul, onde a estiagem derrubou produções na Argentina e no Brasil, e passar de vez para os Estados Unidos, onde se especulava sobre os tamanhos das áreas de plantio na nova safra (2009/10).

Era barbada que a área de soja deveria aumentar, como se comprovou em relatório do Departamento de Agricultura dos EUA (USDA) de intenções de plantio no país divulgado no dia 31. Em contrapartida, as apostas para a área de milho eram de queda, também atestada pelo USDA. Soja e milho caíram na BM&FBovespa — 2,59% e 4,70%, respectivamente —, mas, conforme Luis Felipe Meirelles de Azevedo Marques, também da Terra Futuros, o interesse dos investidores, inclusive pessoas físicas, já era maior nó fim de março.

O boi gordo também caiu (4,35%), mas a tendência é de alta, como já pode ser observado no mercado físico (*ver matéria acima*).

USINA COLOMBO S.A.-AÇÚCAR E ÁLCOOL - CNPJ/MF nº 44.330.975/0001-53 - NIRE nº 35300021835
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO
Convocamos os srs. acionistas a se reunirem em A.G.O./E. a realizar-se no dia 30/4/2009, às 15hs., na sede social, Faz. Bela Vista, B. Moreira, Ariranha/SP. **Ordem do Dia: I) Ordinária: a)** Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das dem. financ. relativas ao exerc. social findo em 31/12/08; **b)** Destinação dos lucros do exerc. findo e distribuição de dividendos; **c)** Outros assuntos. **II) Extraordinária: a)** Deliberar sobre proposta da Diretoria p/aum. de Capital Social. Encontram-se à disposição dos srs. acionistas, os doctos. a que se ref. o art.133/Lei 6404/76, c/as alterações da Lei 10303/2001, rel. ao exerc. social findo em 31/12/08. Ariranha/SP, 1/4/2009. **Gilberto Colombo**-Dir. Superint. (02, 03 e 06)

Le Lis Blanc Deux Comércio e Confecções de Roupas S.A.
CNPJ/MF nº 49.669.856/0001-43 - NIRE 35.300.344.910
Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária
Ficam convocados os senhores acionistas da Le Lis Blanc Deux Comércio e Confecções de Roupas S.A. para se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária** a ser realizada **às 16:00h do dia 30 de abril de 2009**, excepcionalmente **na filial da Companhia** localizada **na Rua Othão, 405, Vila Leopoldina, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo**, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **(a)** deliberar sobre o relatório da administração e acerca das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008; **(b)** deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2008 e distribuição de dividendos; **(c)** eleger os membros do Conselho de Administração e aprovar a remuneração global dos administradores para o exercício de 2009. **Instruções Gerais:** Nos termos do art. 126, § 1º, da Lei nº 6.404/76, os acionistas deverão exibir documento de identidade e comprovante de depósito das ações da Companhia, emitido pela instituição financeira depositária, e poderão ser representados por mandatários, observadas as restrições legais, devendo o instrumento de procuração e demais atos societários e documentos que comprovem a regularidade da representação ser entregues (a/c da Dra. Melissa Gaido) na Rua Othão, 405, 1º andar, Vila Leopoldina, CEP 05313-020, Cidade e Estado de São Paulo, até 48 horas antes da realização da Assembleia Geral. Nos termos do art. 141 da Lei nº 6.404/76 e da Instrução CVM nº 165/91, conforme alterada, acionistas representando pelo menos 5% do capital social votante da Companhia poderão, no prazo de até 48 horas antecedentes à realização da Assembleia Geral, requerer a adoção do processo do voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração. Os documentos a serem discutidos na Assembleia Geral encontram-se à disposição no endereço da Companhia acima indicado e nos *websites* da Companhia (**www.lelis.com.br/ri**) e da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA (**www.bovespa.com.br**) na *internet*. São Paulo, 01/04/2009. **Marcelo Moojen Epperlein** - Presidente do Conselho de Administração.

MARISA S.A. - Cia. Aberta - CNPJ/MF nº 08.262.343/0001-36 - NIRE 35.300.334.159
Edital de Convocação para Assembléia Geral Ordinária
Conforme deliberado pelo Conselho de Administração, ficam os senhores acionistas da Marisa S.A. ("Companhia") convocados para se reunir em Assembléia Geral Ordinária da Companhia, que será realizada, em primeira convocação, em sua sede social, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua James Holland, nº 422, Barra Funda, com início às 09 horas do dia 16 de abril de 2009, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** apreciação das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2008; **(ii)** deliberação sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos; **(iii)** eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; e **(iv)** fixação do limite de valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2009. Esclarecimentos: Nos termos do parágrafo primeiro do Artigo 126 da Lei nº 6.404/76, os acionistas poderão ser representados por mandatários, observadas as restrições legais, devendo ser entregues na sede da Companhia até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembléia Geral Ordinária o instrumento de procuração e demais atos societários que comprovem a regularidade da representação. Nos termos do Artigo 3º da Instrução CVM nº 165/91, alterada pela Instrução CVM nº 282/98, o percentual mínimo de participação no capital social votante necessário para a requisição da adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento), observado o prazo de até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembléia Geral Ordinária para tal requisição. Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, em observância ao Artigo 133 da Lei nº 6.404/76, bem como no seu site de Relações com Investidores (www.marisa.com.br/ri) e no site da CVM e da BOVESPA, cópias do orçamento de capital para o exercício social de 2009, bem como do relatório da administração, das demonstrações financeiras e do parecer dos auditores independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, os quais foram devidamente publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Valor Econômico em 17 de fevereiro de 2009. São Paulo, 20 de março de 2009.
Marcio Luiz Goldfarb - Presidente do Conselho de Administração (31/3 e 1 e 2/4)

COMPANHIA AGRÍCOLA COLOMBO - CNPJ/M
ASSEMBLÉIA GERAL ORD
Convocamos os srs. acionistas a se reunirem em A.G.O. a realiza
Thito Colombo, Km 1- Zona Rural, Santa Adélia/SP. **Ordem do di**
exame, discussão e votação das demonstrações financeiras rela
da Diretoria para o Triênio de 2009 a 2012; **c)** Outros assunt
acionistas, na sede social, os documentos a que se refere o art.
relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2008. Santa Adél
MF nº 49.991.599/0001-61 - NIRE nº 35300004434
NÁRIA - CONVOCAÇÃO
r-se no dia 30/4/2009, às 10hs., na sede social, Rod. Orivaldo
a: I) Ordinária: a) Prestação de contas dos administradores,
ivas ao exercício social encerrado em 31/12/2008; **b)** Eleição
os de interesse social. Encontram-se à disposição dos srs.
133 da Lei 6.404/76, com as alterações da Lei 10.303/2001,
a/SP, 1/4/2009. **Gilberto Colombo** - Dir. Superint. (02, 03 e 06)

Braskem
Petroquímica Brasileira de Classe Mundial
EDITAL DE CO
ASSEMBLÉIAS GE
E EXTRAO
Ficam convocados os senhores acionistas da **BR**
Gerais Ordinária e Extraordinária que serão realiz
às 12:00 horas, na sede social da Companhia,
Município de Camaçari, Estado da Bahia, a fim d
I) ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA - 01) Exa
Administração e respectivas Contas dos Administr
Notas Explicativas referentes ao exercício socia
resultado do exercício; 02) Eleição dos membros d
global anual dos administradores e dos membros
EXTRAORDINÁRIA – Substituição de membros d
renúncias apresentadas.
Camaçari/BA, 30 d
Marcelo Bahia
Presidente do Consel
Obs.: a) As informações e elementos necessário
Assembléia Geral Ordinária encontrar-s
do dia 31 de março de 2009, na sede e
br), na Comissão de Valores Mobiliário
BOVESPA;
b) Tendo em vista as Normas de Saúde,
na sede da Companhia, as quais estab
e circulação de pessoas e veículos nas
aos senhores acionistas, bem como ac
ora convocadas, o comparecimento co
hora de início das Assembléias, visand
treinamento de instruções básicas de SS
se à disposição para consulta na sua se
AÇÃO NOSSAS AÇÕES SÃO NEGOCIADAS NAS BOLSAS DE VALORES
abrasca companhia associada

BRASKEM S.A
C.N.P.J Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939
COMPANHIA ABERTA
NVOCAÇÃO
RAIS ORDINÁRIA
RDINÁRIA
ASKEM S.A. para se reunirem em Assembléias
adas, conjuntamente, em 15 de abril de 2009,
na Rua Eteno, nº 1.561, Pólo Petroquímico,
e deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:
ne, discussão e votação do Relatório Anual da
adores e Demonstrações Financeiras, contendo
encerrado em 31.12.2008 e a destinação do
Conselho Fiscal; e 03) Fixação da remuneração
do Conselho Fiscal; e **II) ASSEMBLÉIA GERAL**
o Conselho de Administração tendo em vista as
março de 2009.
Odebrecht
o de Administração
s à deliberação constante da ordem do dia da
e-ão à disposição dos Srs. acionistas, a partir
no website da Companhia (www.braskem.com.
- CVM e na Bolsa de Valores de São Paulo –
Segurança e Meio Ambiente (SSMA) em vigor
elecem as diretrizes para o controle de acesso
áreas internas e externas da sede, solicita-se
s seus representantes legais nas Assembléias
n, no mínimo 30 minutos de antecedência da
garantir a observância dos procedimentos de
MA em vigor na Companhia, os quais encontram-
de social.
Latibex NÍVEL 1 BAK LISTED NYSE

Eletrobrás
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
Ministério de Minas e Energia
BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL
COMPANHIA ABERTA CNPJ 00001180/0001-26
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
49ª Assembléia Geral Ordinária
Ficam convocados os Senhores Acionistas da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás a se reunirem na Sede da Empresa, em Brasília, Setor Comercial Norte, Quadra 04, Bloco "B", nº. 100, Sala 203 do Edifício Centro Empresarial VARIG – Brasília-DF, no dia 30 de abril de 2009, às 10 horas, em Assembléia Geral Ordinária para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:
1. Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras e Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008.
2. Orçamento de Capital para o exercício de 2009.
3. Destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de remuneração aos acionistas.
4. Eleição dos membros do Conselho de Administração.
5. Eleição de membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes.
6. Fixação da remuneração dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva.
7. Veículos de comunicação nos quais serão publicadas as Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício a encerrar-se em 2009.
De acordo com a Instrução nº 165, de 11.12.91, da Comissão de Valores Mobiliários, será de 5% (cinco por cento) o percentual mínimo de participação no Capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo.
A participação na Assembléia em questão ficará condicionada à comprovação da entrega na Eletrobrás, de declaração expedida pela instituição financeira depositária, identificando a condição de acionista. A entrega referida deverá ser efetuada até o dia 28 de abril de 2009, no Departamento de Administração do Capital Social - DFS, Divisão de Gestão dos Direitos dos Acionistas - DFSA, na Av. Presidente Vargas, nº. 409 - 9º andar, na cidade do Rio de Janeiro, RJ, no horário de 8h às 12h e de 14h às 17h.
Brasília, 27 de março de 2009
MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN
Presidente do Conselho de Administração
NÍVEL 1 BOVESPA BRASIL | EBR & EBR.B LISTED NYSE | Índice de Sustentabilidade Empresarial ISE Carteira 2008 - 2009 | Latibex

Café, suco, milho e trigo recuam nas bolsas dos EUA B10

Cai o ritmo de queda das exportações de carne bovina B11

Valor
Agronegócios

Cooperativas Quinze anos após quebrar, grupo ainda tem ativos vendidos para estancar dívidas impagáveis

Le lão de patrimônio nantém na berlinda a enta agonia da CAC

Patrick Cruz
De Mogi das Cruzes (SP) e São Paulo

A Cooperativa Agrícola de Cotia não cabia em si de grande. Ela era a senhora, a rainha, a maior das cooperativas brasileiras, com um reinado quase septuagenário. Pois na última sexta-feira, dado um jeitinho, ela coube no salão do júri do Fórum de Mogi das Cruzes (SP). Estava lá, diante do Jesus de madeira pendurado na parede, entre dois pesados ventiladores verticais, caros às repartições públicas, e sentada em uma das 70 cadeiras de couro verde-escuro ocupadas por uma claque suarenta. Quinze anos depois de morrer, a Cooperativa Agrícola de Cotia continua a ser desmontada.

O encontro da última sexta-feira foi a primeira rodada de leilões de ativos da cooperativa realizada neste ano. Alguns leilões foram realizados desde 2003, sempre no ritmo de um por ano, mas nenhum com tantos itens — foi de 55 a soma de terrenos e imóveis, com valor atualizado de R$ 48,3 milhões. O leilão marcou também o apressamento da liquidação do patrimônio, já que, a partir de 2009, haverá leilões a cada dois meses. O próximo já está previsto para o fim de maio.

Com rachaduras provocadas por apostas estratégicas equivocadas, benevolência com associados que não quitavam seus débitos e a cantilena de planos econômicos que se sucedeu desde o início da Nova República, a CAC, como também ficou conhecida, ruiu de vez em 30 de setembro de 1994. A assembleia daquele dia decretou a extinção da sociedade e a liquidação de seu patrimônio para cobrir débitos que, em valores da época, chegavam a US$ 900 milhões.

Em 27 de março de 2009, ninguém quis saber de dar lance pelo lote 15 da quadra 19, na Rua Projetada, a 15 metros da esquina com a Rua Mato Grosso, em Andirá (PR). Ali, sob a forma de um terreno de 360 metros quadrados, com uma casa de madeira em parte coberta por tinta de um marrom surrado, repousa um quinhão da CAC. Era o item dois do leilão."Deviam deixar as babas pra mais tarde e ir direto pro filé", entreouviu-se no anúncio da pechincha, avaliada em R$ 33,2 mil. Era o resmungo de um homem de calças jeans largas e camisa de manga curta apertada pela panturra. O leilão começou com uma hora de atraso e com um dos dois ventiladores da sala desligado.

No fim dos anos 80, no suspiro que precede o passamento, a CAC era "a" cooperativa. Com sua opulência titânica, era não apenas a maior do gênero no país, mas também na América Latina e no mundo. De soja, milho e trigo, foi a principal produtora nacional até 1992, ano em que faturou US$ 1,1 bilhão, em valores da época. Em hortigranjeiros, era responsável por 30% do abastecimento da Grande São Paulo.

Com a Agroflora, a cooperativa era a maior produtora nacional de sementes de hortaliças. Mesmo no então diluído mercado nacional de fertilizantes, ostentava uma lustrosa medalha de prata, com 8% de participação — à frente da CAC, apenas o grupo Trevo; atrás dela, um batalhão de empresas que desapareceram do mercado: Manah, Solorrico, Fertiza, Fertibrás, Takenaka e Iap.

"O que foi mesmo essa agrícola?", indaga o empresário Rodrigo Cavinato, um dos participantes do leilão de março. Para ele, tanto fazia. Cavinato é especialista em compra de imóveis na bacia das almas: leva os bens por uma pechincha, vende logo ali adiante por um preço melhor — ou, se comprador não houver, aluga sua mais recente aquisição. Boa parte dos 70 assentos do salão do júri do Fórum de Mogi das Cruzes estava ocupada por potenciais compradores. Não houve lance para todos os ativos oferecidos na rodada.

Nas cercanias do cinquentenário da cooperativa, os associados chegaram à conclusão óbvia: já não havia condições logísticas para reunir todo mundo nas assembleias gerais. "Era preciso alugar um cinema na rua Teodoro Sampaio para as assembleias. Vinha gente de todo canto", conta o ex-cooperado Américo Utumi, que faz referência ao Cine Brasil, falecido como a CAC, localizado na rua do bairro de Pinheiros, na zona oeste de São Paulo. Entre 1952 a 1992, Utumi passou de contínuo a vice-presidente da CAC. Atualmente, é assessor da Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo (Ocesp) e diretor da Aliança Cooperativa Internacional (ACI).

Se nem cinema dava mais conta do povo todo, era hora de descentralizar a atuação. Foram criadas, então, oito regionais da CAC, autônomas, com seus próprios presidentes e conselhos de administração. Às regionais, que passaram a eleger delegados para as assembleias gerais, em São Paulo, foi arrendada a estrutura local de terras e armazéns.

Foi com esse processo que nasceram "filhas" da Cooperativa Agrícola de Cotia, muitas delas ainda hoje em atividade. Em relatos ouvidos pelo **Valor**, cooperados das "filhas" dizem sentir saudades dos tempos de CAC, mas preferem não associar a atuação de hoje com a cooperativa que lhes deu origem. Américo Utumi resume o espírito: "até hoje não me conformo com a quebra", diz.

O texto do edital dizia que o lance mínimo para arrematar um dos ativos da CAC na segunda rodada do leilão deveria ser, no mínimo, de 60% do valor de avaliação do imóvel — houve uma primeira rodada, realizada em 18 de março, na qual o bem só podia ser arrematado por 100% do valor de avaliação. No dia da segunda rodada, o que se informou no Fórum de Mogi das Cruzes era que o lance mínimo deveria ser de 75%. E nada de parcelamento: ou pagamento à vista ou nada feito.

Rodrigo Cavinato, o empresário especializado em leilões judiciais — "vou sempre. Às vezes é que falha um dia ou outro" — foi um dos que resolveram pechinchar. Deu seu lance unitário por 20 boxes localizados no Mercado São Sebastião, no Rio de Janeiro, por desembolso que correspondeu a 60% do valor de avaliação dos imóveis. E pediu parcelamento em dez vezes. O advogado liquidante judicial da CAC, Rolff Milani de Carvalho, ficou de apresentar a proposta ao juiz responsável pelo processo. "Existe um enorme interesse na venda desses boxes", disse ele.

A rede McDonald's chegou ao Brasil em 1979. Podia ser desafiador desbravar um mercado desconhecido como o brasileiro, mas um dos empecilhos era muito mais frugal que desembarcar no país com a quinta maior extensão territorial do planeta. "Não havia oferta de alface americana para se fazer os sanduíches e não dava para fazer com alface crespa ou lisa", relembra Américo Utumi, o saudoso ex-cooperado, ex-contínuo e ex-vice-presidente da CAC. Fechou-se acordo e a CAC — o McDonald's das cooperativas — teve exclusividade no fornecimento de alface para o McDonald's — a CAC das redes de fast food.

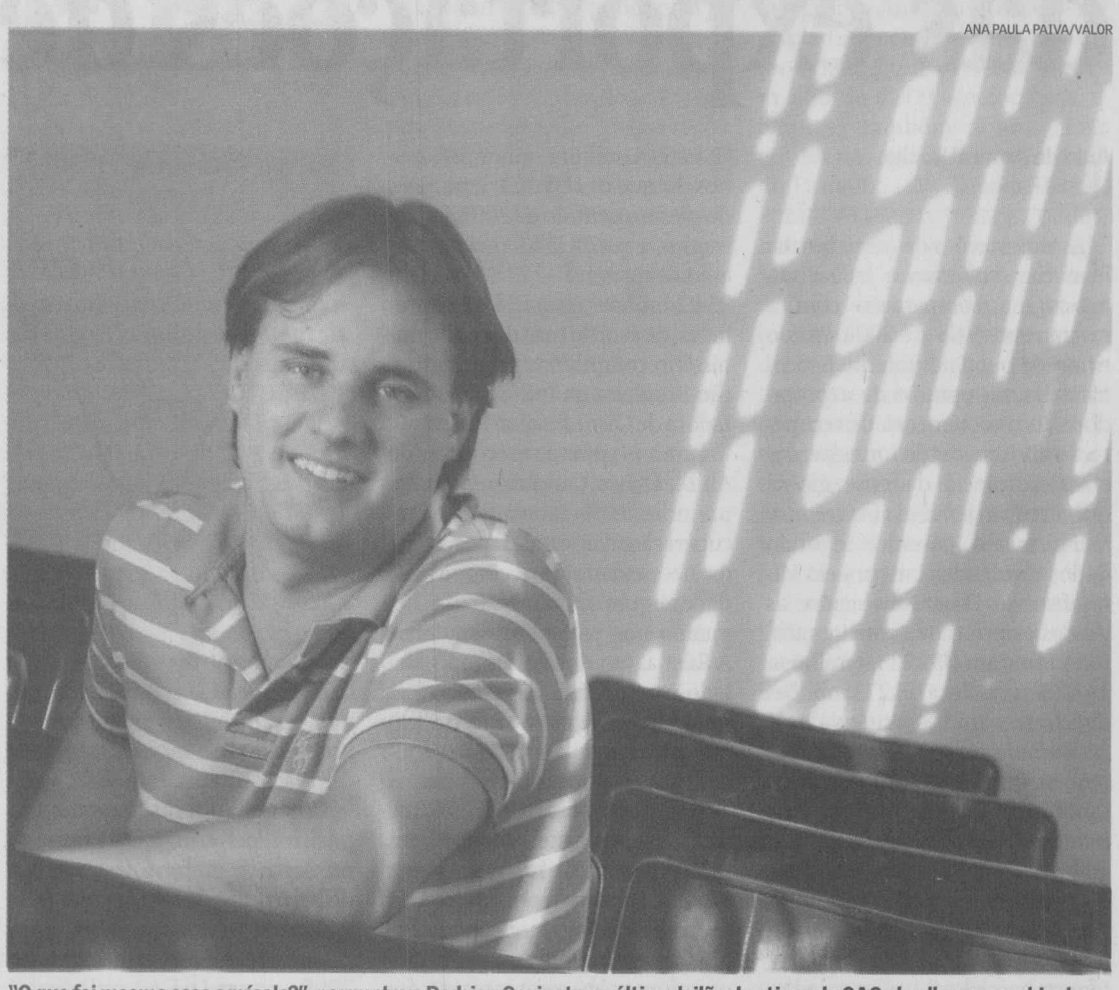
"A cooperativa era muito grande, mas os imóveis estão todos aí", disse Luciano Pirocchi, advogado de um dos participantes do leilão de março, sobre a lista de bens oferecidos na rodada. Depois, informado sobre a existência de pelo menos mais 400 matrículas de imóveis a serem leiloados em rodadas futuras, espantou-se. "Achei que essa era a lista completa. A CAC era grande mesmo", afirmou. A soma dos bens arrematados em março superou os R$ 25 milhões, mas alguns lances — para os quais se pediu parcelamento ou desconto maior que o permitido — não foram efetivados imediatamente.

A CAC foi uma das pioneiras na exploração do cerrado brasileiro para a atividade agrícola. Foram os tempos do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer), no governo do ex-presidente Ernesto Geisel, quando Alysson Paulinelli era o titular do Ministério da Agricultura. Japoneses e seus descendentes, em sua maioria, foram assentados pela CAC no cerrado mineiro para o plantio de café.

Não houve intervalo para o café no leilão do dia 27 de março. E pausa não foi requisitada. Vencedores registravam seu lance com o tabelião e retiravam-se em seguida, sem esperar o fim da sessão. Perdedores partiam resignados.

O nome é auto-explicativo. Os 83 japoneses e descendentes que em 1927 fundaram a Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada dos Produtores de Batata em Cotia juntaram forças para plantar e comercializar batatas em Cotia, a 27 quilômetros da capital paulista. A sede do grupo, anos depois, foi transferida para a região do Largo da Batata — em Pinheiros, na zona oeste paulistana, próxima do Cine Brasil. Ao vencedor, as batatas. A CAC, às batatas.

ANA PAULA PAIVA/VALOR



"O que foi mesmo essa agrícola?", perguntava Rodrigo Cavinato no último leilão de ativos da CAC, de olho nas pechinchas

Era uma vez um gigante
A CAC no auge (em valores de 1992)

- Ano de fundação **1927**
- Sócios **16 mil**
- Faturamento **US$ 1,1 bilhão**
- Dívida **US$ 900 milhões**
- Ano da quebra **1994**

Dívida soma R$ 3,8 bi e ainda poderá aumentar

De Mogi das Cruzes e São Paulo

As cifras que envolvem a liquidação dos ativos da finada Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC) fazem dezenas de milhões de reais soar como troco de bananas. A dívida já reconhecida está na casa dos bilhões, mas ainda há muitos débitos a serem lavrados no caderninho da pendura. "O quadro de débitos continua em formação. Há dívidas que ainda precisam ser homologadas pela Justiça", afirma o advogado Rolff Milani de Carvalho, liquidante judicial da CAC.

Com valores reconhecidos e atualizados até o último dia 28 de fevereiro, as dívidas a serem cobertas pela massa liquidanda da CAC são de pouco mais de R$ 3,3 bilhões. Nem todo o débito está nessa conta. As dívidas com as Fazendas nacional, estaduais e municipais, além do que já foi reconhecido como devido ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), são de R$ 484 milhões — o valor está corrigido até novembro de 2008. São quase R$ 3,8 bilhões de pé na fila, à espera da vez de passar no caixa — ou, para ser preciso, R$ R$ 3.794.282.025,41.

Segundo o advogado Milani de Carvalho, quase R$ 140 milhões estão na conta judicial que guarda o dinheiro destinado ao pagamento dos credores. O valor soa como uma fortuna — é mais que o dobro do maior prêmio já pago na história da Mega Sena, de R$ 64,9 milhões, recebido por um apostador de Salvador em 1999 —, mas, de imediato, daria para cobrir apenas 3,7% do que já se reconheceu como devido.

Mesmo a centena milionária, já disponível, não pode ainda ser desembolsada. Um grupo de bancos, com dinheiro a receber por Adiantamentos de Contratos de Câmbio (ACCs) ofertados à cooperativa, tem tentado na Justiça se inserir entre os credores com prioridade para o pagamento.

Em duas instâncias da querela, os ex-funcionários da CAC, representados pelo Sindicato dos Empregados em Centrais de Abastecimento de Alimentos do Estado de São Paulo (Sindbast), já foram declarados vencedores, de acordo com o liquidante judicial. O caso seguiu para o Superior Tribunal de Justiça (STJ).

O processo de liquidação da CAC começou em 1999. Inicialmente realizado de forma extrajudicial — na qual o liquidante e um conselho fiscal composto por três pessoas são designados pelos próprios cooperados, em assembleia geral —, o processo desagradou a um grupo de bancos credores. Os bancos requisitaram liquidação judicial — com o liquidante nomeado por um juiz; nesta modalidade, todas as decisões têm que passar pelo aval do juiz. Após postergações e data venias, o processo foi destravado em 2005.

Foram quitadas dívidas equivalentes a R$ 74 milhões ao longo desse período, montante quase todo destinado a ex-trabalhadores da cooperativa. Em um universo de débitos que chegou aos atuais R$ 3,8 bilhões, as sete dezenas de milhões de reais tilintam como um saco de moedas.

Para se ter uma referência, contudo, R$ 74 milhões são, por exemplo, quase metade dos R$ 169,5 milhões afanados ao longo das obras de construção da sede do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) paulista, desvio do qual o ex-presidente do Tribunal, Nicolau dos Santos Neto, foi o maior beneficiário, conforme já proferido pela Justiça. É pouca verba para tanta pendura, mas R$ 74 milhões é quase meio Lalau. *(PC)*

Câmara aprova mais socorro ao campo

Política agrícola

Mauro Zanatta
De Brasília

A Câmara dos Deputados aprovou na noite de terça-feira um novo pacote de auxílio financeiro a agroindústrias, cooperativas e produtores rurais proposto pelo Ministério da Fazenda.

O projeto de conversão em lei da Medida Provisória nº 445 autoriza a concessão de subsídios às taxas de juros das linhas de financiamento de capital de giro para agroindústrias, cooperativas e indústrias de máquinas e equipamentos agrícolas. Também permite a subvenção aos juros de financiamentos de estocagem ("warrantagem") de etanol pelas usinas, destilarias e cooperativas.

As medidas incluídas na chamada "MP da Caixa", e que ainda dependem da aprovação do presidente Lula, devem ajudar o governo a socorrer frigoríficos e usinas de etanol em sérias dificuldades financeiras. Para os frigoríficos, o governo reservaria uma linha de financiamento de capital de giro. O segmento de bovinos afirma necessitar de R$ 1,6 bilhão. As usinas já ganharam uma linha de R$ 2,5 bilhões para custear a estocagem da produção, a partir de maio. Os recursos para bancar a equalização dos juros sairão do orçamento das Operações Oficiais de Crédito.

O novo pacote rural também inclui a permissão para o lançamento de contratos de opção (públicos e privados) com margens superiores aos preços mínimos de garantia previstos em lei. O governo poderá, agora, cobrir os custos de carregamento dos estoques e do frete para transporte a armazéns da Conab. Além disso, a nova lei autorizará o governo a embutir nos contratos de opção as expectativas de preço no mercado futuro e a necessidade de estímulo ao plantio de cada produto.

As medidas do pacote também alongam o prazo de pagamento das dívidas do Funcafé, permitem alterações na prestação anual e a conversão dos débitos em sacas de café. Também ampliam o prazo de renegociação das dívidas do cacau e inclui dívidas com risco de bancos públicos. Permitem a conversão das dívidas com o FAT para os fundos constitucionais e suspendem execuções judiciais durante a renegociação. As regras autorizam a repactuação de débitos de produtores inscritos no cadastro de inadimplentes (Cadin) com bancos federais. Também ampliam até 30 de junho de 2009 o prazo de renegociação de todas as operações feitas com risco da União e dos fundos constitucionais.

Curtas

"Drawback integrado"

Portaria conjunta da Receita Federal e Ministério do Desenvolvimento autoriza, a partir de hoje, a suspensão da cobrança de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), PIS/Pasep e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) para beneficiários do regime especial de "drawback integrado". Estão incluídas a contribuição do PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação. A medida vale para aquisições de mercadorias no mercado interno e importações. Beneficiará, ainda, mercadorias para emprego ou consumo na industrialização, além de produtos usados na fabricação de bens para exportação.

Queima de cana

A deputada estadual Vanessa Damo (PV) apresentou na sexta-feira à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo um projeto de lei que prevê a eliminação da queima da palha da cana no Estado, em áreas com declividade de até 12%, em três anos.

Pacto Dow-Syngenta

As multinacionais Syngenta e Dow AgroSciences anunciaram ontem acordo no qual as duas companhias passam a compartilhar tecnologia no segmento de milho. Ambas possuem expertise em sementes, mas o acordo vai permitir uma maior complementariedade na comercialização.

Finanças

Mercado segurador vive expansão no primeiro trimestre, diz Acacio Queiroz, CEO da Chubb, cujo ganho foi de 12% C3

Se você prefere economia, pule para a página D1.

HSBC Direct.
Direto como você

Mercado de capitais Lançamentos devem se recuperar, mas ficarão abaixo de anos anteriores

Emissões minguam e alcançam apenas R$ 7,9 bi no trimestre

Catherine Vieira
De Rio

O mercado de capitais, que andou em ritmo frenético entre os anos de 2004 e 2008, atravessou em passo de tartaruga esse primeiro trimestre de 2009. Foram apenas R$ 7,9 bilhões em ofertas registradas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) entre janeiro e março em todos os instrumentos de captação disponíveis.

Diante do movimento que vinha sendo visto nos últimos anos, o volume é considerado bastante modesto.

Mesmo no último trimestre do ano passado, com a crise internacional já agravada, as emissões somaram R$ 18,9 bilhões, graças a um movimento recorde nas captações por meio de notas promissórias.

No primeiro trimestre do ano passado, o montante foi de cerca de R$ 12,6 bilhões, mas isso se desconsideradas as enormes operações de leasing feitas naquele período, que somaram aproximadamente R$ 31 bilhões na época.

As perspectivas para os próximos meses podem não ser extremamente animadoras, mas num ano de incerteza e crise já são vistas com simpatia.

Embora estejam em análise apenas R$ 3,8 bilhões, com os juros em queda, existem expectativas de que as emissões de dívida, como debêntures e notas promissórias, comecem a retornar ao mercado.

A expectativa é a de que as Notas Promissórias (NPs), que são mais usadas em momentos de crise por serem papéis de prazo menor, devem ainda ser fortes esse ano.

Também algumas ofertas de debêntures começam a surgir.

O superintendente de registros da CVM, Felipe Claret, observa que há cerca de uma semana entraram seis pedidos de ofertas de notas promissórias simultaneamente. "Esse pode ser um sinal de que essas captações estão voltando", afirma Claret.

Segundo ele, os intermediários vêm observando consultas para operações nesses segmentos de dívida. "Após uma rodada de operações com NPs pode ser que ocorra também um movimento de emissão de debêntures na sequência, para alongar a dívida", cogita.

Ele admite que, de fato, o movimento de registros está bem mais lento esse ano, em função da crise. Para o diretor da Comissão de Valores Mobiliários, no fim do ano passado ainda havia rescaldos de operações que já estavam programadas, mas no início deste ano as companhias parecem ter feito uma parada para analisar melhor o cenário. Com a queda no movimento dos registros, o superintendente diz que a área está aproveitando para focar no andamento dos processos administrativos, que investigam irregularidades.

A superintendente da área técnica da Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (Andima), Valéria Arêas Coelho, acredita que há sinais de que as operações de debêntures estão começando a ser retomadas. "Já estamos vendo surgir algumas operações relevantes". Recentemente, empresas como Oi e MMX anunciaram operações grandes de captação com debêntures. "Com o juro fechando, o custo começa a ficar mais atrativo para as empresas", disse Valéria.

Ela observa que além das que estão registradas na CVM há ainda ofertas dispensadas de registro ou com esforços restritos. Nessa última modalidade a CVM já recebeu avisos de duas ofertas de NPs, que somam R$ 400 milhões, e mais um CRI, de R$ 6,85 milhões. Já as dispensas de registro somaram R$ 1,1 bilhão no trimestre.

Valéria lembrou ainda que os últimos anos foram muito intensos e que em 2009 será preciso de fato ter expectativas um pouco menores. "É um momento de muitas incertezas e volatilidades, é natural se não houver um movimento tão intenso, mas já estamos vendo que há alguma atividade no mercado", disse ela.

Outras operações que não sofreram tanta retração como se poderia imaginar foram fundos de participações (FIPs)e os fundos de recebíveis ou direitos creditórios (FIDCs), que ainda demonstraram algum fôlego nesse início de ano. Ainda que as operações com recebíveis e securitização estejam no centro da polêmica internacional, no Brasil as estruturas não sofreram, por serem usadas de uma forma diferente e serem mais reguladas.

"Os FIDCs já fazem praticamente parte da rotina de várias empresas, que passaram a usar esse mecanismo", observa Claret, da CVM. Muitas vezes esses fundos, lastreados com recebíveis, funcionam como espécie de garantia para obter um montante de recursos.

Embora a maior emissão do trimestre tenha sido justamente uma oferta de ações, a da Redecard, os especialistas não acreditam numa retomada consistente desse mercado.

"Talvez para uma ou outra empresa mais estabelecida, mas para estreantes, acho muito difícil", avalia um gestor de recursos.

Além disso, a oferta da Redecard acabou ocorrendo num momento de chamado "rali", uma alta momentânea, que beneficiou a operação. Para frente, a volatilidade continua sendo esperada.

Ritmo Lento
Ofertas registradas na CVM emissões no primeiro trimestre, R$ milhões

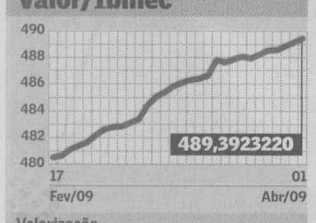
Tipo de oferta	1º tri 2009
Ações	2.212,89
Debêntures*	610,00
Notas Promissórias	2.183,00
Fundo de Investimento em Direito Creditório (FIDC)	1.300,00
Fundo de Investimento em Participação (FIP)	1.269,88
Certificado de recebíveis imobiliários	173,49
Fundo Imobiliário	89,50
Certificado audiovisual	13,11
Total	**7.861,89**

Fonte: Levantamento do Valor no site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). *Excluídas ofertas de leasing

- **R$ 3,82 bilhões** Ofertas em análise
- **R$ 12,6 bilhões*** Total do 1º trimestre de 2008
- **R$ 20,5 bilhões** Total do 1º trimestre de 2007

Destaques

Índice de Renda Fixa Valor/Ibmec



Valorização	
Em 5 dias	0,1874%
Em 30 dias	1,8689%
Em 2009	4,0535%

Base = 100 em 31/12/99

Iate confiscado
Um iate de luxo avaliado em US$ 1,5 milhão que pertencia ao investidor americano Bernard Madoff, acusado de montar um esquema fraudulento que causou um prejuízo de mais de US$ 50 bilhões a milhares de investidores, foi confiscado pela Justiça. *(FolhaNews)*

Novo conselho
Na reunião do último dia 27, o conselho de administração da BM&FBovespa indicou novos integrantes como candidatos a conselheiros. São eles: Candido Bracher, presidente do Itaú BBA; Claudio Haddad, presidente do Instituto Veris, que controla o Ibmec-São Paulo; Fabio Barbosa, diretor executivo de finanças e de relações com investidores da Vale; Luis Stuhlberger, sócio do Credit Suisse Hedging-Griffo Investimentos; Renato Diniz Junqueira, ex-vice-presidente do conselho da BM&F e diretor do Banco Intercap; e Armínio Fraga, ex-presidente do Banco Central e sócio da Gávea Investimentos, que também será indicado para substituir o atual presidente do conselho, Gilberto Mifano. Tais mudanças serão votadas na próxima Assembleia Geral Ordinária, que deve ocorrer ainda este mês. *(Daniele Camba)*

Índice

The Wall Street Journal Americas C4
Indicadores Financeiros C5
Bônus Soberanos C5
Fundos de ações C6
Fundos de renda fixa C6
Fundos multimercados C7
Fundos de previdência C7
Agenda C8

IFRS
Terco Grant Thornton
Auditoria e Consultoria - www.tercogt.com.br

Fechada não capta por falta de registro

Ana Paula Ragazzi
De São Paulo

Apesar de autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), as companhias fechadas não estão conseguindo captar recursos por meio de títulos de dívida sem a necessidade de registro na autarquia. Conforme a Instrução 476, de janeiro, elas também podem lançar os papéis desde que a emissão seja feita para grupo restrito de investidores qualificados, que apliquem pelo menos R$ 1 milhão na operação.

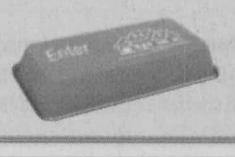
A modalidade não decola porque há dificuldades operacionais para o registro e início das negociações com os títulos no mercado secundário. Marina Anselmo Schneider, advogada do escritório Mattos Filho, explica que Cetip e BM&FBovespa tiveram de criar registros específicos para esses novos papéis, que têm esforços restritos de colocação — a intenção foi tornar mais rápido o processo de estruturação e venda das ofertas também das abertas. Para ter a dispensa de registro, os títulos podem ser comprados por até 20 investidores qualificados, sendo que o intermediário pode oferecê-los para até 50.

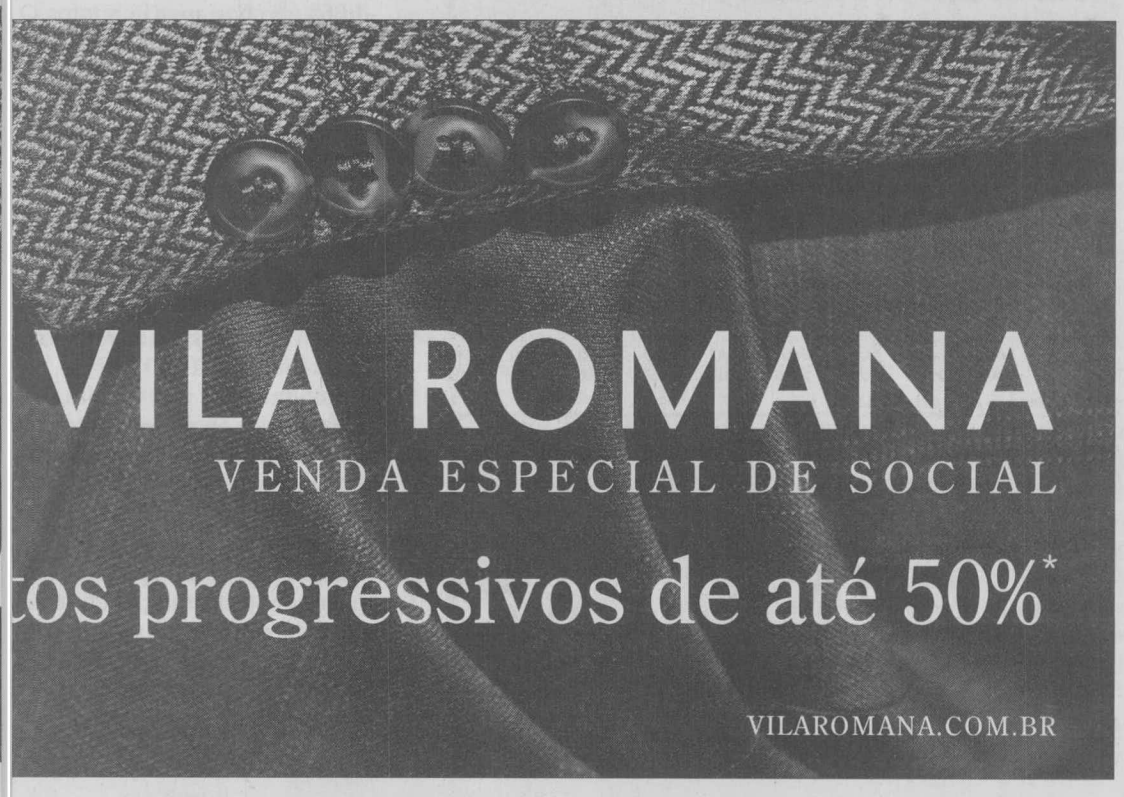
Os ajustes exigiram, então, adaptações dos sistemas operacionais das duas casas. Os títulos chegam ao mercado impedidos de serem negociados por 90 dias, o que exige, por exemplo, a criação de uma marca de bloqueio do sistema. Além disso, bolsa e Cetip trabalham com procedimentos específicos adotados para as companhias abertas e que não existem ainda para fechadas.

Um outro ponto que Marina destaca é o fato de a instrução prever que, também no mercado secundário, esses títulos só podem passar pelas mãos de investidores qualificados. Quem deveria se certificar disso seriam as instituições intermediárias da negociação, diz a regra. No entanto, observa Marina, nos mercados de balcão a maior parte dos negócios são fechados entre as partes, sem intermediação. Logo, Cetip e BM&FBovespa temem ter de assumir alguma responsabilidade em relação a isso. A BM&FBovespa informa que ainda avalia o registro de dívidas de companhias fechadas. A Cetip, que oferece o registro às abertas desde meados de março, disse apenas, sem informar prazos, que, em uma segunda fase, oferecerá o registro às companhias fechadas que sejam controladas por uma aberta. E, em uma terceira etapa, concederá o registro às fechadas. A Cetip já registrou emissões de notas comerciais com base na Instrução 476, , no valor total de R$ 600 milhões. O **Valor** apurou que, no mercado, a demanda de fechadas para fazer uso dessa opção é grande. No entanto, também o fato de elas não estarem sob fiscalização da CVM dificulta o início de operações.

DIFERENCIAL ENERGIA
LEILÃO PÚBLICO DE COMPRA E VENDA DE ENERGIA ELETRICA
Diferencial Comercializadora de Energia Ltda torna público que fará leilão de venda de energia elétrica nesta quinta-feira (02/04/2009) nos termos da Lei 10.848/04 e do Decreto 5.163/04. Os proponentes compradores interessados em participar do certame poderão obter o edital e demais informações referentes através do telefone (11) 3048-8921.

Compre, venda, alugue ou invista em imóveis diferenciados nos melhores bairros de São Paulo. Consulte nosso novo site
www.Esquema imoveis.com.br
Loja de imóveis





Finanças

POR DENTRO DO MERCADO

CRISTIANE PERINI LUCCHESI

BC não rola swap de US$ 3,5 bi e real sobe

Pela primeira vez desde que a quebra da Lehman Brothers, no dia 15 de setembro, agravou a crise de crédito e derrubou o valor do real, o Banco Central deixou de rolar swaps cambiais. No total, venceram US$ 7,5 bilhões desses contratos nesta semana, mas o BC só rolou US$ 4 bilhões. Isso significa na prática uma compra de US$ 3,5 bilhões pela autoridade monetária no mercado futuro. Mas, apesar dessa compra, o dólar não teve qualquer pressão altista com relação ao real. Voltou a cair ontem, 1,63%, para R$ 2,28. Na semana, a queda foi de 0,57% e no ano, de 2,31%. Houve fluxo no mercado à vista ou futuro suficiente para repor os US$ 3,5 bilhões e até mais.

"Havia investidor externo esperando passar essa rolagem para montar posições compradas em reais", conta Alexandre Lintz, estrategista do BNP Paribas. Como a rolagem mostrou que as pressões no câmbio se arrefeceram, ele acredita que mais posições começarão a ser montadas, puxando o real mais para cima. Ele vê claros sinais de que a crise de desvalorização do real, iniciada no final de 2008, está chegando ao fim. Acredita que a cotação do dólar tende agora a se aproximar dos R$ 2, com a moeda americana em queda livre com relação ao real. Na terça-feira, o total de posições em aberto compradas em dólar dos investidores estrangeiros em termos líquidos, considerando-se o mercado de dólar futuro e DDI (cupom cambial), foi a US$ 8,116 bilhões, o menor valor desde 20 de outubro do ano passado. Essas posições atingiram o pico de US$ 14,43 bilhões em 21 de novembro do ano passado.

O dólar vem caindo em relação a quase todas as moedas, por causa do aumento do déficit fiscal americano e da forte emissão da moeda pelo Fed, banco central americano, que está promovendo o chamado afrouxamento quantitativo, com os juros reais negativos e compra de títulos públicos. Além disso, comenta Lintz, a balança comercial brasileira vem se ajustando rapidamente ao câmbio e à demanda interna mais fracos. Nos seus cálculos, considerando-se o resultado de março, o saldo da balança anualizada na ponta, com ajustes sazonais projetada para os próximos 12 meses vai aos US$ 26 bilhões. Estava a US$ 10 bilhões no início do ano.

Capitalização do FMI pode enfraquecer mais o dólar

O próprio fluxo cambial do dia 23 ao dia 27 de março, divulgado ontem pelo BC, mostra a mesma tendência: houve um ingresso líquido de US$ 966 milhões na semana passada, reduzindo o fluxo negativo no mês para US$ 968 milhões, na comparação com o US$ 1,91 bilhão até o dia 20. "A própria Bovespa voltou a atrair o investidor estrangeiro, o que mostra um otimismo em relação ao país", afirma Lintz. "O pânico e falta de liquidez no câmbio definitivamente passaram", diz ele.

As declarações de ontem do presidente Lula, na reunião do G-20, o grupo dos 20 países mais ricos do mundo, em Londres, de que o Brasil, além de não recorrer ao Fundo Monetário Internacional, poderá pelo contrário ajudar o fundo a ter mais recursos para emprestar, contribuíram para ampliar o otimismo dos mercados com relação ao país. O risco-Brasil, medido pelo prêmio do derivativo de crédito de vencimento em cinco anos (CDS, do inglês credit default swap) da dívida externa brasileira caiu 1,8% ontem, para 317,5 ponto percentual.

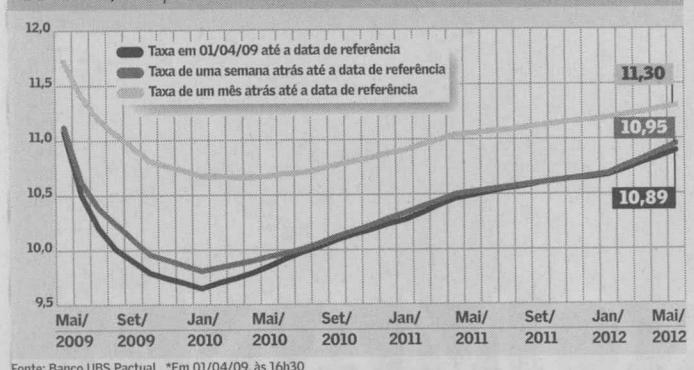
Também a Rússia e a China consideram comprar as emissões de Direitos Especiais de Saque (DES) que o FMI vai fazer para se capitalizar. A China vem justamente buscando uma alternativa ao dólar para aplicar suas reservas e deve aplicar nos papéis do FMI em troca de maior poder de decisão. Segundo lembra Lintz, os DES são vinculados a uma cesta de moedas, representando uma alternativa para governos que querem diversificar as moedas de suas reservas internacionais.

Por um lado, uma maior capitalização do FMI poderá ajudar a fortalecer de uma forma geral os mercados de ações, juros, títulos da dívida e câmbio dos países emergentes, pois todos terão a quem recorrer no caso de um agravamento maior de sua situação. O risco-México, país que poderá sacar até US$ 40 bilhões do FMI, caiu 4,1%, para 365 pontos básicos ontem. No entanto, como alerta Lintz, o FMI faz empréstimos em dólar e passará a ter mais passivos na cesta de moedas. Para equilibrar ativos e passivos e fugir do risco cambial no seu próprio balanço o FMI poderá ter de vender dólares no mercado e comprar outras moedas, contribuindo ainda mais para o enfraquecimento da já combalida moeda americana. "Ao capitalizar o FMI por meio do DES, os países poderão fazer o dólar perder ainda mais força como reserva de valor", comenta Lintz.

Cristiane Perini Lucchesi é repórter de Finanças. O titular da coluna, Luiz Sérgio Guimarães, excepcionalmente, não escreve hoje.
E-mail cristiane.lucchesi@valor.com.br

Estrutura do juro privado

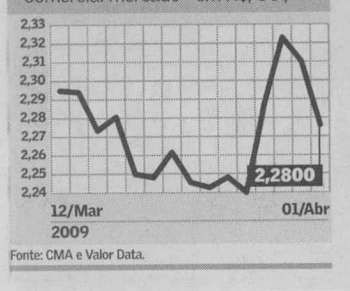
DI futuro/Swaps - em % ao ano*



Fonte: Banco UBS Pactual *Em 01/04/09, às 16h30

Dólar

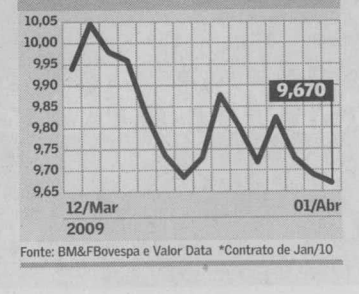
Comercial mercado - em R$/US$



Fonte: CMA e Valor Data.

Juros

DI-Over futuro* - em % ao ano



Fonte: BM&FBovespa e Valor Data *Contrato de Jan/10

Normas mais brandas podem elevar lucros de bancos comerciais dos EUA

Francesco Guerrera e Joanna Chung e Jennifer Hughes
Financial Times de Nova York e Londres

Grandes bancos dos Estados Unidos, como Citigroup, Bank of America e Wells Fargo, receberão um estímulo-surpresa nas suas receitas de primeiro trimestre com o relaxamento das controversas normas contábeis estabelecidas pelo Conselho de Padrões de Contabilidade Financeira (Fasb, na sigla em inglês), esperadas para hoje.

Executivos e auditorias de Wall Street dizem que a provável aprovação das mudanças das regras de "marcação a mercado" por parte do órgão controlador do setor contábil poderá levar a aumentos de até 20% nos lucros trimestrais dos grandes bancos comerciais.

As mudanças, aprovadas às pressas pela Fasb devido a pressões políticas e de instituições de crédito, foram duramente combatidas por bancos de investimento, investidores, auditores e analistas. As mudanças facilitarão às empresas, inclusive bancos, avaliar os seus ativos usando seus próprios modelos internos no lugar de preços de mercado. Eles também só precisarão reconhecer uma parte de qualquer deterioração nos seus lucros.

Os proponentes das mudanças, como o Citi, BofA, Wells e seus aliados políticos, argumentam que o regime atual amplia as perdas injustamente, ao exigir que bancos usem preços de mercado mesmo se esses preços forem ilíquidos e muitas vezes forem causados por vendas desenfreadas. Os oponentes dizem que mudar as regras minará ainda mais a confiança do investidor no combalido setor, por reduzir a transparência dos balanços patrimoniais dos bancos.

A reforma contábil, eles acrescentam, vai contra a tentativa do governo dos EUA de criar um mercado líquido para ativos problemáticos através de parcerias público-privadas. Em comentários encaminhados ao Fasb, o CFA Institute, entidade de classe de mais de 80 mil analistas e gestores de fundos, disse que as novas regras poderão prejudicar a credibilidade do órgão regulamentador e das normas contábeis dos EUA de forma geral.

As normas também estão sendo consideradas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (Iasb, na sigla em inglês), que prometeu trabalhar junto com seu oposto dos EUA. O Iasb amenizou as suas próprias normas de valor justo em outubro sob pressão da União Europeia. Opositores da mudança temem que Bruxelas aplique novas pressões para levar o Iasb a seguir o exemplo do Fasb.

Em carta publicada ontem no "Financial Times", o regulador do mercado mobiliário holandês Hans Hoogervorst considerou a interferência política no setor contábil um "desdobramento perigoso". Se a fixação de normas contábeis for vista como um processo político, "a confiança nos mercados será minada ainda mais".

PAUL O'DRISCOLL/BLOOMBERG NEWS

Hoogervorst, regulador do mercado holandês: críticas à interferência política

China impõe carência a investidor estrangeiro

Jamil Anderlini
Financial Times, de Pequim

No futuro, investidores estrangeiros em bancos chineses serão obrigados a aceitar um período de carência de ao menos cinco anos, anunciou a principal agência responsável por regulamentação bancária na China, após uma série de vendas de ações por parte de instituições financeiras americanas e europeias.

Em meses recentes, companhias como o Bank of America, UBS e Royal Bank of Scotland venderam no todo ou em parte suas participações nos maiores bancos estatais chineses imediatamente após expirados prazos de carência de três anos. O novo período de mínimo de cinco anos é necessário para "garantir a segurança do sistema bancário chinês", disse Liu Mingkang, presidente da Comissão Regulamentadora do Sistema Bancário Chinês (CBRC, sigla em inglês), durante seminário em Pequim, segundo pessoas familiarizadas com o tema e também em notícias na mídia estatal.

Liu disse também que Pequim não deverá reconsiderar os atuais limites de participação proprietária em bancos chineses, que limitam a presença de investidores estrangeiros individuais a 20%, e de todos os investidores estrangeiros a não mais que uma participação combinada de 25% em qualquer banco chinês.

No ano passado, a agência regulamentadora chinesa decidiu não permitir um nível superior de envolvimento estrangeiro em instituições domésticas. Essa decisão não tinha sido admitida publicamente até agora, e poderá afetar a estratégia dos poucos bancos estrangeiros que ainda têm a capacidade e o apetite para expandir sua presença na China.

O HSBC, por exemplo, adquiriu 19,9% do Banco de Comunicações da China em 2004, num acordo que o permitiria ampliar sua participação para 40%, se e quando viesse a elevar os limites a investimentos estrangeiros.

Os bancos BofA, RBS, Goldman Sachs, o alemão Allianz, a Temasek, de Cingapura, e outros compraram ações do Banco de Construção da China, do Banco da China e do Banco Industrial e Comercial da China com o compromisso de que ajudariam a melhorar o gestão de riscos e a capacitação gerencial dos bancos chineses.

Mas, com exceção de um pequeno número de iniciativas secundárias, as parcerias, de modo geral, não produziram resultados concretos, e quando os períodos de carência de três anos começaram a expirar, nos últimos meses, a maioria desses investidores "estratégicos" venderam suas participações, no todo ou em parte, com lucro, num momento em que a maioria das instituições bancárias mundiais estava em aguda necessidade de novo capital.

Apenas o Goldman comprometeu-se publicamente em manter a maior parte de sua participação no ICBC durante pelo menos mais um ano.

A Temasek, agência estatal de investimentos de Cingapura, que detém participação acionária tanto no Banco da China como no CCB, assumiu um particularmente um compromisso de não desfazer-se de suas ações no mercado, segundo executivos bancários chineses. FT

Vendas de imóveis puxam ações em NY

Agências internacionais

O aumento das vendas de casas usadas nos Estados Unidos levou as bolsas de Nova York para o segundo dia consecutivo de alta. Os dados de atividade industrial no país também contribuíram para incentivar os agentes.

O Dow Jones fechou com ganho de 1,95%, para 7,756 pontos. O Standard & Poor's 500 avançou 1,66% e fechou aos 811 pontos. O Nasdaq terminou com 1.551 pontos, em alta de 1,51%.

Após dados mostrando que a revenda de imóveis subiu 2,1% em fevereiro, os papéis de empresas do setor imobiliário puxaram os ganhos do dia. As ações da Standard Pacific Corp subiram 6,82% (US$ 0,94), os papéis da Centex fecharam em alta de 2,67% (US$ 7,70) e os da KB Home subiram 2,58% (US$ 13,52).

Continuaram com perdas, no entanto, as ações do setor automotivo. Ainda pesam sobre o mercado o temor de falência da GM após o presidente dos EUA, Barack Obama, ter mencionado essa hipótese caso a empresa não apresente um plano de reestruturação eficiente em dois meses. Fora isso, as principais companhias reportaram hoje redução de mais de 40% nas vendas no mês de março. As ações da GM fecharam em queda de 2,06%.

Os índices chegaram a cair em Wall Street devido ao fechamento de 742 mil postos de trabalho no setor privado em março, apurado pela ADP. O número antecipa os dados de governo e reitera o delicado cenário para o emprego nos EUA.

A reversão de ânimo chegou com os dados de atividade no setor de manufaturados medido pelo Institute of Supply Management (ISM) cujo indicador apontou desaceleração da retração para 36,3 no mês passado, uma retração mais modesta do que o mercado esperava.

Os principais índices de ações europeus subiram, impulsionados pelos papéis do setor financeiro, como ING e Barclays, e dados dos Estados Unidos que aumentaram as esperanças de uma recuperação econômica próxima.

O índice FTSEurofirst 300 fechou em alta de 1,56%, a 745 pontos, apresentando avanço pelo segundo dia seguido. Seguindo a tendência de Wall Street, o setor de bancos foi o que mais contribuiu para a valorização do índice e o que teve a melhor performance setorial, com alta de 4%.

Entre os papéis de bancos, os do ING saltaram 8%, do Barclays avançaram 6%, do Credit Suisse ganharam quase 6% e do BNP Paribas tiveram alta de 5,5%.

Nos EUA, o Instituto de Gestão de Fornecimento (ISM, na sigla em inglês) divulgou que seu índice de atividade manufatureira subiu para 36,3 em março, acima da mediana das previsões dos economistas de 36,0.

"O índice permanece abaixo de 50 (linha que divide crescimento de contração), mas é bastante positivo", disse Heinz-Gerd Sonnenschein, estrategista do Post Bank na Alemanha. "Essas são boas notícias após as notícias ruins que já vieram", acrescentou, referindo-se ao relatório do setor privado da ADP, que apontou que a economia norte-americana perdeu 742 mil empregos em março.

Mas os preços do petróleo caíram quase 4%, golpeando as ações de petróleo e gás, que apresentam o maior peso no principal índice de ações europeu.

Em Londres, o índice Financial Times fechou em alta de 0,75%, a 3.955 pontos. O DAX, de Frankfurt, subiu 1,13%, para 4.131 pontos. Em Paris, o CAC-40 avançou 1,15%, para 2.839 pontos. O Mibtel, de Milão, encerrou com valorização de 0,93%, a 12.974 pontos. Também houve de 2,01% em Madri e de 0,68% na bolsa de Lisboa, para 7.972 pontos.

Ver comentários sobre a Bolsa de São Paulo na página D2

Câmbio tem déficit de US$ 968 mi

Valor Online, de Brasília

Com forte entrada líquida de recursos na última sexta-feira, de US$ 1,189 bilhão, o fluxo cambial está negativo em US$ 968 milhões em março até o dia 27, reduzindo o ritmo de saída verificada na primeira quinzena do mês. As informações foram divulgadas ontem pelo Banco Central. Em fevereiro, o fluxo havia ficado positivo em US$ 841 milhões, após ter revelado saída de US$ 3,018 bilhões em janeiro.

O câmbio comercial, no qual são registrados os dados do comércio exterior brasileiro, proporcionou fluxo positivo de US$ 1,902 bilhão no mês até o dia 27, fruto de exportações de US$ 10,209 bilhões e importações de US$ 8,307 bilhões. O câmbio financeiro, no qual são fechadas as operações com capitais (investimentos em bolsa e títulos, empréstimos) e serviços (turismo, pagamento de juros, remessa de lucros), mostrou saída de dólares no país nestas duas semanas. Nessa rubrica, as compras atingiram US$ 20,060 bilhões e as vendas somaram US$ 22,930 bilhões.

Seguro Vendas chegam a ter aumento de até 30%, mas setor está cauteloso com desempenho para o resto do ano

Mercado cresce no primeiro trimestre

Altamiro Silva Júnior
De São Paulo

O mercado de seguros teve um primeiro trimestre melhor que o esperado. Não há dados oficiais, mas as seguradoras consultadas pelo **Valor** afirmam que registraram crescimento no período, que varia de 8% a 30%. Redução do imposto sobre produtos industrializados (IPI) para veículos, aumento da venda de seguros para a baixa renda e projetos de infraestrutura têm puxado as vendas de seguros.

Apesar do crescimento, os executivos estão cautelosos sobre as perspectivas para o setor em 2009. Muitas apólices fechadas agora, principalmente as de grandes projetos, vinham sendo desenhadas desde antes da crise, quando a economia estava em crescimento acelerado. Números preliminares da Superintendência de Seguros Privados (Susep) indicam queda nos prêmios de 10% em janeiro, com volume de R$ 5,1 bilhões. Para o resto do ano, tudo vai depender de a economia voltar a se aquecer. O consenso dos especialistas é de uma expansão de 8%, bem abaixo dos 15% registrados em 2008.

A Chubb Seguros registrou expansão de 12% nas vendas no primeiro trimestre. Acacio Queiroz, presidente e CEO da seguradora, conta que foi montada toda uma estratégia para enfrentar esses tempos difíceis. Nesse início de ano, por exemplo, nenhum executivo da seguradora pode tirar férias e o número de visitas aos clientes aumentou. Segundo ele, surpreendeu o desempenho em algumas carteiras, como a de aviação (para jatos particulares) com expansão de mais de 100% nos prêmios, além dos seguros massificados (apólices vendidas por meio de parcerias com empresas do setor elétrico e varejo).

Entre as corretoras de seguro, também houve crescimento nas vendas. A Marsh teve expansão nos três meses do ano, com média de crescimento de 10%. Já a Aon cresceu 16% em janeiro e fevereiro.

A Liberty Seguros, que já é uma das maiores do mercado de automóveis do país, teve expansão geral de 30% nos dois primeiros meses do ano, comparados a igual período de 2008. A seguradora se animou com a redução do IPI. "Para o setor, a redução é positiva, pois estimula o aumento das vendas de carros novos, incrementando a massa segurada", destaca o diretor de produtos da Liberty, Paulo Umeki. Segundo ele, mais de 60% dos carros zero quilômetro são segurados. O seguro de automóveis responde por 23% do setor e a previsão é de crescimento de 10%.

Queiroz, da Chubb, destaca que o preço do seguro de carro vem subindo. Em meio a enchentes pelo país afora, que aumentam os sinistros, e queda das taxas de juros, as seguradoras precisam de preços mais realistas. Segundo os dados mais recentes da Susep, a sinistralidade do setor subiu de 68%, em janeiro do ano passado, para 73% no primeiro mês deste ano. Os prêmios ficaram estáveis na casa dos R$ 980 milhões.

Outro ramo que segue aquecido é o de eventos. Com vários shows internacionais, musicais milionários, além de filmes, feiras e congressos, o setor passa por um momento de euforia. "São muitos eventos, principalmente empresariais", diz Queiroz, que fechou mais de 900 apólices em 2008. Ontem, a Mapfre anunciou o lançamento de um seguro para eventos com 30 coberturas diferentes (que inclui cancelamento do evento, bagagens, condições climáticas adversas, instalação de equipamentos e valores arrecadados na bilheteria).

GUSTAVO LOURENÇÃO/VALOR

Acacio Queiroz, CEO da Chubb: seguradora teve expansão de 12% e cancelou férias de executivos no período

Chubb abandona setor de transporte

De São Paulo

A Chubb Seguros resolveu sair do segmento de transportes de carga e investir em novos ramos, como o seguro para automóveis e produtos massificados. Já a Porto Seguro, depois de crescer 37% em transporte em 2008, quer investir no segmento.

A Chubb vinha movimentando cerca de R$ 3 milhões com a carteira de transporte por mês, incluindo as apólices que protegem a mercadoria transportada contra acidentes dos caminhões (chamadas de "RCTR-C") e as de roubo da carga ("RCF-DC"). A seguradora resolveu cancelar mais de 300 apólices, que giravam R$ 36 milhões por ano.

Aumento da inadimplência por conta da crise, má conservação das estradas, roubos em alta e preços do seguro em queda por causa da forte concorrência foram as razões que levaram a Chubb a desistir do segmento. "Não é um produto rentável", diz Acacio Queiroz, presidente da Chubb. A seguradora vai apostar apenas no transporte internacional de mercadorias (exportação e importação).

Em contrapartida, a seguradora prepara o lançamento de cinco novos seguros para 2009. Conhecida por atuar no mercado de carros de luxo, segurando apenas automóveis acima de R$ 60 mil, a Chubb prepara uma apólice com serviços diferenciados para carros abaixo desse valor. Queiroz não dá mais detalhes, pois diz que os produtos estão em análise na Susep, mas conta que também prepara novas apólices de seguros massificados e responsabilidade civil, que começam a ser testadas por corretores em breve.

O seguro de transporte vem sofrendo com o desaquecimento da economia, com queda de 25% nos embarques nos primeiros meses do ano. "Mas acreditamos na melhora do mercado a partir deste mês", conta Rose Matos, gerente do produto de transporte da Porto Seguro. Em 2008, a seguradora, muito conhecida por sua atuação no setor de automóveis, teve crescimento na carteira de transporte acima do mercado. A apólice que protege a carga contra acidentes cresceu 44%. A de roubo, aumentou 27%.

Segundo a executiva, a maioria dos sinistros não é com roubos, mas com acidentes que ocorrem por conta das estradas ruins. Os roubos, diz ela, vêm sendo controlados por equipamentos sofisticados de rastreamento, que acompanham todo o transporte da mercadoria. A sinistralidade da Porto ficou em 44% no roubo, frente a 61% do mercado. *(ASJ)*

México pede US$ 47 bi em empréstimo ao FMI

FolhaNews, de São Paulo

O Banxico (Banco de Mexico, o BC do país) anunciou ontem que pediu ao Fundo Monetário Internacional (FMI) que abrisse uma linha de crédito de US$ 47 bilhões para o país. Segundo a autoridade monetária mexicana, os recursos seriam usados para ajudar o país a passar pelas turbulências causadas pela crise econômica.

Porém, o Banxico informou que não tem planos imediatos de usar os recursos que seriam disponibilizados pelo FMI.

Se o México receber o financiamento, será o primeiro país a se beneficiar de uma nova linha de crédito flexível do FMI, sem condições ou limite de valor. A criação desta linha foi uma das medidas tomadas pelo organismo internacional para simplificar seus empréstimos a países em dificuldades. Este crédito servirá essencialmente para afastar os temores sobre a queda das reservas mexicanas, provocada pela ação do governo para sustentar a moeda local. O Banxico já vendeu pouco mais de US$ 21 bilhões das suas reservas internacionais desde outubro do ano passado para apoiar a moeda local. Desde o início da crise internacional, o peso mexicano perdeu mais de 50% de seu valor frente ao dólar.

Na terça-feira, o presidente do México, Felipe Calderón, anunciou que seu país pediria o empréstimo ao FMI. Porém, em valor menor do que o anunciado ontem pelo Banxico, entre US$ 30 bilhões e US$ 40 bilhões.

Nomura paga mais a recrutados pelo Lehman

Takahiko Hyuga e Kazu Hirano
Bloomberg News, de Tóquio

A Nomura Holdings Inc., o maior banco de investimento do Japão, está pagando aos recém-formados em universidades que tinham sido originalmente recrutados pelo Lehman Brothers Holdings Inc. mais que o dobro do que os contratados pela própria Nomura, disseram duas pessoas familiarizadas com o assunto.

A Nomura, que comprou as subsidiárias do Lehman na Ásia depois que a empresa sediada em Nova York pediu concordata em setembro, vai pagar aos recrutados pelo Lehman no Japão 6,5 milhões de ienes (US$ 66 mil) mais bônus no ano fiscal que começa hoje, disseram as fontes, recusando-se a serem identificadas porque se trata de acordos privados. Os recrutados pela própria Nomura vão receber 2,4 milhões de ienes e bônus.

"Isso vai causar atrito", disse Wataru Kasatani, analista-sênior da Meiji Dresdner Asset Management Co., que tem cerca de US$ 2,5 bilhões investidos em ações japonesas, inclusive da Nomura. "Enquanto houver discórdia, fica difícil para a Nomura conseguir um retorno pelo seu investimento."

A diferença salarial é um exemplo dos desafios enfrentados pelos bancos de investimento, em um cenário em que a recessão leva as empresas financeiras a fundirem ou venderem divisões. Pressionados pela queda das taxas, o Mitsubishi UFJ Financial Group Inc. em Tóquio e o Morgan Stanley, sediado em Nova York, estão formando uma joint-venture de suas unidades de ativos japoneses, e o Citigroup Inc., sediado em Nova York, está buscando uma parceria para a sua corretora de varejo local.

As empresas japonesas costumam oferecer emprego a estudantes universitários até um ano antes da formatura. O ano letivo do Japão termina em 31 de março e os recrutados começam a trabalhar em 1º de abril. O Lehman disse em setembro, antes de quebrar, que havia oferecido empregos a mais de 20 universitários no último ano da universidade no Japão. A Nomura tinha 26.318 empregados em 31 de dezembro de 2008.

"A Nomura é o lugar para melhor realizar a sua ambição, não importa a sua idade, sexo ou nacionalidade", disse hoje o principal executivo do banco, Kenichi Watanabe, aos 722 recrutados reunidos em Tóquio, segundo informou a empresa. "A economia e as condições financeiras são difíceis, mas já sobrevivemos no passado. Desta vez, quero superar as dificuldades com a energia de vocês."

O porta-voz da Nomura, Tohru Namikawa, recusou-se a comentar a contratação ou remuneração dos recrutados pelo Lehman. "Não achamos que haja qualquer atrito entre os empregados da Nomura e os ex-empregados do Lehman em relação a pagamento ou cargos".

A Nomura contratou 8 mil empregados do Lehman em outubro, garantindo seus salários e bônus. O Lehman pagou aos empregados a média de US$ 332 mil no ano fiscal encerrado em 30 de novembro de 2007. A remuneração média da Nomura foi de US$ 144.000 nos 12 meses até março de 2008.

FIESP

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente Edital e nos termos de dispositivos estatutários, fica convocado o Conselho de Representantes da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo para **Assembléia Geral Ordinária** a ser realizada **no próximo dia 13 de abril, às 16h, em primeira convocação, no Edifício-Sede da FIESP, na Avenida Paulista, 1313 - 15º andar,** a fim de apreciar e deliberar sobre os Balanços Patrimonial e Financeiro referentes ao exercício de 2008. Não havendo número legal na hora designada, o Conselho se reunirá **em segunda convocação, no mesmo dia e local, às 16h30**, deliberando pela maioria de votos dos Delegados presentes.

São Paulo, 02 de abril de 2009
Paulo Skaf
Presidente

cosern Grupo Neoenergia

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE
CNPJ Nº 08.324.196/0001-81 – NIRE 24300000502
COMPANHIA ABERTA – RC. CVM 01813-9

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Companhia Energética do Rio Grande do Norte, a se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária, na sede da Companhia situada na Rua Mermoz, nº 150, Centro, na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, **às 09:00 horas do dia 16 de abril de 2009**, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **1.** Reforma do Parágrafo Único do Artigo 30 do Estatuto Social da Companhia, de forma a adequá-lo aos termos do Acordo de Acionistas de sua controladora; **2.** Consolidadação do Estatuto Social. Conforme disposto no artigo 141 da Lei nº 6.404/76 e da Instrução CVM nº 165/91, com a redação alterada pela Instrução CVM nº 282/98, o percentual mínimo de participação no capital votante da Companhia para requerer a adoção do processo de voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento).
Poderão participar da Assembléia Geral os Senhores Acionistas com inscrição de seus nomes nos livros próprios da Companhia ou representados por procuradores que atendam os requisitos legais. Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, os documentos pertinentes às matérias que serão deliberadas na Assembléia Geral Extraordinária. Natal, 31 de março de 2009.

JOILSON RODRIGUES FERREIRA - Presidente do Conselho de Administração

ONS **Operador Nacional do Sistema Elétrico**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

São convocados os membros associados e os membros participantes do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS para se reunirem em Assembléia Geral Ordinária dia 17 de abril de 2009, às 11h30, em primeira convocação, ou às 12h30 em segunda convocação, no Auditório de seu Escritório Central, no Edifício Mário Bhering, na Rua da Quitanda, 196, 2º andar, Rio de Janeiro, RJ, para deliberarem sobre as seguintes ordens do dia:

1. Relatório de Administração e Demonstrações Financeiras, acompanhados de pareceres do Auditor Independente e do Conselho Fiscal, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2008.
2. Contribuição dos Associados e homologação da Proposta Orçamentária para o exercício de julho de 2009 a junho de 2010.
3. Alterações no Estatuto propostas pela ANEEL.
4. Referendo de substituições de Conselheiros.
5. Remuneração dos Administradores e Conselheiros Fiscais.

Os membros associados e os membros participantes deverão fazer-se representar na forma dos respectivos estatutos ou mediante procuração com poderes especiais para participar da Assembléia e deliberar sobre as matérias da pauta. As procurações deverão ser apresentadas, com antecedência mínima de 24 horas do início previsto para a realização da Assembléia, na Secretaria do Conselho de Administração do ONS, à Rua da Quitanda, 196, 24º andar, Rio de Janeiro, RJ.

Brasília, 02 de abril de 2009.
Maurício Stolle Bähr
Presidente do Conselho de Administração

termope Grupo Neoenergia

TERMOPERNAMBUCO S.A.
CNPJ nº 03.795.050/0001-09 - NIRE 26300011573 - Companhia Aberta - CVM 1.985-2
Ata da Reunião do Conselho de Administração da Termopernambuco S.A., Realizada em 29 de Setembro de 2008
Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de 2008, às 18:00 horas, na sede da Neoenergia, Praia do Flamengo nº 78, 4º andar, Flamengo, Rio de Janeiro, reuniu-se o Conselho de Administração da Termopernambuco, com a totalidade dos membros abaixo assinados, que tomaram conhecimento e deliberaram, por unanimidade sobre o seguinte assunto: **Fiança bancária para garantia CCEE** – Após a apresentação feita pelo Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores, a Diretoria Executiva propôs aprovar a contratação pela **TERMOPERNAMBUCO** de carta(s) de fiança bancária nas seguintes condições: **(i)** prazo de até 12 meses, **(ii)** pagamento de comissão trimestral antecipada, **(iii)** aval da Neoenergia, **(iv)** valor total de até R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); e **(v)** menor preço após processo de cotação com pelo menos cinco bancos de relacionamento, podendo um deles ser o Banco do Brasil. **Deliberação:** O Conselho de Administração aprovou a proposta apresentada. Nada mais havendo a tratar, o presidente do Conselho Sr. Joilson Rodrigues Ferreira, deu por encerrada a reunião, da qual lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos conselheiros Marcelo Maia de Azevedo Corrêa, Mário José Ruiz Tagle Larrain (suplente), Rubens André Chagas de Brito (suplente), e por mim, Denise Faria, que secretariei os trabalhos, a redigi e a encerro com a minha assinatura. Confere com o Original Lavrado em Livro Competente. Denise Faria – Secretária. JUCEPE nº 20090486919 em 24/03/2009, Protocolo: 09/048691-9. José Armando Duarte Rodrigues – Secretário-Geral.

wetzel CONFIANÇA E QUALIDADE TÊM MARCA

WETZE
Companhia Aberta
Rua Senador Felipe Schm
CNPJ/MF nº 84.683.671/000
Assembléia Geral Ordinár
Ficam convidados os Senhores Acionistas a se r **24 de abril de 2009, às 10:00 horas, na Rua Estado de Santa Catarina**, a fim de deliberarem do Dia: **Assembléia Geral Ordinária: a)** Ex administração, das demonstrações financeira Independentes, referentes ao exercício findo em **c)** Fixação da remuneração global e anual dos **A Administração - WETZEL S.A.**

EL S.A.
- CVM nº 1199-1
idt, nº 228 - Joinville - SC
1-94 - NIRE 42 3 0002528-3
ia - Edital de Convocação
unirem em **Assembléia Geral Ordinária, no dia Senador Felipe Schmidt nº 228, em Joinville,** sobre as seguintes matérias constantes da Ordem ame, discussão e aprovação do relatório da s da Companhia e parecer dos Auditores 1/12/08; **b)** Destinação do resultado do exercício; administradores. Joinville, 01 de abril de 2009.
(01,02 e 03)

Valor Análise Setorial.
Levantamentos setoriais completos. A melhor ferramenta para estratégias de negócios.
ACESSE E ADQUIRA SEU ESTUDO.
http://setorial.valor.com.br

Concessionária Ecovi
CNPJ/MF Nº 02.509.491/00
Compan
EDITAL DE C
ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS
Pelo presente Edital de Convocação, ficam convoca da Primeira Emissão de Debêntures Simples da **S/A** ("Ecovias") a se reunirem em Assembleia Gera dia 16 do mês de abril de 2009, no Hotel Blue Tree 3.989, Vila Olímpia, Cidade de São Paulo, Estado para alteração do controle direto da Ecovias, resul Ecorodovias, nos termos do item 9.1, alínea "n", Simples da Ecovias dos Imigrantes S.A.
São Bernardo do Cam
CONCESSIONÁRIA ECOV
Marcelino R
Presidente do Conse

as dos Imigrantes S/A
01-26 - NIRE 35.300.155.149
ia Aberta
ONVOCAÇÃO
DA 1ª, 2ª e 3ª SÉRIES DA PRIMEIRA EMISSÃO
dos os Senhores Debenturistas da 1ª, 2ª e 3ª Séries **CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES** de Debenturistas, a ser realizada às 10:00 horas do Faria Lima, localizado na Av. Brigadeiro Faria Lima, de São Paulo, a fim de deliberar sobre autorização ante de reestruturação societária interna do Grupo a Escritura da 1ª Emissão Pública de Debêntures
po, 1º de abril de 2009.
AS DOS IMIGRANTES S/A
fart de Seras
lho de Administração (01, 02 e 03)

THE WALL STREET JOURNAL AMERICAS. WSJ.COM/BRASIL

DOWJONES
Uma empresa News Corporation

What's News—®

INTERNACIONAL

As vendas de automóveis nos EUA continuaram ladeira abaixo em março: a queda foi de 45% na GM, 41% na Ford, 39% na Chrysler e Toyota e 38% na Nissan, segundo as próprias montadoras. Mas algumas delas, como a GM, acham que a queda chegou ao fim e o mercado vai começar a melhorar.

A AB InBev, maior cervejaria do mundo em volume de vendas, está preparando a venda de subsidiária Oriental Beer, da Coréia do Sul, por até US$ 2 bilhões, disseram pessoas a par do assunto. A cervejaria belgo-brasileira quer vender alguns ativos para ajudar a pagar a dívida de US$ 45 bilhões gerada pela aquisição da Anheuser-Busch, dos EUA, por US$ 52 bilhões.

A Mastercard concordou em reduzir algumas tarifas cobradas em transações de cartões de crédito na Europa para evitar multas de autoridades da União Europeia. Em 2008 a UE acusou a operadora americana de cartões de crédito de usar práticas de cartel na cobrança de tarifas das lojas que aceitam o Mastercard.

O UBS anunciou a contratação de um novo diretor de operações, Ulrick Körner, para supervisionar a modernização do banco. A medida é um sinal da disposição do novo diretor-presidente, Oswald Grübel, de simplificar a administração e cortar custos. O banco suíço fez baixas contábeis de US$ 50 bilhões e teve de pedir ajuda ao governo por causa da crise financeira.

A Silicon Graphics, que foi uma das grandes fabricantes de equipamentos de computação gráfica dos EUA e chegou a valer US$ 7 bilhões em 1995, pediu concordata pela segunda vez e vai vender os ativos para a Rackable Systems, por US$ 25 milhões. A empresa está pesadamente endividada.

O Fairfield Greenwich Group, que canalizou US$ 6,9 bilhões para fundos de Bernard Madoff, foi acusado de fraude e de quebra da confiança dos clientes do Estado de Massachusetts, nos EUA, numa ação administrativa da secretaria de Estado. Esta é a primeira acusação formal contra um dos fundos que investiam em Madoff, que foi condenado por ter perpetrado uma gigantesca fraude financeira.

O Bank of America quer vender a administradora de recursos Columbia Management para preservar capital e se desfazer de negócios que não sejam sua atividade principal, disseram pessoas a par do assunto. A Columbia, que administrava US$ 386 bilhões a 31 de dezembro de 2008, fez parte da aquisição do FleetBoston pelo BofA em 2004.

A Dow Jones Indexes, divisão de índices de mercado da editora americana Dow Jones, que publica o **Wall Street Journal**, anunciou o Dow Jones Total Stock Market Indexes como sua nova referência para o mercado global em lugar do Dow Jones Wilshire. A Wilshire Associates passará a divulgar seu índice de 5.000 ações independentemente.

REGIONAL

O México confirmou que abrirá uma linha de crédito de US$ 47 bilhões do FMI como medida preventiva, como o presidente Felipe Calderón havia dito, e lançará mão do swap cambial de US$ 30 bilhões com o banco central dos EUA, o Fed. O crédito do FMI, se usado, seria para estimular emprego e o crédito.

O Brasil viu sua produção industrial cair 16,9% em fevereiro frente ao mesmo mês de 2008, informou o IBGE.

O Chile pretende aumentar a produção anual de cobre de 5,5 milhões de toneladas atuais para 7 milhões em 2014, disse o ministro de Mineração, Santiago González. Ele espera que os investimentos no setor alcancem US$ 25 bilhões até 2015.

O Banorte, grupo financeiro do México, anunciou a compra de 30% de participação que ainda não possuía no banco americano INB, do Texas, por US$ 146,6 milhões. A fatia de 70% havia sido comprada em novembro de 2006.

A ISA, estatal colombiana de energia elétrica, planeja vender até US$ 85 milhões em bônus em moeda local com vencimento em seis e nove anos. A empresa usará os recursos para financiar investimentos.

O México recebeu US$ 1,8 bilhão em remessas de mexicanos que moram fora do país em fevereiro, 3% a menos que no mesmo mês do ano passado, informou o banco central. Em janeiro, as remessas haviam caído 12%.

© 2009 Todos os direitos reservados.

Crise econômica mundial fortalece e põe à prova um FMI renovado

Bob Davis
The Wall Street Journal, de Washington

Há apenas seis meses, o Fundo Monetário Internacional era considerado irrelevante por muita gente. Diziam tratar-se de um pronto-socorro econômico quase sem pacientes.

Agora, com a crise global atingido um país após o outro, o pronto-socorro está transbordando. O FMI emprestou cerca de US$ 50 bilhões a países necessitados para estancar a sangria nas finanças deles, e há mais países na fila. Ao mesmo tempo, tem pressionado os países mais ricos para ajudarem a sanar a crise global por meio de um aumento em seus gastos fiscais.

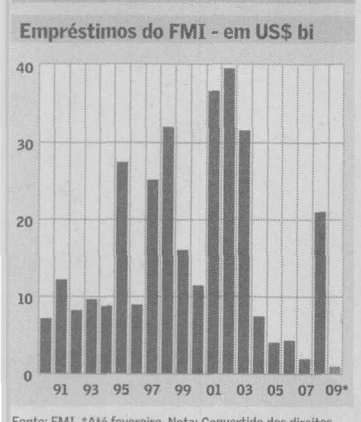
O FMI deve ganhar ainda mais poder. Na reunião de cúpula que termina hoje, os líderes do Grupo dos 20 países industrializados e em desenvolvimento devem dar respaldo ao FMI com a promessa de injetar mais de US$ 250 bilhões no fundo e pedir-lhe que divulgue "advertências" sobre países em risco.

"Todos percebem a necessidade de um FMI rejuvenescido", diz Youssef Boutros-Ghali, ministro da Fazenda egípcio, que chefia um grupo de autoridades que supervisiona o Fundo.

Mas há várias questões sobre que eficácia o novo FMI terá no combate à crise. Enquanto antes ele exigia que os tomadores fizessem reformas drásticas em suas economias, hoje o Fundo adota uma posição mais amena, impondo menos restrições a seus enormes financiamentos.

"Na maioria dos casos, hoje a grande questão para o FMI não é como efetuar mudanças fundamentais nas políticas" dos países

Retomada do crédito
Mais países têm recorrido ao Fundo



Fonte: FMI *Até fevereiro. Nota: Convertido dos direitos especiais de retirada do FMI

tomadores de empréstimo, diz Marek Belka, ex-primeiro-ministro polonês que hoje é a principal autoridade do FMI para a Europa. "A questão é ajudar os países (enfraquecidos) a chegar até a outra margem do rio."

Não há muitos indícios por enquanto de que os empréstimos do FMI estão sendo de grande ajuda no curto prazo. Andrew Howell, um analista de mercados emergentes do Citigroup, diz que as moedas da Ucrânia e de Belarus estão em forte queda apesar dos créditos do FMI, o que aprofunda as recessões lá, embora as divisas da Sérvia e da Hungria pareçam ter-se estabilizado. Além disso, grandes países em desenvolvimento como o Brasil e a Coreia do Sul abriram mão até agora de uma nova linha de crédito do Fundo, preocupados com o estigma de tomar o empréstimo e possíveis queixas internas.

No longo prazo, a falta de disposição do Fundo para pressionar por reformas fundamentais pode fazer com que os tomadores percam oportunidades de melhorar sua competitividade, o que poderia limitar seu crescimento quando a economia mundial se recuperar. "O recuo do FMI em condicionar (os empréstimos) a mudanças estruturais nas economias em crise precisa ser revertido", escreveu Susan Schadler, uma ex-diretora do Fundo para a Europa, num relatório dos centros de estudos Atlantic Council e Chatham House para o G-20.

A última vez em que o FMI, que tem 185 membros, esteve no centro dos acontecimentos foi há cerca de dez anos, quando organizou pacotes de muitos bilhões de dólares para deter uma crise financeira que começou na Ásia em 1997 e se alastrou até à Rússia e ao Brasil. O Fundo exigiu mudanças radicais na política econômica doméstica como condição para obtenção dos empréstimos, provocando profundos ressentimentos e, em alguns casos, levantes sangrentos. Mesmo assim, os países sob os cuidados do FMI se recuperaram com bastante rapidez. A receita do FMI — cortar os gastos, desvalorizar a moeda, sanar os problemas das instituições financeiras, abrir os mercados — os ajudou a exportar mais para os Estados Unidos e a Europa.

Hoje essa abordagem não iria funcionar, pois os países ricos estão reduzindo suas importações. O que o FMI está fazendo agora é pressionar os países ricos para que aumentem os gastos públicos ao mesmo tempo em que socorre os países mais fracos até que sua recuperação se firme. Também está pedindo à China para aumentar seus gastos e fazer uma contribuição de porte aos cofres da entidade. Em troca, o FMI está procurando uma maneira de encerrar uma disputa acerca da política cambial da China e de dar maiores direitos de voto ao país.

A reforma do FMI, que ocorreu, de modo geral, longe das vistas do público, começou durante a intensa expansão global de meados desta década, quando o Brasil, a Argentina, a Rússia e outros países pagaram seus empréstimos ao Fundo antes do prazo e poucos países buscaram novos financiamentos. Os economistas do FMI começaram a se preparar para o que viam como a inevitável próxima crise.

A reforma se acelerou com a chegada do novo diretor-gerente, Dominique Strauss-Kahn, no fim de 2007. O ex-ministro da Economia da França assumiu uma organização que caminhava para registrar grandes prejuízos porque poucos países estavam tomando empréstimos, e que estava sob ordens dos países membros para fazer cortes.

Os esforços de Strauss-Kahn foram quase descarrilados depois que um caso que ele teve com uma funcionária do Fundo se tornou público. Mas um comitê o inocentou em outubro e a gravidade do declínio econômico empurrou o affair para o segundo plano. Em novembro, ele estava conclamando os países que tivessem condições a aumentar os gastos de emergência em pelo menos 2% do produto interno bruto — mais de US$ 1 trilhão mundialmente.

Os economistas do FMI reconhecem que o número 2% foi uma fórmula tanto política como econômica: 1% parecia muito pouco, e 3% poderia assustar os mercados. "Como se consegue convencer os governos a fazer as coisas?", perguntou a diretor graduado do FMI. "Assustando-os, mas não demais."

G-20 ganha prestígio, mas enfrenta rivais

Bob Davis e Stephen Fidler
The Wall Street Journal

A conferência de cúpula dos líderes do Grupo dos 20 hoje vai consolidar o status de grandes países em desenvolvimento como Brasil, China e Índia, colocando-os como membros plenos desse bloco que está se tornando uma espécie de conselho de administração da economia mundial.

Mas o G-20, fórum com dez anos de idade que reúne países industrializados e em desenvolvimento, tem muitos rivais, como um novo conselho proposto para o Fundo Monetário Internacional. Também ainda é muito cedo para se descartar o clube dos países ricos, o já antigo Grupo dos Sete.

Há décadas o mundo assiste a um excesso de Gs. Hoje há o G-2 (China e Estados Unidos), o G-5 (EUA, Reino Unido, França, Alemanha e Japão), o G-7 (G-5 mais Canadá e Itália), o G-77 (um conjunto heterogêneo de países em desenvolvimento), e outros. A idéia básica é a mesma: problemas mundiais requerem que um grupo de países trabalhe em conjunto.

O G-20 assumiu o primeiro plano na crise atual, com chefes de Estado buscando uma resposta coordenada para evitar que os países adotem políticas capazes de prejudicar os concorrentes.

A estatura mais elevada do G-20 diminuiu a do G-7, cujos ministros econômicos se reúnem várias vezes por ano. Mas reuniões anuais dos chefes de Estado do G-7, o grupo acrescenta a Rússia e se transforma no G-8. Nos últimos anos o G-8 também convidou a Índia, a China e outros países emergentes para suas reuniões.

Fred Bergsten, diretor do instituto Peterson de Economia Internacional, um grupo de estudos de Washington, supõe que o G-7 vai se tornar, na prática, um comitê dos países ricos do G-20. A próxima reunião dos líderes do G-8, em julho, deve se realizar em uma antiga base para submarinos no Mediterrâneo, a fim de facilitar ao país-anfitrião, a Itália, o trabalho da segurança.

"Eles colocaram o G-8 em um rochedo desabitado", diz Bergsten. "É simbólico do que está acontecendo com o G-8."

Ainda é cedo para descartar o G-7 ou o G-8. O acordo internacional mais significativo desde o início da crise global foi forjado em uma sessão do G-7 em Washington, em 10 de outubro de 2008, quando os ministros da fazenda se comprometeram a evitar a quebra de "instituições financeiras com importância sistêmica". Esse compromisso foi ratificado no dia seguinte pelos 185 países-membros do FMI e em novembro pelos líderes do G-20.

Os EUA pressionaram pela formação do G-20 depois da crise financeira asiática, embora hoje o grupo seja visto, por vezes, como um desafiante ao poderio americano. O grupo sofre com seus números — mais membros implicam mais declarações formais e menos soluções conciliatórias. Sofre também da falta de uma equipe permanente para fazer o acompanhamento das decisões.

(Colaborou John Lyons)

Ex-presidente da AIG quer que governo reduza fatia

Liam Pleven
The Wall Street Journal

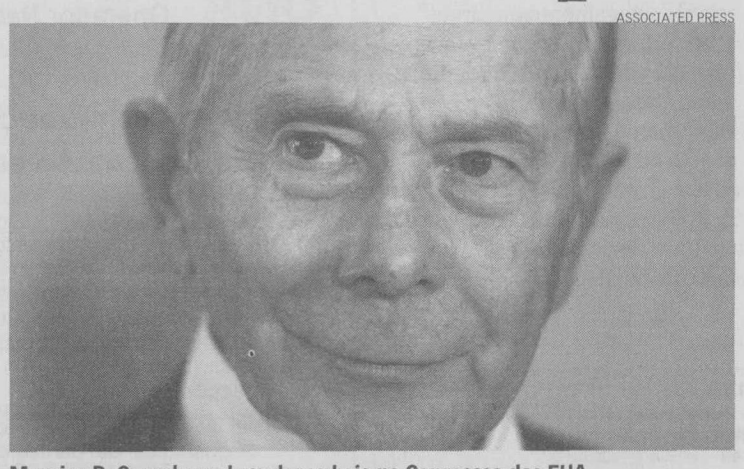
Enquanto o Congresso americano exige respostas sobre o que deu errado com a American International Group Inc. e o que fazer com a companhia, parlamentares estão se voltando hoje para o homem que ergueu o gigantesco conglomerado a partir de uma pequena seguradora.

Maurice R. Greenberg, 83 anos, tem audiência marcada para hoje na Comissão de Supervisão e Reforma do Governo da Câmara dos Deputados. Ele planeja propor que se reduza a fatia do governo na AIG e que se pressionem parceiros de operações que tiveram gordos pagamentos resultantes do socorro à seguradora para investirem esse dinheiro de volta na AIG.

"Alguém tem de apertá-los", disse Greenberg ao **Wall Street Journal**.

O depoimento de hoje será a primeira aparição pública de Greenberg sob juramento desde o primeiro resgate que o governo americano ofereceu para a AIG, em setembro. "Não acho que a gente possa entender de fato a situação da AIG sem falar com ele", disse o deputado Edolphus Towns, que preside a comissão e é do Partido Democrata, o mesmo do presidente Barack Obama. "Ele pode nos dar dicas sobre o que fazer agora."

ASSOCIATED PRESS



Maurice R. Greenberg deve depor hoje no Congresso dos EUA

Greenberg esteve por trás do esforço de expansão que incluiu a criação da divisão de produtos financeiros que quase afundou a firma depois que ele saiu, em 2005. Ele também contratou muitos executivos que ainda trabalham na AIG.

Outro deputado democrata, Henry Maxwan, ex-presidente da comissão, disse numa sessão em outubro à qual Greenberg não foi por causa de uma doença que muita gente acha que o ex-presidente "plantou as sementes que levaram à quebra da AIG".

"Não me sinto nem um pouco responsável" pelos problemas da AIG, disse Greensberg na entrevista. "Como posso ser responsável por algo que aconteceu quando eu não estava lá?"

Greenberg saiu da AIG quando as práticas contábeis da firma estavam sob investigação. Ele ainda está se defendendo em processos ligados àquela investigação, e nega que tenha cometido irregularidades. Greenberg também gastou boa parte dos últimos quatro anos duelando com a AIG em várias questões legais.

Greenberg continua sendo um dos maiores acionistas da seguradora, embora o valor de sua participação tenha caído em centenas de milhões de dólares desde o início de 2008. Greenberg, que também controla uma companhia da qual a AIG é a maior acionista privada, não quis dar muita importância ao impacto da queda das ações sobre sua vida pessoal.

"Claro, perdi um patrimônio considerável", disse Greenberg, que também dirige outra firma, C.V. Starr & Co. "Mas estou trabalhando. Minha vida não mudou materialmente."

O deputado Towns disse que comissão da Câmara quer perguntar a Greenberg o que deu errado com a AIG. O ex-diretor-presidente também deve ser indagado sobre a história da divisão de produtos financeiros. Towns disse que a comissão planeja fazer mais sessões sobre a AIG.

Greenberg tem defendido uma nova abordagem por parte do governo desde o socorro de setembro. Ao afrouxar certos termos impostos à AIG, o governo ficou mais perto da posição de Greensberg nos últimos meses.

Ele agora quer que o Estado reduza ainda mais a carga sobre a AIG, com o objetivo de fazê-la voltar a dar lucro. Greenberg acha que o erário deveria esperar menos retorno do investimento na seguradora logo de cara, para melhorar as chances de ser recompensado na totalidade futuramente.

Reduzir a fatia do governo na AIG dos atuais 80% para 15% atrairia investidores privados, escreveu Greenberg em seu depoimento preparado para o Congresso. Enxugar a participação do governo talvez seja politicamente ruim, dada a frustração pública com o socorro do governo a firmas financeiras.

Espera-se que Greenberg reivindique que se pressionem parceiros de operações da AIG para honrar as obrigações da firma. Esses pagamentos, que foram para grandes bancos americanos e de outros países, têm causado polêmica.

Em seu depoimento, Greenberg vai defender que esses parceiros canalizem parte do dinheiro de volta à AIG na forma de um investimento, o que faria deles acionistas e lhes daria uma fatia do sucesso da AIG.

Muitos parceiros da AIG haviam comprado swaps de crédito da divisão de produtos financeiros. Trata-se de contratos parecidos com seguros que exigiam que a AIG entrasse com bilhões de dólares em garantias caso o investimento que os swaps protegiam perdesse valor — o que acabou acontecendo desde que a crise imobiliária ganhou corpo nos Estados Unidos.

Um comunicado da AIG informou que quando Greenberg saiu, em março de 2005, a unidade já havia vendido cerca de metade dos swaps que causaram os maiores problemas. A AIG acrescentou que a exposição da firma sob os contratos não foi alterada.

Greenberg disse que a exposição que a AIG tinha sob os contratos quando ele saiu não vem ao caso. Quando a AIG perdeu sua classificação de crédito AAA, um episódio posterior a sua saída da presidência, ele teria protegido a exposição com hedge e tentado modificar as exigências de garantias, disse ele na entrevista.

Finanças

Crédito
Em % no período

Linhas	01/04	31/03	Há 7 dias	Há 30 dias
Desconto de duplicata - ao mês	2,09	1,89	1,90	1,98
Hot money - ao mês				
- 1ª linha	3,40	3,40	3,41	3,48
- 2ª linha	4,43	4,43	4,44	4,50
Capital de giro pré - ao mês				
- 1ª linha	2,31	2,10	2,11	2,19
- 2ª linha	2,76	2,50	2,51	2,59
Export notes - ao ano *	6,76	2,52	4,54	3,78
ACC - ao ano *				
- 30 dias	1,83	1,85	1,92	1,84
- 90 dias	4,40	4,46	4,59	4,74
- 180 dias	6,57	6,65	6,80	6,90
Factoring - ao mês	4,04	4,04	4,04	4,07

Fonte : CMA, Anfac e Valor Data. * Mais variação cambial

Selic/CDI/CDB
Em % no período

Taxas	01/04	31/03	30/03	27/03	26/03	25/03
Selic						
Taxa over (em % a.a.)	11,16	11,16	11,16	11,16	11,16	11,16
Taxa over (em % a.m.)	1,2598	1,2598	1,2598	1,2598	1,2598	1,2598
Taxa efetiva (em % a.a.)	11,16	11,70	11,70	11,70	11,70	11,70
Taxa efetiva (em % a.m.) (1)	0,8432	0,9709	0,9709	0,9709	0,9709	0,9709
CDI (2)						
Taxa over (em % a.a.)	11,13	11,08	11,03	11,10	11,12	11,12
Taxa over (em % a.m.)	1,2566	1,2512	1,2459	1,2534	1,2555	1,2555
Taxa efetiva (em % a.a.)	11,13	11,65	11,65	11,65	11,65	11,65
Taxa efetiva (em % a.m.) (1)	0,8411	0,9665	0,9664	0,9669	0,9671	0,9671
Taxa efetiva na data (em % a.d.)	0,0419	0,0417	0,0415	0,0418	0,0419	0,0419
Taxa efetiva acumulada*	0,0419	0,9665	0,9245	0,8826	0,8404	0,7982
CDB						
Pré-30 (taxa bruta - em % a.a.)	11,04	11,03	11,05	11,06	11,06	11,08
Pré-30 (taxa bruta - em % a.m.)	0,8765	0,8757	0,8772	0,8780	0,8780	0,8795

Fonte: BC, Cetip, CMA e Valor Data. (1) Projeção (2) DI extra-grupo * Até a data em % no período

Bônus soberano
Comportamento dos títulos em Nova York em 01/04/09

Emissor	Resgate	Preço*	Cupom % ano	Yield % ano	Spread** Em 01/04/09	Spread** Em 31/12/08	Spread** Há 12 Meses
Argentina							
República	04/12/05	-	-	-	-	-	-
República	09/10/06	-	-	-	-	-	-
República	19/12/08	-	-	-	-	-	-
República	07/04/09	-	-	-	-	-	-
República	15/03/10	26,938	11,375	232,537	22.646	17.486	10.679
República	30/01/17	32,500	11,375	39,954	3.770	3.743	3.504
República	25/02/19	-	-	-	-	-	-
Discount	31/03/23	-	-	-	-	-	-
Par	31/03/23	-	-	-	-	-	-
República	19/09/27	-	-	-	-	-	-
República	21/07/30	-	-	-	-	-	-
Brasil							
EI	15/04/06	-	-	-	-	-	-
República	07/04/08	-	-	-	-	-	-
NMB 1994	15/04/09	-	-	-	-	-	-
República	15/10/09	106,313	14,500	2,328	193	287	121
República	11/01/12	118,000	11,000	4,046	290	325	168
DCB L	15/04/12	-	-	-	-	-	-
C-Bond	15/04/14	-	-	-	-	-	-
A-Bond	15/01/18	109,125	8,000	5,599	294	283	179
Disc Z-L	15/04/24	-	-	-	-	-	-
Par Z-L	15/04/24	-	-	-	-	-	-
República	15/04/24	115,125	8,875	7,210	455	422	292
República	15/05/27	128,250	10,125	7,628	497	432	301
República	17/08/40	126,938	11,000	5,864	362	399	271
Venezuela							
FLIRB A	30/03/07	-	-	-	-	-	-
DCB	18/12/07	-	-	-	-	-	-
Par A	31/03/20	-	-	-	-	-	-
Disc A	31/03/20	-	-	-	-	-	-
República	15/09/27	57,688	9,250	16,700	1.404	1.589	631
México							
UMS	15/01/07	-	-	-	-	-	-
UMS	12/03/08	-	-	-	-	-	-
UMS	14/01/12	109,375	7,500	3,896	275	383	129
UMS	15/09/16	131,625	11,375	6,036	379	341	133
UMS	15/05/26	141,688	11,500	7,217	456	429	200
UMS	08/04/33	101,000	7,500	7,410	391	370	147
Rússia							
República	31/03/10	102,750	8,250	4,390	399	419	371
República	31/03/30	93,875	7,500	8,605	636	843	177
Turquia							
República	15/01/30	136,313	11,875	8,203	470	509	294

Fonte: Agências internacionais e Valor Data. * Preço de compra, em centavos de dólar. ** Em pontos-base sobre o título do Tesouro dos EUA. Cotações às 20h00

Unidades de referência do BNDES
Correção de contratos

Unidade Monetária	Código	Cotação Mar/09	Cotação 02/04/09 (Pró-rata)	Cotação Abr/09
URIP09	398	19,125826	19,128830	19,129706
URIP10	399	19,203449	19,206339	19,207345
URIP15	405	18,270934	18,273086	18,274641
URIP20	410	17,651851	17,653353	17,655432
URBT09	363	9,750786	9,752317	9,752764
URBT10	364	9,790421	9,791831	9,792407
URBT15	369	9,314936	9,316033	9,316825
URBT20	375	8,999318	9,000084	9,001144
URTJ15	535	6,534451	6,535221	6,535777
URTJLP	314	1,972494	1,972910	1,972897
URTJ20	520	6,313041	6,313578	6,314322
UR INPC	329	5,374507	N/D	5,391168
UR IGP-M	558	8,726804	N/D	8,662223

Fonte: BNDES e Valor Data.

Repasses do BNDES
Taxas de juros e repasses de IR

Período	Juros % ao ano	IR em %	Custo total em %
16/10/08 a 15/01/09	4,318275	3,168979	4,455120
16/01/09 a 15/04/09	5,206966	2,691054	5,347088

Data	Fator UMBNDES *	Data	Fator UMBNDES *
25/03/09	0,043920	30/03/09	0,044262
26/03/09	0,043685	31/03/09	0,045366
27/03/09	0,043525	01/04/09	0,045023

Fonte: BNDES e Valor Data.
* Fatores de correção cambial diários incidentes sobre a posição do passivo exigível do BNDES, em moeda estrangeira, sem vinculação a repasse específico (Resolução no. 635/87).

DES *
Moeda por DES - 01/04/09

Moedas	Taxas
Dólar americano	1,49142
Dólar australiano	2,16682
Dólar canadense	1,88560
Euro	1,12594
Real brasileiro	-
Rial do Irã	-
Iene	147,4270
Coroa norueguesa	10,0040
Libra esterlina	1,03593
Rial da Arábia	5,59284
Coroa sueca	12,37140
Coroa dinamarquesa	8,38624
Franco suíço	1,70142

* Taxas referentes aos Direitos Especiais de Saques do FMI.
Fonte: Agências internacionais e Valor Data.

Captações de recursos no exterior
Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data de vencimento	Prazo meses	Valor (US$ milhões)	Cupom/Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
Petrobras (7)	07/11/08	nov/20	144	200	-	-	-
BNDES (3)	dez/08	-	-	250	-	-	-
Petrobras (8)	10/12/08	dez/18	120	750	-	-	-
TAM (1)	29/12/08	dez/20	144	580,5	-	-	-
República do Brasil	13/01/09	15/01/19	120	1.025	5,875	6,127	370
Petrobras	11/02/09	15/03/19	121	1.500	7,875	8,125	518,4
Embratel (4)	mar/09	mar/14	60	200	2,8 (4)	-	-
Grupo Votorantim (5)	mar/09	mar/21	144	300	-	-	-
Usiminas (2)	mar/09	mar/17	96	200	1,5 (6)	-	-

Fonte: Instituições, agências internacionais e Valor Data. * Atualizada em 01/04/09. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Financiamento à importação com leasing; desembolso em quatro parcelas (cerca de US$ 145,1 mi cada). Data referente à última parcela. (2) Empréstimo, equivalente a 19,6 bilhões de ienes, com participação BID. (3) Empréstimo tomado junto ao Japan Finance Corporantion - JFC (antigo JBIC, US$ 150 mi) e a bancos privados japoneses (US$ 100 mi). (4) Empréstimo guarda-chuva. Do total, US$ 50 milhões referentes à parcela do Nordic Investment Bank - NIB. A parcela B, US$ 150 milhões, por meio de seis bancos. Custo sobre a Libor. (5) Empréstimo com seguro de risco político e comercial da agência de crédito à exportação japonesa Nexi. (6) Sobre a Libor. (7) Empréstimo com seguro da agência de crédito à exportação italiana Sace. (8) Empréstimo, equivalente a 75 bilhões de ienes, com seguro da Nexi.

Índice de Renda Fixa Valor/Ibmec
Base = 100 em 31/12/99

	01/04/09	31/03/09	30/03/09	27/03/09	26/03/09
Índice	489,3923220	489,0854454	488,8024745	488,5022236	488,4768774
5 dias*	0,1874%	0,1906%	0,1934%	0,1034%	0,1383%
30 dias*	1,8689%	1,8744%	1,7795%	1,9168%	1,9244%
Em 2009*	4,0535%	3,9883%	3,9281%	3,8643%	3,8589%

Fonte: Ibmec * Variação.

Custo do dinheiro
Em % no período

Taxas	01/04	31/03	Há 1 semana	No fim de março	Há 30 dias
Taxas referenciais					
Selic (meta - ano) (1)	11,25	11,25	11,25	11,25	12,75
Selic (taxa efetiva - ano)	11,16	11,70	11,70	11,70	12,66
Referencial Federal (ano)	11,16	11,16	11,16	11,16	12,66
CDI (taxa efetiva - ano) (2)	11,13	11,65	11,65	11,65	12,61
CDB Pré-30 (taxa bruta - ano)	11,04	11,03	11,08	11,03	11,88
CDB Pré-60 (taxa bruta - ano)	10,52	10,53	10,75	10,53	11,71
Anbid - 01 DU (taxa bruta - ano) (3)	-	10,97*	10,94*	10,97*	12,25
TR (mês) (4)	-	0,1045	0,0715	0,1045	0,1729
TBF (mês) (4)	-	0,8953	0,8220	0,8953	0,9943
Taxas referenciais de Swap **					
DI x Pré-30 (taxa efetiva - ano)	11,07	11,08	11,12	11,08	11,93
DI x Pré-60 (taxa efetiva - ano)	10,50	10,53	10,70	10,53	11,71
DI x Pré-90 (taxa efetiva - ano)	10,21	10,25	10,43	10,25	11,41
DI x Pré-120 (taxa efetiva - ano)	10,02	10,04	10,22	10,04	11,20
DI x Pré-180 (taxa efetiva - ano)	9,80	9,83	9,99	9,83	10,90
DI x Pré-360 (taxa efetiva - ano)	9,79	9,79	9,88	9,79	10,67
Mercado futuro - projeções anuais dos Depósitos Interfinanceiros					
Contratos de maio/09	11,070	11,075	11,122	11,075	11,710
Contratos de junho/09	10,500	10,530	10,618	10,530	11,410
Contratos de julho/09	10,202	10,230	10,380	10,230	11,195
Contratos de agosto/09	10,004	-	-	-	-
Contratos de outubro/09	9,790	9,820	9,966	9,820	10,810
Contratos de janeiro/10	9,670	9,689	9,803	9,689	10,673

Fonte: Andima, Anbid, BC, Cetip, BM&FBovespa, CMA e Valor Data. (1) Taxa média over (2) DI extra-grupo Cetip (3) Anualizada com base em 252 dias úteis, a partir de 01/09/00 (4) Variação % no período de 30 dias iniciado na data de referência * Taxa do CDI Over dos bancos ** Taxa efetiva para 252 dias úteis

IMA - Índices de Mercado Andima
Em 01/04/09

Índice	Referência	Valor do Índice	Var. dia %	Var. mês. %	Var. ano %
IRF-M	Total	4.007,7121101	0,09	0,09	5,23
IMA-C	5 *	1.715,0720933	-0,01	-0,01	0,87
IMA-C	5+ **	1.835,9854646	0,01	0,01	0,67
IMA-C	Total	1.803,8135602	0,01	0,01	0,68
IMA-B	5 *	1.819,5937397	0,10	0,10	6,15
IMA-B	5+ **	1.991,0945111	0,13	0,13	9,51
IMA-B	Total	1.842,9509442	0,11	0,11	7,56
IMA-S	Total	1.712,2093988	0,04	0,04	2,97
IMA-Geral	Total	1.774,8166733	0,07	0,07	4,67

Fonte: Andima e Valor Data. * Prazo menor ou igual a 5 anos. ** Prazo maior que 5 anos.

TBF
Variações % no período

Período	Dias úteis	TBF
08/03 a 08/04	22	0,9346
09/03 a 09/04	23	0,9691
10/03 a 10/04	23	0,9536
11/03 a 11/04	22	0,8979
12/03 a 12/04	21	0,8571
13/03 a 13/04	20	0,8089
14/03 a 14/04	20	0,8086
15/03 a 15/04	21	0,8493
16/03 a 16/04	22	0,8896
17/03 a 17/04	22	0,8825
18/03 a 18/04	22	0,8733
19/03 a 19/04	21	0,8601
20/03 a 20/04	20	0,7913
21/03 a 21/04	20	0,8138
22/03 a 22/04	20	0,8138
23/03 a 23/04	21	0,8783
24/03 a 24/04	21	0,8123
25/03 a 25/04	21	0,8220
26/03 a 26/04	20	0,8079
27/03 a 27/04	19	0,7490
28/03 a 28/04	19	0,7614
29/03 a 29/04	20	0,8016
30/03 a 30/04	21	0,8556
31/03 a 01/05	21	0,8953

Fonte: Banco Central e Valor Data.

Moedas estrangeiras
Cotações de compra e venda - 01/04/09

Países	Em relação* Libra Esterlina Compra	Libra Esterlina Venda	Dólar Compra	Dólar Venda	Franco Suíço Compra	Franco Suíço Venda
Coroa Dinamarca	8,1353	8,1410	5,6264	5,6290	20,3677	20,3877
Coroa Norueguesa	9,6834	9,7335	6,7045	6,7257	0,1705	0,1711
Coroa Sueca	11,8121	11,8398	8,1734	8,1831	0,1401	0,1403
Dólar Americano	0,6914	0,6917	-	-	1,1465	1,1471
Dólar Canadense	1,8204	1,8234	1,2589	1,2606	0,9095	0,9112
Escudo Português#	218,8947	219,0365	151,4787	151,4981	0,0076	0,0076
EURO**	1,0924	1,0935	1,3232	1,3237	1,5170	1,5184
Florim Holandês#	2,4061	2,4077	1,6651	1,6653	68,8474	68,8923
Franco Belga#	44,0448	44,0733	30,4797	30,4836	3,7610	3,7635
Franco Francês#	7,1620	7,1667	4,9562	4,9569	23,1295	23,1446
Franco Suíço	1,6576	1,6593	1,1465	1,1471	-	-
Iene Japonês	142,5500	142,6900	98,5900	98,6500	1,1622	1,1635
Libra Esterlina**	-	-	1,4458	1,4463	1,6576	1,6591
Lira Italiana#	2.114,1010	2.115,4700	1.462,9920	1.463,1800	0,0784	0,0784
Marco Alemão#	2,1366	2,1378	1,4778	1,4780	0,7757	0,7762
Peseta Espanhola#	181,6672	181,7849	125,7167	125,7328	0,9119	0,9124
Peso Argentino	5,3632	5,3699	3,7110	3,7125	0,3088	0,3091
Peso México	20,0832	20,1348	13,8907	13,9213	0,0824	0,0826
Peso Uruguaio	34,5546	34,8589	23,9000	24,1000	0,0476	0,0480
Real	3,2836	3,2879	2,2725	2,2750	0,5040	0,5048
Xelim Austríaco#	15,0241	15,0338	10,3969	10,3982	0,1103	0,1103

Fonte: Bloomberg e Valor Data
*Denominação da libra esterlina, dólar americano e franco suíço frente às demais moedas no mercado "spot".
** Cotações em dólares por unidade monetária. #Valores teóricos, para simples referência.

Juro Futuro - BM&F
DI de 1 dia em 01/04/09

Vencimento	PU de ajuste	Contratos em aberto*	Contratos negociados	Volume em R$ milhões	Cotação - em % ao ano médio	Cotação último
mai/09	**99.170,20**	406.419	13.450	1.333,8	11,089	11,090
jun/09	**98.427,65**	271.625	12.640	1.244,1	10,498	10,500
jul/09	**97.675,98**	907.801	75.720	7.396,1	10,197	10,220
ago/09	**96.871,86**	0	6.660	645,2	10,000	10,010
out/09	**95.437,40**	341.932	118.885	11.345,9	9,794	9,820
jan/10	**93.311,20**	1.471.763	492.475	45.957,0	9,659	9,700
abr/10	**91.150,30**	81.297	27.535	2.509,9	9,789	9,820
jul/10	**88.889,34**	190.851	36.695	3.262,3	9,967	9,970
out/10	**86.540,49**	41.890	0	-	-	-
jan/11	**84.299,52**	354.379	78.170	6.590,7	10,266	10,310
abr/11	**82.037,26**	21.355	0	-	-	-

Fonte : BM&FBovespa e Valor Data.
* Na abertura no dia. Contrato = R$ 100.000,00; cotação = taxa de juro.

Prêmio de risco do CDS*
Spread em pontos base - 5 anos**

Entidade de referência	Spread 01/04	Spread 31/03	No fim de mar/09	No fim de dez/08	Variação - em % No dia	No mês	No ano
Brasil	317,5	323,2	323,2	298,5	-1,8	-1,8	6,4
Vale	334,0	332,0	332,0	325,0	0,6	0,6	2,8
Petrobras	336,6	335,6	335,6	423,7	0,3	0,3	-20,6
México	365,0	380,6	380,6	291,8	-4,1	-4,1	25,1
Rússia	490,7	498,4	498,4	743,5	-1,5	-1,5	-34,0
Argentina	3.713,2	3.752,8	3.752,8	3.905,0	-1,1	-1,1	-4,9
Emergentes (1)	610,0	614,0	614,0	758,0	-0,7	-0,7	-19,5

Fonte: Bloomberg, Markit Group Limited e Valor Data
(1) CDX - média de 14 países * Credit Default Swap. ** Sobre a Libor

Euro Libor *
Libor - repasses interbancários** em 01/04/09

Banco	1 mês	3 meses	6 meses	1 ano
Barclays	1,0800	1,4800	1,6800	1,8700
BTM	1,1200	1,5000	1,6700	1,8200
Citibank	1,1200	1,4800	1,6500	1,8000
DeutscheBank	1,1200	1,5500	1,7100	1,8500
WestLB	1,2000	1,5500	1,6500	1,8500
Chase	1,0500	1,4400	1,6000	1,7500

Fonte: Bloomberg e Valor Data.
* Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Européia ** Taxas expressas em euro, em % ao ano.

Eurodólares - Londres
Libor - repasses interbancários em US$ - % ao ano*

Banco	1 mês	3 meses	6 meses	1 ano
Barclays	0,5500	1,2500	1,8900	2,4500
BTM	0,6000	1,2000	1,7200	1,9500
Citibank	0,4950	1,1850	1,7300	1,9600
Deutsche	0,4500	1,1500	1,7300	1,9400
Bank of America	0,4800	1,2000	1,7500	2,0000
Loyds	0,5000	1,1800	1,7100	1,9500
CSFB	0,4950	1,1500	1,7100	2,1800
Chase	0,4400	1,1300	1,6600	1,9000
HSBC	0,4900	1,1500	1,6600	1,9200

Depósitos

Moeda	1 mês Compra	1 mês Venda	3 meses Compra	3 meses Venda	6 meses Compra	6 meses Venda	1 ano Compra	1 ano Venda
Dólar americano	0,4500	0,6500	0,9500	1,2500	1,2500	1,8500	1,7500	2,5500
Dólar canadense	0,5500	0,7500	0,8000	1,0000	1,0000	1,3000	1,5500	1,8500
Euro	1,08	1,11	1,41	1,56	1,60	1,63	1,83	1,86
Marco alemão	1,08	1,11	1,41	1,56	1,60	1,63	1,83	1,86
Franco suíço	0,2800	0,3300	0,5900	0,7000	0,8900	0,9350	0,8900	1,0050
Franco francês	1,08	1,11	1,41	1,56	1,60	1,63	1,83	1,86
Florim holandês	1,08	1,11	1,41	1,56	1,60	1,63	1,83	1,86

Fonte: Bloomberg e Valor Data. * Em 01/04/09

Estoque CETIP
Títulos por Sistema - 01/04/09

	Volume R$ milhões	Part (%) Sobre total
CETIP	**134.061,9**	**5,18**
- CDB	34.304,1	1,33
- DI	98.498,7	3,81
- Outros	1.259,1	0,05
SMP	**17.121,1**	**0,66**
SNA	**1.158.303,0**	**44,77**
- CDB	694.283,0	26,84
- Certif. Financ. do Tesouro	9.196,2	0,36
- Outros	454.823,8	17,58
SPR	**249.308,6**	**9,64**
SCF	**430.503,1**	**16,64**
SND (Debêntures)	**252.926,2**	**9,78**
LH - Letras Hipotecárias	**893,3**	**0,03**
Outros	**343.965,1**	**13,30**
Total	**2.587.082,4**	**100,00**

Fonte : CETIP e Valor Data.

Volume CETIP *
Títulos por Sistema - 31/03/09

	Volume R$ milhões	Part (%) Sobre total
CETIP	**9.343,4**	**21,49**
- CDB	1.497,9	3,45
- DI	7.802,4	17,95
Over total	7.526,9	17,31
Extra	1.046,2	2,41
Intra	6.480,7	14,91
Demais DI	275,5	0,63
- Outros	43,2	0,10
SPR	**6.597,9**	**15,18**
SNA	**16.481,4**	**37,91**
- CDB	4.593,6	10,57
- DI	11.773,7	27,08
- Outros	114,1	0,26
Demais sistemas**	**11.050,9**	**25,42**
Total	**43.473,6**	**100,00**

Fonte : CETIP e Valor Data.
* Volume depositado. ** Inclui Derivativos.

Euribor *
Taxas em % ao ano

Prazo	01/04	31/03	30/03	27/03	26/03
1 semana	0,981	0,999	1,010	1,017	1,019
2 semanas	1,008	1,021	1,029	1,034	1,035
1 mês	1,105	1,121	1,135	1,148	1,155
2 meses	1,308	1,323	1,338	1,352	1,359
3 meses	1,498	1,510	1,520	1,531	1,538
4 meses	1,571	1,584	1,594	1,605	1,611
5 meses	1,608	1,621	1,632	1,643	1,650
6 meses	1,656	1,670	1,680	1,693	1,700
7 meses	1,689	1,700	1,709	1,719	1,729
8 meses	1,711	1,723	1,733	1,744	1,753
9 meses	1,730	1,742	1,752	1,762	1,772
10 meses	1,753	1,764	1,777	1,788	1,799
11 meses	1,777	1,789	1,800	1,812	1,822
12 meses	1,801	1,812	1,824	1,838	1,849

Fonte: Bloomberg e Valor Data.
* Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Européia.

Juros externos
Empréstimos - em % ao ano

Taxas	01/04	31/03	Há 1 semana	No fim de março	Há 30 dias
Libor - Empréstimos interbancários em dólar *					
1 mês	0,49500	0,50063	0,52000	0,50063	0,49750
3 meses	1,17688	1,19188	1,22750	1,19188	1,26625
6 meses	1,71625	1,73563	1,77500	1,73563	1,80375
9 meses	1,81250	1,83313	1,88500	1,83313	1,95313
1 ano	1,95125	1,97188	2,02875	1,97188	2,11063
Eurolibor - Empréstimos interbancários em euro *					
1 mês	1,10688	1,11750	1,15750	1,11750	1,50813
3 meses	1,49375	1,50625	1,54750	1,50625	1,81375
6 meses	1,65938	1,67750	1,71125	1,67750	1,92188
1 ano	1,81375	1,82563	1,86125	1,82563	2,02938
Taxas referenciais no mercado norte-americano					
Prime Rate	3,25	3,25	3,25	3,25	3,25
Federal Fund	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25
Taxa de Desconto	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50
T-Bill (1 mês)	0,1720	0,1570	0,0350	0,1570	0,1320
T-Bill (3 meses)	0,2030	0,2060	0,1880	0,2060	0,2770
T-Bill (6 meses)	0,3960	0,4200	0,4010	0,4200	0,4420
T-Note (2 anos)	0,8080	0,8000	0,9580	0,8000	0,8710
T-Note (5 anos)	1,6440	1,6570	1,8510	1,6570	1,8170
T-Note (10 anos)	2,6560	2,6650	2,7860	2,6650	2,8640
T-Bond (30 anos)	3,5020	3,5350	3,7420	3,5350	3,6110

Fonte: Bloomberg e Valor Data.
* Taxa da British Bankers´ Association com base em informações de 16 bancos.

Prêmio de risco do EMBI+*
Spread em pontos base **

País	Prêmio 01/04	Prêmio 31/03	No fim de mar/09	No fim de dez/08	Variação - em % No dia	No mês	No ano
Geral	634	636	636	690	-0,31	-0,31	-8,12
Brasil	427	425	425	428	0,47	0,47	-0,23
México	374	379	379	376	-1,32	-1,32	-0,53
Rússia	580	577	577	743	0,52	0,52	-21,94
Turquia	505	526	526	532	-3,99	-3,99	-5,08
Filipinas	428	428	428	541	0,00	0,00	-20,89
Colômbia	494	487	487	498	1,44	1,44	-0,80
Venezuela	1.567	1.567	1.567	1.862	0,00	0,00	-15,84
Peru	431	425	425	509	1,41	1,41	-15,32
Argentina	1.893	1.894	1.894	1.704	-0,05	-0,05	11,09

Fonte: JP Morgan e Valor Data.
* Calculado pelo JP Morgan. ** Sobre o título do tesouro americano

Evolução das aplicações financeiras
Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	Nominal abr/09**	mar/09**	Ano**	12 meses***	Real* abr/09	mar/09**	Ano**	12 meses***
CDI (1)	0,04	0,97	2,93	12,72	-	1,72	3,88	6,06
CDB (2)	0,88	0,94	3,91	12,62	-	1,69	4,87	5,97
Poupança (3)	-	0,64	1,89	8,13	-	1,40	2,83	1,74
Fdo. Referenciado DI	-	0,92	2,87	12,42	-	1,67	3,82	5,79
Fdo. Renda Fixa	-	0,95	2,98	13,07	-	1,70	3,93	6,39
Renda Variável								
Ibovespa	2,57	7,18	11,79	-32,87	-	7,98	12,82	-36,84
IVBX-2	1,43	4,53	2,97	-32,56	-	5,31	3,92	-36,54
FGV-100	1,84	4,07	5,98	-33,27	-	4,84	6,96	-37,21
FGV-100 E	2,35	4,23	10,14	-23,44	-	5,01	11,15	-27,96
Dólar Comercial	-1,64	-2,19	-2,31	32,23	-	-1,46	-1,41	24,42
Dólar Paralelo	-2,00	0,00	-2,00	30,89	-	0,75	-1,09	23,16
Ouro BM&F (4)	-0,60	-4,29	4,14	30,10	-	-3,57	5,11	22,42
Fdo. Ibov. Ativo	-	8,99	11,00	-31,59	-	9,80	12,02	-35,63
Fdo. Ibov. Ativo (5)	-	7,92	6,88	-30,63	-	8,72	7,87	-34,72
Fdo. Cambial Dólar (6)	-	-3,32	-1,64	32,97	-	-2,60	-0,73	25,12
Fdo. Multimer. c/ RV	-	1,20	3,89	7,62	-	1,95	4,85	1,27
Fdo. Multimer. s/ RV	-	1,04	3,60	13,22	-	1,79	4,56	6,54
Inflação								
IPCA	-	-	1,03	5,40	-	-	-	-
IGP-M	-	-0,74	-0,92	6,27	-	-	-	-

Fonte: Cetip, Anbid, BM&FBovespa, FGV, BC, IBGE, CMA e Valor Data. * Descontado o IGP-M ** Rendimento em abr/09 no dia 01 (CDI, bolsas, dólar e ouro) e em mar/09 até o dia 27 (fundos) *** Até março de 2009 (1) DI extra-grupo taxa efetiva (2) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (3) rentabilidade do 1º dia do mês (4) Mercado Spot (5) Com alavancagem (6) Sem alavancagem

Reservas internacionais
Em US$ milhões

Liquidez Internacional * Fim de período		Diário	
2001	35.866	03/03	199.909
2002	37.823	04/03	199.639
2003	49.296	05/03	199.797
2004	52.935	06/03	200.113
2005	53.799	09/03	199.757
2006	85.839	10/03	199.522
2007	180.334	11/03	199.477
2008	206.806	12/03	199.932
mar/08	195.232	13/03	200.387
abr/08	195.767	16/03	200.378
mai/08	197.906	17/03	200.486
jun/08	200.827	18/03	201.058
jul/08	203.562	19/03	203.201
ago/08	205.116	20/03	202.914
set/08	207.494	23/03	202.947
out/08	203.179	24/03	202.378
nov/08	206.377	25/03	202.344
dez/08	206.806	26/03	202.079
jan/09	200.813	27/03	202.148
fev/09	199.412	30/03	202.125
mar/09	202.460	31/03	202.460

Fonte: Banco Central e Valor Data.
*Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos.

Câmbio
Em 01/04/09

Moeda	Em US$* Compra	Em US$* Venda	Em R$** Compra	Em R$** Venda
Baht (Tailândia)	35,4500	35,4700	0,064536	0,064595
Balboa (Panamá)	1,00000	1,00000	2,28910	2,28990
Bolívar Forte (Venezuela)	2,14460	2,15000	1,06470	1,06775
Boliviano (Bolívia)	6,97000	7,07000	0,323777	0,328537
Cedi (Gana)	14070,0	14190,0	0,0001613	0,0001628
Colon (Costa Rica)	557,500	571,000	0,0040089	0,0041074
Coroa (Dinamarca)	5,62500	5,62630	0,406857	0,407093
Coroa (Eslováquia)	-	-	-	-
Coroa (Estônia)	11,8196	11,8250	0,193581	0,193738
Coroa (Islândia)	120,010	120,770	0,018954	0,019081
Coroa (Noruega)	6,71270	6,72210	0,340534	0,341130
Coroa (Rep. Tcheca)	20,3776	20,4807	0,111769	0,112373
Coroa (Suécia)	8,18880	8,19770	0,279237	0,279638
Dinar (Argélia)	71,8681	74,8681	0,030575	0,031863
Dinar (Bahrain)	0,377000	0,377000	6,07188	6,07401
Dinar (Kuwait)	0,292000	0,292200	7,83402	7,84212
Dinar (Líbia)	1,29250	1,29250	1,77106	1,77168
Direitos Especiais de Saque ***	1,49142	1,49142	3,41401	3,41520
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,67270	3,67320	0,623190	0,623492
Dirham (Marrocos)	8,41850	8,43850	0,271269	0,272008
Dólar (Austrália)***	0,697470	0,697800	1,59658	1,59789
Dólar (Bahamas)	0,998000	1,00200	2,28453	2,29449
Dólar (Barbados)	2,00000	2,00000	1,14455	1,14495
Dólar (Belize)	1,95625	1,95625	1,17015	1,17056
Dólar (Bermudas)	1,00000	1,00000	2,28910	2,28990
Dólar (Canadá)	1,25945	1,26010	1,81660	1,81817
Dólar (Cayman)***	1,21951	1,21951	2,79158	2,79256
Dólar (Cingapura)	1,51880	1,51970	1,50628	1,50770
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	2,28910	2,28990
Dólar (Guiana)	205,205	205,205	0,011155	0,011159
Dólar (Hong Kong)	7,74980	7,75030	0,295356	0,295479
Dólar (Ilhas Salomão)	7,69231	8,36120	0,273777	0,297687
Dólar (Nova Zelândia)***	0,568100	0,568600	1,30044	1,30204
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,28060	6,32680	0,361810	0,364599
Dongue (Vietnã)	17765,0	17790,0	0,0001287	0,0001289
Euro (Comunidade Européia)***	1,32390	1,32420	3,03054	3,03229
Florim (Antilhas Holandesas)	1,79000	1,79000	1,27883	1,27927
Florim (Aruba)	1,79000	1,79000	1,27883	1,27927
Forint (Hungria)	228,049	228,647	0,010012	0,010041
Franco (Suíça)	1,14480	1,14505	1,99913	2,00026
Guarani (Paraguai)	5070,00	5160,00	0,0004436	0,0004517
Hyvnia (Ucrânia)	8,05000	8,07000	0,283656	0,284460
Iene (Japão)	98,6400	98,6600	0,023202	0,023215
Kuna (Croácia)	5,62890	5,63890	0,405948	0,406811
Kwanza (Angola)	75,5061	75,5061	0,030317	0,030327
Libra (Egito)	5,62250	5,63875	0,405959	0,407274
Libra (Líbano)	1499,00	1500,50	0,0015256	0,0015276
Libra (Síria)	46,8905	46,8905	0,048818	0,048835
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,44439	1,44452	3,30635	3,30781
Lita (Lituânia)	2,60590	2,60860	0,877521	0,878737
Naira (Nigéria)	147,500	148,700	0,015394	0,015525
Nova Lira (Turquia)	1,62530	1,62570	1,40807	1,40891
Novo Dólar (Taiwan)	33,8180	33,8350	0,067655	0,067713
Novo Sol (Peru)	3,14530	3,14830	0,727091	0,728039
Peso (Argentina)	3,70950	3,71250	0,616593	0,617307
Peso (Chile)	580,950	581,450	0,0039369	0,0039416
Peso (Colômbia)	2485,34	2494,38	0,0009177	0,0009214
Peso (Cuba)	0,998000	1,00200	2,28453	2,29449
Peso (Filipinas)	48,2000	48,2000	0,047492	0,047508
Peso (México)	13,9203	13,9321	0,164304	0,164501
Peso (Rep. Dominicana)	35,7000	36,1000	0,063410	0,064143
Peso (Uruguai)	23,9500	24,0500	0,095181	0,095612
Rande (África do Sul)	9,39460	9,41540	0,243123	0,243746
Rial (Arábia Saudita)	3,75010	3,75040	0,610362	0,610624
Rial (Irã)	9931,00	9966,00	0,0002297	0,0002306
Ringgit (Malásia)	3,64500	3,65000	0,627151	0,628231
Rublo (Rússia)	33,9355	33,9755	0,067375	0,067478
Rúpia (Índia)	50,7200	50,7400	0,045114	0,045148
Rúpia (Indonésia)	11650,0	11750,0	0,0001948	0,0001966
Rúpia (Paquistão)	80,5600	80,6000	0,028401	0,028425
Shekel (Israel)	4,19100	4,19650	0,545478	0,546385
Sucre (Equador)	25000,0	25000,0	0,0000916	0,0000916
Won (Coréia do Sul)	1351,55	1355,85	0,0016883	0,0016943
Yuan Renminbi (China)	6,83430	6,83430	0,334943	0,335060
Zloty (Polônia)	3,39550	3,40530	0,672217	0,674393

	Cotações PM Fixing(2)	Cotações Paridade(3)	Em R$(1) Compra	Em R$(1) Venda
Dólar Ouro	924,50	0,033644	68,0389	68,0627

Fonte: Banco Central do Brasil e Valor Data.
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária.
*** Moedas do tipo ´B´ (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$.
Observações:
As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000.

Taxa Referencial e Poupança
Variações no período - em %

Período	DU	TR	Poupança*	Período	DU	TR	Poupança*
01/03 a 31/03	21	0,1204	0,6445	16/03 a 16/04	22	0,1088	0,6093
01/03 a 01/04	22	0,1438	0,6445	17/03 a 17/04	22	0,1017	0,6022
02/03 a 02/04	23	0,1729	0,6738	18/03 a 18/04	22	0,1025	0,6030
03/03 a 03/04	23	0,1641	0,6649	19/03 a 19/04	21	0,0795	0,5799
04/03 a 04/04	23	0,1480	0,6487	20/03 a 20/04	20	0,0410	0,5412
05/03 a 05/04	22	0,1479	0,6486	21/03 a 21/04	20	0,0534	0,5537
06/03 a 06/04	21	0,1085	0,6090	22/03 a 22/04	20	0,0534	0,5537
07/03 a 07/04	21	0,1011	0,6016	23/03 a 23/04	21	0,0975	0,5980
08/03 a 08/04	22	0,1335	0,6342	24/03 a 24/04	21	0,0618	0,5621
09/03 a 09/04	23	0,1578	0,6586	25/03 a 25/04	21	0,0715	0,5719
10/03 a 10/04	23	0,1424	0,6431	26/03 a 26/04	20	0,0475	0,5477
11/03 a 11/04	22	0,1071	0,6076	27/03 a 27/04	19	0,0189	0,5190
12/03 a 12/04	21	0,0864	0,5868	28/03 a 28/04	19	0,0212	0,5213
13/03 a 13/04	20	0,0485	0,5487	29/03 a 29/04	20	0,0413	-
14/03 a 14/04	20	0,0482	0,5484	30/03 a 30/04	21	0,0849	-
15/03 a 15/04	21	0,0787	0,5791	31/03 a 01/05	21	0,1045	-

Fonte: BC e Valor Data * Rendimento da caderneta de poupança no último dia do período.

Câmbio e Ouro
Preços e variações % dos ativos em 01/04/09

Indicador	Preços Compra (R$/US$)	Preços Venda (R$/US$)	Ágio**** (em %)	Variação em % No dia	Período No mês	Período No ano
Dólar (Ptax) *	2,2891	2,2899	-	-1,09	-1,09	-2,02
Dólar Comercial (Mercado)	2,2780	2,2800	-0,43	-1,64	-1,64	-2,31
Turismo	2,1700	2,4100	5,24	-0,82	-0,82	-1,63
Paralelo	2,2500	2,4500	6,99	-2,00	-2,00	-2,00
Cabo	2,2500	2,4500	6,99	-2,00	-2,00	-2,00
Ouro (BM&F) **	-	66,600	-	-0,60	-0,60	4,14
Ouro (Nova York) ***	926,49	927,39	-	0,88	0,88	6,55
Ouro (Londres) ***	-	924,50	-	0,87	0,87	6,29

Fonte: BC, CMA, BM&FBovespa, Bloomberg e Valor Data.
"* Taxa média do Banco Central ** Fechamento do contrato padrão na BM&F (250 gramas) *** Fechamento em US$/onça-troy spot na NYCE ; a onça-troy é equivalente a 31,103 gramas **** Sobre o dólar comercial do BC."

FRA de Cupom*
Taxa de juro futuro em 01/04/09

Venc.	Ajuste de referência em %	Número de negócios	Contratos negociados	Preço em % Mínimo	Máximo	Último
jun/09	1,13	12	5.700	1,05	1,15	1,15
jul/09	1,32	25	11.880	1,15	1,35	1,30
ago/09	1,49	22	6.040	1,35	1,51	1,51
out/09	1,75	21	4.820	1,60	1,75	1,75
jan/10	2,07	28	4.450	1,90	2,08	2,08
abr/10	2,43	24	2.200	2,30	2,44	2,44

Fonte: BM&FBovespa e Valor Data * Operação estruturada para a negociação da taxa de juros em dólar, sem a variação cambial do dia anterior. Contratos de US$ 50.000,00; cotação = juro.

Dólar
Taxa do dólar comercial em 01/04/09

Vencimento	Projeção %	Contratos Em aberto *	Negociados	Volume em R$ milhões	Cotação Último	Ajuste
Futuro - cotação = R$/US$ 1.000,00**						
mai/09	**0,14**	403.704	283.755	32.705,8	2.288,00	2.293,03
jun/09	**0,80**	23.630	1.390	161,3	2.305,00	2.308,30
jul/09	**1,45**	62.480	40	4,7	2.342,00	2.323,19
ago/09	-	5.595	0	0,0	0,00	2.338,65
set/09	-	2.510	0	0,0	0,00	2.352,05
Pronto - cotação = R$/US$ 1,00						
2	-	-	-	365,3	2,2800	-

Fonte : BM&FBovespa e Valor Data * Na abertura do dia **Contratos de US$ 50.000,00.

Finanças | Fundos de Investimento

Fundos de Investimento
Análise diária da indústria - até 27/03/09

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1) Final de fev/09	atual	Part. % no total	Rentabilidade nominal % no dia	no mês	30 dias	em 2009	em 12 meses	Estimativa da captação líquida R$ milhões no dia	no mês	em 2009	em 12 meses
Curto Prazo	44.419,84	46.086,39	3,88	0,04	0,89	0,98	2,81	12,72	-571,85	1.273,13	8.355,26	2.679,52
Curto Prazo - Aplicação Automática	96,41	97,35	0,01	0,01	0,33	0,37	1,15	5,12	-9,10	0,59	17,15	-16,46
Referenciado DI	185.470,06	186.664,58	15,71	0,05	0,92	1,02	2,87	12,52	11,84	-511,29	-2.527,45	-19.819,09
Referenciados Outros	332,55	336,24	0,03	0,03	1,37	1,87	5,79	16,93	-0,19	-0,93	-220,47	-723,53
Renda Fixa	320.944,64	326.427,77	27,47	0,04	0,95	1,04	2,95	13,14	-391,13	2.317,61	6.565,28	-64.370,66
Renda Fixa Médio e Alto Risco	14.339,82	14.204,16	1,20	0,04	0,86	0,99	2,94	12,30	-34,11	-258,30	-1.202,50	-7.313,51
Renda Fixa Com Alavancagem	1.788,42	1.868,51	0,16	0,05	1,08	1,29	3,35	13,14	-1,21	60,32	194,56	-875,37
Balanceados	2.546,19	2.571,64	0,22	-0,14	2,04	2,42	5,36	6,99	-2,20	-26,14	-145,98	-1.171,56
Multimercados Sem RV	64.623,23	65.890,78	5,55	0,02	1,04	1,31	3,61	13,30	-232,97	610,79	-1.056,52	10.383,53
Multimercados Com RV	91.373,46	93.064,38	7,83	-0,01	1,20	1,43	3,89	7,67	57,18	573,53	-3.797,67	-3.788,89
Multimercados Sem RV Com Alavancagem	17.751,11	17.957,60	1,51	0,71	0,18	1,10	4,43	17,90	569,94	156,33	1.962,93	-1.157,31
Multimercados Com RV Com Alavancagem	85.963,13	86.989,98	7,32	0,35	1,00	1,32	3,35	17,59	-32,38	172,62	-1.333,03	-22.998,98
Long and Short - Renda Variável	2.500,66	2.507,17	0,21	0,10	0,84	0,98	2,90	8,00	-11,77	-14,36	-50,02	-5.558,55
Capital Protegido	3.007,40	3.137,71	0,26	-0,19	1,31	1,43	3,39	2,92	-3,69	89,92	128,76	1.076,34
Cambial Dólar Sem Alavancagem	691,48	664,83	0,06	2,17	-3,32	-3,30	-1,63	34,13	-0,60	-3,81	-33,18	-143,35
Cambial Euro Sem Alavancagem	53,77	48,21	0,00	0,03	0,79	0,38	-5,19	17,26	-0,02	-5,86	-9,95	-15,43
Investimento no Exterior	454,25	425,59	0,04	1,33	-2,63	-4,17	-5,17	25,04	-7,51	-16,64	-103,99	-462,51
Ações IBOVESPA Indexado	1.854,03	2.075,19	0,17	-1,57	7,39	7,33	10,15	-28,23	-3,08	78,79	298,95	588,42
Ações IBOVESPA Ativo	6.223,29	6.783,94	0,57	-1,33	8,99	8,91	11,00	-32,39	-6,12	-3,74	-86,32	371,88
Ações IBOVESPA Ativo C/ Alavancagem	5.530,43	6.144,68	0,52	-0,74	7,92	8,18	6,88	-31,53	12,67	173,45	162,73	43,15
Ações IBrX Indexado	741,31	808,55	0,07	-1,56	10,18	10,16	12,41	-26,44	-0,10	-7,90	-884,77	-992,00
Ações IBrX Ativo	6.988,36	7.549,02	0,64	-1,48	9,90	9,88	13,01	-30,51	1,85	-100,70	-240,30	1.371,90
Ações IBrX Ativo Com Alavancagem	162,06	173,95	0,01	-1,53	8,32	8,31	13,63	-29,92	-0,74	-1,52	-8,49	39,71
Ações Setoriais Telecomunicações	20,50	20,51	0,00	-1,86	1,94	1,44	5,59	-21,15	0,00	-0,39	-1,63	-9,67
Ações Setoriais Energia	2.325,19	2.561,00	0,22	-1,86	10,96	11,85	23,30	-1,84	-0,05	-18,59	-22,37	-100,36
Ações Setoriais Livre (3)	2.426,86	2.556,34	0,22	-1,20	7,31	7,43	11,68	-20,55*	-1,00	-45,85	-107,32	3.406,07
Ações Small Caps (3)	666,18	668,44	0,06	-0,57	3,67	3,79	2,52	-42,73*	-0,88	-21,40	-49,81	1.305,06
Ações Dividendos (3)	2.519,65	2.685,43	0,23	-0,76	7,28	7,65	8,12	-22,57*	0,28	-16,23	-151,61	3.620,81
Ações Sustentabilidade/Governança (3)	965,38	1.042,52	0,09	-0,96	9,61	9,43	6,97	-32,25*	-0,59	-14,67	-52,60	1.615,82
Ações Livre	13.092,94	13.650,65	1,15	-0,79	6,16	6,38	7,14	-28,39	5,65	-221,15	76,72	-8.178,58
Ações Livre com Alavancagem	4.816,35	5.019,60	0,42	-0,79	5,55	5,42	8,12	-21,78	0,26	-54,76	88,03	25,67
Fundos Fechados de Ações	49.509,59	50.422,96	4,24	1,59	1,84	1,87	-0,17	-8,03	0,00	0,10	3.149,51	-12.500,35

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1) Final de fev/09	atual	Part. % no total	Rentabilidade nominal % no dia	no mês	30 dias	em 2009	em 12 meses	Estimativa da captação líquida R$ milhões no dia	no mês	em 2009	em 12 meses
Ações Set. Priv. Petrobras - FGTS	6.256,91	7.022,13	0,59	-2,88	12,80	14,31	33,16	-16,65	-2,06	-33,75	-86,59	-633,28
Ações Set. Priv. Petrobras - Rec. Próprios	5.256,20	5.838,08	0,49	-2,84	12,62	14,01	32,41	-17,27	-1,09	-77,69	-99,75	72,98
Ações Set. Priv. Vale - FGTS	3.810,37	3.953,22	0,33	-2,51	4,33	5,58	16,03	-45,40	-0,93	-21,51	-62,51	-472,00
Ações Set. Priv. Vale - Rec. Próprios	4.619,64	4.774,79	0,40	-2,46	4,20	5,44	15,88	-45,65	-2,73	-38,63	-74,96	-518,47
Ações Privatização FGTS - Livre	27,53	28,67	0,00	-2,11	5,25	6,15	13,97	-39,44	0,00	-0,30	-0,66	-3,90
PIBB	1.946,72	2.144,65	0,18	-1,73	10,96	10,85	14,38	-29,65	-0,03	-24,91	-74,25	-460,22
Previdência Referenciado DI	1.563,05	1.607,90	0,14	0,04	0,82	0,90	2,61	11,60	2,95	32,05	86,80	222,97
Previdência Cambial Dólar	6,07	4,95	0,00	1,42	-2,15	-2,20	-0,88	23,58	-0,02	-1,01	-0,27	-4,65
Previdência Renda Fixa	104.409,07	106.420,53	8,96	0,06	1,01	1,14	3,12	12,87	54,86	958,54	1.945,10	9.810,43
Previdência RF Médio e Alto Risco	93,76	95,72	0,01	0,04	0,88	0,99	2,74	12,35	0,08	1,13	2,25	33,20
Previdência Balanceados	4.943,33	5.069,19	0,43	-0,49	5,09	5,09	7,49	-9,22	-0,41	-125,65	-254,86	-592,08
Previdência Multim. Sem RV	98,67	99,41	0,01	0,02	1,04	1,19	3,02	12,50	0,01	-0,30	1,40	-78,79
Previdência Multim. Com RV	3.544,61	3.648,55	0,31	0,00	3,77	3,82	6,24	-2,17	-3,69	-29,83	-26,00	908,61
Direitos Creditórios	42.046,87	43.642,53	3,67	ND	ND	ND	ND	ND	-1.149,79	1.509,34	-7,48	1.706,71
Fundos de Invest. Imobiliário (2)	298,15	298,15	0,03	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND
Fundos de Participações (3)	25.517,41	27.762,09	2,34	0,06	1,36	1,33	0,96	-15,37*	1.501,45	1.875,55	2.313,22	29.991,53
Fundos Fechados Exclusivos (4)	710,90	708,79	0,06	0,46	-0,30	-0,27	1,09*	1,09*	0,00	0,00	701,13	701,13
Curto Prazo	**44.516,26**	**46.183,74**	**3,89**						**-580,95**	**1.273,72**	**8.372,41**	**2.663,06**
Referenciado DI	**185.470,06**	**186.664,58**	**15,71**						**11,84**	**-511,29**	**-2.527,45**	**-19.819,09**
Renda Fixa	**337.405,42**	**342.836,69**	**28,85**						**-426,64**	**2.118,69**	**5.336,87**	**-73.283,06**
Multimercados	**267.765,18**	**272.119,26**	**22,90**						**344,12**	**1.562,68**	**-4.291,54**	**-23.215,42**
Cambial	**745,25**	**713,04**	**0,06**						**-0,62**	**-9,67**	**-43,13**	**-158,79**
Dívida Externa	**454,25**	**425,59**	**0,04**						**-7,51**	**-16,64**	**-103,99**	**-462,51**
Ações **	**119.759,48**	**125.924,31**	**10,60**						**1,32**	**-451,33**	**1.772,01**	**-10.752,37**
Previdência	**114.658,57**	**116.946,25**	**9,84**						**53,78**	**834,93**	**1.754,42**	**10.299,69**
FIDC	**42.046,87**	**43.642,53**	**3,67**						**-1.149,79**	**1.509,34**	**-7,48**	**1.706,71**
Imobiliário (2)	**298,15**	**298,15**	**0,03**						**ND**	**ND**	**ND**	**ND**
Participações **	**25.517,41**	**27.762,09**	**2,34**						**1.501,45**	**1.875,55**	**2.313,22**	**29.991,53**
Fechados Exclusivos	**710,90**	**708,79**	**0,06**						**0,00**	**0,00**	**701,13**	**701,13**
Total Doméstico	**1.139.347,80**	**1.164.225,02**	**97,98**						**-253,00**	**8.185,98**	**13.276,48**	**-82.329,12**
Off Shore (2)	**23.964,02**	**23.964,02**	**2,02**									
Total Geral	**1.163.311,82**	**1.188.189,03**	**100,00**						**-253,00**	**8.185,98**	**13.276,48**	**-82.329,12**

Fonte: Associação Nacional dos Bancos de Investimento (ANBID). (1) O Patrimônio Líquido de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando assim a dupla contagem (2) Patrimônio líquido dos tipos imobiliários e off-shore referentes ao fechamento de 01/2009 (3) Início do tipo em 31/03/2008 (4) Início do tipo em 30/01/2009 Obs.: Informações de Rentabilidade e Captação Líquida para 360 dias foram substituídas por valores de 12 meses a partir do dia 09/02/2009. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou do cadastramento de novos fundos. A Captação Líquida de cada tipo é obtida através da soma das estimativas das captações dos fundos disponíveis na data de emissão do relatório. ND: Não disponível. * Rentabilidade sem período completo. ** A categoria Ações passa a incluir os tipos de Privatização, enquanto os Fundos de Participações não fazem mais parte da categoria Ações formando uma própria. Devido a alteração na classificação ocorreu migração no valor de R$ 14.869,26 bilhões no PL e na Captação de Ações para Participações, e o PL de R$ 33.469,71 bilhões do Privatização foi absorvido pelo Ações.

Para entender as tabelas

1 - Símbolos e abreviações

● Indica que o fundo é FAC
◗ Indica que o fundo é FIF de FAC
◆ Indica, nas categorias Previdência, que o fundo é exclusivo
▲ Indica, nas categorias Previdência, que o fundo é FAPI

A ausência do ▲ significa que o fundo é PGBL
* Indica, na coluna referente à da taxa de administração, que a instituição também cobra taxa de performance.
** Indica, na coluna referente à taxa de administração, que o valor é expresso em reais. # Indica, na coluna referente à da taxa de administração, que a taxa de performance não está disponível na base de dados da Anbid
ND: em quaisquer das colunas das tabelas, indica que a informação não está disponível na base de dados da Anbid, **NB:** indica ausência de informação no período base para o cálculo

Nota da Redação: nova metodologia de cálculo das rentabilidades

De acordo com a Circular ANBID 010/05, o Jornal Valor Econômico, a partir da edição de 04/07/05, apresenta duas datas distintas para as cotas e para as rentabilidades dos fundos de investimento, conforme o tipo de cota (abertura ou fechamento):
- fundos com cota de abertura: indicados com o símbolo ❑, referem-se à data mais recente, entre as duas datas apresentadas em algumas tabelas abaixo. Os valores da cota, a rentabilidade no dia e as rentabilidades acumuladas no mês e no ano, portanto, têm por base a data mais recente.
- fundos com cota de fechamento: indicados nas tabelas a seguir sem o símbolo acima. Os valores da cota, a rentabilidade no dia e as rentabilidades acumuladas no mês e no ano, apresentadas nas tabelas a seguir, são referentes ao dia útil anterior à data mais recente.
- os patrimônios líquidos dos fundos com cota de abertura são do dia útil anterior à data da cota de abertura. Os fundos com cota de fechamento têm o patrimônio líquido apresentado na própria data de fechamento.
- as rentabilidades mensal e anual, a partir do mês de julho de 2005, passam a ser calculadas com base no valor da cota do último dia útil de cada mês para todos os fundos de investimento, independente do tipo de cota.

Ações

Ações Ibovespa Ativos
Data das Informações 31/03/2009

Nome do fundo	Patrim. Líquido R$/Mil	Valor Quota R$	Rent. Acum. % no dia	no mês	no ano	Tx. de Adm. %
Abaco Crescimento.E Renda Fi Ações	3.008,11	1.184,473	1,40	11,84	11,84	1,5
Arbeia FIA	51,309	1,309	0,56	-2,11	-8,30	0,13
Atico Ações FI Em Ações	10.713	134.720401	0,98	2,98	5,72	3,5
Avanti FI Em Ações	394	0,7276902	0,47	4,25	NB	*2
Bancoob FIA	621	1,300103	0,32	3,57	9,19	2
Banif Nitor FIC FIA ●	372	9,5387248	0,90	6,15	6,77	2,5
Bansical Indexa FI Ações	12.458	3,3189	0,50	5,87	5,99	4
BB Ações Ibovespa Ativo Estilo Fic FI ●	9.413	0,6987032	0,73	7,75	9,90	2
BB Ações Ibovespa Ativo Fic FI ●	60.033	5,3762518	0,73	7,57	9,38	4
BI Invest FIA	127	0,2214586	0,05	1,16	-0,28	*2
Bnb FI Ações	7.973	58,774105	0,81	6,90	8,17	3,5
Bny Mellon Banespa Ativ FI de Ações	156.599	4,8444746	0,78	7,11	7,84	4,5
Bogari Value FI de Ações	4.826	371,412598	-0,32	-0,89	3,37	*3
Brasdeco BA FIC de FIA ●	9.337	0,0372255	0,63	6,22	6,62	4
Brasdeco BL FIC de FIA 157 ●	7.773	0,1197808	0,63	6,21	6,61	4
Brasdeco FI Em Ações Stock Picking	953	0,7283141	0,80	7,48	14,17	0,2
Bradesco FIA Seleção	44.129	0,7963533	0,64	7,74	9,32	2
Bradesco FIA Selection	116.715	321,7948277	0,63	7,73	9,38	1,5
Bradesco FIA Super Ação	51.403	5,7382085	0,49	8,46	10,56	0,8
Bradesco FIC de FIA ●	327.588	2,1145606	0,62	6,15	6,62	4
Bradesco FIC de FIA Ibovespa Ativo ●	83.603	6,0715325	0,60	6,36	8,67	4
Bradesco FIC de FIA III ●	1.913	3,7999802	0,48	8,36	10,21	1,5
Bradesco FIC de FIA IV ●	1.816	169,2419449	0,63	6,18	6,47	# ND
Bradesco FIC de FIA Maxi ●	2.886	0,0043798	0,62	6,19	6,55	4
Bradesco FIC de FIA Ibovespa Ativo ●	46.001	2,8677183	0,60	6,44	8,06	3
Bradesco Prime FIC de FIA Seleção ●	41.303	0,7607674	0,64	7,64	9,05	3
Bradesco Private FIA	19.546	4,7224178	0,49	8,38	11,23	1,5
Caixa FI Ações Ibovespa Ativo	87.998	1,1328389	0,89	6,28	7,86	3
Claritas Ações FI Ações	9.681	0,9578127	0,29	2,61	5,84	# ND
Claritas Select FI Em Ações ●	6.166	0,9577893	0,29	2,61	5,84	2,5
Cshg AH Claritas Ações FIC FI Ações ●	509	0,5541757	0,27	2,30	5,02	0
Cshg Strategy II FI Cotas de FI Ações ●	39.152	5,2336693	0,58	2,95	2,99	*2
Eio Ações FI Fator	21.968	6,4285849	-0,22	1,43	-2,79	2,3
Fator Challenger FIC FI Ações ●	38.862	999,788331	-0,85	6,12	7,25	*0,7
Fator Nobilitado FIA	16.307	3,4530268	0,68	7,65	10,59	2
FIA Blue Chips	1.534	13,526	0,62	6,58	8,02	*1,5
FIA Pactual Andromeda	41.475	25,7436806	0,63	6,69	7,69	*1,5
Fides Ações FI de Ações	2.671	1,195699	0,18	4,90	11,47	*2,5
Finacap Fundo de Investimento Em Ações	4.887	11,2849504	0,99	5,11	9,67	*2,5
Focus FIA	38.063	64,6105742	1,67	4,64	-0,24	*3,5
Fram Capital Wisting FIA	363	0,714449	-0,20	1,61	7,78	2,5
G5 Equities FIC FI Em Ações ●	3.161	1,0879734	0,66	4,50	8,51	3,5
G5 Equities Master FI Ações ●	3.161	1,1020161	0,68	4,80	9,33	1
GAP Ações Institucional FIA	3.861	0,6577477	0,16	3,81	6,75	3,7
Global Equity FI Em Ações	1.244	3,7296968	0,41	9,23	1,98	*2,5
Goldman Sachs Master FI Em Ações ●	5.047	0,6462592	0,50	5,89	10,08	0,3
Hera Tite FIA	303	0,946364	-0,64	-5,36	-5,36	*4
HSBC FI Ações Plus	65.203	3,906493	0,75	5,56	4,56	1,5
HSBC FIC FI Ações ●	35.989	264,9621681	0,74	5,29	3,91	4
HSBC FIC FI Ações Private Plus ●	9.360	3,0290308	0,75	5,50	4,54	1,5
HSBC FI Ações Private Plus ●	9.360	3,0290308	0,75	5,50	4,54	1,5
Icatu Hartford Ações IBX FI	37.676	2,5657257	0,57	8,15	11,09	1,15
Institucional 100 Ações FI	232.235	10,850428	0,59	7,81	9,56	0
Itau Ações FI	736.286	3,954971	0,40	7,68	8,77	4
Itau Institucional 50 Ações FI	30.654	11,761509	0,44	7,79	9,92	0
Itau Institucional Ibrx Ativo Ações FI	60.080	8,247035	0,63	7,71	9,50	0,9
Itau Personnalite Ações Ficfi ●	197.793	8,761554	0,40	7,66	8,75	4
Itau Private Select Ações FI	46.020	0,425233	0,46	7,78	9,67	2
Itau Master Prev Ibrx Ativo Ações FI	385.176	741,1470769	0,55	6,57	8,50	0
Magnifre FI Ações	8.675	1,1090615	0,23	1,97	5,00	*3,5
Meta Valor FIA	39.533	1,2247114	0,30	6,10	10,00	*3
Oceana Valor FI de Ações	2.946	0,8967643	0,00	6,87	6,18	*2,5
Quest Ações Institucional FI de Ações	1.539	1,0719227	1,14	7,19	7,19	*2,5
Santander Ações FI Ações	26.911	74,3426000	0,50	5,54	7,54	*4
Saint Andrews FI Ações	6.278	1,1067733	0,53	6,97	9,35	0,7
Santander FIA Ibrx Ativo Inst	9.685	31,9255324	0,47	7,42	10,72	# ND
Schroder Alpha Plus FI Em Ações	190.658	94,8354106	0,69	7,83	11,28	2
Schroder Brasil FI Em Ações	39.201	7092,969576	0,59	8,02	12,38	0
Schroder FI Ações Ibrx 50	69.080	0,9938556	0,51	7,84	11,68	3
Schroder IBX Plus FI Ações	62.190	1,395824	0,69	7,69	11,11	3
Sul America Pension Ibrx Ativo FIA	15.677	7,380375	0,45	7,64	10,20	*1,5
Taquaral FIA	14.674	1,216882	0,23	1,48	13,91	# ND
Unibanco Institucional IBX FI Ações	11.137	10,184	0,57	7,23	10,28	1
Votorantim FI Ibr X Em Ações	17.859	1,1628802	0,33	8,18	12,84	*2

Ações IBrX Ativo
Data das Informações 31/03/2009

Nome do fundo	Patrim. Líquido R$/Mil	Valor Quota R$	Rent. Acum. % no dia	no mês	no ano	Tx. de Adm. %
Ashmore Brasil Ações Master FI de Ações	13.219	1,1116326	0,81	5,43	11,19	0,3
Banrisul Ações FI	24.200	1317,84281	-0,33	0,05	0,75	5
Banrisul Ações FI Ações	33.063	8,8314	0,43	3,38	8,05	4
Banrisul Performance FI Ações	19.488	10,0955	1,62	4,05	5,00	4
BNP Paribas Ace FI Ações	70.103	44,5623828	0,53	6,97	9,70	0,01
Bradesco FIA Equities	23.534	5,2699809	0,26	7,68	12,31	1,5
Bradesco FIA Institucional IBX Ativo	111.450	7,1804547	0,44	7,57	11,04	# ND
Bram FIA Ibrx Ativo	29.599	1,0400493	0,44	7,70	10,72	0
Caixa FI Ações Brasil IBX - 50	25.770	0,6307643	0,56	6,95	9,41	0,7
Concordia Alpha Fdo de Invest Em Ações	1.515	0,6997626	0,03	5,64	5,43	*3
FI Ações Pactual Dinamico	146.090	9,4958	0,40	7,49	10,53	*1,5
FI Em Ações Afinvest Alterosas	2.744	0,7843093	0,05	7,64	12,81	*3
FI Em Ações BBM II	9.650	5,4380476	0,51	6,80	11,57	# ND
Franklin Templeton IBX FI Em Ações	12.033	1,0343873	0,72	6,25	9,92	2
HSBC FI Multi Ações	338.288	1,5865945	0,28	7,12	10,49	# ND
HSBC FIC FIA Acumulação ●	111.761	1,3495896	0,40	6,83	9,77	0,1
Icatu Hartford Ações IBX FI	37.676	2,5657257	0,57	8,15	11,09	1,15
Institucional 100 Ações FI	232.235	10,850428	0,59	7,81	9,56	0
Itau Ações FI	736.286	3,954971	0,40	7,68	8,77	4
Itau Institucional 50 Ações FI	30.654	11,761509	0,44	7,79	9,92	0
Itau Institucional Ibrx Ativo Ações FI	60.080	8,247035	0,63	7,71	9,50	0,9
Itau Personnalite Ações Ficfi ●	197.793	8,761554	0,40	7,66	8,75	4
Itau Private Select Ações FI	46.020	0,425233	0,46	7,78	9,67	2
Itau Master Prev Ibrx Ativo Ações FI	385.176	741,1470769	0,55	6,57	8,50	0
Magnifre FI Ações	8.675	1,1090615	0,23	1,97	5,00	*3,5
Meta Valor FIA	39.533	1,2247114	0,30	6,10	10,00	*3
Oceana Valor FI de Ações	2.946	0,8967643	0,00	6,87	6,18	*2,5
Quest Ações Institucional FI de Ações	1.539	1,0719227	1,14	7,19	7,19	*2,5
Santander Ações FI Ações	26.911	74,3426000	0,50	5,54	7,54	*4
Saint Andrews FI Ações	6.278	1,1067733	0,53	6,97	9,35	0,7
Santander FIA Ibrx Ativo Inst	9.685	31,9255324	0,47	7,42	10,72	# ND
Schroder Alpha Plus FI Em Ações	190.658	94,8354106	0,69	7,83	11,28	2
Schroder Brasil FI Em Ações	39.201	7092,969576	0,59	8,02	12,38	0
Schroder FI Ações Ibrx 50	69.080	0,9938556	0,51	7,84	11,68	3
Schroder IBX Plus FI Ações	62.190	1,395824	0,69	7,69	11,11	3
Sul America Pension Ibrx Ativo FIA	15.677	7,380375	0,45	7,64	10,20	*1,5
Taquaral FIA	14.674	1,216882	0,23	1,48	13,91	# ND
Unibanco Institucional IBX FI Ações	11.137	10,184	0,57	7,23	10,28	1
Votorantim FI Ibr X Em Ações	17.859	1,1628802	0,33	8,18	12,84	*2

Ações Livre
Data das Informações 31/03/2009

Nome do fundo	Patrim. Líquido R$/Mil	Valor Quota R$	Rent. Acum. % no dia	no mês	no ano	Tx. de Adm. %
Al Tarpon FIC FIA ●	7.774	0,719411	-0,05	-1,97	-5,87	*2
Alfa Valor Fdo de Inv Em Ações Inv Quali	699	69,33479	0,75	4,83	2,84	1
Angaia Investor Govern Ações	245.711	1,3559298	0,82	4,05	7,85	3,5
Astra Selection FI de Ações	483	0,8826746	-1,66	0,13	-3,28	# ND
Atrium FIA	3.494	27,7473315	2,55	3,53	12,77	6
BB Cap Ações Fundo de Investimento	1.176	1,196959	1,16	4,10	6,33	4
BBM Small Caps 90 FI Em Ações Prime	9.972	0,6742519	0,97	6,57	11,61	3,5
BBM Valuation 1 FI Em Ações	72.978	1,7521449	1,11	8,33	14,16	*2
Besc Ações Livre FBA FI Em Cotas de FI ●	14.194	0,0490284	1,13	4,92	1,35	3
Besc Multimercado Arrojado Facil Ficfi ●	974	0,0023568	0,13	0,70	3,15	3
BI Invest High Yield Tech FIA	4.894	0,12124	3,44	24,77	-1,75	1
Bird Fdo Invest Em Ações Invest Exteri	572.012	654,796147	0,40	-2,00	-1,84	0
Bny Mellon Acc Long Term FI de Ações	17.238	0,7499832	0,23	5,73	12,94	*2,5
Boreal Ações III FIA	5.955	5,294355	-0,45	2,16	8,85	# ND
BR Ações FI Em Ações	1.970	103,6404492	0,53	7,63	4,66	*2
Bradesco FIA Multi Setorial	72.392	7,4911708	0,31	5,77	12,94	4
BRB Ações	9.269	29,8272873	0,99	6,76	5,94	6
Bronze FI de Ações	2.590	0,7060529	0,33	4,78	7,86	2
Brz Valor FIA	9.601	207,716302	1,92	11,70	16,90	*3
Concordia Ações Fundo de Investimento	6.326	162,965784	0,46	6,75	8,98	2,5
Coringa Fundo de Investimento Em Ações	10.742	170,9419364	0,65	5,40	2,60	*2
Cox FIC de FI de Ações ●	7.105	0,8802893	0,76	4,61	1,99	*2
Cshg Vale Master FI Em Ações ◗	167	1,1667381	1,84	0,41	12,24	0
Cshg Vale Premium FIC FI Em Ações ●	63	1,0541938	1,80	0,23	5,42	2
Cshg Vale Private FIC FI Ações ●	105	1,1801172	1,83	0,32	11,78	1
Delos FI Ações	4.659	0,6586595	1,30	7,94	2,16	# ND
Delos Mfm FI de Ações	1.376	1,0062964	-0,31	7,85	5,71	*3
Edge Value FI de Ações	9.688	2484,795165	1,85	2,17	7,38	*3
F I A BRB Petrovale	19.848	1,2115595	-0,29	3,60	17,21	3
Fama Challenger 80 FI de Ações	7.433	0,4897698	-0,08	-1,58	-6,08	*2,5
Fama Challenger Master FI de Ações	24.556	0,9137411	-0,07	-1,36	-5,08	0,5
Fama Futurevalue FI de Ações	50.775	1,9267628	-1,33	2,16	-0,16	# ND
Fama Futurewatch 180 FIC FI Ações ●	32.765	0,5325921	-5,03	5,70	-5,73	*2,5
Fama Futurewatch I FIC FI Ações ●	103.257	364,6799827	-5,02	-5,65	-5,66	*2,5
Fama Top Class FI de Ações	462	0,5795741	0,90	8,39	1,03	*2,5
Fator Nossa Caixa Multigestao FI Ações	6.263	0,6127602	0,46	3,80	5,03	*2
Fator Portfolio Ações Fiqfia ●	6.198	25,2287565	0,78	5,68	8,79	*4
FI Ações Isa	6.361	1,0544036	3,38	5,19	3,05	1
FI Ações Masavi	3.033	1,2661194	1,17	4,76	11,52	# ND
FI Ações Pactual Ações	764	4,542	0,04	1,75	2,84	*1,5
FI Em Ações Af Invest Eupar	27.198	0,9322278	0,12	3,64	12,38	3
FI Em Ações Sicredi Singular	13.430	0,5639784	1,51	5,84	9,26	1,5
Fiducia Ruby Clone Fundo Inv Ações	1.806	0,8840748	-0,04	7,09	14,59	0

Referenciados

Referenciado DI - Continuação

Nome do fundo	Patrim. Líquido R$/Mil	Valor Quota R$	Rent. Acum. % No dia	No mês	No ano	Tx. de Adm. %
Bradesco Empresas FIC Ref DI Federal ❑ ●	1.201.225	2,1741934	0,04	0,04	2,83	0.5
Bradesco FI Referenciado DI Ativo ❑	35.195	2,271704	0,04	0,04	2,87	0.3
Bradesco FI Referenciado DI High ❑	45.345	1026,749249	0,04	0,04	2,90	0.8
Bradesco FI Referenciado DI Performance	959.993	10,378602	0,04	0,97	2,88	# ND
Bradesco FI Referenciado DI Premium ❑	1.860.432	4,347175	0,04	0,04	3,14	0.2
Bradesco FI Referenciado DI Sky ❑	157.181	290,8789172	0,04	0,04	2,91	# ND
Bradesco FI Referenciado DI Top ❑	1.145.899	396,16599	0,04	0,04	3,06	0.15
Bradesco FI Referenciado DI Uniao ❑	2.223.749	11,3018999	0,04	0,04	3,05	# ND
Bradesco FIC de FI Ref DI Brilhante ❑ ●	866.142	2,7781189	0,03	0,03	2,49	2.5
Bradesco FIC de FI Ref DI Federal ❑ ●	281.971	10286,93898	0,04	0,04	2,70	1
Bradesco FIC de FI Ref DI Federal Plus ❑ ●	1.484.386	4,3170067	0,04	0,04	2,88	0.3
Bradesco FIC de FI Ref DI Hiperfundo ❑ ●	3.954.669	272,6259381	0,02	0,02	1,99	4.5
Bradesco FIC de FI Ref DI Nikkei ❑ ●	1.203	1,3047988	0,03	0,03	2,27	3
Bradesco FIC de FI Ref DI Platinum ❑ ●	1.905.677	3,1235544	0,03	0,03	2,87	1
Bradesco FIC de FI Ref DI Poder Publ ❑ ●	147.729	1,6388646	0,04	0,04	2,73	0.9
Bradesco FIC de FI Ref DI Safira ❑ ●	198.136	2,5664625	0,02	0,02	2,24	3.5
Bradesco FIC de FI Ref DI Special ❑ ●	353.212	6,7226231	0,04	0,04	2,99	0.5
Bradesco FIC de FI Ref DI Topazio ❑ ●	816.173	1,8403945	0,03	0,03	2,74	1.5
Bradesco FIC FI Ref DI Produzir Bahia II ❑ ●	2.019	2,3521	0,03	0,03	2,22	# ND
Bradesco FIC FI Ref. DI Fertil Mix ❑ ●	17.307	1,2676258	0,03	0,03	2,85	# ND
Bradesco FIC Refer DI Produzir ❑ ●	494	2,781906	0,03	0,03	1,89	# ND
Bradesco Prime FIC de FI Ref DI ❑ ●	239.485	2,104089	0,03	0,03	2,59	2
Bradesco Prime FIC de FI Ref DI Plus ❑ ●	1.642.614	2,272174	0,04	0,04	2,93	0.7
Bradesco Prime FIC de FI Ref DI Special ❑ ●	542.909	1,8846813	0,04	0,04	2,86	1
Bradesco Private FIC de FI Ref DI ❑ ●	73.001	3,220872	0,04	0,04	2,99	0.5
Bradesco Private Ficfi Ref DI Portfolio ❑ ●	53.753	3,3192725	0,04	0,04	3,04	0.3
Bram FI Referenciado DI Federal ❑ ▸	4.629.466	4,4245287	0,04	0,04	2,96	0
Bram FI Referenciado DI Rubi ❑ ▸	12.406.337	3,3770318	0,04	0,04	3,12	0
BRB Lider ❑	77.514	9,8773857	0,04	0,04	2,78	2
Btmu Leader FI Referenciado DI ❑	147.825	10,6376948	0,04	0,04	2,82	0.5
Ca DI Master FI Referenciado Longo Prazo ❑	704.399	52,523637	0,05	0,05	2,91	0.3
Ca DI Premiere FIC FI Referenciado Lp ❑ ●	50.854	50,96945	0,04	0,04	2,81	0.65
Caixa FI Brasil DI Lp	1.356.828	1,341659	0,04	0,97	2,90	0.2
Caixa FI Master Plus DI Longo Prazo ▸	516.151	1,090991	0,04	0,97	2,92	0.1
Caixa FI Mega Ref DI	15.321	1,016357	0,04	0,95	1,64	0.25
Caixa FIC DI Longo Prazo ●	661.027	7,98444	0,03	0,79	2,40	2
Caixa FIC Preferencial DI Lp ●	516.113	2,075194	0,04	0,92	2,76	0.75
Caixa FIC Pre Olimpico Brasil DI Lp ●	540	1,155774	0,03	0,64	1,97	3
California FI Referenciado DI ❑	42.250	1,4644891	0,04	0,04	3,01	0
CS DI FI Referenciado de Longo Prazo	206.249	1,736989	0,04	0,95	2,82	# ND
Cshg DI Executive FIC FI Referenciado ●	28.399	1,6189788	0,04	0,95	2,83	# ND
Cshg DI Max Private FIC FI Referenciado ❑ ●	1.196.603	1,0867673	0,04	0,04	2,96	0.75
Cshg DI Private FIC FI Ref ❑ ●	686.902	3,3316317	0,04	0,04	2,91	0.4
Cshg Soberano Exclusivo FIC FI Ref DI ❑ ●	532.306	1,04829	0,04	0,04	2,91	0.15
Cshg Soberano Master FI Referenciado DI ❑ ▸	963.166	1,0489431	0,04	0,04	2,95	0
Cshg Soberano Premium FIC de FI Ref DI ❑ ●	13.563	1,0458229	0,04	0,04	2,74	0.6
Cshg Soberano Private FIC Ref DI ●	237.889	1,0810804	0,04	0,96	2,86	0.15
Cshg Soberano Private I FIC FI Ref DI ❑ ●	179.222	1,0471633	0,04	0,04	2,84	0.4
DI IB Referenciado DI FI ❑ ▸	2.157.062	1141,502771	0,04	0,04	2,92	0.25
Educação DI Referenciado DI Ficfi ❑ ●	1.658	232,968254	0,04	0,04	2,76	1.5
Enterprise FIC FI Referenciado DI ❑ ●	85.728	8,7673569	0,04	0,04	2,71	# ND
FI Banestes Giro Fix Bonificacao Ref DI Lp ❑	24.956	7,8065707	0,04	0,04	2,62	1.5
FI Banestes Vip DI Referenciado de Lp ❑	279.063	7,5660111	0,04	0,04	2,82	0.8
FI Institutional Everett Referenciado DI ❑	63.276	418,884609	0,04	0,04	2,93	# ND
FI Mapfre Aacd Referenciado DI ❑	7.726	1,0640646	0,06	0,06	2,88	1
FI Plus Referenciado DI ❑	539.972	16,5707209	0,04	0,04	2,86	0.35
FI Referenciado DI Institucional Blue ❑	121.249	36,9136717	0,04	0,04	2,95	# ND
FI Referenciado DI Santander Especial II ❑ ▸	138.956	10,367437	0,04	0,04	2,99	0
FIC FI Banpara Ref DI Longo Prazo ●	32.836	1,3077021	0,04	0,93	2,79	0.5
FIC FI Econsenso Ref DI Crpriv ❑ ●	539	12,6419352	0,04	0,04	2,84	# ND
Ficfi Coin HSBC DI Referenciado ❑ ●	14.996	6,0208644	0,04	0,04	2,58	1.15
Fundo Automoveis Referen DI Ficfi ❑ ●	48.729	72,94302	0,04	0,04	2,90	# ND
Fundo Componentes Ref DI Ficfi ❑ ●	175.781	72,987565	0,04	0,04	2,90	1
Geração FIC de FI Ref DI ❑ ●	78.987	1,171475	0,04	0,04	2,78	0.6
Golden DI Referenciado DI Ficfi ❑ ●	128.443	796,749966	0,03	0,03	2,39	3
Goldstar DI Cash FI Referenciado ❑	247.175	29,042337	0,04	0,04	2,86	0.4
HG DI FI Referenciado ❑	132.794	33,0166376	0,04	0,04	2,75	1
HSBC FI Ref DI Brazil ❑	107.930	1,060743	0,04	0,04	2,89	0.2
HSBC FI Ref DI Cred Priv Lp Executivo ❑	2.309.539	4,7232466	0,04	0,04	2,96	# ND
HSBC FI Ref DI Lp Titulos Publicos ❑	1.941.448	7,9693121	0,04	0,04	2,89	# ND
HSBC FI Referenciado DI Cash ❑ ▸	1.018.722	2,7926519	0,04	0,04	2,94	0
HSBC FI Referenciado DI Cash II ❑ ▸	1.149.978	2,5678753	0,04	0,04	2,94	0
HSBC FI Referenciado DI Lp ❑	7.913.381	10,8928016	0,04	0,04	3,05	0.15
HSBC FI Referenciado DI Lp Pb ❑ ▸	581.895	1,4359723	0,04	0,04	3,16	0.15
HSBC FIC FI Ref DI Lp Grupos ●	28.034	3,6328779	0,04	0,89	2,69	0.85
HSBC FIC FI Ref DI Lp Poupmais Plus ❑ ●	14.255	1,2376122	0,03	0,03	2,25	3
HSBC FIC FI Refer DI Lp Extra ❑ ●	992.912	2,082708	0,03	0,03	2,57	2
HSBC FIC FI Referen DI Lp Special ❑ ●	1.508.970	7,2403653	0,04	0,04	2,92	0.65
HSBC FIC Ref DI Cred Priv Lp Private ●	94.195	449,7417024	0,04	0,96	2,86	0.45
HSBC FIC Ref DI Longo Prazo Plus Premier ●	1.693.730	3,5037386	0,04	0,95	2,85	0.75
HSBC FIC Ref DI Lp Pro Amem ❑ ●	1.177	0,553422	0,03	0,03	2,59	# ND
HSBC FIC Referenciado DI Lp Ação Social ❑ ●	129.941	295,7879902	0,04	0,04	2,83	1
HSBC FIC Referenciado DI Lp Classic ❑ ●	62.452	1,2798906	0,03	0,03	2,63	1.75
HSBC FIC Referenciado DI Lp Empresa ●	573.379	3,1662641	0,03	0,84	2,54	2
HSBC FIC Referenciado DI Lp Empresa Plus ●	367.317	3,4022126	0,04	0,93	2,79	1
HSBC FIC Referenciado DI Lp Funcionario ❑ ●	314.892	11,3864729	0,04	0,04	2,95	0.5
HSBC FIC Referenciado DI Lp Poupmais ❑ ●	965.508	4,1184653	0,03	0,03	2,06	4
HSBC FIC Referenciado DI Lp Premier ●	992.057	3,2904798	0,04	0,88	2,67	1.5
Icatu Hartford Referenciado Selic FI ▸	268.449	1,9148828	0,04	0,95	2,78	0.5
Investcard Ref DI Ficfi ❑ ●	1.254	40,001619	0,04	0,04	2,96	0.1
Itau B Referenciado DI FI ❑	172.030	11,537089	0,04	0,04	2,93	0.28
Itau BBA Unique Referenciado DI Ficfi ❑ ●	40.770	157,775391	0,04	0,04	3,09	0.25
Itau Capital Performance Refer DI Ficfi ❑ ●	130.615	271,931505	0,04	0,04	2,77	1.5
Itau Corp Performance Ref DI Ficfi ❑ ●	1.640	163,141618	0,04	0,04	3,02	0.3
Itau Corp Plus Referenciado DI Ficfi ❑ ●	736.669	1130,584673	0,04	0,04	3,11	0.18
Itau Corp Referenciado DI Ficfi ❑ ●	123.091	10964,73018	0,04	0,04	3,03	0.5
Itau Ecomudanca Referenciado DI Ficfi ❑ ●	1.349	11,036173	0,03	0,03	2,46	2.7
Itau Empresa Maxi Refer DI Ficfi ❑ ●	463.500	43,119888	0,04	0,04	3,03	0.5
Itau Empresa Plus Referenciado DI Ficfi ❑ ●	116.116	41,078393	0,04	0,04	2,90	1
Itau Empresa Referenciado DI Ficfi ❑ ●	81.385	8960,975371	0,03	0,03	2,65	2
Itau Empresa Super Refer DI Ficfi ❑ ●	1.008.440	1130,574092	0,04	0,04	3,11	0.18
Itau Empresa Trust Refer DI Ficfi ❑ ●	235.833	94,570639	0,04	0,04	3,09	0.25
Itau Federal Lp Referenciado DI FI	100.800	30,222933	0,04	0,93	2,78	0.5
Itau Institucional Referenciado DI FI ❑	226.620	1139,845197	0,04	0,04	2,86	0.18
Itau LAM Basis Brasil Ref DI FI ❑	176.642	34,703617	0,04	0,04	2,88	0.25
Itau LAM Basis DI Open Ficfi ❑ ●	2.724	92,75078	0,04	0,04	2,79	1.5
Itau LAM Basis DI Super Ficfi ❑ ●	45.237	48,361651	0,04	0,04	2,99	0.75
Itau LAM Basis Refer DI Max Ficfi ❑ ●	67.910	44,53526	0,04	0,04	3,11	0.3
Itau Lion Referenciado DI FI ❑	69.934	68,596446	0,04	0,04	2,93	# ND
Itau Max Referenciado DI Ficfi ❑ ●	364.289	15,647532	0,04	0,04	2,69	1.8
Itau Maxi Referenciado DI Ficfi ❑ ●	646.113	31,97651	0,04	0,04	2,90	1
Itau Mega Referenciado DI Ficfi ❑ ●	306.684	11,689727	0,04	0,04	2,80	1.4
Itau Navi Referenciado DI FI ❑	1.877	31,071225	0,04	0,04	2,81	0.1
Itau Perfil Referenciado DI FI ❑	1.225.508	119,951297	0,04	0,04	2,95	0
Itau Pers SPR Inst Ref DI Ficfi ❑ ●	2.311	38,615794	0,04	0,04	3,00	0.6
Itau Person Ecomudanca Referenc DI Ficfi ❑ ●	98.009	11,157269	0,04	0,04	2,82	1.3
Itau Personnalite Af1 Ref DI Ficfi ❑ ●	8.754	13,264978	0,04	0,04	2,89	1
Itau Personnalite Af2 Ref DI Ficfi ❑ ●	7.161	13,250221	0,04	0,04	2,88	# ND
Itau Personnalite Fed Lp Ref DI Ficfi ●	87.215	27,44414	0,04	0,84	2,53	1.5
Itau Personnalite Maxime Ref DI Ficfi ❑ ●	6.887.630	42,059994	0,04	0,04	2,90	1
Itau Personnalite SPR Fixe Ref DI Ficfi ❑ ●	21.710	3,462598	0,04	0,04	2,77	1.5
Itau Personnalite SPR Ref DI Ficfi ❑ ●	9.394	11,144853	0,04	0,04	2,86	0.53
Itau Plus Referenciado DI Ficfi ❑ ●	234.070	29,966151	0,03	0,03	2,69	1.8
Itau Premio Referenciado DI Ficfi ❑ ●	1.351.703	31,156795	0,03	0,03	2,12	4
Itau Presonalite Premio Refer DI Ficfi ❑ ●	337.870	693,773946	0,04	0,04	2,77	1.5
Itau Private Referenciado DI Ficfi ❑ ●	46.531	11,177171	0,04	0,04	2,87	0.5
Itau Private Soberano Ref DI Lp Ficfi ❑ ●	173.570	10,547062	0,04	0,04	2,86	0.3
Itau Ref DI Dist Ficfi ❑ ●	69.799	11,194372	0,04	0,04	2,83	0.5
Itau Referenciado DI FI ❑	14.940.715	65,870813	0,04	0,04	3,16	0
Itau Short Term Maxi Fix Refer DI Ficfi ❑ ●	24.600	316,686202	0,04	0,04	3,02	0.5
Itau SI Referenciado DI Ficfi ❑ ●	148.674	40,183863	0,04	0,04	2,89	# ND
Itau Soberano Referenciado DI Lp FI ❑	7.554.835	17,756153	0,04	0,04	2,92	0.15
Itau Solidez Referenciado DI Ficfi ❑ ●	660	2,614445	0,04	0,04	2,52	0.5
Itau Super Referenciado DI Ficfi ❑ ●	1.839.334	35,655147	0,03	0,03	2,52	2.5
Itau Trustee Soberano Ref DI Ficfi ❑ ●	9.571	10,230743	0,04	0,04	2,31	0.3
Itau Upj Referenciado DI Ficfi ❑ ●	51.409	25,892319	0,03	0,03	2,51	2.5
Jpm FI Referenciado DI ❑	739.135	111,45294	0,04	0,04	3,01	0.15
Jpm Sovereign FI Referenciado DI ❑	138.437	103,2283296	0,04	0,04	2,92	0.15
Legg Mason DI Daily FIC FI Ref ❑ ●	19.027	2,7389448	0,03	0,03	1,88	0.05
Legg Mason DI Excellent FIC FI Ref ❑ ●	999.773	11,0220354	0,04	0,04	2,87	0.6
Legg Mason DI Gold FIC FI Ref ❑ ●	96.696	6,4871266	0,03	0,03	2,25	3
Legg Mason DI Master FIC FI Ref ❑ ●	458.285	5,7586697	0,04	0,04	2,75	1.1
Legg Mason DI Max Excellent FIC FI Ref ❑ ●	1.994.083	1,7806472	0,05	0,05	2,93	0.01
Legg Mason DI Max Gold FIC FI Ref ❑ ●	2.981	1,2372753	0,04	0,04	2,29	3.05
Legg Mason DI Max Master FIC FI Ref ❑ ●	232.841	1,5610644	0,05	0,05	2,81	0.01
Legg Mason DI Max Plus FIC FI Ref ❑ ●	27.909	1,4780313	0,04	0,04	2,45	0.03
Legg Mason DI Max Special FIC FI Ref ❑ ●	76.122	1,7100354	0,04	0,04	2,70	0.02
Legg Mason DI Plus FIC FI Ref ❑ ●	197.122	8,992554	0,04	0,04	2,39	2.5
Legg Mason DI Silver FIC FI Ref ❑ ●	47.057	7,2200927	0,03	0,03	2,01	4
Legg Mason DI Special FIC FI Ref ❑ ●	124.854	3,3217671	0,04	0,04	2,64	1.5
Legg Mason Invest DI FIC FI Ref ❑ ●	67.949	2585,271593	0,05	0,05	3,02	0.3
Legg Mason Private DI FIC FI Ref ❑ ●	290.258	2,5180991	0,05	0,05	2,97	0.5
Legg Mason Private Fix DI FIC FI Ref ❑ ●	7.199	1,3627899	0,04	0,04	2,32	3
Legg Mason Private Income DI FIC FI Ref ❑ ●	12.909	7,6609065	0,04	0,04	2,71	1.5
Legg Mason Selic Soberano Ref FIC FI ❑ ●	279.945	1,0545568	0,04	0,04	2,89	0.25
Leme Referenciado DI FI Longo Prazo ❑	2.325	1,0258634	0,04	0,04	2,54	1.3
Litoral Referenciado DI FI ❑	16.404	35,313481	0,03	0,03	NB	0.06
Mapfre DI FIC FI Referenciado DI ❑ ●	1.293	1,2435603	0,04	0,04	2,82	0.75
Mapfre DI Plus FIC FI Ref ❑ ●	19.238	1,2624411	0,04	0,04	3,04	0.45
Mapfre DI Super FI Ref ❑	20.539	1,2788166	0,04	0,04	3,18	0
Maxi DI IB Referenciado DI FIC ❑ ●	2.145.282	0,415971	0,04	0,04	2,85	0.5
Maxi Premium Referenciado DI Ficfi ❑ ●	305.010	40,162527	0,04	0,04	2,93	1
MB Master Referenciado DI FIF	36.231	1,0236224	0,04	0,96	2,87	0.3
MB Super Referenciado DI FIC ●	5.724	38,3523766	0,04	0,83	2,50	1
Mercatto Rendimento Ref DI FI Lp ❑	41.336	3,388218	0,04	0,04	2,83	0.5
Nossa Caixa Gov Sp Referenciado DI ❑ ●	2.491	3,1293545	0,04	0,04	2,08	# ND
Nossa Caixa Mega Referenciado DI ❑ ●	419.253	3,9714104	0,04	0,04	2,83	# ND
Nossa Caixa Plus Referenciado DI ❑ ●	150.880	3,2761065	0,04	0,04	2,65	1.2
Nossa Caixa Referenciado DI ❑ ●	1.166.759	8,1360851	0,03	0,03	2,33	2.47
Nossa Caixa Setor Publico Referencial DI ❑ ●	741.531	5,0237088	0,04	0,04	2,83	0.5
Nossa Caixa Super Referenciado DI ❑ ●	1.120.602	3,6226092	0,04	0,04	2,58	1.5
Nossa Caixa Vip Referenciado DI ❑ ●	4.112.568	3,8675604	0,04	0,04	2,76	0.8
Nsg Capital Referenc. DI FI Longo Prazo	5.764	1,0900041	0,04	0,91	2,70	0.5
Personnalite Plus Ref DI Ficfi ❑ ●	1.465.844	897,549173	0,03	0,03	2,65	2
Personnalite Referenciado DI Ficfi ❑ ●	184.403	785,506641	0,03	0,03	2,39	3
Premium Referenciado DI Ficfi ❑ ●	117.082	99,756319	0,04	0,04	2,81	1.5
Private Exclusive Refer DI Ficfi ❑ ●	1.954.695	114,14549	0,04	0,04	3,11	0.3
Rendbec - FI Referenciado DI ❑	3.754	8,2169135	0,04	0,04	2,63	3
Rio Bravo Liquidez DI FI Referenciado ❑	31.459	1,1520206	0,04	0,04	2,78	0.35
Safra Classic DI FI Referenciado ❑	20.081	60,393337	0,04	0,04	2,75	1
Safra FQS FIC Referenciado DI ❑ ●	75.754	102,432868	0,04	0,04	2,96	0.5
Safra High Mix DI FIC FI Referenciado ❑ ●	24.237	216,162631	0,04	0,04	2,31	3
Safra High Top FIC Referenciado DI ❑ ●	113.354	66,846053	0,04	0,04	2,45	2.5
Safra Institutional DI FI Ref Cred Priv ❑	1.287.060	135,404002	0,04	0,04	3,10	0.5
Safra Market DI FIC Ref Credito Privado ❑ ●	637.562	81,553593	0,04	0,04	3,07	0.6
Safra Max DI FIC FI Ref Cred Priv ❑ ●	12.596	102,655001	0,04	0,04	2,66	1
Safra Plus FIC Referenciado DI ❑ ●	64.036	36,452328	0,03	0,03	1,94	4.5
Safra Portfolio DI 60 Ficfi Referenciado ❑ ●	26.219	14,927965	0,03	0,03	1,88	4.8
Safra Portfolio FIC Referenciado DI ❑ ●	21.007	62,808799	0,03	0,03	1,96	4.5
Safra Profit DI FIC Ref Credito Privado ❑ ●	179.510	45,512687	0,04	0,04	2,91	1.25
Safra Simples FIC Referenciado DI ❑ ●	316.741	105,180052	0,02	0,02	1,83	4.5
Safra Soberano DI FI Referenciado ❑	873.059	59,570392	0,04	0,04	2,88	0.3
Saga DI Cred Priv FI Referenciado ❑	10.412	1,1588735	0,04	0,04	2,88	0.23
Sant FIC FI Patrimonio Publico Refer DI ❑ ●	29.609	16,5427266	0,04	0,04	2,82	# ND
Sant FIC FI Yield Prem Ref DI Cred Priv ❑ ●	24.998	11,1981194	0,05	0,05	3,01	0.5
Sant Ficfi Corporate Ref DI ❑ ●	366.087	4,4674024	0,05	0,05	3,07	# ND
Sant Ficfi Tit Publicos Ref DI ❑ ●	2.571.901	28,5362749	0,04	0,04	2,89	0.3
Santan FIC FI Yield Vip Ref DI Cred Priv ❑ ●	8.398	11,1539136	0,05	0,05	3,05	0.35
Santander FIC FI Capital Referenciado DI ❑ ●	86.468	11,40663	0,04	0,04	2,86	1
Santander FIC FI Classic Refer DI ❑ ●	3.185.273	3,182525	0,03	0,03	1,80	5
Santander FIC FI Equipe Ref DI ❑ ●	17.207	2,183933	0,04	0,04	2,85	# ND
Santander FIC FI Institucional Ref DI ❑ ●	372.087	125,7403113	0,05	0,05	3,06	0.2
Santander FIC FI Instituições Ref DI ❑ ●	48.230	16,4090625	0,05	0,05	2,97	# ND
Santander FIC FI Master Ref DI ❑ ●	3.412.176	54,6303419	0,04	0,04	2,86	1
Santander FIC FI Max Ref DI ❑ ●	17.158	11,0568323	0,04	0,04	2,73	1.5
Santander FIC FI Pb Vip Ref DI ❑ ●	141.839	49,160228	0,05	0,05	2,99	# ND
Santander FIC FI Ref DI ❑ ●	152.313	13,9051538	0,05	0,05	3,08	# ND
Santander FIC FI Ref DI Especial ❑ ●	186.910	10,6599862	0,04	0,04	2,93	0.04
Santander FIC FI Ref.di Titulos Publ. 2 ❑ ●	51.041	10,9831029	0,04	0,04	2,92	0.15
Santander FIC FI Senior Referenciado DI ❑ ●	1.697.309	4,983306	0,04	0,04	2,43	2.5
Santander FIC FI Soberano Ref DI ❑ ●	257.245	10,4241937	0,04	0,04	2,91	0.2
Santander FIC FI Tit Publ 3 Ref DI ❑ ●	360	10,4068205	0,01	0,01	1,96	1.5
Santander FIC FI Yield Ref DI Cred Priv ❑ ●	42.297	11,1695605	0,05	0,05	3,09	0.2
Soberano DI Lp II FIC FI ❑ ●	29.731	17,448195	0,04	0,04	2,92	0.15
Soberano DI Lp III FIC FI ❑ ●	6.699	17,412281	0,04	0,04	2,90	0.15
Special Referenciado DI FI ❑ ▸	4.858.684	86,327538	0,04	0,04	3,19	0
Sul America Exclusive FI Referenciado DI ❑	32.230	28,8854068	0,04	0,04	2,82	0.45
Sul America Select DI FI Ref Cred Priv ❑	28.193	10,3817774	0,04	0,04	2,97	0.2
Sumitomo Mitsui Master Fidicredprivip ❑	247.943	1,9692874	0,04	0,04	2,99	0.1
Sumitomo Mitsui Platinum Ficdicredprivip ❑ ●	89.853	11,1172827	0,04	0,04	2,89	0.5
Super Premium Ref DI Prs Ficfi ❑ ●	1.856.007	21,350435	0,04	0,04	3,00	0.75
Super Premium Referenciado DI Ficfi ❑ ●	242.880	57,60385	0,04	0,04	3,00	0.75
UBS Pactual Corp DI Fiqfi Ref Cred Priv ●	148.538	1,412378	0,04	0,97	2,91	1
UBS Pactual Credito Privado FI Ref DI ❑	69.169	1,0984694	0,04	0,04	3,02	0.2
UBS Pactual Master Cash FI Ref DI	1.232.592	1,139536	0,04	0,96	2,86	0.2
UBS Pactual Mult CDB FI Ref DI Cred Priv	224.545	1,063155	0,04	0,99	2,95	0.2
UBS Pactual Yield DI FI Ref Cred Priv ❑	3.143.079	11,5909556	0,04	0,04	2,96	1
Unibanco Advantage DI Ficfi Refer ❑ ●	47.886	77,250199	0,03	0,03	1,95	4
Unibanco Cash DI FI Referenciado ❑	1.675.675	1,740947	0,04	0,04	2,89	0.3
Unibanco DI Corporate Ficfi Refer ❑ ●	80.712	5,051812	0,04	0,04	2,92	0.5
Unibanco DI Ficfi Referenciado ❑ ●	85.852	5,762907	0,02	0,02	1,70	5
Unibanco DI Max Ficfi Referenciado ❑ ●	188.078	1,722972	0,04	0,04	2,63	1.75
Unibanco DI Milhas Ficfi Referenciado ❑ ●	1.887	2,40543	0,03	0,03	2,39	2.5
Unibanco DI Premium Ficfi Refer ❑ ●	547.704	5,072358	0,03	0,03	2,44	2.5
Unibanco Empresas DI Ficfi Refer ❑ ●	960.248	3,092194	0,04	0,04	2,95	0.5
Unibanco Institucional DI FI Ref ❑	611.489	1117,946905	0,04	0,04	2,99	0.25
Unibanco Large Corporate DI Ficfi Ref ❑ ●	28.281	3,907487	0,04	0,04	2,97	0.3
Unibanco Liquidez DI Ficfi Referenciado ❑ ●	17.017	1,538989	0,03	0,03	2,41	2.5
Unibanco Mais Milhas DI FIC FI Ref ❑ ●	2.681	1,365861	0,03	0,03	2,02	4
Unibanco Private DI Ficfi Referenciado ❑ ●	266.801	2,1439	0,04	0,04	3,00	0.3
Unibanco Top DI FI Referenciado ❑	5.928.948	1,748141	0,04	0,04	3,01	0.25
Unibanco Vip DI Ficfi Referenciado ❑ ●	1.422.690	2,340985	0,04	0,04	2,95	0.5
Uniclass DI Ficfi Referenciado ❑ ●	1.134.954	2,937856	0,04	0,04	2,76	1.25
Uniclass DI Master Ficfi Referenciado ❑ ●	645.607	3,780139	0,04	0,04	2,82	1
Uniclass Liquidez DI Ficfi Referenciado ❑ ●	77.093	1,615403	0,04	0,04	2,73	1.25
Unique DI Referenciado DI Ficfi ❑ ●	159.166	572,799155	0,04	0,04	3,12	0.25
Western Asset DI Max Ref FI ❑	3.059.415	1833,912481	0,05	0,05	3,10	0
Western Asset DI Referenciado FI ❑	2.221.539	11864,02863	0,05	0,05	3,03	0
Western Asset Large Corporate DI FIC Ref ❑ ●	128.377	3,632319	0,05	0,05	2,98	0.15
Western Asset Liquity DI FIC FI Ref ❑ ●	14.748	3,3825482	0,03	0,03	2,00	4
Western Asset Soberano Selic FIC FI ❑ ●	48.386	1,0471857	0,04	0,04	2,87	0.25
Western Asset Sovereign II Selic Ref FI ❑	1.448.963	1067,873626	0,04	0,04	2,96	0
Western Asset Sovereign Selic Ficfi Ref ❑ ●	96	1,1580606	0,02	0,02	-4,92	0.25
Western Asset Sovereign Selic FI Ref ❑	97	2882,921819	0,02	0,02	-3,77	0
Western Asset Top Target DI FIC FI Ref ❑ ●	131.693	8,5414515	0,04	0,04	2,93	0.35

Referenciado Outros

Data das Informações 31/03/2009 - 01/04/2009 (❑)

Nome do fundo	Patrim. Líquido R$/Mil	Valor Quota R$	Rent. Acum. % No dia	No mês	No ano	Tx. de Adm. %
Cshg Ti Juro Real FIC FI Ref Ipca ●	43.544	1,0766491	-0,02	1,56	7,12	0.9
FI Referenciado Pactual Ipca ❑	63.438	1,6322835	0,00	0,00	6,03	# ND

Cambial Dólar Sem Alavancagem

Data das Informações 31/03/2009

Nome do fundo	Patrim. Líquido R$/Mil	Valor Quota R$	Rent. Acum. % No dia	No mês	No ano	Tx. de Adm. %
Alfa Cambial FI Lp	595	156,1425215	-0,98	-2,86	-1,68	1
BB Cambial Dolar Lp 100 Mil Ficfi ●	61.510	8,0307961	-0,69	-1,74	0,65	0.8
BB Cambial Dolar Lp 20 Mil Ficfi ●	47.699	7,9788716	-0,69	-1,75	0,60	1
BB Cambial Dolar Lp Mil Ficfi ●	14.825	1,9867314	-0,70	-1,93	0,09	3
BBM Fundo de Investimento Cambial	17.532	4,0368342	-1,00	-2,71	-1,18	* 1
Bradesco Empresas FIC FI Cambial Dolar ●	51.248	0,8896279	-0,98	-2,71	-1,23	1
Bradesco FI Cambial Dolar	3.604	406,1960478	-0,96	-2,76	-1,19	1
Bradesco FI Cambial Dolar Hedge	25.423	1,5236211	-0,98	-2,64	-1,04	0.3
Bradesco FI Cambial Dolar Top	83.712	1,4744621	-0,98	-2,65	-1,07	0.3
Bradesco FIC de FI Cambial Dolar ●	21.396	3,901853	-0,99	-2,77	-1,59	3
Bradesco FIC de FI Cambial Dolar Special ●	26.980	1,3765671	-0,98	-2,71	-1,23	1
Bradesco Prime FIC de FI Cambial Dolar ●	10.140	0,9450946	-0,98	-2,74	-1,32	1.5
Bradesco Private FIC FI Cambial Dolar ●	8.032	1,2907144	-0,98	-2,65	-1,08	# ND
Btmu Jump FI Cambial Dolar	9.324	3,7679281	-0,93	-2,29	0,10	1
Caixa FIC Cambial Dolar ●	9.606	1,264977	-0,96	-2,71	-1,11	1
Cambial Dolar Ficfi ●	32.543	5,849566	-1,00	-2,84	-0,83	2
Corporate FI Cambial Dolar Hedge Plus	10.236	400,227297	-0,98	-2,69	-1,00	0.75
CS FI Cambial de Longo Prazo	1.499	3,658205	-1,01	-2,69	-1,38	1.2
FI Cambial Dolar	457	1,8666718	-0,92	-2,76	-1,04	1
FI Cambial Pactual Cambial	11.397	3,8204141	-0,97	-2,75	-1,34	* 1.45
FI Fator Cambial	653	34,9127078	-0,96	-2,92	-2,89	* 1.5
HSBC FI Cambial Lp Dolar	38.121	348,5730321	-0,97	-2,67	-1,43	1.5
HSBC FIC Cambial Lp Dolar Plus ●	5.370	9,0727093	-0,97	-2,78	-1,56	1.5
Itau B Cambial FI	44.107	5,705625	-1,00	-2,76	-1,23	1.03
Itau Cambial Ficfi ●	32.606	25,23294	-0,92	-2,83	-1,58	* 2.5
Itau Exchange Cambial FI ▸	94.675	34,107773	-0,98	-2,61	-0,97	0
Itau Hedge Cambial Ficfi ●	31.221	43,004557	-0,99	-2,65	-1,10	0.5
Itau Pers Hedge Cambial Ficfi ●	28.836	3,472481	-0,99	-2,74	-1,33	* 1.5
Itau Private Cambial Ficfi ●	2.003	27,286843	-0,99	-2,74	-1,36	* 1.5
Itau Private Cambio Cambial Ficfi ●	6.995	5,681235	-1,00	-2,76	-1,25	1.03
Legg Mason Cambio Dolar Prime FIC FI Ref ●	18.066	5,6237119	-0,99	-2,85	-1,45	1
Legg Mason Cambio Dolar Silver Ficfi Ref ●	6.120	4,7704168	-0,99	-3,03	-1,95	3
Mapfre FI Cambial	378	0,9648282	-0,92	0,55	2,69	1.1
Safra Cambial Super FIC FI ●	602	25,985382	-1,01	-2,90	-1,80	2
Safra Carteira Cambial FI	43.929	25,804593	-1,01	-2,84	-1,55	1
Santander FI Prime Cambial	14.170	39,9838969	-0,96	-2,76	-1,04	# ND
Santander FIC FI Cambial ●	12.746	3,301003	-0,97	-2,91	-1,47	2.5
Unibanco Hedge Cambial Dolar FI	24.754	1,000826	-0,98	-2,74	-1,37	1
Uniclass Dolar FIC FI Cambial ●	17.481	2,871388	-0,99	-2,83	-1,64	2
Western Asset Hedge Dolar Ref FI	24.188	7167,258412	-0,98	-2,76	-1,20	0

Cambial Euro Sem Alavancagem

Data das Informações 31/03/2009

Nome do fundo	Patrim. Líquido R$/Mil	Valor Quota R$	Rent. Acum. % No dia	No mês	No ano	Tx. de Adm. %
BB Cambial Euro Lp Mil Ficfi ●	30.462	1,5591491	0,15	2,26	-3,13	1.5
Bradesco FI Cambial Euro	6.270	237,018329	1,59	1,98	-5,58	1
Itau Euro Cambial FI	6.600	19,339291	0,38	2,78	-4,89	0
Itau Pers Euro Cambial Ficfi ●	6.594	17,109097	0,33	2,64	-5,20	* 1.5

Fonte: Associação Nacional dos Bancos de Investimento (ANBID).

Fundos de Investimento

Fundos de Investimento de Curto Prazo

Data das Informações 01/04/2009 (❑)

Nome do fundo	Patrim. Líquido R$/Mil	Valor Quota R$	Rent. Acum. % No dia	No mês	No ano	Tx. de Adm. %
BB CP 50 Mil Ficfi ❑ ●	3.348.102	2,5092548	0,04	0,04	2,69	1
BB CP Administrativo Absoluto Ficfi ❑ ●	5.175.596	3,2024927	0,04	0,04	2,69	1
BB CP Administrativo Classico Ficfi ❑ ●	1.753.296	3,9966431	0,03	0,03	2,44	2
BB CP Administrativo Dif Ficfi ❑ ●	3.411.936	1,6974221	0,04	0,04	2,83	0.5
BB CP Administrativo Supremo Ficfi ❑ ●	12.142.033	2,0836638	0,03	0,03	1,93	4
BB CP Administrativo Tradicional Ficfi ❑ ●	2.699.818	2,8970821	0,02	0,02	1,44	6
BB CP Corporativo 600 Mil FIC FI ❑ ●	1.111.299	1,2100555	0,04	0,04	2,82	0.5
BB CP Mil Ficfi ❑ ●	547.001	2,2647891	0,03	0,03	2,17	3
BBM DI 1 FI Curto Prazo ❑	7.275	76,7280932	0,04	0,04	2,77	0.9
BEC FI Curto Prazo ❑	2.323	6,5863738	0,02	0,02	1,84	# ND
Bnb FI Curto Prazo ❑	105.728	4,371706	0,03	0,03	2,31	2.5
Bnb FI Curto Prazo Setor Publico ❑	37.235	1,30263	0,04	0,04	2,69	1
BNP Paribas Money Market FI C Prazo ❑	460.715	276,6462348	0,04	0,04	2,87	0
Bny Mellon Arx Cash FI Curto Prazo ❑	566.710	2,6944882	0,04	0,04	2,81	0.5
Bny Mellon Arx Cash II FI Curto Prazo ❑	52.134	1,1852047	0,04	0,04	2,80	0.5
Bny Mellon Arx Cash III FI Curto Prazo ❑	50.965	1,1851911	0,04	0,04	2,80	0.5
Bny Mellon Arx Cash IV FI Curto Prazo ❑	51.151	1,1851917	0,04	0,04	2,80	0.5
Bny Mellon Arx Cash V FI Curto Prazo ❑	51.110	1,1851744	0,04	0,04	2,80	0.5
Bny Mellon Ipanema FI Curto Prazo ❑	49.303	1,0746422	0,04	0,04	2,93	0
Bradesco Empresas FIC de FI Curto Prazo ❑ ●	3.457	1,5542457	0,04	0,04	2,73	0.7
Bradesco FI Curto Prazo ❑	19.343	3,3276768	0,02	0,02	1,42	6
Bradesco FIC de FI Curto Prazo ❑ ●	22.667	1,6119543	0,03	0,03	2,16	3
Bradesco FIC de FI Curto Prazo Fácil ❑ ●	75.909	4,9875736	0,02	0,02	1,43	6
Bradesco FIC de FI Curto Prazo Facil III ❑ ●	12.782	2,5955718	0,02	0,02	1,40	6
Bradesco FIC de FI Curto Prazo Versátil ❑ ●	92.438	2,0802464	0,03	0,03	2,18	3
Bradesco Prime FIC de FI Curto Prazo ❑ ●	24.749	1,6771707	0,03	0,03	2,18	3
Btmu Curto Prazo FI ❑	15.349	2,67163	0,04	0,04	2,80	0.5
Caixa FIC Curto Prazo ❑ ●	234.036	2,261534	0,03	0,03	2,16	3.1
Caixa FIC Fome Zero Curto Prazo ❑ ●	8.749	1,787056	0,02	0,02	1,61	5
Caixa FIC Fundações Curto Prazo ❑ ●	111.096	4,522268	0,04	0,04	2,85	0.4
CS DI FI de Curto Prazo ❑	125.652	10,851043	0,04	0,04	2,88	1
CS Private DI FI de Curto Prazo ❑	171.131	2,097346	0,04	0,04	2,88	1
FI Banestes Investidor CP ❑	139.389	4,0699766	0,03	0,03	2,21	3
HSBC FI Curto Prazo Liquidez ❑	301.763	2,0232014	0,04	0,04	2,82	0.5
HSBC FIC FI Curto Prazo Liquidez ❑ ●	202.506	2,5997407	0,04	0,04	2,62	1.25
HSBC FIC FI Curto Prazo Liquidez Plus ❑ ●	96.158	2,2414093	0,03	0,03	2,03	3.5
HSBC FIC FI Curto Prazo Over ❑ ●	14.091	3,7667	0,02	0,02	1,67	5
HSBC FIC FI Curto Prazo Over II ❑ ●	17.248	3,7710801	0,01	0,01	1,51	5
Itau BBA Corporate Curto Prazo Ficfi ❑ ●	30.298	884,187827	0,04	0,04	2,85	0.39
Itau BBA Federal Provision CP Ficfi ❑ ●	1.612	10,274274	0,03	0,03	1,56	6
Itau BBA Icarus Curto Prazo Ficfi ❑ ●	101.980	568,467391	0,04	0,04	2,88	0.25
Itau Corp Curto Prazo Ficfi ❑ ●	60.047	27,680755	0,04	0,04	2,88	0.25
Itau Corp Federal Plus CP Ficfi ❑ ●	291.081	37,191551	0,04	0,04	2,90	0.18
Itau Curto Prazo FI ❑	2.668.996	28,260008	0,04	0,04	2,95	0
Itau Curto Prazo Ficfi ❑ ●	70.864	21,327766	0,03	0,03	1,90	4
Itau Daily Curto Prazo Ficfi ❑ ●	72.721	122,013751	0,01	0,01	1,02	7.5
Itau Empresa CP Ficfi ❑ ●	11.214	26,246355	0,04	0,04	2,68	1
Itau LAM Curto Prazo Ficfi ❑ ●	3.725	26,657468	0,04	0,04	2,73	0.75
Itau Personnalite CP Ficfi ❑ ●	165.526	24,580168	0,03	0,03	2,44	2
Itau Plus Curto Prazo Ficfi ❑ ●	146.226	23,749264	0,03	0,03	2,31	2.5
Itau PP Mega Curto Prazo Ficfi ❑ ●	210.586	10,354689	0,03	0,03	2,20	3
Itau PP Plus Curto Prazo Ficfi ❑ ●	32.209	28,94342	0,00	0,00	1,91	# ND
Itau PP Super CP Ficfi ❑ ●	787.894	28,275436	0,04	0,04	2,90	# ND
Itau PP Top Curto Prazo Ficfi ❑ ●	96.091	38,151165	0,04	0,04	2,69	# ND
Itau Soberano Curto Prazo FI ❑	1.617	4,080351	0,04	0,04	1,78	0.25
Itau Upj Especial CP Ficfi ❑ ●	64.130	26,289549	0,04	0,04	2,69	1
Itau Upj Super Curto Prazo Ficfi ❑ ●	45.016	24,890982	0,03	0,03	2,49	1.8
Itauvest Personnalite CP Ficfi ❑ ●	187.907	28,579983	0,02	0,02	1,79	4.5
Itauvest Plus Curto Prazo Ficfi ❑ ●	1.416.106	8,438957	0,02	0,02	1,54	5.5
Itauvest Private Curto Prazo II Ficfi ❑ ●	2.400	11,580864	0,03	0,03	2,42	2
Maxi Curto Prazo Prs Ficfi ❑ ●	105.967	20,365313	0,04	0,04	2,62	1.3
Nor II Curto Prazo Ficfi ❑ ●	39.856	21,860871	0,04	0,04	2,89	0.2
Praticbec - FI Curto Prazo ❑	1.119	3,7098085	0,03	0,03	1,96	3
Private Curto Prazo Ficfi ❑ ●	6.779	27,348166	0,04	0,04	2,84	0.4
Safra FIC Curto Prazo ❑ ●	47.093	285,4792	0,03	0,03	1,92	4
Sagres Curto Prazo Ficfi ❑ ●	2.735	22,281414	0,04	0,04	2,68	0.6
Santander FIC FI Empresas CP ❑ ●	26.357	10,7830298	0,02	0,02	1,69	5
Santander FIC FI Liquidez CP ❑ ●	46.904	2,6774388	0,04	0,04	2,68	1
Sicredi FI Invest CP ❑	3.527	3,8487737	0,02	0,02	1,85	4
Sicredi FI Invest Plus CP ❑	115.580	7,4437388	0,04	0,04	2,68	1
Unibanco Conversao FI Curto Prazo ❑	17.645	6,403424	0,02	0,02	1,67	5
Unibanco Conversao Ficfi CP ❑ ●	17.634	5,200047	0,02	0,02	1,53	5.5
Unibanco Curto Prazo Ficfi ❑ ●	3.932	2,07358	0,03	0,03	2,05	3

Curto Prazo - Aplicação Automática

Data das Informações 01/04/2009 (❑)

Nome do fundo	Patrim. Líquido R$/Mil	Valor Quota R$	Rent. Acum. % No dia	No mês	No ano	Tx. de Adm. %
Banrisul Automatico FI CP ❑	111.713	1,76582	0,01	0,01	1,19	7
BB CP Administrativo Soberano Ficfi ❑ ●	162.437	1,0716843	0,03	0,03	2,18	3
BB CP Automatico Ficfi ❑ ●	278.508	5,5222399	0,03	0,03	1,93	4
Caixa FIC Pratico Curto Prazo ❑ ●	2.597.507	3,739058	0,02	0,02	1,69	5

Fonte: Associação Nacional dos Bancos de Investimento (ANBID).

Multimercados

Multimercados Com Renda Variável

Data das Informações 31/03/2009

Nome do fundo	Patrim. Líquido R$/Mil	Valor Quota R$	Rent. Acum. % No dia	No mês	No ano	Tx. de Adm. %
Alfa Cinco FI Multimercado Lp	24.775	418,8136555	0,04	0,92	2,87	0.5
Alfa Estrategia FI Multimercado Iq	3.090	116,2364875	0,02	0,88	2,88	* 1
Alfa Mix Advanced FI Multimercado	101.584	129,8926074	0,03	0,90	2,95	* 4
Alfa Termo FI Multimerc Lp Inv Qualif	69.346	359,3913383	0,04	0,96	2,84	* 0.5
Alfa Termo II FI Multimercado Iq	64.578	132,0793042	0,04	0,95	2,87	* 0.5
Asm Brasilcarbono Multimercado FI	73.818	1,0545431	0,03	0,79	2,40	* 2
Banif Nitor Inst FI Multimercado	42.894	1,2507324	0,03	1,02	3,24	* 1.5
Banrisul Multi FIC FI Multimercado Lp ●	21.082	2,92951	0,15	1,32	2,86	2
BB Multi Arrojado Lp 10 Mil Ficfi ●	22.418	0,9209756	0,03	0,42	0,95	1.5
BB Multi Conservador Lp Estilo Ficfi ●	36.867	1,2048338	0,04	0,82	2,08	1.5
BB Multi Moderado Lp Estilo Ficfi ●	99.759	1,6035773	0,06	1,16	2,51	1.5
BB Multim Mod Lp Corp 100 Mil Ficfi ●	7.365	1,0594527	0,02	1,04	3,00	1
BB Multimer Moderado Lp 10 Mil Ficfi ●	130.256	1,7644935	0,06	1,16	2,52	1.5
BB Multimercado Arrojado Lp Estilo Ficfi ●	77.538	1,0532087	0,03	0,42	0,95	1.5
BB Multimercado Conservador Lp Mil Ficfi ●	86.112	6,9378149	0,04	0,73	1,83	2
BB Top Multi Arrojado Lp FI Multimercado ▸	124.770	1,0864914	0,04	0,51	1,20	# ND
BB Top Multi Institucional Lp Multi ▸	44.260	1,2122473	0,05	1,10	3,17	0.4
BBM Institucional FI Multimercado	52.120	1,341671	0,05	1,13	3,83	0.3
Bnb FI Multimercado Longo Prazo	3.644	18,154156	0,04	0,84	2,49	1.6
BNP Paribas Galileu FI Multimercado	56.906	1,0765248	0,07	1,61	3,82	0.19
BNP Paribas Mg3 FI Mult Cred Priv	194.722	110,2210228	0,06	1,52	3,90	0.12
BNP Paribas Smart FI Multimercado	83.582	5,7435444	0,11	0,81	2,82	* 0.4
Bny Mellon Arx Target FI Multimercado	475.524	4,9332763	0,06	1,38	3,65	* 1.35
Bny Mellon Arx Target Plus FI Multim	108.162	1,1720265	0,08	1,78	4,08	* 2.7
Boreal Multimercado FIC de FI ●	10.316	1,330668	0,02	0,65	-2,06	# ND
Boreal Multimercado I FI	52.073	1,18376	0,04	0,86	2,60	* 1
Brad Corporate FI Multimercado Advantage	5.870	1,1740669	0,04	1,21	3,46	* 0.7
Brad Instit FI Multimercado Composto	22.394	2,1020653	0,07	1,44	3,28	0.7
Bradesco Empresas FIC FI Multimercado ●	13.403	2,0390689	0,03	1,05	3,17	1
Bradesco Prime FIC de FI Multim ●	95.447	2,1704521	0,03	1,04	3,19	* 1
BRB Multicapital	14.710	6,0395613	0,04	1,08	2,94	3
Brz Credito Priv FI Multimercado	77.753	188,1692769	0,06	1,01	2,67	* 0.75
Ca CD Premium FI Multi Cred Priv	473.315	10,623006	0,04	0,99	2,95	0.23
Ca Diversifie FI Multimercado	6.837	10,819494	0,23	3,13	6,03	* 1
Ca Estruturado 4 FI Fechado Multimercado	19.341	9,961809	0,04	0,93	2,80	2
Ca Estruturado 90 FI Multimercado	2.923	7,805996	0,12	3,48	6,50	2
Ca Estruturado II 90 FI Multimercado	1.834	7,629625	0,25	1,00	5,41	2
Ca Estruturado V 90 FI Multimercado	1.242	8,00542	0,14	4,32	4,48	2
Caixa FI Metalurgicos ABC Multi	12.903	1,0321618	0,04	0,90	2,66	0.9
Caixa FI Multimercado RV 30 Longo Prazo	39.283	1,3157146	0,08	0,88	2,10	* 2.5
Caixa FIC Estrategico Mil Multimercadolp ●	4.145	1,195614	0,04	0,75	2,17	2.5
Caixa FIC Estrategico Multimercado Lp ●	220.585	1,3945727	0,07	0,95	2,74	1.4
Caixa Long And Short Longo Prazo FI Mult ▸	9.123	1,258956	0,06	1,42	3,11	* 1
Coinvalores FI Multimercado Termo	45.687	1,3454183	0,04	0,92	2,70	* 2.5
Concordia Institucional Fdo de Inv Multi	2.145	1,0771719	0,03	0,83	2,55	* 2
CS Caixa Estrategico FI Multimercado Lp ▸	23.751	1,1655055	0,08	1,12	3,48	0.4
Cshg 614 FI Multimercado ▸	1.472	1,02116	-0,02	1,34	1,34	0.5
Cshg Fama Private Equity I FIC FI Multim ●	35.596	1106,303292	0,03	0,84	2,49	* 1.8
FI Fator Arbitragem Multimercado	140.942	1,8258225	0,13	1,20	3,21	* 2
FI Dinamico Multimercado	68.041	11,8181286	0,04	0,87	3,32	* 1
FI Fator Balanceado Multimercado	89.508	4,0648293	0,09	1,06	2,95	* 1.5
FI Fator Extra Multimercado	54.007	8,4256322	0,12	1,41	3,28	* 1.7
FI Fator Sigma Inst Multimercado	116.332	1,922586	0,10	1,11	3,06	* 1
FI Mult Lmx Premium	2.213	1,0477832	0,06	1,08	3,67	* 0.9
FI Multimercado Four Seasons	18.237	0,747524	0,21	8,57	9,79	* 0.25
FI Multimercado Mapfre Empresas	29.142	2,0022471	0,10	1,28	3,35	0.12
FI Multimercado Mapfre Privado II	85.940	453,6582343	0,07	0,77	3,36	0.12
FI Multimercado Mapfre Privado II	76.036	27,2397682	0,32	2,27	3,84	# ND
FI Multimercado Mapfre RI Privado I	69.129	2,2577806	0,17	1,50	2,25	0.12
FI Multimercado Norte Moderado	1.780	1,1351481	0,07	2,16	4,99	* 2.2
FI Multimercado Pactual Hedge Institucio	47.613	2,272022	0,04	1,13	3,03	* 0.85
FI Multimercado Profile	2.066	0,9519507	0,16	1,40	1,84	* 1.5
FI Premium Multimercado	51.076	3,2669125	0,04	0,90	2,90	* 1
FIC FI Multimercado BRB Multiperformance ●	609	1,1556896	0,03	0,53	2,31	3
Fiducia Belpart FIC FI Multimercado ●	107.099	2373,870747	0,04	0,91	3,21	0.14
Fiducia Premium Institucional FI Multimercado	1.029	1,8908838	-0,05	0,63	1,43	* 2.25
Fundo de Investimento BRB Mix Capital	276	1,1058327	0,01	0,98	2,72	3
Fundo Fator Pirambu Multimercado	54.686	2,9420415	0,04	1,04	3,09	* 0.6
GAP Credito Privado FI Multimercado	19.925	1,096216	0,04	1,32	NB	* 1.2
GAP Institucional FI Multimercado	203.614	2,1894957	0,06	1,31	4,08	* 1.2
GAP Selection FI Multimercado ▸	65.512	1,051492	0,05	1,13	3,37	0.55
HSBC FI Multi Lp Xian Institucional	106.812	1700,064416	0,01	0,84	2,63	* 0.01
HSBC FI Multimercado Atlas + Bric	1.472	1,0034659	-0,01	2,33	2,37	* 2.5
HSBC FIC FI Mult Fasc CD Moderado ●	45.688	1,0515422	0,08	1,97	NB	0.17
HSBC FIC FI Multimercado Lp Xian ●	3.923	1,211471	0,03	0,92	2,71	1
HSBC FIC Multi Lp Goa Premier Ls ●	333	1,0722648	0,13	1,42	3,38	* 2
Icatu Hartford Advanced Inst. FI. Multi	66.816	1,5275652	0,06	1,16	3,35	1.1
Infinity Institucional FI Multimercado	46.779	2,3442173	0,06	1,01	3,08	# ND
Itau Private Estr Multi Cred Priv FI	61.805	6,194348	0,56	7,12	8,82	1.5
Itau Private Estru II Multi Cred Priv FI	14.011	6,705369	0,56	7,10	8,98	1.5
Lacan Equilibrio FI Multimercado	25.982	1,5428036	0,15	2,43	1,83	3
Legg Mason Allocation 1 FIC FI Multi ●	59.271	1,9075631	0,05	1,02	2,90	0.8
Legg Mason Allocation 2 FIC FI Multi ●	89.284	1,9400845	0,06	1,29	3,24	1
Legg Mason Allocation 3 FIC FI Multi ●	79.053	1,9700183	0,07	1,59	3,83	1.25
Legg Mason Allocation 4 FIC FI Multi ●	28.084	2,0250347	0,09	2,10	4,64	1.6
Legg Mason Allocation 5 FIC FI Multi ●	23.779	1,8807621	0,10	2,62	5,50	2
Legg Mason Stock Multimercado FI	21.517	2479,496368	0,54	6,71	8,82	0
Lyxor Focus Cred Priv FI Mult Inv Ext	1.236	1,0283625	0,15	-0,07	1,94	0.8
Mapfre Inversion Arrojado FI Multimerc	91.800	1,4738024	0,11	2,50	6,97	* 1.9
Mapfre Inversion FI Multimercado	229.432	2,1867012	0,08	1,96	5,93	* 1.2
Mapfre Inversion Institucional FI Multim	323	1,0756463	0,04	1,52	3,95	* 1.9
Mapfre Quantitativo FI Multimercado	497	1,0768136	0,01	1,59	5,09	* 3.1
Maxiplan FI Multimercado	15.509	1,0622857	0,04	0,92	2,79	* 1.5
MB Multimercado L.prazo FIF	112	10,9365816	0,11	0,55	4,32	1
Mercatto Dif Inst Multimercado FI	156.700	2,8093006	0,07	1,33	4,15	2
Mira Income I FI Multimercado	379	1,0121209	0,02	0,52	1,21	* 1.25
Mirae Asset Discovery Eq. Focus Mult. FI	5.294	1,128278	0,48	7,34	14,06	* 3
Modal Inst FI Multimercado	440.623	1,9427992	0,01	1,19	3,42	* 3
Nsg Casa Forte Cred Priv Multi FI	5.165	2,9047384	0,03	1,11	3,63	* 1.2
Nsg Polinesia FI Mult. Credito Priv.	40.142	1,0916063	0,04	1,06	3,61	* 0.5
Nsg Timbo FI Multimercado Cred Priv	47.785	3,4517829	0,03	1,06	3,38	* 2
Opus Hedge Inst Fdo de Invest Multi	77.002	1,2941203	0,05	1,10	3,23	* 1.5
Orbe Balance Fundo Invest. Multimercado	13.204	140,177647	0,31	-3,76	-2,56	* 3
Perfin Infinity Ls FI Multimercado	29.329	1,2467258	-0,09	1,17	6,04	* 1.5
Planner Cash FIC Multimercado ●	4.177	4,9107737	0,04	0,98	2,98	* 0.5
Planner FI Multimercado	22.822	9,6310427	0,04	1,00	3,03	* 2
Porto Seguro Caravelas FI Mult Cred Priv	420.527	1,0382535	0,05	1,69	3,83	0.5
Royal Multimercado Ficfi ●	258.483	27,4095487	0,04	0,98	2,91	0.02
Safra Carteira Institucional FI Multim	89.764	127,546869	0,03	0,70	2,66	* 1
Santa Fe Aquarius FI Multimercado	27.756	2,9961919	0,41	2,05	4,90	* 2
Santander FI Gestao Inst Mm	57.296	13,4184419	0,05	1,01	2,94	* 0.8
Schroder Multi Strat Insti FI Multimer	46.076	1,6737771	0,05	1,13	2,94	* 2
SLW Suporte FI Multimercado	897	0,7422572	0,30	1,42	0,17	* 4
Sul America Equity Hedge FI Multimercado	16.642	43,7702979	0,18	2,36	4,43	* 1.5
Sul America Multimercado Institucional FI	70.559	16,1830642	0,04	1,16	3,54	* 1
Unibanco Institucional Ficfi Multi ●	53.431	1,687016	0,07	1,13	3,03	1
Uniclass Alpha Plus FIC FI Multimercado ●	43.103	1,236707	0,06	1,12	2,93	1.5
Uniclass Multi Ficfi Multimercado ●	26.525	3,180337	0,16	2,44	4,59	* 2
Unifund Alpha Centauri Lp FI Multi ▸	82.098	1,847098	0,06	1,16	3,06	* 1
Western Asset Multitrad Inst Ficfi Multi ●	17.369	1,1611841	0,05	1,34	3,48	0.01
Western Asset Prev Multitrad FI Multimer	17.367	1175,767098	0,05	1,41	3,68	0

Multimercados Com Renda Variável Com Alavancagem

Data das Informações 31/03/2009

Nome do fundo	Patrim. Líquido R$/Mil	Valor Quota R$	Rent. Acum. % No dia	No mês	No ano	Tx. de Adm. %
Adinvest Total FI Multimerc Conservador	453	0,8857415	-0,25	2,88	-7,36	* 3
Advis Delta FI Multimercado	6.312	1,2693853	0,19	2,75	9,17	* 2.5
Advis Macro FI Multimercado	106.216	1,4348704	0,13	1,32	3,94	* 2.5
Aegis Fundo de Investimento Multimercado	2.913	1,3160417	0,03	0,85	4,23	0.2
Agnes FI Multimercado	67.452	107,3816238	-0,12	0,37	2,60	0.2
Agora GAP Hedge 30 FIC FI Multi ●	2.750	1,174898	0,06	3,89	7,38	2.5
Agora Multiestrategia FIC de FI Multi ●	2.379	1,1335027	0,04	0,93	2,81	1.7
Agora Opus Equity Hedge FIC de FI Multi ●	2.080	1,0367874	0,02	0,48	1,31	2.5
Agora Opus Hedge Agressivo FIC FI Multi ●	2.742	1,1435508	0,03	0,39	2,14	2.5
Al K Quant FIC FI Multimercado ●	19.094	1,1372396	-0,36	0,50	1,43	* 2.63
Al RF FI Mult Cred Priv ▸	24.418	1,0397469	0,01	2,36	6,83	0.05
Alfa Blue Tres Fdo Inv Mult Cred Priv Iq	11.799	101,1169112	0,06	0,98	1,12	0.5
Alfa Plus FIC de FI Multim Lp ●	21.566	811,4261536	0,04	0,96	2,83	1
Anga Portfolio FI Multimercado	26.050	1,1478167	0,09	1,43	5,70	* 1.5
Antares FI Multimercado	2.473	0,8099039	0,62	-5,47	-1,43	2.5
Argos Ficfi Multimercado Credito Privado ●	1.349	2,5425341	0,33	3,24	2,17	# ND
Argos Tr FI Mult Credito Privado	12.286	1,7170551	0,36	4,16	3,15	* 3
Aria Capital One FI Multimercado	1.254	1,0053579	0,02	0,54	0,54	* 2.5
Arpoador FI Multimercado	1.751	1,0587416	0,08	1,13	3,63	* 2
Artico FI Multimercado Credito Privado	7.831	1,3437389	0,04	-1,30	-0,62	* 1
Ashmore Brasil 30 FIC FI Mult Lp ●	59.480	1,0915988	0,25	1,94	5,53	* 2.5
Aster Eq Hed FI Multimercado Cred Priv ▸	2.909	0,528884	0,19	0,50	NB	0.15
Atico Hedge FI Multimercado	38.116	223925,4796	0,11	1,03	3,84	* 2.5
Axio 30 Hedge FI Multimercado	55.637	1,8487412	0,10	2,51	6,24	* 2.2
Bahia FIC de FI Multim ●	41.967	1,7428514	6,18	6,18	27,17	2
Bahia Fundo de Investimento Multimercado	43.673	1,9559143	7,38	7,38	33,64	* 2
Banif Nitor FI Multimercado	47.976	2,1775996	0,10	0,96	3,41	* 2.5
Banif Nitor Maestro FI Multimercado	26.809	1,1480772	0,02	1,12	3,89	* 3
BB Top Multi Lp Absoluto FI Multimercado ▸	68.076	1,1003281	-0,01	-0,86	0,70	* 1
BBM Gauss FI Multimercado	145.454	1,8338583	0,07	2,19	11,56	# ND
BBM High Yield 1 FI Multimercado	74.706	18,9593135	0,06	1,63	6,42	* 2
BBM High Yield 30 FI Multimercado	16.132	1,1556051	0,06	1,65	6,44	* 2
Bes Absolute Return FI Mult Lp	11.952	3,6627538	0,14	1,40	2,86	2.48
Bes FI Multimercado 30	11.731	1,7730466	0,11	1,17	2,56	# ND
Bes Fundo de Investimento Multimercado	17.796	1,6436137	0,11	1,24	2,96	# ND
Bird Fdo de Invest Mult Cred Privado	904.784	1,937279	0,25	-0,84	0,39	* 0.01
BNP Paribas Absolut FI Multimercado	9.250	0,608742	0,70	7,65	9,20	0
BNP Paribas Global 30 FI Multimercado	49.311	113,7245287	-0,13	-1,17	0,67	* 2
BNP Paribas Hedge Classique FI Multim Lp	177.061	2,148491	0,12	0,20	2,42	* 0.02
BNP Paribas Hedge FI Multim	299.702	4,1741597	0,09	0,17	2,30	* 0.02
BNP Paribas Index FI Multimercado	18.970	0,711125	0,54	6,73	8,40	1
BNP Paribas Marine FI Mult Cred Priv	1.004	100,358363	0,03	0,36	0,36	0.9
BNP Paribas Total FI Multimercado	317.333	154,4623521	0,17	-0,46	2,53	* 2
BNP Paribas Vision FI Multimercado	25.436	124,5056084	0,18	-2,69	1,81	* 2
BNP Paribas Yield Classique FI Multim Lp	700.448	2,248634	0,05	0,93	2,81	* 0.01
BNP Paribas Yield FI Multimercado	31.249	131,4048588	0,07	0,49	2,63	* 1.4
Bny Mellon Arx Extra FI Multimercado	92.664	2,3816015	-0,11	2,60	3,11	* 2.5
Bny Mellon Arx Hedge FI Multimercado	166.442	7,5920955	0,10	1,53	4,47	3
Bny Mellon Arx Hedge II FI Multimercado	33.721	1,2519394	0,11	1,71	5,22	* 3
Bny Mellon Arx Ls Master FI Multimercado ▸	124.641	1,0593149	-0,04	2,65	4,92	0.5
Bny Mellon Ban Strategy FIC FI Multi ●	7.182	2,1762475	0,07	1,35	4,01	2
Bnym Arx Ls FIC FI Multimercado ●	124.774	1,8962396	-0,05	2,44	4,36	* 2.5
Bnymellon Arx Hedge Plus FI Multimercado	142.196	1,5778864	0,11	1,80	5,64	* 3
BR Strategy FI Multimercado	6.102	101,7820281	-0,07	-1,41	0,42	* 2.5
Brad Prime FIC FI Multi Multi Allocation ●	55.970	1,8542688	0,09	1,08	3,37	* 1.5
Brad Prime Ficfi Multimerc Multigestores ●	19.414	1,1461653	0,10	1,50	4,24	* 2.6
Brad Prime Ficfi Multimercado Arbitragem ●	6.452	1,281521	0,06	1,12	3,81	* 2
Brad Priv FIC de FI Mult Cred Sui Top ●	9.449	1,0668488	0,29	1,88	5,96	0
Brad Priv FIC FI Multim Gavea Plus ●	11.199	0,9757443	0,03	1,32	4,65	0
Brad Priv FIC Mult Multiestrategia Plus ●	47.497	3,0463559	0,09	1,26	3,94	0.7
Brad Priv FIC Multim Multi-assets Alpha ●	1.459	1,1529076	0,10	1,58	4,41	4
Brad Priv Ficfi Mult UBS Pactual Hedge ●	125.439	1,963544	0,05	1,03	3,14	0
Bradesco FI Multimercado Arbitragem	6.468	1,3369274	0,07	1,16	4,07	* 2
Bradesco FI Multimercado Score	10.298	3,9365522	0,07	1,03	3,06	* 1
Bradesco FI Multimercado Total	5.904	1,0654562	0,07	1,25	3,09	* 1.5
Bradesco FIC de FI Multim Advanced ●	1.739	6781,343281	0,06	0,98	3,24	* 1.5
Bradesco FIC de FI Multim Mais ●	45.718	8,14781	0,02	0,99	3,39	0.5
Bradesco FIC FI Multim Multiperformance ●	32.300	1109,75209	0,09	1,13	3,56	0.5
Bradesco Priv Ficfi Multimercado Bes ●	6.606	1,2451337	0,10	1,22	2,88	0
Brascan Sup Hedge Quantitativo FI Multim	10.920	1,0063993	-0,54	2,10	0,64	* 2
Brascan Superior Hedge Difer. Mult FI	4.813	1,2932538	-0,33	-0,22	1,33	2.5
Brascan Superior Hedge II Mult FI	20.546	1,3958093	-0,70	-1,09	0,34	* 2
Bresser Hedge FI Multimercado	31.564	2,8623094	-0,09	1,79	2,77	* 2.5
Bresser Hedge Plus FI Multimercado	6.318	1,1298234	-0,16	2,21	2,87	* 2.5
Brz FIC FI Multimercado ●	28.025	115,97516	0,08	0,85	3,98	2
Brz Macro FI Multimercado	19.977	152,457866	0,11	1,80	4,21	* 2
Brz Moderado FI Multimercado	24.284	238,125934	0,07	1,16	3,13	1.5
Bullion Multiplo FI Multimercado	1.184	0,7404071	0,71	6,38	12,91	* 2.5
Capit Multi Cred Priv FIC FI Multimer ●	9.807	1,166124	0,06	1,35	3,64	* 2
Capitania Hedge FI Multimercado	272.870	2,3307893	0,08	1,22	3,39	* 4
Capitania Long Short 30 FI Multimercado	6.647	1,2206404	0,13	1,61	3,21	* 4
Cenario FI Multimercado	8.067	2,0928105	-0,01	0,53	3,91	* 2
Ciclo Multimercado FI	66.887	10,8065301	0,04	1,09	3,87	0.02
Claritas Hedge 30 FI Mult Longo Prazo	332.135	2,8525619	-0,12	1,63	6,83	* 2.5
Claritas Hedge FI Multimercado L Prazo	49.625	7,5422801	-0,16	1,86	6,85	* 2
Composit IB Multimercado FIC de FI ●	3.551	207,986033	0,04	0,96	2,95	1.5
Concordia Arrojado Fdo Inv Multim Lp	7.604	1,0913679	0,05	0,89	2,72	* 2.25
Concordia Banese Aruana FI Multimercado	40.192	1,2567952	0,05	0,99	2,86	# ND
Concordia Multimercado FI Lp	125.334	3,5131823	0,05	0,95	2,79	* 2
Condeixa FI Mult Cred Priv	42.051	1,0510853	0,04	0,95	2,85	0.35
Credit Agricole Magno FI Multimercado	34.956	36,621389	0,04	0,49	2,38	* 3
Cristal Fundo de Investimento Multimerca	1.038	0,8840428	5,11	-7,63	-11,60	4.5
CS Absolute 30 FI Multimercado Lp	78.444	1,538096	0,29	2,14	6,80	* 1
CS Absolute FI Multimercado Lp	42.609	2,78249	0,29	2,09	6,59	* 1.5
CS Camburi FIQ FI Multimercado Lp ●	4.327	2,706786	0,12	0,85	4,37	# ND
CS High Yield FI Multimercado Lp	126.211	10,012091	0,08	1,02	3,33	* 1.5
CS Index Hedge FI Multimercado Lp	7.447	1,012653	-0,41	-6,68	1,27	1.1
CS Multiportfolio FI Multimercado de Lp	549	1,137467	0,03	0,63	1,96	* 1.5
CS Portfolio Advanced FI Multimercado Lp	148.045	1,200897	0,08	0,94	3,06	* 2
CS Soho FIQ FI Multimercado Lp ●	18.123	1,352078	0,05	1,01	3,17	0.01
CS Top FI Multimercado de Longo Prazo	9.175	1,064053	0,30	1,91	6,08	* 2
CS Total FI Multimercado de Longo Prazo	17.114	1,880978	0,40	5,27	17,52	# ND
CS Win FI Multimercado	9.815	4,88223	0,04	0,93	2,76	# ND
Cshg 391 FI Mult Credito Privado	291.286	1,1570564	0,04	0,98	2,91	0.4

Finanças

Commodities, bancos e concessionárias de serviços públicos são ações indicadas para abril **Página D1**

Atrás de alternativas ao telefone celular, Motorola do Brasil já produz leitores óticos **Página B3**

Sistema financeiro Teste de estresse aplicado pelo BC revela solidez

Bancos brasileiros estavam bem preparados para a crise

Maria Christina Carvalho
De São Paulo

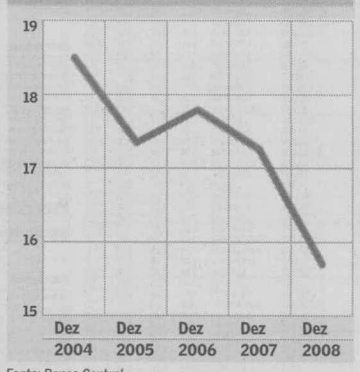
O teste de estresse mais recentemente feito pelo Banco Central (BC) nos bancos brasileiros mostra que eles estavam bem preparados para enfrentar a crise internacional.

Aplicado sobre os balanços de junho de 2008, o teste envolveu 131 bancos, com patrimônio de referência consolidado de R$ 317,4 bilhões e patrimônio de referência exigido (PRE) de R$ 207,9 bilhões. Esses bancos representavam 97% dos ativos totais do sistema financeiro e tinham um índice da Basileia médio de 16,8%. Nova avaliação foi feita em dezembro e será divulgada no próximo mês.

Em junho, o BC testou o impacto no capital dos bancos de fortes oscilações no câmbio e no juro e de uma deterioração não desprezível na carteira de crédito. Levou-se em conta que o câmbio, que era de R$ 1,59 por dólar na época, quase dobraria, chegando a R$ 3,12 e despencaria para R$ 0,81. O juro oscilou 10 pontos acima e 10 abaixo. E a carteira de crédito foi integralmente rebaixada em dois níveis de classificação, o que exigiu o aumento de 128% nas provisões.

No pior cenário possível, em que câmbio e juro subiam simultaneamente e o crédito se deteriorava, o índice da Basileia dos bancos brasileiros caiu abaixo dos 11% mas raramente ficou abaixo de 8%, que é o mínimo estabelecido internacionalmente. Até o aumento de 220% das provisões, nenhum banco ficou insolvente. Os testes revelaram que os bancos somente ficariam desenquadrados do índice de 11% exigido pelo BC brasileiro quando o aumento de provisão necessário fosse de 240%. Com um aumento de 250%, o índice caiu de 16,8% para 10,1%. Ou seja, as provisões podem mais do que triplicar sem que os bancos fiquem desenquadrados da exigência de capital mínimo.

Em baixa
Índice da Basiléia - em %



Fonte: Banco Central

De acordo com o Relatório de Estabilidade Financeira de novembro, que divulgou os resultados do teste de junho, as instituições se mostraram menos sensíveis às variações do câmbio do que às de outros fatores de risco. Com posições líquidas vendidas na época, os bancos tinham o índice da Basileia aumentado quando a taxa de câmbio caia.

Variações nas taxas de juros também não tornaram nenhuma instituição insolvente, embora um "conjunto representativo de instituições tenha ficado desenquadrado nos cenários mais extremos". O teste do BC também verificou que variações positivas e negativas na taxa de juros "parecem afetar o índice da Basileia de forma semelhante". Mas, acrescenta o relatório, "o fato de as instituições possuírem, na média, posições líquidas compradas em juro prefixado, fez com que os aumentos das taxas tivessem um impacto maior sobre o patrimônio das instituições".

De acordo com relatório do BC, com o aumento do crédito, a capitalização dos bancos, também chamada de índice de Basileia, uma referência à cidade suíça onde fica a sede do Banco para Compensações Internacionais (BIS), caiu, mas continuou suficiente para cobrir os ativos ponderados pelo risco e o aumento da inadimplência. A rentabilidade do patrimônio ficou acima da média de outros países, em decorrência da queda das despesas administrativas e da ativação de crédito tributário.

Os testes de estresse são feitos regularmente nas instituições brasileiras pelo BC, desde 2000. Os resultados começaram a ser divulgados em 2003, duas vezes por ano, com base nos balanços de junho e de dezembro.

Os testes são uma ferramenta de supervisão bancária, recomendada pelo BIS aos bancos centrais do mundo todo. Cada país tem sua metodologia. Não há um padrão comum, embora existam algumas diretrizes básicas e um manual de procedimentos editado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, o Financial Sector Assessment Program (FSAP).

A orientação é "estressar" os principais riscos de cada país. No Chile, por exemplo, avalia-se o impacto da oscilação das commodities. Nos Estados Unidos, os bancos estão sendo testados levando-se em conta o aumento do desemprego e a queda do preço dos imóveis. Os testes são obrigatórios para os bancos com ativos superiores a US$ 100 bilhões com o objetivo de verificar se necessitarão de mais capital. O foco está sendo dirigido para as carteiras não marcadas a mercado, com o objetivo de dimensionar perdas potenciais além do horizonte de 12 meses.

No Brasil, o teste é aplicado banco a banco. Mas apenas as informações agregadas são divulgadas. No próximo teste, novos fatores de risco foram incluídos na metodologia: oscilações bruscas das commodities, ações, cupom cambial e inflação entre outros fatores. Fontes do Banco Central negaram que a ampliação dos testes seja resultado da crise internacional. Atribuíram a mudança às novas regras do acordo de capital mínimo dos bancos, chamado de Basileia 2.

De acordo com o relatório, os testes do BC compreendem duas análises distintas para verificar o impacto sobre o índice da Basileia em cenários de oscilação das taxas de juros prefixadas e de câmbio — risco de mercado — e de rebaixamento na classificação de risco de todas as operações de crédito — risco de crédito.

Uma das análises é temporal, isto é, busca apurar como o índice de Basileia reage ao longo do tempo à aplicação de cenários extremos. Foram aplicados choques nas posições dos bancos de janeiro de 2004 a junho de 2008, correspondentes às maiores variações percentuais das taxas de juros e de câmbio ocorridas no período e ao rebaixamento de dois níveis na classificação de todas as operações de crédito.

Os cenários foram combinados em quatro alternativas: aumento do risco de crédito (I), aumento dos juros e do câmbio (II), aumento dos juros, do câmbio e do risco de crédito (III) e redução de juros e de câmbio (IV).

A outra análise é chamada de sensibilidade e avalia o efeito isolado sobre o índice da Basileia de aumentos nas provisões, nos juros e no câmbio na posição de junho de 2008. Essa análise afere possibilidade de insolvência técnica (patrimônio líquido negativo) e desenquadramento em relação ao capital mínimo exigido. Como explicou uma fonte, o teste de sensibilidade mede o que cada banco suporta.

JOCK FISTICK/BLOOMBERG NEWS

Neelie Kroes: taxas razoáveis podem ser compatíveis com a competição

Mastercard faz acordo e reduz taxas na Europa

Cartões

Nikki Tait
Financial Times, de Bruxelas

A Mastercard vai reduzir bastante suas taxas nas transações internacionais com cartões de crédito, num acordo firmado com as autoridades antitruste da Europa. Em troca, a Comissão Européia deixará de questionar a companhia com alegações de que sua estrutura de taxas rompeu as regras de competição europeias.

Mas o acordo teve uma recepção morna dos comerciantes, com alguns chamando-o de um "acerto fraco" da parte de Neelie Kroes, comissária de competição da Europa, e outros dizendo que ele deveria ser apenas "um primeiro passo".

A Mastercard também insiste que o negócio é um "acordo temporário" e diz que ainda pretende recorrer da decisão tomada pela Comissão Européia em 2007, que considerou ilegal as taxas de intercâmbio cobradas pela Mastercard em transações internacionais.

As "interchange fees" são aquelas pagas entre os bancos que atendem as lojas que aceitam cartões de crédito e cartões de débito e os que atendem os detentores de cartões.

Sob o acordo de terça-feira, a "interchange fee" média cobrada pela Mastercard sobre as transações feitas pelo consumidor no cartão de crédito vão cair para 0,3%, e para 0,2% no caso dos cartões de débito.

Segundo Kroes, isso é menos de metade do nível praticado antes da decisão de 2007; as taxas então estavam entre 0,8% e 1,9% para os cartões de crédito, por exemplo.

A Mastercard também concordou em revogar outras taxas e aumentos que foram introduzidos em outubro para "cobrir a diferença", quando ela retirou temporariamente das interchange fees sobre as transações internacionais para evitar pesadas multas diárias.

Finalmente, a Mastercard vai introduzir uma maior "flexibilidade e transparência" em suas regras. Um agente fiduciário também vai monitorar a adesão ao acordo.

"O objetivo das novas taxas de intercâmbio é que os custos dos lojistas ao aceitarem pagamentos com o cartão de crédito não sejam maiores que os benefícios de se evitar aceitar dinheiro vivo", diz Kroes. "Quero deixar claro hoje que, sob certas circunstâncias, taxas de intercâmbio razoáveis podem ser compatíveis com as regras da competição."

Mas a Mastercard insiste que o novo patamar é muito baixo para sustentar a forte concorrência na indústria dos pagamentos ou encorajar os investimentos: "É por isso que essas taxas são apenas temporárias, e por que estamos recorrendo à Corte Europeia de Primeira Instância".

Como as autoridades nacionais de competição também estão de olho na legitimidade das "interchange fees" nos pagamentos domésticos com cartões de crédito, a batalha entre a Comissão Europeia e a Mastercard tem implicações potencialmente significativas. Mesmo assim, ao se recusar a abrir mão de qualquer princípio legal, a Mastercard na verdade limitou o impacto.

"Não existe ligação entre o que acertamos com a Comissão e os casos nos mercados domésticos", disse a companhia na terça-feira.

A Comissão Europeia também está discutindo com a Visa Europe as taxas praticadas por ela na região. A Comissão provavelmente está buscando uma igualdade de competição entre os dois grupos e o acordo com a Mastercard poderá ser o referencial.

Mas a Visa disse apenas que acredita piamente que um acordo negociado seria a melhor solução e observou que o próprio Kroes já deixou claro que cada caso poderá ser julgado por seus méritos. FT

GVT (HOLDING) S.A. - Companhia Aberta - CNPJ 03.420.904/0001-64 - NIRE 41300071331 - **Ata de Reunião do Conselho de Administração da GVT (Holding) S.A. ("Companhia"), realizada em 17 de fevereiro de 2009, 13:00 - Data, Hora e Local:** Aos 17 dias do mês de fevereiro de 2009, às 13:00, na Rua Lourenço Pinto, nº 299, 4º andar, CEP 80010-160 na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná. **Presença**: Shaul Shani, Presidente do Conselho; Amos Genish, Vice-Presidente do Conselho; Ron Zuckerman, Conselheiro; Zvi Limon, Conselheiro; Jean-Manuel Rozan, Conselheiro; Avraham Fischer, Conselheiro; Boris Przechacki, Conselheiro Independente; e Pablo Andrez Pinheiro Gubert, Secretário da mesa. **Teleconferência:** Conforme o artigo 18 do Estatuto Social da Companhia ("Estatuto"), esta reunião foi realizada por teleconferência. **Convocação:** Formalizada no dia 9 de fevereiro de 2009, conforme artigo 18 do Estatuto. **Ordem do Dia:** (i) Analisar e aprovar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao 4º trimestre de 2008; (ii) ratificar o aumento do capital social da Companhia devido ao exercício de opções de compra de ações; e (iii) reeleger o vice-presidente. **Deliberações**: Foram tomadas, por unanimidade, as seguintes deliberações: (i) De acordo com o art. 19, VIII, do Estatuto, o Conselho aprovou as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao 4º trimestre de 2008 (**Anexo 1**); (ii) O Conselho ratificou o aumento do capital social da Companhia devido ao exercício de opções de compra de ações. O capital social total da Companhia em 31 de dezembro de 2008 é de R$ 1.374.699.809.97, totalizando 128.280.098 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, com exclusão do direito de preferência dos acionistas. As ações adicionais dão aos seus detentores os mesmos direitos, incluindo distribuição de dividendos, sem limitação, concedidos aos demais acionistas da Companhia, conforme determinado pelo Estatuto, regulamentos e legislação aplicável; (iii) Reeleger para o cargo de vice-presidente o Sr. GUSTAVO PINTO GACHINEIRO, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 18.974.765-1 SSP/SP inscrito no CPF/MF sob nº 247.699.058-23, domiciliado na Rua Lourenço Pinto, 299, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná. O mandato do Sr. Gachineiro inicia-se hoje e encerra-se em 13 de abril de 2010. O Sr. Gachineiro não receberá remuneração adicional a que já recebe na qualidade de Diretor Vice-Presidente de nossa subsidiária Global Village Telecom Ltda. O diretor ora eleito fica desde já investido em seu cargo, e declara, para os fins do art. 147, § 1º, da Lei nº 6.404/76 e art. 1.011, § 1º, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que não está impedido de exercer a administração da Companhia (a) por lei especial; (b) em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela; (c) em virtude de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (d) ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. **Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a que se refere esta reunião, que, depois de lida, foi aprovada e assinada por todos os presentes. Curitiba, 17 de fevereiro de 2009. Esta ata é cópia fiel do documento arquivado em livro próprio. Pablo Andrez Pinheiro Gubert - Secretário. Junta Comercial do Paraná - Certifico o registro sob nº 20090957300, em 24/03/09. Luiz Carlos Sálvaro - Secretário-Geral.

TELEMAR NORTE LESTE S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF Nº 33.000.118/0001-79
NIRE 33 3 0015258 0

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Conselho de Administração da **TELEMAR NORTE LESTE S.A.** ("Companhia") convoca os Acionistas a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, a se realizar no dia 14 de abril de 2009, às 10 horas, na sede da Companhia, à Rua General Polidoro nº 99, 5º andar, Botafogo, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, a fim de deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia**:

(i) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, acompanhados do parecer dos auditores independentes;
(ii) Aprovar a destinação do lucro líquido do exercício de 2008, a distribuição de dividendos, observados os valores de Juros sobre Capital Próprio declarados durante o exercício de 2008, o pagamento de participação aos empregados conforme previsto no artigo 41 do Estatuto Social;
(iii) Eleger os membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes; e,
(iv) Fixar a remuneração dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia.

INSTRUÇÕES GERAIS:

1. A documentação relativa às matérias constantes da Ordem do Dia estará à disposição na sede da Companhia, para exame pelos Srs. Acionistas.
2. O Acionista que desejar ser representado por procurador deverá depositar o respectivo mandato, com poderes especiais, acompanhado de cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do Acionista, quando pessoa jurídica, na Rua Humberto de Campos n.º 425, 5º andar, Leblon, na Cidade do Rio de Janeiro - RJ, de 9h às 12h e de 14h às 18h, até o dia 09 de abril de 2009, aos cuidados da Diretoria Jurídica.
3. O Acionista participante de Custódia Fungível de Ações Nominativas das Bolsas de Valores que desejar participar desta Assembléia deverá apresentar extrato emitido com data a partir do dia 07 de abril de 2009, contendo a respectiva participação acionária, fornecida pelo órgão custodiante.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2009.
José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha
Presidente do Conselho de Administração

POR FALHA TÉCNICA NA PUBLICAÇÃO DA EDIÇÃO DO DIA 31/03/2009, ESTE ANÚNCIO ESTÁ SENDO REPUBLICADO.

TELEMAR NORTE LESTE S.A.
CNPJ/MF N° 33.000.118/0001-79 - NIRE N° 33 300 152 580
Companhia Aberta
ERRATA AO EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2009

A Assembléia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada em 14 de abril de 2009, ocorrerá às 10:00h (dez horas), e não como constou no Edital de Convocação publicado em 31.03.09 no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal Valor Econômico.
Rio de Janeiro, 30 de março de 2009.
José Mauro M. Carneiro da Cunha
Presidente do Conselho de Administração

Agenda

Sustentabilidade

Pós-Graduação da Fundação Armando Alvares Penteado (Faap) promove a palestra Sustentabilidade, instituições públicas e mudanças climáticas, ministrada pelo diretor-presidente da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb), Fernando Rei.
Data: 6 de abril
Horário: 19h15
Local: rua Alagoas, 903 , São Paulo
Informações: (11) 3662-7449; pos.palestras@faap.br

Sociologia da moda

O Istituto Europeo di Design promove palestra a Convergências e conflitos entre as ruas e as passarelas: uma discussão contemporânea na sociologia da moda, com o professor italiano Nello Barile, docente de Sociologia da Comunicação no IULM (Libera Università di Lingue e Literatura) de Milão e especialista em Organização da Moda e New Branding.
Data: 7 de abril
Horário: 19h30
Local: rua Maranhão, 617, São Paulo
Informações: eventos.sp@iedbrasil.com.br

Marketing digital

A Câmara de Comércio Brasil-Alemanha promove a palestra Preparados para uma nova realidade? A sua marca e as novas possibilidades do mundo digital, a ser ministrada pelo diretor de planejamento da Midiaweb Inteligência Interativa, Sérgio Coelho.
Data: 7 de abril
Horário: 8h30
Local: Hotel Deville Rayon, Curitiba
Informações: (41) 3223-5659

Seguros

A Escola Nacional de Seguros faz o lançamento em São Paulo do livro "Aspectos Atuariais e Contábeis das Provisões Técnicas", com presença dos autores Paulo Ferreira e Cristina Mano.
Data: 14 de abril
Local: rua São Vicente, 182, São Paulo
Informações: (21) 3380-1556; vendas@funenseg.org.br; www.funenseg.org.br

Indicadores

Hoje
- Fipe revela o IPC da cidade de São Paulo em março (7h)
- BCE faz reunião e decide taxa de juros (8h45)
- Nos EUA, saem os pedidos recentes de seguro-desemprego (9h30) e o volume de encomendas da indústria (11h)

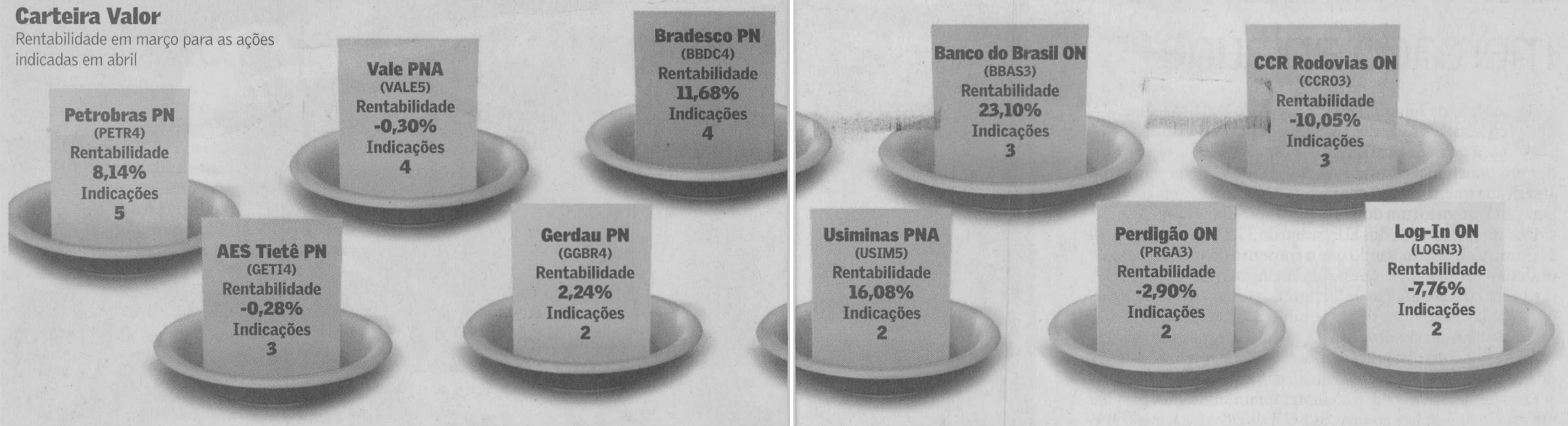
Sexta-feira
- Nos Estados Unidos, sai a taxa de desemprego de março (9h30)
- O presidente do Fed, Ben Bernanke faz pronunciamento público (13h)

Segunda-feira
- Banco Central revela dados da pesquisa Focus e o relatório trimestral de inflação (8h30)
- Ministério do Desenvolvimento divulga a balança comercial semanal (12h)

Fontes: Concórdia, Fator, Gradual, Fiesp, Banco Central, FGV, Fipe, IBGE

E-mail agenda@valor.com.br

EU& Investimentos



Para o que der e vier

Carteira Valor de abril combina commodities, setor financeiro e concessionárias de serviços. Por **Adriana Cotias**, de São Paulo

Commodities, bancos e concessionárias de serviços públicos compõem o mix de indicações para a Carteira **Valor** de abril. Reticentes com o fluxo estrangeiro observado na Bovespa no mês passado — foram mais de R$ 2 bilhões até o dia 27 —, os analistas estão claramente divididos entre a continuidade de uma recuperação movida pelo capital externo e possíveis recaídas comandadas pelo quadro econômico global. O encontro do Grupo dos 20 (G-20, que reúne os países mais ricos e os principais emergentes) nesta semana, os testes de estresse dos bancos americanos e novos dados de atividade é que tendem a servir de bússola para os negócios.

No mês passado, o portfólio das dez mais rendeu 7,73%, pouco acima do Ibovespa, com valorização de 7,18%. Os melhores desempenhos vieram do setor financeiro, com as ordinárias (ON, com direito a voto) do Banco do Brasil, com alta de 23,10%, as preferenciais (PN, sem voto) da Itaúsa (+17,6%) e do Bradesco (+11,68%), seguidos por Petrobras PN (+8,14%) e Sabesp ON (+7,32%). No ano, a carteira acumula ganhos de 4,31%, em comparação aos 8,99% do índice.

Para abril, o tom conservador não foi deixado de lado. Mas perder a carona do fluxo internacional que tem aportado nos emergentes com os esforços da China para manter um padrão mínimo de crescimento também não é opção. Não à toa Petrobras PN (5) e Vale PNA (4) lideram as indicações. Há menções ainda para Gerdau PN e Usiminas PNA, sugeridas, cada uma delas, por 2 casas, sem contar Usiminas ON, presente no portfólio recomendado da Spinelli, e Bradespar PN, entre as "top 5" da Itaú Corretora.

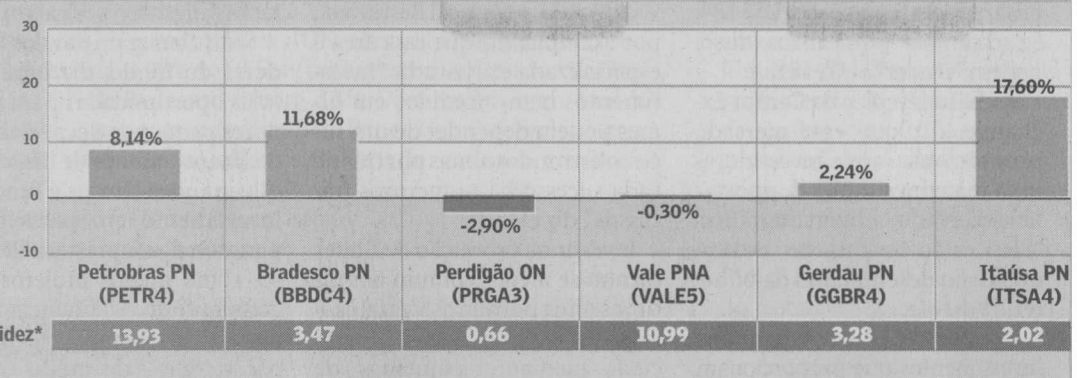
Desde o início do ano com posições em empresas com a atividade predominantemente voltada para o mercado interno, a Ativa Corretora adotou uma posição mais arrojada ao incluir Usiminas PNA. "Se houver fluxo estrangeiro, as siderúrgicas costumam ter valorização expressiva e por isso fizemos uma escolha que pudesse neutralizar o excesso de conservadorismo", diz a chefe de análise, Luciana Leocádio.

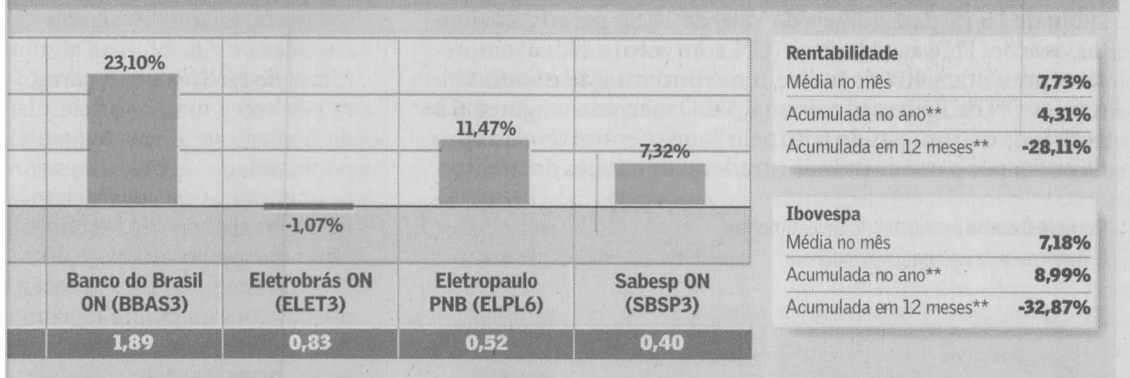
O setor financeiro vem representado por Bradesco PN (4) e Banco do Brasil (BB) ON (3), papéis ainda considerados mal avaliados na Bovespa, diante de melhores fundamentos das instituições no Brasil em comparação àquelas que atuam nos países desenvolvidos. "O desconto que sempre existiu no Banco do Brasil em relação aos demais bancos ficou maior", diz o diretor do Banco Geração Futuro de , Wagner Salaverry. Já o Bradesco consta no portfólio da Planner Corretora. "O mercado vinha com um pé atrás à espera das decisões do novo presidente, de como vai ser a estratégia para diminuir a diferença com Itaú Unibanco", diz o chefe de análise, Ricardo Martins.

No rol de concessionárias estão AES Tietê PN e CCR ON, com 3 indicações cada, lista que se amplia com Transmissão Paulista, CPFL Energia, Copasa, Cemig, Cesp, Brasil Telecom, Eletropaulo, Eletrobrás e GVT.

Leia mais na Pág. D3

Carteira Valor
Desempenho em março de 2009





Rentabilidade	
Média no mês	7,73%
Acumulada no ano**	4,31%
Acumulada em 12 meses**	-28,11%

Ibovespa	
Média no mês	7,18%
Acumulada no ano**	8,99%
Acumulada em 12 meses**	-32,87%

Carteiras de ações sugeridas para abril por algumas instituições financeiras - rentabilidade em março de 2009

Ativa CTV

Ação	Var. %	Liquidez*
Bradesco PN (BBDC4)	11,68	3,47
AES Tietê PN (GETI4)	-0,28	0,26
GVT Holding ON (GVTT3)	8,04	0,41
Usiminas PNA (USIM5)	16,08	2,41
CCR Rodovias ON (CCRO3)	-10,05	0,50

O que mudou
Entram: Bradesco PN, AES Tietê PN, GVT ON, Usiminas PNA e CCR ON; **Saem:** Itaúsa PN, Coelce PNA, Telemar Norte Leste PNA, Perdigão ON e Sabesp ON

Bradesco Corretora

Ação	Var. %	Liquidez*
Drogasil ON (DROG3)	15,83	0,01
Banco do Brasil ON (BBAS3)	23,10	1,89
Eletropaulo PNB (ELPL6)	11,47	0,52
Cosan ON (CSAN3)	-6,41	0,38
AES Tietê PN (GETI4)	-0,28	0,26

O que mudou
Entra: Cosan ON
Sai: GVT ON

Fator Corretora

Ação	Var. %	Liquidez*
AES Tietê PN (GETI4)	-0,28	0,26
Weg ON (WEGE3)	0,04	0,11
Log-In ON (LOGN3)	-7,76	0,05
Abnote ON (ABNB3)	-4,70	0,02
Contax PN (CTAX4)	3,43	0,01

O que mudou
Entra: AES Tietê PN
Sai: Anhanguera Units

Geração Futuro

Ação	Var. %	Liquidez*
Petrobras PN (PETR4)	8,14	13,93
Transm. Paulista PN (TRPL4)	6,95	0,37
Forjas Taurus PN (FJTA4)	6,03	0,01
Usiminas PNA (USIM5)	16,08	2,41
Banco do Brasil ON (BBAS3)	23,10	1,89

O que mudou
Entram: Forjas Taurus PN e Banco do Brasil ON
Saem: Gerdau PN e WEG ON

Itaú Corretora

Ação	Var. %	Liquidez*
Petrobras PN (PETR4)	8,14	13,93
Cesp PNB (CESP6)	-4,69	0,63
Banco do Brasil ON (BBAS3)	23,10	1,89
Bradespar PN (BRAP4)	1,07	0,99
Brasil Telecom. PN (BRT04)	10,35	0,32

O que mudou
Entram: Cesp PNB, Bradespar PN e Brasil Telecom PN
Saem: Eletropaulo PNB, CSN ON e Telesp PN

Link Corretora

Ação	Var. %	Liquidez*
Copasa ON (CSMG3)	-6,59	0,09
Vale PNA (VALE5)	-0,30	10,99
CCR Rodovias ON (CCRO3)	-10,05	0,50
Itaúsa PN (ITSA4)	17,60	2,02
Perdigão ON (PRGA3)	-2,90	0,66

O que mudou
Entram: Copasa ON e Vale PN
Saem: Ambev PN e Sabesp ON

Planner Corretora

Ação	Var. %	Liquidez*
Petrobras PN (PETR4)	8,14	13,93
Redecard ON (RDCD3)	15,46	1,35
Bradesco PN (BBDC4)	11,68	3,47
Gerdau PN (GGBR4)	2,24	3,28
Eletrobrás ON (ELET3)	-1,07	0,83

O que mudou
Entra: Gerdau PN
Sai: Light ON

SLW CVC

Ação	Var. %	Liquidez*
Vale PNA (VALE5)	-0,30	10,99
Gerdau PN (GGBR4)	2,24	3,28
CCR Rodovias ON (CCRO3)	-10,05	0,50
Bradesco PN (BBDC4)	11,68	3,47
Perdigão ON (PRGA3)	-2,90	0,66

O que mudou
Saem: Comgás PNA e Eletrobrás ON
Entram: Vale PNA e CCR ON

Souza Barros CCT

Ação	Var. %	Liquidez*
Log-In ON (LOGN3)	-7,76	0,05
CPFL Energia ON (CPFE3)	4,44	0,44
Petrobras PN (PETR4)	8,14	13,93
Sadia PN (SDIA4)	9,79	0,85
Vale PNA (VALE5)	-0,30	10,99

O que mudou
Entra: CPFL Energia ON
Sai: Itaú PN

Spinelli CVMC

Ação	Var. %	Liquidez*
Petrobras PN (PETR4)	8,14	13,93
Vale PNA (VALE5)	-0,30	10,99
Usiminas ON (USIM3)	9,72	0,52
Cemig PN (CMIG4)	3,73	1,51
Bradesco PN (BBDC4)	11,68	3,47

O que mudou
Entra: Cemig PN
Sai: BM&F Bovespa ON

Instituições financeiras - desempenho em março de 2009

	Ativa CTV	Bradesco Corretora	Fator Corretora	Geração Futuro	Itaú Corretora	Link Corretora	Planner Corretora	SLW CVC	Souza Barros CCT	Spinelli CVMC (1)
Média mês %	7,08	11,63	-0,81	6,69	13,97	5,20	5,99	1,62	5,32	9,48
Acumuladono ano*** %	11,28	14,13	3,81	1,53	13,31	5,18	8,63	-3,37	3,95	9,48

Fonte: Bancos, Corretoras, BM&FBovespa, Economática e Valor Data. (1) A partir de março de 2009 * No período de 90 últimos dias úteis em bolsa encerrado em 31/03/2009 ** Até março/2009 *** Rentabilidade das carteiras sugeridas mês a mês. Proventos anunciados são acrescentados à rentabilidade histórica da(s) carteira(s) que possuíam o ativo no exercício a que se refere o benefício. A Carteira Valor é formada pela média simples da oscilação dos 10 papéis mais indicados pelas instituições financeiras, entre as cinco ações presentes em cada uma das tabelas. Em caso de empate, prevalecem as ações mais líquidas, no período de 90 últimos dias úteis em bolsa encerrado em 31/03/2009. A Carteira Valor não é e não pode ser interpretada como indicação ou recomendação de investimento do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza por decisões de investimento tomadas com base nessas informações. As indicações de cada corretora não consideram diferentes pesos para cada papel. Para maiores informações, consulte as corretoras.

JWT.COM.BR

PRÁTICO.

HSBC Direct. Simples e direto ao ponto como o título do nosso anúncio.

Você abre sua conta pela internet* e faz tudo pelo computador, telefone ou caixa automático.

Saiba mais acessando hsbcdirect.com.br

HSBC Direct.

Direto como você

HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo. * Sujeito a análise de crédito. A abertura de conta corrente e o limite de crédito pré-aprovado para cheque especial e cartão de crédito estão sujeitos a reanálise no momento da contratação.

DE OLHO NA BOLSA

DANIELE CAMBA

EUA melhoram e o mercado aplaude

Cansado de olhar o lado negativo do cenário externo — crise, debilidade dos bancos americanos e as montadoras à beira de um colapso —, os investidores resolveram dar um pouco mais de atenção aos indicadores da economia americana que, mesmo à conta-gotas, revelam uma certa recuperação. Ontem foi um desses dias. O indicador que mede a atividade manufatureira dos EUA subiu de 35,8 em fevereiro para 36,3 no mês passado, sendo que o consenso do mercado era de um aumento para 36. Apesar da melhora, vale lembrar que qualquer número abaixo de 50 significa retração da atividade. Já as vendas pendentes de casas subiu 2,1% em fevereiro, passando de 80,4 em janeiro para 82,1 no mês seguinte. Além disso, os gastos com construção caíram 0,9% em fevereiro, menor do que a queda de 1,5% que os analistas projetavam.

Esses números um pouco melhores foram suficientes para dar um tom mais otimista ao mercado. O Índice Bovespa, que começou o dia bem jururu, caindo quase 1,5%, começou a subir assim que os indicadores foram sendo divulgados, fechando em alta de 2,57%, aos 41.976 pontos. Dentro desse recente movimento de recuperação da bolsa, a volta dos investidores estrangeiros merece destaque.

Redecard cai 8,52% com relatório ruim do BC

Para se ter ideia, só em março, até o dia 27, o saldo líquido (diferença entre compras e vendas) de estrangeiros estava positivo em R$ 2,1 bilhões. Esse é o melhor fluxo desde abril do ano passado, quando as compras superaram as vendas em R$ 6 bilhões. *(ver gráfico abaixo)*. Não é coincidência que foi exatamente em abril que o Brasil foi promovido pela primeira agência de classificação de risco ao seleto grupo de países considerados grau de investimento. No ano, o saldo acumulado já é positivo em R$ 2 bilhões. A volta do investidor estrangeiro é sempre positiva, mas a atual é melhor ainda já que boa parte dela é formada por aplicadores de mais longo prazo, como os fundos de ações.

Efeito Tostines

A crise financeira traz as mais diversas consequências ao mercado. Uma delas é a concentração de uma bolsa, no caso a Bovespa, já altamente concentrada em meia dúzia de papéis. Quanto maior a aversão ao risco dos investidores, mais eles preferem as ações mais líquidas que conseguem vender com facilidade, ao menor sinal de deterioração do quadro. É praticamente um "efeito Tostines": as ações são procuradas porque têm liquidez e elas têm liquidez porque são procuradas. A primeira prévia da próxima carteira teórica do Ibovespa, que irá valer entre maio até o fim de agosto, mostra essa predileção. O peso das ações preferenciais (PN, sem voto) tanto da Petrobras quanto da Vale, as duas vedetes da bolsa, aumentaram seus pesos dentro do índice. A participação da Petrobras subiu de 16,7% para 17% e a da Vale, de 11,9% para 12,2%. Juntas, as ações PN e as ordinárias (ON, com voto) das duas empresas representam 40% do índice, uma concentração e tanto. Ontem, as ON da Redecard caíram 8,5%. O mercado reagiu mal à notícia de que um estudo feito pelo Banco Central revela abuso de poder por parte das administradoras de cartões de crédito.

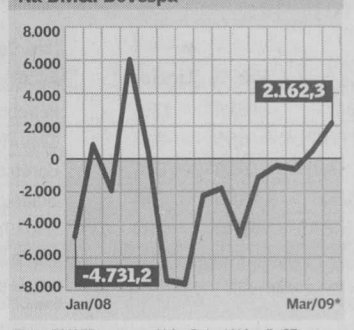
Daniele Camba é repórter de Investimentos
E-mail: daniele.camba@valor.com.br

Índice Valor/Bovespa
Ações de 2ª linha

Valorização	
No dia	1,43%
No mês	6,02%
No ano	2,97%

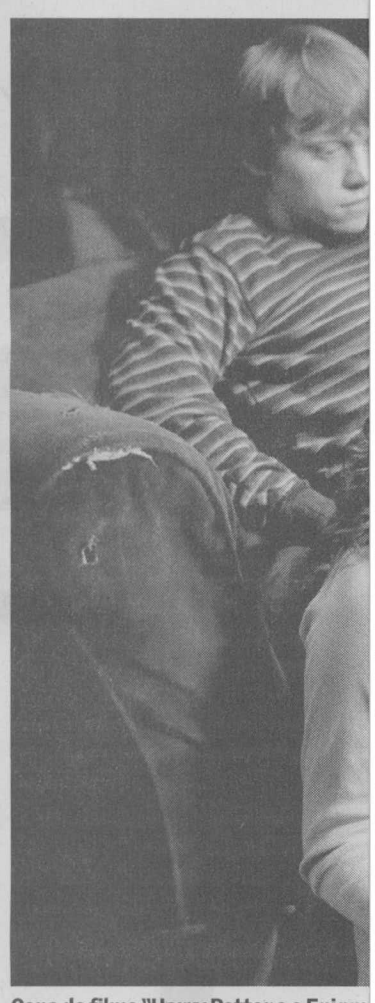
Fonte: BM&FBovespa

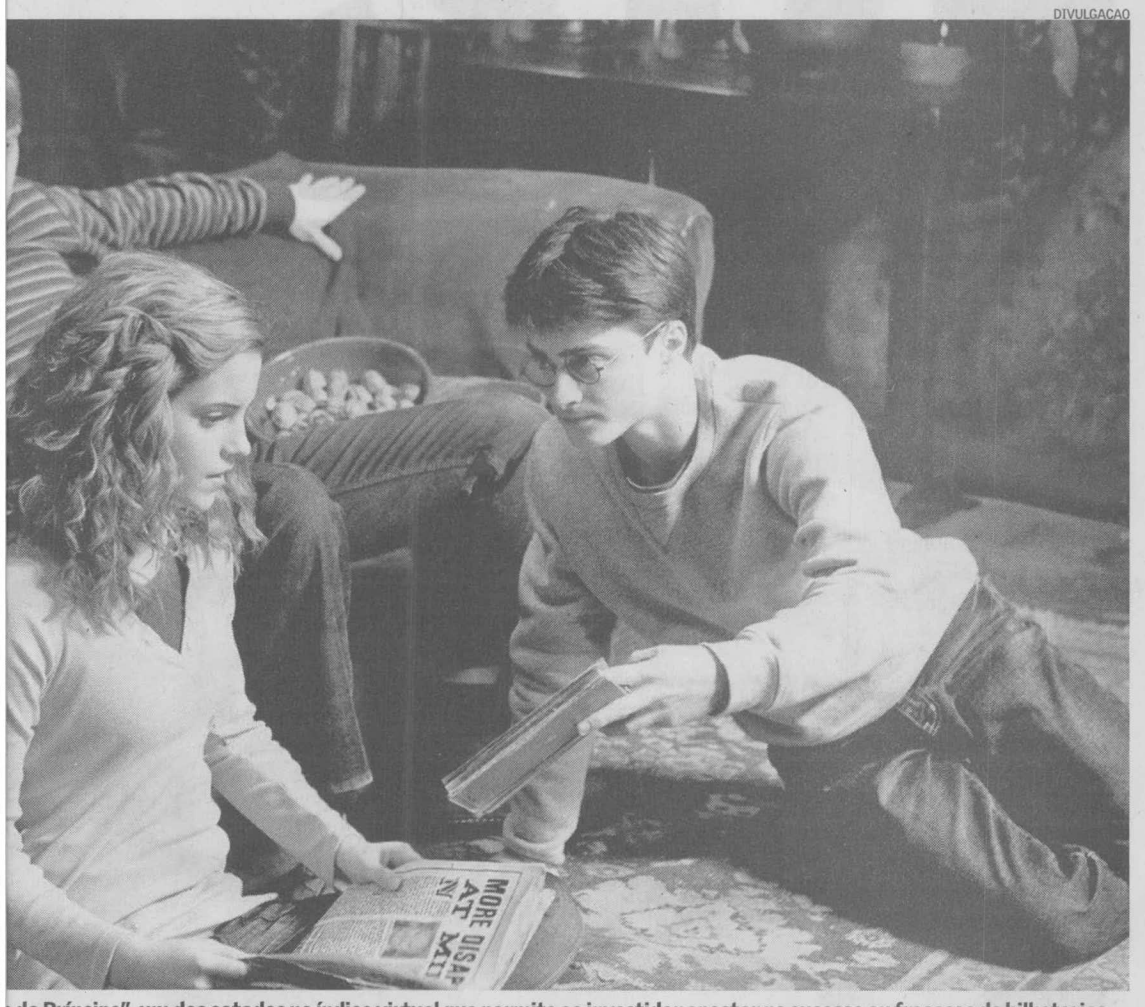
Investimentos estrangeiros
Saldo mensal - em R$ milhões



Fonte: BM&FBovespa s e Valor Data. *Até o dia 27

PANORAMA EXTERNO





DIVULGAÇÃO

Cena do filme "Harry Potter e o Enigma do Príncipe", um dos cotados no índice virtual que permite ao investidor apostar no sucesso ou fracasso de bilheterias

Cinéfilos podem apostar nas bilheterias de filmes

Corretora oferece mercado futuro de valores arrecadados para os que querem ganhar com o sucesso ou o fracasso dos lançamentos. Por **Sharlene Goff**, do Financial Times

Os aficionados pela arte cinematográfica em breve poderão compartilhar o êxito de um filme, ou mesmo lucrar com um fracasso, pois um novo mercado de investimentos está às vésperas de permitir que investidores arrisquem um palpite sobre as receitas futuras das bilheterias.

A corretora americana Cantor Fitzgerald está lançando um mercados de futuro de filmes no qual investidores poderão assumir posições compradas ou vendidas em relação às vendas de entradas de cinema para alguns filmes de Hollywood. A corretora já oferece uma bolsa simulada similar, que afirma ter ganho popularidade. Agora, a corretora quer dar às pessoas a chance de fazer apostas de verdade e obter um ganho real.

O índice virtual está oferecendo cotações para filmes como "Watchmen", baseado numa série de quadrinhos de 1970, "Harry Potter e o Enigma do Príncipe", mais recente lançamento de um filme de um livro de JK Rowling, que deverá estrear no início do segundo semestre, e "Exterminador do Futuro 4", com Christian Bale no papel principal.

Os "spreads" (diferença entre cotações de compra e venda) dos preços futuros refletem o faturamento esperado do filme nos cinemas em suas primeiras quatro semanas após o lançamento. Cantor estipula o "spread" e os investidores podem assumir posições compradas ou vendidas, conforme acreditem que um filme terá desempenho melhor ou pior.

Por exemplo, o "spread" de "Watchmen" estava na faixa de US$ 181,00 a US$ 184,00. Isso significa que a Cantor crê que o faturamento na bilheteria nas primeiras quatro semanas ficará na faixa de US$ 181 milhões a US$ 184 milhões. Se os investidores acham que o faturamento superará essa faixa, podem "comprar" a US$ 184. Se acham que ficará abaixo disso, podem "vender" a US$ 181.

Richard Jaycobs, da Cantor Exchange, diz que esse mercado proporciona aos investidores uma maneira simples de apostar no mercado cinematográfico. "Eles estão investindo estritamente no desempenho da bilheteria", diz ele.

Consultores dizem que outros investimentos que proporcionam acesso à indústria cinematográfica podem ser mais difíceis e envolver outros fatores, como a capacidade de captar financiamento. Jaycobs acrescenta que a bolsa da Cantor poderá também ser usada como hedge para produtores e financiadores de filmes. Companhias que invistam em filmes poderão assumir uma posição vendida no faturamento da bilheteria — assim, se um filme se revelar um fracasso, ainda assim ganhariam dinheiro.

"À medida que as pessoas podem fazer hedge de seus investimentos na produção, o sucesso do filme nas bilheterias acaba ficando em segundo plano", diz.

Consultores dizem que os investidores que planejam usar o índice unicamente para especular sobre o êxito de um filme devem ter claro que negócios em mercados de futuros representam um nicho complexo, no qual uma decisão errada pode resultar em grandes prejuízos.

Adrian Lowcock, da Bestinvest, por exemplo, diz que essa área é especializada e arriscada. "Investimentos bem-sucedidos em filmes podem depender de um sucesso estrondoso, mas por trás de cada sucesso há numerosos fracassos", diz ele.

Investir na produção de filmes tornou-se menos comum nos últimos anos porque as vantajosas isenções tributárias antes oferecidas mediante esquemas de parcerias em projetos foram diluídas. Esses esquemas ainda existem, mas geralmente exige-se que os investidores contribuam ativamente para a produção para que tenham direito a isenções tributárias.

Entre outras opções, há alguns fundos offshore que captam financiamento de investidores privados para bancar produções cinematográficas. Há também companhias negociadas no Mercado Alternativo de Investimentos, como a Indian Film Company, assim como trustes de capital de risco eficientes em termos tributários e esquemas de investimento empresarial centrados em determinado filme.

O Aramid Entertainment Fund é ativo no financiamento de filmes, programas de TV e produções teatrais. O Aramid envolveu-se em "W", uma biografia cinematográfica de George W. Bush, e "Edge of Love", estrelado por Keira Knightley, por exemplo.

Sean Flanagan, um dos fundadores do fundo, diz haver hoje mais oportunidades para provedores pequenos e especializados de financiamento de filmes, porque grandes bancos e fundos de investimento em participações pararam de emprestar. Além disso, como menos projetos estão conseguindo financiamento, apenas os melhores recebem sinal verde — de modo que há maior chance de sucesso.

Flanagan acredita que a indústria cinematográfica suportará bem a recessão, porque as pessoas gastarão dinheiro em diversão barata. Apesar disso, o fundo não atingiu sua meta de retorno de 15% no ano passado, tendo gerado um retorno líquido de 11,6% após os impostos. As barreiras à entrada são também altas — o investimento mínimo é 40 mil libras esterlinas. FT

Fundo exclusivo: diferencial em tempos de turbulência

PALAVRA DO GESTOR

ANDRÉA S. FRÓES

Os fundos exclusivos são fundos criados para atender às necessidades específicas de investidores qualificados — pessoas físicas ou jurídicas, instituições financeiras, companhias seguradoras e sociedades de capitalização, entidades abertas e fechadas de previdência complementar — que possuam investimentos financeiros em valor superior a R$ 300 mil e que atestem por escrito sua condição de investidor qualificado.

Estes fundos têm todas as características de um fundo de investimento tradicional, porém, são estruturados para atender a um único cotista ou número restrito de cotistas, com objetivos em comum.

Devido aos custos de montagem e manutenção desses fundos, recomenda-se que tenham patrimônio de pelo menos R$ 5 milhões. Os custos variam de acordo com o tipo, patrimônio e gestor do fundo. Quanto maior o patrimônio do fundo, menor o custo, uma vez que a maioria dos custos são fixos e se diluem com o volume. As taxas de administração variam de acordo com o gestor.

As vantagens de se estruturar um fundo exclusivo são:

- Gestão personalizada e profissional: os investimentos são feitos para atender especificamente o perfil de risco e objetivos de rentabilidade do investidor, por um profissional que estará acompanhando diariamente o mercado, suas tendências e oportunidades;
- A não-incidência de imposto de renda na migração entre ativos presentes na carteira, bem como compensação do IR entre as perdas e ganhos dos ativos que compõem o fundo, não importando a classe de ativo ou administrador, como nas contas de pessoas físicas ou jurídicas. Assim, o imposto de renda incide sobre a rentabilidade do fundo exclusivo.
- Diversificação de ativos, gestores e risco, sem a necessidade de ter uma conta investimento em cada instituição;
- Relatórios gerenciais consolidados e detalhados, possibilitando o acompanhamento do desempenho das aplicações por meio da valorização da cota do fundo exclusivo;
- Estrutura operacional que permite ao investidor mover seu fundo de uma instituição para outra no caso de não estar satisfeito com o gestor, evitando, assim, o resgate de suas aplicações e, consequentemente, sua tributação.

Existem dois tipos de fundos exclusivos:

1) Fundo de Investimento em Cotas (FICs): estes fundos restringem mais o investidor quanto ao tipo de aplicação que poderá fazer, pois deverão aplicar no mínimo 95% de seu patrimônio em cotas de outros fundos. Os outros 5% poderão ser aplicados em títulos públicos ou títulos privados de instituições financeiras. Em compensação, têm um custo um pouco menor para o investidor.

2) Fundo de Investimento (FI): esta modalidade permite maior flexibilidade quanto ao tipo de ativo a ser investido e tem custo um pouco mais elevado.

Existe ainda no mercado a modalidade fundos exclusivos fechados, aprovada pelo Conselho de Autorregulação de Fundos de Investimento da Associação Nacional dos Bancos de Investimento (Anbid) em reunião realizada em 18/12/2008. Será considerado um fundo exclusivo fechado o fundo de investimento exclusivo (com apenas um cotista) constituído sob a forma de condomínio fechado, que apresente, no máximo, uma única amortização de cotas a cada período de 12 meses. A grande vantagem desta modalidade é que nela não existe come-cotas semestral, aumentando ainda mais a vantagem tributária.

A tributação do fundo exclusivo irá respeitar sua classificação de ativos, de acordo com o código Anbid, e ela será definida pelo investidor no momento de estruturação da carteira.

Para ser considerado fundo de ações e ser tributado à alíquota de 15%, é necessário manter 67% da carteira investida em ações. Todos os outros tipos de fundo serão tributados pela tabela regressiva de IR e terão come-cotas semestral nos meses de maio e novembro.

Segundo dados fornecidos pela Anbid, o setor de fundos exclusivos no Brasil possuia em 16 de fevereiro de 2009 um total de 5018 fundos exclusivos, com patrimônio total de R$ 682.653,19 milhões.

Vale a pena ressaltar que, em momentos de turbulência de mercado como o que temos vivenciado, ter um fundo exclusivo dá ao investidor um grande diferencial, pois ele terá a sua disposição um instrumento que permitirá mobilidade rápida entre ativos, sem prejuízo tributário. E o mais importante: por meio de uma gestão profissional e mais ativa de seus investimentos. O gestor do fundo estará buscando no mercado oportunidades para agregar valor, perseguindo rentabilidades mais atrativas para o investidor.

Andréa S. Fróes é gerente de Private Banking no Royal Bank of Canada e possui a certificação Certified Financial Planner CFP
E-mail andrea.froes@rbc.com

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso destas informações.

Não perca o prazo

Vence amanhã

IR na Fonte - recolhimento do imposto relativo ao pagamento ou crédito efetuado no 3º decêndio de março pelos contribuintes que efetuaram retenção na fonte nos pagamentos ou créditos decorrentes de juros sobre capital próprio e aplicações financeiras, títulos de capitalização, prêmios e multa ou qualquer vantagem

Destaques

Pagamento indevido

Para haver restituição em dobro de valores indevidamente cobrados de consumidores, deve ficar comprovada a má-fé. Esse foi entendimento da ministra Nancy Andrighi, da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao negar parcialmente o pedido em recurso originário de São Paulo. A ministra, entretanto, acatou o pedido em relação à ampliação dos prazos de devolução. Em 2005, um consumidor processou a empresa de serviços médico-hospitalares Cruz Azul, de São Paulo, por esta ter cobrado por mais de 30 anos mensalidade referente a um de seus filhos, sendo que o consumidor jamais havia solicitado tal filiação à Cruz Azul. Em primeira instância ficou decidido que seria devolvido o dobro dos valores cobrados desde 21 de fevereiro de 1970. Mas na segunda instância foi a afastada a restituição em dobro e determinado que só seriam restituíveis valores cobrados nos cinco anos anteriores a ação.

Extinção de processo

Nos casos em que se discute vínculo de emprego, o prazo de dois anos para o trabalhador ir à Justiça do Trabalho pleitear o reconhecimento da relação trabalhista e as consequências dela advindas deve ser contado a partir da data da dispensa, e não a partir do fim de um eventual aviso prévio, cujo reconhecimento dependerá do sucesso ou insucesso da ação trabalhista. A circunstância de haver controvérsia em relação à existência de vínculo de emprego impede a contagem do prazo prescricional somando-se a projeção do aviso prévio indenizado, que terá, nesse caso, natureza de direito eventual. Por esse motivo, o trabalhador nessa situação deve observar o prazo de dois anos para ingressar em juízo previsto na Constituição, e não contar com os efeitos de um direito ainda incerto. A decisão é da Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho, que manteve os efeitos da prescrição total declarada pelas instâncias ordinárias da Justiça paulista na ação de um técnico em telefonia contra o Credibanco e o Unibanco.

Cobrança de multa

A força-tarefa, criada no final do ano passado pela Procuradoria-Geral Federal (PGF) para cobrar multas aplicadas por autarquias e fundações públicas, analisará 3.739 novos processos para continuar a propor ações contra inadimplentes. O grupo de trabalho, formado por seis procuradores federais, examinará no primeiro semestre deste ano 1.200 processos administrativos do Ibama, 432 da Anac, 2007 processos da Anatel. A partir de junho, serão 500 processos que tramitam no DNIT.

Penhora de conta

Em ação de cobrança é possível a penhora on-line de valores existentes na conta corrente de parte devedora. A 19ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) determinou o bloqueio de dinheiro em depósito ou aplicação financeira de uma empresa de medicamentos para o pagamento de débito com uma empresa de publicidade. Para a câmara, deve-se priorizar a penhora de dinheiro em espécie, depósito ou em aplicação em instituição financeira.

Nova Lei de Falências Principal problema deixa de ser o endividamento geral, que cede lugar à falta de crédito

Crise muda perfil de empresas que pedem recuperação judicial

Zínia Baeta
De São Paulo

Impostos em dia, salários dos empregados e pagamento dos fornecedores também. No início dezembro do ano passado, essa era a situação de uma empresa de médio porte do Estado de São Paulo. No mesmo mês, porém, a companhia, que estava livre de protestos, entrou com um pedido de recuperação na Justiça. Surpreendida com a suspensão da rolagem de uma dívida que há anos era automaticamente renovada por três instituições bancárias, a empresa, antes de ter seus débitos executados, pediu recuperação judicial. O caso, que parece contraditório, ilustra a situação vivida por inúmeras empresas diante da crise. Sai de cena o perfil clássico do endividamento geral e entra o de empreendimentos que não possuíam "dívidas", mas que estavam comprometidas com linhas de crédito bancário utilizadas para a manutenção do fluxo de caixa. A mudança do tipo de endividamento é relatada por escritórios de advocacia especializados em recuperação judicial e reestruturação de empresas, que a partir de novembro de 2008 passaram a receber casos como esse.

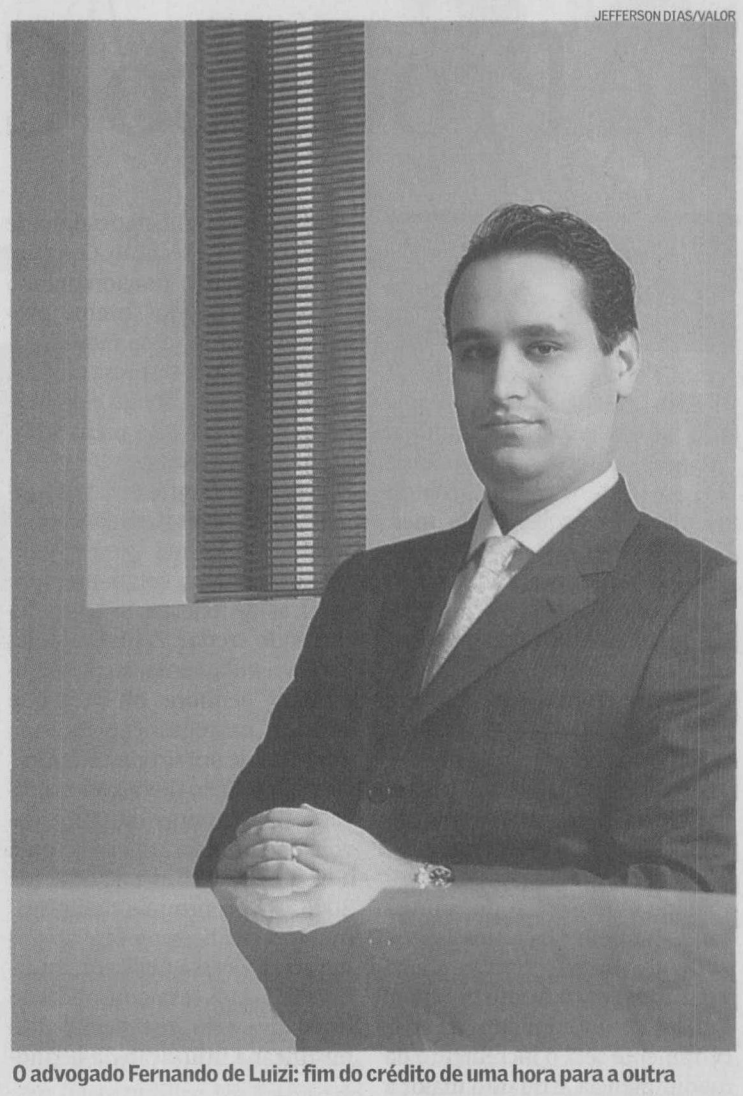
No Advocacia De Luizi, por exemplo, dos 90 clientes em recuperação judicial hoje, 15 fazem parte desse novo perfil e procuraram a banca a partir de novembro. "Essas empresas buscaram auxílio jurídico porque não conseguiram a renovação das linhas de crédito, não obtiveram crédito em outros bancos e, de um dia para o outro, foram cobradas do principal da dívida", afirma Fernando Fiorezzi de Luizi, sócio da banca. Ao entrar em recuperação, os débitos passados da empresa ficam suspensos por 180 dias e passam a integrar o plano de recuperação judicial, motivo pelo qual muitos têm recorrido ao instrumento.

Em situação semelhante estão alguns novos clientes do escritório Limongi, Wirthmann Vicente e Bruni Advogados. O sócio da banca, Edemilson Wirthmann Vicente, afirma que dez empresas que atende possuem o mesmo histórico: seus pagamentos em geral estavam em dia, mas elas sofreram com a suspensão das linhas de crédito ou a redução dessas e, junto com isso, uma queda no faturamento. O advogado afirma que o enxugamento do crédito acaba refletindo nos demais credores, uma vez que esses valores eram utilizados para manter o caixa em dia. No caso desses clientes, um já pediu a recuperação judicial e os outros dois estão elaborando as propostas a serem apresentadas na assembleia de credores. Nos planos, a ideia é aliar a venda de ativos não operacionais, como terrenos e imóveis, ao parcelamento dos débitos em dez anos e uma carência de dois anos para o início do pagamento. Outros cinco clientes ainda estão levantando os documentos necessários para uma recuperação judicial e dois ainda tentam uma negociação com os bancos.

No caso dos clientes do advogado Nelson Marcondes Machado, sócio do escritório que leva seu nome, a opção de seus clientes têm sido a tentativa de composição com os bancos ou uma recuperação extrajudicial — quando todos os credores concordam e não há a necessidade de levar o plano para homologação judicial. Nesse caso, o que se evita é o custo de uma recuperação judicial e a preocupação com a imagem da empresa. Machado afirma que nas oito empresas que atende desde janeiro deste ano, o endividamento é basicamente bancário. Em um desses casos, a empresa possui um passivo com dez instituições, sendo que 65% dele está concentrado em apenas duas. O advogado Júlio Mandel, da banca Mandel Advocacia, afirma que como consultor tem auxiliado muitas empresas na renegociação de passivos com bancos, sem entrar com pedidos de recuperação judicial. Segundo ele, o plano de recuperação fica pronto, mas antes tenta-se a negociação desse débito. "Para muitos clientes o problema é só a falta de liquidez. Entrou em recuperação por falta de crédito, somado ao desequilíbrio do mercado", afirma.

As empresas que já possuíam planos aprovados antes da crise também estão sendo atingidas pela mudança de cenário econômico. O advogado Fernando Fiorezzi de Luizi afirma que muitas empresas estão propondo a revisão de seus planos, pois as perspectivas a longo prazo, como a média de faturamento, mudaram. Ele cita o caso da empresa Tapon Corona Metal Plástico, que realizou alterações em seu plano submetido à assembleia em fevereiro deste ano. O prazo para pagamento do débito foi reduzido de 15 anos para oito anos, mas a empresa conseguiu um deságio de 60% sobre o valor da dívida de R$ 82 milhões.

JEFFERSON DIAS/VALOR



O advogado Fernando de Luizi: fim do crédito de uma hora para a outra

Receita descobre fraude no Supersimples

Luiza de Carvalho
De Brasília

"Para que você acha que temos uma família grande?" Foi o que ouviu o diretor de uma indústria de máquinas em Bauru, no interior de São Paulo, de empresários do mesmo ramo em que atua. Eles subdividiram suas empresas de grande porte em cinco ou seis unidades "filhote" — que ingressaram no Supersimples, sistema simplificado de recolhimento de tributos destinado a micro e pequenas empresas que garante a elas uma carga tributária reduzida. A prática começou agora a ser investigada no país em Bauru, em uma operação batizada de "Simples Incompatível", organizada pela delegacia local da Receita Federal do Brasil.

A operação teve início a partir da queixa de algumas indústrias da região, que viram seu faturamento reduzir a ponto de cogitarem o encerramento de suas atividades por conta da concorrência com as novas pequenas empresas que surgiram de uma hora para outra oferecendo preços melhores pelos produtos. No fim do ano passado, a delegacia da Receita em Bauru começou a fiscalização em seis empresas de pequeno porte optantes pelo Supersimples que estariam apresentando uma discrepância entre o faturamento declarado e sua movimentação financeira. Neste ano, outras 134 empresas optantes do Supersimples foram selecionadas para investigação por estarem na mesma situação.

De acordo com o delegado da Receita Federal em Bauru, Maurício Antônio Bento, que comanda a operação, dois tipos de situações foram detectadas entre as empresas selecionadas. Na primeira delas, empresas de grande porte se travestem de pequeno porte por meio de subdivisões para poderem ingressar no Supersimples. Na segunda, empresas de pequeno porte que cresceram e extrapolaram o limite anual de renda bruta permitido no Supersimples, de R$ 2,4 milhões, deixam de declarar parte de sua receita para não terem que deixar o sistema simplificado e passar a recolher seus tributos pelo sistema do lucro presumido, cujo limite de renda bruta anual é de R$ 48 milhões. "Não tenho conhecimento de outras operações similares pelo país, mas penso que a iniciativa de Bauru pode se tornar uma estratégia nacional", diz Bento. Procurada pelo **Valor**, a Receita Federal do Brasil preferiu não se manifestar a respeito.

Criado em 2006 pela Lei Complementar nº 123, o Supersimples passou a vigorar em 2007 permitindo que micro e pequenas empresas que ingressem no sistema apurem e recolham outro tributos de forma unificada, a uma alíquota global que varia de 4% a 17,42% sobre sua receita bruta, conforme o setor de atuação e o faturamento da companhia. Com uma carga tributária menor, elas conseguem oferecer preços competitivos aos seus produtos e concorrer com empresas de maior porte.

Em Bauru, a vantagem competitiva se tornou atrativa também para grandes empresas, que, impossibilitadas de ingressarem no Supersimples, se tornaram "menores" para serem também beneficiadas pela tributação diferenciada, segundo a investigação do fisco. Carlos Alberto Keidel, diretor da Indústria de Máquinas Miruna, que atua no ramo de arames e grampos para uso industrial, calcula que perdeu 90% do faturamento no mercado do interior de São Paulo nos últimos dois anos em função dessa prática. Segundo Keidel, a empresa, localizada em Bauru há 60 anos, tem sobrevivido de exportações, hoje afetadas pela crise. "Desde a existência do Supersimples nos tornamos mais competitivos nos Estados Unidos do que no Brasil", diz. Keidel afirma que as vendas mais atingidas foram as realizadas para clientes de pequeno porte, que passaram a preferir comprar de optantes do Supersimples pela menor carga de tributos embutida no preço dos produtos — os impostos diretos no ramo de grampos para a fabricação de sofás somam uma carga tributária de 22%, pagos por empresas que recolhem tributos pelo sistema do lucro real. Já uma empresa optante do Supersimples do mesmo setor é tributada em 9% sobre seu faturamento, percentual que praticamente não é embutido na venda dos produtos.

A empresa Ciclotron Indústria Eletrônica, também com sede em Bauru, passa pela mesma situação. A carga tributária para o setor, incluindo impostos diretos e destinados à Previdência, é de 42% para as empresas não-optantes do Supersimples e de 12% para as incluídas no sistema. Assim, de acordo com Edson Gandolfi Torres, diretor da empresa, diversas indústrias do ramo eletrônico passaram a se dividir para poderem optar pelo sistema simplificado. O problema, segundo ele, é que tratam-se de empresas com mais de 100 produtos em linha, rede de assistência técnica em todo o país e maciço investimento em propaganda. "O governo não levou em conta que a lei do Supersimples seria transformada em uma lei de Gérson", diz Torres.

Justiça manda empresa alterar embalagem

Laura Ignacio
De São Paulo

A farmacêutica EMS deverá alterar as embalagens dos medicamentos Neotricin e seu genérico. A Nycomed Pharma, fabricante do remédio Nebacetin, acionou a empresa na Justiça por concorrência desleal e violação da Lei de Propriedade Intelectual — a Lei nº 9.279, de 1996. No processo, ela defende que o chamado "trade dress" — o conjunto visual do produto — do Neotricin e de seu genérico são muito parecidos com o do Nebacetin. O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) decidiu que a EMS deverá deixar de comercializar e distribuir os produtos e, se descumprir a ordem judicial, deverá pagar multa diária de R$ 50 mil. Ainda cabe recurso da decisão.

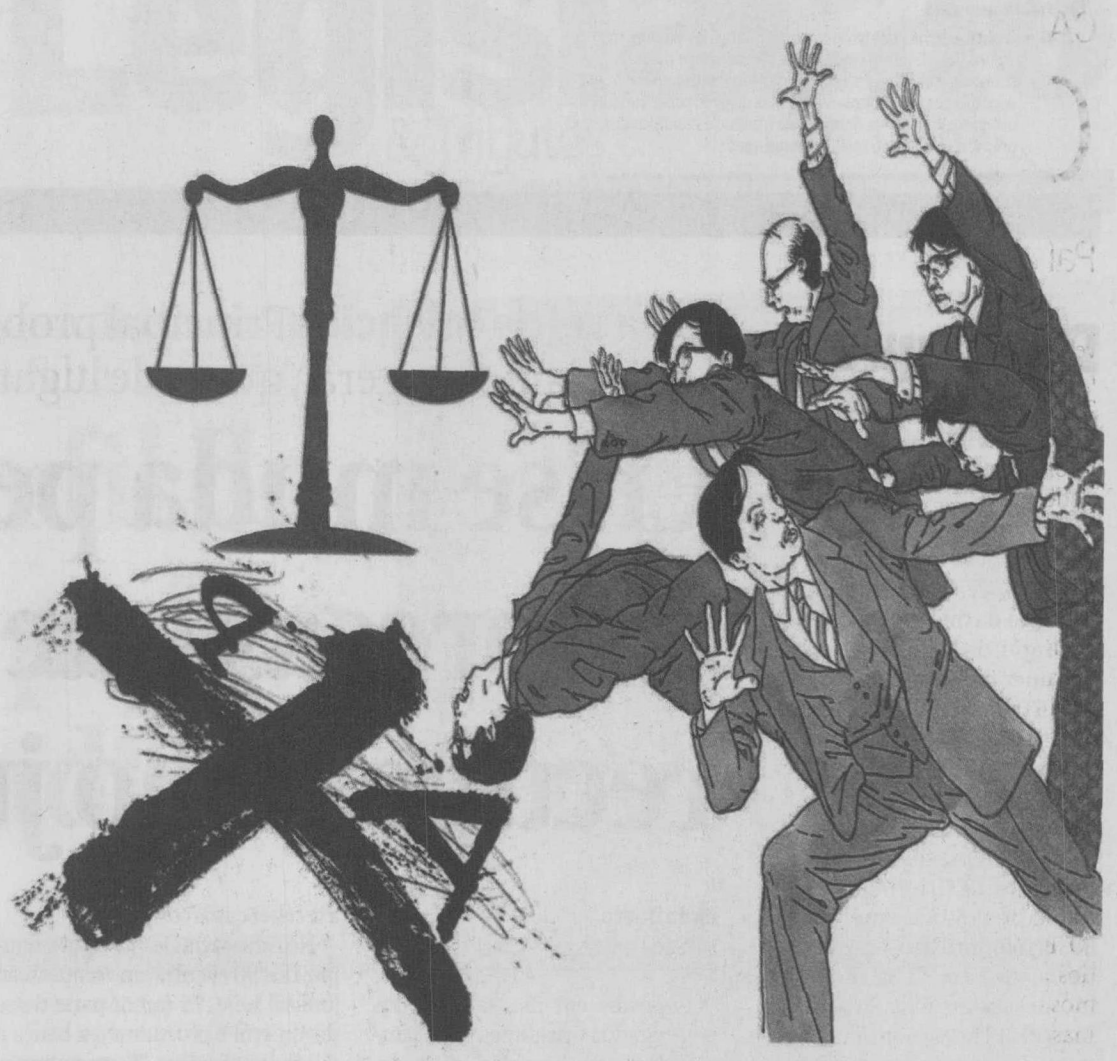
Há um ano, quando o Neotricin foi lançado no mercado, a Nycomed Pharma, por perceber que a embalagem era muito semelhante, além de os produtos terem a mesma finalidade farmacêutica, resolveu ir à Justiça com receio de perder vendas por desvio de clientela. Os três medicamentos são indicados para o tratamento de infecções ou abrasões na pele, principalmente.

Assim, a empresa ajuizou uma ação que pedia para a EMS alterar a embalagem do Neotricin e seu genérico, além da realização de uma busca e apreensão dos produtos em prateleiras de estabelecimentos comerciais. O representante da Nycomed Pharma na Justiça, Felipe Dannemann Lundgren, advogado do escritório Dannemann Siemsen Advogados Associados, argumentou que as embalagens da EMS induziam os consumidores a erro ao associar sua imagem com o produto Nebacetin, seu concorrente. A primeira instância da Justiça negou o pedido de busca e apreensão, mas concedeu a liminar que ordena a EMS a deixar de comercializar o Neotricin.

Inconformada, a EMS ingressou com um recurso para tentar reverter a decisão de primeira instância. A empresa foi procurada pelo **Valor**, mas não quis se manifestar a respeito. Na decisão, os desembargadores da Oitava Câmara de Direito Privado do TJSP rejeitaram o recurso da EMS. O desembargador relator Joaquim Garcia considerou que se não fosse determinada a cessação da comercialização, os danos causados à Nycomed Pharma seriam irreparáveis. Ainda que o mérito da disputa não tenha sido julgado, Dannemann é otimista em relação ao resultado do caso. "Há decisões do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre casos semelhantes, mas referentes a outros setores, no mesmo sentido", afirma o advogado.

Valor Análise Setorial.
Levantamentos setoriais completos, de uma forma que só o Valor Econômico sabe fazer.
10% de desconto para assinantes Valor Econômico.
ACESSE E ADQUIRA SEU ESTUDO.
http://setorial.valor.com.br
Valor

Crise econômica e reforma do Código de Processo Civil



OPINIÃO JURÍDICA

JOAQUIM AUGUSTO DE QUEIROZ

A atual crise que assola a economia mundial parece surpreender a todos com a ausência de respostas positivas dos mercados às medidas apresentadas pelos governos mundiais. Vencidos os dias de histeria do mercado financeiro com as expressivas quedas de setembro passado, o que se vê agora é o impacto da crise na economia real. Os noticiários alternam notícias de demissões em massa com prejuízos recordes. De fato, a "marolinha" começa a ser sentida sensivelmente nas empresas e na sociedade como um todo, provocando náuseas e calafrios.

Diante desse quadro pouco animador para o futuro próximo, um dos desdobramentos da crise certamente será o incremento da inadimplência. E quanto maior a inadimplência, maior será o número de litígios. As grandes bancas de advocacia já presenciam um considerável aumento na procura de suas áreas contenciosas. Será, com toda a certeza, um ano de disputas judiciais.

Nessa projeção de aumento da litigância, será importante que as empresas conheçam os instrumentos judiciais disponíveis para atenuar seus prejuízos com a futura onda de inadimplência que se divisa no horizonte. E nesse exercício, merece destaque a análise das recentes reformas do Código de Processo Civil, que modificaram substancialmente o processo de execução. Compreender melhor o funcionamento de um intrincado sistema processual como o nosso é indispensável para que a empresa credora consiga obviar o longo e dispendioso caminho até a plena satisfação de seu crédito.

Pois bem. Dentre todas as inúmeras alterações surgidas com as recentes reformas processuais, três despontam como medidas práticas de relevância aos interesses do credor. A primeira delas é a regulamentação da denominada penhora on-line, que consiste na requisição judicial, por meio de um sistema eletrônico, do bloqueio dos ativos e aplicações financeiras da parte envolvida em ação judicial. Com o advento da Lei nº 11.382, de 2006, incorporou-se definitivamente a penhora on-line ao Código de Processo Civil, em seu artigo 655-A. E essa consolidação legislativa veio justamente desmistificar a utilização da penhora on-line, tornando muito mais célere e profícuo o trabalho da Justiça na averiguação e apreensão de bens do devedor. Hoje a penhora on-line é uma realidade. Embora existam muitas falhas e certamente abusos, ela é certamente uma das grandes ferramentas para a satisfação do direito de crédito do exequente.

Quanto maior é a inadimplência, maior o número de litígios. Será, com certeza, um ano de disputas judiciais

Outra modificação louvável diz respeito à possibilidade de parcelamento da dívida no processo de execução de títulos extrajudiciais, como dispõe o artigo 745-A do Código de Processo Civil. É facultado agora ao devedor requerer o parcelamento de seu débito, desde que reconheça o crédito do exequente e deposite 30% do valor da dívida no prazo para a oposição de embargos. Atendidos os requisitos previstos no artigo, o executado poderá requerer o pagamento do restante da dívida em até seis parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao ano.

Essa nova permissão mostra-se interessante e benéfica tanto aos interesses do credor, que terá maior segurança acerca do recebimento de seu crédito, quanto aos do devedor, que poderá se organizar financeiramente com calma para saldar sua dívida. Em resumo, a novidade parece ser de grande praticidade, mormente no atual cenário de crise.

Por fim, vale ressaltar a substancial modificação na ordem dos meios expropriativos — ou seja, a transferência forçada de bens do devedor para o credor. Anteriormente à Lei nº 11.382, o credor que promovesse uma ação de execução tinha como primeira alternativa pleitear a alienação judicial dos bens do devedor, a qual ocorria por meio de hasta pública — leilão para bens móveis ou praça para bens imóveis —, sendo o fruto da venda do bem do devedor (dinheiro) transferido ao credor.

A sistemática antiga revelou-se contraproducente. Não raro os leilões e praças se encerravam sem a existência de qualquer interessado — isso sem falar nos inúmeros casos de fraude, com licitantes em conluio e bens arrematados por preço vil. A nova lei imprimiu uma sensível modificação nesse contexto. Hoje, o artigo 647 do Código de Processo Civil prevê como primeira modalidade de expropriação a adjudicação do bem penhorado para o credor, o que lhe permite obter a satisfação do crédito já no início, caso tenha interesse em ficar com o bem do devedor.

Mas, dentre todas as inovações, a que se insinua mais interessante e ousada é a que vem ditada pelo inciso II do artigo 647 e pelo artigo 685-C do Código de Processo Civil: a denominada alienação por iniciativa particular. O credor poderá requerer que os bens penhorados sejam alienados por sua própria iniciativa ou por intermédio de um corretor credenciado perante a autoridade judiciária. Certamente a alienação por iniciativa particular terá maior desenvoltura — e, portanto, maior eficácia — do que a alienação por hasta pública por não estar adstrita às burocracias da alienação por hasta pública. No âmbito do Estado de São Paulo, já foi inclusive editado um provimento do Tribunal de Justiça (TJSP) prescrevendo as diretrizes da questão — o Provimento nº 1.496, de 2008, do Conselho Superior da Magistratura. Observe-se que há até mesmo a possibilidade da alienação ocorrer por meios eletrônicos (internet), como dispõe o artigo 689-A do Código de Processo Civil, o que em um futuro não muito distante será extremamente comum. Portanto, o novo procedimento se afigura mais célere, eficiente e menos oneroso do que o anterior.

Percebe-se, assim, que as alterações do Código de Processo Civil trouxeram importantes instrumentos para a efetivação do direito do credor. Mudanças devem ser sempre estudadas. Sobretudo mudanças legislativas em um país onde a discussão e a divergência trazem insegurança e desconfiança às empresas que litigam. Conhecer bem a regra do jogo sempre foi o diferencial entre sucesso e fracasso. E em um cenário de crise, a lição mostra-se ainda mais aplicável.

Joaquim Augusto de Queiroz
é advogado do escritório Araújo e Policastro Advogados

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Registro de empresas

Despesas de serviços para empresas mercantis e atividades afins - em R$

Serviços do DNRC *	
Empresa Estrangeira	
Autorização para funcionar no país	54,39
Nacionalização	39,65
Alteração (modificações posteriores à autorização)	36,37
Cancelamento de autorização	36,37
Recurso	
Ao ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	28,34
Cadastro Nacional de Empresas Mercantis *	
Empresário	
Inscrição	2,05
Alteração (de nome empresarial, de dados, tranferência de sede para outra unidade da federação, inscrição de transferência de sede de outra unidade da federação, rerratificação, reativação, autorização de tranferência de titularidade por sucessão)	2,05
Abertura de filial	2,05
Sociedades empresárias e cooperativas	
Inscrição (contrato social e ata de assembléia geral de constituição)	5,06
Alteração (alteração contatual, ata de assembléia geral ordinária, ata de assembléia geral extraordinária, ata de assembléia geral de fusão, cisão, incorporação e transformação, ata de reunião de conselho de administração)	5,06
Abertura de filial	2,05
Proteção de nome empresarial	
Registro e alteração de proteção de nome empresarial de empresário e de sociedade empresária em unidade da federação diferente daquela em que se localiza a sede	3,42

Na internet: **www.dnrc.gov.br**

Fonte: Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC). * Os recolhimentos relativos ao Cadastro Nacional de Empresas Mercantis devem ser efetuados através da DARF, sob o código 6621

Justiça do Trabalho

Despesas de serviços e custas - em R$

Custas	
De execução	
Autos de arrematação, adjudicação e remição	5% *
Atos dos oficiais de Justiça, por diligência certificada	
em zona urbana	11,06
em zona rural	22,13
Agravo de instrumento	44,26
Agravo de petição	44,26
Embargos à execução, de terceiro e à arrematação	44,26
Recurso de revista	55,35
Impugnação à sentença de liquidação	55,35
Despesa de armazenagem em depósito judicial	0,1% **
Cálculos de liquidação realizados pelo contador do juízo	0,5% ***
Depósitos recursais	
Recurso ordinário	5.357,25
Recurso de revista, embargos e recurso extraordinário	10.714,51
Recurso em ação rescisória	10.714,51
Serviços	
Emolumentos (por folha)	
Autenticação de traslado de peças mediante cópia reprográfica	0,55
Fotocópia de peças	0,28
Autenticação de peças	0,55
Cartas de sentença, adjudicação, remição e arrematação	0,55
Certidões	5,53

Na internet: **www.tst.gov.br**

Fonte: Tribunal Superior do Trabalho (TST). * Máximo de R$ 1.915,38. ** Por dia. *** Máximo de R$ 638,46

Justiça Federal

Despesas de serviços e custas - em R$

Custas	Mínimo	Máximo
Ações cíveis em geral (1% do valor da causa)	10,64	1.915,38
Processos cautelares e de procedimento de jurisdição voluntária (0,5% do valor da causa)	5,32	957,69
Causas de valor inestimável e cumprimentos de carta rogatória	10,64	
Ações penais em geral, pelo vencido, a final	297,95	
Ações penais privadas	106,41	
Notificações, interpelações e procedimentos cautelares	53,20	
Serviços		
Arrematação, adjudicação e remição (0,5% do valor da causa)	10,64	1.915,38
Certidão em geral, mediante processamento eletrônico de dados *	0,42	
Certidão em geral, mediante cópia reprográfica *	0,10	
Carta de sentença *	0,10	

Na internet: **www.justicafederal.gov.br**

Fonte: Conselho da Justiça Federal (CJF). * Por folha

Supremo Tribunal Federal (STF)

Despesas de serviços e custas - em R$

Custas	
Recurso interpostos em instância inferior	
Em mandado de segurança	117,21
Extraordinário	117,21
Feitos de competência originária	
Ação cível	235,31
Ação penal privada	117,01
Ação rescisória	235,31
Embargos de divergência ou infringentes	59,00
Mandado de segurança com um impetrante	117,01
Mandado de segurança com mais de um impetrante (cada excedente)	59,00
Reclamação *	59,00
Revisão criminal dos processos de ação penal privada	117,01
Serviços	
Atos judiciais e extrajudiciais	
Carta de ordem e carta de sentença (por folha)	0,62
Despesas de transporte nas citações, intimações e notificações no Plano Piloto	46,14
Despesas de transporte nas citações, intimações e notificações nas cidades satélites	138,30
Editais e mandados (primeira ou única folha)	2,24
Editais e mandados (folha excedente)	0,62

Porte de remessa e retorno de autos**

Nº de folhas (peso)	DF	GO, MG	MT, MS, RJ, SP, TO	BA, ES, PR, PI, SC, SE	AL, MA, PA, RS	AP, AM, CE, PB, PE, RN, RO	AC, RR
Até 54 (0,3 kg)	24,20	36,20	48,20	57,60	62,40	67,20	81,80
55 a 180 (1 kg)	25,60	38,60	52,80	60,00	64,80	69,60	86,20
181 a 360 (2 kg)	28,00	45,80	60,00	74,40	81,40	88,60	110,80
361 a 540 (3 kg)	30,40	52,80	67,40	88,60	97,80	108,20	136,20
541 a 720 (4 kg)	31,40	57,60	74,40	95,80	107,80	124,40	157,80
721 a 900 (5 kg)	32,80	62,40	82,40	109,80	124,20	138,20	181,60
901 a 1.080 (6 kg)	35,20	70,00	92,60	125,60	142,00	157,40	204,40
1.081 a 1.260 (7 kg)	37,40	77,60	102,60	140,80	160,00	176,40	227,00
1.261 a 1.440 (8 kg)	39,80	85,40	112,40	156,40	177,80	195,60	249,80
1.441 a 1.620 (9 kg)	42,20	93,00	122,40	171,80	195,80	214,60	272,20
1.621 a 1.800 (10 kg)	44,60	100,60	132,40	187,40	213,60	233,60	295,00
1.801 a 1.980 (11 kg)	47,00	107,80	142,00	202,40	231,00	253,40	317,60
1.981 a 2.160 (12 kg)	49,40	114,80	151,60	217,60	248,40	270,80	339,60
2.161 a 2.340 (13 kg)	51,80	122,00	161,00	232,60	265,80	289,40	363,60
2.341 a 2.520 (14 kg)	54,20	129,20	170,60	247,60	283,40	308,40	388,80
2.521 a 2.700 (15 kg)	56,60	136,40	180,20	262,40	300,60	328,60	414,20
2.701 a 2.880 (16 kg)	59,00	143,40	189,60	277,60	318,00	348,60	439,40
2.881 a 3.060 (17 kg)	61,40	150,60	199,20	292,60	335,60	368,40	464,80
3.061 a 3.240 (18 kg)	63,80	157,80	208,80	307,60	352,80	388,60	489,80
3.241 a 3.420 (19 kg)	66,20	165,00	218,20	322,80	370,20	408,60	515,20
3.421 a 3.600 (20 kg)	68,40	172,60	227,80	337,80	387,60	428,80	540,60
3.601 a 3.780 (21 kg)	70,80	180,20	377,80	352,00	404,20	448,60	565,80
3.781 a 3.960 (22 kg)	73,20	188,00	247,80	366,40	421,00	468,60	591,00
3.961 a 4.140 (23kg)	75,60	195,60	257,80	380,60	437,60	488,80	616,20
4.141 a 4.320 (24 kg)	78,00	203,00	267,60	395,00	454,40	508,80	641,60
4.321 a 4.500 (25 kg)	80,40	210,60	277,60	409,20	471,00	528,80	667,00
4.501 a 4.680 (26 kg)	82,80	218,20	287,80	423,60	487,80	548,80	692,20
4.681 a 4.860 (27 kg)	85,20	226,00	297,80	437,80	504,40	568,80	717,40
4.861 a 5.040 (28 kg)	87,60	233,60	307,80	452,20	521,00	589,00	742,60
5.041 a 5.220 (29 kg)	90,00	241,20	317,80	466,40	538,80	608,80	768,00
5.221 a 5.400 (30 kg)	92,40	248,80	327,80	480,80	556,40	629,00	793,40

Na internet: **www.stf.jus.br**

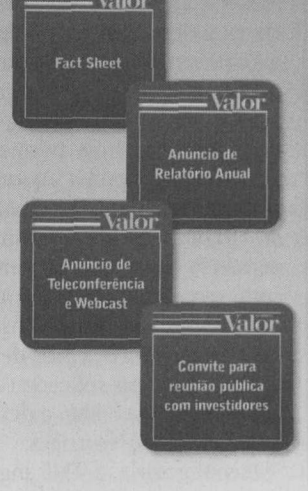
Fonte: Supremo Tribunal Federal (STF). * Com exceção dos casos em que o reclamante é o procurador-geral da República; ** Não exigível para recursos interpostos nos tribunais com sede em Brasília sem a utilização dos serviços da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) e na interposição de agravo de instrumento

BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A.
CNPJ Nº 15.138.043/0001-05 - NIRE 3330016289.5
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA. Os Senhores Acionistas da **BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A.** são convidados a participar da Assembleia Geral Extraordinária que, em primeira convocação, será realizada no dia **13 de abril de 2009**, às **15h**, na Sede Social, na Rua Senador Dantas nº 105, 10º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **1.** Eleição de membro do Conselho Fiscal, em complementação de mandato; e **2.** Assuntos de Ordem Geral. Rio de Janeiro, 26 de março de 2009. **Ricardo José da Costa Flores** - Presidente do Conselho de Administração.

HYPERMARCAS S.A. - Companhia Aberta - CNPJ nº 02.932.074/0001-91 - NIRE 35300353251 - **Edital de Convocação - Assembléia Geral Ordinária** - Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, que se realizará no dia 17 de abril de 2009, às 10 horas, na Rua Nova York, 245, CEP 04560-908, para, nos termos dos Arts. 121 e seguintes, 135, 223 e seguintes e 252, da Lei nº 6.404/76, deliberarem sobre: **(i)** o Relatório Anual da Administração, relativo ao exercício encerrado em 31.12.2008; e o exame, discussão e deliberação sobre as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício encerrado em 31.12.2008, a saber: Balanço Patrimonial; Demonstração de Resultado do Exercício; Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido; Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos e Notas Explicativas, auditadas por PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.562.112/0001-2, com endereço em São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Francisco Matarazzo, 1400, 9º andar, Centro ("PWC"); (ii) o resultado do exercício encerrado em 31.12.2008, com a ratificação da utilização dos saldos remanescentes das reservas de lucros, em 31.12.2008, incluindo a reserva legal e de retenção de lucros, para absorção dos prejuízos acumulados, em conformidade com o Art. 189 da Lei nº 6.404/76; e **(iii)** a reeleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia. Todos os documentos e informações pertinentes às matérias acima mencionadas encontram-se à disposição dos Acionistas na sede da Companhia, bem como nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da Bolsa de Valores de São Paulo S.A. - BVSP (www.bovespa.com.br). O acionista, seu representante legal ou procurador deverá comparecer à Assembléia munido dos documentos hábeis de sua identidade e/ou representatividade. São Paulo, 01 de abril de 2009. **João Alves de Queiroz Filho - Presidente do Conselho de Administração.**

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora – Rio
CNPJ/MF nº 00.880.446/0001-58
Aviso aos Acionistas
Acham-se à disposição do Srs. Acionistas na sede social, na Rodovia Washington Luiz, nº 13.892 – Jardim Primavera – Duque de Caxias - Rio de Janeiro, os documentos a que se refere o Artigo 133, da Lei nº 6404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2008. Duque de Caxias-RJ, 30 de Março de 2009. O Conselho de Administração.
(31/03, 01 e 02/04/2009)

As vantagens de ser cliente fidelidade Valor se multiplicaram.



O Valor Econômico está lançando um pacote comercial com vantagens exclusivas para seus clientes. Basta fechar um contrato de fidelização de publicações legais que a sua empresa poderá ter opções diferenciadas de Comunicação Corporativa.

Para mais informações:
(11) 3767-1323
www.valoronline.com.br

COMUNICAÇÃO CORPORATIVA
Valor ECONÔMICO
SUA EMPRESA EM DESTAQUE

CARTEIRA VALOR

Cautela ainda dá o tom das recomendações

País se diferencia dos mercados externos em termos de desempenho, mas é cedo para apostar em fluxo. Por **Adriana Cotias**, de São Paulo

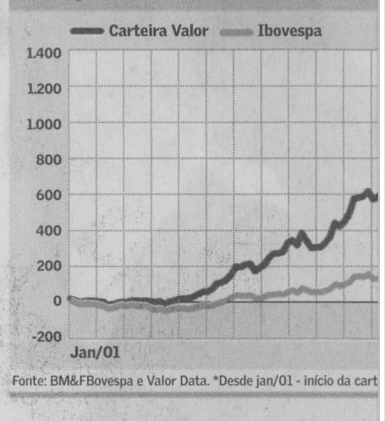
Abril começou bem para a Bovespa. Na toada da valorização das bolsas mundiais, o Ibovespa subiu 2,57%, aos 41.976 pontos. Mais uma vez, o desempenho local foi favorecido pelo fluxo externo. Essa pode não ser, porém, a tônica para o mês. As medidas que podem sair da cúpula do G-20, os testes de estresse realizados pelos bancos americanos e novas prévias para a atividade nos EUA servirão de mote para mais volatilidade, segundo avalia a chefe de análise da Ativa Corretora, Luciana Leocádio.

Por essa razão, são as ações de empresas com atividade exposta ao mercado interno que predominam na carteira recomendada pela casa, que traz Bradesco PN, AES Tietê PN, CCR ON e GVT ON. "O Brasil vem se diferenciando dos mercados externos em termos de desempenho econômico, mas não dá para apostar em fluxos para o país", diz. Mesmo Usiminas, a escolha que destoa um pouco dos demais papéis, tem o apelo da prorrogação da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para veículos.

"As montadoras consumiram os estoques finais e de aço que tinham ao longo do processo produtivo, o incentivo fiscal não tinha se refletido em encomendas e essa sinalização vem para o segundo trimestre ", acrescenta o diretor do Banco Geração Futuro, Wagner Salaverry. As negociações para a queda do preço do carvão também vão representar custos mais favoráveis, diz.

Para ele, embora a atividade local comece a fornecer indícios de recuperação, o mercado ainda vai ter de digerir os resultados do primeiro trimestre que, na sua análise, serão os piores do ano. "Os números captados nas cadeias de negócios mostram que o preço dos produtos e os volumes vendidos serão melhores do que em março, mas a recuperação das cotações em bolsa vai depender do movimento estrangeiro." Petrobras PN, Transmissão Paulista PN, Banco do Brasil ON e Forjas Taurus PN completam a lista de sugestões da instituição.

Melhor no longo prazo
Variações acumuladas* - em %



Fonte: BM&FBovespa e Valor Data. *Desde jan/01 - início da cart

Abril vai marcar o fim do período dos testes de estresse nos bancos americanos e a partir daí o Tesouro dos Estados Unidos vai identificar quais instituições precisarão de recursos. O plano prevê que os bancos problemáticos emitam ações preferenciais (o equivalente às debêntures brasileiras conversíveis em ações), que seriam adquiridas pelo governo em parceria com investidores privados. Do G-20, o que se espera é que venha uma ação coordenada para restabelecer a liquidez mundial. Ontem, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, afirmou que a cúpula estaria em vias de anunciar um pacote de US$ 1 trilhão para estimular o crédito global e que o comércio internacional contaria com cerca de US$ 200 bilhões.

"Todos os anúncios feitos até agora requerem prática, é melhor continuar posicionado na defesa", ressalva o chefe de análise da Planner Corretora, Ricardo Martins. "Os fatos ainda não inspiram acomodação da queda da atividade interna ou global."

Nem por isso, o portfólio da casa deixou de incluir commodities, com Petrobras PN e Gerdau PN. Apesar da exposição da siderúrgica ao mercado americano, a leitura é de que a redução do IPI para materiais de construção deve agregar vendas de aços longos no Brasil, compensando parte da retração nos EUA.

Bradesco PN, Eletrobrás ON e Redecard completam o portfólio. Embora diagnóstico do Banco Central (BC) tenha apontado que o setor de cartões é concentrado e com barreiras de entrada a novos participantes, Martins avalia que qualquer ensaio de mudança na regulamentação que resulte desse estudo não será para já. "O cartão vem ganhando espaço em relação a outros meios de pagamentos, há uma população recém-bancarizada e há muito espaço nesse tipo de serviço para crescer."

Nunca foi tão fácil investir em ações **Small Cap**.

» Com iShares BM&FBOVESPA Small Cap, você tem uma maneira totalmente nova de diversificar investimentos. São fundos de investimento atrelados a índices de ações e que têm as cotas negociadas na BM&FBOVESPA. Conheça mais sobre iShares: acesse www.ishares.com.br, ligue para 0800 601 1441 ou consulte a corretora de sua preferência.

Para conhecimento dos riscos associados ao produto, inclusive os de descolamento do índice de referência e relacionados à liquidez das cotas no mercado secundário, consulte a seção fatores de risco do website.

iSHARES. VOCÊ NUNCA INVESTIU ASSIM.

iShares™

ACESSE www.iSHARES.COM.BR

BM&FBOVESPA A Nova Bolsa

FUNDOS DE INVESTIMENTO NÃO CONTAM COM GARANTIA DA ADMINISTRADORA DOS FUNDOS, DO GESTOR DAS CARTEIRAS, DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU, AINDA, DO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS — FGC. A RENTABILIDADE OBTIDA NO PASSADO NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA. AO INVESTIDOR É RECOMENDADA A LEITURA CUIDADOSA DO WEBSITE E DO REGULAMENTO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO AO APLICAR SEUS RECURSOS. PARA INFORMAÇÕES SOBRE OS RISCOS DE DESCOLAMENTO DO ÍNDICE DE REFERÊNCIA E RELATIVOS À LIQUIDEZ NO MERCADO SECUNDÁRIO, CONSULTE A SEÇÃO "FATORES DE RISCO" DO WEBSITE.

BARCLAYS

MATERIAL PUBLICITÁRIO

CENÁRIO

Para HSBC, alta de emergentes pode ser efêmera, menos para o Brasil

Luciana Monteiro
De São Paulo

A melhora na percepção de risco e os planos mais concretos do governo americano de remoção dos ativos tóxicos do balanço dos bancos trouxeram uma recuperação para os mercados dos países emergentes e para suas relativas moedas. O problema é que esse movimento pode terminar com outro período de mercado em baixa, já que a crise financeira continua a afetar a demanda global. A visão nada animadora consta em relatório sobre mercados emergentes elaborado pela HSBC Global Research.

Na visão da corretora, as ações e bônus dos mercados emergentes deverão cair para novos recordes de baixa, num momento em que a deterioração das economias ofusca os esforços empreendidos pelo governo dos Estados Unidos para revitalizar o sistema financeiro, avalia o relatório.

Na avaliação da HSBC Global Research, as economias de todos os 30 mercados emergentes monitorados pelo banco inglês vão se enfraquecer este ano. E mais de metade delas vai entrar em recessão, com a alta do desemprego e a queda das vendas aos países desenvolvidos, diz Philip Poole, diretor mundial de mercados emergentes da corretora, sediada em Londres. Os mercados vão cair em direção a suas maiores baixas ou para níveis inferiores a elas, enquanto os dados da economia continuarão "desestimulantes por algum tempo", diz ele.

No que se refere à América Latina, a expectativa é de que a região apresente uma contração de 1,6% da economia neste ano, pior que a previsão anterior, de redução de 0,2%. Para o Brasil, as estimativas são de crescimento de 0,1% do PIB, também piores que a expectativa divulgada em janeiro, de expansão de 1,2%, explica Alexandre Gartner, diretor de pesquisa de renda variável da corretora no Brasil e responsável pela análise do mercado brasileiro no relatório.

Nos mercados emergentes, a HSBC Global Research diz que recentemente aumentou em seu portfólio as posições em ações da Polônia e República Tcheca. De acordo com o relatório, a seleção inclui papéis de alguns bancos e empresas de telecomunicação, embora muitos das ações de maior liquidez estejam interesses. Na América Latina, entretanto, o Brasil se destaca. "Nós acreditamos que fatores específicos do país estão influenciando os investidores e levado o Brasil a subir entre os mercados emergentes neste ano", diz o relatório.

Entre esses fatores que colocam o Brasil em posição privilegiada entre os emergentes estão seu sólido sistema financeiro, economia relativamente fechada ante os países asiáticos, por exemplo, com um grande mercado doméstico e sólidas contas externas, diz Gartner. Ele lembra que o mercado brasileiro voltou a registrar entrada líquida de investimentos estrangeiros na bolsa em fevereiro e março depois de oito meses de saldo negativo.

Na avaliação da corretora do HSBC, com as recentes medidas tomadas pelo Banco Central e pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para reativar o crédito — aliadas à recuperação do fluxo de capital estrangeiro no mercado doméstico —, as perspectivas para o Ibovespa no médio prazo ficaram mais positivas.

O relatório diz ainda que o mercado continua a ser pesadamente influenciado pelas perspectivas da economia global e, mais diretamente, pelo mercado acionário americano. "Dados recentes da economia (brasileira) nos levam a acreditar que cresceram as chances de o fundo do poço para o Brasil ter ficado para atrás."

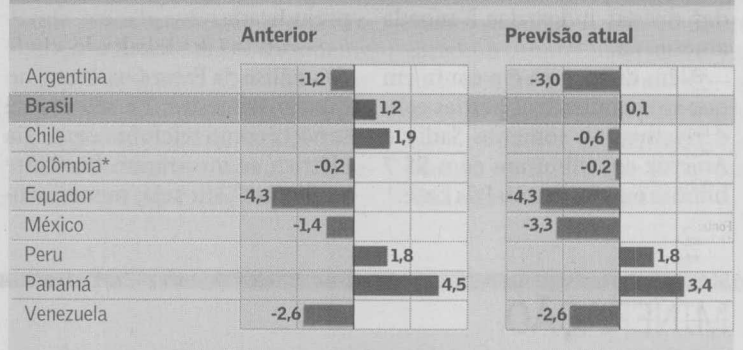
Aqui no Brasil, a corretora encaminhou a clientes a carteira de ações recomendada para abril. Entre as recomendações para este mês estão as ações ordinárias (ON, com direito a voto) de Usiminas, com participação de 15%; B2W Global, com também 15%; CCR Rodovias, com 10%; e Vale, com 20%. Já entre as preferenciais (PN, sem voto) estão Petrobras, com fatia de 20%; Cemig, com 10%; e Itaú, também com 10%. "É uma carteira que está focada em recomendações de papéis de empresas mais expostas à economia doméstica", diz Gartner.

Segundo o relatório, considerando a redução da taxa Selic e expansão do crédito, o segmento de varejo deverá ser um dos mais beneficiados por conta da elevada exposição ao mercado interno e à maior dependência de seus resultados à disponibilidade de crédito aos consumidores. "Sob essa ótica, acreditamos que as ações ordinárias de B2W poderão se recuperar no médio prazo, além do fato de que a unificação de seus centros de distribuição (Submarino, Shoptime e Americanas.com) deverá propiciar ganhos de margens operacionais à companhia", escreve o analista.

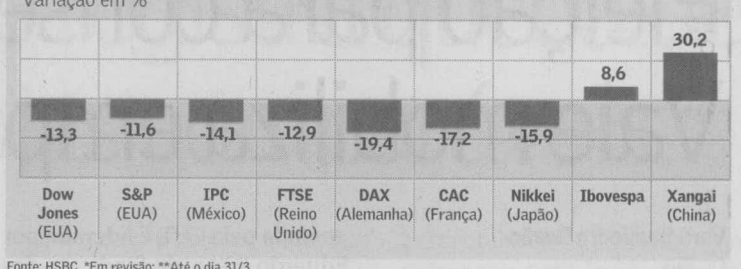
Além disso, a corretora ressalta que, entre as medidas de incentivos fiscais, a prorrogação da redução de impostos (como IPI) à indústria automobilística poderá beneficiar o setor siderúrgico brasileiro, principalmente Usiminas, cuja maior parte de sua receita consolidada está atrelada a este setor dadas as vendas aos segmentos de autopeças e distribuidores.

Com relação ao setor de concessões rodoviárias, apesar do recente recuo do IGP-M, o relatório diz que o banco continua acreditando em um reajuste significativo em 2009, além de uma recuperação no volume de tráfego de veículos equivalentes (leves e pesados) ao longo dos próximos meses. "Para o setor de mineração, acreditamos que o cenário de forte redução nos preços de minério de ferro em 2009 (estimamos queda de 25%), já esteja incluído no atual patamar das ações deste setor."

Expectativa de crescimento
Projeções para o PIB de 2009 dos países da América Latina - em %



Evolução dos principais índices das bolsas - em US$**
Variação em %



Fonte: HSBC. *Em revisão; **Até o dia 31/3

Na avaliação da HSBC Global Research, os pacotes de incentivos governamentais na China, voltados principalmente à infraestrutura, deverão trazer uma demanda adicional por commodities, como minério de ferro. Mas, segundo o relatório, apesar da expectativa positiva para a China, os economistas do HSBC na região ainda questionam se tais investimentos do governo chinês irão compensar a desaceleração do crescimento da demanda global, já que, provavelmente, essa desaceleração possui um caráter muito mais estrutural do que cíclico.

Quanto ao setor petrolífero, as incertezas quanto a uma possível redução nos preços de derivados de petróleo (gasolina e diesel) permanecem elevadas. "Principalmente se considerarmos o atual nível dos preços de petróleo no mercado internacional." Para a corretora, o setor de energia elétrica se mantém como opção mais defensiva, devido ao seu fluxo de caixa mais estável e maior distribuição de proventos.

Segundo o relatório, apesar de a HSBC Global Research acreditar que o cenário doméstico ainda poderá apresentar volatilidade no curto prazo, o momento pode ser de mudanças pontuais na carteira de ações, aumentando a exposição a setores que podem ser beneficiados pelas recentes medidas tomadas pelo BC e CMN no Brasil, com destaque para os setores de varejo e siderurgia.

BALANÇOS

Crise terá impacto maior no primeiro trimestre

Posição financeira melhora, mas operacional se deteriora. Por **Silvia Fregoni**, **Graziella Valenti** e **Nelson Niero**, de São Paulo

O pior impacto da crise para a atividade das companhias ainda está por vir. É no resultado do primeiro trimestre deste ano que as reduções nas vendas e nas margens devem ficar mais evidentes. Apesar da instabilidade global ter se acentuado em setembro, durante o quarto trimestre, as empresas ainda conseguiram sustentar os indicadores operacionais dos negócios. Esse feito ficou escondido nos balanços, pois a disparada do dólar multiplicou as despesas financeiras, reduzindo o lucro líquido.

O faturamento e o lucro operacional de 221 companhias abertas subiram no quarto trimestre do ano passado, na comparação com mesmo período de 2007, quando a economia ainda estava a todo vapor. A receita líquida subiu 14%, de R$ 203,8 bilhões para R$ 232 bilhões, segundo levantamento realizado pelo **Valor**. O lucro operacional acompanhou, com alta de 13%, para R$ 37,9 bilhões.

Isso significa que as empresas conseguiram ampliar a arrecadação com as vendas e também administrar os custos e despesas de forma a manter os ganhos: 16% foi a margem de outubro a dezembro de 2008 e a do ano anterior.

Já o lucro líquido das companhias caiu mais de 43%, passando de R$ 23,8 bilhões para R$ 13,5 bilhões. Tudo porque a despesa financeira subiu mais de 1.000%, saindo de R$ 2,2 bilhões para R$ 25,2 bilhões.

Importante destacar que nem todo esse dinheiro significa uma despesa paga em dinheiro de imediato, ou seja, com efeito caixa.

O salto nos gastos financeiros reflete a valorização de 22,5% do dólar ante o real, o que levou a um aumento em moeda local das dívidas indexadas à moeda americana.

Além disso, essa é a conta em que se encontram as perdas com derivativos — somente Sadia e Aracruz contribuíram com R$ 7 bilhões ou 28% do total da base.

"Foi uma safra de resultados bastante atípica. Além do efeito do dólar, houve o episódio com os derivativos", destacou Reginaldo Alexandre, presidente da Associação de Profissionais de Investimentos no Mercado de Capitais (Apimec-São Paulo), lembrando ainda dos impactos das novas regras contábeis, com a adoção da Lei 11.638.

A linha financeira do balanço foi a que mostrou um dos efeitos mais significativos da mudança de normas. As companhias tiveram que, a partir do quarto trimestre, ou do balanço anual de 2008, colocar seus instrumentos financeiros a preços de mercado, o que em tempos de crise significou prejuízo. A saída de caixa, porém, tende a ocorrer de forma gradativa. "Tudo isso, reflexo de eventos não decorrentes das atividades das companhias", completou Alexandre.

Para Wanderley Olivetti, diretor de assuntos técnicos do Instituto Brasileiro de Auditores Independentes (Ibracon), a crise, por si só, já tornaria a análise do quarto trimestre fora do normal. Os desafios dessa avaliação se tornaram ainda maiores com a adoção das novas normas contábeis no país, que foram aplicadas pela primeira vez no balanço do fim de 2008.

"A recomendação era que as companhias apresentassem as demonstrações financeiras de 2007 também ajustadas pela nova lei para permitir a comparação dos números. Mas como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) dispensou as empresas dessa obrigação, a maioria não fez assim", disse Olivetti. Por conta disso, a comparação do quarto trimestre com qualquer outro trimestre de 2008 e de 2007 ficou prejudicada.

Segundo Lika Takahashi, chefe de análise da Fator Corretora, no quarto trimestre, os setores de serviço, como telefonia e energia elétrica, se mostraram "bastante resilientes", ou seja, menos sensíveis à crise. Já a indústria foi a que mais sofreu, junto com o setor de construção civil — segmentos em que já nos dados do fim de 2008 foi possível perceber a piora na atividade.

Para o primeiro trimestre de 2009, a lógica dos balanços deve se inverter. Enquanto o operacional piora, o resultado financeiro tende a trazer algum alívio e diminuir a pressão sobre o lucro.

"De forma geral, estamos esperando receita menor, margem menor e maior inadimplência", afirmou Lika, da Fator Corretora, sobre o sentimento em torno do desempenho dos três primeiros meses de 2009.

Os gastos financeiros serão contidos pela pequena variação cambial de dezembro a março, de apenas 1,3%. "Essas contas podem até ficar um pouco melhores", disse Eduardo Roche, gerente de renda variável da Modal Asset Management, pensando na comparação com os últimos três meses do ano passado.

As próprias companhias admitem um início de ano difícil. E por não saberem ao certo o que esperar para o ano todo — e quem sabe os próximos — decidiram cortar investimentos, e muitas delas também paralisaram aquisições. "Isso está acontecendo no mundo inteiro, não só aqui", explicou Lika.

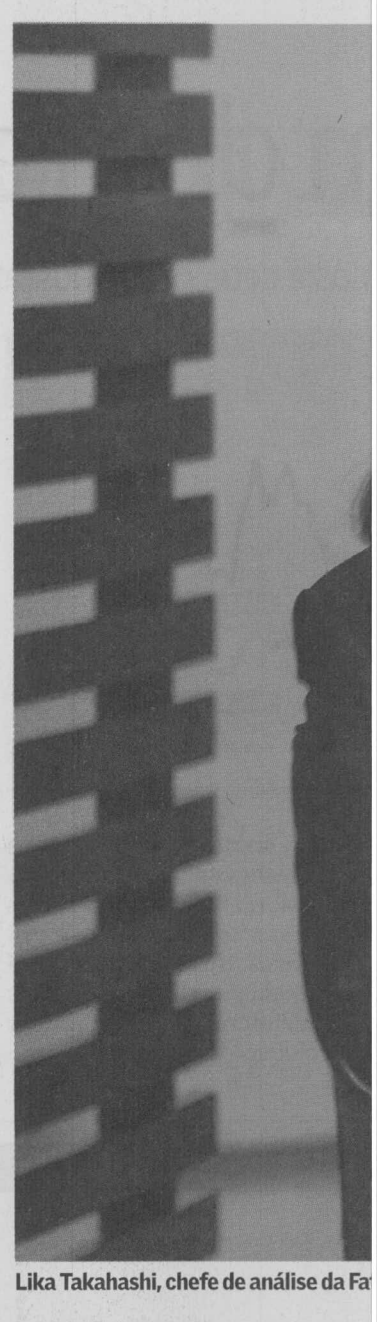
Diversas das principais empresas do mercado de capitais brasileiro reduziram sensivelmente o orçamento de 2009, por não saber quando o cenário de crédito ficará melhor e nem como irá se comportar a demanda externa e interna de produtos, para aplicar em aumento de capacidade. "Acho até que podemos pensar em capacidade sobrando neste ano", pondera Catarina Pedrosa, da Banif Corretora.

O grupo Gerdau, por exemplo, que obtém mais da metade da receita de suas atividades internacionais, reduziu o plano de investimento de US$ 6,5 bilhões, programado para o intervalo 2008-2010, para US$ 5 bilhões, até 2013.

Ainda no segmento de commodities, a Klabin, fabricante de papel, planeja cortar pela metade os investimentos neste ano, que somaram R$ 587 milhões em 2008.

Também as companhias dedicadas ao mercado local seguirão essa tendência. A Lojas Americanas, termômetro da economia doméstica, planeja abrir oito novas lojas neste ano, com um investimento de R$ 60 milhões, comparado a R$ 270 milhões aplicados em 2008. Na Lojas Renner, o corte é de R$ 136 milhões para, no máximo, R$ 80 milhões.

Parte da cautela vem da alta nos estoques ocorrida no fim de 2008, que assustou os empresários preocupados com uma retração nas vendas. Levantamento do **Valor** aponta que houve um salto de 60% nos estoques na comparação anual, para R$ 103,5 bilhões. Frente a posição de setembro, a alta foi de 31%.



Lika Takahashi, chefe de análise da Fator Corretora: expectativa de receita menor e inadimplência maior

FABIANO CERCHIARI/VALOR

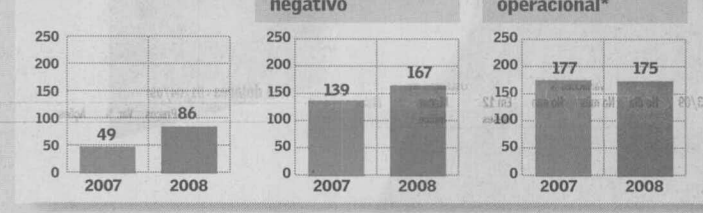
Impacto financeiro

Resultado consolidado de 221 empresas de capital aberto

Quarto trimestre	2007 (R$ bilhões)	2008 (R$ bilhões)	Variação
Receita Líquida	203,8	232,0	+13,8%
Lucro operacional*	33,5	37,9	+13,1%
Despesa financeira líquida	-2,2	-25,2	+1.045,5%
Lucro Líquido	23,8	13,5	-43,3%

Placar do quarto trimestre

Número de empresas com:



Fonte: Economática, Infoinvest e companhias *Antes do resultado financeiro

VAREJO

Insinuante admite que disputa Ponto Frio

Claudia Facchini
De São Paulo

Ontem, mais potenciais compradores do Ponto Frio manifestaram-se sobre o processo de venda da varejista. Seguindo os passos do Grupo Silvio Santos, que já anunciou ter interesse em comprar a empresa, o Grupo Insinuante confirmou as notícias veiculadas pelo **Valor**, no dia 31 de março, de que também pretende disputar o negócio.

Com sede na Bahia, a varejista distribuiu comunicado à imprensa em que afirma que "estuda fazer proposta de aquisição da rede de lojas Ponto Frio" e que formou um consórcio com o Banking & Trade Group (BTG), do empresário André Esteves. Quem responde pelo anúncio é Luiz Carlos Batista, diretor-presidente da Insinuante, uma das quatro maiores redes de varejo do Brasil. "Estamos avaliando a situação da companhia para fazermos a nossa oferta formal para a rede", declarou Batista.

A Insinuante é líder na região Norte e Nordeste, com faturamento de R$ 2 bilhões e 250 lojas espalhadas por todos os estados nordestinos. A varejista também está presente no Rio de Janeiro, Espírito Santo e Amazonas.

Consultados pela CVM sobre o interesse em adquirir o Ponto Frio, o Grupo Pão de Açúcar e a Lojas Americanas publicaram ontem comunicados em que afirmam que não fizeram propostas de compra pela varejista, mas ambas acrescentam que faz parte de suas estratégias analisar as operações.

A Lojas Americanas confirmou que "iniciou, em caráter totalmente preliminar, uma análise de informações relativas à Globex", a controladora da rede Ponto Frio, e que esse processo iniciou-se nos últimos dois dias. "A Lojas Americanas analisa, permanentemente, como parte de sua estratégia empresarial e no interesse de seus acionistas, eventuais oportunidades de negocio que lhe são apresentadas", afirmou a empresa.

O Grupo Pão de Açúcar disse que "não existe qualquer proposta de natureza vinculante ou não" envolvendo a aquisição da Globex. A empresa também afirma que "manterá seus acionistas informados acerca de qualquer desdobramento vinculante". Em seu comunicado, o Grupo Pão de Açúcar diz que "sempre que conveniente ou instada, considera e analisa quaisquer operações de mercado que possam ser do interesse da companhia e de seus acionistas."

MINERAÇÃO

Eleição para conselho da Vale mobiliza empregados

Vera Saavedra Durão
Do Rio

Duas chapas estão em disputa pela representação de 39 mil trabalhadores no conselho de administração da Vale do Rio Doce, a maior mineradora de minério de ferro do mundo. O mandato dos conselheiros (titular e suplente) é de dois anos e terminou esta semana. A eleição está mobilizando os empregados das minas, pelotizadoras e ferrovias da Vale, preocupados com o emprego, num momento "muito especial" de crise que atingiu fortemente o mercado de minérios e metais.

Uma chapa reunindo empregados do Sistema Sul/Sudeste, mais à esquerda, é encabeçada por Paulo Soares, do PSTU, presidente do sindicato Metabase de Itabira, que concorre à vaga de titular, tendo como suplente Janete de Sá, diretora do Sindifer de Tubarão (ES). A outra chapa, apoiada pela CUT, é liderada por Eduardo Pinto, do Sindicato dos Ferroviários do Maranhão, cujo suplente é Raimundo Nonato, do Metabase de Carajás. Ambos pertencem ao Sistema Norte.

Desde terça-feira, os 29 mil trabalhadores do Sul/Sudeste e os 10 mil do Norte estão votando para escolher seus representante "no coração da empresa", como diz Soares. O processo eleitoral é coordenado pela própria Vale. Hoje é o último dia de votação e de mobilização dos candidatos. Amanhã serão apurados os votos e conhecidos os novos nomes que vão substituir João Batista Cavalieri, titular, e seu suplente Paulo Soares, que agora pleiteia a vaga de titular do conselho.

Cavalieri, que está na coordenação das negociações dos trabalhadores da Vale pela manutenção do emprego, não quis se recandidatar. Ele vê a conjuntura como "muito especial" pois "o cenário ainda é sombrio" para as empresas de mineração. "Ninguém ainda tem condição de afirmar quando retorna uma demanda capaz de assegurar o trabalho de todos os empregados da Vale", avaliou Cavalieri.

Está marcada uma reunião para o dia 14 de abril para negociar o fim da estabilidade que termina em 31 de maio e o aumento do percentual da licença remunerada (que é de 50% do salário), caso a Vale venha a aplicar esta licença, que por enquanto está restrita a 350 a 500 pessoas na mina de Água Limpa (MG). Até agora a empresa, que cortou 30% de sua produção de minério, reduziu a de níquel e de alumínio e suspendeu projetos, assumiu a demissão de 1.300 empregados, colocou 6.500 de férias coletivas e está implementando um PDV de 900 empregados nas fábricas de níquel da Inco, no Canadá. A mineradora fechou 2008 com um lucro de R$ 21 bilhões.

VAREJO

Riachuelo registra queda de 1% em lojas comparáveis

Claudia Facchini
De São Paulo

As vendas da Riachuelo caíram 1% no quarto trimestre de 2008 nas mesmas lojas existentes em igual período de 2007, termômetro utilizado para medir o pulso do consumo. A rede junta-se à Renner, que apresentou uma retração ainda maior, de 5,4%, nas vendas em lojas comparáveis nos últimos três meses do ano passado.

Das três varejistas de vestuário listadas na Bovespa, a única que conseguiu manter crescimento nas vendas nas mesmas lojas foi a Marisa, cuja receita líquida aumentou 2,9% em relação ao quarto trimestre de 2007. Por estar focada em um público de renda mais baixa, a Marisa pode ter sentido menos a tendência de migração do consumo para itens mais baratos.

Toda as grandes redes de vestuário foram afetadas pelo colapso no mercado de crédito a partir de outubro e pelo aumento nas taxas de inadimplência nos planos em oito parcelas com juros. Nos últimos três anos, essa modalidade de crédito permitiu que as varejistas elevassem suas vendas, ao reduzir o valor dos prestações pagas pelos consumidores.

As vendas líquidas consolidadas da Riachuelo, braço de varejo do grupo Guararapes, aumentaram 3,4% de forma geral no quarto trimestre, totalizando R$ 587,5 milhões. O grupo Guararapes, que também possui uma divisão fabril, fechou o quarto trimestre com vendas líquidas consolidadas de R$ 605,8 milhões, cifra 0,2% menor que a registrada em igual período de 2007.

Na última linha, a Guararapes encerrou o último trimestre de 2008 com um lucro de R$ 55,2 milhões, 28,2% menor que o apurado em período do exercício anterior. A Riachuelo reduziu suas margens brutas em 4,7 pontos percentuais nos últimos três meses do ano, para 36,5%, o que indica que a companhia precisou ser mais agressiva em preços.

A receita líquida total da Renner apresentou um comportamento semelhante ao da Riachuelo, com um crescimento de 3,9% no quarto trimestre. Contudo, com esse resultado, a Renner ultrapassou a concorrente em faturamento, consolidando-se em segundo lugar no ranking das varejistas de vestuário. No quarto trimestre, as vendas líquidas da Renner totalizaram R$ 673,5 milhões. A C&A, líder nesse segmento, não divulga seu faturamento.

A Riachuelo encerrou o ano de 2008 com 102 lojas, nove unidades a mais que em 2007. Com a inauguração de 15 filiais, a Renner também passou à frente, terminando o ano com 110 lojas. Por ter lojas menores, a Marisa possui um número bem maior de filiais. A rede fechou 2008 com 217 pontos.

REGULAÇÃO

CVM cria regras que facilitam participação em assembleias

Proposta prevê mais informação sobre os temas a serem discutidos e o uso maior dos meios eletrônicos. Por **Catherine Vieira**, do Rio

Pode ser que o tão falado aumento da participação dos acionistas minoritários nas assembleias das companhias ainda leve tempo para se tornar mais frequente no mercado brasileiro, mas as regras do jogo já estão sendo criadas. Com o objetivo de melhorar a transparência e estimular a participação de todos os acionistas nas decisões das companhias em que investem, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) colocou ontem em audiência pública uma proposta de instrução que regulamenta as informações que devem ser prestadas ao convocar uma assembleia e ainda como devem funcionar os pedidos de procuração para votar nesses encontros.

A proposta é que essas informações prévias, que são importantes para que o acionista possa estudar a matéria antes de votar, sejam colocadas no site da CVM, assim como ocorre hoje com fatos relevantes e outras comunicações ao mercado. Além disso, a minuta procura estimular o uso dos meios eletrônicos como forma de viabilizar essa participação maior.

As companhias que tiverem um sistema eletrônico de procurações devem permitir que acionistas com mais de 0,5% do capital social possam fazer pedidos públicos nesse site. Ou seja, um investidor pode sugerir que outros passem procurações para voto em conjunto em torno do assunto a ser discutido. De acordo com a minuta, as companhias que não fizerem esse sistema eletrônico teriam de arcar com uma parcela dos custos de pedidos públicos de procuração promovidos por acionistas com pelo 0,5% do capital social.

Também por meio eletrônico, quem tiver esse percentual mínimo poderá incluir sugestões próprias, desde que estejam dentro da pauta que foi proposta. Dessa forma, poderão, por exemplo, indicar candidatos para os conselhos de administração e fiscal.

A minuta apresenta de forma bastante detalhada as informações mínimas que devem ser prestadas pelos administradores em cada assunto a ser tratado, como eleição de conselheiros, destinação do lucro, plano de remuneração e vários outros.

Será preciso, por exemplo, apresentar logo os nomes e currículos dos candidatos a cargos, além da remuneração proposta. Muitos acionistas reclamavam que, sem ter dados com antecedência, ficava impossível tomar decisões, o que muitas vezes acabava levando o representante a ter que se abster na hora da votação. Também houve, durante um tempo, dúvidas sobre a possibilidade de se buscar grupos de votos de outros acionistas por meio de procuração, algo que é muito comum em outros mercados que possuem muitas empresas com capital pulverizado.

O diretor da CVM Marcos Pinto ressaltou que as regras acompanham a evolução do mercado. "O mercado de capitais brasileiro vem passando por transformações e se observa cada vez mais estruturas de controle disperso", disse ele. Com isso, é preciso criar mecanismos eficientes de participação dos acionistas nas decisões da companhia.

O diretor da CVM explicou que as regras buscaram garantir que as convocações e assembleias ocorram da maneira correta, com todas as informações disponíveis e com a participação viabilizada. Mas também procurou fazer isso sem facilitar procurações enviesadas ou pedidos frívolos, ou seja, que não tenham como objetivo o melhor interesse da companhia e de todos os acionistas.

O diretor lembrou que as questões abordadas nessas regras têm sido muito debatidas no mundo todo. Por ser um tema novo nas regras locais, a CVM abriu um prazo maior que o habitual para audiência pública, que vai até 1º de junho.

DAVILYM DOURADO/VALOR

Marcos Pinto, da CVM, diz que aumento de empresas com capital pulverizado exige mais participação do investidor

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	01/04/09	31/03/09	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 Meses	Oscilação em 12 Meses Menor índice	Maior índice
EUA										
EUA	Nova York	DJIA	7.761,60	7.608,92	2,01	2,01	-11,56	-38,66	6.547,05	13.058,20
EUA	Nova York	NASDAQ-100	1.252,51	1.237,01	1,25	1,25	3,37	-32,50	1.036,51	2.055,11
EUA	Nova York	NASDAQ COMP	1.551,60	1.528,59	1,51	1,51	-1,61	-34,33	1.268,64	2.549,94
EUA	Nova York	S&P 500	811,08	797,87	1,66	1,66	-10,20	-40,80	676,53	1.426,63
G-7 (Exceto EUA)										
Euro	Londres	EUROTOP-100	1.603,40	1.580,19	1,47	1,47	-10,86	-41,15	1.411,65	2.879,49
Euro	Londres	EUROFIRST-300	745,14	733,69	1,56	1,56	-10,44	-42,79	657,30	1.378,29
Inglaterra	Londres	FT-100	3.955,61	3.926,14	0,75	0,75	-10,79	-32,41	3.512,09	6.376,50
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	4.131,07	4.084,76	1,13	1,13	-14,12	-38,53	3.666,41	7.225,94
França	Paris	CAC-40	2.839,61	2.807,34	1,15	1,15	-11,76	-41,64	2.519,29	5.142,10
Itália	Milão	MIBTEL	12.974,00	12.855,00	0,93	0,93	-14,06	-47,87	10.544,00	26.276,00
Canadá	Toronto	TSE-300	8.941,82	8.720,39	2,54	2,54	-0,51	-33,47	7.566,94	15.073,13
Japão	Tóquio	NIKKEI-225	8.351,91	8.109,53	2,99	2,99	-5,73	-34,01	7.054,98	14.489,44
América Latina										
Argentina	Buenos Aires	MERVAL	1.134,61	1.125,95	0,77	0,77	5,09	-46,88	828,99	2.248,63
Chile	Santiago	IPSA	2.517,18	2.478,94	1,54	1,54	5,92	-13,84	2.101,10	3.096,12
Peru	Lima	IGBVL	9.409,78	9.237,65	1,86	1,86	33,50	-45,90	6.038,66	18.309,76
México	Cidade do México	IPC	19.880,37	19.626,75	1,29	1,29	-11,17	-37,46	16.868,66	32.095,04
Venezuela	Caracas	IBVC	43.857,63	Feriado	0,42	0,42	24,99	27,00	33.894,41	43.857,63
África/Ásia										
África do Sul	Joanesburgo	ALL SHARE	20.742,01	20.363,91	1,86	1,86	-3,57	-29,99	17.814,42	33.232,89
Austrália	Sidney	ALL ORDINARIES	3.527,20	3.532,30	-0,14	-0,14	-3,61	-34,86	3.111,70	6.035,00
China	Shenzen	SHENZHEN SE	840,95	825,32	1,89	1,89	44,61	-21,30	480,30	1.197,56
China	Xangai	XANGAI SE	2.408,02	2.373,21	1,47	1,47	32,25	-27,67	1.706,70	3.761,01
Cingapura	Cingapura	STRAITS TIMES	1.702,26	1.699,99	0,13	0,13	-3,37	-44,12	1.456,95	3.248,75
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	1.233,36	1.206,26	2,25	2,25	9,68	-27,55	938,75	1.888,88
Egito	Cairo	CASE 30	4.212,27	4.193,94	0,44	0,44	-8,36	-63,11	3.389,31	11.924,83
Filipinas	Manila	P COMP	1.967,28	1.986,22	-0,95	-0,95	5,04	-33,76	1.704,41	3.048,31
Hong Kong	Hong Kong	HANG SENG	13.519,54	13.576,02	-0,42	-0,42	-6,03	-41,57	11.015,84	26.262,13
India	Bombaim	SENSEX-30	9.901,99	9.708,50	1,99	1,99	-0,01	-36,63	8.160,40	17.600,12
Indonésia	Jacarta	JCI	1.461,75	1.434,07	1,93	1,93	7,85	-38,92	1.111,39	2.510,96
Israel	Tel Aviv	TA-100	666,26	666,14	0,02	0,02	13,93	-29,43	547,14	1.042,21
Malásia	Kuala Lumpur	KLSE COMP	884,18	872,55	1,33	1,33	0,85	-29,29	829,41	1.300,67
Nova Zelândia	Wellington	TOP-50	2.572,86	2.575,81	-0,11	-0,11	-5,26	-28,03	2.434,12	3.661,34
Tailândia	Bangcoc	SET	430,09	431,50	-0,33	-0,33	-4,42	-47,76	384,15	884,19
Taiwan	Taipé	WEIGHTED	5.314,45	5.210,84	1,99	1,99	15,75	-36,88	4.089,93	9.295,20
Europa										
Áustria	Viena	ATX PRIME	768,51	761,93	0,86	0,86	-0,25	-58,37	636,06	2.123,00
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	1.772,84	1.748,74	1,38	1,38	-7,12	-53,55	1.527,27	3.946,34
Dinamarca	Copenhague	KFX	237,71	228,36	4,09	4,09	-4,04	-45,36	213,11	468,66
Espanha	Madri	IBEX-35	7.961,00	7.815,00	1,87	1,87	-13,43	-41,89	6.817,40	14.247,60
Grécia	Atenas	ASE GENERAL	1.678,72	1.684,37	-0,34	-0,34	-6,03	-58,69	1.469,41	4.303,77
Holanda	Amsterdã	AEX	220,70	216,98	1,71	1,71	-10,26	-51,35	199,25	496,12
Hungria	Budapeste	BUX	11.161,03	11.071,85	0,81	0,81	-8,83	-49,23	9.461,29	23.507,86
Polônia	Varsóvia	WIG	24.145,69	24.036,12	0,46	0,46	-11,32	-50,30	21.274,28	48.900,99
Portugal	Lisboa	GENERAL INDEX	2.097,17	2.081,83	0,74	0,74	1,14	-38,37	1.907,82	3.675,02
República Checa	Praga	PX	755,20	749,70	0,73	0,73	-12,00	-51,68	628,50	1.710,80
Rússia	Moscou	RTS *	685,51	689,63	-0,60	-0,60	8,49	-66,78	498,20	2.487,92
Suécia	Estocolmo	OMX	679,51	653,05	4,05	4,05	2,59	-30,75	567,61	1.036,86
Suíça	Zurique	SWISS MARKET	5.014,90	4.927,43	1,78	1,78	-9,39	-33,08	4.307,67	7.778,93
Turquia	Istambul	ALL SHARE	26.102,92	25.931,66	0,66	0,66	-1,61	-34,83	21.258,46	42.807,27

* Índice expresso em dólares.

Fonte: Bloomberg e Valor Data.

Nova York - Nasdaq 100

Preços em dólares - 01/04/09

Ações	Preços	Var. %	Ações	Preços	Var. %	Ações	Preços	Var. %
Activision Blizzard Inc	10,490	0,29	Expedia Inc	9,360	3,08	Microsoft Corp	19,310	5,12
Adobe Systems Inc	21,960	2,66	Expeditors Intl Wash Inc	27,860	-1,52	Millicom Intl Cellular S.A.	38,650	4,35
Akamai Technologies	19,880	2,47	Express Scripts Inc	47,270	2,38	Netapp Inc	15,400	3,77
Altera Corporation	17,470	-0,46	Fastenal Co	32,930	2,41	Nii Holdings Inc	15,870	5,80
Amazon.Com Inc	73,500	0,08	Fiserv Inc	36,720	0,71	Nvidia Corp	10,110	2,54
Amgen Inc	48,330	-2,40	Flextronics Intl Ltd	2,940	1,73	Oracle Corp	18,580	2,82
Amylin Pharmaceuticals Inc	12,050	2,55	Flir Systems Inc	20,760	1,37	Paccar Inc	26,140	1,48
Apollo Group Inc-Cl A	66,460	-15,15	Focus Media Holding-Adr	6,900	1,47	Patterson Cos Inc	18,590	-1,43
Apple Inc	108,690	3,40	Foster Wheeler Ag	18,040	3,26	Paychex Inc	25,680	0,04
Applied Materials Inc	10,760	0,09	Garmin Ltd	22,070	4,05	Petsmart Inc	21,140	0,86
Autodesk Inc	17,110	1,78	Genzyme Corp	57,250	-3,60	Qualcomm Inc	39,680	1,98
Baidu Inc - Spon Adr	174,770	-1,04	Gilead Sciences Inc	45,180	-2,46	Research In Motion	45,620	5,92
Bed Bath & Beyond Inc	24,980	0,93	Google Inc-Cl A	354,090	1,73	Ryanair Holdings Plc-Sp Adr	23,680	2,47
Biogen Idec Inc	51,880	-1,03	Hansen Natural Corporation	36,210	0,58	Sandisk Corp	12,500	-1,19
Broadcom Corp-Cl A	20,910	4,65	Henry Schein Inc	39,850	-0,40	Seagate Technology	5,980	-0,50
C.H. Robinson Worldwide Inc	45,350	-0,57	Hologic Inc	12,680	-3,13	Sears Holdings Corp	48,090	5,21
Ca Inc	17,800	1,08	Iac/Interactivecorp	15,650	2,76	Sigma-Aldrich	38,680	2,36
Cadence Design Sys Inc	4,250	1,19	Infosys Technologies-Sp Adr	26,990	1,35	Sirius Xm Radio Inc	0,345	-1,43
Celgene Corp	38,470	-13,36	Intel Corp	15,030	-0,13	Staples Inc	18,410	1,66
Cephalon Inc	68,860	1,12	Intuit Inc	27,330	1,22	Starbucks Corp	11,170	0,54
Check Point Software Tech	22,150	-0,27	Intuitive Surgical Inc	94,330	-1,08	Steel Dynamics Inc	8,980	1,93
Cintas Corp	24,560	-0,65	Joy Global Inc	21,570	1,27	Stericycle Inc	48,960	2,58
Cisco Systems Inc	17,460	4,11	Juniper Networks Inc	15,780	4,78	Sun Microsystems Inc	8,000	9,29
Citrix Systems Inc	23,620	4,33	Kla-Tencor Corporation	20,340	1,70	Symantec Corp	15,290	2,34
Cognizant Tech Solutions-A	21,250	2,21	Lam Research Corp	23,430	2,90	Teva Pharmaceutical-Sp Adr	45,440	0,87
Comcast Corp-Cl A	13,920	2,05	Lamar Advertising Co-Cl A	10,310	5,74	Verisign Inc	19,050	0,95
Costco Wholesale Corp	46,350	0,06	Leap Wireless Intl Inc	35,680	2,32	Vertex Pharmaceuticals Inc	28,480	-0,87
Dell Inc	9,520	0,42	Level 3 Communications Inc	0,950	3,26	Virgin Media Inc	5,030	4,79
Dentsply International Inc	26,190	-2,46	Liberty Global Inc-A	15,030	3,23	Whole Foods Market Inc	17,480	4,05
Directv Group Inc/The	23,460	2,94	Liberty Media-Interactive A	3,130	-7,93	Wynn Resorts Ltd	21,550	7,91
Discovery Communications-A	17,060	6,49	Linear Technology Corp	22,460	-2,26	Xilinx Inc	19,390	1,20
Dish Network Corp-A	11,540	3,87	Logitech International-Reg	10,640	3,50	Yahoo! Inc	12,750	-0,47
Ebay Inc	13,130	4,54	Marvell Technology Group Ltd	9,470	3,38	**Fonte:** Bloomberg.		
Electronic Arts Inc	18,390	1,10	Microchip Technology Inc	21,590	1,89			

Nova York - Nyse

Preços em dólares - 01/04/09

Ações	Preços	Var. %	Ações	Preços	Var. %	Ações	Preços	Var. %
3M Co	50,650	1,87	At&T Inc	25,920	2,86	Capital One Financial Corp	12,970	5,96
4Kids Entertainment Inc	1,170	6,36	Automatic Data Processing	35,100	-0,17	Cardinal Health Inc	31,160	-1,02
Abbott Laboratories	46,700	-2,10	Avon Products Inc	19,370	0,73	Carnival Corp	23,040	6,67
Advanced Micro Devices	3,020	-0,98	Avx Corp	9,360	3,08	Caterpillar Inc	28,990	3,68
Aegon N.V.-Ny Reg Shr	4,120	7,29	Baker Hughes Inc	28,730	0,63	Centerpoint Energy Inc	10,280	-1,44
Aes Corp	5,920	1,89	Bank Of America Corp	7,050	3,37	Cgi Group Inc - Cl A	8,200	2,50
Aetna Inc	24,130	-0,82	Bank Of New York Mellon Corp	28,390	0,50	Chevron Corp	68,300	1,58
Aflac Inc	18,750	-3,15	Barrick Gold Corp	33,890	4,53	Chubb Corp	42,650	0,78
Agilent Technologies Inc	16,000	4,10	Baxter International Inc	50,670	-1,07	Cigna Corp	17,890	1,71
Air Products & Chemicals Inc	57,580	2,36	Bb&T Corp	17,340	2,48	Cit Group Inc	2,740	-3,86
Alcoa Inc	7,600	3,54	Bce Inc	20,700	4,02	Citigroup Inc	2,680	5,93
Allegheny Energy Inc	23,340	0,73	Becton Dickinson And Co	66,400	-1,25	Clorox Company	51,870	0,76
Allergan Inc	48,010	0,52	Berkshire Hathaway Inc-Cl A	87.600,000	1,04	Coca-Cola Co/The	44,860	2,07
Allstate Corp	20,060	4,75	Berkshire Hathaway Inc-Cl B	2.819,000	-0,04	Coca-Cola Enterprises	13,490	2,27
Altria Group Inc	16,300	1,75	Best Buy Co Inc	38,970	2,66	Colgate-Palmolive Co	58,800	-0,31
Amdocs Ltd	18,710	1,03	Black & Decker Corp	33,180	5,13	Comerica Inc	19,190	4,81
American Electric Power	25,410	0,59	Blockbuster Inc-Cl A	0,780	8,33	Computer Sciences Corp	37,580	2,01
American Express Co	14,440	7,36	Boeing Co	35,440	-0,39	Conagra Foods Inc	16,730	-0,83
American International Group	1,070	7,00	Boston Scientific Corp	8,230	3,52	Conocophillips	39,800	1,63
Amr Corp	3,370	5,64	Bristol-Myers Squibb Co	21,970	1,67	Consolidated Edison Inc	39,390	-0,56
Anadarko Petroleum Corp	40,520	4,19	Brookfield Asset Manage-Cl A	14,420	4,64	Corning Inc	14,150	6,63
Analog Devices	19,000	-1,40	Bunge Ltd	57,940	2,28	Crown Holdings Inc	22,520	-0,92
Aon Corp	40,510	-0,76	Burlington Northern Santa Fe	61,200	1,75	Cvs Caremark Corp	28,100	2,22
Apache Corp	66,070	3,09	Cablevision Systems-Ny Grp-A	13,400	3,55	Daimler Ag-Registered Shares	26,080	2,11
Archer-Daniels-Midland Co	28,350	2,05	Campbell Soup Co	27,740	1,39	Danaher Corp	52,510	-3,15

Nova York - Nyse - continuação

Preços em dólares - 01/04/09

Ações	Preços	Var. %	Ações	Preços	Var. %	Ações	Preços	Var. %
Deere & Co	34,260	4,23	International Paper Co	7,490	6,39	Progress Energy Inc	35,960	-0,83
Del Monte Foods Co	7,540	3,43	Interpublic Group Of Cos	4,450	8,01	Prologis	6,560	0,92
Devon Energy Corporation	46,480	4,01	Intl Business Machines Corp	97,610	0,74	Prudential Financial Inc	20,500	7,78
Diebold Inc	21,890	2,53	Ion Geophysical Corp	1,640	5,13	Public Service Enterprise Gp	29,650	0,61
Dominion Resources Inc/Va	30,770	-0,71	J.C. Penney Co Inc	20,560	2,44	Qwest Communications Intl	3,750	9,65
Donaldson Co Inc	27,640	2,98	Johnson & Johnson	53,040	0,84	Radioshack Corp	9,070	5,83
Dover Corp	26,760	1,44	Johnson Controls Inc	13,210	10,08	Raytheon Company	39,430	1,26
Dow Chemical	8,810	4,51	Jpmorgan Chase & Co	28,140	5,87	Rockwell Automation Inc	22,150	1,42
Dr Horton Inc	10,130	4,43	Kansas City Southern	12,620	-0,71	Rohm And Haas Co	78,940	0,13
Dst Systems Inc	35,010	1,13	Kellogg Co	37,590	2,62	Safeway Inc	20,660	2,33
Du Pont (E.I.) De Nemours	23,440	4,97	Kimberly-Clark Corp	47,320	2,62	Sara Lee Corp	8,220	1,73
Duke Energy Corp	14,260	-0,42	Kohls Corp	43,590	3,00	Schering-Plough Corp	23,700	0,64
Dun & Bradstreet Corp	76,670	-0,43	Kraft Foods Inc-Class A	22,810	2,33	Schlumberger Ltd	41,100	1,18
Dynegy Inc-Cl A	1,450	2,84	Kroger Co	21,340	0,57	Sherwin-Williams Co/The	52,210	0,46
Eastman Chemical Company	28,350	5,78	Lennox International Inc	26,610	0,57	Southern Co	30,810	0,62
Eastman Kodak Co	4,180	10,00	Lexmark International Inc-A	17,180	1,84	Southwest Airlines Co	6,430	1,58
Eaton Corp	37,500	1,74	Limited Brands Inc	9,170	5,40	Sprint Nextel Corp	3,970	11,20
Ecolab Inc	34,810	0,23	Lincoln National Corp	7,070	5,68	State Street Corp	30,530	-0,81
Edison International	28,900	0,31	Lockheed Martin Corp	67,590	-2,09	Sun Communities Inc	12,340	4,31
El Paso Corp	6,520	4,32	Lowe'S Cos Inc	18,480	1,26	Suncor Energy Inc	22,540	1,49
Eli Lilly & Co	33,780	1,11	Lsi Corp	3,290	8,22	Suntrust Banks Inc	12,020	2,39
Emc Corp/Mass	11,670	2,37	Manulife Financial Corp	11,870	5,98	Sysco Corp	22,650	0,40
Emerson Electric Co	29,530	3,32	Marathon Oil Corp	27,080	3,00	Target Corp	34,380	-0,03
Encana Corp	42,230	3,99	Marriott International-Cl A	16,930	3,48	Tenet Healthcare Corp	1,200	3,45
Entergy Corp	68,700	0,90	Marsh & Mclennan Cos	20,290	0,20	Teradyne Inc	4,490	2,51
Eog Resources Inc	57,130	4,33	Masco Corp	6,990	0,14	Texas Instruments Inc	16,250	-1,57
Exelon Corp	45,280	-0,24	Mastercard Inc-Class A	160,080	-4,42	Textron Inc	6,450	12,37
Exxon Mobil Corp	69,230	1,66	Mattel Inc	11,920	3,38	Thermo Fisher Scientific Inc	34,380	-3,62
Fedex Corp	44,960	1,06	Mcdonald'S Corp	55,240	1,23	Tiffany & Co	21,860	1,39
Ferro Corp	1,630	13,99	Mcgraw-Hill Companies Inc	22,990	0,52	Time Warner Inc	20,700	7,25
Firstenergy Corp	38,760	0,41	Medco Health Solutions Inc	41,870	1,28	Tjx Companies Inc	25,620	-0,08
Fmc Corp	44,850	3,96	Medtronic Inc	29,580	1,02	Transalta Corp	14,810	0,82
Foot Locker Inc	10,680	1,91	Merck & Co. Inc.	26,990	0,90	Transocean Ltd	59,320	0,82
Ford Motor Co	2,740	4,18	Metlife Inc	23,430	2,90	Travelers Cos Inc/The	42,140	3,69
Forest Laboratories Inc	21,970	0,05	Micron Technology Inc	4,180	2,96	Tyco International Ltd	19,660	0,51
Fortune Brands Inc	25,730	4,81	Monsanto Co	81,740	-1,32	Tyson Foods Inc-Cl A	9,780	4,15
Fpl Group Inc	51,170	0,87	Morgan Stanley	23,730	4,22	Unilever N V -Ny Shares	19,830	1,17
Franklin Resources Inc	54,600	1,36	Motorola Inc	4,330	2,36	Union Pacific Corp	41,600	1,19
Freeport-Mcmoran Copper	39,710	4,20	National Semiconductor Corp	10,760	4,77	Unisys Corp	0,530	estável
Frontline Ltd	17,550	0,92	Ncr Corporation	8,020	0,88	United Parcel Service-Cl B	50,070	1,73
Gannett Co	2,290	4,09	New York Times Co -Cl A	4,560	0,88	United Technologies Corp	43,880	2,09
Gap Inc/The	13,730	5,70	Newell Rubbermaid Inc	6,640	4,08	Unitedhealth Group Inc	20,680	-1,19
General Dynamics Corp	42,190	1,44	Newmont Mining Corp	47,400	5,90	Us Bancorp	14,910	2,05
General Electric Co	10,170	0,59	Nike Inc -Cl B	47,000	0,23	Valero Energy Corp	18,430	2,96
General Mills Inc	50,800	1,84	Norfolk Southern Corp	34,540	2,34	Verizon Communications Inc	31,220	3,38
General Motors Corp	1,930	-0,52	Northrop Grumman Corp	44,620	2,25	Viacom Inc-Class B	18,210	4,78
Goldcorp Inc	34,740	4,26	Nyse Euronext	18,390	2,74	Visa Inc-Class A Shares	54,290	-2,36
Goldman Sachs Group Inc	110,290	4,03	Occidental Petroleum Corp	57,330	3,02	Walgreen Co	26,500	2,08
Goodrich Corp	38,280	1,03	Office Depot Inc	1,440	9,92	Wal-Mart Stores Inc	52,820	1,38
Goodyear Tire & Rubber Co	6,490	3,67	Omnicom Group	23,830	1,84	Walt Disney Co/The	18,790	3,47
Halliburton Co	15,550	0,52	P G & E Corp	38,150	-0,18	Warner Music Group Corp	2,550	8,51
Harley-Davidson Inc	13,790	2,99	Parker Hannifin Corp	34,840	2,53	Waste Management Inc	25,590	-0,04
Harris Corp	29,300	1,24	Pepsico Inc	52,220	1,44	Wellpoint Inc	37,960	-0,03
Hartford Financial Svcs Grp	7,670	-2,29	Pfizer Inc	13,990	2,72	Wells Fargo & Co	14,480	1,69
Hershey Co/The	35,330	1,67	Philip Morris International	36,220	1,80	Western Union Co	12,680	0,88
Hess Corp	55,480	2,36	Philips Electronics-Ny Shr	15,450	3,90	Weyerhaeuser Co	28,230	2,39
Hewlett-Packard Co	32,880	2,56	Pinnacle Entertainment Inc	7,680	9,09	Whirlpool Corp	30,820	4,16
Hj Heinz Co	33,730	2,03	Pitney Bowes Inc	23,570	0,94	Williams Cos Inc	11,530	1,32
Home Depot Inc	23,830	1,15	Pnc Financial Services Group	30,500	4,13	Wyeth	43,300	0,60
Honeywell International Inc	28,310	1,62	Ppg Industries Inc	39,470	6,96	Xerox Corp	4,750	4,40
Illinois Tool Works	31,110	0,84	Praxair Inc	68,980	2,51	Xto Energy Inc	31,500	2,87
Ingersoll-Rand Co Ltd-Cl A	14,520	5,22	Procter & Gamble Co/The	48,210	2,38	**Fonte:** Bloomberg.		

Buenos Aires

Preços em pesos - 01/04/09

Ações	Preços	Var. %	Ações	Preços	Var. %	Ações	Preços	Var. %
Aluar Aluminio	1,700	1,80	Ledesma S.A.A.I.	3,020	0,67	Socotherm Americas Sa-Ser B	3,600	-1,37
Banco Macro Sa-B	3,790	-1,56	Mirgor S.A.C.I.F.I.A.-C	33,000	-1,49	Solvay Indupa Sa	1,710	estável
Banco Patagonia Sa-B Sh	1,440	estável	Molinos Rio De La Plata S.A.	8,750	-1,91	Telecom Argentina S.A.-B	5,720	-4,19
Bbva Banco Frances Sa	3,330	estável	Pampa Energia Sa	0,975	-2,50	Tenaris Sa	39,700	1,67
Cresud S.A.C.I.F.Y A.	2,850	estável	Petrobras - Petroleo Bras	62,050	4,64	Transener Sa-B	0,458	estável
Emp Distrib Y Comerc Norte	0,727	-0,41	Petrobras Energia Particip B	2,160	-2,70	Transportadora De Gas Sur-B	1,500	-1,32
Grupo Clarin-B	4,050	estável	Quickfood S.A.-Cl B	12,900	3,20	**Fonte:** Bloomberg.		
Grupo Financiero Galicia-B	0,696	-0,43	Siderar-A	8,950	-0,56			

Frankfurt

Preços em euro - 01/04/09

Ações	Preços	Var. %	Ações	Preços	Var. %	Ações	Preços	Var. %
Adidas Ag	25,140	0,32	Deutsche Post Ag-Reg	8,190	0,99	Merck Kgaa	67,180	0,93
Allianz Se-Reg	64,640	2,18	Deutsche Postbank Ag	12,210	2,18	Metro Ag	25,910	4,27
Altana Ag	12,950	0,39	Deutsche Telekom Ag-Reg	9,555	2,19	Mlp Ag	8,210	3,92
Basf Se	23,080	1,27	E.On Ag	20,870	-0,19	Muenchener Rueckver Ag-Reg	93,730	2,10
Bayer Ag	35,810	-0,53	Epcos Ag	18,970	estável	Rwe Ag	53,250	0,83
Bayerische Motoren Werke Ag	22,745	4,38	Fresenius Medical Care Ag &	29,480	0,75	Salzgitter Ag	42,720	1,52
Beiersdorf Ag	33,980	0,56	Henkel Ag & Co Kgaa Vorzug	20,750	1,32	Sap Ag	27,000	1,20
Commerzbank Ag	4,050	0,75	Hypo Real Estate Holding	1,320	6,45	Siemens Ag-Reg	42,970	-0,09
Continental Ag	12,580	0,16	Infineon Technologies Ag	0,850	-2,30	Thyssenkrupp Ag	13,080	-0,68
Daimler Ag-Registered Shares	19,280	1,05	K+S Ag	34,800	-0,37	Tui Ag	4,080	1,49
Deutsche Bank Ag-Registered	31,085	2,59	Linde Ag	51,520	0,66	Volkswagen Ag	233,660	1,02
Deutsche Boerse Ag	46,780	3,09	Man Ag	35,100	7,01	**Fonte:** Bloomberg.		
Deutsche Lufthansa-Reg	8,335	2,02						

Londres

Preços em pences - 01/04/09

Ações	Preços	Var. %	Ações	Preços	Var. %	Ações	Preços	Var. %
3I Group Plc	281,750	3,97	Cairn Energy Plc	2.186,000	0,51	Imperial Tobacco Group Plc	1.567,000	estável
Admiral Group Plc	874,500	2,46	Capita Group Plc	677,500	-0,15	Inmarsat Plc	476,000	-2,71
Alliance Trust Plc	266,000	0,76	Carnival Plc	1.637,000	3,28	Intercontinental Hotels Grou	559,000	5,27
Amec Plc	537,500	0,75	Carphone Warehouse Group	134,750	7,37	International Power Plc	212,500	0,95
Amlin Plc	352,750	2,54	Centrica Plc	230,750	1,32	Invensys Plc	173,000	4,03
Anglo American Plc	1.195,000	0,76	Cobham Plc	177,500	3,32	Itv Plc	20,000	5,26
Antofagasta Plc	509,000	0,89	Compass Group Plc	325,500	2,04	Johnson Matthey Plc	1.070,000	1,61
Associated British Foods Plc	638,000	-0,39	Daily Mail&General Tst-A Nv	239,500	2,35	Kazakhmys Plc	391,500	5,53
Astrazeneca Plc	2.425,000	-1,06	Diageo Plc	790,000	0,45	Kingfisher Plc	156,900	4,81
Autonomy Corp Plc	1.352,000	3,60	Drax Group Plc	520,000	0,68	Ladbrokes Plc	190,250	3,82
Aviva Plc	227,250	5,09	Dsg International Plc	26,000	25,30	Land Securities Group Plc	448,500	2,57
Bae Systems Plc	339,250	1,42	Enterprise Inns Plc	78,000	15,13	Legal & General Group Plc	44,800	4,19
Balfour Beatty Plc	345,750	5,41	Eurasian Natural Resources	448,500	2,39	Liberty International Plc	392,750	0,90
Barclays Plc	157,000	6,08	Experian Plc	445,000	1,89	Lloyds Banking Group Plc	71,000	0,42
Barratt Developments Plc	89,000	0,28	Ferrexpo Plc	57,000	2,24	London Stock Exchange Group	557,000	-1,50
Bg Group Plc	1.084,000	2,75	Firstgroup Plc	288,000	7,66	Lonmin Plc	1.429,000	0,42
Bhp Billiton Plc	1.371,000	-1,01	Fresnillo Plc	465,250	1,69	Man Group Plc	217,750	-0,34
Bp Plc	461,000	-2,23	Friends Provident Plc	72,300	4,33	Marks & Spencer Group Plc	309,250	4,48
British Airways Plc	147,000	4,40	G4S Plc	195,300	0,72	Mitchells & Butlers Plc	252,500	4,55
British American Tobacco Plc	1.607,000	-0,37	Gkn Plc	70,500	3,30	National Grid Plc	545,500	1,87
British Land Co Plc	376,750	4,44	Glaxosmithkline Plc	1.072,500	-1,38	Next Plc	1.410,000	6,50
British Sky Broadcasting Gro	432,750	-0,17	Hammerson Plc	258,500	1,57	Old Mutual Plc	55,200	6,36
Bt Group Plc	79,800	2,05	Hays Plc	74,750	2,75	Partygaming Plc	240,500	0,84
Bunzl Plc	556,000	1,74	Home Retail Group	242,250	7,79	Pearson Plc	709,500	1,14
Cable & Wireless Plc	136,900	-1,86	Hsbc Holdings Plc	410,750	3,99	Pennon Group Plc	412,250	1,79
Cadbury Plc	532,500	1,04	Icap Plc	310,750	2,14	Persimmon Plc	361,000	4,49

Londres - continuação

Preços em pences - 01/04/09

Ações	Preços	Var. %	Ações	Preços	Var. %	Ações	Preços	Var. %
Petrofac Ltd	530,000	-0,93	Schroders Plc	791,000	estável	Tomkins Plc	127,000	4,74
Prudential Plc	342,250	1,56	Schroders Plc-Non Voting	677,500	-1,09	Tui Travel Plc	239,500	4,70
Punch Taverns Plc	68,000	16,24	Scottish & Southern Energy	1.097,000	-1,08	Tullow Oil Plc	795,000	1,00
Randgold Resources Ltd	3.883,000	5,37	Segro Plc	17,750	2,31	Unilever Plc	1.322,000	0,30
Reckitt Benckiser Group Plc	2.610,000	-0,34	Serco Group Plc	365,750	estável	United Utilities Group Plc	482,750	-0,16
Reed Elsevier Plc	491,000	-2,00	Severn Trent Plc	999,000	0,91	Vedanta Resources Plc	692,500	2,52
Rentokil Initial Plc	44,500	estável	Shire Plc	833,500	-3,42	Vodafone Group Plc	128,200	4,44
Rexam Plc	267,000	-1,11	Smith & Nephew Plc	440,250	1,91	Whitbread Plc	819,000	3,93
Rio Tinto Plc	2.348,000	-0,09	Smiths Group Plc	662,000	0,53	William Hill Plc	179,000	5,14
Rolls-Royce Group Plc	305,500	3,91	Stagecoach Group Plc	131,750	9,79	Wm Morrison Supermarkets	254,250	-0,49
Royal Bank Of Scotland Group	25,100	2,45	Standard Chartered Plc	882,000	1,79	Wolseley Plc	246,000	6,61
Royal Dutch Shell Plc-A Shs	1.532,000	-2,48	Standard Life Plc	170,300	2,53	Wood Group (John) Plc	221,750	1,11
Royal Dutch Shell Plc-B Shs	1.502,000	-1,89	Tate & Lyle Plc	259,250	-0,48	Wpp Plc	407,250	3,69
Rsa Insurance Group Plc	128,800	-1,00	Taylor Wimpey Plc	23,500	13,25	Xstrata Plc	510,500	9,37
Sabmiller Plc	1.065,000	2,70	Tesco Plc	333,300	-0,03	Yell Group Plc	13,500	8,00
Sage Group Plc/The	170,500	0,77	Thomas Cook Group Plc	235,500	-1,88	**Fonte:** Bloomberg.		
Sainsbury (J) Plc	315,000	0,64	Thomson Reuters Plc	1.572,000	0,77			

México

Preços em pesos - 01/04/09

Ações	Preços	Var. %	Ações	Preços	Var. %	Ações	Preços	Var. %
Alfa S.A.B.-A	21,620	-1,50	Embotelladoras Arca Sab-Nom	26,000	4,46	Grupo Modelo S.A.B.-Ser C	42,890	0,80
Alsea Sab De Cv	4,400	5,77	Empresas Ica S.A.B	25,300	3,90	Grupo Simec S.A.-Ser B	21,110	2,73
America Movil Sab De C-Ser L	19,510	1,14	Fomento Economico Mexica-Ubd	35,320	-1,51	Grupo Televisa Sa-Ser Cpo	39,390	1,65
Axtel Sab De Cv - Cpo	5,710	0,18	Gruma S.A.B.-B	5,550	4,52	Impulsora Del Desarrollo Y E	8,850	10,21
Banco Compartamos Sa	26,840	estável	Grupo Aeroportuario De Sur-B	40,770	-0,03	Industrias Ch S.A.B.-Ser B	29,250	2,20
Bolsa Mexicana De Valores Sa	7,900	0,64	Grupo Aeroportuario Del Cent	12,770	-1,77	Industrias Penoles Sab De Cv	147,810	-0,24
Carso Global Telecom-A1	47,220	0,68	Grupo Aeroportuario Del-B Sh	25,180	-2,29	Kimberly-Clark De Mexico-A	46,990	2,44
Carso Infraestructura Y Cons	6,400	-3,03	Grupo Bimbo Sab- Series A	51,980	-1,18	Mexichem Sab De Cv-	10,170	2,94
Cemex Sab-Cpo	9,310	4,37	Grupo Carso Sab De Cv-Ser A1	34,450	0,67	Organizacion Soriana S.A.B-B	21,020	7,24
Cia Minera Autlan-Ser B	18,210	-0,93	Grupo Continental S.A.B-	22,750	-0,61	Telefonos De Mexico Sab Ser	11,110	3,74
Coca-Cola Femsa Sab-Ser L	49,040	1,47	Grupo Elektra Sa	481,120	2,32	Telmex Internacional Sab-L	6,740	2,74
Consorcio Ara S.A.B.-Ser	3,860	3,21	Grupo Famsa Sab-A	8,100	3,05	Tv Azteca Sa De Cv-Cpo	4,490	-1,54
Controladora Coml Mexic-Ubc	3,990	-0,50	Grupo Financiero Banorte-O	18,860	0,16	Urbi Desarrollos Urbanos Sab	12,510	0,56
Corporacion Geo Sab-Ser B	14,440	0,07	Grupo Financiero Inbursa-O	36,780	0,36	Vitro S.A.B.-Series A	4,500	1,12
Desarrolladora Homex Sab De	33,580	6,64	Grupo Mexico Sab De Cv-Ser B	10,940	5,09	Walmart De Mexico-Ser V	33,880	2,45

Nota: A = Ações para Investidores mexicanos; B = Ações para Investidores estrangeiros; C = Ações "neutras" para fundos de Investidores estrangeiros; 1 = Ações correspondentes a parte fixa do capital; 2 = Ações correspondentes a parte variável do capital; L = série dADR da Telemex listada na Bolsa de Nova York; V = Ações com direito a voto.

Fonte: Bloomberg.

Milão

Preços em euro - 01/04/09

Ações	Preços	Var. %	Ações	Preços	Var. %	Ações	Preços	Var. %
A2A Spa	1,144	0,09	Erg Spa	9,595	2,40	Pirelli & C.	0,176	0,06
Alleanza Assicurazioni	4,235	-0,24	Fiat Spa	5,310	0,76	Saipem	13,430	0,22
Assicurazioni Generali	12,750	-1,16	Finmeccanica Spa	9,830	4,91	Seat Pagine Gialle	1,100	55,70
Atlantia Spa	11,450	0,62	Fondiaria-Sai Spa	8,900	1,14	Snam Rete Gas	4,003	-0,93
Autogrill Spa	4,300	-0,92	Gruppo Editoriale L'Espresso	0,808	-1,28	Stmicroelectronics	3,875	2,79
Banca Italease	1,478	0,27	Intesa Sanpaolo	2,053	-0,97	Telecom Italia Spa	1,022	5,25
Banca Monte Dei Paschi Siena	1,030	-1,15	Lottomatica Spa	12,410	0,24	Tenaris Sa	7,710	0,65
Banca Popolare Di Milano	3,790	1,07	Luxottica Group Spa	11,850	1,37	Tema Spa	2,355	0,43
Banco Popolare Scarl	3,750	8,38	Mediaset Spa	3,355	-0,07	Tiscali Spa	0,390	0,52
Edison Spa	0,836	2,45	Mediobanca Spa	6,480	1,41	Ubi Banca Scpa	8,560	3,19
Enel Spa	3,575	-1,04	Mediolanum Spa	2,605	0,19	Unicredit Spa	1,320	6,28
Eni Spa	14,550	-0,48	Parmalat Spa	1,549	-0,13	**Fonte:** Bloomberg.		

Paris

Preços em euro - 01/04/09

Ações	Preços	Var. %	Ações	Preços	Var. %	Ações	Preços	Var. %
Accor Sa	27,075	3,28	Essilor International	29,555	1,56	Schneider Electric Sa	50,925	1,63
Air France-Klm	7,010	4,63	Eads Nv	8,971	2,41	Societe Generale	29,800	1,02
Air Liquide Sa	62,000	1,23	France Telecom Sa	17,410	1,52	Sodexo	35,040	2,08
Alcatel-Lucent	1,441	1,62	Gdf Suez	25,215	-2,46	Stmicroelectronics Nv	3,906	3,12
Alstom	39,440	1,17	Groupe Danone	36,915	0,70	Suez Environnement Sa	11,520	4,02
Arcelormittal	16,010	4,81	Lafarge Sa	31,910	-5,84	Television Francaise (T.F.1)	6,000	1,68
Axa Sa	9,539	5,40	Lagardere S.C.A.	21,930	3,76	Thales Sa	29,410	3,05
Bnp Paribas	32,900	5,72	L'Oreal	52,230	0,83	Thomson (Ex-Tmm)	0,740	7,71
Bouygues Sa	27,945	3,81	Lvmh Moet Hennessy Louis Vui	48,305	2,15	Total Sa	36,940	-1,30
Canal +	4,720	0,43	Michelin (Cgde)-B	27,970	0,14	Unibail-Rodamco	109,300	2,50
Cap Gemini	24,820	2,48	Pernod-Ricard Sa	42,520	1,30	Valeo Sa	11,485	4,36
Carrefour Sa	30,600	4,08	Peugeot Sa	15,040	5,62	Vallourec	70,000	0,27
Casino Guichard Perrachon	49,295	0,56	Ppr	50,675	4,96	Veolia Environnement	15,795	0,48
Compagnie De Saint-Gobain	21,680	2,65	Publicis Groupe	19,920	3,11	Vinci Sa	28,870	3,27
Credit Agricole Sa	8,542	2,77	Renault Sa	16,790	8,43	Vivendi	20,320	1,98
Dexia Sa	2,466	-5,15	Sanofi-Aventis	41,910	-1,11	**Fonte:** Bloomberg.		
Edf	29,560	0,08						

Tóquio

Preços em ienes - 01/04/09

Ações	Preços	Var. %	Ações	Preços	Var. %	Ações	Preços	Var. %
Advantest Corp	1.474,000	0,89	Isuzu Motors Ltd	125,000	5,04	Nomura Holdings Inc	511,000	3,23
Aeon Co Ltd	671,000	4,19	Itochu Corp	495,000	3,56	Nsk Ltd	387,000	2,65
Ajinomoto Co Inc	693,000	-0,29	Japan Airlines Corp	197,000	-1,50	Ntt Data Corp	277.000,000	3,67
All Nippon Airways Co Ltd	375,000	-2,85	Japan Tobacco Inc	271.400,000	3,63	Ntt Docomo Inc	145.000,000	8,45
Alps Electric Co Ltd	355,000	5,34	Kao Corp	1.929,000	0,52	Oki Electric Ind Co Ltd	70,000	11,11
Asahi Breweries Ltd	1.191,000	1,28	Kddi Corp	489.000,000	5,84	Pioneer Corp	135,000	4,65
Asahi Glass Co Ltd	535,000	3,08	Keihin Elec Express Railway	708,000	-0,56	Resona Holdings Inc	1.302,000	-0,61
Asahi Kasei Corp	361,000	1,69	Keio Corp	559,000	-0,18	Ricoh Co Ltd	1.190,000	2,32
Astellas Pharma Inc	3.090,000	2,32	Kirin Holdings Co Ltd	1.052,000	0,96	Sanyo Electric Co Ltd	142,000	-2,74
Bank Of Yokohama Ltd/The	424,000	1,44	Komatsu Ltd	1.117,000	4,39	Sapporo Holdings Ltd	397,000	6,43
Bridgestone Corp	1.494,000	6,03	Konica Minolta Holdings Inc	811,000	-3,22	Secom Co Ltd	3.630,000	estável
Canon Inc	2.895,000	2,66	Kuraray Co Ltd	850,000	1,80	Sharp Corp	796,000	2,58
Casio Computer Co Ltd	711,000	2,60	Kyocera Corp	6.590,000	1,70	Shin-Etsu Chemical Co Ltd	4.800,000	0,63
Chiba Bank Ltd/The	488,000	0,62	Kyowa Hakko Kirin Co Ltd	842,000	1,81	Shionogi & Co Ltd	1.721,000	2,20
Chubu Electric Power Co Inc	2.160,000	-0,46	Marubeni Corp	318,000	4,26	Shizuoka Bank Ltd/The	901,000	1,92
Citizen Holdings Co Ltd	440,000	10,00	Marui Group Co Ltd	545,000	4,21	Sony Corp	2.125,000	6,36
Clarion Co Ltd	54,000	3,85	Panasonic Corp	1.082,000	1,22	Sumitomo Chemical Co Ltd	345,000	3,60
Csk Holdings Corp	254,000	4,96	Panasonic Electric Works Co	731,000	2,09	Sumitomo Corp	866,000	2,73
Dai Nippon Printing Co Ltd	920,000	2,34	Mazda Motor Corp	173,000	5,49	Sumitomo Electric Industries	852,000	3,78
Dainippon Sumitomo Pharma Co	825,000	0,86	Minebea Co Ltd	368,000	2,79	Sumitomo Trust & Banking Co	374,000	0,27
Daiwa House Industry Co Ltd	820,000	3,54	Mitsubishi Corp	1.362,000	5,99	Suzuki Motor Corp	1.712,000	5,10
Daiwa Securities Group Inc	461,000	7,71	Mitsubishi Electric Corp	449,000	1,81	Taiyo Yuden Co Ltd	770,000	3,49
Denso Corp	2.055,000	5,28	Mitsubishi Estate Co Ltd	1.157,000	4,99	Takara Holdings Inc	502,000	2,03
Ebara Corp	241,000	11,57	Mitsubishi Logistics Corp	955,000	estável	Takeda Pharmaceutical Co Ltd	3.470,000	2,06
Eisai Co Ltd	2.910,000	1,04	Mitsubishi Motors Corp	129,000	3,20	Tdk Corp	3.800,000	4,11
Fanuc Ltd	6.740,000	1,66	Mitsubishi Ufj Financial Gro	495,000	3,99	Terumo Corp	3.660,000	0,83
Fast Retailing Co Ltd	11.390,000	1,97	Mitsui & Co Ltd	1.025,000	3,96	Toei Co Ltd	440,000	2,80
Fuji Electric Holdings Co Lt	121,000	4,31	Mitsui Fudosan Co Ltd	1.120,000	4,97	Tokyo Electron Ltd	3.800,000	4,40
Fuji Fire & Marine Insurance	78,000	4,00	Mitsumi Electric Co Ltd	1.422,000	0,85	Tokyu Corp	422,000	2,43
Fuji Heavy Industries Ltd	349,000	8,39	Nec Corp	270,000	2,27	Toppan Printing Co Ltd	691,000	3,29
Fujifilm Holdings Corp	2.220,000	4,47	Ngk Insulators Ltd	1.524,000	1,26	Toshiba Corp	269,000	5,91
Fujitsu Ltd	371,000	1,64	Nikon Corp	1.185,000	7,14	Toyo Seikan Kaisha Ltd	1.538,000	7,25
Furukawa Co Ltd	84,000	2,44	Nippon Sheet Glass Co Ltd	259,000	7,02	Toyota Motor Corp	3.270,000	4,81
Furukawa Electric Co Ltd/The	301,000	8,27	Nippon Steel Corp	268,000	1,90	Yamaha Corp	973,000	1,67
Hitachi Ltd	273,000	2,63	Nippon Telegraph & Telephone	3.860,000	3,49	Yokogawa Electric Corp	417,000	5,84
Hokuetsu Paper Mills Ltd	426,000	1,43	Nissan Motor Co Ltd	385,000	10,00	Yokohama Rubber Co Ltd	424,000	3,67
Honda Motor Co Ltd	2.470,000	6,70	Nisshin Seifun Group Inc	1.079,000	2,47	**Fonte:** Bloomberg.		

Informativo BM&FBovespa

ABC Brasil (ABCB – N2)
DRI: Sérgio Lulia Jacob
Aprovou a Distribuição de Juros sobre Capital Próprio
Enviou o seguinte aviso aos Acionistas: ABC Brasil Anuncia o Pagamento de Juros Sobre Capital Próprio Relativos ao 1T09. O Banco ABC Brasil (BOVESPA: ABCB4) comunicou aos acionistas que seu Conselho de Administração, em reunião realizada em 31/03/2009 aprovou a distribuição de juros sobre capital próprio (JCP) relativos ao primeiro trimestre de 2009. I - Valor dos JCP - O valor bruto dos JCP (sem dedução do IR) é de R$ 17478.687,07, correspondente a R$ 0,13 por ação ordinária e preferencial da Companhia. II - Data do Crédito - O crédito dos JCP ocorrerá até dia 15 de julho de 2009 e considerará a posição acionária do dia 31/03/2009. III - Imposto de Renda na Fonte - O valor dos JCP está sujeito ao imposto de renda na fonte, à alíquota de 15%, exceto para os acionistas comprovadamente isentos ou imunes, conforme consta dos cadastros que mantêm junto à instituição custodiante (Banco Itaú S.A.), ou acionistas domiciliados em paraísos fiscais cuja alíquota de imposto de renda é de 25%. Para aqueles acionistas que não estão sujeitos à retenção de Imposto de Renda e que ainda não constam dos cadastros da instituição custodiante como tal, deverão encaminhar a documentação comprobatória de isenção até o dia 03 de abril de 2009, inclusive, para a sede da Companhia, aos cuidados do departamento jurídico. IV - Imputação dos Juros aos Dividendos - Os JCP, líquidos do imposto de renda na fonte, serão imputados aos dividendos obrigatórios relativos ao exercício de 2009, conforme artigo 9º, parágrafo 7º, da Lei 9.249/95. V – Pagamento dos Juros sobre o Capital Próprio - Os juros sobre o capital próprio serão pagos aos acionistas, sem nenhuma remuneração. Contato RI: Sérgio Lulia Jacob, vice-presidente Financeiro e Diretor de RI, ri@abcbrasil.com.br. Alexandre Sinzato, Gerente de Relações com Investidores, ri@abcbrasil.com.br. Visite nosso website.
Nota: a partir de 01/04/2009 ações escriturais ex-juros.

All Amer Lat (ALLL - N2)
DRI: Sergio Messias Pedreiro
Debêntures da 4ª Emissão, Série Única, Ex-Juros
Em 1/4/2009 a ALL América Latina Logística S.A. pagará juros no valor de R$ 695,328900 por debênture, não conversíveis, da 4ª emissão, série única, emitidas em 01 de outubro de 2004.
Nota: a partir de 01/04/2009 debêntures da 4ª emissão série única ex-juros.

AmBev (AMBV)
DRI: Nelson Jose Jamel
Debêntures da 1ª Emissão – 1ª e 2ª Séries, Ex-Juros
Em 1/4/2009 a Cia Bebidas das Americas - Ambev pagará juros no valor de R$ 294,061900 por debênture, não conversíveis, da 1ª emissão, 1 ªsérie e R$ 296,260700 por debênture, não conversíveis, da 1ª emissão, 2ª série, emitidas em 01 de julho de 2006.
Nota: A partir de 01/04/2009 debêntures da 1ª emissão, 1ª e 2ª séries, ex-juros.

Anuncia a Compra do Engarrafador da Pepsi na Bolívia
Enviou o seguinte comunicado ao mercado: Companhia de Bebidas das Américas – AmBev (AmBev) anunciou hoje que sua subsidiária Quilmes Industrial (Quinsa), Société Anonyme adquiriu junto à SAB Miller plc 100% do capital social da Bebidas y Aguas Gaseosas Occidente S.R.L., engarrafadora exclusiva da Pepsi na Bolívia por um montante total aproximado de US$ 27 milhões. Para informações adicionais, favor contatar o Departamento de Relações com Investidores: Michael Findlay, (5511) 2122-1415 e Myriam Bado (5511) 2122-1414. ir@ambev.com.br. www.ambev-ir.com. Nosso site contém informações financeiras e operacionais adicionais sobre a AmBev, assim como transcrições de teleconferências. Os investidores podem se registrar para o recebimento automático de press releases por e-mail e notificações sobre apresentações e calendário de eventos da Companhia. Informações contidas neste documento podem incluir considerações futuras e refletem a percepção atual e perspectivas da diretoria sobre a evolução do ambiente macro-econômico, condições da indústria, desempenho da Companhia e resultados financeiros. Quaisquer declarações, expectativas, capacidades, planos e conjecturas contidos neste documento, que não descrevam fatos históricos, tais como informações a respeito da declaração de pagamento de dividendos, a direção futura das operações, a implementação de estratégias operacionais e financeiras relevantes, o programa de investimento e os fatores ou tendências que afetem a condição financeira, liquidez ou resultados das operações, são considerações futuras de significado previsto no U.S. Private Securities Litigation Reform Act de 1995 e contemplam diversos riscos e incertezas. Não há garantias de que tais resultados venham a ocorrer. As declarações são baseadas em diversos fatores e expectativas, incluindo condições econômicas e mercadológicas, competitividade da indústria e fatores operacionais. Quaisquer mudanças em tais expectativas e fatores podem implicar que o resultado real seja materialmente diferente das expectativas correntes.

Término de Oferta Registrada Nos EUA
Enviou o seguinte comunicado: AmBev anuncia o término de oferta registrada nos eua para troca de títulos de sua subsidiária Ambev International no montante de R$ 300 milhões com rendimento de 9,500% e vencimento em 2017. A Companhia de Bebidas das Américas – AmBev (AmBev) [BOVESPA: AMBV4, AMBV3; e Nyse: ABV, ABVc] e AmBev International Finance Co. Ltd. (AmBev International) anunciaram o término no dia 27 de março de 2009, às 17:00 de Nova Iorque, da oferta registrada nos EUA para troca de até R$ 300.000.000,00 em títulos recém registrados da AmBev International com rendimento de 9,500% ao ano e vencimento em 2017 (os Novos Títulos) por um montante equivalente de títulos anteriormente emitidos com rendimento de 9,500% ao ano e vencimento em 2017 (os Títulos Antigos). AmBev e AmBev International aceitaram todos os títulos que foram depositados e não resgatados na oferta registrada nos EUA. AmBev e AmBev International esperam completar a oferta registrada nos EUA e, em 31 de março de 2009, emitir os Novos Títulos em troca dos Títulos Antigos. Resultados da Oferta Registrada nos EUA às 17:00 de Nova Iorque do dia 27 de Março de 2009: Títulos Depositados e Não Resgatados Títulos com rendimento de 9,500% e vencimento em 2017 - 97,79%. Este comunicado não constitui uma oferta de venda ou uma solicitação de oferta de compra ou troca dos títulos novos ou dos títulos antigos. a oferta de troca é feita apenas nos termos do prospecto datado de 27 de fevereiro de 2009 e dos seus respectivos anexos. Para informações adicionais, favor contatar o Departamento de Relações com Investidores: Michael Findlay Myriam Bado +55 11 2122-1415 +55 11 2122-1414 ir@ambev.com.br WWW.AmBev-IR.COM Nosso site contém informações financeiras e operacionais adicionais sobre a AmBev, assim como transcrições de teleconferências. Os Investidores podem se registrar para o recebimento automático de press releases por e-mail e notificações sobre apresentações e calendário de eventos da Companhia. Informações contidas neste documento podem incluir considerações futuras e refletem a percepção atual e perspectivas da diretoria sobre a evolução do ambiente macro-econômico, condições da indústria, desempenho da Companhia e resultados financeiros. Quaisquer declarações, expectativas, capacidades, planos e conjecturas contidos neste documento, que não descrevam fatos históricos, tais como informações a respeito da declaração de pagamento de dividendos, a direção futura das operações, a implementação de estratégias operacionais e financeiras relevantes, o programa de investimento e os fatores ou tendências que afetem a condição financeira, liquidez ou resultados das operações, são considerações futuras de significado previsto no U.S. Private Securities Litigation Reform Act de 1995 e contemplam diversos riscos e incertezas. Não há garantias de que tais resultados venham a ocorrer. As declarações são baseadas em diversos fatores e expectativas, incluindo condições econômicas e mercadológicas, competitividade da indústria e fatores operacionais. Quaisquer mudanças em tais expectativas e fatores podem implicar que o resultado real seja materialmente diferente das expectativas correntes.

Anhanguera (AEDU-N2)
DRI: Ricardo Leonel Scavazza
Comunicado
A empresa enviou o seguinte comunicado: em atendimento ao disposto no artigo 157, parágrafo 4º da Lei 6.404/76 e na Instrução CVM 358/02, a Anhanguera Educacional Participações S.A. (Companhia) comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que a divulgação de seus resultados financeiros e operacionais relativos ao quarto trimestre de 2008 será realizada em 2/4/2009, após o encerramento do pregão da BM&FBOVESPA/Segmento BOVESPA, conforme calendário de eventos corporativos atualizado em 31/3/2009.

Autoban (ANHB)
DRI: Mauricio Soares Vasconcellos
Debêntures da 1ª Emissão – 3ª Série, Ex-Juros e Ex-Amortização
Em 01/04/2009 a Conc Sist Anhang-Bandeirant S.A. Autoban pagará juros no valor de R$ 651,638100 e amortização no valor de R$ 1.425,000000, por debênture, não conversível, da 1ª emissão, 3ª série, emitidas em 01 de abril de 2006.
Nota: a partir de 01/04/2009 debêntures da 1ª emissão, 3ª série, ex-juros e ex-amortização.

Autoban (ANHB)
DRI: Mauricio Soares Vasconcellos
Debêntures da 1ª Emissão – 1ª Série, Ex-Juros/Ex-Amortização
Em 1/4/2009 a Conc Sist Anhang-Bandeirant S.A. Autoban pagará juros no valor de R$ 1.298,222891 e amortização no valor de R$ 2.014,021552, por debênture, não conversível, da 1ª emissão/1ªsérie, emitidas em 01 de abril de 2006.
Nota: a partir de 01/04/2009 debêntures da 1ª emissão, 1ª série, ex-juros e ex-amortização.

Bahema (BAHI)
DRI: Guilherme Affonso Ferreira
Deliberações de RCA/Propostas às Assembléias
Na RCA de 25/03/2009, entre outros assuntos, foram aprovadas as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31/12/2008 e registrado que não haverá distribuição de dividendos na medida em que foi apurado um prejuízo de R$ 293.116,50 no exercício de 2008; aprovado o cancelamento de 100 ações ordinárias e 103.100 ações preferenciais de emissão da Companhia, mantidas em tesouraria, e a conseqüente alteração do artigo 5º do estatuto social, a ser deliberado pela Assembleia Geral de acionistas da Companhia; autorizados os representantes legais da Companhia a tomar todas as medidas necessárias para aprovar a proposta de redução de capital da Bahema Participações S.A., nos termos do artigo 173 da Lei 6.404/76, no montante de R$ 5.260.727,16, passando o seu capital social de R$ 12.257.959,33 para R$ 6.997.232,17, com a consequente alteração estatutária, mediante entrega de 9.500.000 ações de emissão do Itaú Unibanco para seus acionistas, avaliadas a valor contábil nos termos do artigo 22 da Lei 9.249/95; aprovada a submissão à deliberação da Assembleia Geral do aumento do capital social da Companhia, mediante a capitalização de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) da reserva estatutária, sem a emissão de novas ações, nos termos do artigo 169 parágrafo 1º da Lei 6.404/76, passando o capital social de R$ 15.484.483,45 para R$ 15.984.483,45, com a consequente alteração estatutária; aprovada a redução do capital social da Companhia, a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral de acionistas, nos termos do artigo 173 da Lei 6.404/76, no montante de R$ 15.797.506,52, passando o capital social da Companhia de R$ 15.984.483,45 para R$ 186.976,93, com a consequente alteração estatutária, mediante entrega de 5.370.056 ações de emissão do Itaú Unibanco para os acionistas da Companhia, avaliadas a valor contábil nos termos do artigo 22 da Lei 9.249/95, sendo que a eficácia da redução de capital ficará suspensivamente condicionada à aprovação da conversão de ações preferenciais em ações ordinárias pela Assembleia Geral Extraordinária e pela Assembleia Especial de acionistas titulares de ações preferenciais, e respeitado que as ações de emissão do Itaú Unibanco serão entregues aos acionistas da Companhia considerando as suas participações societárias imediatamente antes da referida conversão de ações; aprovada a submissão à deliberação da Assembleia Geral de acionistas e da Assembleia Especial de acionistas titulares de ações preferenciais, da conversão das 2.762.712 ações preferenciais, representativas da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia após o cancelamento de ações deliberado no item (iii) acima, em ações ordinárias, na proporção de 1,000 ação preferencial para cada 0,850 ação ordinária de emissão da Companhia, com a extinção das ações preferenciais, passando o número de ações representativas do capital social da Companhia a ser de 4.955.649 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e, ainda, submeter à deliberação dos acionistas, a minuta do estatuto social para refletir as deliberações, que foi examinada pelos Conselheiros e arquivada na sede da Companhia; e aprovada a convocação das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária de acionistas da Companhia a se realizarem no dia 30 de abril de 2009 às 10:30 horas, na sede da Companhia, com a finalidade de deliberar sobre as matérias acima listadas, e da Assembleia Especial de acionistas titulares de ações preferenciais a se realizar no dia 30 de abril de 2009 às 11:30 horas, na sede da Companhia, para deliberar sobre o item (vii) acima.
Nota: Encontra-se à disposição no site da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br), Mercados BOVESPA, menu Empresas/Para Investidores/Empresas Listadas, em Informações Relevantes, a íntegra da ata da RCA de 25/03/2009.

Bahema (BAHI)
DRI: Guilherme Affonso Ferreira
Redução do Capital Social/Conversão de Ações - Direito de Recesso
Enviou o seguinte fato relevante: a Bahema S.A. (Companhia) comunicou que foi convocada, nesta data (31/3/2009), Assembléia Geral Extraordinária (AGE) e Assembléia Especial de Preferencialistas (Assembléia Especial), a se realizarem em 30/4/2009, às 10h30 e 11h30, respectivamente, na sede social da Companhia à Rua Estados Unidos, 1.342, Jd. América, em São Paulo. Na AGE serão objeto de deliberação (i) a redução do capital social, no montante de R$ 15.797.506,52, nos termos do artigo 173 da LSA, mediante entrega de uma ação de emissão do Itaú Unibanco Banco Múltiplo S.A. (Itaú Unibanco) para cada uma ação preferencial ou ordinária de emissão da Companhia, e (ii) a proposta de conversão da totalidade das ações preferenciais em ações ordinárias, na proporção de 1,000 ação preferencial para cada 0,850 ação ordinária. A aprovação da redução de capital estará condicionada à aprovação da conversão, e à ratificação dos preferencialistas na Assembléia Especial. As ações ordinárias a serem emitidas em decorrência da conversão farão jus aos mesmos direitos das ações ordinárias de emissão da Companhia. A entrega de ações de emissão do Itaú Unibanco será realizada considerando as posições acionárias anteriormente à conversão. A redução só se tornará efetiva 60 dias após a publicação da ata da AGE. Durante esse prazo, os credores quirografários por títulos anteriores à data da publicação da ata poderão se opor à redução do capital. O acionista titular de ações preferenciais de emissão da Companhia, na data de publicação deste fato relevante, que for dissidente da deliberação da Assembléia Especial que aprovar a conversão, poderá requerer, no prazo legal, o reembolso do valor das ações preferenciais de que era titular, ressalvado o direito de retratação da Companhia. O reembolso será devido com base no valor patrimonial das ações de emissão da Companhia, apurado em 31/12/2008, que é de R$ 3,8235950 por ação, ressalvado o disposto no artigo 45 da LSA. Após o decurso do prazo de 30 dias da publicação da ata, durante o qual os acionistas poderão proceder à transferência das frações de ação, as frações eventualmente remanescentes serão agrupadas e leiloadas na BOVESPA, sendo o produto da venda distribuído entre seus titulares.
Nota: por conta do fato relevante publicado no dia de hoje, a BM&FBOVESPA está consultando a empresa se as ações preferenciais que forem adquiridas em 1/4/2009 ensejarão aos seus adquirentes o direito de retirada a que se refere o artigo 136/137 da Lei 6404/76.

Redução do Capital Social/Conversão de Ações
Enviou o seguinte fato relevante: a Bahema S.A. (Companhia) comunicou que foi convocada, nesta data (31/03/2009), Assembléia Geral Extraordinária (AGE) e Assembléia Especial de Preferencialistas (Assembléia Especial), a se realizarem em 30 de abril de 2009, às 10:30hs e 11:30hs, respectivamente, na sede social da Companhia à Rua Estados Unidos, 1.342, Jd. América, em São Paulo. Na AGE serão objeto de deliberação (i) a redução do capital social, no montante de R$ 15.797.506,52, nos termos do artigo 173 da LSA, mediante entrega de 1 (uma) ação de emissão do Itaú Unibanco Banco Múltiplo S.A. (Itaú Unibanco) para cada 1 (uma) ação preferencial ou ordinária de emissão da Companhia, e (ii) a proposta de conversão da totalidade das ações preferenciais em ações ordinárias, na proporção de 1,000 ação preferencial para cada 0,850 ação ordinária. A aprovação da redução de capital estará condicionada à aprovação da conversão, e à ratificação dos preferencialistas na Assembléia Especial. As ações ordinárias a serem emitidas em decorrência da conversão farão jus aos mesmos direitos das ações ordinárias de emissão da Companhia. A entrega de ações de emissão do Itaú Unibanco será realizada considerando as posições acionárias anteriormente à conversão. A redução só se tornará efetiva 60 dias após a publicação da ata da AGE. Durante esse prazo, os credores quirografários por títulos anteriores à data da publicação da ata poderão se opor à redução do capital. O acionista titular de ações preferenciais de emissão da Companhia, na data de publicação deste fato relevante, que for dissidente da deliberação da Assembléia Especial que aprovar a conversão, poderá requerer, no prazo legal, o reembolso do valor das ações preferenciais de que era titular, ressalvado o direito de retratação da Companhia. O reembolso será devido com base no valor patrimonial das ações de emissão da Companhia, apurado em 31/12/2008, que é de R$ 3,8235950 por ação, ressalvado o disposto no artigo 45 da LSA. Após o decurso do prazo de 30 (trinta) dias da publicação da ata, durante o qual os acionistas poderão proceder à transferência das frações de ação, as frações eventualmente remanescentes serão agrupadas e leiloadas na BOVESPA, sendo o produto da venda distribuído entre seus titulares.
Nota: Encontra-se à disposição no site da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br), Mercados BOVESPA, menu Empresas/Para Investidores/Empresas Listadas, em Informações Relevantes, a íntegra da ata da RCA de 25/03/2009 que aprovou as propostas a serem submetidas às assembléias.

Banco do Brasil (BBAS – NM)
DRI: Aldo Luiz Mendes
Extensão de Prazo para Atingir Free Float
Enviou o seguinte comunicado ao mercado: comunicaram que a Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA deferiu solicitação do Banco do Brasil para extensão de prazo para enquadramento do percentual mínimo de ações em circulação nos termos do Regulamento de Listagem Novo Mercado (free float = 25%). Com essa aprovação, o BB terá até o dia 28/06/2011 para atingir o free float exigido no regulamento acima citado.

BMF BOVESPA (BVMF – NM)
DRI: Carlos Kawall Leal Ferreira
Comunicado
Enviou o seguinte comunicado: a BM&FBOVESPA encerrou o mês de março com 236.080 contratos negociados no GTS, a plataforma eletrônica para negociação de derivativos da Bolsa, por meio do roteamento de ordens norte-sul com o Globex, sistema de negociação do CME Group. No período foram registrados 15.852 negócios. Inaugurado em 30/9/2008, o roteamento norte-sul permite que clientes conectados ao sistema de negociação Globex em mais de 80 países possam negociar diretamente produtos do segmento BM&F. Entre eles, contratos de opções e futuros de taxas de juros, taxas de câmbio e commodities como café, milho, etanol, boi gordo, entre outros.

Brasil (BBAS – NM)
DRI: Aldo Luiz Mendes
Esclarecimento sobre Notícias Veiculadas
Enviou o seguinte comunicado ao mercado: Em virtude da notícia veiculada no Jornal do Commércio do Rio de Janeiro de 30/03/2009, o Banco do Brasil informou que não existem tratativas ou discussão com outras instituições financeiras para eventuais aquisições que não sejam aquelas já comunicadas ao mercado. Cabe ressaltar que à luz da Lei 11.908, de 03/03/2009, o Banco do Brasil poderá avaliar o interesse de aquisição de participação acionária em quaisquer instituições financeiras e que eventual decisão da administração sobre o tema será prontamente comunicada ao mercado.

Brazilian SC (BSCS)
DRI: Fernando Pinilha Cruz
CRIs da 1ª Emissão, 73ª Série, Ex-Juros e Ex-Amortização
Em 6/4/2009 a Brazilian Securities Cia de Securitização pagará juros, no valor de R$ 2.576,59/CRI e amortização, no valor de R$ 2.134,93/CRI da 1ª emissão, 73ª série, aos detentores de CRIs em 03/04/2009.
Nota: a partir de 06/04/2009 CRIs da 1ª emissão, 73ª série, ex-juros e ex-amortização.

Capri Part (CPRP – MB)
Cancelamento de Registro
A BM&FBOVESPA cancelou em 31/03/2009 o registro para negociação dos valores mobiliários de emissão da Capri Participações S.A., em virtude de a CVM ter cancelado o seu registro de companhia aberta.

CEEE-GT (EEEL-MB)
DRI: Caio Tiberio Dornelles da Rocha
Contrato de Mútuo
A Empresa enviou o seguinte comunicado: foi firmado contrato de mútuo no valor de R$ 50 milhões, entre as Companhias CEEE-GT e CEEE-D, sendo a CEEE-GT a mutuante, que repassou os recursos à CEEE-D em 25/03/2009 com regramento contratual de devolução em parcela única até 30/08/2009, remunerada pela taxa CDI.

Cent Logist (CTLG)
DRI: Paulo Carvalho Gouvêa
Cisão Parcial/Suspensão e Reabertura dos Negócios
Enviou o seguinte fato relevante: Centennial Asset Participações Logística S.A. (a Companhia), em atendimento às Instruções CVM 319/99 e 358/02, comunicou ao mercado que os acionistas da Companhia, em Assembléia Geral Extraordinária realizada nesta data, aprovaram a cisão parcial da Companhia, de acordo com os seguintes termos: 1. a cisão tem por objetivo destacar do patrimônio da Companhia parcela correspondente a 100% das participações societárias por ela detidas nas subsidiárias que desenvolvem atividades de logística relacionadas com a implantação do Porto Sudeste e do Porto Brasil. A Companhia manterá a totalidade de sua participação na LLX Açu Operações Portuárias S.A., passando a dedicar seus esforços ao desenvolvimento do Porto do Açu. As parcelas destacadas do patrimônio líquido da Companhia foram absorvidas por duas novas companhias, denominadas Centennial Asset Participações Sudeste S.A. e Centennial Asset Participações Brasil S.A. (as receptoras). Os acionistas aprovaram ainda a mudança da denominação social da Companhia para Centennial Asset Participações Açu S.A.; 2. A Companhia acredita que a segregação de participações societárias possibilitará a atração de investimentos estratégicos em cada uma das subsidiárias afetadas pela cisão. A Companhia não vislumbra quaisquer fatores de risco decorrentes da implementação da referida cisão; 3. Os custos para a realização da cisão compreenderam a contratação de advogados, de empresa avaliadora e custos com as publicações legais e arquivamento dos respectivos atos societários; 4. Foram transferidos para as receptoras os seguintes ativos e passivos da Companhia, respectivamente: (i) para a Centennial Asset Participações Sudeste S.A., 30% das ações de emissão da LLX Sudeste Operações Portuárias S.A., sendo tal participação a totalidade de ações dessa sociedade detidas pela Companhia; e (ii) para a Centennial Asset Participações Brasil S.A., 30% das ações de emissão da LLX Brasil Operações Portuárias S.A., sendo tal participação a totalidade de ações dessa sociedade detidas pela Companhia. 5. Foi ratificada pela Assembléia Geral Extraordinária a nomeação da empresa Canarim Auditores Associados, responsável pela elaboração do laudo de avaliação do acervo líquido a ser cindido; 6. As parcelas cindidas foram avaliadas pelo critério do valor patrimonial-contábil, de acordo com balanço patrimonial de 10/12/2008. Todas as variações patrimoniais ocorridas após a data base e referentes às parcelas cindidas foram apropriadas conforme digam respeito a ativos e passivos de cada uma das Receptoras. A Canarim Auditores Associados declarou a inexistência de conflito ou comunhão de interesse, atual ou potencial, com o controlador da Companhia, em face de acionista minoritário ou no tocante à própria operação; 7. O valor total das parcelas cindidas da Companhia foi de R$ 49.489.427,31, tendo sido atribuídos a cada uma das Receptoras os valores estimados indicados no item 9 abaixo; 8. Em decorrência da cisão, o capital social da Companhia foi reduzido no valor de R$ 49.489.427,31, com a extinção de 49.489.427, ações ordinárias escriturais de propriedade da Centennial Asset Mining Fund LLC, passando seu capital social a ser de R$ 53.637.715,69, dividido em 53.637.715 ações ordinárias escriturais, sem valor nominal; 9. O capital social de cada uma das Receptoras foi formado com as parcelas cindidas do patrimônio da Companhia, de forma que após a cisão o capital dessas sociedades ficou assim representado: (i) Centennial Asset Participações Sudeste S.A. R$ 35.687.925,70, dividido em 35.687.925 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal; (ii) Centennial Asset Participações Brasil S.A. R$ 13.801.501,61, dividido em 13.801.501 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. 10. Em substituição às ações extintas, foram atribuídas aos acionistas da Companhia ações ordinárias das Receptoras, na mesma proporção das que atualmente possuem; 11. As Receptoras sucederam a Companhia em todos os direitos e obrigações referentes às parcelas cindidas, conforme for o caso, sem solidariedade com a Companhia; 12. A operação de cisão aqui contemplada não foi nem será submetida à aprovação das autoridades reguladoras ou de defesa da concorrência. Todos os documentos e informações pertinentes à cisão parcial da Companhia encontram-se disponíveis para consulta no site da Comissão de Valores Mobiliários. Mais informações também poderão ser obtidas mediante contato com o diretor de Relações com Investidores da Companhia, Sr. Paulo Carvalho de Gouvêa (e-mail: ri@ebx.com.br, telefone (21) 2555-5500).
Nota: a partir de 2/4/2009 ações escriturais ex-cisão parcial em ações de emissão da Centennial Asset Participações Sudeste S.A. e Centennial Asset Participações Brasil S.A. Ficam suspensos, no pregão de hoje (1/4/2009), os negócios com as ações de emissão dessa empresa, sendo reabertos a partir do pregão de 2/4/2009, na condição de ex-cisão parcial.

Concepa (CNCP)
DRI: Odenir José Sanches
Debêntures da 3ª Emissão, Série Única, Ex-Juros e Ex-Amortização
Em 01/04/2009 a Concessionária da Rodovia Osório–Porto Alegre S.A. - Concepa pagará juros, no valor de R$ 11,264401 e amortização no valor de R$ 674,098464, por debênture, não conversíveis, da 3ª emissão, série única, emitidas em 01 de abril de 2004.
Nota: a partir de 01/04/2009 debêntures da 3ª emissão, série única ex-juros e ex-amortização.

Cyrela Realt (CYRE - NM)
DRI: Luis Largman
Debêntures da 1ª Emissão, Série Única, Ex-Juros
Em 1/4/2009 a Cyrela Brazil Realty S.A. Empreend e Part pagará juros, no valor de R$ 655,665800 por debênture, não conversíveis, da 1ª emissão, série única, emitidas em 01 de abril de 2007.
Nota: a partir de 01/04/2009 debêntures da 1ª emissão série única ex-juros.

Dasa (Dasa - NM)
DRI: Fernando Janikian
Debêntures da 1ª emissão – série única, ex-juros e ex-amortização
Em 01/04/2009 a Diagnosticos Da America S.A. pagará juros no valor de R$ 653,626156 e amortização no valor de R$ 3.333,333333, por debênture, não conversível, da 1ª emissão, série única, emitidas em 01 de abril de 2006.
Nota: a partir de 01/04/2009 debêntures da 1ª emissão, série única, ex-juros e ex-amortização.

Econorte (ECNT)
DRI: Sandro Antonio de Lima
Debêntures da 1ª Emissão, Série Única, Ex-Juros/Vencimento
Em 01/04/2009 a empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte pagará juros, no valor de R$ 4,679320 e resgate no valor de R$ 464,469295, por debênture, não conversíveis, da 1ª emissão, série única, emitidas em 01 de março de 2001.
Nota: a partir de 01/04/2009 debêntures da 1ª emissão, série única, ex-juros e deixam de ser negociadas em razão de seu vencimento.

Eletrobras (ELET-N1)
DRI: Astrogildo Fraguglia Quental
Material de Apresentação
O material de apresentação sobre os resultados do período encerrado em 31/12/2008 encontra-se à disposição no site da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br), em Mercados BOVESPA, no menu Empresas/Para Investidores/Empresas Listadas, em Informações Relevantes.

Energisa (ENGI)
DRI: Mauricio Perez Botelho
Debêntures Simples da 1ª emissão, ex-juros
Em 01/04/2009 a Energisa S.A. pagará juros no valor de R$ 735,959480, por debênture simples da 1ª emissão, emitidas em 01 de outubro de 2006.
Nota: a partir de 01/04/2009 debêntures da 1ª emissão, ex-juros.

F Guimaraes (FGUI)
DRI: Antonio Cesar Berenguer Bittencourt Gomes
Deliberações de Assembléia de Credores
Em 30/03/2009 foi reaberta a AGC iniciada em 01/10/2008, para deliberar sobre o plano de recuperação judicial da Companhia, tendo sido os trabalhos suspensos para continuação no dia 11/05/2009 às 13h.
Nota: encontram-se à disposição no site da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br), no menu Empresas/Para Investidores/Empresas Listadas, em Informações Relevantes, as atas das AGCs de 01/10/2008, com continuação em 03/11/2008, 26/01/2009, 09/03/2009 e 30/11/2009, contendo nessa última as avaliações de bens da Companhia.

FDC Bancoob (BCOB-MB)
DR: Mauro Sérgio de Oliveira
Amortização de Cotas da 1ª Série
A Oliveira Trust DTVM Ltda., na qualidade de administradora do Bancoob FIDC Financeiros, informou que estará efetuando no dia 1/4/2009, o pagamento da amortização das cotas seniores da 1ª série, aos investidores que detinham cotas do Fundo no dia 31/3/2009. O valor da amortização será de R$ 1.246,86664300 por cota.
Nota: desde 1/4/2009 cotas seniores da 1ª série ex-amortização.

FDC BMG C IV (BMGQ)
Cancelamento de Registro
A BM&FBOVESPA cancelou em 31/03/2009 o registro para negociação das cotas de emissão desse fundo, em razão de seu encerramento.

FDC BMG Priv (BMGU)
Cancelamento de Registro
A BM&FBOVESPA cancelou em 31/03/2009 o registro para negociação das cotas de emissão desse fundo, em razão de seu encerramento.

FDC Energisa (FENE – MB)
DR: Alexandre Zakia Albert
Amortização de Cotas
A Intrag DTVM, na qualidade de administradora do FIDC Energisa, informou que efetuará, em 1/4/2009, o pagamento de amortização aos investidores que detinham cotas do fundo em 31/3/2009. Valor da correção por cota sênior: R$ 5.184,0180191.
Nota: a partir de 1/4/2009 cotas ex-amortização.

FDC Fator (ATPN - MB)
DR: Walter Appel
Cotas Seniores da 1ª Emissão, 1ª Serie, Ex-Amortização
O Banco Fator S.A., instituição administradora do Fator Autopan FIDC – CDC Veículos, informou que o Fundo estará efetuando no dia 1/4/2009, o pagamento de amortização de cotas seniores da 1ª emissão, 1ª série, aos investidores que detinham cotas do Fundo em 31/3/2009. Principal: R$ 24,7711; juros: R$ 2,96398010, e valor total a ser amortizado por cota sênior é de R$ 27,73510420.
Nota: a partir de 1/4/2009, cotas seniores da 1ª emissão, 1ª série, ex-amortização.

FDC Furnas I (FRNI)
DR: Gabriel Omar Alonso
Amortização de Cotas
O Banco Santander Brasil S.A., na qualidade de administrador do Fundo, informou que efetuará, em 02/04/2009, o pagamento de amortização aos investidores que detinham cotas do Fundo em 31/03/2009.

Juros	Amortização	Total
R$ 181,858052	R$ 203,560749	R$ 385,418801

Nota: a partir de 01/04/2009 cotas seniores ex-amortização e deixam de ser negociadas em razão de sua amortização final.

FDC Roya Pet (MLRP - MB)
Cancelamento de Registro
A BM&FBOVESPA cancelou em 31/03/2009 o registro para negociação das cotas de emissão desse fundo, no mercado de balcão organizado, em razão de seu encerramento.

FDC Union (UNNA – MB)
DR: Mauro Sergio de Oliveira
Pagamento de juros de cotas da 5ª série
A Oliveira Trust DTVM Ltda., na qualidade de administradora do Union National FIDC – Financ e Mercantis informou que estará efetuando no dia 01/04/2009, o pagamento de juros das cotas seniores da 5ª série, aos investidores que detinham cotas do Fundo no dia 31/03/2009. O valor da amortização será de R$ 2.000,00 por cota.
Nota: a partir de 01/04/2009 cotas seniores da 5ª série ex-juros.

FII A Branca (FPAB)
DR: Henrique Freihofer Molinari
Distribuição de Rendimento
A Coin DTVM Ltda., na qualidade de administradora do Fundo de Investimento Imobiliário Projeto Água Branca, informou a distribuição de rendimento referente ao mês de Março de 2009, no valor de R$ 2,00 por cota, aos cotistas com posição na data de 31/03/2009. O pagamento será realizado no dia 15/04/2009. Declarou que o Fundo se enquadra no inciso III do artigo 3º da Lei 11.033/2004, alterada pelo artigo 125 da Lei 11.196/2005. Em decorrência, fica isento do imposto de renda, o cotista pessoa física, desde que respeitado o disposto nos incisos I e II do parágrafo único do artigo 3º da Lei 11.033/2004.
Nota: a partir de 01/04/2009 cotas ex-rendimento.

FII ABC Imob (ABCP)
DR: Luiz Eugênio Junqueira Figueiredo
Distribuição de Rendimento
A Rio Bravo Investimentos S.A. DTVM, na qualidade de Administradora do Fundo de Investimento Imobiliário ABC Plaza Shopping, informou que em 07/04/2009 dará início ao pagamento do rendimento, relativo ao mês de Março/2009, no valor de R$ 0,045288650 por cota. Informou, ainda, que o Fundo se enquadra no inciso III do artigo 3º da Lei 11.033 (alterada), não havendo cotista pessoa física que detenha mais de 10% das cotas ou receba mais de 10% do rendimento distribuído.
Nota: a partir de 01/04/2009 cotas ex-rendimento.

FII Almirant (FAMB - MB)
DR: David Assine
Distribuição de Rendimento
O Banco Ourinvest S.A., na qualidade de administrador do Fundo de Investimento Imobiliário Edifício Almirante Barroso, informou que em 14/04/2009 dará início ao pagamento do rendimento, referente ao mês de MARÇO/2009, no valor de R$ 15,2735802 por cota, com base na posição de cotistas de 31/03/2008. Declarou, ainda, que o Fundo se enquadra no inciso III do artigo 3º da Lei 11.033 alterada.
Nota: a partir de 01/04/2009 cotas ex-rendimento.

FII Ancar IC (ANCR-MB)/FII Torre No (TRNT-MB)/FII Premier (PRMR-MB)/FII Lourdes (NSLU-MB)/FII Crianca (HCRI-MB)/FII Hotel MX (HTMX-MB
DR: David Assine
Demonstrações Financeiras do 2º Semestre de 2008
As demonstrações financeiras do 2º semestre de 2008 encontram-se à disposição no CIB (Centro de Informações BM&FBOVESPA).

FII BB Progr (BBFI - MB)
DR: Bolívar Tarrago Moura Neto
Distribuição de Rendimento
A Caixa Econômica Federal, na qualidade de Instituição Administradora do BB - Fundo de Investimento Imobiliário Progressivo, informou que promoverá a distribuição de resultados, relativos ao mês de Março/2009, no valor bruto de R$ 13,85880969231 por cota, a qual será efetuada em 15/04/2009. Informou, também, que o Fundo se enquadra no inciso III do artigo 3º da Lei 11.033, passando a usufruir da isenção de IR, nas condições em que a Lei 11.196/05 especifica. E, ainda, que não há cotista pessoa física titular de cotas que representem 10% (dez por cento) ou mais da totalidade das cotas emitidas pelo Fundo ou cujas cotas lhe dão direito ao recebimento de rendimento superior a 10% (dez por cento) do total de rendimentos auferidos pelo Fundo, de acordo com a posição de cotistas do mês de referência.
Nota: a partir de 01/04/2009 cotas ex-rendimento.

FII CSHGShop (HGBS)
DR: André Luiz de Santos Freitas
Distribuição de Rendimento
A Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A., na qualidade de Instituição Administradora do CSHG Brasil Shopping – Fundo de Investimento Imobiliário, informou que o valor do rendimento, referente ao mês de Março/09, corresponde a R$ 10,65 por quota e que será pago em 15/04/2009, aos detentores de cotas em 31/03/2009. A Instituição Administradora solicita, ainda, que se cumpra o artigo 125 da Lei 11.196 de 21/11/2005, que estabelece a isenção de tributação sobre os rendimentos distribuídos pelo Fundo aos quotistas pessoas físicas, com participação inferior a 10% (dez por cento) do total de rendimentos auferidos pelo mesmo.
Nota: a partir de 01/04/2009 cotas ex-rendimento.

FII Europar (EURO)
DR: Paulo Cezar Rodrigues Pinho da Silva
Distribuição de Rendimento
O Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A., na qualidade de Instituição Administradora do Fundo de Investimento Imobiliário Europar, informou que promoverá a distribuição de resultados do mês de Março/2009, no valor de R$ 1,36 por cota, aos cotistas detentores de cotas até o final do pregão de 31/03/2009. O pagamento do rendimento será efetuado a partir do dia 15/04/2009. Por fim, declaramos que o Fundo de Investimento Imobiliário EUROPAR enquadra-se no inciso III do artigo 3º da Lei 11.033 (alterada), não havendo cotista pessoa física detentor de 10% ou mais das cotas do Fundo, portanto somente seus cotistas pessoas jurídicas não farão jus à isenção de Imposto de Renda.
Nota: a partir de 01/04/2009 cotas ex-rendimento.

FII HG Real (HGRE)
DR: André Luiz de Santos Freitas
Distribuição de Rendimento
A Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A., na qualidade de Instituição Administradora do HG Real Estate Fundo de Investimento Imobiliário, informou que o valor do rendimento, referente ao mês de Março/09, corresponde a R$ 8,00 por quota e que será pago em 15/04/2009, aos detentores de cotas em 31/03/2009. A Instituição Administradora solicita, ainda, que se cumpra o artigo 125 da Lei 11.196 de 21/11/2005, que estabelece a isenção de tributação sobre os rendimentos distribuídos pelo Fundo aos quotistas pessoas físicas, com participação inferior a 10% (dez por cento) do total de rendimentos auferidos pelo mesmo.
Nota: a partir de 01/04/2009 cotas ex-rendimento.

FII Hotel MX (HTMX - MB)
DR: David Assine
Distribuição de Rendimento
O Banco Ourinvest S.A., na qualidade de administrador do Fundo de Investimento Imobiliário Hotel Maxinvest, informou que em 07/04/2009 dará início ao pagamento do rendimento, relativo ao mês de Março/2009, no valor de R$ 0,46463710 por cota, com base na posição de cotistas de 31/03/2009. Declarou, ainda, que o Fundo se enquadra no inciso III do artigo 3º da Lei 11.033 alterada.
Nota: a partir de 01/04/2009 cotas ex-rendimento.

FII JK Imob (FJKI)
DR: Luiz Eugênio Junqueira Figueiredo
Distribuição de Rendimento
A Rio Bravo Investimentos S.A. DTVM, na qualidade de Administradora do Fundo JK de Investimento Imobiliário, informou que em 07/04/2009 dará início ao pagamento do rendimento, relativo ao mês de Março/2009, no valor de R$ 0,015344226 por cota. Informou, ainda, que o Fundo se enquadra no inciso III do artigo 3º da Lei 11.033 (alterada), não havendo cotista Pessoa Física que detenha mais de 10% das cotas ou receba mais de 10% do rendimento distribuído.
Nota: a partir de 01/04/2009 cotas ex-rendimento.

FII Lourdes (NSLU - MB)
DR: David Assine
Distribuição de Rendimento
O Banco Ourinvest S.A., na qualidade de administrador do Fundo de Investimento Imobiliário Hospital Nossa Senhora de Lourdes, informou que em 07/04/2009 dará início ao pagamento do rendimento, relativo ao mês de Fevereiro/2009, no valor de R$ 1,42433935 por cota, com base na posição de cotistas de 31/03/2009. Declarou, ainda, que o Fundo se enquadra no inciso III do artigo 3º da Lei 11.033 alterada.
Nota: a partir de 01/04/2009 cotas ex-rendimento.

FII Memorial (FMOF)
DR: Henrique Freihofer Molinari
Distribuição de Rendimento
A Coin DTVM Ltda., na qualidade de administradora do Fundo de Investimento Imobiliário Memorial Office informou a distribuição de rendimento referente ao mês de Março de 2009, no valor de R$ 0,99 por cota, aos cotistas com posição na data de 31/03/2009. O pagamento será realizado no dia 17/04/2009. Declarou que o Fundo se enquadra no inciso III do artigo 3º da Lei 11.033/2004, alterada pelo artigo 125 da Lei 11.196/2005. Em decorrência, fica isento do imposto de renda, o cotista pessoa física, desde que respeitado o disposto nos incisos I e II do parágrafo único do artigo 3º da Lei 11.033/2004.
Nota: a partir de 01/04/2009 cotas ex-rendimento.

FII Ourinves (EDFO - MB)
DR: Mauro Sérgio de Oliveira
Distribuição de Rendimento
A Oliveira Trust DTVM S.A., na qualidade de Instituição Administradora do Fundo de Investimento Imobiliário Edifício Ourinvest, informou que promoverá a distribuição de rendimentos, relativos ao período encerrado em 31/03/2009, no valor bruto de R$ 1,35011576/cota, aos cotistas detentores de cotas em 31/03/2009. O pagamento do rendimento será efetuado a partir de 09/04/2009. Por fim, declarou que, no seu entendimento, o Fundo enquadra-se no inciso III do artigo 3º da Lei 11.033 (alterada), uma vez que não há cotista pessoa-física detentor de 10% ou mais das cotas do Fundo. Assim, entende que os cotistas pessoas jurídicas não farão jus à isenção de Imposto de Renda relativamente ao pagamento de rendimentos ora operado.
Nota: a partir de 01/04/2009 cotas ex-rendimento.

FII Torre Al (ALMI - MB)
DR: David Assine
Distribuição de Rendimento
O Banco Ourinvest S.A., na qualidade de administrador do Fundo de Investimento Imobiliário Torre Almirante, informou que em 14/04/2009 dará início ao pagamento do rendimento, relativo ao mês de MARÇO/2009, no valor de R$ 10,7556776 por cota, com base na posição de cotistas de 31/03/2009. Declarou, ainda, que o Fundo se enquadra no inciso III do artigo 3º da Lei 11.033 alterada.
Nota: a partir de 01/04/2009 cotas ex-rendimento.

FII V Parque (FVPQ)
DR: Luiz Eugênio Junqueira Figueiredo
Amortização/Rendimento de cotas
A Rio Bravo Investimentos S.A. D.T.V.M. na qualidade de administradora do Fundo de Investimento Imobiliário Via Parque Shopping, informou que, em função de entendimentos contábeis e legais, será efetuado, na data de 07/04/2009, pagamento aos cotistas à título de amortização de cotas, na base de R$ 0,08522755/cota, sem retenção de imposto de renda na fonte, e rendimentos no valor de R$ 4,30550512/cota, com base na posição dos cotistas de 31/03/2009.
Nota: a partir de 01/04/2009 cotas ex-amortização e ex-rendimentos.

Grazziotin (CGRA)
DRI: Gilson Valentin Grazziotin
Não Realização de AGO/E/Formas de Negociação
Enviou o seguinte comunicado ao mercado: comunicou que a Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, regularmente convocada para o dia 31 de março de 2009, não será realizada pela falta de 'quorum de instalação', tendo em vista que acionistas detentores de mais de 75% das ações ordinárias, informaram previamente à companhia que estão impossibilitados de comparecem a assembléia na data aprazada. Em face do cancelamento da realização da Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, convocada para o dia 31 de março de 2009, informamos que oportunamente será convocada novamente a Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, cuja convocação será publicada regularmente nos prazos legais. Informaram, ainda, que a companhia estará efetuando o pagamento para os acionistas dos juros sobre o capital próprio no dia 13 de abril de 2009.
Nota: fica sem efeito a orientação de que as ações de emissão dessa empresa passariam a ser negociadas na condição ex-dividendo a partir de 01/04/2009.

Guarani (ACGU – NM)
DRI: Reynaldo F. Benitez
Participação Acionária
Enviou o seguinte comunicado ao mercado: a Açúcar Guarani S.A. (BOVESPA: ACGU3), nos termos do artigo 12, caput e parágrafo 4º, da Instrução CVM 358, de 3/1/2002, informou que recebeu comunicação das empresas Gavião-M Investments LLC, Gaviao II Investments LLC e Gavião-P Investments LLC, com o seguinte teor: Gavião II Investments LLC (Gavião II) alienou em 12/3/2009, 1.183.670 ações da Açúcar Guarani S.A. (a Companhia) e Gavião-M Investments LLC (Gavião-M) alienou em 16/3/2009, 100.000 ações da Companhia. Consequentemente, Gavião II e Gavião-M, juntamente com a afiliada Gavião-P Investments LLC (Gavião-P), que havia adquirido 1.763.300 ações da Companhia em 4/8/2008, detinham no total, 8.215.750 ações da Companhia em 17/3/2009 (Participação Acionária do Gavião). Além disso, considerando que a Companhia concluiu uma oferta de direitos em 17/3/2009 (a oferta de direitos), que aumentou o capital social circulante da Companhia para 286.715.000, a participação acionária da Gavião diminuiu e atualmente corresponde a 2,87% do capital total e votante da Companhia. A participação acionária da Gavião possui as seguintes características: i. Acionista Vendedor: Gavião-M, Gavião II e Gavião-P cada uma delas, sociedade de responsabilidade limitada, devidamente constituída de acordo com as leis do estado de Delaware, Estados Unidos da América, com sede na 320 Park Avenue,27th Floor, New York, New York, 10022 e CNPJ/MF 08.173.848/0001-24, 08.945.648/0001-42 e 08.189.866/0001-02, respectivamente (as companhias vendedoras). ii. O principal objetivo da participação acionária da Gavião é a carteira de investimentos por parte das companhias vendedoras, no curso normal dos negócios. As companhias vendedoras declaram que não tem nenhuma intenção de alterar o bloco de controle ou a estrutura administrativa da Companhia. iii. As companhias vendedoras, antes das vendas, detinham um total de 8.388.950 ações da Companhia, então, representando (antes da oferta de direitos) 5,01% do capital total e votante da Companhia. iv. As companhias vendedoras não detém, nesta data, debêntures conversíveis em ações emitidas pela Companhia. v. Nesta data, não há nenhum acordo ou contrato celebrado entre as companhias vendedoras e a Companhia (ou quaisquer de seus acionistas) envolvendo o exercício de direitos de voto ou a aquisição de títulos e valores mobiliários emitidos pela Companhia.

Inpar S.A. (INPR – NM)
DRI: Álvaro Luis Afonso Simões
Operação de Alienação de Ativos da Companhia e de sua Subsidiária
Na RCA de 29/03/2009, foram tomadas as seguintes deliberações: (i) aprovar a operação de alienação de ativos da Companhia e de sua subsidiária Inpar Desenvolvimento Imobiliário Ltda., referentes aos empreendimentos imobiliários: Condomínio Residence Garden Calhau, Versatille Condominium, Sports Garden Holandeses, Edifício Horizont Residence, La Vita e One Jardim Sul, deixando a Inpar S.A., e subsidiária, de participarem dos referidos empreendimentos em favor do fortalecimento do caixa da Companhia, nos termos da alínea i, artigo 18, do Estatuto Social em vigor; (ii) nos termos da alínea f, do artigo 18, do Estatuto Social da Inpar S.A., os Conselheiros aprovaram, sem ressalvas, o relatório da administração e as contas da Diretoria, bem como sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2008, acompanhados de parecer dos Auditores Independentes da Companhia, inclusive fez-se presente à reunião para prestar esclarecimentos, Sr. Alexandre De Labetta Filho, sócio da Terco Grant Thorton Auditores Independentes. Os documentos referidos serão submetidos à deliberação dos acionistas da Companhia em Assembléia Geral Ordinária; (iii) foi aprovada a convocação dos acionistas para reunirem-se em Assembléia Geral Ordinária da Companhia que deliberará sobre as matérias constantes do artigo 132, da Lei 6.404/76, sem prejuízo de deliberarem, ainda, acerca de assuntos extraordinários que possam vir a ser acrescidos à ordem do dia da referida assembléia.

Invepar (IVPR – MB)/Metro Rio (OPRT – MB)
DRI: Damião Carlos Moreno Tavares/Renato Cesar Moreira Braga
Concretiza a Transferência de Controle Acionário
Enviaram o seguinte comunicado ao mercado: Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. – Invepar, Megapar Participações S.A.(Megapar), e Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (Metrô), vêm ao mercado, em atendimento ao disposto no parágrafo 4º do artigo 157 da Lei 6.404/76, e na Instrução CVM 358/02 e alterações posteriores, informar o quanto segue: 1 . Em complemento às informações prestadas nos fatos relevantes divulgados em 30/12/2008, 12/3/2009, e especialmente em 23/3/2009, foi concretizada nesta data (30/3/2009) a transferência da titularidade, para a Megapar, de 15.781.817 ações ordinárias de emissão de Metrô detidas por Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social – Valia (Valia), nos termos pactuados no contrato de compra e venda de ações (contrato) celebrado entre Megapar e Valia em 29/12/2008. Dessa forma, Megapar passou a deter nesta data (30/3/2009), direta e indiretamente, 99,99% das ações de emissão de Metrô. 2. Nos termos pactuados no Contrato, com a transferência das ações de Metrô acima descrita, fica automaticamente extinto o instrumento particular de contrato (acordo de acionistas de Metrô) celebrado em 24/1/1998 entre Sorocaba Empreendimentos e Participações S.A. e Valia.

Itauseg (ITSP – MB)
DRI: Rodolfo Henrique Fischer
Debêntures da 2ª emissão 2ª série ex-juros
Em 01/04/2009 a Itauseg Participacoes S.A pagará juros, no valor de R$ 648,770470 por debênture, não conversíveis, da 2ª emissão, 2ª série , emitidas em 01 de outubro de 2007.
Nota: a partir de 01/04/2009 debêntures da 2ª emissão, 2ª série ex-juros.

Debêntures da 2ª Emissão/1ª Série, Ex-Juros
Em 1/4/2009 a Itauseg Participacoes S.A pagará juros, no valor de R$ 645,586500 por debênture, não conversíveis, da 2ª emissão, 1ª série , emitidas em 01 de outubro de 2007.
Nota: a partir de 01/04/2009 debêntures da 2ª emissão, 1ª série ex-juros.

Localiza (RENT – NM)
DRI: Roberto Antonio Mendes
Debêntures da 1ª Emissão, Série Única, Ex-Juros
Em 1/4/2009 a Localiza Rent a Car S.A. pagará juros, no valor de R$ 685,532000 por debênture, não conversíveis, da 1ª emissão, série única, emitidas em 01 de abril de 2005.
Nota: a partir de 01/04/2009 debêntures da 1ª emissão série única ex-juros

Lojas Americ (LAME)
DRI: Roberto Martins de Souza
Debêntures da 3ª Emissão, Série Única, Ex-Juros
Em 1/4/2009 a Lojas Americanas S.A. pagará juros, no valor de R$ 658,799100/debênture, não conversíveis, emitidas em 01/04/2007.
Nota: a partir de 01/04/2009 debêntures da 3ª emissão, série única, ex-juros.

Esclarecimentos S/ Consulta BOVESPA
Enviou o seguinte comunicado ao mercado: fazemos referência ao Ofício CVM/SEP/GEA-2/106-09 recebido nesta data, para esclarecer que iniciamos, em caráter totalmente preliminar, uma análise de informações relativas a Globex Utilidades S.A., que nos foram disponibilizadas. A análise em questão iniciou-se nos últimos dois dias, não havendo qualquer juízo formado ou decisão tomada, sequer preliminar, a respeito do tema, nem muito menos qualquer tipo de proposta comercial, vinculativa ou não. Não existe, assim, nenhum fundamento nas ilações feitas na matéria publicada na imprensa e referida no ofício recebido acerca de qualquer estrutura para a eventual realização de uma transação ou de um suposto particular interesse por algum segmento específico da operação. Lojas Americanas S.A. analisa, permanentemente, como parte de sua estratégia empresarial e no interesse de seus acionistas, eventuais oportunidades de negócio que lhe são apresentadas, e manterá o mercado informado a respeito de qualquer eventual desenvolvimento efetivo da matéria, não pretendendo voltar a manifestar-se a respeito até que isto suceda. Teme a companhia que, em processos dessa natureza, de caráter potencialmente competitivo, reagir a conjecturas repetidas acerca de hipóteses futuras ou a discussões buscando revelar antecipadamente a sua estratégia negocial em um caso concreto pode ter resultados adversos, pondo em risco o legítimo interesse da companhia e de seus acionistas na preservação da eficácia dessa estratégia. Isto, naturalmente, sem prejuízo da adequada divulgação de eventuais fatos relevantes, se e quando materializados.

Lopes Brasil (LPSB-NM)
DRI: Marcello Rodrigues Leone
Esclarecimentos
A Empresa enviou o seguinte comunicado: a Lopes – LPS Brasil (BOVESPA: LPSB3; Reuters: LPS3.SA; Bloomberg: LPSB.BZ) (Companhia ou Lopes), maior empresa de intermediação e consultoria de lançamentos imobiliários do Brasil, em linha com as melhores práticas de governança corporativa e de divulgação de informações, comunicou que no dia 20/3/2009 foi publicado no jornal Valor Econômico a informação de um pedido arbitrário de falência da Sati Assessoria Imobiliária Ltda. (Sati), controlada da Companhia, requerido pela empresa Webtraffic Assessoria e Consultoria em Publicidade Online Ltda. De acordo com a lei de falências, os pedidos de falência podem apenas ser aplicados a empresas insolventes, o que não é o caso da Sati ou da Lopes. Por esse motivo, o pedido de falência foi retirado pelo fornecedor, através de pedido de desistência protocolado em 24/3/2009. Dessa forma, considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça que estabelece que o processo de falência não deve ser desvirtuado para servir de instrumento de coação para a cobrança de dívidas, e sendo a Sati uma empresa solvente, tomaremos as medidas judiciais cabíveis contra o autor do pedido de falência, inclusive para a cobrança de indenização por perdas e danos. Para informações adicionais, contate a área de Relações com Investidores da Lopes: Marcello Leone, ri@lopes.com.br, (11) 3067-0015, Raíssa de Mello João, rjmello@lopes.com.br, (11) 3067-0218, www.lopes.com.br/ri.

Mangels Indl (MGEL-N1)
DRI: Adelmo Felizati
Reapresentação dos Comentários sobre os Resultados de 31/12/2008
A reapresentação dos comentários sobre os resultados, referentes ao período encerrado em 31/12/2008, encontram-se à disposição no site da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br), Mercados BOVESPA, menu Empresas/Para Investidores/Empresas Listadas, em Informações Relevantes.

Metalfrio (FRIO – NM)
DRI: Luiz Eduardo Moreira Caio
Material de Apresentação
O material de apresentação sobre os resultados do período encerrado em 31/12/2008, em português e em inglês, encontra-se à disposição no site da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br), em Mercados BOVESPA, no menu Empresas/Para Investidores/Empresas Listadas, em Informações Relevantes.

Metisa (MTSA)
DRI: Wilson Harrison Jacobsen
Participação Acionária
Enviou o seguinte comunicado ao mercado: o BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição com sede nesta cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson 231/11º andar, vem, nos termos da Instrução CVM 358/2002, alterada pela Instrução CVM 449/07, solicitar a divulgação, por meio do Sistema IPE, do seguinte comunicado ao mercado: Fundo de Investimento gerido por Fama Investimentos Ltda. (Fundo), e sob a administração do BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição com sede nesta cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson 231, 11º andar, 13º e 17º andares, CNPJ/MF 02.201.501/0001-61, nos termos da Instrução CVM 358/2002, alterada pela Instrução CVM 449/07, informou que, em negociações realizadas no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA ao longo das últimas semanas, alienou ações preferenciais de emissão da Metisa Metalúrgica Timboense S.A. (Companhia), sendo que, nesta data, somadas à participação detida anteriormente à recente alienação, o Fundo passou a deter 565.700 (quinhentas e sessenta e cinco mil e setecentas) ações preferenciais. A referida participação do Fundo representa 9,77% das ações preferenciais de emissão da Companhia.

MMX Miner (MMXM – NM)
DRI: Chequer Hanna Bou-Habib
Comentários sobre os Resultados do Período Encerrado em 31/12/2008 – Reapresentação
A reapresentação dos comentários sobre os resultados do período encerrado em 31/12/2008 encontra-se à disposição no site da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br), Mercados BOVESPA, menu Empresas/Para Investidores/Empresas Listadas, em Informações Relevantes.

MRV (MRVE – NM)
DRI: Leonardo Guimarães Corrêa
Programa de ADR
Enviou o seguinte comunicado ao mercado: a MRV Engenharia e Participações S.A. (MRV) (BOVESPA: MRVE3), vem ao mercado informar o lançamento do Programa de ADR (American Depository Receipt) tipo patrocinado, Nível 1. Deutsche Bank Trust Company Americas será a instituição depositária nos Estados Unidos da América, responsável pela emissão das respectivas ações depositárias, à razão de 1 (uma) Depositary Share para cada 2 (duas) ações ordinárias. As ações ADR da MRV são negociadas no mercado OTC (Over-The-Counter), sob o número CUSIP 553479106, número ISIN US5534791067 e código MRVNY. Estamos muito satisfeitos com o lançamento do nosso Programa de ADR, que tem o propósito de atender investidores já existentes e em potencial, e de melhorar a visibilidade da MRV nos mercados de capitais nos E.U.A. comentou Leonardo Guimarães Corrêa, Diretor Vice-Presidente Executivo, Financeiro e de Relações com Investidores. Uma ADR é um certificado negociável dos E.U.A. que representa a posse de ações de uma companhia sediada fora dos E.U.A. As ADRs são cotadas e negociadas em dólares americanos e no mercado de valores mobiliários dos E.U.A. Os dividendos são pagos em dólares americanos. As ADRs foram criadas para facilitar a compra, manutenção, e venda de ações de empresas sediadas fora dos E.U.A por investidores americanos, e para prover meio de finanças corporativas para estas empresas.Belo Horizonte, 31 de março de 2009.

Neoenergia (GNAN – MB)
DRI: Erik da Costa Breyer
Distribuição de Dividendo Complementar
Enviou o seguinte Aviso aos Acionistas: comunicaram aos acionistas que até 31 de dezembro de 2009 será creditado a cada acionista de forma individualizada o valor corresponde ao montante de R$ 120.342.285,12 (cento e vinte milhões, trezentos e quarenta e dois mil, duzentos e oitenta e cinco reais e doze centavos) referente ao exercício encerrado em 31/12/2008, correspondente a R$ 0,0205690939 por ação ordinária da Companhia, de acordo com a deliberação da Assembléia Geral Ordinária da Neoenergia S.A., realizada em 31 de março de 2009. Informações adicionais poderão ser obtidas, na Diretoria Financeira e de Relações com Investidores, situada na Praia do Flamengo 78, 2º andar, Flamengo, Cep 22.210-030, Fax (21) 3235-9883, telefone (21) 3235-9820, e-mail ri@neoenergia.com.
Notas: a partir de 01/04/2009, ações escriturais ex-dividendo complementar. Encontra-se à disposição no site da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br), Mercados BOVESPA, menu Empresas/Para Investidores/Empresas Listadas, em Informações Relevantes, a ata das AGO/E de 31/03/2009.

Nossa Caixa (BNCA – NM)
DRI: Cláudio Guimarães Júnior
Aviso aos Acionistas
Enviou o seguinte Aviso aos Acionistas: comunicaram aos acionistas do Banco Nossa Caixa que em decorrência das revisões estratégicas e orçamentárias adotadas desde o último dia 10 de março, data da posse da atual administração do Banco, o Conselho de Administração deliberou, nesta data, por não antecipar a distribuição do resultado do exercício de 2009, relativo ao primeiro período trimestral deste ano. Contudo, fica mantida a política de distribuição mínima de 35% do lucro líquido do exercício, após as deduções legais.

OHL Brasil (OHLB-NM)
DRI: Francisco Leonardo Moura da Costa
Deliberações de RCA/Proposta à AGO (Distribuição de Dividendo)
Na RCA de 31/3/2009 foram aprovados, entre outros assuntos, a proposta de distribuição do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas, no montante de R$ 25.041.598,36, correspondente a R$ 0,363507078/ação, a ser pago até 30/11/2009; destinação do montante de R$ 75.124.795,14 à conta de retenção de lucros para fazer face ao orçamento de capital.
Nota: Encontram-se à disposição no site da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br), Mercados BOVESPA, menu Empresas/Para Investidores/Empresas Listadas, em Informações Relevantes, a íntegra da ata da RCA e do Conselho Fiscal de 31/3/2009 e o orçamento de capital para o ano de 2009.

Parana (PRBC – N1)
DRI: Cristiano Malucelli
Distribuição dos Juros sobre o Capital Próprio
Na RCA de 31/03/2009 foram tomadas as seguintes deliberações: os conselheiros, por unanimidade de votos, aprovaram a distribuição dos juros sobre o capital próprio, referentes ao resultado apurado no primeiro trimestre de 2009, no valor bruto total de R$ 5.974.417,92 (cinco milhões, novecentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e dezessete reais e noventa e dois centavos), correspondentes a R$ 0,06 (seis centavos de real) por ação, sujeitos à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, exceto para os acionistas comprovadamente isentos ou imunes, ou acionistas domiciliados em países para os quais a legislação estabeleça alíquotas diversas. As ações da Companhia serão negociadas ex-direito a juros sobre o capital próprio a partir de 01 de abril de 2009, inclusive. Os juros sobre o capital próprio, líquidos do imposto de renda na fonte, serão imputados aos dividendos obrigatórios relativos ao exercício de 2009, conforme artigo 9º, parágrafo 7º, da Lei 9.249/95, item V, Deliberação CVM 207/96, e alínea b, do artigo 41 do Estatuto Social, e estarão disponíveis aos acionistas da Companhia a partir de 20 de abril de 2009, sem nenhuma remuneração à título de atualização monetária. Os diretores ficam autorizados a praticar todos os atos necessários ao pagamento dos juros sobre o capital próprio ora aprovado.
Nota: a partir de 01/04/2009 ações escriturais ex-juros.

Patagonia (BPAT)
DRI: Carlos Barbosa Mello
Demonstrações Financeiras de 31/12/2008
As demonstrações financeiras referentes ao período encerrado em 31/12/2008 encontram-se à disposição no site da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br), Mercados BOVESPA menu Empresas/Para Investidores/Empresas Listadas, em demonstrativos financeiros e em informações relevantes.

Patagonia (BPAT)
DRI: Emilio Carlos G. Moreno
Aquisição de Ações
Enviou o seguinte comunicado ao mercado: o Banco Patagonia S.A. (Banco), informou aos seus acionistas e ao mercado em geral, em cumprimento ao artigo 3º, inc. 23 do Capítulo XXI do Livro 6º da Resolução Geral da CNV 368 (T.O. 2001), que adquiriu ações próprias emitidas pelo Banco, nos termos do artigo 68 da Lei 17.811 (agregado pelo Decreto 677/2001) e das normas da Comissão Nacional de Valores. Neste sentido, o Banco informou que nesta data adquiriu 166.000 ações ordinárias, escriturais classe B, de valor nominal $ 1 (um peso) por ação e com direito a 1 (um) voto cada uma, a um preço médio de Ps. 1,49655 por ação, por um valor total de Ps. 248.427,30.

PDG Realt (PDGR – NM)
DRI: Michel Wurman
Deliberações de Assembléia/Incorporação
Na AGE de 31/03/2009 foram tomadas, entre outras, as seguintes deliberações: antecipação do exercício da opção de compra de até 20% das ações ordinárias representativas do capital social da Goldfarb Incorporações e Construções S.A. (Goldfarb), instituída nos termos do Memorando de Entendimentos – celebrado pela Companhia e pelo Sr. Milton Goldfarb e Paulo César Petrin, tendo como intervenientes anuentes a Goldfarb e a Goldfarb Empreendimentos e Participações S.A., datado de 21 de novembro de 2007, objeto do fato relevante da Companhia datado do dia 22 de novembro de 2007 (Memorando Goldfarb) – e que originalmente poderia ser exercida em 4 (quatro) lotes anuais (sendo o primeiro em 2009 e o último em 2012) (Opção Goldfarb), de modo que a mesma seja integralmente exercida antes do final do exercício social encerrado em 2009. Conforme o Protocolo e Justificação Goldfarb, o exercício da Opção Goldfarb deverá ocorrer mediante a incorporação, pela Companhia, da sociedade limitada Mp Holding 3 Ltda.(Goldfarb Holding); aprovar, após análise e discussão, o inteiro teor do Protocolo e Justificação de Incorporação pela Companhia da Goldfarb Holding, na forma dos artigos 224 e 225 da Lei 6.404/76, em todos os seus termos e condições (Protocolo e Justificação Goldfarb); aprovar e ratificar a nomeação e contratação, anteriormente feita pela administração da Companhia, da empresa especializada ACAL Consultoria e Auditoria S/S (ACAL ou Empresa Especializada), como empresa avaliadora responsável pela elaboração do laudo de avaliação contábil do patrimônio líquido da Goldfarb Holding (Laudo de Avaliação Goldfarb), a ser vertido para a Companhia; aprovar, após análise e discussão, sem qualquer ressalva, o Laudo de Avaliação Goldfarb, previamente elaborado pela Empresa Especializada, com data-base de 30 de novembro de 2008 (Data-Base), o qual já se encontrava preparado com base em demonstrações financeiras da Goldfarb Holding também elaboradas na Data-Base e auditadas pela Terco Grant Thornton Auditores Independentes S/S, auditor independente, nos termos do artigo 12 e 13 da Instrução CVM 319/99 (Terco). Tendo sido aprovado, o Laudo de Avaliação Goldfarb, que indica ser o montante global do patrimônio líquido da Goldfarb Holding, a valor contábil, de R$ 69.475.683,00; aprovar a incorporação da Goldfarb Holding pela Companhia (Incorporação Goldfarb), nos termos do Protocolo e Justificação Goldfarb, passando a pertencer à Companhia todos os bens, direitos e obrigações da Goldfarb Holding, sendo que esta será considerada automaticamente extinta; em decorrência da Incorporação Goldfarb, aprovar o aumento do capital social da Companhia em R$ 13.026.690,56, mediante a emissão de 829.644 (novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, ao preço de emissão total de R$ 15,701542, subscritas e integralizadas pelos sócios da Goldfarb Holding, sendo que as ações ora emitidas serão conferidas aos sócios da Goldfarb Holding em contrapartida da versão de parte do patrimônio líquido da Goldfarb Holding para a Companhia (conforme fato relevante de 03/03/2009; as ações ordinárias de emissão da Companhia, que serão atribuídas aos sócios da Incorporada, terão os mesmos direitos conferidos atualmente às ações ordinárias de emissão da Companhia, participando integralmente dos dividendos e juros sobre capital próprio declarados a partir da data de emissão de tais ações). decorrência da Incorporação, aprovar a emissão de 40 (quarenta) Bônus de Subscrição Classe 1, em 4 (quatro) séries diferentes (cada série com 10 (dez) bônus); em favor dos sócios da Goldfarb Holding, ao preço de aquisição global de R$ 56.448.992,44, a ser pago com o remanescente do acervo líquido da Goldfarb Holding. Os 40 (quarenta) Bônus de Subscrição Classe 1 conferirão (no total) aos seus titulares o direito de subscrição de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, nos termos e condições previstas no Protocolo e Justificação Goldfarb e nos Certificados de Bônus de Subscrição Classe 1; a relação de substituição das ações da Goldfarb Holding pelas novas ações e pelos Bônus de Subscrição Classe 1 emitidos pela Companhia (nos termos da presente ata de assembléia geral); foi acordada entre as partes do Memorando Goldfarb, tendo como parâmetro a perspectiva de rentabilidade da Companhia e da Goldfarb; ratificar as emissões de ações realizadas pelo Conselho de Administração realizadas em decorrência do exercício de opção de compra de ações outorgadas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações, aprovado na Assembléia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 09 de janeiro de 2007 e alterado na Assembléia Geral Extraordinária da Companhia em 21 de dezembro de 2007: (i) em 01 de fevereiro de 2008 ao preço de R$ 13,42 e emissão de 268.345 (duzentos e sessenta e oito mil trezentos e quarenta e cinco) ações ordinárias; (ii) e em 12 de maio de 2008 ao preço de R$ 13,72 e emissão de 2.268 (duas mil duzentas e sessenta e oito) ações ordinárias. Em razão das matérias deliberadas constantes dos itens acima e das deliberações do Conselho de Administração, aprovar a alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: artigo. 5º Capital. O capital social subscrito é de R$ 1.309.346.135,95 (um bilhão, trezentos e nove milhões, trezentos e quarenta e seis mil, cento e trinta e cinco reais e noventa e cinco centavos), representado por 146.832.792 (cento e quarenta e seis milhões, oitocentos e trinta e duas mil, setecentos e noventa e duas) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Providencia (PRVI-NM)
DRI: Eduardo Feldmann Costa
Comentários sobre os Resultados do Período encerrado em 31/12/2008 - Reapresentação
A reapresentação dos comentários sobre os resultados referentes ao período encerrado em 31/12/2008 encontra-se à disposição no site da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br), mercados BOVESPA, no menu Empresas\Para Investidores\Empresas Listadas, em Informações Relevantes.

Recrusul (RCSL)
DRI: Francisco Asclepio Barroso Aguiar
Demonstrações Financeiras do Período encerrado em 31/12/2008
As demonstrações financeiras referentes ao período encerrado em 31/12/2008 encontram-se à disposição no site da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br), em Mercados BOVESPA, no menu Empresas\Para Investidores\Empresas Listadas, em Informações Relevantes.

Rio Gde Ener (RGEG)
DRI: Marco Da Camino Ancona Lopez Soligo
Debêntures da 2ª Emissão 2ª Série, Ex-Remuneração/Vencimento
Em 01/04/2009 a Rio Grande Energia S.A. pagará remuneração, no valor de R$ 669,223500 e resgate final no valor de R$ 10.000,00, por debênture, não conversíveis, da 2ª emissão, 2ª série, emitidas em 01 de abril de 2005.
Nota: a partir de 01/04/2009 debêntures da 2ª emissão, 2ª série ex-remuneração e deixam de ser negociadas em razão de seu vencimento.

Rio Gde Ener (RGEG)
DRI: Marco Da Camino Ancona Lopez Soligo
Debêntures da 2ª Emissão, 1ª Série, Ex-Remuneração e Ex-Atualização Monetária
Em 01/04/2009 a Rio Grande Energia S.A. pagará remuneração no valor de R$ 1.028,711662 e atualização monetária no valor de R$ 627,444700, por debênture, não conversíveis, da 2ª emissão, 1ª série , emitidas em 01 de abril de 2005.
Nota: a partir de 01/04/2009 debêntures da 2ª emissão, 1ª série ex-remuneração e ex-atualização monetária.

Sul América (SULA – N2)
DRI: Arthur Farme D'amoed Neto
Deliberações de Assembléias/Distribuição de Dividendo
Nas AGO/E de 31/3/2009 foram aprovadas, entre outras, as seguintes matérias: - demonstrações financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2008; - proposta da Administração para que o lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31/12/2008, no montante de R$ 415.641.937,95, acrescido do valor de R$ 31.529.155,04 referente à realização da reserva de lucros a realizar, seja destinado da seguinte forma: (i) R$ 20.782.096,90 para constituição da reserva Legal; (ii) R$ 290.949.356,56 para a constituição da reserva de expansão dos negócios sociais; R$ 31.529.155,04 para a constituição da reserva de lucros a realizar, e (iii) R$ 98.714.960,26 para distribuição do dividendo obrigatório e R$ 5.195.524,23 para distribuição de dividendo complementar, totalizando dividendos no valor de R$ 103.910.484,49, a serem pagos à razão de R$ 0,3701156 por ação ordinária ou preferencial não representada por Unit, e R$ 1,1103468 por cada Unit, a partir do dia 13/4/2009; eleição dos membros para o Conselho de Administração da Companhia; - instalação do Conselho Fiscal para o exercício social de 2009 e eleição de seus membros; - alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, de forma a refletir os aumentos de capital já aprovados pelo Conselho de Administração em reuniões realizadas em 3/10 e em 6/11/2007; - exclusão do parágrafo segundo do artigo 24 do Estatuto Social da Companhia, que trata da obrigatoriedade da suspensão dos serviços de transferência, substituição e desdobramento de ações no período que antecede as Assembléias Gerais da Companhia, passando a constar o parágrafo primeiro daquele mesmo artigo como parágrafo único; - consolidação do Estatuto Social.
Notas: a partir de 1/4/2009, ações escriturais e Units ex-dividendo. Encontra-se à disposição no site da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br), Mercados BOVESPA, menu Empresas/Para Investidores/Empresas Listadas, em Informações Relevantes, a ata da AGO/E 31/3/2009 com o Estatuto Social consolidado.

Sul America (SULA – N2)
DRI: Arthur Farme D'amoed Neto
Distribuição de Dividendo
Enviou o seguinte Aviso aos Acionistas: pagamento de Dividendos - Comunicamos aos Acionistas que, conforme deliberação da Assembléia Geral Ordinária de 31.03.2009, a partir do próximo dia 13 de abril daremos início ao pagamento do dividendo obrigatório, no valor de R$ 98.714.960,26, e do dividendo complementar, no valor de R$ 5.195.524,23, totalizando R$ 103.910.484,49, a serem pagos à razão de R$ 0,3701156 por ação ordinária ou preferencial da Companhia não representada por unit, e R$ 1,1103468 por cada Unit. Para quaisquer informações e/ou esclarecimentos os acionistas deverão procurar as agências do Banco Itaú S.A. abaixo indicadas e as demais autorizadas a prestarem serviços aos acionistas, em horário bancário. Belo Horizonte (MG): Avenida João Pinheiro 195, térreo. Brasília (DF): SCS Quadra 3, bloco A - Edf. Dona Ângela 30, sobreloja. Curitiba (PR): Rua João Negrão 65, sobreloja. Porto Alegre (RS): Rua Sete de Setembro 746, térreo. Rio de Janeiro (RJ): Rua Sete de Setembro 99, subsolo. Salvador (BA): Avenida Estados Unidos 50, 2º andar - Edf. Sesquicentenário. São Paulo (SP): Rua Boa Vista 176, 1º subsolo.
Nota: a partir de 01/04/2009, ações escriturais e units ex-dividendo.

Sundown Moto (SNDW)
Cancelamento de Registro
A BM&FBOVESPA cancelou em 31/03/2009 o registro para negociação dos valores mobiliários de emissão da Brasil & Movimento S.A., em virtude de a CVM ter cancelado o seu registro de companhia aberta.

Tele Nort CL (TNCP)
DRI: Alex Waldemar Zornig
Proposta às AGO/E/Dividendo
Atendendo consulta da BM&FBOVESPA a empresa enviou o seguinte comunicado: Tele Norte Celular Participações S.A. (TNCP), em vista da proposta de distribuição de dividendos que será deliberada na assembleia geral ordinária e extraordinária de acionistas da companhia a ser realizada em 9/4/2009, às 10h30, informou aos seus acionistas e ao mercado que o valor do dividendo proposto, considerando o capital social da TNCP após a incorporação de ações da Amazônia Celular e o aumento de capital aprovados em assembléia geral extraordinária realizada em 9/3/2009, é de R$ 0,209943095526 por ação ordinária e por ação preferencial. Ressaltamos, ainda, que as ações da TNCP emitidas na incorporação de ações da Amazônia Celular e no aumento de capital participarão integralmente de dividendos que venham a ser distribuídos, independentemente do exercício a que se referirem.

Tran Paulist (TRPL – N1)
DRI: Márcio Lopes Almeida
Distribuição de Juros sobre o Capital Próprio
Enviou o seguinte aviso aos Acionistas: o Conselho de Administração da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, em reunião realizada em 31/3/2009, aprovou pela maioria dos votos, proposta da diretoria para pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio no montante de R$ 63.235.647,08, correspondentes a R$ 0,423590 por ação de ambas as classes com ex-direito em 14/4/2009 e pagamento em 24/4/2009. Instruções quanto ao crédito – 1.1. para os acionistas que se encontram custodiados no Banco Itaú S.A. o crédito será efetuado em 24/4/2009, diretamente em conta corrente para seus correntistas, e através de DOCs/TEDs para os correntistas dos demais bancos. 1.2. A empresa colocará à disposição, na mesma data, as importâncias relativas aos acionistas custodiados nas Bolsas de Valores, que se encarregarão de repassá-las às corretoras depositantes para que estas efetuem os créditos aos acionistas titulares. 1.3. A declaração de imunidade, para isenção da retenção de imposto de renda na fonte, referente aos juros sobre o capital próprio, deverá ser apresentada até o dia 18/4/2009, juntamente com cópia autenticada da documentação comprobatória dessa condição. No caso de acionistas amparados por medida de decisão judicial, específica, deverão apresentar certidão judicial atualizada, acompanhada de declaração firmada por procurador. 1.4. Endereço para outros esclarecimentos ou envio de documentos: Relações com Investidores: Rua Casa do Ator, 1.155, 10º andar, São Paulo, SP: Telefones: (11) 3138.7557 - Fax: 3138-7161, e-mail ri@cteep.com.br.
Nota: a partir de 14/4/2009, ações escriturais, ex-juros.

Triunfo Part (TPIS-NM)
DRI: Carlo Alberto Bottarelli
Material de Apresentação
O material de apresentação sobre os resultados do período encerrado em 31/12/2008 encontra-se à disposição no site da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br), em Mercados BOVESPA, no menu Empresas\Para Investidores\Empresas Listadas, em Informações Relevantes.

Tupy (TUPY)
DRI: Luiz Tarquinio Sardinha Ferro
Debêntures da 3ª Emissão/Série Única, Ex-Juros e Ex-Amortização/Retificação
Em 1/4/2009 a empresa Tupy S.A. pagará juros no valor de R$ 1.367,841398 e amortização no valor de R$ 3.370,492324 por debênture, não conversíveis, da 3ª emissão série única, emitidas em 1/4/2004.
Nota: a partir de 1/4/2009 debêntures da 3ª emissão, série única, ex-juros e ex-amortização.

Tupy (TUPY)
DRI: Luiz Tarquinio Sardinha Ferro
Debêntures da 3ª Emissão/Série Única, Ex-Juros e Ex-Amortização
Em 01/04/2009 a empresa Tupy S.A. pagará juros no valor de R$ 1.367,841398 e amortização no valor de R$ 13.481,969294 por debênture, não conversíveis, da 3ª emissão série única, emitidas em 01 de abril de 2004.
Nota: a partir de 01/04/2009 debêntures da 3ª emissão, série única, ex-juros e ex-amortização.

Ultrapar (UGPA-N1)
DRI: André Covre
Realiza a Liquidação Financeira da Aquisição da Texaco
A Empresa enviou o seguinte comunicado: em complementação ao fato relevante de 14/8/2008, a Ultrapar Participações S.A. (Ultrapar) informou que através de sua subsidiária Sociedade Brasileira de Participações Ltda. (SBP) realizou nesta data a liquidação financeira da aquisição de 100% das quotas da Chevron Brasil Ltda. (CBL) e da Sociedade Anônima de Óleo Galena Signal (Galena), subsidiárias da Chevron que detêm o negócio de distribuição de combustíveis Texaco no Brasil (Texaco). Antes da liquidação financeira da aquisição, a CBL e a Galena tiveram as atividades de lubrificantes e exploração de petróleo no Brasil segregadas para outras pessoas jurídicas da Chevron. A SBP desembolsou nesta data o valor de R$ 1.106 milhões, em adição ao depósito de US$ 38 milhões realizado a favor da Chevron em agosto de 2008. Os termos da aquisição não incluem assunção de dívida líquida da Texaco. Ajustes de capital de giro ou qualquer eventual endividamento líquido existente nesta data serão apurados em até 60 dias, sem do objeto de pagamento ou ressarcimento na sequência. A aquisição da Texaco faz parte da estratégia da Ultrapar de ampliar sua escala de operações em distribuição de combustíveis e expandir sua atuação geográfica para o Centro-Oeste, Nordeste e Norte do Brasil. Em 2008 a Texaco vendeu 7 milhões de metros cúbicos de diesel, gasolina, etanol e GNV, representando uma participação no mercado nacional de aproximadamente 8%. A combinação com a Texaco cria um negócio de distribuição de combustíveis nacional, com uma rede de mais de cinco mil postos e participação de mercado de aproximadamente 22%, possibilitando melhor posicionamento da empresa para o crescimento e mais competitividade através da maior escala de operações. A adição da Texaco deve permitir, por exemplo, maior eficiência e competitividade nos processos de distribuição e venda, diluição das despesas de propaganda, marketing e desenvolvimento de produtos e ganho de escala na administração do negócio. Em adição, a aquisição da Texaco proporciona a expansão geográfica da empresa, permitindo-lhe atingir regiões que apresentam crescimento de consumo acima da média nacional e trazendo novas oportunidades comerciais decorrentes desta cobertura nacional. Através desses elementos, a Ultrapar objetiva propiciar rentabilidade ao negócio ampliado ao menos nos níveis atuais da Ipiranga. A operação de aquisição da Texaco constitui investimento relevante para a Ultrapar, de acordo com o artigo 247 da Lei 6.404/76, parágrafo único, e será submetida à deliberação da assembléia geral extraordinária, nos termos do artigo 256 da Lei 6.404/76. Tendo em vista que somente a partir da presente data a Ultrapar dispõe das informações necessárias para iniciar a preparação da avaliação do patrimônio líquido a preço de mercado das empresas adquiridas, conforme exigido pelo inciso II, alínea (b) do referido artigo 256, não é, nesse momento, possível determinar se eventuais acionistas dissidentes da deliberação da assembléia que aprovar a operação terão ou não direito de recesso. A Ultrapar informará oportunamente seus acionistas e o mercado em geral sobre a convocação da referida assembléia geral extraordinária e eventual incidência de direito de recesso. Na hipótese da operação ensejar direito de recesso, os acionistas dissidentes que poderão exercer esse direito serão os titulares de ações ordinárias de emissão da Ultrapar ininterruptamente desde a data imediatamente anterior à divulgação do fato relevante, qual seja, 13/8/2008, inclusive. Mais informações sobre a Texaco estão disponíveis no site da Ultrapar (www.ultra.com.br).

EU& | Companhias abertas

Informativo BM&FBovespa - continuação

Univercidade (UNIT)

DRI: Roberto Ferreira Cordeiro de Melo

Demonstrações Financeiras do Período encerrado em 31/12/2008

As demonstrações financeiras referentes ao período encerrado em 31/12/2008 encontram-se à disposição no site da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br), Mercados BOVESPA, menu Empresas/Para Investidores/Empresas Listadas, em Informações Relevantes.

Votorantim (VTRF)

DRI: Milton Roberto Pereira

Debêntures da 4ª emissão série única ex-juros e ex-repactuação

Em 01/04/2009 a Votorantim FINANCAS S.A. pagará juros, no valor de R$ 1.334,655310 por debênture, não conversíveis, da 4ª emissão, série única, emitidas em 01 de abril de 2005.
Nota: a partir de 01/04/2009 debêntures da 4ª emissão série única ex-juros.

Weg (WegE-NM)

DRI: Alidor Lueders

Aprovação de Proposta de Redução de Jornada de Trabalho e Salários

A Empresa enviou o seguinte comunicado: Jaraguá do Sul, 31 de março de 2009 – A Weg S.A. (BOVESPA: WegE3) anunciou hoje que seus colaboradores da Unidade Motores aprovaram a proposta da Companhia de redução da jornada de trabalho em 25% e conseqüente redução dos salários em 20%. A proposta formulada pela Weg foi previamente negociada com o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas de Jaraguá do Sul e Região. A redução de jornada tem como objetivo enfrentar a redução na demanda em alguns segmentos de negócios que têm sido mais afetados pela deterioração das condições econômicas mundiais. O acordo vai abranger cerca de sete mil funcionários nos parques fabris de Jaraguá do Sul e Guaramirim, em Santa Catarina e vigorará entre 20 de Abril a 20 de Julho de 2009, podendo ser renovado. Nossa principal preocupação é a de minimizar os impactos da atual situação econômica sobre os nossos colaboradores, declarou o diretor-presidente da Weg, Sr. Harry Schmelzer Junior. Estamos trabalhando em diversas frentes para redução de despesas e aumento de produtividade. Sobretudo, queremos preservar os talentos humanos que possuímos na Weg e estar preparados para a retomada dos negócios no futuro adicionou.

WTorre NSBC (WTNS)

DRI: Roberto Bocchino Ferrari

CRIs da 1ª Emissão, Série Única, Ex-Juros e Ex-Amortização

Em 03/04/2009 a WTorre NSBC Securitizadora de Créditos Imobiliários S.A. pagará juros, no valor de R$ 3.279,31/CRI, e amortização, no valor de R$ 3.072,03/CRI da 1ª emissão, série única, aos investidores registrados em 31/03/2009.
Nota: a partir de 01/04/2009 CRIs da 1ª emissão série única ex-juros e ex-amortização.

Banrisul (BRSR – N1)

DRI: Ricardo Richiniti Hingel

Distribuição de Dividendos Complementares

Enviou o seguinte Aviso aos Acionistas: comunicaram aos acionistas que foi aprovada, em assembléia geral ordinária do dia 31/3/2009, em conformidade com o disposto no Estatuto Social do Banrisul, a distribuição de dividendos complementares do exercício de 2008 no montante total de R$ 38.527.680,90 (trinta e oito milhões, quinhentos e vinte e sete mil, seiscentos e oitenta reais e noventa centavos) por conta do resultado anual encerrado em 31/12/2008. A distribuição dos dividendos obedecerá à natureza, ao critério e aos valores seguintes:

Classe/Tipo de Ação	Dividendos por Ação
ON	R$ 0,09411674
PNA	R$ 0,10352841
PNB	R$ 0,09411674

Terão direito aos dividendos aqui declarados todos os acionistas detentores de ações registrados como proprietários ou usufrutuários dessas ações no dia 31 de março de 2009, após o qual as ações estão consideradas ex-dividendos. Imposto de Renda: Conforme a legislação vigente, os dividendos são isentos de Imposto de Renda. Formas de Pagamento: em 24 de abril de 2009 haverá o crédito em conta corrente para os acionistas correntistas do Banrisul. Para os demais, o pagamento será realizado em qualquer agência deste banco, mediante identificação, a partir da mesma data. Os acionistas que possuem ações custodiadas nas Bolsas de Valores receberão os dividendos através da corretora onde realizaram o respectivo depósito. Prazo de Prescrição: conforme a legislação em vigor, Lei 6.404 - artigo 287, prescrevem em três anos os dividendos não reclamados, contado o prazo a partir da data em que tenham sido postos à disposição do acionista.
Nota: a partir de 01/04/2009, ações escriturais ex-dividendos complementares.

Odontoprev (ODPV – NM)

DRI: José Roberto Borges Pacheco

Proposta à AGO de 27/04/2009/Orçamento de Capital

Enviou a seguinte Proposta da Administração para Orçamento de Capital 2009: a Administração da Odontoprev S.A. e empresas controladas conforme estabelecido no artigo 196 da Lei 6.404/76, propõe à Assembléia Geral a aprovação do seguinte orçamento de capital:

Descrição	Valor - R$ Mil
Investimentos em Software e Hardware	4.650
Investimentos em instalações e equipamentos Operacionais.	2.500
Outros – móveis e utensílios	350
Investimentos em aquisições/constituição de Empresas e outros	111.669
Total	**119.169**

1 - Os investimentos em software e hardware representam a estimativa da administração dos valores a serem despendidos em novos projetos e atualização dos sistemas atuais. 2 - Os investimentos em instalações e equipamentos operacionais destinam-se a desembolsos para construção e reforma em clínicas próprias – CLIDEC e novas unidades de atendimento. 3 O valor relativo a investimentos em aquisições é destinado ao pagamento de aquisições de empresas já contratadas, pendentes de aprovação da ANS e em outras empresas que a Administração avaliar de interesse da Companhia.
a) aquisições já realizadas a pagar:

Odontoserv	R$ 26.000
Prontodente	R$ 5.000
Easy Software	R$ 600
Total	**R$ 31.600**
b) novas aquisições (previsão)	R$ 80.069
Total	**R$ 111.669**
Fonte de Recursos: reserva estatutária	
Saldo de lucros retidos em 31/12/2007	R$ 29.324
- lucro retido do exercício de 2008	R$ 23.699
- Ações em tesouraria	R$ 11.565
- Programa de recompra de ações - 2009	R$ 12.000
Saldo para aplicação em investimentos de capital	R$ 29.458
Capital social/Recursos disponíveis	R$ 89.711
Total de Investimento de Capital	**R$ 119.169**

Pine (Pine – N1)

DRI: Norberto Nogueira Pinheiro Junior

Distribuição de Juros e Dividendo

Enviou o seguinte Aviso aos Acionistas: A) O Conselho de Administração do Banco Pine aprovou nesta data (31/03/2009), conforme proposto pela Diretoria em 31 de março de 2009: I. O pagamento de juros a título de remuneração sobre o capital próprio (Juros Trimestrais), referentes ao primeiro trimestre de 2009, no montante bruto total de R$ 12.632.000, a ser realizado no dia 13 de abril de 2009. II. O pagamento, em complementação aos juros sobre capital próprio, de dividendos (Dividendos Trimestrais) referentes ao primeiro trimestre de 2009, no montante total de R$ 12.368.000, a ser realizado no dia 13 de abril de 2009. Assim, a remuneração total aos acionistas será de R$ 25.000.000 para o período. Esses pagamentos serão imputados ao valor do dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício de 2008, conforme previsto no parágrafo 7º do artigo 9º da Lei 9.249/95 e nos termos do artigo 38 Estatuto Social do Banco Pine. O pagamento dos Juros sobre Capital Próprio Trimestrais sofrerá retenção de Imposto de Renda na fonte à alíquota de 15%, exceção feita aos acionistas imunes ou isentos ou de qualquer outra forma dispensados, total ou parcialmente, da referida tributação. Os acionistas do Banco Pine terão direito de receber o valor por ação ON e PN demonstrado na tabela a seguir:

Espécie da Ação	JCP Bruto (R$)	Dividendos (R$)
ON e PN	R$ 0,149302588	R$ 0,146182268

B) O pagamento dos valores devidos, nos termos da tabela acima, será realizado nas formas e locais de pagamento abaixo descritos: I. Os acionistas terão seus créditos disponíveis na data de início do pagamento desse direito, de acordo com o domicílio bancário fornecido ao Banco Bradesco, instituição depositária das ações. II. Os pagamentos relativos às ações depositadas na custódia da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC serão creditadas àquela entidade e as CORRETORAS DEPOSITANTES encarregar-se-ão de repassá-los aos acionistas titulares. III. Os demais acionistas que estiverem com endereço devidamente cadastrado, porém sem domicílio bancário cadastrado, receberão por correspondência o AVISO PARA RECebIMENTO DE PROVENTOS, devendo, para o recebimento, apresentarem-se em uma agência Bradesco de sua preferência, munidos, além do aviso, dos documentos pessoais de identificação (CPF e RG). Caso o acionista não receba o aviso, deverá dirigir-se a uma agência Bradesco para receber o crédito e atualizar seus dados cadastrais. O dia 31 de março de 2009 será considerado como data-base para determinação de direito de recebimento dos juros sobre capital próprio e dividendos propostos para pagamento no dia 13 de abril de 2009. As ações de emissão do Banco Pine passarão a ser negociadas ex-direitos a partir de 1º de abril de 2009.
Nota: a partir de 01/04/2009, ações escriturais ex-juros e ex-dividendo.

Rodobensimob (RDNI –NM)

DRI: Orlando Viscardi Neto

Proposta de Orçamento de Capital para a AGO de 15/4/2009

Enviou a seguinte proposta da administração para orçamento de capital exercício 2009:

Em R$ milhões Fontes	Orçado 2009
Retenção de lucros (incl. reserva Legal)	33
Novo endividamento	244
Aumento de capital	-
Outros (Especificar):	
Lucro Líquido	83
Caixa	(29)
Total das Fontes	331
Aplicações	2009
Capital de Giro	300
Investimentos	11
Dividendo e reserva Legal	20
Total das Aplicações	331

Obs.: conforme orientação do Ofício Circular/CVM/SEP/001/2007.

Cesp (Cesp – N1)

DRI: Vicente Kazuhiro Okazaki

Cesp Divulga Balanço de 2008

A empresa enviou o seguinte comunicado: o balanço do ano de 2008, divulgado nesta terça-feira (31/3) pela Cesp (Companhia Energética de São Paulo) apresenta um prejuízo contábil de R$ 2,352 bilhões, causado por uma mudança nas regras de contabilidade estabelecidas pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários), órgão que regula o mercado de ações. Desconsiderando o ajuste extraordinário, as operações da Cesp continuam sendo lucrativas. A receita cresceu 13,5%, assim como a geração de caixa, que alcançou R$ 1,626 bilhão, um crescimento de 12%. As mudanças ocorreram com a entrada em vigor da lei federal 11.638/2007, que atualizou a legislação sobre a elaboração de balanços para permitir a convergência das regras brasileiras com as normas internacionais. As novidades vão permitir um entendimento mais uniforme sobre os balanços entre acionistas e investidores do mundo, trazendo mais transparência no relacionamento com o mercado. No caso do setor elétrico – geração de energia –, a nova metodologia estabeleceu uma mudança principal: cada usina tem agora seu valor econômico calculado individualmente, como uma unidade de negócios. Com isso, eventuais resultados negativos de uma usina não podem ser compensados pelos positivos de outras. Das seis usinas da Cesp, a única afetada negativamente pela aplicação dessa metodologia foi Porto Primavera. Isso porque o valor econômico da usina foi menor do que o registrado na contabilidade, o que significou um ajuste de R$ 2,467 bilhões no balanço da empresa, que explica integralmente o prejuízo contábil do exercício de 2008. Valor econômico é o lucro operacional da usina projetado nos 20 anos remanescentes de concessão, acrescido da estimativa de indenização que será paga pela União no seu vencimento.

Posição consolidada mostra resultado global positivo (em R$ milhões)

	Ilha Solteira + Três Irmãos	Jupiá	Jaguari	Paraibuna	Porto Primavera	Total
VPL Fluxo Caixa						
Operações	4.509	1909	46	141	7576	14.181
Valor Contábil	(3.326)	(275)	(3)	(21)	(13.380)	(17006)
Subtotal	1.183	1.633	43	120	(5.804)	(2.825)
Indenização Final						
Concessão	2.873	62	1		3.337	6.273
Resultado	4.056	1.69544	44	120	(2.467)	3.448

O valor econômico do conjunto das usinas supera o valor contábil em R$ 3,448 bilhões, o que demonstra o equilíbrio econômico do parque gerador da Cesp.

Satipel (SATI – NM)

DRI: Laércio Kitosato de Souza Lessa

Proposta de Orçamento de Capital 2009 para às AGO/E de 28/04/2009

Enviou a seguinte proposta de orçamento de capital/2009:

Orçamento de Capital - 2009

	R$ mil			
Fontes	Realizado 2007	Realizado 2008	Orçado	A Ralizar 2009
Retenção de Lucros (artigo 196)	21.563	51.206	-	-
Novos empréstimos	-	135.148	127.500	77.774
Recursos Próprios	-	150.460	186.822	82.165
Total das Fontes	21.563	336.814	314.322	159.939
Aplicações				
Expansão - Fábrica/Floresta	-	301.260	251.934	114.476
Manutenção – Fábrica/ Floresta/Administração	-	35.554	62.388	45.463
Caixa - reserva p/ Investimentos	21.563	-	-	-
Total das Aplicações	21.563	336.814	314.322	159.939

Tecnisa (TCSA – NM)

DRI: Leonardo Charles Malafaia Paranaguá

Proposta à AGO de 28/04/2008/Orçamento de Capital

Enviou a seguinte proposta de Orçamento de capital para investimentos – 2009: Aplicações e Origens dos Recursos. Aplicações dos Recursos. O orçamento de capital para o exercício de 2009 compreende (i) os custos de construção e incorporação a serem desembolsados nas obras em andamento e nos empreendimentos a serem lançados no decorrer do ano de 2009, (ii) os dispêndios para pagamentos de terrenos adquiridos e novas aquisições para o desenvolvimento de empreendimentos e, (iii) para a quitação de empréstimos e financiamentos existentes em 31/12/2008, podendo assim ser demonstrado.
(i) Construção de empreendimentos: 474.482.
(ii) Pagamentos e aquisições de novos terrenos: 61.000.
(iii) Pagamentos de empréstimos e financiamentos 100.701
Total: 636.183
Origens dos Recursos: as perspectivas de origens de recursos para aplicação neste orçamento de capital são as seguintes:
retenção de parte dos lucros apurados no exercício de 2008
reserva para expansão: 213
Recebíveis de unidades imobiliárias (Vendas e Securitização): 275.000
Financiamento imobiliário: 222.000
Outras fontes de financiamentos: 110.970
Total: 636.183

Assembléias - continuação

Life - Crédito Consignado, convida os cotistas para se reunirem em Assembléia Geral, na sede da administradora, na Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco - SP, 2º andar, Prédio Amarelo, a fim de deliberar sobre as contas relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2008.

FDC Cesp (CSPF) - AGQ - 11h

A BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na qualidade de administradora do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cesp, convoca os cotistas para se reunirem em Assembléia Geral na Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco - SP, Prédio Amarelo, 2º andar a fim de deliberar sobre as contas relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2008; a alteração do regulamento do fundo, especificamente em releção as definições Consumidores Livres Cedidos e Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica sua consolidação.

FDC CPTM (CPTF-MB) - AGC - 13h (1ª convocação)/23/04/2009 - 13h (2ª convocação)

A BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na qualidade de administradora do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados Companhia Paulista de Trens Metropolitanos, convida os cotistas para se reunirem em Assembléia Geral, na sede da administradora, na Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco - SP, 2º andar, Prédio Amarelo, a fim de deliberar sobre as contas relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2008.

FDC Motorola (FMOT-MB) – AGC – 14h (1ª convocação)/23/04/2009 – 14h (2ª convocação)

A BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na qualidade de administradora do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Motorola Industrial, convida os cotistas para se reunirem em Assembléia Geral, na sede da administradora, na Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco - SP, 2º andar, Prédio Amarelo, a fim de deliberar sobre as contas relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2008.

FDC Rural (RURC-MB) - AGC - 15h (1ª convocação)/23/04/2009 - 15h00 (2ª convocação)

A BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na qualidade de administradora do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Rural Consignados, convida os cotistas para se reunirem em Assembléia Geral, na sede da administradora, na Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco - SP, 2º andar, Prédio Amarelo, a fim de deliberar sobre as contas relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2008.

Ger Paranap (GEPA) – AGDEB (1ª Emissão) – 10h

Deliberar acerca de proposta sobre a redução do capital social da Emissora, objeto do Despacho 224 da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), de 23/01/2009, no montante de até R$ 161.000.000,00 atualmente considerado excessivo, de R$ 1.999.137.503,80 dividido em 94.433.283 ações, sendo 34.590.819 ações ordinárias e 59.842.464 preferenciais, todas nominativas escriturais, sem valor nominal, para R$ 1.838.137.503,80 sem o cancelamento de quaisquer ações representativas do capital social da Companhia, mantendo-se, ademais, inalterado o percentual de participação dos acionistas no referido capital social, tendo em vista o disposto na Cláusula 6.22, item XII, da Escritura de Emissão da 1ª Emissão e o disposto no parágrafo 3º do artigo 174, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (Lei das S.A.).

Telebras (TELB) – AGO/E – 10h

Aprovar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2008; eleição de membros dos Conselhos de Administração e Fiscal; Homologação do Aumento do Capital Social de R$ 219.454.543,77 para R$ 419.454.543,77 aprovado pela 87ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 19 de fevereiro de 2009; Alteração do artigo 6º do Estatuto Social (atualização do Capital Social), em decorrência da aprovação do Aumento do Capital Social; Inclusão do inciso VI, no artigo 28, do Estatuto Social da Companhia (apresentação de extrato da posição acionária atualizada). A partir de 06/04/2009 deixam de ser negociados os recibos de subscrição.

Suspensão de serviços

Empresas	Período	Serviço
Bardella	22/4/2009 a 26/4/2009	(1)
Sul América	16/3/2009 a 30/3/2009	(1)

(1) Transferência de ações.

Subscrições

Empresas	%	Em	Preço de Emissão R$/Mil	Até	Negociação de Direitos até
Gol	(1)	(1)	R$ 7,80/ação	23/4/2009	15/4/2009
LLX Log	92,9818404	TP	R$ 1,80/ação	28/4/2009	20/4/2009
VCP	(2)	(2)	R$ 19,00/ação	7/4/2009	31/3/2009
Tele Nort CL	(3)	(3)	R$ 87,61/ação ON	22/4/2009	14/4/2009
			R$ 33,00/ação PN		

(1) ON subscreve 6,140270814% em ações ON, mais 6,859376169% em ações PN. PN subscreve 12,999646983% em ações PN. (2) ON subscreve 58,7547988% em ações ON e 52,4356872% em ações PN. PN subscreve 11,190486 % em ações PN. (3) ON subscreve1. 983,035666 em ações ON e 12.7707309 em ações PN. PN subscreve 1.995,8063969% em ações PN.

Leilões

Leilão de venda de ações ordinárias da Gazola S.A. Indústria Metalurgica na BVMF em 2/4/2009

Papel/Tipo	Código	Quantidade	Preço Referência R$
Gazola ON	GAZO3F	17	2,00 por ação

Dia, horário e loca: 2/4/2009, das 15h às 15h15, no sistema eletrônico;
Intermediadora: Corretora Souza Barros CT S.A. (002).
A corretora informou que se tratam de frações remanescentes do processo de grupamento das ações deliberado em AGE, realizada no dia 12/9/2008 na qual foi aprovado o grupamento das ações representativas do capital social da empresa na proporção de vinte ações para uma ação da respectiva espécie. A presente oferta de venda atende às exigências referentes a procedimentos especiais, conforme ICVM 168, de 23 de dezembro de 1991.
Nota da BVMF: será permitida a livre interferência de compradores e vendedores no leilão

Leilão de venda de cotas de propriedade da prefeitura de Cerro Grande do Sul no mercado de balcão organizado da BVMF em 3/4/2009

Papel/Tipo	Código	Quantidade	Preço Mínimo R$
FII Torre AL CI MB	ALMI11B	30	1.250,00 por cota

Dia, horário e local: 3/4/2009, das 16h às 16h10, no sistema eletrônico;
Intermediadora: Bradesco S.A. CTVM (072).
A Corretora informou que se trata de cotas de propriedade da Prefeitura de Cerro Grande do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, e que a venda dessas cotas foi autorizada conforme Lei nº 1.349/2008, de 15/12/2008 e atende às exigências das Instruções CVM 286, de 31/7/98 e 318, de 15/10/99.
Nota da BVMF: será permitida a livre interferência de compradores e vendedores no leilão.

Editais de leilões em análise na BVMF

Encontram-se em análise na BVMF editais de operações especiais referentes às seguintes empresas:
Abyara Planejamento Imobiliário S.A. (ABYA3) - por alienação de controle - R$ 1,20 por ação com pagamento no dia 18/2/2014 ou, a critério do acionista da Cia, ao preço de R$ 1,05 por ação à vista;
Banco Nossa Caixa ON (BNCA3) - oferta por alienação de controle - R$ 70,63 por ação;
Brasil Telecom (BRTO3) - oferta por aquisição de controle - R$ 57,76 por ação;
Brasil Telecom Participações (BRTP3) - oferta por aquisição de controle - R$ 61,63 por ação;
Companhia de Seguros Minas Brasil ON (CSMB3) - oferta por aquisição de controle e para cancelamento de registro - R$ 6,8825 por ação;
Recrusul ON (RCSL3) - oferta por alienação de controle - R$ 2,29 por ação;
Refinaria de Petróleos Manguinhos S.A. (RPMG3) - oferta por alienação de controle - R$ 0,0228856 por ação;
Renner Participações (RNPT3 e RNPT4) - oferta para cancelamento de registro - R$ 30,00 por ação.

Calendário de leilões na BVMF

Acompanhe o calendário de Leilões Especiais e Ofertas Públicas a serem realizados na BVMF:
23/04 - 42º Leilão do Funres;
25/6 - 143º Leilão do FINAM;
23/7 - 248º Leilão do FINOR;
05/11 - 43º Leilão do Funres;
10/12 - 251º Leilão do FINOR;
17/12 - 146º Leilão do FINAM.

Demonstrações financeiras

Recebidas pela BM&FBovespa em 31/3 e 1/4/2009

Conforme Lei 6.404/76

Dados em Reais Mil

Empresas	Período/Data Encerramento	Patrimônio Líquido	Receita Líquida	Resultado Bruto	Receita (Despesas) Financeira Líquida	Resultado de Equivalência Patrimonial	Resultado Operacional	Lucro (Prejuízo) Líquido	Número de Ações (mil)
Abyara NM	12m Anl 31/12/2008	188.848	818	…818	-38.354	19.255	34.800	30.296	50.852(1)
Abyara NM (2)	12m Anl 31/12/2008	188.848	261.032	77…867	-53.045		47.372	30.296	50.852 (1)
Aco Altona	12m Anl 31/12/2008	-22.762	198.155	59…430	-3.616		24.472	24.266	2.250
Agra Incorp NM	12m Anl 31/12/2008	903.947	4.084	1…851	14.288	39.730	12.475	12.475	239.296
Agra Incorp NM (2)	12m Anl 31/12/2008	900.525	493.570	148…462	12.468	-1.985	27.628	10.523	239.296
Bahema	12m Anl 31/12/2008	20.928			-2.346	4.806	487	-293	5.370.056(4)
Bahema (2)	12m Anl 31/12/2008	20.928			2.740	5.254	1.101	-293	5.370.056(4)
Beta Securit	12m Anl 31/12/2008	6.918	809	…416	641		645	420	15.180
Bonaire Part MB	12m Anl 31/12/2008	802.206			-1.451	161.388	158.815	195.635	66.729
Bonaire Part MB (2)	12m Anl 31/12/2008	802.206	1.227.881	406…438	-53.867		240.542	195.635	66.729
Botucatu Tex	12m Anl 31/12/2008	-12.000	16.642	-3…214	-4.931		-21.415	-21.445	25.391.600
Cagece	12m Anl 31/12/2008	1.124.002	454.657	203…785	-12.600		51.679	38.857	100.327
Camargo Cim	12m Anl 31/12/2008	3.059.316	1.038.046	217…775	-155.416	450.237	198.308	186.416	203.256.241(4)
Camargo Cim (2)	12m Anl 31/12/2008	3.059.316	2.652.372	808…628	-271.370	318.932	325.645	186.416	203.256.241(4)
Cbcc (5)	12m Anl 31/12/2008	17.785			-1.273	136	-960	-960	5.156
Cbcc (3) (2)	12m Anl 31/12/2008	17.785			-763		-917	-960	5.156
Ceb	12m Anl 31/12/2008	343.924	48.508	48…508	8.827	19.632	61.294	66.941	9.183
Ceb (2)	12m Anl 31/12/2008	343.924	953.672	953…672	-13.633	10.997	58.940	66.941	9.183
Celgpar (3)	12m Anl 31/12/2008	486.814			-483	-249.853	-253.942	-253.942	32.780
Celgpar (3) (2)	12m Anl 31/12/2008	486.814	1.809.083	358…374	-376.079		-364.858	-253.942	32.780
Cemig N1 (3)	12m Anl 31/12/2008	9.351.634	488	…488	58.256	2.076.034	2.016.332	1.887.035	496.089
Cemig N1 (3) (2)	12m Anl 31/12/2008	9.351.634	10.890.319	4.067…171	-93.629		3.290.987	1.887.035	496.089
Cesp N1	12m Anl 31/12/2008	7.904.531	2.479.693	1.160…921	-1.394.212		-3.052.140	-2.351.639	327.502.671(4)
Clarion (3)	12m Anl 31/12/2008	771.587	575.780	76…951	-15.547		39.160	29.720	
Conc Rio Ter MB	12m Anl 31/12/2008	59.498	89.831	64…237	12		40.482	20.008	86.466(4)
Cp Cimento	12m Anl 31/12/2008	212.474			-11.298	40.567	7.317	20.927	214.672
Cp Cimento (2)	12m Anl 31/12/2008	212.474	336.806	75…439	-19.338	-1.622	13.610	20.927	214.672
Crsec MB	12m Anl 31/12/2008	-43.811			4.725		458	-6.975	43.456
Cyrela Realt NM (3)	12m Anl 31/12/2008	2.120.949	13.593	1…584	-91.393	497.350	280.033	277.708	355.724
Cyrela Realt NM (3) (2)	12m Anl 31/12/2008	2.120.949	2.847.441	1.082…580	-10.780	-42.755	441.995	277.708	355.724
Dixie Toga	12m Anl 31/12/2008	528.227	461.819	91…401	7.385	31.359	73.015	65.646	274.407
Dixie Toga (2)	12m Anl 31/12/2008	527.974	1.064.794	191…313	35.825		111.968	65.700	274.407
Dtcom-Direct	12m Anl 31/12/2008	-3.661	13.062	4…264	-3.566		-4.897	-4.897	36.811
Econorte	12m Anl 31/12/2008	154.740	88.590	18…147	-5.629		4.797	3.671	13.600
Emae	12m Anl 31/12/2008	830.126	250.344	17…601	11.544		247.654	170.585	36.947
Encorpar	12m Anl 31/12/2008	84.662			1.461	6.704	7.929	7.276	1.900
Encorpar (2)	12m Anl 31/12/2008	84.662	3.276	1…105	1.450	6.486	8.049	7.276	1.900
Estrela	12m Anl 31/12/2008	-92.913	78.929	37…054	-16.118	-15.817	-24.646	-24.646	16.167
Estrela (2)	12m Anl 31/12/2008	-92.913	79.029	34…634	-25.106		-24.646	-24.646	16.167
Eucatex (3)	12m Anl 31/12/2008	534.546	531.966	150…858	-57.445	14.944	67.854	59.519	92.433
Eucatex (2)	12m Anl 31/12/2008	531.296	700.936	226…364	-63.955		72.933 (5)	59.330	92.433
Fibra Sec	12m Anl 31/12/2008	52.420	-136	…136			2.612	1.742	43.271
Gaia Securit MB (3)	12m Anl 31/12/2008	-10			1		166	166	315
Guararapes	12m Anl 31/12/2008	1.373.612	809.469	262…756	-484	-27.925	246.411	166.424	62.400
Guararapes (2)	12m Anl 31/12/2008	1.326.798	1.909.998	971…402	185.624		207.184	136.938	62.400
Helbor NM	12m Anl 31/12/2008	364.732	5.862	4…359	8.535	60.539 (5)	48.339 (5)	48.382	52.597
Helbor NM (2)	12m Anl 31/12/2008	364.732	345.725	112…307	16.678		67.440 (5)	48.382 (5)	52.597
Ideiasnet NM (3)	12m Anl 31/12/2008	189.161			1.666	2.855	-9.639	-9.639	104.252
Ideiasnet NM (3) (2)	12m Anl 31/12/2008	189.161	877.186	141…327	-20.520		-7.416	-9.639	104.252
Imowel Sec	12m Anl 31/12/2008	-2			0		-3	-3	1.000(4)
Inepar	12m Anl 31/12/2008	183.916	1.023	…205	59.844	121.585	108.828	77.873	6.573
Inepar (2)	12m Anl 31/12/2008	183.916	1.019.087	221…270	71.232	-7.764	119.098	77.873	6.573
Inpar S.A. NM (3)	12m Anl 31/12/2008	618.337	63.587	2…069	7.187	6.998	-74.974	-74.974	94.952
Inpar S.A. NM (3) (2)	12m Anl 31/12/2008	618.337	566.784	129…314	-8.441		-58.546	-74.974	94.952
Invepar MB	12m Anl 31/12/2008	154.051			481	62.638	54.389	54.389	102.580
Invepar MB (2)	12m Anl 31/12/2008	154.051	156.341	109…626	1.674		84.574	54.389	102.580
Invit Legacy MB (3)	5m 9d Anl 31/12/2008	1.979			71		-21	-21	1.587.353
Invitel MB	12m Anl 31/12/2008	963.810			-102.084	76.655	-45.681	-45.681	1.731.368
Invitel MB (2)	12m Anl 31/12/2008	963.810	11.296.835	5.087…417	-592.641		1.214.039	-69.049	1.731.368
J B Duarte	12m Anl 31/12/2008	46.237			2.506	-233	-344	-344	203.756
Lf Tel	12m Anl 31/12/2008	214.757			-7.611	-34.393	-44.771	-44.771	705.686
Lf Tel (2)	12m Anl 31/12/2008	207.709	3.313.750	1.477…761	-295.494	-24.500	195.509	-43.301	705.686
Marlim Part MB	12m Anl 31/12/2008	5.125				-33.699	-33.809	-33.809	278.794
Marlim Part MB (2)	12m Anl 31/12/2008	5.125			10.882		-41.111	-33.809	278.794
Marlim Petr MB	12m Anl 31/12/2008				10.882		-41.001	-33.699	278.794
Matone Sec	12m Anl 31/12/2008	35.632	10	…10	827		3.159	2.109	33.700.000(4)
Melhor Sp (3)	12m Anl 31/12/2008	194.326	10.972	10…972	-2.745	-12.578	21.725	21.725	6.573
Melhor Sp (3) (2)	12m Anl 31/12/2008	194.326	495.141	189…701	-38.075		21.309	21.725	6.573
Met Duque (3)	12m Anl 31/12/2008	102.123	99.868	25…050	-3.999		2.028	1.113	2.816
Millennium (3)	12m Anl 31/12/2008	380.489	220.125	-5…601	-24.859	17.823	-37.970	-19.907	2.321.500
Millennium (3) (2)	12m Anl 31/12/2008	380.489	258.465	16…779	-25.108	-538	-34.559	-19.907	2.321.500
Minerva NM (3)	12m Anl 31/12/2008	314.050	2.097.204	374…944	-352.806	400	-225.181	-215.543	74.820
Minerva NM (3) (2)	12m Anl 31/12/2008	314.050	2.120.771	378…932	-350.805		-223.797	-215.543	74.820
Minupar	12m Anl 31/12/2008	-36.792			-297	-2.809	-4.070	-4.070	24.150
Minupar (2)	12m Anl 31/12/2008	-36.792	129.195	16…190	-15.196		-4.268	-4.070	24.150
Novamari Pet MB	12m Anl 31/12/2008	19.305	221.325	66…850	-31.810		34.373	22.710	128.700
Novamarlim MB	12m Anl 31/12/2008	19.305				22.710	22.635	22.635	128.700
Novamarlim MB (2)	12m Anl 31/12/2008	19.305	221.325	66…850	-31.810		34.298	22.635	128.700
Par Al Bahia	12m Anl 31/12/2008	574.728			22.285	27.046	600.485	396.395	12.850
Par Al Bahia (2)	12m Anl 31/12/2008	574.728	157.452	18…097	18.961	44.138	604.856	401.558	12.850
Parcom Part MB	12m Anl 31/12/2008	28.940			3.397		3.494	3.097	12.262
Pro Metalurg	12m Anl 31/12/2008	-247.856	4.483	…920	-15.067		-19.780	-19.780	72.409.994
Recrusul	12m Anl 31/12/2008	-33.193	28.359	5…861	-6.990	-507	-7.931	1.669	9.108
Recrusul (2)	12m Anl 31/12/2008	-43.704	28.361	6…833	-8.764		-8.645	950	9.108
Schulz (3)	12m Anl 31/12/2008	101.290	493.075	160…433	-97.981		-16.347	-13.081	12.763
Sergen	12m Anl 31/12/2008	104.827	4.941	…352	1.192	135	-1.048	-185	24.275.032
Sergen (2)	12m Anl 31/12/2008	104.827	5.056	…467	1.410		-1.073	-224	24.275.032
Sultepa (3)	12m Anl 31/12/2008	224.577	56.875	3…599	1.465	19.335	11.914	10.799	12.600
Sultepa (3) (2)	12m Anl 31/12/2008	224.577	128.140	18…464	20.542	507	21.306	10.799	12.600
Tecnosolo	12m Anl 31/12/2008	30.221	190.240	24…484	-8.398		1.982	1.881	96.000
Ulbra Receb	12m Anl 31/12/2008	-16.443	9.329 (3)	9.32…(3)			-18.592	-18.592	1.000(4)
Uptick MB	12m Anl 31/12/2008	55.231			386	12.354	11.191	11.191	52.437
Uptick MB (2)	12m Anl 31/12/2008	55.231	46.337	17…101	-306		11.366	11.191	52.437
Wembley	12m Anl 31/12/2008	471.158			9.899	20.211	28.608	26.594	24.000
Wembley (2)	12m Anl 31/12/2008	471.158	3.162.159	430…680	-155.001	6.485	-73.148	26.594	24.000

(1) Retifica informações divulgadas anteriormente pela empresa. (2) Dados Consolidados. (3) Rea… …presentação. (4) Número de Ações expresso em Unidades. (5) Retifica informação divulgada anteriormente pela empresa.

Valor de mercado

das cias. abertas negociadas na Bovespa

Empresa	R$ Mil Fevereiro/2009	R$ Mil Março/2009	Var. %	US$ Mil Fevereiro/2009	US$ Mil Março/2009	Var. %
*Petrobras	263.597.714,20	285.150.853,29	8,18	110.829.849,56	123.164.674,02	11,13
*Vale R Doce -N1	157.108.275,91	157.362.963,72	0,16	66.056.288,22	67.969.490,21	2,90
*Itauunibanco -N1	62.148.729,06	98.032.315,10	57,74	26.130.478,08	42.342.914,26	62,04
*Bradesco -N1	59.555.473,91	65.157.986,21	9,41	25.040.142,08	28.143.566,95	12,39
*Ambev	54.854.698,02	61.527.822,46	12,17	23.063.697,45	26.575.597,12	15,23
*Brasil -NM	35.528.793,33	43.275.865,95	21,81	14.938.106,85	18.692.063,73	25,13
*Itaúsa -N1	32.214.968,71	33.997.478,08	5,53	13.544.806,89	14.684.467,04	8,41
*Eletrobrás -N1	29.225.257,49	29.160.415,82	-0,22	12.287.780,65	12.595.203,79	2,50
*Sid Nacional	24.873.210,32	27.293.092,03	9,73	10.457.959,27	11.788.654,12	12,72
*Telesp	20.819.170,44	22.725.945,62	9,16	8.753.435,27	9.815.975,13	12,14
*Redecard -NM	16.824.267,63	18.876.828,28	12,20	7.073.775,49	8.153.433,08	15,26
*Brasil Telec -N1	18.615.542,32	18.830.041,65	1,15	7.826.918,23	8.133.224,63	3,91
*Gerdau -N1	16.795.387,72	17.148.850,71	2,10	7.061.632,91	7.407.070,97	4,89
*Cemig -N1	14.428.237,66	15.271.421,10	5,84	6.066.362,96	6.596.156,31	8,73
*CPFL Energia -NM	15.093.199,00	15.117.194,55	0,16	6.345.946,43	6.529.541,53	2,89
*Bmf Bovespa -NM	12.161.885,06	14.369.420,49	18,15	5.113.473,37	6.206.556,88	21,38
*Usiminas -N1	12.806.913,56	14.186.022,54	10,77	5.384.676,07	6.127.342,15	13,79
*Telemar	12.381.992,16	13.453.008,36	8,65	5.206.017,56	5.810.732,71	11,62
*Souza Cruz	14.673.124,80	13.373.941,88	-8,85	6.169.325,93	5.776.581,67	-6,37
*Telemar N L	12.005.916,63	13.074.596,95	8,90	5.047.896,33	5.647.286,17	11,87
*Brasil T Par -N1	11.537.875,25	12.076.978,24	4,67	4.851.107,99	5.216.386,59	7,53
*Vivo	14.458.302,80	11.279.340,85	-21,99	6.079.003,87	4.871.864,57	-19,86
Tractebel -NM	11.612.283,60	11.227.165,70	-3,32	4.882.393,04	4.849.328,66	-0,68
*Natura -NM	9.309.930,41	9.718.769,56	4,39	3.914.366,97	4.197.809,94	7,24
*TIM Part S.A.	10.414.013,27	9.176.695,13	-11,88	4.378.579,41	3.963.672,74	-9,48
*CCR Rodovias -NM	9.343.889,72	8.404.672,53	-10,05	3.928.649,40	3.630.214,47	-7,60
*Ultrapar -N1	7.582.225,52	7.625.912,43	0,58	3.187.952,20	3.293.846,07	3,32
*Nossa Caixa -NM	7.481.798,02	7.583.481,97	1,36	3.145.727,29	3.275.519,16	4,13
*Bradespar -N1	7.661.312,25	7.580.867,28	-1,05	3.221.204,28	3.274.389,80	1,65
*Jbs -NM	6.629.543,85	7.549.914,36	13,88	2.787.396,51	3.261.020,37	16,99
*Tran Paulist -N1	6.743.218,85	7.454.317,56	10,55	2.835.191,24	3.219.729,42	13,56
*Aracruz -N1	6.875.697,13	7.442.648,52	8,25	2.890.891,83	3.214.689,24	11,20
*P. Açúcar-Cbd -N1	7.292.160,61	7.299.986,23	0,11	3.065.994,20	3.153.069,38	2,84
WEG -NM	7.244.761,53	7.213.880,19	-0,43	3.046.065,23	3.115.877,76	2,29
*ALL Amér Lat -N2	5.577.964,70	6.613.773,79	18,57	2.345.259,29	2.856.674,93	21,81
*Gerdau Met -N1	6.635.812,11	6.506.413,41	-1,95	2.790.032,00	2.810.302,96	0,73

Assembléias

2/4/2009

Elektro (EKTR) – AGO/E – 9h30

Aprovar as contas do exercício social/2008; a proposta de destinação do resultado e a distribuição de dividendos, relativos ao exercício de 2008. Conforme proposta da administração será submetido à assembléia o valor de R$ 168.053.187,88 para a distribuição de dividendos, já deduzidos os valores de dividendos intermediários distribuídos pela Companhia em 2008 e juros sobre capital próprio declarados no ano de 2008, sendo R$ 75.710.273,31 para os acionistas detentores de ações ordinárias, correspondendo a R$ 0,824003835 a pagar por ação e R$ 92.342.914,57 para os acionistas detentores de ações preferenciais, correspondendo este valor a R$ 0,906404219 a pagar por ação, considerando o direito à percepção de dividendos 10% maior do que o atribuído às ações ordinárias, na forma prevista no inciso II do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia. Os dividendos ora propostos serão pagos pela Companhia, em uma ou mais parcelas, conforme disponibilidade de caixa, dentro do exercício social de 2009, precedida(s) de aviso ao acionista publicado(s) para esta finalidade. Nos termos do artigo 205 da Lei 6.404/76, terão direito ao recebimento de dividendos todos aqueles acionistas detentores de ações da Companhia no momento da sua declaração, ou seja, se e quando da aprovação da distribuição dos dividendos pelos acionistas da Companhia, em assembléia geral ordinária a ser oportunamente convocada; eleição de membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração; a proposta de emissão de debêntures simples, quirografárias para distribuição pública, não conversíveis em ações totalizando, na data de emissão, o valor de até R$ 350.000.000,00 - que constituirá a 3ª emissão de debêntures da Companhia (3ª emissão de debêntures) - e, em caso de aprovação dessa 3ª emissão; a delegação de poderes ao Conselho de Administração da Companhia para deliberar sobre as condições de que tratam os incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada, e a autorização para a diretoria da Companhia praticar todos e quaisquer atos necessários para a implementação da 3ª emissão de debêntures; e aprovar a proposta de emissão de notas promissórias comerciais da Companhia, no valor de até R$ 120.000.000,000 – que constituirá a 1ª emissão de notas promissórias comerciais da Companhia (1ª emissão de notas promissórias comerciais) as quais serão objeto de distribuição pública nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários aplicável e, em caso de aprovação dessa emissão; a delegação de poderes ao Conselho de Administração da Companhia para deliberar sobre as condições de emissão, e a autorização para a Diretoria da Companhia praticar todos e quaisquer atos necessários para a implementação da 1ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais. A partir de 03/04/2009 ações escriturais ex-dividendo.

FII CSHGShop (HGBS) - AGO/E - 10h

Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A., CNPJ/MF 61.809.182/0001-30, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.830, 7º andar, Torre IV, Chácara Itaim, Cep 04543-900, cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na qualidade de Instituição Administradora do CSHG Brasil Shopping – Fundo de Investimento Imobiliário, convida os cotistas do Fundo para se reunirem na sede da Instituição Administradora, a fim de deliberarem sobre a aprovação das contas e das demonstrações financeiras do Fundo referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2008; alteração do Regulamento do Fundo a fim de adaptá-lo às disposições contidas na Instrução CVM 472/08; aprovação da 3ª emissão pública de quotas do Fundo prevista em Regulamento, a ser realizada no Brasil, no mercado secundário na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BOVESPA), em regime de melhores esforços, nos termos das Instruções CVM 400/03 e 472/08, com a conseqüente alteração do Regulamento do Fundo e consolidação da nova redação do Regulamento do Fundo decorrente das deliberações. Encontram-se à disposição no site da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br), Mercados BOVESPA, menu mercado > ETFs/Fundos/Cepacs > Fundos Imobiliários, os documentos referentes às AGO/E do Fundo.

TIM Part S.A. (TCSL) – AGO/E – 11h

Prorrogação do Contrato de Cooperação e Suporte (Cooperation and Support Agreement) celebrado entre Telecom Italia S.p.A., TIM Celular S.A. e TIM Nordeste S.A., com a interveniência da Companhia; aumento do capital social da Companhia, referente ao benefício fiscal auferido pela TIM Nordeste S.A. (Controlada) em 2008, com emissão de novas ações, resultante da amortização do ágio incorporado pela Controlada no exercício de 2000, e conseqüente alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; aumento do número máximo de membros do Conselho de Administração da Companhia, e conseqüente alteração do artigo 26 do Estatuto Social da Companhia; extinção do cargo de diretor Geral da Companhia, e conseqüente alteração do artigo 31 do Estatuto Social da Companhia e consolidação do Estatuto Social da Companhia. Aprovar demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31/12/2008; proposta da administração para destinação do resultado do exercício de 2008 e de distribuição de dividendos da Companhia; eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração e eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal. Conforme deliberações da RCA de 26/2/2009 será proposta a distribuição de dividendo aos acionistas detentores de ações preferenciais no montante de R$ 171.144.430,72, sendo R$ 0,1107/ação PN. O aumento do capital social será o montante de R$ 18.761.230,44. O preço de emissão será determinado no dia imediatamente anterior à data da Assembléia Geral Extraordinária que deliberará sobre a matéria, com base na média das cotações das ações de emissão da Companhia na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA nos dez últimos pregões anteriores à data da referida Assembléia Geral Extraordinária (ou seja, com base na média das cotações registradas nos dez pregões anteriores a 2/4/2009). Haverá um preço de emissão para as ações ordinárias e outro para as ações preferenciais, sendo ambos calculados de acordo com o critério acima. A quantidade de ações ordinárias e preferenciais a serem emitidas pela Companhia, todas escriturais e sem valor nominal, será definida no dia imediatamente anterior à data da Assembléia Geral Extraordinária que deliberará sobre a capitalização, após a determinação dos respectivos preços de emissão, sendo certo que será mantida a atual proporção das ações ordinárias e preferenciais no capital social da Companhia (34,06% de ações ordinárias e 65,94% de ações preferenciais). Será assegurado aos acionistas da Companhia o direito de preferência, nos termos do parágrafo 2º do artigo 171 da Lei 6.404/76. A TIM Brasil Serviços e Participações S.A. subscreverá e integralizará, à vista, a totalidade do aumento de capital, mediante utilização dos Créditos, não havendo, portanto, sobras de ações não subscritas. Caso algum acionista decida exercer o seu direito de preferência, as importâncias por eles pagas serão entregues à TIM Brasil Serviços e Participações S.A., observada a proporcionalidade de cada um deles relativamente ao aumento de capital ora proposto. O direito de preferência deverá ser exercido no prazo de 30 dias corridos, a partir da publicação da ata da AGE que deliberará sobre a proposta de aumento de capital. As ações a serem emitidas terão direitos integrais aos dividendos e demais proventos relativos ao exercício de 2009, não fazendo jus aos dividendos e/ou demais proventos referentes ao exercício de 2008, os quais serão deliberados na AGO (ver BDI de 27/2/2009). Encontra-se à disposição no site da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br), Mercados BOVESPA, menu Empresas/Para Investidores/Empresas Listadas, em Informações Relevantes, a ata da RCA de 26/2/2009 com a íntegra da proposta da administração. A partir de 3/4/2009, ações preferenciais escriturais ex-dividendo e ações ex-subscrição.

Trafo (TRFO) – AGO – 14h

Aprovar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2008; destinação de resultados; eleger membros do Conselho de Administração. Em atenção à consulta efetuada pela BM&FBOVESPA a cia. informou que será proposta a distribuição de dividendo no montante de R$ 3.598.568,74 equivalente a R$ 0,079839062/ação ON e R$ 0,087822969/ação PN. A partir de 3/4/2009 ações escriturais ex-dividendos (ver BDI de 13/3/2009).

V C P (VCPA – N1) – AGE – 02/04/2009 – 14h

Alterar, nos termos da proposta da administração, o Estatuto Social da Companhia para incluir no capítulo das disposições transitórias, o artigo 34, no qual estarão previstas as regras aplicáveis à constituição do Comitê Especial Independente de que trata o Parecer de Orientação CVM 35/2008, cujo funcionamento, de caráter provisório, visa atender aos fins contemplados no referido Parecer de Orientação. Encontra-se à disposição no site da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br), Mercados BOVESPA, menu Empresas/Para Investidores/Empresas Listadas, em Informações Relevantes, a proposta do Conselho de Administração.

3/4/2009

FDC BGN Life (BGLF) - AGC - 10h (1ª convocação)/23/04/2009 - 10h00 (2ª convocação)

A BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na qualidade de administradora do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios BGN-

Valor de mercado - continuação

das cias. abertas negociadas na Bovespa

Empresa	R$ Mil Fevereiro/2009	R$ Mil Março/2009	Var. %	US$ Mil Fevereiro/2009	US$ Mil Março/2009	Var. %
*Net -N2	6.026.282,05	6.469.579,65	7,36	2.533.754,65	2.794.393,42	10,29
Aes Tiete	6.126.867,46	6.382.275,87	4,17	2.576.045,85	2.756.684,46	7,01
*Copel -N1	5.768.294,17	6.086.119,63	5,51	2.425.283,46	2.628.766,25	8,39
*Perdigão S.A. -NM	6.128.029,43	5.950.045,46	-2,90	2.576.534,41	2.569.991,99	-0,25
*Sabesp -NM	5.477.192,42	5.878.184,87	7,32	2.302.889,51	2.538.953,38	10,25
*Embraer -NM	4.879.664,64	5.753.413,39	17,91	2.051.658,53	2.485.061,07	21,12
Fosfertil	5.577.678,40	5.351.994,09	-4,05	2.345.138,92	2.311.676,78	-1,43
*Eletropaulo -N2	4.593.914,53	4.976.983,53	8,34	1.931.514,68	2.149.699,17	11,30
*Lojas Americ	4.085.736,92	4.687.849,24	14,74	1.717.851,04	2.024.813,94	17,87
*V C P -N1	2.315.656,28	4.592.766,45	98,34	973.619,36	1.983.745,01	103,75
*Light S.A. -NM	5.212.547,37	4.523.251,20	-13,22	2.191.619,31	1.953.719,42	-10,85
*Cesp -N1	4.222.249,14	4.104.925,47	-2,78	1.775.247,70	1.773.032,77	-0,12
Energias BR -NM	3.716.041,77	3.851.026,20	3,63	1.562.412,45	1.663.366,53	6,46
GVT Holding -NM	3.143.633,88	3.396.662,40	8,05	1.321.743,14	1.467.114,03	11,00
*Comgás	3.513.048,97	3.311.655,62	-5,73	1.477.063,98	1.430.397,21	-3,16
Suzano Papel -N1	3.393.266,13	3.302.066,21	-2,69	1.426.701,20	1.426.255,27	-0,03
*Cyrela Realt -NM	2.504.529,46	3.265.849,50	30,40	1.053.031,22	1.410.612,26	33,96
*Cosan -NM	3.373.744,73	3.164.666,28	-6,20	1.418.493,41	1.366.908,38	-3,64
*Klabin S.A. -N1	3.387.249,34	3.138.162,87	-7,35	1.424.171,43	1.355.460,81	-4,82
Banrisul -N1	2.494.543,94	2.953.089,47	18,38	1.048.832,80	1.275.522,40	21,61
Porto Seguro -NM	2.675.456,61	2.731.549,10	2,10	1.124.897,67	1.179.832,89	4,88
*Sadia S.A. -N1	2.508.500,00	2.560.960,00	2,09	1.054.700,64	1.106.150,66	4,88
*B2W Varejo -NM	2.425.115,55	2.448.957,97	0,98	1.019.641,59	1.057.773,83	3,74
*Braskem -N1	2.865.311,97	2.382.044,75	-16,87	1.204.722,49	1.028.872,13	-14,60
Copasa -NM	2.394.294,90	2.237.012,64	-6,57	1.006.683,02	966.228,68	-4,02
Marfrig -NM	1.875.607,68	2.055.130,13	9,57	788.600,60	887.668,51	12,56
*TAM S.A. -N2	2.414.381,86	1.981.198,58	-17,94	1.015.128,60	855.735,39	-15,70
Pdg Realt -NM	1.533.033,05	1.889.280,74	23,24	644.564,86	816.033,49	26,60
MRV -NM	1.417.051,00	1.869.908,95	31,96	595.800,12	807.666,27	35,56
*Duratex -N1	1.810.592,69	1.821.716,95	0,61	761.265,01	786.850,79	3,36
*Lojas Renner -NM	1.714.719,54	1.732.961,24	1,06	720.955,07	748.514,70	3,82
Localiza -NM	1.613.664,00	1.635.851,88	1,37	678.466,20	706.570,44	4,14
*Gafisa -NM	1.318.897,30	1.550.469,58	17,56	554.531,33	669.691,42	20,77
*Gol -N2	1.907.694,57	1.518.822,18	-20,38	802.091,56	656.022,02	-18,21
Confab -N1	1.577.698,49	1.477.937,70	-6,32	663.344,47	638.362,86	-3,77
*Celesc -N2	1.493.661,32	1.467.448,53	-1,75	628.010,98	633.832,29	0,93
Dasa -NM	1.355.283,30	1.423.592,79	5,04	569.829,84	614.889,77	7,91
Slc Agricola -NM	1.384.565,00	1.236.218,75	-10,71	582.141,36	533.957,65	-8,28
Lupatech -NM	1.113.888,67	1.170.510,95	5,08	468.335,30	505.576,60	7,95
Magnesita S.A. -NM	1.374.382,66	1.052.627,96	-23,41	577.860,18	454.659,62	-21,32
MMX Miner -NM	948.135,25	1.015.205,91	7,07	398.644,15	438.495,99	10,00
OHL Brasil -NM	923.111,10	964.444,43	4,48	388.122,73	416.570,68	7,33
Randon Part -N1	820.173,38	842.525,74	2,73	344.842,49	363.910,56	5,53
Tenda -NM	608.991,72	761.239,66	25,00	256.051,01	328.800,82	28,41
Positivo Inf -NM	632.160,00	714.692,00	13,06	265.792,13	308.695,58	16,14
*Rossi Resid -NM	634.215,08	711.089,64	12,12	266.656,19	307.139,61	15,18
Unipar -N1	633.295,05	603.890,68	-4,64	266.269,36	260.837,37	-2,04
Log-In -NM	608.965,16	542.015,67	-10,99	256.039,84	234.111,82	-8,56
Etemit -NM	377.601,91	421.559,39	11,64	158.763,00	182.083,36	14,69
Agra Incorp -NM	368.516,67	332.622,19	-9,74	154.943,10	143.668,88	-7,28
Fer Heringer -NM	194.263,83	174.251,72	-10,30	81.678,37	75.264,22	-7,85
Kepler Weber	181.873,37	169.748,48	-6,67	76.468,79	73.319,14	-4,12
Ecodiesel -NM	107.364,13	99.785,49	-7,06	45.141,33	43.100,16	-4,52
*Unibanco -N1	32.650.893,32	(1)	/	13.728.091,71	(1)	/
Subtotal -cias do Ibovespa	**1.116.488.635,07**	**1.177.778.959,26**	**5,49**	**469.428.454,03**	**508.715.860,08**	**8,37**
Subtotal -cias do IBrX-100	**1.184.517.088,71**	**1.246.878.722,33**	**5,26**	**498.031.066,56**	**538.561.991,33**	**8,14**
Total Geral - 387 Cias	**1.417.411.815,59**	**1.485.714.750,50**	**4,82**	**595.951.822,90**	**641.721.989,68**	**7,68**

Total IBrX-100: Valor de Mercado das empresas da carteira teórica do IBrX-100. Total Ibovespa: Valor de Mercado das empresas da carteira teórica do Ibovespa (somente empresas com o sinal (*) à esquerda). (N1) - Companhias do Nível 1 de governança corporativa. (N2) - Companhias do Nível 2 de governança corporativa. (NM) - Novo Mercado

Ações custodiadas na CBLC

Programa ADR - Posição em 1/4/2009

S.A.	Tipo	Qtde. Ações
AES Tietê S.A.	ON	71.765
AES Tietê S.A.	PN	5.817.433
Agra Empreendimentos Imobiliários S.A.	ON NM	83.418
ALL América Latina Logística S.A.	UNT N2	259.678
Anhanguera Educacional Participações S.A.	UNT N2	68.346
Aracruz Celulose S.A.	PNB N1	185.874.572
B2W Cia Global Varejo	ON ED NM	3.234.924
Bco Bradesco S.A.	PN N1	367.975.312
Bco Daycoval S.A.	PN N1	8.400
Bco Itaú Holding Financeira S.A.	PN N1	294.195.065
Bco Patagonia S.A.	DR3	1.099.817
Bombril S.A.	PN	31.889
Br Malls Participações S.A.	ON NM	6.621.962
Brasil Ecodiesel Ind Com Biocombustíveis Óleos Vegetais S.A.	ON NM	8.800
Brasil Telecom Participações S.A.	PN N1	85.281.375
Brasil Telecom S.A.	PN N1	18.415.320
Braskem S.A.	PNA N1	18.577.454
Camargo Correa Desenvolvimento Imobiliário S.A.	ON NM	137.564
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. Eletrobrás	ON N1	66.740.367
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. Eletrobrás	PNB N1	33.010.949
Centrais Elétricas Santa Catarina S.A.	PNB N2	10.436
Cesp Cia Energética São Paulo	ON N1	167.729
Cesp Cia Energética São Paulo	PNA N1	236.898
Cia Bebidas Américas AmBev	ON	1.396.323
Cia Bebidas Américas AmBev	PN	44.317.254
Cia Brasileira Distribuição	PN N1	33.128.614
Cia Energética Minas Gerais Cemig	ON N1	22.205
Cia Energética Minas Gerais Cemig	PN N1	82.760.932
Cia Paranaense Energia Copel	ON N1	4.552.811
Cia Paranaense Energia Copel	PNB N1	27.424.480
Cia Saneamento Básico Estado São Paulo Sabesp	ON NM	57.488.802
Cia Saneamento Minas Gerais Copasa Mg	ON I08 NM	387.495
Cia Siderurgica Nacional	ON ED	191.630.845
Cia Transmissão Energia Elétrica Paulista	ON N1	23.699
Cia Transmissão Energia Elétrica Paulista	PN N1	67.313
Cia Vale Rio Doce	ON N1	747.944.868
Cia Vale Rio Doce	PNA N1	794.107.308
Contax Participações S.A.	PN	1.644.310
CPFL Energia S.A.	ON NM	19.919.685
Cremer S.A.	ON NM	10.042
Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos Participações	ON NM	29.395.040
Cyrela Commercial Properties S.A. Empreend. Participações	ON NM	3.058.992
Diagnosticos América S.A.	ON NM	10.377
Duke Energy International Geracao Paranapanema S.A.	ON	3.198

S.A.	Tipo	Qtde. Ações
Duke Energy International Geracao Paranapanema S.A.	PN	34.710
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade São Paulo S.A.	PNB N2	276.296
Embraer Empresa Brasileira Aeronautica S.A.	ON NM	358.600.468
Eucatex S.A. Ind Com	PN	6.525.780
Gafisa S.A.	ON NM	57.752.518
Gerdau S.A.	PN N1	197.825.943
Globex Utilidades S.A.	ON	206.264
Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A.	DIR PRE N2	2.305.129
Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A.	PN ES N2	16.809.747
Inpar S.A.	ON NM	200.000
Iochpe Maxion S.A.	ON ED NM	851.638
Jbs S.A.	ON NM	28.600
JHSF Participações S.A.	ON NM	1.531.472
Klabin S.A.	PN N1	63.483.565
LLX Logística S.A.	ON NM	1.434.077
Medial Saúde S.A.	ON NM	95.895
MMX Mineração Metálicos S.A.	ON NM	1.710.280
Net Serviços Comunicação S.A.	PN N2	52.282.092
Parana Bco S.A.	PN N1	95.500
Perdigão S.A.	ON NM	14.651.926
Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras	ON	1.361.473.582
Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras	PN	1.268.330.434
Redecard S.A.	ON NM	2.579.460
Rossi Residencial S.A.	ON NM	107.944
Sadia S.A.	PN N1	74.948.399
Santos Brasil Participações S.A.	UNT N2	1.494.500
São Carlos Empreendimentos Participações S.A.	ON NM	3.300.000
Suzano Papel Celulose S.A.	PNA INT N1	2.013.360
TAM S.A.	PN N2	43.352.404
Tecnisa S.A.	ON NM	1.718.482
Tele Norte Leste Participações S.A.	PN	125.180.725
Telecomunicações São Paulo S.A. Telesp	PN ED	234.878.340
Telemig Celular Participações S.A.	PN	8.126.016
Tempo Participações S.A.	ON NM	729.000
TIM Participações S.A.	PN	349.872.971
Tractebel Energia S.A.	ON NM	2.317.839
Ultrapar Participações S.A.	PN N1	12.486.725
Unibanco União Bcos Brasileiros S.A.	UNT N1	676.506.440
Usinas Siderúrgicas Minas Gerais S.A. Usiminas	ON N1	45.000
Usinas Siderúrgicas Minas Gerais S.A. Usiminas	PNA N1	5.183.960
Vivo Participações S.A.	PN	89.235.779
Votorantim Celulose Papel S.A.	DIR PRE N1	52.265.459
Votorantim Celulose Papel S.A.	PN N1	47.888.720
Total Geral		**8.267.961.505**

Capitalização Bursátil

Data	Número de Empresas	Total em R$ mil	Total em US$ mil
25/03/2009	389 Empresas	1.525.081.390,25	679.777.753,62
26/03/2009	389 Empresas	1.547.625.137,97	691.676.039,32
27/03/2009	389 Empresas	1.532.673.991,15	673.850.952,17
30/03/2009	389 Empresas	1.495.939.944,15	642.116.986,80
31/03/2009	387 Empresas	1.485.714.750,50	641.721.989,68

Custódia Fungível

Empresas em subscrição

Os agentes de custódia que pretenderem exercer o direito de subscrição e/ou solicitar cessão de direitos da(s) empresa(s) abaixo relacionada(s) deverão manifestar-se nos prazos mencionados.

Prazo Final Subscrição	Prazo Final Cessão	Empresa	Código ISIN Origem	Código ISIN Direito	Código ISIN Subscrição em	Depósito de Direitos de Subscrição
03/04/2009	06/04/2009	VCP	BRVCPAACNOR5 111	BRVCPAD01OR0 111	BRVCPAACNOR5 112	-
			BRVCPAACNPR2 111	BRVCPAD01PR7 111	BRVCPAACNPR2 112	-
17/04/2009	20/04/2009	Tele Nort CL	BRTMACACNOR6 105	BRTNCPD03OR3 107	BRTNCPACNOR2 108	-
-	-	-	BRTMACACNOR6 105	BRTNCPD03PR0 110	BRTNCPACNPR9 111	-
-	-	-	BRTMACACNPA9 105	BRTNCPD03PR0 110	BRTNCPACNPR9 111	-
-	-	-	BRTMACACNPB7 108	BRTNCPD03PR0 110	BRTNCPACNPR9 111	-
-	-	-	BRTMACACNPC5 105	BRTNCPD03PR0 110	BRTNCPACNPR9 111	-
-	-	-	BRTMACACNPD3 105	BRTNCPD03PR0 110	BRTNCPACNPR9 111	-
-	-	-	BRTMACACNPE1 102	BRTNCPD03PR0 110	BRTNCPACNPR9 111	-
-	-	-	BRTNCPACNOR2 107	BRTNCPD03OR3 107	BRTNCPACNOR2 108	-
-	-	-	BRTNCPACNOR2 107	BRTNCPD03PR0 110	BRTNCPACNPR9 111	-
-	-	-	BRTNCPACNPR9 110	BRTNCPD03PR0 110	BRTNCPACNPR9 111	-
20/04/2009	22/04/2009	Gol	BRGOLLACNOR7 115	BRGOLLD01OR2 115	BRGOLLACNOR7 116	-
-	-	-	BRGOLLACNOR7 115	BRGOLLD02PR7 115	BRGOLLACNPR4 116	-
-	-	-	BRGOLLACNPR4 115	BRGOLLD02PR7 115	BRGOLLACNPR4 116	-
24/04/2009	27/04/2009	LLX Log	BRLLXLACNOR8 100	BRLLXLD01OR3 100	BRLLXLACNOR8 101	-
A Determinar		Caianda Part	BRCAIAACNOR4 103	BRCAIAD02OR7 103	BRCAIAACNOR4 104	-
-	-	-	BRCAIAARNPB3 100	BRCAIAG02PB1 100	BRCAIAARNPB3 101	-
-	-	Eletron	BRETROACNOR2 106	BRETROD01OR7 106	BRETROACNOR2 107	-
-	-	FII Ancar Inc	BRANCRCTF001 110	BRANCRD01M18 110	BRANCRCTF001 111	-
-	-	(**) Hércules	BRHETAACNOR2 134	BRHETAD01M12 134	BRHETADB0003 100	-
-	-	-	BRHETAACNPR9 134	BRHETAD01M12 134	BRHETADB0003 100	-
-	-	Invitel	BRIVTLACNOR1 107	BRIVTLD01M17 107	BRIVTLN01OR5 100	-
-	-	Itaitinga	BRSQRMACNOR2 118	BRSQRMD12OR4 118	BRSQRMACNOR2 119	-
-	-	-	BRSQRMACNOR2 118	BRSQRMG03PB7 101	BRSQRMARNPB1 102	-
-	-	-	BRSQRMARNPB1 101	BRSQRMG03PB7 101	BRSQRMARNPB1 102	-
-	-	Opport Energ	BROPHEACNOR1 104	BROPHED05OR7 104	BROPHEACNOR1 105	-
-	-	PQ HOPI HARI	BRPQTMACNOR4 107	BRPQTMD08OR4 107	BRPQTMACNOR4 108	-
-	-	-	BRPQTMACNPR1 105	BRPQTMD08OR4 107	BRPQTMACNOR4 108	-
-	-	Tesc Term SC	BRCJENACNOR7 100	BRCJEND01OR2 100	BRCJENACNOR7 101	-
-	-	-	BRCJENACNPB8 100	BRCJEND01OR2 100	BRCJENACNOR7 101	-
-	-	-	BRCJENACNPB8 100	BRCJEND01PC1 100	BRCJENACNPC6 100	-

(**) A CBLC emitirá somente cessão de direitos.

Crédito de proventos - Renda variável

O Serviço de Custódia CBLC informa aos seus usuários o crédito de proventos, conforme demonstrado:

S/E	Tipo Provento	Data AGE	Exercício	Valor em R$	Data Crédito
Souza Cruz	dividendo	19/03/2009	2008	2,148615416p/ação(ON)	30/03/2009
Souza Cruz	rendimento	19/03/2009	2009	0,060481p/ação(ON)	30/03/2009
Telemig Part	jrs.cap.pr	17/12/2008	2008	0,36897634838p/ação(ON/PN)	30/03/2009
Telemig Part	dividendo	18/03/2009	2008	6,35571053796p/ação(ON/PN)	30/03/2009
Banrisul	jrs.cap.pr	06/05/2008	2009	0,11519259p/ação(ON)	31/03/2009
Banrisul	jrs.cap.pr	06/05/2008	2009	0,11519259p/ação(PNA)	31/03/2009
Banrisul	jrs.cap.pr	06/05/2008	2009	0,11519259p/ação(PNB)	31/03/2009
BRZ Invest	dividendo	24/03/2009	2008	0,28p/ação(ON)	31/03/2009
Dimed	jrs.cap.pr	23/12/2008	2008	0,513p/ação(ON)	31/03/2009
Dimed	jrs.cap.pr	23/12/2008	2008	0,5643p/ação(PN)	31/03/2009
Elekeiroz	jrs.cap.pr	23/12/2008	2008	0,1425p/ação(ON)	31/03/2009
Elekeiroz	jrs.cap.pr	23/12/2008	2008	0,1425p/ação(PN)	31/03/2009
Elekeiroz	jrs.cap.pr	04/02/2009	2009	0,012p/ação(ON)	31/03/2009
Elekeiroz	jrs.cap.pr	04/02/2009	2009	0,012p/ação(PN)	31/03/2009
Indusval	jrs.cap.pr	09/02/2009	2008	0,16046p/ação(PN)	31/03/2009
Banestes	jrs.cap.pr	27/02/2009	2009	0,019235781p/ação(ON)	01/04/2009
Banestes	jrs.cap.pr	27/02/2009	2009	0,019235781p/ação(PN)	01/04/2009
Bradesco	dividendo	02/03/2009	2009	0,01321925p/ação(ON)	01/04/2009
Bradesco	dividendo	02/03/2009	2009	0,014541175p/ação(PN)	01/04/2009
Itaubanco	dividendo	27/02/2009	2009	0,012p/ação(ON)	01/04/2009
Itaubanco	dividendo	27/02/2009	2009	0,012p/ação(PN)	01/04/2009
Itaúsa	dividendo	27/02/2009	2009	0,014p/ação(ON)	01/04/2009
Itaúsa	dividendo	27/02/2009	2009	0,014p/ação(PN)	01/04/2009
Nadir Figuei	dividendo	12/03/2009	2008	0,01301p/ação(ON)	01/04/2009
Nadir Figuei	dividendo	12/03/2009	2008	0,01301p/ação(PN)	01/04/2009
Redecard	dividendo	18/03/2009	2008	0,68979641p/ação(ON)	01/04/2009

Créditos de proventos - Renda fixa

Emissor	Ativo	Vencimento	Emissão	Série	Tipo Provento	Valor em R$	Data Crédito
Brazilian Securities	CRI	15/09/2015	1ª	46ª	Juros	2.652,32	01/04/2009
Brazilian Securities	CRI	15/09/2015	1ª	46ª	Amortização	2.158,21	01/04/2009
Concepa	D	01/04/2010	3ª	Única	Juros	11,264401	01/04/2009
Cyrela Brazil	D	01/04/2014	1ª	Única	Juros	655,6658	01/04/2009
Econorte	D	-	1ª	Única	Juros	4,679320	01/04/2009
Econorte	D	-	1ª	Único	Juros	464,469295	01/04/2009
Rio Bravo	CRI	01/07/2010	1ª	34ª	Remuneração	11.608,04	01/04/2009
Rio Bravo	CRI	-	1ª	42ª	Juros	873,88	01/04/2009
Rio Bravo	CRI	-	1ª	42ª	Amortização	3.219,54	01/04/2009
Suzano Papel	D	01/04/2014	3ª	1ª	Juros	108,745385	01/04/2009
Tupy	D	01/04/2012	3ª	Única	Juros	1.367,841398	01/04/2009
Tupy	D	01/04/2012	3ª	Única	Amortização	3.370,492324	01/04/2009

D = Debêntures; NP = Nota Promissória; LTN = Letra do Tesouro Nacional; LFT = Letra Financeira do Tesouro; NTNC = Nota do Tesouro Nacional – Série C; CRI = Certificados de Recebíveis Imobiliários; CTF = Cotas.

Prazo para depósito de títulos

Os detentores de títulos representativos de ações, com direito aos proventos envolvendo as empresas abaixo relacionadas, poderão efetuar o depósito junto à Custódia CBLC nos seguintes prazos:

Prazo Final	Empresa	Código	Provento
02/04/2009	521 Particip	BRQVUMACNOR0 121	jrs.cap.pr
-	Banco Itaú S.A	BRBITAACNOR6 100	incorporação
-	-	BRBITAACNPR3 100	incorporação
-	Bematech	BRBEMAACNOR0 103	dividendo
-	Daycoval	BRDAYCACNOR5 107	jrs.cap.pr
-	-	BRDAYCACNPR2 107	jrs.cap.pr
-	Dohler	BRDOHLACNOR2 45	dividendo
-	-	BRDOHLACNPR9 48	dividendo
-	Nord Brasil	BRBNBRACNOR8 176	dividendo
-	-	BRBNBRACNOR8 176	jrs.cap.pr
-	-	BRBNBRACNOR8 176	rendimento
-	-	BRBNBRACNPR5 176	dividendo
-	-	BRBNBRACNPR5 176	rendimento
-	-	BRBNBRACNPR5 176	rendimento
-	Seg Al Bahia	BRCSABACNOR1 44	dividendo
-	-	BRCSABACNPR8 44	dividendo
-	Tex Renaux	BRTXRXR01OR8 140	atualização
-	-	BRTXRXR01PR5 140	atualização
-	Unibanco	BRUBBRACNOR3 213	incorporação
-	-	BRUBBRACNPR0 213	incorporação
-	-	BRUBBRCDAM14 139	incorporação
-	Unibanco HL	BRUBHDACNOR0 144	incorporação
-	-	BRUBHDACNPR7 144	incorporação
03/04/2009	ABC Brasil	BRABCBACNOR7 105	jrs.cap.pr
-	-	BRABCBACNPR4 105	jrs.cap.pr
-	Afluente	BRAFLUACNOR9 105	dividendo
-	-	BRAFLUACNPA2 105	dividendo
-	-	BRAFLUACNPB0 105	dividendo
-	Banestes	BRBEESACNOR9 189	jrs.cap.pr
-	-	BRBEESACNPR6 114	jrs.cap.pr
-	Banrisul	BRBRSRACNOR3 105	dividendo
-	-	BRBRSRACNPA6 109	dividendo
-	-	BRBRSRACNPB4 108	dividendo
-	Copasa	BRCSMGA01OR6 101	jrs.cap.pr
-	-	BRCSMGA01OR6 101	dividendo
-	-	BRCSMGA01OR6 101	atualização
-	-	BRCSMGA02OR4 100	jrs.cap.pr
-	-	BRCSMGACNOR5 100	jrs.cap.pr

Prazo Final	Empresa	Código	Provento
-	-	BRCSMGACNOR5 100	jrs.cap.pr
-	FII A Branca	BRFPABCTF011 131	rendimento
-	FII ABC Imob	BRABCPCTF000 160	rendimento
-	FII Almirant	BRFAMBCTF018 172	rendimento
-	FII BB Progr	BRBBFICTF006 144	rendimento
-	FII CSHGShop	BRHGBSCTF000 119	rendimento
-	FII Europar	BREUROCTF011 177	rendimento
-	FII HG Real	BRHGRECTF006 101	rendimento
-	FII Hotel MX	BRHTMXCTF000 120	rendimento
-	FII JK Imob	BRFJKICTF000 160	rendimento
-	FII Lourdes	BRNSLUCTF008 129	rendimento
-	FII Memorial	BRFMOFCTF010 128	rendimento
-	FII Ourives	BREDFOCTF004 138	rendimento
-	FII Torre Al	BRALMICTF003 151	rendimento
-	FII V Parque	BRFVPQCTF015 103	rendimento
-	-	BRFVPQCTF015 103	rendimento
-	Itaú Unibanco	BRITAUACNOR6 504	dividendo
-	-	BRITAUACNPR3 504	dividendo
-	-	BRITAUPPPOW1 114	atualização
-	-	BRITAUPPPOX9 114	atualização
-	-	BRITAUPPP107 112	atualização
-	-	BRITAUPPP115 112	atualização
-	-	BRITAUPPP131 107	atualização
-	-	BRITAUPPP156 107	atualização
-	-	BRITAUPPP164 104	atualização
-	-	BRITAUPPP172 102	atualização
-	Localiza	BRRENTACNOR4 119	jrs.cap.pr
-	Neoenergia	BRGNANACNOR8 137	dividendo
-	Parana	BRPRBCACNOR1 105	jrs.cap.pr
-	-	BRPRBCACNPR8 105	jrs.cap.pr
-	Pine	BRPINEACNOR1 107	dividendo
-	-	BRPINEACNOR1 107	jrs.cap.pr
-	-	BRPINEACNPR8 107	dividendo
-	-	BRPINEACNPR8 107	jrs.cap.pr
-	Sul América	BRSULAACNOR2 101	dividendo
-	-	BRSULAACNPR9 101	dividendo
-	-	BRSULACDAM12 101	dividendo

Depósito de bloqueios e de boletins provenientes de subscrição

Os bloqueios provenientes de subscrição, emitidos pelas instituições financeiras depositárias, e os boletins de subscrição, emitidos pelas próprias sociedades emissoras abaixo relacionadas, estão sendo aceitos para depósito a fim de atender à liquidação de operações na CBLC, observados os seguintes critérios: bloqueio emitido pela instituição financeira depositária deverá ser solicitado na condição ações subscritas a homologar; boletim emitido pela sociedade emissora deverá conter um único tipo de ação.

Empresa	Distribuição Ord.	Distribuição Pref.	Classe A	Classe B	Classe C	Classe D	AGE	Tipo
Armazens Gerais (CBAG)	027	-	-	-	-	-	28/04/2008	bloqueio
Baumer(BALM)	036	037	-	-	-	-	29/07/2008	Bloqueio
Anhanguera - AEDU	101	101	-	-	-	-	10/10/2008	bloqueio

EU& Bolsas nacionais

Ibovespa
Desempenho dos papéis do índice em 01/04/09

MELHORES

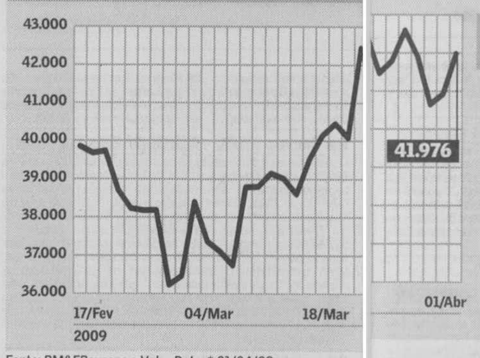
Ação	Cot. R$	Osc %
Cesp PNB N1	13,92	7,07
Rossi Resid ON NM	3,95	6,75
Bmf Bovespa ON NM	7,50	6,68
Cyrela Realt ON NM	9,79	6,64
Gafisa ON NM	12,41	6,52
All Amer Lat UNT N2	10,50	6,27
Brasil ON EJ NM	17,76	5,27
Ccr Rodovias ON NM	21,90	5,03
Duratex PN N1	15,70	4,66
Cosan ON NM	10,08	4,56

PIORES

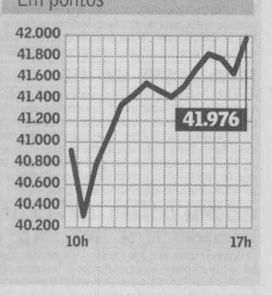
Ação	Cot. R$	Osc %
Redecard ON NM	25,66	-8,52
Tim Part S/a PN	2,83	-2,07
Klabin S/a PN N1	2,80	-1,75
Gol PN ES N2	6,58	-1,05
Net PN N2	16,93	-0,93
Telemar PN	32,30	-0,61
Ultrapar PN N1	55,39	-0,44
Perdigao S/a ON NM	28,71	-0,13
Sadia PN	3,14	0,00
Tim Part ON	5,90	0,00

Fonte : BM&FBovespa
(*) Cotação por lote de mil

Ibovespa
Índice no fechamento - em pontos



Índice hora a hora
Em pontos*



Fonte: BM&FBovespa e Valor Data. * 01/04/09

Volume negociado
Destaque das operações em 01/04/09

	Negócios	Tit/mil	Part (%)	R$/mil	Part (%)
Lote Padrão	212.490	2.689.658	88,43	4.037.217	92,86
Fracionário	8.856	2.033	0,06	5.657	0,13
Demais Ativos	469	118.881	3,90	17.792	0,40
Total a Vista	**221.815**	**2.810.573**	**92,40**	**4.060.667**	**93,40**
Total Exercício	0	0	0,00	0,00	0,00
Termo	1.002	30.358	0,99	86.712,82	1,99
Opções Compra	55.212	199.551	6,56	191.019,24	4,39
Opções Venda	34	983	0,03	1.873,21	0,04
Total de Opções	55.289	200.540	6,59	199.264	4,58
Total Geral *	**278.116**	**3.041.475**	**100**	**4.347.172**	**100**
Partic. Ibovespa	186.892	184.734	6,07	3.569.383	82,10
Partic. IEE	18.342	11.134	0,36	245.115	5,63
Partic. IBrX	201.925	210.324	6,91	3.732.965	85,87
Partic. IBrX 50	173.847	178.199	5,85	3.390.227	77,98
Partic. IVBX-2	92.733	90.720	2,98	1.257.993	28,93

Fonte: BM&FBovespa. Obs.: prévia do horário regular. * Inclui, a partir de 01/08/05, o volume financeiro do Soma.

Mercado à vista
Desempenho das ações em 01/04/09

MELHORES

Ação	Cot. R$	Osc %
J B Duarte PN	0,04	33,33
Grazziotin PN	6,80	13,33
Mmx Miner ON	3,70	11,11
Providencia ON NM	3,00	11,11
Energisa PN	6,65	10,64
Unipar ON N1	0,99	10,00
Alfa Consorc PNE	4,52	9,17
Hoteis Othon PN	0,25	8,69
Emae PN	9,19	8,11
Pine PN EDJ N1	6,00	8,10

PIORES

Ação	Cot. R$	Osc %
Recrusul ON	7,99	-20,02
Tecnosolo ON	0,57	-18,57
M G Poliest ON	0,07	-12,50
Sultepa PN	3,71	-11,45
Embratel Par ON *	8,00	-11,11
Br Malls Par ON NM	12,93	-10,20
Pronor PNA	0,95	-9,52
Mundial ON	1,18	-9,23
F Guimaraes PN *	0,31	-8,82
Redecard ON NM	25,66	-8,52

Fonte : BM&FBovespa
(*) Cotação por lote de mil

Resumo das operações - índices
Evolução dos índices brasileiros em 01/04/09

	Índice*	No dia	No mês	No ano	12 meses
			Variação % em reais		
Ibovespa	41.976	2,57	2,57	11,79	-33,13
IBrX	14.118	2,25	2,25	12,59	-31,49
IBrX 50	6.324	2,41	2,41	14,03	-32,15
IEE	17.200	2,79	2,79	12,48	-0,58
IVBX-2	3.546	1,43	1,43	2,97	-33,50
FGV 100	6.642	1,84	1,84	5,98	-33,89
FGV 100-E	13.822	2,35	2,35	10,14	-23,69
			Variação % em dólares		
Ibovespa	18.331	3,70	3,70	14,09	-48,80
IBrX	6.165	3,38	3,38	14,91	-47,54
IBrX 50	2.762	3,54	3,54	16,37	-48,04
IEE	7.511	3,93	3,93	14,80	-23,88
IVBX-2	1.549	2,55	2,55	5,09	-49,08
FGV 100	2.901	2,97	2,97	8,16	-49,38
FGV 100-E	6.036	3,48	3,48	12,40	-41,57

Fonte: BM&FBovespa, FGV, Banco Central e Valor Data. * Índice em pontos no fechamento

Oscilação
Evolução dos índices em 01/04/09

	Abertura	Mínima	Máxima	Média	Fechamento
Ibovespa	40.917	40.256	42.004	41.383	41.976
IBrX	13.807	13.590	14.143	13.947	14.118
IBrX 50	6.174	6.073	6.337	6.243	6.324
IEE	16.661	16.579	17.200	17.013	17.200
IVBX-2	3.493	3.433	3.553	3.518	3.546
ISE	1.188	1.174	1.221	1.206	1.217
IGC	3.878	3.826	3.955	3.912	3.951
ITEL	1.076	1.065	1.097	1.087	1.091
ITAG	4.904	4.847	5.012	4.955	5.004
FGV 100	-	6.429	6.649	6.581	6.642
FGV 100-E	-	13.310	13.822	13.641	13.822
Ibovespa Futuro *	40.650	40.280	42.230	41.503	42.180

Fonte: BM&FBovespa, FGV e Valor Data. * Contrato de Abr/09

ADR BRASIL

Comportamento dos papéis em Nova York - em 01/04/09

Empresa	Número de ações por ADR	Código	Data do último negócio	Cotações (US$/ADR) fechamento	mínimo	máximo	Cotações em 12 meses menor	maior	Oscilações (%) no dia	no mês	no ano	Em 12 meses	Volume de títulos negociados no dia	Média no ano	Média em 12 meses
AES Tietê (O)	1	AESAY	25/03/09	6,93	-	-	2,75	12,25	-	-	28,81	-27,69	720	2.257	1.752
AES Tietê (P)	1	AESYY	26/03/09	8,23	-	-	4,00	11,70	-	-	36,94	1,87	2.300	44.569	57.876
AmBev (O)	1	ABV/C	16:11:13	40,45	38,25	40,66	29,13	72,74	4,74	4,74	11,59	-40,33	5.600	4.060	8.122
AmBev (P)	1	ABV	17:01:00	49,14	47,20	49,33	30,06	83,79	2,91	2,91	10,90	-37,24	543.837	774.238	920.533
Aracruz (P)	10	ARA	17:02:07	6,98	6,57	7,04	5,29	92,22	5,76	5,76	-38,12	-90,36	367.150	559.702	638.663
Banco Bradesco (P)	1	BBD	17:00:47	10,45	9,88	10,47	7,40	25,24	5,56	5,56	5,88	-45,27	7.661.699	11.252.447	11.086.135
Banco Itaú (P)	1	ITU	17:00:46	11,47	10,95	11,51	6,70	25,77	5,47	5,42	-1,12	-39,27	9.182.547	9.680.147	9.174.840
Brasil Telecom. (P)	3	BTM	17:01:26	17,38	16,18	17,54	9,49	38,55	4,83	4,83	-3,01	-49,23	65.053	87.832	165.937
Brasil Telecom. Part. (P)	5	BRP	17:03:39	38,08	35,50	38,10	22,00	85,65	5,43	5,43	-1,42	-46,73	188.098	175.779	279.697
Braskem (P)	2	BAK	17:02:00	4,35	4,06	4,35	3,64	18,45	5,84	5,84	-9,94	-74,90	140.499	147.461	210.250
Cemig (O)	1	CIG/C	14:20:13	11,40	11,00	11,40	9,65	21,75	3,64	3,64	11,22	-29,60	300	1.267	787
Cemig (P)	1	CIG	17:01:06	15,79	14,69	15,81	9,31	26,55	6,83	6,83	14,92	-13,81	2.107.217	1.200.746	1.606.290
CESP (O)	1	CSQSY	21/01/09	4,16	-	-	2,25	20,20	-	-	-4,81	-81,55	0	300	2.980
CESP (P)	1	CESDY	11/03/09	5,20	-	-	4,05	20,23	-	-	-20,61	-57,90	300	469	2.320
Contax Part. (P)	0,05	CTXNY	18:20:00	0,91	0,89	0,93	0,41	1,52	0,00	0,00	20,67	-12,14	86.968	22.813	38.056
Copel (O)	1	ELPVY	18:20:00	9,69	9,69	9,69	7,35	69,14	3,09	3,09	-0,62	-42,87	500	41.648	26.262
Copel (P)	1	ELP	17:00:58	10,96	10,37	11,01	7,80	21,86	5,08	5,08	3,99	-35,91	416.207	347.052	491.892
CPFL (O)	3	CPL	17:01:08	41,95	40,00	41,99	34,93	77,98	3,40	3,40	7,37	-35,07	142.764	132.090	167.266
CSN (O)	1	SID	17:00:35	15,50	14,53	15,62	7,87	52,46	4,45	4,45	21,00	-58,47	4.168.606	4.601.901	4.691.524
Cyrela Brasil (O)	20	CYRBY	18:20:00	85,35	85,15	85,35	57,22	380,00	4,72	4,72	12,53	-68,22	100	3.687	2.572
Eletrobrás (O)	1	EBR	17:01:26	11,68	10,99	11,69	7,55	19,90	7,85	7,85	4,57	-25,27	502.464	375.364	262.243
Eletrobrás (P)	1	EBR/B	17:01:46	11,26	10,66	11,31	5,15	50,55	5,53	5,53	5,53	-24,93	456.893	161.020	162.384
Embraer (O)	4	ERJ	17:01:55	14,32	13,39	14,39	9,27	44,21	7,91	7,91	-11,66	-64,18	697.788	1.094.932	1.107.445
Gafisa (O)	2	GFA	17:03:12	10,91	9,84	10,98	5,33	50,07	9,21	9,21	17,82	-68,60	304.344	668.714	904.201
Gerdau (P)	1	GGB	17:00:22	5,89	5,43	5,89	4,18	26,22	7,68	7,68	-10,76	-63,93	7.538.638	8.432.770	7.370.565
Gol (P)	1	GOL	17:02:37	2,86	2,78	2,91	2,78	18,08	1,06	1,06	-32,39	-81,96	300.782	659.296	966.694
Iochpe Maxion (O)	0,3333	IOCJY	18:20:00	1,30	1,30	1,34	1,06	7,65	-0,76	-0,76	20,37	-81,94	5.939	52.790	29.776
JBS (O)	2	JBSAY	17/03/09	4,13	-	-	3,70	4,40	-	-	-6,14	-	700	625	1.778
Klabin (P)	10	KLBAY	18:20:00	12,20	12,00	12,20	10,60	43,90	0,00	0,00	-14,39	-65,24	6.230	4.242	7.858
MMX Miner. e Metal (O) - 1 GDR	1	MMXMY	31/03/09	1,50	-	-	1,09	34,60	-	-	29,01	-84,65	2.333	49.853	22.752
Net (P)	1	NETC	17:00:04	7,54	7,21	7,58	3,88	15,79	4,00	4,00	29,63	-33,41	480.304	415.774	743.754
Pão de Açúcar (P)	2	CBD	17:04:27	28,03	26,67	28,25	21,26	50,45	3,51	3,51	1,71	-33,67	257.756	329.480	357.476
Perdigão (O)	2	PDA	17:01:08	25,60	24,92	25,71	20,86	66,81	3,18	3,18	-2,96	-46,05	331.287	170.471	191.638
Petrobras (O)	2	PBR	17:00:47	32,19	30,16	32,39	14,73	77,61	5,65	5,65	31,44	-38,42	19.908.548	27.436.573	24.138.260
Petrobras (P)	2	PBR/A	17:00:31	25,64	24,26	25,84	12,34	64,89	4,65	4,65	25,63	-40,89	8.629.860	11.370.848	11.140.340
Sabesp (O)	2	SBS	17:02:28	22,96	21,65	23,03	13,89	57,46	7,54	7,54	-5,16	-48,47	476.194	383.828	436.577
Sadia (P)	3	SDA	17:04:29	4,19	4,03	4,19	3,06	26,27	1,70	1,70	-14,49	-77,04	472.359	418.135	668.960
Suzano Papel e Celulose (O)	3	SUZBY	27/02/09	14,40	-	-	5,00	54,25	-	-	-3,55	-67,93	200	20.904	9.137
TAM (P)	1	TAM	17:01:46	5,63	5,27	5,67	5,27	25,20	2,36	2,36	-31,68	-71,20	658.184	427.984	857.778
Tele Norte Leste Part. (P)	1	TNE	17:00:48	14,31	13,83	14,52	9,18	23,06	3,40	3,40	13,94	-34,04	1.410.555	1.480.893	1.542.704
Telebrás (P)	1.000	TBH	16:58:55	9,90	9,00	9,90	7,36	24,28	1,12	1,12	-3,40	-50,39	6.892	11.903	15.117
Telemig Celular (P)	2	TMB	16:59:31	35,62	34,40	35,70	24,23	69,78	-0,06	-0,06	18,94	-37,77	36.624	16.931	17.550
Telesp (P)	1	TSP	17:02:26	21,28	20,25	21,44	16,75	30,68	2,41	2,41	9,63	-20,06	159.039	132.836	148.279
TIM Part. (P)	10	TSU	17:00:26	12,49	12,23	12,64	10,39	35,42	0,56	0,56	0,00	-62,66	863.046	497.712	494.353
Tractebel Energia (O)	1	TBLEY	18:20:00	7,59	7,59	7,59	6,50	15,41	2,85	2,85	-3,92	-43,32	617	22.509	17.837
Transmissão Paulista (P)	1	CTPZY	24/03/09	20,70	-	-	15,45	32,15	-	-	15,39	-13,39	1.400	760	3.079
Ultrapar Part. (P)	1	UGP	17:03:53	24,30	23,60	24,38	13,50	40,81	3,14	3,14	8,05	-32,78	131.004	124.290	119.603
Unibanco (O) - 1 GDR	10	UBB	30/03/09	63,22	-	-	38,14	161,25	-	-	-2,17	-48,50	1.947.453	1.388.502	1.865.574
Usiminas (P)	1	USNZY	18:20:00	13,25	12,45	13,25	7,50	58,05	3,52	3,52	9,96	-66,03	8.292	33.904	48.128
Vale (O)	1	RIO	17:00:15	13,82	13,10	13,86	8,80	44,15	3,91	3,91	14,12	-60,98	24.847.718	42.689.221	36.674.222
Vale (P)	1	RIO/P	17:00:27	11,93	11,34	11,93	7,78	35,96	5,76	5,76	12,02	-60,22	9.979.858	9.559.956	9.957.696
VCP (P)	1	VCP	17:02:04	4,92	4,53	4,96	3,53	35,06	12,33	12,33	-37,96	-83,65	847.442	692.807	780.073
Vivo Part. (P)	1	VIV	17:02:40	13,50	12,93	13,62	7,75	31,12	3,45	3,45	7,79	-45,23	2.246.274	1.555.188	1.129.523

Fonte: Bloomberg e Valor Data. (O) e (P) significam, respectivamente, ADR derivados de ações ordinárias e preferenciais.

ADR - Índices

Em 01/04/09

Índice	01/04	31/03	27/03	no fim de mar/09	dez/08	Variação - em % dia	semana	mês	ano
BNY	91,800	88,980	90,510	88,980	102,950	3,17	1,43	3,17	-10,83
BNY Emergentes	195,350	188,690	195,210	188,690	189,040	3,53	0,07	3,53	3,34
BNY América Latina	215,200	206,010	214,370	206,010	202,140	4,46	0,39	4,46	6,46
BNY Brasil	257,080	244,670	256,490	244,670	226,850	5,07	0,23	5,07	13,33
BNY México	182,780	176,840	180,120	176,840	214,240	3,36	1,48	3,36	-14,68
BNY Argentina	70,200	71,720	73,270	71,720	74,360	-2,12	-4,19	-2,12	-5,59
BNY Chile	171,050	169,050	174,990	169,050	154,410	1,18	-2,25	1,18	10,78
BNY Índia	453,470	441,270	443,890	441,270	505,170	2,76	2,16	2,76	-10,23
BNY Ásia	91,770	88,160	91,740	88,160	95,040	4,09	0,03	4,09	-3,44
BNY China	274,710	269,860	279,470	269,860	282,620	1,80	-1,70	1,80	-2,80
BNY Rússia	642,660	602,260	633,290	602,260	583,320	6,71	1,48	6,71	10,17
BNY Turquia	60,100	58,060	55,940	58,060	68,880	3,51	7,44	3,51	-12,75

Fonte: The Bank of New York Mellon e Valor Data.

Bolsa de Valores de São Paulo

Mercado à vista

Cód.	Emp./Ação	Abert.	Mín.	Méd.	Max.	Fech.	Oscil. (%)	Ofertas Compr.	Venda	Neg. Realiz. Nº	Quant.
A											
ABCB4	Abc Brasil PN EJ N2	5,60	5,60	5,76	5,85	5,85	+5,78	5,62	5,85	66	116.600
ABNB3	Abnote ON EJ NM	10,18	9,80	9,98	10,18	10,00	-1,96	9,95	10,00	48	84.400
ABYA3	Abyara ON NM	1,64	1,61	1,66	1,67	1,64	-	1,63	1,65	48	568.900
EALT3	Aco Altona ON	-	-	-	-	-	-	-	100,00	-	-
EALT4	Aco Altona PN	41,00	41,00	41,00	41,00	41,00	+2,75	20,00	39,90	1	100
AVIL3	Acos Vill ON	0,47	0,46	0,47	0,48	0,47	+2,17	0,47	0,48	61	143.000
AELP3	Aes Elpa ON	27,00	27,00	27,28	28,00	28,00	-	25,00	29,00	4	2.200
GETI3	Aes Tiete ON	16,00	15,94	15,99	16,06	15,94	-	15,90	15,94	57	45.800
GETI4	Aes Tiete PN	17,62	17,62	18,36	18,58	18,40	+4,54	18,20	18,40	808	548.000
AFLU3	Afluente ON ED	-	-	-	-	-	-	11,81	15,98	-	-
AFLU5	Afluente PNA ED	-	-	-	-	-	-	9,03	-	-	-
ANDG3B	Agconcessoes ON MB	-	-	-	-	-	-	6,00	-	-	-
ANDG4B	Agconcessoes PN MB	-	-	-	-	-	-	6,00	-	-	-
AGIN3	Agra Incorp ON NM	1,41	1,41	1,44	1,46	1,44	+3,59	1,44	1,45	104	1.165.700
AGEN11	Agrenco DR3	0,47	0,44	0,45	0,48	0,44	-6,38	0,44	0,45	445	3.830.700
BRGE3	Alfa Consorc ON	4,41	4,41	4,41	4,41	4,41	+1,61	4,40	4,68	2	200
BRGE5	Alfa Consorc PNA	4,31	4,31	4,31	4,31	4,31	-0,46	4,30	-	2	400
BRGE6	Alfa Consorc PNB	-	-	-	-	-	-	5,00	5,49	-	-
BRGE7	Alfa Consorc PNC	-	-	-	-	-	-	4,08	-	-	-
BRGE8	Alfa Consorc PND	-	-	-	-	-	-	4,08	4,99	-	-
BRGE11	Alfa Consorc PNE	4,52	4,52	4,52	4,52	4,52	+9,17	4,50	4,99	1	300
BRGE12	Alfa Consorc PNF	-	-	-	-	-	-	4,18	4,99	-	-
CRIV3	Alfa Financ ON	2,75	2,75	2,80	2,85	2,81	+3,69	2,81	2,95	20	156.100
CRIV4	Alfa Financ PN	2,45	2,44	2,49	2,55	2,55	+6,25	2,51	2,58	23	188.700
RPAD3	Alfa Holding ON	-	-	-	-	-	-	3,11	3,49	-	-
RPAD5	Alfa Holding PNA	3,70	3,70	3,70	3,71	3,71	-1,85	3,71	3,99	3	400
RPAD6	Alfa Holding PNB	3,39	3,39	3,39	3,39	3,39	+1,19	3,39	3,55	1	100
BRIV3	Alfa Invest ON	6,65	6,65	6,85	6,89	6,89	-1,14	6,66	6,89	16	4.000
BRIV4	Alfa Invest PN	6,00	6,00	6,02	6,09	6,02	-0,33	6,02	6,10	11	24.000
APTI4	Aliperti PN	-	-	-	-	-	-	200,00	1.500,00	-	-
ALLL3	All Amer Lat ON N2	3,89	3,89	3,93	4,00	4,00	+2,82	4,00	4,29	4	500
ALLL4	All Amer Lat PN N2	1,57	1,57	1,57	1,57	1,57	+7,53	1,52	1,55	8	6.400
@ALLL11	All Amer Lat UNT N2	9,80	9,80	10,28	10,57	10,50	+6,27	10,43	10,50	4.116	3.482.500
ALPA3	Alpargatas ON EJ N1	-	-	-	-	-	-	48,50	50,51	-	-
ALPA4	Alpargatas PN EJ N1	50,19	50,00	50,21	52,00	52,00	+1,66	50,50	52,20	17	13.300
BAZA3	Amazonia ON	0,58	0,57	0,58	0,59	0,58	-	0,57	0,58	28	131.000
AMBV3	Ambev ON	90,10	89,00	91,68	93,59	93,59	+0,85	91,16	93,59	85	13.200
@AMBV4	Ambev PN	108,51	108,30	111,17	112,50	112,00	+2,41	112,00	112,20	1.234	277.100
AMCE3	Americel ON	-	-	-	-	-	-	0,22	18,00	-	-
AMIL3	Amil ON NM	6,32	6,32	6,46	6,86	6,60	+4,26	6,31	6,60	612	419.700
CBEE3	Ampla Energ ON *	-	-	-	-	-	-	0,79	0,80	-	-
AMPI3	Ampla Invest ON *	-	-	-	-	-	-	15,00	45,00	-	-
AEDU11	Anhanguera UNT N2	11,50	11,30	11,32	11,51	11,33	-1,47	11,33	11,50	11	112.200
ARCZ3	Aracruz ON N1	14,31	14,31	14,76	14,85	14,72	+3,37	14,70	14,72	142	1.405.700
ARCZ5	Aracruz PNA N1	-	-	-	-	-	-	4,00	14,00	-	-
@ARCZ6	Aracruz PNB N1	1,53	1,51	1,57	1,60	1,60	+3,89	1,59	1,60	2.101	5.650.300
ARLA3	Arthur Lange ON	2,20	2,20	2,20	2,20	2,20	-	2,19	2,20	3	600
ARLA4	Arthur Lange PN	3,70	3,70	3,70	3,70	3,70	+5,41	3,03	3,70	1	100
AZEV4	Azevedo PN	-	-	-	-	-	-	100,05	900,00	-	-
B											
@BTOW3	B2w Varejo ON ED NM	21,17	20,85	21,75	22,00	21,85	+1,29	21,80	21,85	1.280	2.845.900
BAHI3	Bahema ON	-	-	-	-	-	-	48,00	-	-	-
BAHI4	Bahema PN	-	-	-	-	-	-	76,01	97,00	-	-
CBAG3	Ban Armazens ON	-	-	-	-	-	-	20,00	-	-	-
BGIP3	Banese ON	-	-	-	-	-	-	13,00	30,00	-	-
BGIP4	Banese PN	12,90	12,90	12,90	12,90	12,90	-0,76	12,11	13,20	1	300
BEES3	Banestes ON EJ	8,30	8,02	8,13	8,30	8,04	-0,74	8,03	8,10	29	26.200
BEES4	Banestes PN EJ	7,22	7,22	7,22	7,22	7,22	-0,82	7,26	7,44	1	500
BRSR3	Banrisul ON ED N1	-	-	-	-	-	-	7,35	9,79	-	-
BRSR5	Banrisul PNA ED N1	-	-	-	-	-	-	6,34	7,59	-	-
BRSR6	Banrisul PNB ED N1	6,76	6,65	6,88	6,98	6,98	+1,30	6,95	6,98	540	669.100
BDLL3	Bardella ON	-	-	-	-	-	-	100,00	200,00	-	-
BDLL4	Bardella PN	145,00	145,00	145,00	145,00	145,00	+0,69	50,00	146,90	1	100
BTTL3	Battistella ON	-	-	-	-	-	-	0,69	0,70	-	-
BTTL4	Battistella PN	0,37	0,34	0,36	0,37	0,36	-	0,35	0,36	38	119.600
BALM3	Baumer ON	-	-	-	-	-	-	18,00	25,00	-	-
BALM4	Baumer PN	-	-	-	-	-	-	0,01	34,50	-	-
BEMA3	Bematech ON ED NM	5,85	5,82	5,85	5,88	5,85	+0,34	5,80	5,85	36	143.000
BMKS3	Bic Monark ON	-	-	-	-	-	-	450,00	550,00	-	-
BICB3	Bicbanco ON EDJ N1	5,25	5,24	5,28	5,33	5,33	+2,50	5,23	5,35	6	2.800
BICB4	Bicbanco PN EDJ N1	4,87	4,80	5,17	5,45	5,29	+7,73	5,25	5,29	378	907.600
BIOM3	Biomm ON	-	-	-	-	-	-	1,40	23,00	-	-
BIOM4	Biomm PN	-	-	-	-	-	-	1,41	2,50	-	-
@BVMF3	Bmf Bovespa ON NM	6,95	6,91	7,27	7,50	7,50	+6,68	7,47	7,50	7.370	16.843.100
BOBR4	Bombril PN	-	-	-	-	-	-	3,65	3,75	-	-
BBRK3	Br Brokers ON NM	1,12	1,12	1,18	1,20	1,19	+6,25	1,18	1,19	16	92.200
BRML3	Br Malls Par ON NM	13,49	12,73	13,00	13,59	12,93	-10,20	12,85	12,93	538	8.756.700
BBDC3	Bradesco ON N1	19,24	19,22	19,45	19,55	19,55	+1,03	19,55	19,60	252	290.600
@BBDC4	Bradesco PN N1	22,77	22,77	23,46	23,83	23,78	+2,94	23,78	23,80	6.289	4.805.300
BRAP3	Bradespar ON N1	19,95	19,50	20,38	20,70	20,69	+3,96	19,87	20,69	7	900
@BRAP4	Bradespar PN N1	21,90	21,86	22,54	22,84	22,80	+0,70	22,75	22,80	2.588	1.079.200
BISA3	Brascan Res ON NM	1,95	1,95	2,00	2,02	2,00	+2,56	1,99	2,00	345	876.300
@BBAS3	Brasil ON EJ NM	16,70	16,70	17,48	17,80	17,76	+5,27	17,73	17,76	5.429	3.557.300
@BRTP3	Brasil T Par ON N1	61,37	61,37	61,51	61,69	61,47	+0,16	61,47	61,53	374	380.800
@BRTP4	Brasil T Par PN N1	16,31	16,28	16,97	17,39	17,11	+2,14	17,11	17,35	858	284.400
BRTO3	Brasil Telec ON N1	59,34	59,34	59,34	59,34	59,34	-0,01	57,52	59,35	2	200
@BRTO4	Brasil Telec PN N1	12,65	12,40	13,19	13,39	13,39	+3,79	13,30	13,39	723	502.700
AGRO3	Brasilagro ON NM	6,00	5,83	5,83	6,00	5,83	+0,17	5,71	6,00	3	30.200
BRKM3	Braskem ON N1	4,82	4,80	4,80	4,82	4,80	+6,66	4,67	5,00	3	1.800
@BRKM5	Braskem PNA N1	4,83	4,71	4,84	4,95	4,93	+2,49	4,93	4,94	1.346	1.066.200
BRKM6	Braskem PNB N1	-	-	-	-	-	-	4,30	7,80	-	-
BMTO3	Brasmotor ON	-	-	-	-	-	-	0,49	0,58	-	-
BMTO4	Brasmotor PN	0,61	0,61	0,62	0,63	0,62	+1,63	0,61	0,63	22	81.000
BSLI3	Brb Banco ON ED	-	-	-	-	-	-	-	20,00	-	-
BSLI4	Brb Banco PN ED	-	-	-	-	-	-	15,97	-	-	-
BUET3	Buettner ON	-	-	-	-	-	-	10,00	25,00	-	-
BUET4	Buettner PN	-	-	-	-	-	-	-	20,00	-	-
C											
CIQU3	Cacique ON	-	-	-	-	-	-	5,15	9,99	-	-
CIQU4	Cacique PN	-	-	-	-	-	-	5,15	6,90	-	-
CAFE3	Caf Brasilia ON *	-	-	-	-	-	-	3,01	5,70	-	-
CAFE4	Caf Brasilia PN *	1,02	1,02	1,02	1,02	1,02	+2,00	0,93	1,04	1	3.000
CAMB4	Cambuci PN	-	-	-	-	-	-	1,30	1,71	-	-
CPTP3B	Capitalpart ON MB	-	-	-	-	-	-	0,20	0,40	-	-
CRBM3	Caraiba Met ON	-	-	-	-	-	-	-	88,75	-	-
CRBM7	Caraiba Met PNC	-	-	-	-	-	-	-	100,00	-	-
CASN3	Casan ON INT	-	-	-	-	-	-	1,01	20,00	-	-
CASN4	Casan PN INT	-	-	-	-	-	-	1,01	8,99	-	-
CCIM3	Cc Des Imob ON NM	2,00	1,99	2,05	2,08	2,06	+2,48	2,05	2,07	45	64.700
@CCRO3	Ccr Rodovias ON NM	20,86	20,67	21,47	21,90	21,90	+5,03	21,80	21,90	1.152	514.900
CEBR3	CEB ON	-	-	-	-	-	-	17,25	18,00	-	-
CEBR5	CEB PNA	-	-	-	-	-	-	17,01	17,50	-	-
CEBR6	CEB PNB	-	-	-	-	-	-	15,80	16,10	-	-
CEDO3	Cedro ON N1	-	-	-	-	-	-	24,00	36,99	-	-
CEDO4	Cedro PN N1	-	-	-	-	-	-	0,01	42,00	-	-
CEED3B	Ceee-D ON * MB	-	-	-	-	-	-	2,00	3,30	-	-
CEED4B	Ceee-D PN * MB	-	-	-	-	-	-	2,50	4,42	-	-
EEEL3B	Ceee-Gt ON * MB	-	-	-	-	-	-	2,00	3,30	-	-
EEEL4B	Ceee-Gt PN * MB	-	-	-	-	-	-	3,00	19,00	-	-
CEGR3	CEG ON *	-	-	-	-	-	-	40,00	-	-	-
CLSC3	Celesc ON N2	-	-	-	-	-	-	48,00	-	-	-
CLSC5	Celesc PNA N2	-	-	-	-	-	-	0,25	-	-	-
@CLSC6	Celesc PNB N2	30,80	30,61	31,74	31,99	31,80	+1,56	31,70	31,80	239	273.800
GPAR3	Celgpar ON	-	-	-	-	-	-	10,00	-	-	-
CELM3	Celm ON	-	-	-	-	-	-	-	100,00	-	-
CELP5	Celpa PNA	-	-	-	-	-	-	12,61	13,20	-	-
CELP6	Celpa PNB	-	-	-	-	-	-	12,00	-	-	-
CELP7	Celpa PNC	-	-	-	-	-	-	12,01	15,90	-	-
CEPE5	Celpe PNA ED	-	-	-	-	-	-	33,10	33,30	-	-
CEPE6	Celpe PNB ED	-	-	-	-	-	-	30,00	-	-	-
RANI3	Celul Irani ON	-	-	-	-	-	-	12,00	23,90	-	-
RANI4	Celul Irani PN	-	-	-	-	-	-	0,01	24,00	-	-
ENMA3B	Cemar ON ED MB	-	-	-	-	-	-	6,46	6,64	-	-
CMGR3	Cemat ON	-	-	-	-	-	-	5,21	6,00	-	-
CMGR4	Cemat PN	-	-	-	-	-	-	4,50	6,50	-	-
MAPT3	Cemepe ON	-	-	-	-	-	-	1,00	1,88	-	-
MAPT4	Cemepe PN	-	-	-	-	-	-	0,62	0,75	-	-
CMIG3	Cemig ON N1	25,60	25,51	26,46	27,00	27,00	+3,92	26,25	27,00	187	95.600
@CMIG4	Cemig PN N1	33,76	33,72	35,39	35,98	35,67	+3,42	35,67	35,89	3.607	1.349.800
CESP3	Cesp ON N1	11,68	11,56	11,86	12,15	11,70	+1,29	11,60	11,74	27	24.100
CESP5	Cesp PNA N1	12,99	12,99	13,14	13,85	13,80	+0,72	13,10	13,80	8	1.200
@CESP6	Cesp PNB N1	12,92	12,92	13,87	14,10	13,92	+7,07	13,90	13,92	4.487	4.750.700
HGTX3	Cia Hering ON NM	6,59	6,59	6,60	6,80	6,79	+2,87	6,70	6,88	13	143.600
GAFP3	Cimob Part ON	-	-	-	-	-	-	0,13	-	-	-
CLAN4	Clarion PN INT	-	-	-	-	-	-	14,00	18,00	-	-
CBMA3	Cobrasma ON	-	-	-	-	-	-	0,06	0,10	-	-
CBMA4	Cobrasma PN	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	-	0,05	0,06	4	140.000
CEEB3	Coelba ON ED	29,99	29,99	30,00	30,00	30,00	+5,67	29,00	29,99	2	200
CEEB5	Coelba PNA ED	-	-	-	-	-	-	26,02	-	-	-
COCE3	Coelce ON	-	-	-	-	-	-	22,00	23,97	-	-
COCE5	Coelce PNA	23,29	22,80	22,98	23,29	23,14	+1,49	22,92	23,15	49	29.800
COCE6	Coelce PNB	-	-	-	-	-	-	22,20	23,99	-	-
CGAS3	Comgas ON	27,00	27,00	27,00	27,00	27,00	-	24,00	27,00	1	4.300
@CGAS5	Comgas PNA	29,71	29,71	30,21	30,58	30,35	+1,33	30,25	30,35	188	77.800
CNFB4	Confab PN N1	4,09	3,99	4,04	4,09	4,02	+0,50	4,01	4,04	448	432.500
CALI3	Const A Lind ON	-	-	-	-	-	-	51,00	7.000,00	-	-
CALI4	Const A Lind PN	-	-	-	-	-	-	51,00	450,00	-	-
COBE5B	Const Beter PNB* MB	-	-	-	-	-	-	6,00	-	-	-
CTAX3	Contax ON	46,60	45,00	45,59	46,60	45,90	-0,19	44,01	45,90	9	1.500
CTAX4	Contax PN	45,20	44,10	44,85	45,20	45,00	+0,02	44,00	45,50	16	6.400
CSMG3	Copasa ON IO9 NM	19,20	19,11	19,26	19,43	19,30	+2,93	19,26	19,36	551	275.500
CPLE3	Copel ON N1	21,49	21,45	21,49	21,80	21,80	+5,82	21,25	21,90	7	57.500
CPLE5	Copel PNA N1	-	-	-	-	-	-	20,50	-	-	-
@CPLE6	Copel PNB N1	23,73	23,31	24,51	24,99	24,80	+2,90	24,80	24,85	1.706	580.400
CORR4	Cor Ribeiro PN	-	-	-	-	-	-	10,00	300,00	-	-
@CSAN3	Cosan ON NM	9,60	9,34	9,65	10,08	10,08	+4,56	10,03	10,08	2.457	1.661.200
CZLT11	Cosan Ltd DR3	5,78	5,78	5,78	5,78	5,78	+2,30	5,66	5,80	1	200
CSRN3	Cosern ON ED	-	-	-	-	-	-	8,04	8,60	-	-
CSRN5	Cosern PNA ED	-	-	-	-	-	-	8,05	-	-	-
CSRN6	Cosern PNB ED	-	-	-	-	-	-	8,00	-	-	-
CTNM3	Coteminas ON	-	-	-	-	-	-	2,84	3,63	-	-
CTNM4	Coteminas PN	3,10	3,06	3,10	3,15	3,10	+1,63	3,07	3,10	16	47.300
@CPFE3	Cpfl Energia ON NM	30,60	30,25	31,59	31,95	31,90	+1,26	31,80	31,90	990	380.600
CRDE3	CR2 ON NM	3,09	3,01	3,04	3,09	3,03	-1,94	3,02	3,08	32	79.700
CREM3	Cremer ON NM	7,51	7,45	7,51	7,60	7,45	-0,93	7,45	7,54	45	93.300
CZRS4	Cruzeiro Sul PN N1	5,89	5,65	5,84	5,89	5,82	+1,92	5,65	5,82	11	16.300
CARD3	Csu Cardsyst ON NM	3,45	3,23	3,31	3,45	3,45	-	3,26	3,45	18	404.800
CCPR3	Cyre Com-Ccp ON NM	7,50	7,39	7,40	7,50	7,39	-3,39	7,20	7,39	13	533.400
@CYRE3	Cyrela Realt ON NM	9,10	8,96	9,56	9,79	9,79	+6,64	9,75	9,79	3.460	2.558.200
D											
DHBI3	D H B ON	-	-	-	-	-	-	0,02	85,00	-	-
DHBI4	D H B PN	-	-	-	-	-	-	0,01	22,28	-	-
DASA3	Dasa ON NM	24,66	24,66	25,13	25,50	25,40	+2,41	25,00	25,40	322	216.800
DAYC4	Daycoval PN EJ N1	4,89	4,75	4,87	4,96	4,85	+2,53	4,80	4,85	27	173.000
PNVL3	Dimed ON	-	-	-	-	-	-	27,00	31,50	-	-
PNVL4	Dimed PN	-	-	-	-	-	-	0,01	35,00	-	-
DXTG4	Dixie Toga PN	1,60	1,60	1,60	1,60	1,60	+6,66	0,80	1,60	1	100
IMBI3	Doc Imbituba ON	-	-	-	-	-	-	0,02	1,89	-	-
IMBI4	Doc Imbituba PN	0,92	0,90	0,91	0,92	0,92	-2,12	0,90	0,92	7	27.000
DOCA3	Docas ON	-	-	-	-	-	-	20,00	35,00	-	-
DOCA4	Docas PN	-	-	-	-	-	-	20,50	50,00	-	-
DOHL4	Dohler PN ED	-	-	-	-	-	-	20,00	26,10	-	-
DROG3	Drogasil ON NM	10,70	10,50	10,68	10,70	10,70	+1,90	10,30	10,69	6	1.600
DTCY3	Dtcom-Direct ON	-	-	-	-	-	-	0,48	0,70	-	-
DUFB11	Dufrybras DR3	14,71	14,67	14,82	15,00	14,86	+0,74	14,85	15,10	108	29.400
DURA3	Duratex ON N1	-	-	-	-	-	-	11,15	12,67	-	-
@DURA4	Duratex PN N1	14,74	14,67	15,36	15,80	15,70	+4,66	15,59	15,70	1.147	669.100
E											
ECOD3	Ecodiesel ON NM	0,79	0,78	0,79	0,80	0,78	-1,26	0,78	0,79	74	846.600
ELEK3	Elekeiroz ON	12,41	12,41	12,41	12,41	12,41	+3,41	12,40	78,00	1	200
ELEK4	Elekeiroz PN	-	-	-	-	-	-	12,00	14,98	-	-
EKTR3	Elektro ON	-	-	-	-	-	-	10,01	21,00	-	-
EKTR4	Elektro PN	12,20	12,20	12,20	12,20	12,20	-2,40	12,10	13,00	6	2.200
@ELET3	Eletrobras ON N1	25,57	25,43	26,15	26,68	26,68	+2,93	26,52	26,68	1.944	710.900
ELET5	Eletrobras PNA N1	-	-	-	-	-	-	29,71	40,00	-	-
@ELET6	Eletrobras PNB N1	24,60	24,60	25,35	25,74	25,70	+2,47	25,66	25,70	2.261	991.500
LIPR3	Eletropar ON ED	-	-	-	-	-	-	42,50	47,50	-	-
ELPL3	Eletropaulo ON N2	-	-	-	-	-	-	26,92	29,99	-	-
ELPL5	Eletropaulo PNA N2	32,20	32,20	32,20	32,20	32,20	+3,87	29,54	35,00	2	500
@ELPL6	Eletropaulo PNB N2	32,15	32,11	33,56	34,22	33,50	+2,60	33,45	33,50	1.219	630.800
ELUM3	Eluma ON	-	-	-	-	-	-	0,50	40,00	-	-
ELUM4	Eluma PN	-	-	-	-	-	-	0,01	34,80	-	-
EMAE4	Emae PN	8,50	8,50	9,04	9,20	9,19	+8,11	8,82	9,19	42	39.600
@EMBR3	Embraer ON NM	7,58	7,51	8,05	8,20	8,09	+4,11	8,09	8,15	1.923	1.302.000
EBTP3	Embratel Par ON *	8,30	8,00	8,23	8,35	8,00	-11,11	8,02	8,70	9	2.000
EBTP4	Embratel Par PN *	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00	-	8,90	9,18	1	400
ECPR3	Encorpar ON	-	-	-	-	-	-	13,00	16,20	-	-
ECPR4	Encorpar PN	-	-	-	-	-	-	13,00	13,98	-	-
ENBR3	Energias Br ON NM	24,00	24,00	24,63	25,38	25,38	+4,65	25,10	25,38	415	107.700
ENGI3	Energisa ON	-	-	-	-	-	-	0,02	6,98	-	-
ENGI4	Energisa PN	6,49	6,49	6,64	6,65	6,65	+10,64	6,00	6,80	4	10.400
EQTL3	Equatorial ON ED NM	11,60	11,39	11,70	11,90	11,90	+3,11	11,80	11,90	405	355.000
BPIA3	Est Piaui ON EJ	5,40	5,31	5,35	5,40	5,31	-1,66	5,20	5,60	4	1.300
ESTC3	Estacio Part ON NM	11,51	11,51	11,57	11,85	11,84	+2,95	11,50	11,84	5	6.900
ESTR3	Estrela ON	-	-	-	-	-	-	4,50	6,90	-	-
ESTR4	Estrela PN	0,41	0,38	0,39	0,41	0,39	-4,87	0,39	0,40	32	204.500
ETER3	Eternit ON NM	5,86	5,70	5,81	5,88	5,82	-0,51	5,82	5,85	104	64.600
EVEN3	Even ON NM	2,45	2,45	2,50	2,54	2,54	+2,00	2,50	2,54	56	450.400
BAUH4	Excelsior PN	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	-4,76	1,96	2,50	1	500
EZTC3	Eztec ON NM	2,50	2,46	2,48	2,51	2,51	+2,44	2,48	2,51	63	138.100
F											
FTRX3	Fab C Renaux ON	-	-	-	-	-	-	0,15	0,49	-	-
FTRX4	Fab C Renaux PN	-	-	-	-	-	-	0,21	0,22	-	-
VSPT3	Fer C Atlant ON	-	-	-	-	-	-	-	1,30	-	-
FHER3	Fer Heringer ON NM	3,56	3,40	3,50	3,58	3,52	-1,40	3,52	3,56	180	192.700
FESA3	Ferbasa ON	-	-	-	-	-	-	8,00	9,49	-	-
FESA4	Ferbasa PN	5,85	5,85	5,90	5,95	5,95	+1,88	5,91	5,94	67	218.100
FBMC3	Fibam ON	-	-	-	-	-	-	28,01	-	-	-
FBMC4	Fibam PN	25,99	25,99	25,99	25,99	25,99	+0,77	24,08	25,99	2	300
FJTA3	Forja Taurus ON INT	-	-	-	-	-	-	4,15	4,50	-	-
FJTA4	Forja Taurus PN INT	3,90	3,82	3,99	4,17	4,10	+5,94	4,05	4,14	61	55.000
FFTL4	Fosfertil PN	13,44	13,40	13,84	13,95	13,90	+2,20	13,85	13,90	350	200.400
FRAS3	Fras-Le ON N1	-	-	-	-	-	-	2,05	-	-	-
FRAS4	Fras-Le PN N1	2,38	2,30	2,34	2,39	2,30	-3,76	2,30	2,38	10	15.900
G											
@GFSA3	Gafisa ON NM	11,51	11,31	12,25	12,54	12,41	+6,52	12,37	12,45	2.807	1.999.600
GAZO4	Gazola PN	2,25	1,99	2,02	2,25	2,11	+3,43	2,00	2,11	20	13.400
GSHP3	Generalshopp ON NM	2,21	2,20	2,20	2,25	2,24	+1,81	2,14	2,24	14	28.600
GEPA3	Ger Paranap ON	-	-	-	-	-	-	18,00	19,99	-	-
GEPA4	Ger Paranap PN	-	-	-	-	-	-	20,25	23,57	-	-
GGBR3	Gerdau ON N1	9,96	9,81	10,39	10,57	10,56	+3,02	10,52	10,56	480	204.300
@GGBR4	Gerdau PN N1	12,64	12,60	13,11	13,43	13,42	+4,03	13,40	13,42	8.485	8.442.000
GOAU3	Gerdau Met ON N1	13,71	13,70	14,28	14,77	14,30	+5,92	14,30	14,76	32	18.400
@GOAU4	Gerdau Met PN N1	16,75	16,41	17,29	17,64	17,60	+4,14	17,59	17,60	1.958	914.000
GLOB3	Globex ON	6,95	6,70	7,04	8,00	6,70	+3,87	6,65	6,70	846	647.900
@GOLL4	GOL PN ES N2	6,68	6,49	6,59	6,70	6,58	-1,05	6,58	6,59	1.796	1.326.500
GPIV11	Gp Invest DR3	5,87	5,87	5,99	6,10	6,00	+3,44	5,90	6,00	53	91.000
GPCP3	Gpc Part ON	0,74	0,74	0,74	0,74	0,74	-	0,74	0,80	1	4.000
IGBR3	Gradiente ON	2,65	2,65	2,65	2,65	2,65	-1,85	2,56	2,65	4	2.400
CGRA3	Grazziotin ON	-	-	-	-	-	-	6,01	7,38	-	-
CGRA4	Grazziotin PN	6,40	6,40	6,43	6,80	6,80	+13,33	6,55	6,80	17	54.800
GRND3	Grendene ON NM	11,80	11,80	11,98	12,00	12,00	+3,44	11,71	12,00	21	146.200
GTDP3B	Gtd Part ON MB	-	-	-	-	-	-	0,17	0,19	-	-
GTDP4B	Gtd Part PN MB	-	-	-	-	-	-	0,17	0,19	-	-
ACGU3	Guarani ON NM	1,90	1,85	1,89	1,93	1,90	+1,60	1,87	1,90	60	118.600
GUAR3	Guararapes ON	-	-	-	-	-	-	15,22	15,95	-	-
GUAR4	Guararapes PN	-	-	-	-	-	-	12,50	14,80	-	-
GVTT3	Gvt Holding ON NM	26,30	25,81	26,70	27,25	27,15	+2,56	27,11	27,15	619	687.500
H											
HBTS5	Habitasul PNA	-	-	-	-	-	-	2,30	3,79	-	-
HBOR3	Helbor ON NM	3,00	2,98	3,00	3,00	3,00	-	3,00	3,06	32	109.700
HETA3	Hercules ON	-	-	-	-	-	-	0,40	3,00	-	-
HETA4	Hercules PN	0,24	0,24	0,24	0,24	0,24	-4,00	0,23	0,26	3	10.000
HOOT4	Hoteis Othon PN	0,25	0,25	0,26	0,27	0,25	+8,69	0,25	0,26	82	1.110.000
HYPE3	Hypermarcas ON NM	16,85	16,85	17,32	18,10	18,10	+6,78	17,75	18,10	112	93.200
I											
IDNT3	Ideiasnet ON NM	1,83	1,80	1,83	1,85	1,80	-2,17	1,80	1,83	44	95.800
IENG3	Ienergia ON	0,34	0,32	0,34	0,35	0,34	-	0,33	0,34	137	1.095.000
IENG5	Ienergia PNA	0,31	0,29	0,30	0,31	0,30	-	0,29	0,31	42	359.000
IGUA3	Iguacu Cafe ON	-	-	-	-	-	-	5,00	10,00	-	-
IGUA5	Iguacu Cafe PNA	-	-	-	-	-	-	5,10	7,00	-	-
IGUA6	Iguacu Cafe PNB	-	-	-	-	-	-	5,10	7,40	-	-
IGTA3	Iguatemi ON NM	14,05	13,90	14,01	14,20	13,90	-3,13	13,82	13,90	46	53.800
ROMI3	Inds Romi ON NM	6,31	6,31	6,37	6,48	6,48	+4,18	6,40	6,48	10	19.300
IDVL4	Indusval PN EJ N1	5,50	5,33	5,44	5,58	5,44	+1,87	5,41	5,44	17	109.500
INEP3	Inepar ON	17,00	16,80	17,04	17,50	16,80	-	16,80	17,10	20	9.000
INEP4	Inepar PN	15,44	15,10	15,45	15,89	15,40	+2,66	15,31	15,60	74	33.500
INET3	Inepar Tel ON	0,25	0,22	0,22	0,25	0,22	-	0,22	0,23	16	68.100
INPR3	Inpar S/A ON NM	1,54	1,54	1,59	1,61	1,58	+1,28	1,55	1,59	9	5.100
FIGE3	Invest Bemge ON	-	-	-	-	-	-	0,05	-	-	-
IVIT11	Invest Tur ON NM	-	-	-	-	-	-	50,00	-	-	-
IVIT3	Invest Tur ON INT NM	435,00	435,00	437,50	444,49	437,00	-0,45	430,00	460,00	7	1.100
MYPK3	Iochp-Maxion ON ED NM	9,30	9,20	9,31	9,36	9,34	+0,86	9,31	9,34	50	31.500
BOVA11	Ishares Bova CI	40,00	40,00	41,49	42,10	42,10	+3,77	42,10	43,00	58	302.200
MILA11	Ishares Mila CI	-	-	-	-	-	-	10,00	65,32	-	-
SMAL11	Ishares Smal CI	24,03	24,03	24,03	24,03	24,03	-	22,50	26,10	1	100
ITSA3	Itausa ON N1	10,16	10,00	10,22	10,30	10,00	-	9,92	11,38	3	2.200
@ITSA4	Itausa PN N1	7,89	7,85	8,03	8,13	8,04	+0,87	8,04	8,09	4.506	9.284.700
ITEC3	Itautec ON	-	-	-	-	-	-	23,80	27,00	-	-
ITAU3	Itauunibanco ON ED N1	21,55	21,50	21,60	21,90	21,90	+1,76	21,60	21,90	70	133.600
@ITAU4	Itauunibanco PN ED N1	25,44	25,22	25,94	26,29	26,05	+1,63	26,05	26,10	7.806	6.033.500
J											
JBDU3	J B Duarte ON	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	-	0,03	0,04	4	23.000
JBDU4	J B Duarte PN	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	+33,33	0,03	0,04	5	180.000
@JBSS3	JBS ON NM	5,11	5,10	5,36	5,44	5,35	+1,90	5,33	5,35	1.087	1.229.800
MLFT3	Jereissati ON	-	-	-	-	-	-	0,60	2,00	-	-
MLFT4	Jereissati PN	0,64	0,60	0,62	0,64	0,60	-3,22	0,59	0,60	16	94.000
JHSF3	Jhsf Part ON NM	1,51	1,47	1,50	1,55	1,49	-0,66	1,49	1,51	32	435.800
JFEN3	Joao Fortes ON	2,33	2,15	2,20	2,33	2,15	-8,51	2,15	2,19	17	99.900
JOPA3	Josapar ON	14,90	14,90	14,90	14,90	14,90	-	14,90	15,50	3	400
JOPA4	Josapar PN	-	-	-	-	-	-	15,00	29,99	-	-
K											
CTKA3	Karsten ON	-	-	-	-	-	-	3,11	5,20	-	-
CTKA4	Karsten PN	6,15	6,15	6,15	6,15	6,15	-0,64	6,15	6,19	3	700
KEPL3	Kepler Weber ON	0,14	0,13	0,14	0,14	0,14	-	0,13	0,14	59	1.295.600
KLBN3	Klabin S/A ON N1	-	-	-	-	-	-	3,01	4,40	-	-
@KLBN4	Klabin S/A PN N1	2,81	2,78	2,80	2,83	2,80	-1,75	2,80	2,81	1.190	1.788.800
KSSA3	Klabinsegall ON NM	1,40	1,32	1,40	1,42	1,42	+2,89	1,41	1,42	115	249.400
KROT11	Kroton UNT N2	9,35	9,35	9,35	9,35	9,35	+0,53	9,13	9,37	1	100
L											
LFFE3	La Fonte Tel ON	-	-	-	-	-	-	0,30	0,95	-	-
LFFE4	La Fonte Tel PN	-	-	-	-	-	-	0,40	0,60	-	-
MILK11	Laep DR3	0,38	0,37	0,38	0,39	0,38	-	0,37	0,38	105	744.000
LARK4	Lark Maqs PN	-	-	-	-	-	-	0,10	-	-	-
LLIS3	Le Lis Blanc ON NM	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	+1,01	2,96	3,00	1	100
@LIGT3	Light S/A ON NM	22,18	22,06	22,75	23,10	23,10	+4,14	22,96	23,10	511	255.700
LIXC3	Lix Da Cunha ON	-	-	-	-	-	-	1,05	3,20	-	-
LIXC4	Lix Da Cunha PN	2,80	2,75	2,76	2,90	2,80	-3,11	2,63	2,80	17	15.100
LIXL3	Lix Log ON ES NM	1,59	1,57	1,66	1,70	1,70	+6,25	1,69	1,70	568	2.671.600
RENT3	Localiza ON EJ NM	8,21	8,05	8,12	8,26	8,20	+1,73	8,12	8,20	42	290.600
LOGN3	Log-In ON NM	6,10	6,06	6,11	6,20	6,10	+3,21	6,10	6,14	76	591.300
LAME3	Lojas Americ ON EDJ	5,70	5,51	5,69	5,84	5,75	+1,05	5,48	5,60	27	175.700
@LAME4	Lojas Americ PN I08	6,31	6,26	6,50	6,73	6,70	+3,23	6,68	6,70	1.647	1.996.200
@LREN3	Lojas Renner ON INT NM	14,00	13,85	14,19	14,59	14,59	+2,38	14,47	14,59	1.811	1.122.800
LPSB3	Lopes Brasil ON NM	5,75	5,74	5,75	5,93	5,74	-0,17	5,72	5,75	32	642.200
LUPA3	Lupatech ON NM	24,60	23,01	24,40	24,80	24,50	-0,40	24,50	24,70	186	80.400
M											
RHDS3	M G Poliest ON	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	-12,50	0,07	0,08	4	20.000
MDIA3	M.Diasbranco ON NM	18,36	18,30	18,40	18,75	18,36	+2,00	18,26	18,38	23	18.700
MAGG3	Magnesita Sa ON NM	4,95	4,92	5,01	5,10	5,05	+2,22	5,03	5,05	273	318.800
MGEL3	Mangels Indl ON N1	-	-	-	-	-	-	0,01	30,00	-	-
MGEL4	Mangels Indl PN N1	5,40	5,25	5,62	5,81	5,81	+5,82	5,30	5,81	9	3.700
CTPC3	Marambaia ON	-	-	-	-	-	-	1,50	1,85	-	-
POMO3	Marcopolo ON N2	-	-	-	-	-	-	3,10	3,30	-	-
POMO4	Marcopolo PN N2	3,26	3,21	3,29	3,38	3,29	-0,30	3,23	3,29	146	124.500
MRFG3	Marfrig ON NM	7,49	7,10	7,23	7,50	7,22	-5,86	7,22	7,29	472	527.700
MARI3	Marisa ON NM	3,26	3,26	3,37	3,42	3,42	+4,58	3,31	3,43	23	45.400
MRSL3	Marisol ON	-	-	-	-	-	-	1,00	-	-	-
MRSL4	Marisol PN	-	-	-	-	-	-	1,50	1,60	-	-
MEDI3	Medial Saude ON NM	5,27	5,23	5,35	5,44	5,39	+2,86	5,33	5,39	125	280.900
MSPA3	Melhor Sp ON	-	-	-	-	-	-	5,00	89,99	-	-
MSPA4	Melhor Sp PN	-	-	-	-	-	-	9,21	30,00	-	-
MLPA12	Melpaper PN SJD	-	-	-	-	-	-	10,00	50,00	-	-
MEND3	Mendes Jr ON	-	-	-	-	-	-	24,02	-	-	-
MEND5	Mendes Jr PNA	31,00	30,99	31,00	31,00	30,99	+7,94	28,50	30,99	4	400
MEND6	Mendes Jr PNB	30,99	30,99	30,99	31,00	31,00	-	29,00	34,00	7	1.700
BMEB3	Merc Brasil ON	-	-	-	-	-	-	7,50	7,90	-	-
BMEB4	Merc Brasil PN	7,90	7,78	7,91	7,99	7,99	+3,76	7,61	8,00	6	1.600
MERC4	Merc Financ PN	-	-	-	-	-	-	-	12,00	-	-
BMIN3	Merc Invest ON	-	-	-	-	-	-	0,50	1,20	-	-
BMIN4	Merc Invest PN	-	-	-	-	-	-	0,26	0,29	-	-
DUQE4	Met Duque PN	-	-	-	-	-	-	3,50	24,99	-	-
MTIG3	Metal Iguacu ON	-	-	-	-	-	-	0,60	0,80	-	-
MTIG4	Metal Iguacu PN	0,31	0,30	0,31	0,31	0,31	-3,12	0,31	0,32	9	29.600
LEVE3	Metal Leve ON	-	-	-	-	-	-	9,00	-	-	-
LEVE4	Metal Leve PN	14,10	13,80	14,02	14,10	14,00	-0,35	13,81	14,00	16	45.500
FRIO3	Metalfrio ON NM	4,20	4,00	4,01	4,20	4,00	-	3,91	4,00	10	7.000
MTSA4	Metisa PN	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	-	19,50	20,50	2	600
TIBR3	Millennium ON	-	-	-	-	-	-	0,10	0,79	-	-
TIBR5	Millennium PNA	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	-	0,04	0,05	3	300.000
TIBR6	Millennium PNB	-	-	-	-	-	-	0,03	0,04	-	-
BEEF3	Minerva ON NM	1,72	1,69	1,73	1,75	1,72	-	1,71	1,72	52	23.500
MNPR3	Minupar ON	4,69	4,50	4,69	4,69	4,59	-0,21	4,40	4,60	9	182.100
MMXM3	Mmx Miner ON NM	3,33	3,29	3,56	3,73	3,70	+11,11	3,68	3,70	3.931	11.501.000
MOAR3	Mont Aranha ON	-	-	-	-	-	-	65,51	72,69	-	-
MPXE3	Mpx Energia ON NM	199,99	195,50	198,34	201,49	199,00	-	197,50	199,00	52	11.600
MRVE3	MRV ON NM	14,04	13,80	14,15	14,48	14,20	+3,27	14,20	14,28	371	432.100
MULT3	Multiplan ON N2	14,30	14,15	14,40	14,59	14,41	-0,89	14,41	14,50	100	153.600
MNDL3	Mundial ON	1,12	1,12	1,15	1,18	1,18	-9,23	1,13	1,18	3	900
MNDL4	Mundial PN	1,16	1,14	1,18	1,23	1,22	+1,66	1,16	1,22	29	52.800
N											
NAFG3	Nadir Figuei ON	-	-	-	-	-	-	2,00	-	-	-
NAFG4	Nadir Figuei PN	-	-	-	-	-	-	6,26	10,02	-	-
@NATU3	Natura ON NM	22,12	22,12	22,75	22,99	22,80	+0,66	22,71	22,80	912	403.900
NETC3	NET ON N2	-	-	-	-	-	-	11,52	-	-	-
@NETC4	NET PN N2	16,99	16,59	16,99	17,22	16,93	-0,93	16,93	17,00	2.077	859.000
BNBR3	Nord Brasil ON EDJ	-	-	-	-	-	-	25,00	39,00	-	-
BNBR4	Nord Brasil PN EDJ	-	-	-	-	-	-	25,00	39,99	-	-
NORD3	Nordon Met ON *	-	-	-	-	-	-	0,01	-	-	-
@BNCA3	Nossa Caixa ON NM	70,60	70,57	71,25	71,50	71,14	+0,40	70,90	71,15	319	47.500
NOVA3B	Nova America ON * MB	-	-	-	-	-	-	0,12	0,35	-	-
NOVA4B	Nova America PN * MB	-	-	-	-	-	-	0,15	0,35	-	-
NUTR3M	Nutriplant ON MA	-	-	-	-	-	-	2,00	7,00	-	-
O											
ODPV3	Odontoprev ON NM	22,85	22,60	22,68	22,95	22,70	-1,30	22,60	22,70	27	18.400
OGXP3	Ogx Petroleo ON NM	715,00	703,12	722,90	740,00	730,00	+2,67	720,02	730,00	301	57.800
OHLB3	Ohl Brasil ON NM	14,10	14,10	14,32	14,43	14,43	+3,07	14,00	14,43	108	40.600
P											
PCAR3	P.Acucar-Cbd ON N1	-	-	-	-	-	-	0,01	30,00	-	-
@PCAR4	P.Acucar-Cbd PN N1	30,41	30,41	31,90	32,00	32,00	+3,29	31,79	32,00	1.039	3.300.700
BPNM4	Panamericano PN N1	2,88	2,88	3,00	3,05	3,01	+4,15	3,01	3,02	256	1.708.900
PATI3	Panatlantica ON	10,32	10,32	10,32	10,32	10,32	+1,87	7,35	16,95	2	600
PATI4	Panatlantica PN	-	-	-	-	-	-	9,01	11,00	-	-
PEAB3	Par Al Bahia ON	-	-	-	-	-	-	38,00	44,99	-	-
PEAB4	Par Al Bahia PN	-	-	-	-	-	-	42,00	-	-	-
PRBC4	Parana PN EJ N1	4,64	4,50	4,59	4,66	4,65	+1,75	4,53	4,65	9	4.400
PMAM3	Paranapanema ON N1	2,35	2,27	2,34	2,37	2,34	+2,63	2,33	2,34	42	177.900
PMAM4	Paranapanema PN N1	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	-	3,00	3,10	5	3.600
BPAT11	Patagonia DR3	-	-	-	-	-	-	16,00	18,00	-	-
PDGR3	Pdg Realt ON NM	12,94	12,91	13,03	13,22	13,10	+1,23	12,96	13,10	243	719.300
@PRGA3	Perdigao S/A ON NM	28,58	28,51	28,95	29,30	28,71	-0,13	28,71	29,00	1.349	450.200
RPMG3	Pet Manguinh ON	-	-	-	-	-	-	0,29	0,65	-	-
RPMG4	Pet Manguinh PN	-	-	-	-	-	-	0,36	0,59	-	-
@PETR3	Petrobras ON	34,87	34,70	35,98	36,85	36,60	+3,44	36,50	36,60	5.188	4.805.700
@PETR4	Petrobras PN	28,10	27,95	28,80	29,40	29,40	+2,97	29,39	29,40	19.589	25.706.600
PTPA3	Petropar ON *	-	-	-	-	-	-	10,00	31,00	-	-
PTPA4	Petropar PN	-	-	-	-	-	-	29,00	31,49	-	-
PTNT3	Pettenati ON	-	-	-	-	-	-	0,01	24,00	-	-
PTNT4	Pettenati PN	6,00	6,00	6,13	6,20	6,20	-2,97	5,91	6,20	12	4.000
PIBB11	Pibb CI	61,60	60,90	62,29	63,06	63,00	+2,58	63,00	63,20	64	51.800
PINE4	Pine PN EDJ N1	6,05	5,85	6,02	6,08	6,00	+8,10	5,90	5,99	78	303.500
PLAS3	Plascar Part ON	0,94	0,93	0,94	0,94	0,93	+1,08	0,93	0,94	22	35.600
PSSA3	Porto Seguro ON NM	12,00	11,78	12,00	12,15	11,95	+0,33	11,88	11,95	830	278.500
PTBL3	Portobello ON NM	0,95	0,89	0,91	0,95	0,91	-1,08	0,89	0,91	9	7.200
POSI3	Positivo Inf ON NM	8,16	8,00	8,05	8,16	8,10	-0,49	8,06	8,10	218	120.800
PMET5	Pro Metalurg PNA*	-	-	-	-	-	-	0,01	-	-	-
PMET6	Pro Metalurg PNB*	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	-	0,15	0,16	1	100
PFRM3	Profarma ON NM	4,65	4,64	4,66	4,70	4,68	+0,64	4,68	4,70	27	157.400
PNOR5	Pronor PNA	0,95	0,95	0,95	0,95	0,95	-9,52	0,95	1,03	4	1.000
PNOR6	Pronor PNB	-	-	-	-	-	-	0,80	1,38	-	-
PRVI3	Providencia ON NM	2,77	2,76	2,87	3,05	3,00	+11,11	2,92	3,00	44	75.900
Q											
SZPQ4	Quattor Petr PN	-	-	-	-	-	-	6,00	7,00	-	-

EU& Bolsas nacionais

Mercado à vista – continuação

Cód.	Emp./Ação	Abert.	Mín.	Méd. (Preços R$)	Max.	Fech.	Oscil. (%)	Compr. (Ofertas)	Venda	Nº (Neg. Realiz.)	Quant.
R											
RAPT3	Randon Part ON N1	-	-	-	-	-	-	4,55	5,55	-	-
RAPT4	Randon Part PN N1	5,59	5,48	5,60	5,70	5,58	+0,90	5,58	5,60	129	107.500
RSIP3	Rasip Agro ON	-	-	-	-	-	-	0,46	0,55	-	-
RSIP4	Rasip Agro PN	0,45	0,45	0,45	0,47	0,47	-	0,45	0,46	5	2.100
RCSL3	Recrusul ON	8,50	7,99	8,01	8,50	7,99	-20,02	6,00	9,00	4	2.200
RCSL4	Recrusul PN	5,80	5,15	5,51	6,00	5,35	-7,75	5,19	5,39	280	149.900
REDE3	Rede Energia ON	-	-	-	-	-	-	4,48	5,00	-	-
REDE4	Rede Energia PN	-	-	-	-	-	-	2,20	4,80	-	-
@RDCD3	Redecard ON NM	27,00	25,50	26,15	27,00	25,66	-8,52	25,66	25,68	8.786	11.229.200
RNAR3	Renar ON NM	3,10	3,10	3,10	3,10	3,10	-	2,22	3,10	1	1.000
RNPT3	Renner Part ON	-	-	-	-	-	-	30,01	30,80	-	-
RNPT4	Renner Part PN	-	-	-	-	-	-	30,01	30,69	-	-
REEM4	Rimet PN *	-	-	-	-	-	-	3,10	3,79	-	-
RSUL4	Riosulense PN	-	-	-	-	-	-	5,00	100,00	-	-
RDNI3	Rodobensimob ON NM	10,10	9,80	9,85	10,10	10,08	+2,85	9,80	10,08	15	98.900
@RSID3	Rossi Resid ON NM	3,68	3,65	3,83	3,98	3,95	+6,75	3,95	3,97	1.221	2.154.200
S											
@SBSP3	Sabesp ON NM	25,32	25,00	25,86	26,27	25,86	+0,23	25,86	25,99	1.082	417.500
SDIA3	Sadia S/A ON N1	4,85	4,80	4,88	4,97	4,80	+0,84	4,80	4,94	29	16.000
@SDIA4	Sadia S/A PN N1	3,13	3,10	3,16	3,19	3,14	-	3,14	3,15	2.063	6.132.000
FCAP3	Sam Industr ON	-	-	-	-	-	-	0,55	0,76	-	-
FCAP4	Sam Industr PN	-	-	-	-	-	-	0,60	0,84	-	-
SAPR4	Sanepar PN	1,60	1,56	1,57	1,60	1,60	-0,62	1,57	1,61	4	2.900
SANB3	Santander Br ON	-	-	-	-	-	-	0,11	0,13	-	-
SANB4	Santander Br PN	0,12	0,12	0,12	0,12	0,12	-7,69	0,12	0,13	1	100.000
CTSA3	Santanense ON	2,46	2,46	2,46	2,48	2,46	-0,40	2,31	2,47	3	1.200
CTSA4	Santanense PN	2,55	2,55	2,55	2,55	2,55	-5,20	2,46	2,64	1	100
CTSA8	Santanense PND	-	-	-	-	-	-	0,50	-	-	-
STBP11	Santos Brp UNT N2	6,35	6,35	6,53	6,60	6,60	+4,76	6,50	6,60	18	26.600
SCAR3	Sao Carlos ON NM	-	-	-	-	-	-	11,30	11,90	-	-
SMTO3	Sao Martinho ON NM	11,20	11,20	11,56	11,80	11,75	+2,17	11,56	11,75	91	45.500
SLED3	Saraiva Livr ON N2	-	-	-	-	-	-	8,00	-	-	-
SLED4	Saraiva Livr PN N2	15,30	15,30	15,80	16,05	16,05	+5,59	16,00	16,05	48	49.800
SATI3	Satipel ON NM	4,00	4,00	4,04	4,20	4,20	+5,00	4,01	4,20	21	57.400
SCLO3	Schlosser ON	-	-	-	-	-	-	0,02	19,00	-	-
SCLO4	Schlosser PN	-	-	-	-	-	-	1,40	1,50	-	-
SHUL4	Schulz PN	10,61	10,61	11,26	11,65	10,85	-3,98	10,85	11,00	25	20.300
SEBB11	SEB UNT N2	8,30	8,10	8,14	8,30	8,25	+4,96	7,90	8,25	3	1.300
CSAB3	Seg Al Bahia ON ED	-	-	-	-	-	-	24,00	30,00	-	-
CSAB4	Seg Al Bahia PN ED	-	-	-	-	-	-	24,00	28,00	-	-
SGEN3	Sergen ON *	-	-	-	-	-	-	0,05	-	-	-
SGEN4	Sergen PN *	-	-	-	-	-	-	0,80	1,00	-	-
@CSNA3	Sid Nacional ON ED	33,52	33,50	34,82	35,54	35,50	+3,19	35,41	35,50	5.439	2.661.400
SLCE3	Slc Agricola ON NM	12,42	12,20	12,47	13,00	12,99	+3,92	12,89	12,99	160	240.800
SMLL11	Small Cap SML	-	-	-	-	-	-	360,00	-	-	-
SFSA4	Sofisa PN N2	3,79	3,77	3,90	4,20	4,07	+7,38	4,01	4,10	107	286.900
SOND3	Sondotecnica ON	-	-	-	-	-	-	12,00	-	-	-
SOND5	Sondotecnica PNA	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	-	15,06	20,00	2	500
SOND6	Sondotecnica PNB	-	-	-	-	-	-	19,00	35,00	-	-
@CRUZ3	Souza Cruz ON ED	43,60	43,11	44,03	44,38	44,00	+0,57	43,97	44,00	2.968	1.022.000
SPRI3	Springer ON	-	-	-	-	-	-	2,51	3,75	-	-
SPRI5	Springer PNA	-	-	-	-	-	-	2,50	3,75	-	-
SPRI6	Springer PNB	-	-	-	-	-	-	2,40	4,99	-	-
SGPS3	Springs ON NM	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	-2,91	2,40	3,00	2	7.100
AHEB3	Spturis ON	-	-	-	-	-	-	10,00	-	-	-
AHEB5	Spturis PNA	-	-	-	-	-	-	0,01	30,00	-	-
AHEB6	Spturis PNB	-	-	-	-	-	-	10,00	-	-	-
SULA11	Sul America UNT ED N2	18,74	18,74	19,28	19,90	19,80	+4,87	19,65	19,80	203	182.400
SULT3	Sultepa ON	-	-	-	-	-	-	0,01	4,40	-	-
SULT4	Sultepa PN	4,29	3,71	4,18	4,29	3,71	-11,45	3,50	4,05	3	7.000
NEMO4	Suzano Hold PN	-	-	-	-	-	-	0,01	-	-	-
SUZB5	Suzano Papel PNA INT N1	10,20	10,15	10,49	10,88	10,88	+3,61	10,84	10,88	796	424.800
T											
TAMM3	Tam S/A ON N2	-	-	-	-	-	-	13,57	19,47	-	-
@TAMM4	Tam S/A PN N2	12,60	12,17	12,59	12,90	12,87	+1,33	12,86	12,87	2.468	1.027.500
TARP11	Tarpon DR3	-	-	-	-	-	-	10,88	12,50	-	-
TENE5	Tec Blumenau PNA	-	-	-	-	-	-	1,20	3,00	-	-
TENE7	Tec Blumenau PNC	-	-	-	-	-	-	0,25	10,00	-	-
SJOS3	Tecel S Jose ON	-	-	-	-	-	-	1,00	5,00	-	-
SJOS4	Tecel S Jose PN	-	-	-	-	-	-	0,26	0,35	-	-
TCSA3	Tecnisa ON NM	3,35	3,35	3,52	3,60	3,59	+3,16	3,59	3,60	91	1.075.500
TCNO3	Tecnosolo ON	0,68	0,50	0,55	0,68	0,57	-18,57	0,55	0,57	53	90.300
TCNO4	Tecnosolo PN	0,57	0,50	0,54	0,58	0,56	+3,70	0,56	0,57	94	385.100
TOYB3	Tectoy ON *	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	-	0,06	0,07	9	58.100
TOYB4	Tectoy PN *	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	-	0,06	0,07	20	482.200
TGMA3	Tegma ON NM	5,70	5,50	5,53	5,70	5,50	-3,50	5,50	5,69	17	9.000
TEKA3	Teka ON *	-	-	-	-	-	-	0,60	0,84	-	-
TEKA4	Teka PN *	0,32	0,29	0,30	0,32	0,30	-6,25	0,30	0,32	61	192.400
TKNO4	Tekno PN	-	-	-	-	-	-	55,01	64,50	-	-
TNCP4	Tele Nort Cl PN	-	-	-	-	-	-	0,01	32,00	-	-
TELB3	Telebras ON *	0,38	0,36	0,38	0,38	0,37	-2,63	0,36	0,37	5	8.200
TELB4	Telebras PN *	0,26	0,25	0,26	0,27	0,27	-	0,26	0,27	128	1.689.900
TEFC11	Telefonica DR3	-	-	-	-	-	-	38,21	49,90	-	-
@TNLP3	Telemar ON	37,50	37,50	39,08	40,00	39,55	+4,07	39,27	39,55	582	132.200
@TNLP4	Telemar PN	31,94	31,85	32,49	33,05	32,30	-0,61	32,22	32,30	3.747	1.751.000
TMAR3	Telemar N L ON	58,00	58,00	58,33	59,99	59,99	+3,43	58,00	60,00	3	600
@TMAR5	Telemar N L PNA	51,61	51,41	53,10	54,50	52,90	+1,14	52,90	53,75	1.129	240.600
TMAR6	Telemar N L PNB	-	-	-	-	-	-	35,22	-	-	-
TMGC3	Telemig Cl ON	-	-	-	-	-	-	-	2.200,00	-	-
TMGC6	Telemig Cl PNB	-	-	-	-	-	-	0,01	-	-	-
TMGC7	Telemig Cl PNC	-	-	-	-	-	-	365,00	800,00	-	-
TMGC11	Telemig Cl PNE	-	-	-	-	-	-	300,00	570,00	-	-
TMGC12	Telemig Cl PNF	-	-	-	-	-	-	100,00	490,00	-	-
TMGC13	Telemig Cl PNG	-	-	-	-	-	-	310,00	601,00	-	-
TMCP3	Telemig Part ON	-	-	-	-	-	-	40,00	80,00	-	-
TMCP4	Telemig Part PN	40,90	38,00	40,53	40,99	40,77	+1,67	40,36	41,00	169	428.400
TLPP3	Telesp ON ED	38,55	37,65	38,84	39,98	38,70	+1,04	38,70	39,00	91	12.600
@TLPP4	Telesp PN ED	47,21	46,76	48,28	48,79	48,40	+0,43	48,15	48,55	480	161.500
TEMP3	Tempo Part ON NM	2,80	2,70	2,72	2,80	2,70	-6,57	2,70	2,84	12	270.700
TEND3	Tenda ON NM	1,89	1,86	1,93	1,97	1,93	+1,57	1,92	1,93	375	1.031.300
TRNA11	Terna Part UNT N2	22,70	22,70	22,82	23,00	23,00	+2,63	22,71	23,00	4	1.300
TXRX3	Tex Renaux ON	-	-	-	-	-	-	0,01	-	-	-
TXRX4	Tex Renaux PN	0,24	0,24	0,25	0,25	0,25	-	0,24	0,25	8	12.000
@TCSL3	Tim Part S/A ON	5,86	5,83	5,91	5,98	5,90	-	5,85	5,90	496	257.700
@TCSL4	Tim Part S/A PN	2,86	2,82	2,86	2,90	2,83	-2,07	2,83	2,84	3.735	5.289.100
TOTS3	Totvs ON ED NM	40,99	40,12	40,73	40,99	40,90	+0,36	40,50	40,90	48	184.700
TBLE3	Tractebel ON NM	17,15	17,08	17,48	17,63	17,63	+2,50	17,60	17,63	726	562.800
TRFO3	Trafo ON	-	-	-	-	-	-	2,25	3,50	-	-
TRFO4	Trafo PN	-	-	-	-	-	-	2,20	2,34	-	-
TRPL3	Tran Paulist ON N1	-	-	-	-	-	-	46,00	51,79	-	-
@TRPL4	Tran Paulist PN N1	47,02	47,02	48,12	48,99	48,99	+1,11	48,12	48,99	863	304.800
LUXM3	Trevisa ON	-	-	-	-	-	-	20,00	-	-	-
LUXM4	Trevisa PN	-	-	-	-	-	-	13,00	23,50	-	-
TRIS3	Trisul ON NM	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	-	1,91	2,05	13	83.100
TPIS3	Triunfo Part ON NM	1,14	1,08	1,13	1,14	1,14	-2,56	1,12	1,14	23	47.100
TROR3	Trorion ON	-	-	-	-	-	-	1,00	5,00	-	-
TROR4	Trorion PN	-	-	-	-	-	-	1,28	1,50	-	-
TUPY3	Tupy ON *	-	-	-	-	-	-	12,80	13,70	-	-
TUPY4	Tupy PN *	14,00	14,00	14,00	14,00	14,00	-	7,00	15,00	3	3.000
U											
@UGPA4	Ultrapar PN N1	54,62	54,40	54,95	55,76	55,39	-0,44	54,78	55,39	1.043	387.500
UNIP3	Unipar ON N1	0,91	0,91	0,91	0,99	0,99	+10,00	0,92	1,04	5	778.400
UNIP5	Unipar PNA N1	-	-	-	-	-	-	1,85	2,32	-	-
UNIP6	Unipar PNB N1	0,57	0,57	0,58	0,59	0,59	+3,50	0,57	0,59	92	654.700
UOLL4	UOL PN N2	6,67	6,60	6,62	6,67	6,62	-0,74	6,62	6,69	35	24.100
@USIM3	Usiminas ON N1	26,85	25,84	26,88	27,38	27,38	+3,32	27,30	27,38	1.497	582.000
@USIM5	Usiminas PNA N1	28,85	28,52	29,50	29,99	29,99	+1,66	29,98	29,99	4.821	3.384.700
USIM6	Usiminas PNB N1	-	-	-	-	-	-	18,08	-	-	-
UCOP4	Usin C Pinto PN	-	-	-	-	-	-	0,01	6,65	-	-
V											
@VCPA4	V C P PN N1	10,60	10,53	10,99	11,30	11,10	+2,77	11,10	11,20	1.267	614.200
@VALE3	Vale R Doce ON N1	30,40	30,21	31,15	31,54	31,50	+1,61	31,49	31,50	2.829	2.652.200
@VALE5	Vale R Doce PNA N1	26,40	26,20	26,78	27,19	27,05	+1,12	27,05	27,10	13.720	15.864.100
VPSC3	Varig Serv ON *	-	-	-	-	-	-	1,00	-	-	-
VPSC4	Varig Serv PN *	-	-	-	-	-	-	3,51	4,95	-	-
VPTA3	Varig Transp ON *	-	-	-	-	-	-	2,33	150,00	-	-
VPTA4	Varig Transp PN *	-	-	-	-	-	-	3,50	6,99	-	-
VINE5	Vicunha Text PNA	-	-	-	-	-	-	10,00	12,94	-	-
VINE6	Vicunha Text PNB	-	-	-	-	-	-	1,00	-	-	-
VIVO3	Vivo ON	29,81	29,81	30,40	31,00	30,44	+3,53	30,40	31,91	25	40.600
@VIVO4	Vivo PN	30,30	30,00	30,43	31,09	31,01	+1,50	31,01	31,03	2.091	1.275.300
VULC3	Vulcabras ON	-	-	-	-	-	-	12,00	14,29	-	-
W											
WEGE3	WEG ON EJ NM	11,68	11,04	11,21	11,68	11,10	-4,96	11,10	11,11	614	456.000
MWET3	Wetzel S/A ON	-	-	-	-	-	-	0,01	45,00	-	-
MWET4	Wetzel S/A PN	11,00	11,00	11,00	11,00	11,00	-2,65	10,31	11,24	2	2.100
WHRL3	Whirlpool ON	2,43	2,43	2,43	2,43	2,43	-0,81	2,43	2,50	3	16.400
WHRL4	Whirlpool PN	2,47	2,47	2,49	2,50	2,48	+0,81	2,47	2,52	14	13.100
WISA3	Wiest ON	-	-	-	-	-	-	0,38	0,45	-	-
WISA4	Wiest PN	0,62	0,61	0,62	0,64	0,61	-	0,61	0,63	10	40.000
WSON11	Wilson Sons DR3	11,50	11,40	11,41	11,60	11,60	+0,43	11,51	11,80	6	34.100
SGAS3	Wlm Ind Com ON	-	-	-	-	-	-	22,10	25,20	-	-
SGAS4	Wlm Ind Com PN	25,60	25,60	25,64	25,80	25,80	+0,58	25,30	25,80	2	500
Y											
ILMD4	Yara Brasil PN	-	-	-	-	-	-	20,01	32,50	-	-

(*) Lote de mil – (@) Ações do Ibovespa – ($) Ref. em Dólar – (&) Ref. em IGP-M
(N1) – Empresas que aderiram ao (NÍVEL 1) de Governança Corporativa. **(N2)** – Empresas que aderiram ao (NÍVEL 2) de Governança Corporativa. **(NM)** – Cias. Novo Mercado. **Obs:** Estes dados referem-se aos negócios realizados ontem. Horário de coleta das informações: 19:00hs., estando sujeito a ajustes de operações no horário regular e no After Market.

Concordatária

Cód.	Emp./Ação	Abert.	Mín.	Méd. (Preços R$)	Max.	Fech.	Oscil. (%)	Compr. (Ofertas)	Venda	Nº (Neg. Realiz.)	Quant.
HAGA3	Haga S/a ON *	-	-	-	-	-	-	22,00	27,00	-	-
HAGA4	Haga S/a PN *	24,00	22,00	22,98	24,00	23,47	+6,00	23,00	23,40	53	8.800
LHER3	Lojas Hering ON	-	-	-	-	-	-	15,10	-	-	-
LHER4	Lojas Hering PN	-	-	-	-	-	-	0,02	150,00	-	-

Mercado a termo 30 dias

Cód.	Emp./Ação	Abert.	Mín.	Méd. (Preços R$)	Max.	Fech.	Oscil. (%)	Compr. (Ofertas)	Venda	Nº (Neg. Realiz.)	Quant.
ALLL11T	All Amer Lat UNT N2	10,52	10,52	10,54	10,55	10,55	-	-	-	4	1.400
AMBV4T	Ambev PN	112,42	112,42	112,43	112,43	112,43	-	-	-	2	1.000
BICB4T	Bicbanco PN EDJ N1	5,34	5,34	5,35	5,35	5,35	-	-	-	2	500
BVMF3T	Bmf Bovespa ON NM	7,19	7,19	7,34	7,42	7,42	-	-	-	6	30.000
BBDC4T	Bradesco PN N1	23,04	23,04	23,04	23,05	23,05	-	-	-	2	1.000
BRTP3T	Brasil T Par ON N1	62,04	62,04	62,04	62,05	62,05	-	-	-	2	1.000
BRKM5T	Braskem PNA N1	4,87	4,87	4,88	4,88	4,88	-	-	-	2	200
CESP3T	Cesp ON N1	11,88	11,88	11,88	11,89	11,89	-	-	-	4	3.500
CESP6T	Cesp PNB N1	13,92	13,80	13,83	14,03	14,03	-	-	-	8	45.000
CNFB4T	Confab PN N1	4,10	4,10	4,10	4,11	4,11	-	-	-	2	10.000
CZRS4T	Cruzeiro Sul PN N1	5,93	5,93	5,94	5,94	5,94	-	-	-	2	6.800
ELET3T	Eletrobras ON N1	26,14	25,71	26,01	26,15	25,72	-	-	-	6	2.000
EMAE4T	Emae PN	9,06	9,06	9,09	9,13	9,13	-	-	-	8	7.400
GGBR4T	Gerdau PN N1	13,35	13,33	13,34	13,36	13,34	-	-	-	8	18.500
GOAU4T	Gerdau Met PN N1	17,61	17,61	17,61	17,62	17,62	-	-	-	2	1.000
GOLL4T	GOL PN ES N2	6,67	6,67	6,67	6,68	6,68	-	-	-	2	1.000
ITSA4T	Itausa PN N1	7,96	7,96	7,96	7,97	7,97	-	-	-	6	45.000
ITAU4T	Itauunibanco PN ED N1	26,21	26,21	26,22	26,22	26,22	-	-	-	2	10.000
KLBN4T	Klabin S/a PN N1	2,82	2,82	2,82	2,83	2,83	-	-	-	2	3.000
MAGG3T	Magnesita Sa ON NM	5,08	5,08	5,09	5,10	5,10	-	-	-	4	6.000
MMXM3T	Mmx Miner ON NM	3,66	3,65	3,67	3,69	3,66	-	-	-	6	13.000
PMAM3T	Paranapanema ON N1	2,33	2,33	2,34	2,34	2,34	-	-	-	4	40.000
PETR4T	Petrobras PN	28,49	28,17	28,73	29,28	28,28	-	-	-	16	16.800
RDCD3T	Redecard ON NM	26,00	25,74	26,14	27,04	26,37	-	-	-	12	7.300
RSID3T	Rossi Resid ON NM	3,73	3,73	3,75	3,76	3,76	-	-	-	4	5.000
CSNA3T	Sid Nacional ON ED	35,52	34,26	35,23	35,77	35,77	-	-	-	6	17.900
CRUZ3T	Souza Cruz ON ED	44,62	44,62	44,62	44,63	44,63	-	-	-	2	200
TELB4T	Telebras PN *	0,27	0,27	0,27	0,28	0,28	-	-	-	2	15.000
TCSL3T	Tim Part S/a ON	5,93	5,93	5,94	5,94	5,94	-	-	-	2	10.000
TBLE3T	Tractebel ON NM	17,70	17,70	17,70	17,71	17,71	-	-	-	2	3.000
VCPA4T	V C P PN N1	10,68	10,68	10,69	10,69	10,69	-	-	-	2	20.000
VALE5S	Vale R Doce PNA N1	26,70	26,70	26,70	26,71	26,71	-	-	-	2	1.000
VALE5T	Vale R Doce PNA N1	26,52	26,52	26,64	27,01	27,01	-	-	-	6	2.000

Mercado a termo 60 dias

Cód.	Emp./Ação	Abert.	Mín.	Méd. (Preços R$)	Max.	Fech.	Oscil. (%)	Compr. (Ofertas)	Venda	Nº (Neg. Realiz.)	Quant.
GETI4T	Aes Tiete PN	18,77	18,77	18,77	18,78	18,78	-	-	-	2	40.000
BVMF3T	Bmf Bovespa ON NM	7,40	7,40	7,41	7,41	7,41	-	-	-	2	2.000
BBDC4T	Bradesco PN N1	24,03	24,03	24,03	24,04	24,04	-	-	-	2	500
CESP6T	Cesp PNB N1	14,24	14,24	14,25	14,25	14,25	-	-	-	2	10.000
CSAN3T	Cosan ON NM	9,64	9,59	9,63	9,65	9,60	-	-	-	4	12.000
ECOD3T	Ecodiesel ON NM	0,80	0,80	0,80	0,81	0,81	-	-	-	4	650.000
ELET3T	Eletrobras ON N1	26,71	26,71	26,71	26,72	26,72	-	-	-	2	1.800
ELPL6T	Eletropaulo PNB N2	34,72	34,72	34,72	34,73	34,73	-	-	-	2	100
EQTL3T	Equatorial ON ED NM	11,82	11,82	11,83	11,83	11,83	-	-	-	2	16.000
GGBR4T	Gerdau PN N1	13,36	13,36	13,37	13,37	13,37	-	-	-	2	500
GOAU4T	Gerdau Met PN N1	17,53	17,53	17,54	17,54	17,54	-	-	-	2	1.100
ITAU4T	Itauunibanco PN ED N1	26,60	26,60	26,61	26,61	26,61	-	-	-	2	1.000
KSSA3T	Klabinsegall ON NM	1,41	1,41	1,41	1,42	1,42	-	-	-	2	5.000
RENT3T	Localiza ON EJ NM	8,25	8,25	8,25	8,26	8,26	-	-	-	2	1.000
MARI3T	Marisa ON NM	3,35	3,35	3,36	3,36	3,36	-	-	-	6	8.600
LEVE4T	Metal Leve PN	14,31	14,31	14,31	14,32	14,32	-	-	-	2	10.000
OHLB3T	Ohl Brasil ON NM	14,48	14,48	14,48	14,49	14,49	-	-	-	2	500
PMAM3T	Paranapanema ON N1	2,38	2,38	2,38	2,39	2,39	-	-	-	2	75.000
PRGA3T	Perdigao S/a ON NM	29,42	29,42	29,42	29,43	29,43	-	-	-	2	400
PETR4S	Petrobras PN	28,46	28,46	28,46	28,47	28,47	-	-	-	4	4.000
PETR4T	Petrobras PN	28,51	28,41	29,37	29,52	29,52	-	-	-	22	336.800
RDCD3T	Redecard ON NM	26,73	26,40	26,68	26,74	26,41	-	-	-	4	600
SDIA4T	Sadia S/a PN N1	3,19	3,19	3,23	3,24	3,20	-	-	-	6	110.000
TAMM4S	Tam S/a PN N2	12,89	12,89	12,90	12,90	12,90	-	-	-	2	3.400
TCSL4T	Tim Part S/a PN	2,92	2,92	2,93	2,93	2,93	-	-	-	2	2.000
VALE5T	Vale R Doce PNA N1	26,79	26,63	26,95	27,46	27,46	-	-	-	10	6.200

Mercado a termo 90 dias

Cód.	Emp./Ação	Abert.	Mín.	Méd. (Preços R$)	Max.	Fech.	Oscil. (%)	Compr. (Ofertas)	Venda	Nº (Neg. Realiz.)	Quant.
ABYA3T	Abyara ON NM	1,70	1,69	1,70	1,71	1,70	-	-	-	6	502.700
BRAP4T	Bradespar PN N1	23,10	23,10	23,10	23,11	23,11	-	-	-	2	10.200
BRKM5T	Braskem PNA N1	4,83	4,83	4,84	4,84	4,84	-	-	-	2	5.000
CMIG4T	Cemig PN N1	35,90	35,90	35,91	35,91	35,91	-	-	-	2	1.000
CESP6T	Cesp PNB N1	14,32	14,14	14,26	14,33	14,15	-	-	-	4	15.000
EZTC3T	Eztec ON NM	2,55	2,55	2,56	2,56	2,56	-	-	-	2	2.000
GGBR4T	Gerdau PN N1	13,55	13,55	13,55	13,56	13,56	-	-	-	2	1.000
GPCP3T	Gpc Part ON	0,75	0,75	0,76	0,76	0,76	-	-	-	2	4.000
GRND3T	Grendene ON NM	12,11	12,11	12,26	12,28	12,28	-	-	-	4	110.000
IDNT3T	Ideiasnet ON NM	1,89	1,89	1,89	1,90	1,90	-	-	-	2	20.000
INEP4T	Inepar PN	15,77	15,77	15,77	15,78	15,78	-	-	-	2	1.500
ITSA4T	Itausa PN N1	8,24	8,24	8,24	8,25	8,25	-	-	-	2	10.000
ITAU3T	Itauunibanco ON ED N1	22,04	22,04	22,05	22,05	22,05	-	-	-	10	100.000
ITAU4T	Itauunibanco PN ED N1	26,75	26,75	26,76	26,76	26,76	-	-	-	4	3.000
MEND6T	Mendes Jr PNB	31,71	31,71	31,72	31,72	31,72	-	-	-	2	1.000
MMXM3T	Mmx Miner ON NM	3,65	3,61	3,69	3,71	3,70	-	-	-	10	140.000
PMAM3T	Paranapanema ON N1	2,37	2,37	2,37	2,38	2,38	-	-	-	4	6.000
PRGA3T	Perdigao S/a ON NM	29,70	29,70	29,70	29,71	29,71	-	-	-	2	2.000
PETR4T	Petrobras PN	29,05	29,05	29,34	29,56	29,43	-	-	-	10	4.500
SDIA4T	Sadia S/a PN N1	3,23	3,22	3,24	3,24	3,23	-	-	-	6	63.000
CSNA3T	Sid Nacional ON ED	35,88	35,88	35,89	35,89	35,89	-	-	-	2	100
TAMM4T	Tam S/a PN N2	12,94	12,94	12,94	12,95	12,95	-	-	-	2	200
TCSA3T	Tecnisa ON NM	3,60	3,60	3,60	3,61	3,61	-	-	-	2	1.000.000
TELB4T	Telebras PN *	0,26	0,26	0,27	0,27	0,27	-	-	-	2	5.000
TMCP4T	Telemig Part PN	41,53	41,53	41,57	41,58	41,58	-	-	-	6	344.100
UNIP3T	Unipar ON N1	0,93	0,93	0,93	0,94	0,94	-	-	-	2	770.000
VALE5S	Vale R Doce PNA N1	27,66	27,66	27,67	27,68	27,68	-	-	-	6	27.700
VALE5T	Vale R Doce PNA N1	27,01	27,01	27,11	27,63	27,40	-	-	-	12	26.900

Mercado a termo 120 dias

Cód.	Emp./Ação	Abert.	Mín.	Méd. (Preços R$)	Max.	Fech.	Oscil. (%)	Compr. (Ofertas)	Venda	Nº (Neg. Realiz.)	Quant.
BVMF3T	Bmf Bovespa ON NM	7,38	7,38	7,39	7,39	7,39	-	-	-	4	70.000
BBDC3T	Bradesco ON N1	20,01	20,01	20,02	20,02	20,02	-	-	-	2	500
BISA3T	Brascan Res ON NM	2,04	2,04	2,04	2,05	2,05	-	-	-	2	10.000
CCRO3T	Ccr Rodovias ON NM	21,47	21,47	21,48	21,48	21,48	-	-	-	2	1.000
GGBR4T	Gerdau PN N1	13,15	13,15	13,16	13,17	13,17	-	-	-	4	2.000
GOAU4T	Gerdau Met PN N1	17,04	17,04	17,81	17,92	17,92	-	-	-	6	11.400
TIBR5T	Millennium PNA	0,05	0,05	0,05	0,06	0,06	-	-	-	2	100.000
PMAM3T	Paranapanema ON N1	2,38	2,38	2,39	2,39	2,39	-	-	-	2	600
PETR4T	Petrobras PN	29,51	29,51	29,52	29,52	29,52	-	-	-	2	1.000
PLAS3T	Plascar Part ON	0,96	0,96	0,97	0,97	0,97	-	-	-	2	10.000
VALE5T	Vale R Doce PNA N1	27,37	27,12	27,16	27,38	27,13	-	-	-	6	10.100

Mercado a termo 180 dias

Cód.	Emp./Ação	Mín.	Méd. (Preços R$)	Max.	Fech.	Oscil. (%)	Compr. (Ofertas)	Venda	Nº (Neg. Realiz.)	Quant.
BBDC4T	Bradesco PN N1	24,55	24,56	24,58	24,58	-	-	-	6	1.150
BBAS3T	Brasil ON EJ NM	18,32	18,33	18,33	18,33	-	-	-	2	3.000
ITAU4T	Itauunibanco PN ED N1	27,30	27,31	27,31	27,31	-	-	-	2	1.000
PETR4T	Petrobras PN	29,78	30,62	30,85	29,79	-	-	-	4	3.800
VALE5T	Vale R Doce PNA N1	27,97	27,97	27,98	27,98	-	-	-	2	1.000

Mercado a termo outros

Cód.	Emp./Ação	Prazo	Mín.	Méd. (Preços R$)	Max.	Fech.	Oscil. (%)	Compr. (Ofertas)	Venda	Nº (Neg. Realiz.)	Quant.
ABYA3T	Abyara ON NM	033	1,67	1,68	…,68	1,68	-	-	-	2	5.000
AGIN3T	Agra Incorp ON NM	016	1,44	1,45	…,45	1,45	-	-	-	2	700.000
AGIN3T	Agra Incorp ON NM	033	1,45	1,45	…,46	1,46	-	-	-	2	7.000
AGEN11T	Agrenco DR3	033	0,44	0,44	…,45	0,45	-	-	-	2	5.000
ALLL11T	All Amer Lat UNT N2	061	10,06	10,07	…,07	10,07	-	-	-	2	2.300
BAZA3T	Amazonia ON	061	0,59	0,60	…,60	0,60	-	-	-	2	10.000
ARCZ6T	Aracruz PNB N1	033	1,61	1,61	…,62	1,62	-	-	-	2	5.000
ARCZ6T	Aracruz PNB N1	040	1,56	1,57	…,57	1,57	-	-	-	2	10.000
ARCZ6T	Aracruz PNB N1	061	1,59	1,60	…,61	1,61	-	-	-	4	15.000
BEES3T	Banestes ON EJ	033	8,16	8,30	…,37	8,17	-	-	-	4	9.000
BRSR6T	Banrisul PNB ED N1	061	7,05	7,05	…,06	7,06	-	-	-	2	1.000
BTTL4T	Battistella PN	033	0,37	0,37	…,38	0,38	-	-	-	2	7.600
BICB4T	Bicbanco PN EDJ N1	061	5,21	5,22	…,24	5,24	-	-	-	4	10.000
BVMF3T	Bmf Bovespa ON NM	033	7,00	7,01	…,02	7,02	-	-	-	4	12.000
BVMF3T	Bmf Bovespa ON NM	061	7,19	7,19	…,20	7,20	-	-	-	2	100.000
BRML3T	Br Malls Par ON NM	033	13,59	13,60	…,60	13,60	-	-	-	2	5.000
BBDC3T	Bradesco ON N1	033	19,70	19,70	…,71	19,71	-	-	-	2	100
BBDC4T	Bradesco PN N1	016	23,85	23,85	…,86	23,86	-	-	-	2	10.000
BBDC4T	Bradesco PN N1	023	23,66	23,79	…,93	23,93	-	-	-	6	2.900
BBDC4T	Bradesco PN N1	033	23,14	23,36	…,68	23,15	-	-	-	4	2.500
BBDC4T	Bradesco PN N1	050	23,15	23,17	…,18	23,18	-	-	-	4	2.000
BBDC4T	Bradesco PN N1	061	23,37	23,69	…,71	23,38	-	-	-	4	21.000
BRAP4T	Bradespar PN N1	033	22,85	22,94	…,95	22,95	-	-	-	6	4.200
BISA3T	Brascan Res ON NM	033	2,01	2,02	…,02	2,02	-	-	-	2	3.000
BBAS3T	Brasil ON EJ NM	033	17,82	17,83	…,83	17,83	-	-	-	2	3.500
BBAS3T	Brasil ON EJ NM	061	17,39	17,40	…,40	17,40	-	-	-	2	300
BRTP4T	Brasil T Par PN N1	033	16,73	16,73	…,74	16,74	-	-	-	2	35.000
BRTO4T	Brasil Telec PN N1	033	13,38	13,38	…,39	13,39	-	-	-	2	7.500
BRKM5T	Braskem PNA N1	023	4,81	4,91	…,95	4,95	-	-	-	6	33.000
BRKM5T	Braskem PNA N1	061	4,94	4,95	…,97	4,95	-	-	-	8	7.000
CMIG3T	Cemig ON N1	016	26,82	26,83	…,83	26,83	-	-	-	2	4.000
CESP3T	Cesp ON N1	021	11,62	11,63	…,63	11,63	-	-	-	2	1.000
CESP3T	Cesp ON N1	061	12,18	12,19	…,19	12,19	-	-	-	2	10.000
CESP6T	Cesp PNB N1	021	14,08	14,09	…,09	14,09	-	-	-	2	1.000
CESP6T	Cesp PNB N1	033	13,80	13,97	…,03	13,81	-	-	-	28	87.000
CESP6T	Cesp PNB N1	044	14,09	14,10	…,10	14,10	-	-	-	2	20.000
CESP6T	Cesp PNB N1	061	13,95	14,05	…,13	13,96	-	-	-	6	10.000
CNFB4T	Confab PN N1	061	4,10	4,10	…,11	4,11	-	-	-	4	40.000
CPLE3T	Copel ON N1	216	22,69	22,70	…,70	22,70	-	-	-	2	26.500
CPLE3T	Copel ON N1	223	22,74	22,75	…,75	22,75	-	-	-	2	26.500
CPLE6T	Copel PNB N1	286	26,29	26,29	…,30	26,30	-	-	-	2	21.500
CSAN3T	Cosan ON NM	033	9,51	9,52	…,52	9,52	-	-	-	2	2.000
CSAN3T	Cosan ON NM	061	9,60	9,60	…,61	9,61	-	-	-	2	200.000
CARD3T	Csu Cardsyst ON NM	016	3,32	3,33	…,33	3,33	-	-	-	2	392.000
CYRE3T	Cyrela Realt ON NM	033	9,72	9,73	…,73	9,73	-	-	-	2	1.000
DUFB11T	Dufrybras DR3	016	14,79	14,80	…,80	14,80	-	-	-	2	100
DUFB11T	Dufrybras DR3	061	15,08	15,08	…,09	15,09	-	-	-	2	5.000
ELET3T	Eletrobras ON N1	061	26,10	26,52	…,56	26,56	-	-	-	6	5.500
ELET6T	Eletrobras PNB N1	061	25,82	25,83	…,83	25,83	-	-	-	4	2.000
EMBR3T	Embraer ON NM	061	8,09	8,10	…,10	8,10	-	-	-	2	10.000
ETER3T	Eternit ON NM	076	5,94	5,95	…,95	5,95	-	-	-	2	10.000
FFTL4T	Fosfertil PN	061	14,10	14,11	…,11	14,11	-	-	-	2	3.000
GFSA3T	Gafisa ON NM	128	12,81	12,82	…,83	12,83	-	-	-	4	4.000
GGBR3T	Gerdau ON N1	033	10,41	10,42	…,42	10,42	-	-	-	4	2.200
GGBR4T	Gerdau PN N1	033	13,20	13,48	…,54	13,54	-	-	-	6	6.300
GGBR4T	Gerdau PN N1	047	12,80	13,17	…,42	12,81	-	-	-	4	12.100
GGBR4T	Gerdau PN N1	061	13,60	13,61	…,61	13,61	-	-	-	2	1.000
GLOB3T	Globex ON	016	7,03	7,03	…,04	7,04	-	-	-	4	2.000
GLOB3T	Globex ON	033	7,05	7,06	…,06	7,06	-	-	-	2	10.000
GOLL4T	GOL PN ES N2	033	6,64	6,65	…,67	6,66	-	-	-	6	4.500
GOLL4T	GOL PN ES N2	061	6,71	6,75	…,76	6,72	-	-	-	6	56.600
ACGU3T	Guarani ON NM	250	2,04	2,04	…,05	2,05	-	-	-	2	13.100
ITSA4T	Itausa PN N1	023	8,15	8,15	…,16	8,16	-	-	-	4	50.000
ITSA4T	Itausa PN N1	033	8,10	8,11	…,11	8,11	-	-	-	2	5.000
ITSA4T	Itausa PN N1	061	8,10	8,15	…,21	8,21	-	-	-	6	300
ITAU4T	Itauunibanco PN ED N1	061	25,72	26,06	…,32	26,32	-	-	-	8	2.525
JBSS3T	JBS ON NM	061	5,46	5,47	…,47	5,47	-	-	-	2	2.000
KEPL3T	Kepler Weber ON	061	0,14	0,14	…,15	0,15	-	-	-	4	373.000
KSSA3T	Klabinsegall ON NM	033	1,41	1,41	…,42	1,42	-	-	-	2	5.000
KSSA3T	Klabinsegall ON NM	061	1,43	1,43	…,44	1,44	-	-	-	2	7.300
LIGT3T	Light S/a ON NM	016	22,99	23,00	…,00	23,00	-	-	-	2	3.500
LLXL3T	Llx Log ON ES NM	019	1,68	1,69	…,69	1,69	-	-	-	2	10.000
LLXL3T	Llx Log ON ES NM	033	1,69	1,69	…,70	1,70	-	-	-	2	10.000
LAME3T	Lojas Americ ON EDJ	224	6,03	6,03	…,04	6,04	-	-	-	2	103.000
LAME4T	Lojas Americ PN I08	061	6,66	6,67	…,67	6,67	-	-	-	2	2.000
LREN3T	Lojas Renner ON INT NM	061	14,51	14,51	…,52	14,52	-	-	-	2	10.000
MAGG3T	Magnesita Sa ON NM	016	5,05	5,07	…,08	5,08	-	-	-	10	4.000
MAGG3T	Magnesita Sa ON NM	033	5,04	5,09	…,11	5,11	-	-	-	10	27.000
MEDI3T	Medial Saude ON NM	016	5,38	5,39	…,39	5,39	-	-	-	4	150.000
BEEF3T	Minerva ON NM	061	1,76	1,77	…,77	1,77	-	-	-	2	3.000
MNPR3T	Minupar ON	033	4,72	4,73	…,73	4,73	-	-	-	2	1.000
MNPR3T	Minupar ON	061	4,76	4,76	…,77	4,77	-	-	-	10	180.800
MMXM3T	Mmx Miner ON NM	033	3,49	3,55	…,66	3,66	-	-	-	6	5.000
MMXM3T	Mmx Miner ON NM	061	3,60	3,65	…,74	3,71	-	-	-	6	50.000
NATU3T	Natura ON NM	061	22,50	22,51	…,51	22,51	-	-	-	2	200
OGXP3T	Ogx Petroleo ON NM	033	721,94	721,94	…,95	721,95	-	-	-	2	200
BPNM4T	Panamericano PN N1	016	3,03	3,04	…,04	3,04	-	-	-	4	1.000.000
BPNM4T	Panamericano PN N1	061	3,03	3,05	…,06	3,06	-	-	-	4	30.000
PDGR3T	Pdg Realt ON NM	016	13,03	13,03	…,04	13,04	-	-	-	2	14.000
PRGA3T	Perdigao S/a ON NM	033	29,19	29,19	…,20	29,20	-	-	-	2	100
PETR4T	Petrobras PN	016	28,47	28,62	…,53	28,49	-	-	-	6	5.200
PETR4T	Petrobras PN	028	28,90	28,92	…,26	29,26	-	-	-	6	5.500
PETR4T	Petrobras PN	033	28,18	28,93	…,59	28,41	-	-	-	26	7.800
PETR4T	Petrobras PN	035	29,02	29,03	…,03	29,03	-	-	-	2	15.000
PETR4T	Petrobras PN	044	28,73	28,76	…,79	28,74	-	-	-	4	200
PETR4T	Petrobras PN	050	28,38	28,38	…,39	28,39	-	-	-	2	1.000
PETR4T	Petrobras PN	061	28,40	28,95	…,44	28,52	-	-	-	18	126.800
PETR4T	Petrobras PN	113	28,84	28,85	…,85	28,85	-	-	-	2	3.000
PINE4T	Pine PN EDJ N1	016	6,06	6,06	…,07	6,07	-	-	-	4	200.000
RAPT4T	Randon Part PN N1	061	5,68	5,68	…,69	5,69	-	-	-	2	9.000
RDCD3T	Redecard ON NM	016	25,75	26,26	…,51	26,51	-	-	-	8	3.500
RDCD3T	Redecard ON NM	033	25,85	26,10	…,33	25,86	-	-	-	8	1.500
RDCD3T	Redecard ON NM	061	26,48	26,49	…,49	26,49	-	-	-	2	800
RSID3T	Rossi Resid ON NM	016	3,77	3,78	…,78	3,78	-	-	-	2	2.500
RSID3T	Rossi Resid ON NM	033	3,88	3,88	…,89	3,89	-	-	-	2	20.000
SBSP3T	Sabesp ON NM	061	26,30	26,31	…,31	26,31	-	-	-	2	1.000
SDIA3T	Sadia S/a ON N1	033	4,93	4,94	…,94	4,94	-	-	-	2	500
SDIA4T	Sadia S/a PN N1	016	3,16	3,17	…,17	3,17	-	-	-	2	3.000
SDIA4T	Sadia S/a PN N1	033	3,17	3,18	…,21	3,18	-	-	-	10	23.500
SDIA4T	Sadia S/a PN N1	047	3,21	3,21	…,22	3,22	-	-	-	2	3.000
SDIA4T	Sadia S/a PN N1	061	3,19	3,20	…,20	3,20	-	-	-	2	3.000
CSNA3T	Sid Nacional ON ED	033	35,77	35,77	…,78	35,78	-	-	-	4	3.000
CSNA3T	Sid Nacional ON ED	061	35,17	35,18	…,18	35,18	-	-	-	4	3.000
CRUZ3T	Souza Cruz ON ED	033	44,33	44,52	…,61	44,34	-	-	-	6	3.000
CRUZ3T	Souza Cruz ON ED	061	44,50	44,51	…,51	44,51	-	-	-	2	300
SULA11T	Sul America UNT ED N2	132	19,86	19,86	…,87	19,87	-	-	-	2	23.500
SULA11T	Sul America UNT ED N2	140	19,90	19,91	…,91	19,91	-	-	-	2	23.500
SULA11T	Sul America UNT ED N2	146	20,14	20,15	…,16	20,15	-	-	-	2	23.500
SULT4T	Sultepa PN	033	4,32	4,33	…,33	4,33	-	-	-	2	5.000
SUZB5T	Suzano Papel PNA INT N1	061	10,81	10,82	…,82	10,82	-	-	-	2	2.000
TAMM4T	Tam S/a PN N2	016	12,93	12,93	…,94	12,94	-	-	-	2	1.500
TAMM4T	Tam S/a PN N2	033	12,73	12,74	…,74	12,74	-	-	-	2	3.000
TNLP4T	Telemar PN	061	32,58	32,58	…,59	32,59	-	-	-	2	161.800
TEND3T	Tenda ON NM	033	1,90	1,92	…,94	1,94	-	-	-	4	10.000
TCSL4T	Tim Part S/a PN	033	2,92	2,92	…,93	2,93	-	-	-	2	9.500
TCSL4T	Tim Part S/a PN	047	2,89	2,90	…,90	2,90	-	-	-	2	10.000
TCSL4T	Tim Part S/a PN	061	2,93	2,94	…,94	2,94	-	-	-	2	14.000
TBLE3T	Tractebel ON NM	061	17,52	17,66	…,85	17,85	-	-	-	6	17.000
UNIP6T	Unipar PNB N1	023	0,59	0,59	…,60	0,60	-	-	-	2	200.000
USIM3T	Usiminas ON N1	033	27,48	27,48	…,49	27,49	-	-	-	2	2.600
USIM3T	Usiminas ON N1	061	26,79	26,79	…,80	26,80	-	-	-	2	1.000
VALE5T	Vale R Doce PNA N1	016	27,13	27,19	…,21	27,21	-	-	-	8	128.600
VALE5T	Vale R Doce PNA N1	019	26,64	26,72	…,84	26,84	-	-	-	8	40.000
VALE5T	Vale R Doce PNA N1	023	26,46	26,91	…,28	26,47	-	-	-	22	22.900
VALE5T	Vale R Doce PNA N1	033	26,52	27,03	…,38	27,38	-	-	-	22	18.600
VALE5T	Vale R Doce PNA N1	035	27,18	27,19	…,21	27,19	-	-	-	6	60.000
VALE5T	Vale R Doce PNA N1	044	26,95	26,96	…,96	26,96	-	-	-	2	1.000
VALE5T	Vale R Doce PNA N1	050	27,43	27,44	…,44	27,44	-	-	-	2	500
VALE5T	Vale R Doce PNA N1	061	26,64	27,23	…,51	26,74	-	-	-	20	58.900
VALE5T	Vale R Doce PNA N1	078	27,61	27,69	…,73	27,62	-	-	-	6	30.000
VALE5T	Vale R Doce PNA N1	150	27,93	27,93	…,94	27,94	-	-	-	2	200
VIVO4T	Vivo PN	033	30,84	31,01	…,38	31,38	-	-	-	6	4.600
VIVO4T	Vivo PN	061	30,95	31,35	…,62	31,62	-	-	-	6	2.500
WEGE3T	WEG ON EJ NM	061	11,40	11,41	…,41	11,41	-	-	-	2	300

Direitos e recibos

Cód.	Emp./Ação	Mín.	Méd. (Preços R$)	Max.	Fech.	Oscil. (%)	Compr. (Ofertas)	Venda	Nº (Neg. Realiz.)	Quant.
GOLL1	GOL DIR ORD N2	-	-	-	-	-	0,01	-	-	-
GOLL2	GOL DIR PRE N2	0,06	0,06	0,11	0,09	-10,00	0,07	0,09	38	192.000
LLXL1	Llx Log DIR ORD NM	0,06	0,08	0,09	0,09	+28,57	0,08	0,09	81	1.776.800
TNCP2	Tele Nort Cl DIR PRE	-	-	-	-	-	-	1,50	-	-
TELB9	Telebras ON *REC	0,35	0,35	0,35	0,35	-	0,34	0,35	1	1.000

Bônus privados

Cód.	Emp./Ação	Mín.	Méd. (Preços R$)	Max.	Fech.	Oscil. (%)	Compr. (Ofertas)	Venda	Nº (Neg. Realiz.)	Quant.
BBAS13	Brasil BNS C NM	18,92	20,30	21,00	20,30	+4,10	20,30	21,00	21	6.300

Opções de compra

Cód.	Emp./Ação	Vcto.	Preço	Mín.	Méd. (Preços R$)	Max.	Fech.	Oscil. (%)	Compr. (Ofertas)	Venda	Nº (Neg. Realiz.)	Quant.
AMBVD14	Ambv PN	ABR/09	114,00	-	-	-	-	-	-	2,59	-	-
BBASD13	Bbas /ej ON NM	ABR/09	12,85	4,50	4,50	4,50	4,50	+18,42	2,00	-	1	100
BBASD14	Bbas /ej ON NM	ABR/09	13,85	3,99	3,99	3,99	3,99	+83,02	1,80	-	4	26.500
BBASD16	Bbas /ej ON NM	ABR/09	15,55	-	-	-	-	-	1,50	-	-	-
BBASD17	Bbas /ej ON NM	ABR/09	16,85	-	-	-	-	-	0,22	-	-	-
BBASD1	Bbase /ej ON NM	ABR/09	16,35	-	-	-	-	-	0,05	-	-	-
BBDCD20	Bbdc PN N1	ABR/09	20,00	-	-	-	-	-	3,51	5,30	-	-
BBDCD22	Bbdc PN N1	ABR/09	21,99	1,79	1,94	2,08	2,08	+12,43	1,02	2,29	10	10.300
BBDCD24	Bbdc PN N1	ABR/09	23,99	0,61	0,73	0,88	0,88	+14,28	0,55	1,19	18	8.000
BBDCD26	Bbdc PN N1	ABR/09	25,99	-	-	-	-	-	0,10	0,20	-	-
BBDCE22	Bbdc PN N1	MAI/09	22,00	2,50	2,50	2,50	2,50	-7,40	-	-	3	2.500
BBDCE24	Bbdc PN N1	MAI/09	24,00	1,05	1,27	1,50	1,50	+11,11	1,30	1,85	6	4.000
BBDCE26	Bbdc PN N1	MAI/09	26,00	-	-	-	-	-	-	0,75	-	-
BBDCD10	Bbdce ON N1	ABR/09	20,99	-	-	-	-	-	0,20	0,60	-	-
BBDCD23	Bbdce PN N1	ABR/09	23,00	-	-	-	-	-	0,40	-	-	-
BBDCD25	Bbdce PN N1	ABR/09	24,99	-	-	-	-	-	0,10	0,70	-	-
BBDCD95	Bbdce PN N1	ABR/09	23,49	-	-	-	-	-	0,75	0,76	-	-
BOVAF40	Bova CI	JUN/09	40,00	4,26	4,27	4,27	4,26	-16,47	-	-	3	200.000
BOVAF44	Bova CI	JUN/09	44,00	2,33	2,33	2,34	2,34	-	-	-	3	200.000
BVMFD6	Bvmf ON NM	ABR/09	6,00	1,08	1,29	1,50	1,50	+23,96	1,30	1,70	14	8.200
BVMFD7	Bvmf ON NM	ABR/09	7,00	0,26	0,32	0,66	0,66	+73,68	0,60	0,89	18	56.900
BVMFD8	Bvmf ON NM	ABR/09	8,00	0,13	0,15	0,15	0,15	+114,28	0,15	0,23	9	17.500
BVMFE6	Bvmf ON NM	MAI/09	6,00	-	-	-	-	-	0,45	-	-	-
BVMFD2	Bvmfe ON NM	ABR/09	6,50	-	-	-	-	-	0,05	-	-	-
BVMFD3	Bvmfe ON NM	ABR/09	7,50	0,19	0,19	0,20	0,19	-60,41	0,19	-	2	3.000
BVMFE2	Bvmfe ON NM	MAI/09	7,50	-	-	-	-	-	0,43	-	-	-
BVMFE4	Bvmfe ON NM	MAI/09	8,50	-	-	-	-	-	-	0,40	-	-
CESPD13	Cesp PNB N1	ABR/09	13,00	1,09	1,09	1,09	1,09	-	-	-	2	500
COCEL24	Coce PNA	DEZ/09	24,00	4,61	4,61	4,61	4,61	-	-	-	2	10.000
CPFED32	Cpfe ON NM	ABR/09	32,00	-	-	-	-	-	0,05	-	-	-
CSNAD32	Csna /ed ON	ABR/09	30,02	4,50	4,50	4,50	4,50	-9,09	-	-	1	300
CSNAD34	Csna /ed ON	ABR/09	32,02	3,82	3,82	3,82	3,82	+50,98	-	-	1	300
CSNAD36	Csna /ed ON	ABR/09	34,02	-	-	-	-	-	0,01	-	-	-
CSNAD38	Csna /ed ON	ABR/09	36,02	1,15	1,17	1,25	1,25	-3,84	0,30	1,48	8	6.000
CSNAD40	Csna /ed ON	ABR/09	38,02	-	-	-	-	-	-	1,00	-	-
CSNAD42	Csna /ed ON	ABR/09	42,00	-	-	-	-	-	-	0,25	-	-
CSNAD4	Csnae /ed ON	ABR/09	37,52	0,60	0,60	0,60	0,60	+22,44	-	-	3	500
CZRSE1	Czrs PN N1	MAI/10	6,00	1,84	1,84	1,84	1,84	+78,64	-	1,84	3	5.000
EMBRD8	Embr ON NM	ABR/09	8,00	-	-	-	-	-	-	0,90	-	-
GFSAE12	Gfsa ON NM	MAI/09	12,00	1,09	1,16	1,18	1,09	-	-	-	6	6.400
GFSAE3	Gfsae ON NM	MAI/09	12,50	0,93	0,93	0,93	0,93	-	-	-	2	400
GGBRD12	Ggbr PN N1	ABR/09	11,96	-	-	-	-	-	1,13	1,70	-	-
GGBRD13	Ggbr PN N1	ABR/09	13,00	0,45	0,56	0,75	0,75	+59,57	0,50	0,85	11	3.100
GGBRD14	Ggbr PN N1	ABR/09	13,96	0,24	0,34	0,39	0,35	+66,66	0,35	0,39	23	21.400
GGBRD15	Ggbr PN N1	ABR/09	15,00	-	-	-	-	-	-	0,20	-	-
GGBRE12	Ggbr PN N1	MAI/09	12,00	-	-	-	-	-	0,20	-	-	-
GGBRE14	Ggbr PN N1	MAI/09	14,00	-	-	-	-	-	-	3,80	-	-
GGBRA15	Ggbr PN N1	JAN/10	15,00	-	-	-	-	-	0,80	-	-	-
GGBRD34	Ggbre PN N1	ABR/09	13,50	0,54	0,54	0,54	0,54	+38,46	-	-	1	100
GGBRD7	Ggbre PN N1	ABR/09	14,50	0,18	0,18	0,18	0,18	-40,00	-	-	2	12.700
GOAUD20	Goau PN N1	ABR/09	20,00	-	-	-	-	-	-	0,30	-	-
GVTTA40	Gvtt ON NM	JAN/10	40,00	1,01	1,01	1,02	1,02	-	-	-	3	360.000
GVTTA33	Gvtte ON NM	JAN/10	33,00	2,79	2,79	2,79	2,79	-	-	-	2	360.000
ITAUD24	Itau /ed PN N1	ABR/09	23,80	-	-	-	-	-	3,00	-	-	-
ITAUE26	Itau /ed PN N1	MAI/09	25,99	-	-	-	-	-	-	2,00	-	-
ITAUD1	Itaue /ed PN N1	ABR/09	27,49	0,28	0,28	0,28	0,28	-47,16	-	-	1	500
ITAUD27	Itaue /ed PN N1	ABR/09	26,80	0,53	0,53	0,57	0,53	-8,62	-	0,80	2	1.000
ITSAD7	Itsa PN N1	ABR/09	6,76	1,38	1,38	1,38	1,38	+3,75	1,38	-	5	15.000
ITSAD8	Itsa PN N1	ABR/09	7,76	-	-	-	-	-	0,35	0,80	-	-
ITSAD9	Itsa PN N1	ABR/09	8,76	-	-	-	-	-	0,03	0,15	-	-
ITSAD1	Itsae PN N1	ABR/09	7,26	-	-	-	-	-	-	1,30	-	-
ITSAD2	Itsae PN N1	ABR/09	8,26	0,25	0,25	0,25	0,25	+47,05	0,01	0,49	4	50.900
ITSAD21	Itsae PN N1	ABR/09	8,70	0,08	0,08	0,08	0,08	-63,63	-	-	2	57.600
KEPLD14	Kepl ON	ABR/09	0,14	0,01	0,01	0,01	0,01	-	0,01	0,02	1	20.000
KEPLD15	Kepl ON	ABR/09	0,15	-	-	-	-	-	-	0,01	-	-
KEPLD16	Kepl ON	ABR/09	0,16	-	-	-	-	-	-	0,04	-	-
LAMEE5	Lame /edj PN	MAI/09	4,96	-	-	-	-	-	0,81	-	-	-
MMXMD1	Mmxm ON NM	ABR/09	3,50	-	-	-	-	-	0,15	0,35	-	-
NETCD1	Netce PN N2	ABR/09	12,50	-	-	-	-	-	2,01	-	-	-
NETCD5	Netce PN N2	ABR/09	16,50	-	-	-	-	-	-	1,99	-	-
NETCD6	Netce PN N2	ABR/09	17,50	-	-	-	-	-	-	1,49	-	-
NETCE7	Netce PN N2	MAI/09	18,50	-	-	-	-	-	-	1,09	-	-
OGXPG2	Ogxp ON NM	JUL/09	750,00	89,07	89,07	89,07	89,07	-	-	-	2	8.500
OGXPG3	Ogxp ON NM	JUL/09	900,00	37,10	37,10	37,11	37,11	-	-	-	3	8.500
PETRD18	Petr PN	ABR/09	18,00	10,21	11,18	11,50	11,30	+2,26	10,21	11,59	7	5.200
PETRD20	Petr PN	ABR/09	19,32	8,75	9,73	10,10	10,10	+7,10	10,00	10,10	97	61.700
PETRD22	Petr PN	ABR/09	22,00	6,15	6,84	7,48	7,26	+5,67	7,26	7,47	254	196.600
PETRD24	Petr PN	ABR/09	24,00	4,31	5,11	5,60	5,52	+15,00	5,50	5,52	865	1.468.900
PETRD26	Petr PN	ABR/09	26,00	2,57	3,36	3,85	3,85	+27,48	3,85	3,88	4.610	7.140.200
PETRD28	Petr PN	ABR/09	28,00	1,24	1,68	2,11	2,11	+29,44	2,11	2,12	11.234	33.258.500
PETRD30	Petr PN	ABR/09	30,00	0,46	0,69	0,90	0,90	+38,46	0,88	0,90	9.446	46.909.000
PETRD32	Petr PN	ABR/09	32,00	0,17	0,24	0,31	0,27	+12,50	0,27	0,28	3.182	21.465.500
PETRD34	Petr PN	ABR/09	34,00	0,06	0,09	0,10	0,09	-10,00	0,08	0,09	547	6.113.100
PETRD36	Petr PN	ABR/09	36,00	0,02	0,03	0,04	0,03	-25,00	0,03	0,04	112	1.479.100
PETRD38	Petr PN	ABR/09	37,32	0,01	0,02	0,03	0,02	-33,33	0,02	0,03	44	609.300
PETRD40	Petr PN	ABR/09	40,00	0,01	0,01	0,01	0,01	-	0,01	0,02	7	430.900
PETRD42	Petr PN	ABR/09	42,00	0,01	0,01	0,01	0,01	-	-	0,01	4	40.000
PETRE16	Petr PN	MAI/09	16,00	-	-	-	-	-	10,41	-	-	-
PETRE18	Petr PN	MAI/09	18,00	-	-	-	-	-	9,01	-	-	-
PETRE20	Petr PN	MAI/09	20,00	9,15	9,34	9,50	9,50	+4,97	8,61	-	9	6.000
PETRE22	Petr PN	MAI/09	22,00	6,61	7,29	7,69	7,61	+8,71	7,61	7,99	10	3.800
PETRE24	Petr PN	MAI/09	24,00	4,75	5,55	5,80	5,75	+10,57	5,51	6,00	57	59.700
PETRE26	Petr PN	MAI/09	26,00	3,20	3,62	4,35	4,35	+20,16	4,35	4,89	160	130.600
PETRE28	Petr PN	MAI/09	28,00	1,98	2,28	2,78	2,70	+16,88	2,70	2,78	539	576.900
PETRE30	Petr PN	MAI/09	30,00	1,15	1,45	1,67	1,63	+16,42	1,63	1,65	782	836.900
PETRE32	Petr PN	MAI/09	32,00	0,62	0,77	0,89	0,84	+3,70	0,84	0,88	345	429.300
PETRE34	Petr PN	MAI/09	34,00	0,31	0,38	0,47	0,44	+7,31	0,42	0,47	129	161.000
PETRE36	Petr PN	MAI/09	36,00	0,16	0,20	0,23	0,23	+15,00	0,21	0,23	50	79.800
PETRE38	Petr PN	MAI/09	38,00	0,09	0,10	0,12	0,12	+20,00	0,10	0,12	13	17.600
PETRE40	Petr PN	MAI/09	40,00	0,05	0,05	0,06	0,06	-	0,05	0,06	8	15.100
PETRF22	Petr PN	JUN/09	21,32	7,81	8,25	8,69	8,69	+5,84	8,69	-	2	200
PETRF24	Petr PN	JUN/09	24,00	4,82	5,50	6,00	6,00	-	5,60	7,27	8	800
PETRF26	Petr PN	JUN/09	26,00	3,70	4,23	4,60	4,60	+7,72	4,04	9,55	7	1.500
PETRF28	Petr PN	JUN/09	27,32	3,47	3,60	3,68	3,60	+5,88	3,75	3,94	15	10.000
PETRF30	Petr PN	JUN/09	30,00	2,04	2,04	2,20	2,20	+14,58	2,05	2,40	8	102.700
PETRF32	Petr PN	JUN/09	32,00	-	-	-	-	-	1,18	1,60	-	-
PETRF34	Petr PN	JUN/09	34,00	0,81	0,84	0,85	0,84	+1,20	0,80	0,90	9	5.800
PETRF36	Petr PN	JUN/09	36,00	0,44	0,48	0,49	0,49	-2,00	0,46	0,53	6	8.600
PETRF38	Petr PN	JUN/09	38,00	0,30	0,30	0,32	0,32	+6,66	0,28	0,34	2	2.400
PETRG26	Petr PN	JUL/09	26,00	-	-	-	-	-	4,11	-	-	-
PETRG28	Petr PN	JUL/09	28,00	-	-	-	-	-	2,00	5,87	-	-
PETRG30	Petr PN	JUL/09	30,00	-	-	-	-	-	0,10	4,05	-	-
PETRL26	Petr PN	DEZ/09	26,00	-	-	-	-	-	0,02	10,15	-	-
PETRL30	Petr PN	DEZ/09	30,00	-	-	-	-	-	0,06	-	-	-
PETRL34	Petr PN	DEZ/09	34,00	-	-	-	-	-	0,20	-	-	-
PETRL40	Petr PN	DEZ/09	40,00	-	-	-	-	-	0,10	-	-	-
PETRL5	Petr PN	DEZ/09	27,32	-	-	-	-	-	0,01	-	-	-
PETRA18	Petr PN	JAN/10	18,00	-	-	-	-	-	0,05	-	-	-
PETRA32	Petr PN	JAN/10	32,00	-	-	-	-	-	0,03	-	-	-

Opções de compra – continuação

Cód.	Emp./Ação	Vcto.	Preço	Mín.	Méd. (Preços R$)	Max.	Fech.	Oscil. (%)	Compr. (Ofertas)	Venda	Nº (Neg. Realiz.)	Quant.
PETRD3	Petre PN	ABR/09	21,10	-	-	-	-	-	7,01	9,99	-	-
PETRD88	Petre PN	ABR/09	22,32	-	-	-	-	-	6,31	-	-	-
PETRD90	Petre PN	ABR/09	19,00	-	-	-	-	-	9,61	-	-	-
PETRD92	Petre PN	ABR/09	15,00	-	-	-	-	-	13,01	16,59	-	-
PETRD93	Petre PN	ABR/09	26,32	2,95	3,07	3,19	3,19	+6,68	2,85	3,69	2	200
PETRD95	Petre PN	ABR/09	35,00	0,01	0,01	0,01	0,01	-90,00	0,01	0,11	1	54
PETRD96	Petre PN	ABR/09	25,82	-	-	-	-	-	2,01	4,99	-	-
PETRD97	Petre PN	ABR/09	30,32	-	-	-	-	-	0,51	0,98	-	-
PETRD99	Petre PN	ABR/09	42,50	-	-	-	-	-	-	0,01	-	-
PETRE15	Petre PN	MAI/09	15,00	-	-	-	-	-	13,01	-	-	-
PETRE35	Petre PN	MAI/09	35,00	-	-	-	-	-	-	0,39	-	-
PETRF98	Petre PN	JUN/09	39,32	0,12	0,12	0,12	0,12	-	0,10	0,14	1	500
SDIAD1	Sdia PN N1	ABR/09	3,50	0,03	0,03	0,04	0,03	-50,00	0,03	0,10	4	13.800
SDIAD3	Sdia PN N1	ABR/09	3,00	0,20	0,22	0,27	0,20	-25,92	0,20	0,27	3	4.000
SDIAD8	Sdia PN N1	ABR/09	3,20	0,10	0,10	0,10	0,10	-33,33	-	-	1	2.500
TBLED18	Tble ON NM	ABR/09	18,00	0,28	0,28	0,28	0,28	+7,69	-	-	1	100
TNLPD22	Tnlp PN	ABR/09	22,00	-	-	-	-	-	8,81	-	-	-
TNLPD24	Tnlp PN	ABR/09	24,00	-	-	-	-	-	7,01	-	-	-
TNLPD26	Tnlp PN	ABR/09	26,00	6,99	6,99	6,99	6,99	+1,45	6,21	7,59	1	100
TNLPD28	Tnlp PN	ABR/09	28,00	4,18	4,94	5,29	5,29	+17,29	4,71	5,30	7	700
TNLPD30	Tnlp PN	ABR/09	30,00	2,42	3,01	3,30	3,00	+10,70	2,91	3,30	16	9.100
TNLPD32	Tnlp PN	ABR/09	32,00	1,09	1,48	1,75	1,25	-3,84	1,22	1,30	106	200.300
TNLPD34	Tnlp PN	ABR/09	34,00	0,30	0,43	0,53	0,37	+5,71	0,36	0,44	89	57.100
TNLPD36	Tnlp PN	ABR/09	36,00	0,10	0,13	0,17	0,12	+50,00	0,11	0,16	17	20.900
TNLPD38	Tnlp PN	ABR/09	38,00	-	-	-	-	-	0,02	0,08	-	-
TNLPE26	Tnlp PN	MAI/09	26,00	-	-	-	-	-	3,81	-	-	-
TNLPE28	Tnlp PN	MAI/09	28,00	-	-	-	-	-	3,21	6,99	-	-
TNLPE30	Tnlp PN	MAI/09	30,00	-	-	-	-	-	1,01	4,59	-	-
TNLPE32	Tnlp PN	MAI/09	32,00	-	-	-	-	-	2,05	2,69	-	-
TNLPE34	Tnlp PN	MAI/09	34,00	1,25	1,28	1,39	1,25	+3,30	0,90	1,45	3	700
TNLPE36	Tnlp PN	MAI/09	36,00	0,65	0,69	0,73	0,65	+6,55	0,61	0,73	3	600
TNLPE38	Tnlp PN	MAI/09	38,00	-	-	-	-	-	-	1,09	-	-
TNLPE40	Tnlp PN	MAI/09	40,00	-	-	-	-	-	0,10	0,59	-	-
TNLPD98	Tnlpe PN	ABR/09	40,00	-	-	-	-	-	-	0,29	-	-
TNLPD99	Tnlpe PN	ABR/09	45,00	-	-	-	-	-	-	0,15	-	-
USIMD28	Usim PNA N1	ABR/09	27,50	-	-	-	-	-	1,15	3,31	-	-
USIMD30	Usim PNA N1	ABR/09	29,50	1,30	1,30	1,30	1,30	+30,00	0,55	1,50	1	100
USIMD32	Usim PNA N1	ABR/09	31,50	-	-	-	-	-	-	1,00	-	-
USIME30	Usim PNA N1	MAI/09	30,00	1,94	1,94	1,94	1,94	-2,51	0,01	-	2	2.000
USIMD25	Usime PNA N1	ABR/09	24,50	-	-	-	-	-	0,30	-	-	-
USIMD27	Usime PNA N1	ABR/09	27,00	2,87	2,87	2,87	2,87	+441,50	-	-	2	3.500
USIMD29	Usime PNA N1	ABR/09	29,00	1,83	1,83	1,83	1,83	+22,00	-	-	2	200
USIMD5	Usime PNA N1	ABR/09	28,50	2,16	2,16	2,16	2,16	+15,50	-	-	1	300
USIME29	Usime PNA N1	MAI/09	29,00	2,42	2,42	2,42	2,42	+68,05	-	-	2	3.500
USIME33	Usime PNA N1	MAI/09	33,00	0,66	0,66	0,66	0,66	-	-	-	2	2.000
VALED18	Vale PNA N1	ABR/09	18,00	-	-	-	-	-	8,61	9,99	-	-
VALED20	Vale PNA N1	ABR/09	20,00	6,40	7,19	7,35	7,35	-0,27	7,00	8,50	42	37.500
VALED22	Vale PNA N1	ABR/09	22,00	4,41	5,01	5,40	5,30	+2,51	4,90	5,30	152	93.300
VALED24	Vale PNA N1	ABR/09	24,00	2,69	3,16	3,51	3,40	+3,65	3,40	3,46	821	936.500
VALED26	Vale PNA N1	ABR/09	26,00	1,34	1,63	1,91	1,86	+3,33	1,86	1,87	6.087	13.387.300
VALED28	Vale PNA N1	ABR/09	28,00	0,55	0,71	0,84	0,81	-1,21	0,80	0,81	8.088	29.189.600
VALED30	Vale PNA N1	ABR/09	30,00	0,18	0,23	0,27	0,26	-7,14	0,25	0,26	4.287	22.198.800
VALED32	Vale PNA N1	ABR/09	32,00	0,07	0,08	0,10	0,08	-20,00	0,08	0,09	577	4.786.900
VALED34	Vale PNA N1	ABR/09	34,00	0,02	0,03	0,04	0,03	-	0,03	0,04	142	1.696.800
VALED36	Vale PNA N1	ABR/09	36,00	0,01	0,02	0,02	0,01	-	0,01	0,02	23	72.500
VALED38	Vale PNA N1	ABR/09	38,00	0,01	0,01	0,01	0,01	-	0,01	0,02	4	62.200
VALED40	Vale PNA N1	ABR/09	40,00	0,01	0,01	0,01	0,01	-	-	0,01	26	1.263.300
VALED42	Vale PNA N1	ABR/09	41,42	-	-	-	-	-	-	0,01	-	-
VALED44	Vale PNA N1	ABR/09	44,00	-	-	-	-	-	-	0,01	-	-
VALEE18	Vale PNA N1	MAI/09	18,00	9,01	9,01	9,01	9,01	-0,11	8,61	9,99	1	100
VALEE20	Vale PNA N1	MAI/09	20,00	7,40	7,40	7,40	7,40	+0,95	7,11	8,19	1	1.000
VALEE22	Vale PNA N1	MAI/09	22,00	5,10	5,16	5,50	5,45	-0,90	5,45	5,75	5	1.800
VALEE24	Vale PNA N1	MAI/09	24,00	3,34	3,87	4,05	4,02	+8,06	3,81	3,99	85	73.900
VALEE26	Vale PNA N1	MAI/09	26,00	2,12	2,50	2,69	2,65	+4,74	2,51	2,69	325	397.900
VALEE28	Vale PNA N1	MAI/09	28,00	1,23	1,44	1,60	1,59	+6,00	1,59	1,60	687	638.400
VALEE30	Vale PNA N1	MAI/09	30,00	0,65	0,76	0,87	0,81	-2,40	0,81	0,84	493	460.500
VALEE32	Vale PNA N1	MAI/09	32,00	0,33	0,40	0,45	0,40	-11,11	0,40	0,43	184	171.600
VALEE34	Vale PNA N1	MAI/09	34,00	0,18	0,20	0,22	0,20	-4,76	0,19	0,22	41	90.700
VALEE36	Vale PNA N1	MAI/09	36,00	0,09	0,10	0,11	0,10	-9,09	0,10	0,12	23	105.500
VALEE38	Vale PNA N1	MAI/09	38,00	0,04	0,06	0,07	0,06	-	0,04	0,06	42	51.200
VALEE40	Vale PNA N1	MAI/09	40,00	0,02	0,03	0,03	0,03	-	0,02	0,03	7	37.900
VALEE42	Vale PNA N1	MAI/09	42,00	-	-	-	-	-	0,01	0,07	-	-
VALEE44	Vale PNA N1	MAI/09	44,00	-	-	-	-	-	-	0,05	-	-
VALEF20	Vale PNA N1	JUN/09	20,00	-	-	-	-	-	7,21	-	-	-
VALEF22	Vale PNA N1	JUN/09	22,00	-	-	-	-	-	5,41	-	-	-
VALEF24	Vale PNA N1	JUN/09	24,00	-	-	-	-	-	3,81	-	-	-
VALEF26	Vale PNA N1	JUN/09	26,00	2,70	2,96	3,20	3,20	-5,88	2,71	3,59	11	3.000
VALEF28	Vale PNA N1	JUN/09	28,00	2,05	2,16	2,48	2,20	+4,26	1,81	2,20	13	5.800
VALEF30	Vale PNA N1	JUN/09	30,00	1,30	1,39	1,45	1,30	-7,14	1,31	1,44	16	307.000
VALEF32	Vale PNA N1	JUN/09	32,00	-	-	-	-	-	0,82	0,93	-	-
VALEF34	Vale PNA N1	JUN/09	34,00	0,53	0,59	0,66	0,58	-23,68	0,52	0,58	10	22.600
VALEF36	Vale PNA N1	JUN/09	36,00	-	-	-	-	-	0,16	0,49	-	-
VALEF38	Vale PNA N1	JUN/09	38,00	-	-	-	-	-	0,10	0,37	-	-
VALEF40	Vale PNA N1	JUN/09	40,00	0,10	0,10	0,10	0,10	-44,44	0,03	0,10	1	1.000
VALEF42	Vale PNA N1	JUN/09	42,00	-	-	-	-	-	0,03	0,07	-	-
VALEI32	Vale PNA N1	SET/09	32,00	-	-	-	-	-	2,80	-	-	-
VALEL26	Vale PNA N1	DEZ/09	26,00	-	-	-	-	-	0,02	20,00	-	-
VALEL30	Vale PNA N1	DEZ/09	30,00	-	-	-	-	-	0,20	-	-	-
VALED19	Valee ON N1	ABR/09	19,00	-	-	-	-	-	7,80	-	-	-
VALED2	Valee PNA N1	ABR/09	32,50	-	-	-	-	-	0,01	0,10	-	-
VALED3	Valee PNA N1	ABR/09	30,50	-	-	-	-	-	0,11	0,27	-	-
VALED89	Valee PNA N1	ABR/09	23,00	-	-	-	-	-	3,51	-	-	-
VALED9	Valee PNA N1	ABR/09	29,00	-	-	-	-	-	0,11	0,99	-	-
VALED90	Valee PNA N1	ABR/09	21,00	-	-	-	-	-	5,01	7,19	-	-
VALED91	Valee PNA N1	ABR/09	19,00	-	-	-	-	-	6,81	-	-	-
VALED92	Valee PNA N1	ABR/09	17,00	-	-	-	-	-	9,01	11,59	-	-
VALED93	Valee PNA N1	ABR/09	27,00	-	-	-	-	-	0,81	1,20	-	-
VALED97	Valee PNA N1	ABR/09	31,00	-	-	-	-	-	0,07	0,29	-	-
VALED98	Valee PNA N1	ABR/09	50,00	-	-	-	-	-	-	0,09	-	-
VALED99	Valee PNA N1	ABR/09	54,42	-	-	-	-	-	-	0,02	-	-
VALEF94	Valee PNA N1	JUN/09	17,00	-	-	-	-	-	9,81	-	-	-
VALEF99	Valee PNA N1	JUN/09	50,00	-	-	-	-	-	-	0,07	-	-
VALEA31	Valee PNA N1	JAN/10	31,00	2,16	2,16	2,16	2,16	-59,09	2,32	-	1	2.000
VCPAD13	Vcpa PN N1	ABR/09	13,00	0,16	0,16	0,16	0,16	+220,00	-	-	1	20.000

Opções de venda

Cód.	Emp./Ação	Vcto.	Preço	Mín.	Méd. (Preços R$)	Max.	Fech.	Oscil. (%)	Compr. (Ofertas)	Venda	Nº (Neg. Realiz.)	Quant.
BBDCP20	Bbdce PN N1	ABR/09	19,99	-	-	-	-	-	0,01	-	-	-
BRMLX10	Brmle ON NM	DEZ/09	10,00	0,48	0,48	0,48	0,48	-	-	-	2	130.000
BRMLM10	Brmle ON NM	JAN/10	10,00	0,52	0,52	0,52	0,52	-	-	-	2	200.000
COCEX24	Cocee PNA	DEZ/09	24,00	3,93	3,93	3,93	3,93	-	-	-	2	10.000
GVTTM22	Gvtte ON NM	JAN/10	22,00	2,04	2,04	2,04	2,04	-	-	-	2	360.000
ITAUP20	Itaue /ed PN N1	ABR/09	19,80	-	-	-	-	-	0,06	-	-	-
OGXPS1	Ogxpe ON NM	JUL/09	600,00	36,03	36,03	36,03	36,03	-	-	-	2	11.000
OGXPM2	Ogxpe ON NM	JAN/10	700,00	-	-	-	-	-	-	130,00	-	-
PCARM27	Pcare PN N1	JAN/10	27,00	1,51	1,51	1,51	1,51	-	-	-	1	135.000
PETRP24	Petre PN	ABR/09	24,00	-	-	-	-	-	0,01	2,00	-	-
PETRP26	Petre PN	ABR/09	26,00	-	-	-	-	-	-	0,65	-	-
PETRP28	Petre PN	ABR/09	28,00	0,59	0,59	0,59	0,59	-30,58	0,20	0,70	3	2.700
PETRP30	Petre PN	ABR/09	30,00	1,65	1,68	2,10	1,65	-23,25	0,01	2,00	6	5.900
PETRP68	Petre PN	ABR/09	22,32	-	-	-	-	-	0,01	-	-	-
PETRQ22	Petre PN	MAI/09	21,32	-	-	-	-	-	0,01	-	-	-
PETRQ28	Petre PN	MAI/09	28,00	-	-	-	-	-	-	1,42	-	-
PETRQ34	Petre PN	MAI/09	34,00	-	-	-	-	-	-	5,50	-	-
SDIAP3	Sdiae PN N1	ABR/09	3,00	-	-	-	-	-	-	0,30	-	-
UGPAM50	Ugpae PN N1	JAN/10	50,00	3,91	3,91	3,91	3,91	-	-	-	1	75.000
USIMP27	Usime PNA N1	ABR/09	27,00	-	-	-	-	-	0,01	-	-	-
VALEP24	Valee PNA N1	ABR/09	24,00	-	-	-	-	-	0,10	0,35	-	-
VALEP26	Valee PNA N1	ABR/09	26,00	0,60	0,68	0,75	0,60	-40,00	0,50	0,70	11	14.100
VALEP30	Valee PNA N1	ABR/09	30,00	-	-	-	-	-	0,01	-	-	-
VALEP92	Valee PNA N1	ABR/09	17,00	-	-	-	-	-	0,07	-	-	-
VALEQ26	Valee PNA N1	MAI/09	26,00	-	-	-	-	-	-	1,95	-	-
VALEQ28	Valee PNA N1	MAI/09	28,00	-	-	-	-	-	-	3,50	-	-
VCPAP10	Vcpae PN N1	ABR/09	10,00	0,04	0,04	0,04	0,04	+300,00	-	-	1	20.000
VCPAP2	Vcpae PN N1	ABR/09	11,50	0,89	0,89	0,89	0,89	-	-	-	1	20.000

Opções de compra de índices

Cód.	Emp./Ação	Mín.	Méd. (Preços R$)	Max.	Fech.	Oscil. (%)	Compr. (Ofertas)	Venda	Nº (Neg. Realiz.)	Quant.
IBOVD42	Ibov IBO	1.330,00	1.340,00	1.350,00	1.330,00	+0,75	-	-	3	200
IBOVD44	Ibov IBO	570,00	571,25	575,00	570,00	-	-	550,00	5	800
IBOVF40	Ibov IBO	4.610,00	4.610,00	4.610,00	4.610,00	-9,60	-	-	2	100
IBOVF48	Ibov IBO	925,00	1.023,44	1.030,00	1.030,00	-6,36	-	-	5	1.600
IBOVF50	Ibov IBO	560,00	560,00	560,00	560,00	+5,66	-	-	2	100
IBOVL1	Ibov IBO	920,00	920,00	920,00	920,00	-6,12	-	-	2	100
IBOVL20	Ibov IBO	4.040,00	4.040,00	4.040,00	4.040,00	+1,00	-	-	2	100

Opções de venda de índices

Cód.	Emp./Ação	Mín.	Méd. (Preços R$)	Max.	Fech.	Oscil. (%)	Compr. (Ofertas)	Venda	Nº (Neg. Realiz.)	Quant.
IBOVP36	Ibove IBO	190,00	190,00	190,00	190,00	-22,44	-	-	2	100
IBOVP40	Ibove IBO	650,00	650,00	650,00	650,00	-31,07	-	-	2	100
IBOVP98	Ibove IBO	285,00	308,33	355,00	285,00	-44,11	-	-	4	300
IBOVR34	Ibove IBO	900,00	900,00	900,00	900,00	+23,96	-	-	2	100
IBOVR35	Ibove IBO	955,00	955,00	955,00	955,00	-14,73	-	-	3	1.500
IBOVR36	Ibove IBO	1.280,00	1.280,00	1.280,00	1.280,00	-11,41	-	-	2	100
IBOVR40	Ibove IBO	2.115,00	2.338,00	2.480,00	2.140,00	-14,40	-	-	7	500

Exercício de opções de compra

Cód.	Emp./Ação	Mín.	Méd. (Preços R$)	Max.	Fech.	Oscil. (%)	Compr. (Ofertas)	Venda	Nº (Neg. Realiz.)	Quant.
PETRD18E	Petr PN	18,00	18,00	18,00	18,00	-	-	-	6	2.000

POP - Proteção do investimento com participação

Cód.	Emp./Ação	Exerc.	Abert.	Mín.	Méd. (Preços R$)	Máx.	Fech.	Oscil. (%)	Compr. (Ofertas)	Venda	Nº (Neg. Realiz.)	Quant.
BBDC77	Bradesco PPJ 70 N1	25,00	26,43	26,43	26,43	26,43	26,43	-	-	-	3	3.700
PETR71	Petrobras PPJ 70	31,00	32,54	32,54	32,70	32,83	32,83	-	-	-	6	13.800
VALE71	Vale R Doce PAJ 70 N1	29,00	30,48	30,48	30,60	30,69	30,69	-	-	-	5	14.500

Certificados de inv., debêntures e outros titulos

Cód.	Emp./Ação	Mín.	Méd. (Preços R$)	Max.	Fech.	Oscil. (%)	Compr. (Ofertas)	Venda	Nº (Neg. Realiz.)	Quant.
FNAM11	Finam Cl *	0,18	0,18	0,18	0,18	-	0,18	0,19	1	6.691
FNOR11	Finor Cl *	-	-	-	-	-	0,51	0,76	-	-
FSRF11	Fiset Fl Ref Cl	-	-	-	-	-	0,13	0,20	-	-
FSPE11	Fiset Pesca Cl	-	-	-	-	-	0,17	0,42	-	-
FSTU11	Fiset Tur Cl	-	-	-	-	-	0,01	0,40	-	-
FRES11	Funres Cl	0,64	0,64	0,65	0,65	+4,83	0,61	0,94	3	15.000

Recuperação judicial

Cód.	Emp./Ação	Mín.	Méd. (Preços R$)	Max.	Fech.	Oscil. (%)	Compr. (Ofertas)	Venda	Nº (Neg. Realiz.)	Quant.
STRP3	Botucatu Tex ON *	-	-	-	-	-	0,16	-	-	-
STRP4	Botucatu Tex PN *	0,26	0,26	0,27	0,27	-	0,26	0,27	10	26.500
CCHI3	Chiarelli ON	0,31	0,32	0,33	0,32	+3,22	0,31	0,33	27	300.000
CCHI4	Chiarelli PN	0,18	0,18	0,18	0,18	-5,26	0,17	0,20	2	20.000
EUCA3	Eucatex ON	-	-	-	-	-	1,85	-	-	-
EUCA4	Eucatex PN	2,49	2,50	2,50	2,50	-	2,11	2,55	3	900
FGUI3	F Guimaraes ON *	-	-	-	-	-	0,30	15,00	-	-
FGUI4	F Guimaraes PN *	0,31	0,32	0,35	0,31	-8,82	0,31	0,32	17	73.000
LCSA3	Parmalat ON	-	-	-	-	-	3,21	3,99	-	-
SNSY3	Sansuy ON	-	-	-	-	-	0,10	2,20	-	-
SNSY5	Sansuy PNA	0,81	0,83	0,86	0,86	+6,17	0,81	0,85	10	32.000
VAGV3	Savarg ON	-	-	-	-	-	0,75	1,30	-	-
VAGV4	Savarg PN	1,09	1,10	1,12	1,09	+0,92	1,09	1,10	51	127.000

Fundo imobiliário

Cód.	Emp./Ação	Mín.	Méd. (Preços R$)	Max.	Fech.	Oscil. (%)	Compr. (Ofertas)	Venda	Nº (Neg. Realiz.)	Quant.
FPAB11	Fii A Branca Cl ER	-	-	-	-	-	221,00	229,00	-	-
ABCP11	Fii Abc Imob Cl ER	5,70	5,70	5,70	5,70	+0,88	5,60	5,75	1	1.000
FAMB11B	Fii Almirant Cl ER MB	2.100,00	2.100,00	2.100,00	2.100,00	+0,73	2.000,00	2.100,00	2	10
BBFI11B	Fii Bb Progr Cl ER MB	1.900,00	1.900,00	1.900,00	1.900,00	+2,86	1.860,00	1.900,00	1	10
HCRI11B	Fii Crianca Cl MB	-	-	-	-	-	221,00	250,00	-	-
HGBS11	Fii Cshgshop Cl ER	-	-	-	-	-	1.270,00	1.400,00	-	-
EURO11	Fii Europar Cl ER	159,99	160,00	160,00	160,00	+4,47	157,00	160,00	2	2
FFCI11	Fii F Center Cl	1,14	1,14	1,14	1,14	-	1,08	1,14	1	33.000
HGRE11	Fii Hg Real Cl ER	-	-	-	-	-	1.040,00	1.052,00	-	-
SHPH11	Fii Higienop Cl	271,00	271,00	271,00	271,00	+0,37	271,01	280,00	1	250
HTMX11B	Fii Hotel Mx Cl ER MB	104,00	104,00	104,00	104,00	+0,44	104,00	-	1	87
FJKI11	Fii Jk Imob Cl ER	-	-	-	-	-	1,82	2,05	-	-
NSLU11B	Fii Lourdes Cl ER MB	-	-	-	-	-	155,11	180,00	-	-
FMOF11	Fii Memorial Cl ER	-	-	-	-	-	94,00	-	-	-
EDFO11B	Fii Ourinvest Cl ER MB	-	-	-	-	-	170,00	-	-	-
PABY11	Fii Panamby Cl	-	-	-	-	-	170,00	-	-	-
FLMA11	Fii S F Lima Cl	-	-	-	-	-	0,82	0,85	-	-
ALMI11B	Fii Torre Al Cl ER MB	1.430,01	1.430,01	1.430,01	1.430,01	+0,75	1.427,00	1.464,00	3	32
TRNT11B	Fii Torre No Cl MB	-	-	-	-	-	118,00	123,00	-	-
WPLZ11B	Fii W Plaza Cl MB	100,00	100,00	100,00	100,00	-	98,60	101,00	2	416

(*) Lote de mil – (@) Ações do Ibovespa – ($) Ref. em Dólar – (&) Ref. em IGP-M
(N1) – Empresas que aderiram ao (NÍVEL 1) de Governança Corporativa. **(N2)** – Empresas que aderiram ao (NÍVEL 2) de Governança Corporativa. **(NM)** – Cias. Novo Mercado. **Obs:** Estes dados referem-se aos negócios realizados ontem. Horário de coleta das informações: 19:00hs., estando sujeito a ajustes de operações no horário regular e no After Market.

Ibovespa

Índice BM&FBovespa - 01/04/09

(Contrato = cotação a futuro x R$1,00; cotação = pontos do índice).

Venc.	Contr. Abt.(*)	Nº Negs.	Contr. Neg.	Vol. (R$)	Abt.	Mín.	Máx.	Méd.	Últ.	Ajust.	Oscil.
Abr/09	109.956	4.332	68.400	2.838.814.080	40.650	40.280	42.230	41.503	42.180	42.129	+2,6
Jun	9.365	10	540	22.855.500	41.700	41.700	42.700	42.325	42.700	42.711	+2,6
Ago	700	-	-	-	-	-	-	-	-	43.231	+2,6

Índice Bovespa a vista: Fechamento = 41.976 variação = +2,57%

(*) Contratos em aberto na abertura do dia

Movimento das ações dos índices

Em 01/04/2009

Comportamento	Ibovespa	IBX	IEE	IVBX-2	FGV 100	FGV 100 E
Altas	55	81	15	40	75	76
Baixas	8	15	0	9	22	21
Estáveis	2	3	0	1	2	2
Não negociadas	0	0	1	0	1	1
Total	**65**	**99**	**16**	**50**	**100**	**100**

Em 31/03/2009

Comportamento	Ibovespa	IBX	IEE	IVBX-2	FGV 100	FGV 100 E
Altas	46	69	10	39	63	63
Baixas	16	25	6	9	32	33
Estáveis	3	5	0	2	5	4
Não negociadas	0	0	0	0	0	0
Total	**65**	**99**	**16**	**50**	**100**	**100**

Fonte: BM&FBovespa, FGV e Valor Data.

Nota da Redação: A relação completa de tabelas da CBLC pode ser consultada no site www.cblc.com.br

EU& Livros

EMPREENDEDORES

Boas ideias são importantes, mas não garantem nada

Lições de casa para o sucesso sempre terão páginas exclusivas, escritas pela primeira vez. Por **João Luiz Rosa**, de São Paulo

"Startup"
Jessica Livingston. Agir, 287 págs.

Vários mitos cercam as empresas de tecnologia e seus criadores. Eis alguns deles:

1- Os fundadores dessas companhias são "nerds" que não conseguiam namorada no colégio e, por isso, criaram negócios milionários mais tarde, como uma espécie de "vingança cósmica".

2- Todos começaram na garagem de seus pais — e onde mais um "nerd" começaria?

3- São gênios que certa manhã acordaram com uma ideia brilhante na cabeça — aquele tipo de iluminação que você nunca terá e, por isso mesmo, jamais ficará tão rico quanto eles.

4- Nenhum deles concluiu a universidade. E por que deveriam? Eles são gênios...

Se você já cedeu à tentação de acreditar em algo parecido com isso, leia "Startup: Fundadores da Apple, do Yahoo!, Hotmail, Firefox e Lycos Contam como Nasceram suas Empresas Milionárias". O longo título explica o que o livro é: entrevistas com gente como a citada na capa, além de outros magos da tecnologia, como Steve Wozniak (Apple); Mize Lazaridis (RIM, dona do BlackBerry), Paul Buchheit, (Gmail) e Steve Perlman (WebTV).

Jessica Livingston fez a escolha certa ao publicar as histórias na forma de entrevistas do tipo pergunta e resposta. Ao optar pelo formato, ela evita o risco de escrever um livro de auto-ajuda empresarial do tipo "Faça como fulano e fique rico você também". São aqueles volumes enfadonhos que tentam resumir em dez lições os procedimentos que levaram alguém a ser bem-sucedido. Como se as histórias pudessem ser repetidas automaticamente pelos candidatos a empreendedor, independentemente das condições ao seu redor...

"Startup" — o nome dado às companhias iniciantes nos Estados Unidos —, tem outra abordagem: mostra que há, sim, pontos de contato entre as trajetórias de todos esses personagens, mas deixa em relevo as características que tornam suas histórias diferentes umas das outras. O resultado final, extraído da comparação entre as várias entrevistas do livro, é a demolição de mitos.

As tão celebradas garagens, por exemplo, aparecem em alguns depoimentos, mas nem sempre de maneira relevante. "Nunca fizemos grande coisa na garagem [dos pais de Steve Jobs]", conta Steve Wozniak sobre o início da Apple. Os projetos dos computadores Apple I e II (os primeiros da companhia) foram feitos em seu apartamento, na cidade de Cupertino, e na baia que ele ocupava na Hewlett-Packard (HP), onde trabalhava na época, conta Wozniak no livro.

O depoimento do co-fundador da Apple também ajuda a desfazer um mal-entendido sobre a importância da faculdade — ou a falta dela — para o pessoal da alta tecnologia. "Não saí, nem abandonei a faculdade", responde Wozniak, quando a autora pergunta sobre o assunto.

Em duas oportunidades, Wozniak deixou as salas de aula para procurar emprego e financiar o curso. Depois veio a Apple, o que o impediu de voltar a estudar, apesar de sua vontade. "Em 1981, sofri um acidente de avião que me deixou com amnésia", relata Wozniak. "Cinco minutos depois de voltar da amnésia, compreendi que era hora de voltar à faculdade. E me formei."

Outro ponto: muitas ideias consideradas brilhantes não nasceram acabadas. Foram concebidas como subproduto de ambições originais. Sabeer Bhatia e Jack Smith sonhavam com um banco de dados pessoais baseado na internet, que batizaram de Javasoft, mas o plano esbarrou no programa de proteção de seu empregador na época. "Queríamos acessar nossos e-mails pessoais de dois lugares: de casa e do trabalho. E, no trabalho, não podíamos", relembra Bhatia. Criaram, então, um sistema para acessar as mensagens a partir da web, sem instalar qualquer software no computador. Nascia o Hotmail, mais tarde adquirido pela Microsoft por US$ 400 milhões.

O site de compartilhamento de fotografias Flickr teve um início parecido. Caterina Flake e seus dois sócios — incluindo o marido Stewart Butterfield —, criaram primeiro o jogo on-line Neverending e só se dedicaram ao Flickr como um recurso adicional do game. À medida que a novidade ganhava importância, perceberam onde estava a oportunidade real de negócios. O Flickr foi comprado pelo Yahoo em 2005.

Há outros episódios semelhantes no livro, do browser Firefox — que só entrou na mira dos criadores Blake Ross e Dave Hyatt depois que eles se frustraram com as restrições impostas à renovação do programa de navegação da Netscape —, ao serviço de pagamento on-line PayPal, que saiu do papel depois de os fundadores Max Levchin e Peter Thiel quebrarem a cabeça com outras ideias, incluindo um software de criptografia e um serviço de remessa de dinheiro.

As entrevistas também mostram que só uma boa ideia nem sempre é suficiente. Esse é um dos pontos mais importantes para quem pensa em montar seu próprio negócio no Brasil.

Em geral, os empresários apresentados no livro começaram tocando seus projetos no tempo livre que sobrava de seus empregos formais. O impulso para embarcar de vez no próprio negócio só veio depois de um investimento externo, cujos valores variam bastante. Os fundadores do Flickr tiveram a chance, mas não pegaram dinheiro dos fundos de "venture capital". Preferiram os "investidores-anjo" — gente comum que costuma despender uma pequena quantia em vários projetos iniciantes. É essa categoria de investidor que mais falta no Brasil, o que talvez explique uma certa timidez nos processos de inovação. Já o Yahoo, conta Tim Brady, primeiro funcionário da companhia, recebeu de uma vez US$ 1 milhão da Sequoia Capital.

Independentemente do volume de dinheiro, essas empresas só se tornaram o que são hoje graças ao olhar atento dos capitalistas. É uma lição a aprender: se a obstinação dos empreendedores é vital, igualmente importante é criar um ambiente de negócios favorável, que não desperdice uma boa ideia e um bom time.

BLOOMBERG

Caterina Flake, que criou o Flickr: negócio descoberto por puro acaso

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Quem ganha quando a desigualdade é menor?

"The Spirit Level: Why More Equal Societies Almost Always Do Better"
Richard Wilkinson e Kate Pickett. Allen Lane, 320 páginas

John Kay
Financial Times

Por mais de duas décadas fomos encorajados a acreditar que a prosperidade de poucos serve, afinal, ao benefício de todos. Não deveríamos almejar os bônus pagos aos executivos de bancos ou os bilhões dos oligarcas. Suas ações nos beneficiam a todos. Em 2009, essa argumentação parece menos persuasiva. Agora que os contribuintes entram com mais bilhões para socorrer instituições financeiras no mundo, e o crescimento econômico na Rússia e na China torna-se incerto, é o momento adequado para discutir de novo uma distribuição de riqueza mais equânime.

O nome de Richard Wilkinson é associado, há bastante tempo, aos importantes e rigorosos estudos dos fatores determinantes da saúde, dos quais Sir Michael Marmot foi um pioneiro, em 1967. Essas análises da experiência vivida por servidores públicos britânicos ao longo de várias décadas mostram que a incidência de doenças e mortalidade, mesmo entre pessoas com emprego e renda assegurados, é significativamente afetada pela classe social e posição econômica. O próprio Wilkinson tem sido um ativo crítico das desigualdades na saúde — desigualdades em saúde física, ou seja, não apenas desigualdades em serviços de saúde - desde os anos 1970.

Em "The Spirit Level", Wilkinson e a co-autora Kate Pickett tentam identificar implicações mais amplas. Argumentam que, entre os países ricos, aqueles com menos desigualdade de renda apresentam melhores resultados numa ampla variedade de indicadores sociais. A afirmação está fundamentada em evidências diversas, como felicidade declarada, mortalidade, obesidade, gravidez entre jovens, mobilidade social, uso de drogas e incidência de violência.

O livro provavelmente vai irritar a maioria dos economistas, inclusive aqueles que, como eu, têm simpatia por sua tese principal, e acreditam que o sucesso econômico tem raízes culturais. A irritação vem, em parte, da superficialidade dos dois capítulos sobre políticas, que fazem uma enovelada conexão com mudança climática e defendem com eloquência o controle das empresas pelos trabalhadores.

Mas um maior motivo para irritação é a crença do autor de que a aplicação de métodos de regressão às estatísticas econômicas e sociais é tão recente na ciência social como parece ser na medicina. A comprovação apresentada no livro está principalmente numa série de diagramas e uma curva de regressão que os atravessa. Não há dados sobre equações ou testes estatísticos relevantes. Se você remove as curvas mais destacadas do diagrama, o padrão de pontos parece aleatório e os dados se mostram dominados por uns poucos números dispersos.

Os Estados Unidos, o mais desigual dos países considerados, posiciona-se mal em praticamente todos os indicadores sociais apresentados. O Japão, classificado como um dos mais igualitários, tem longa expectativa de vida, pequena população carcerária e baixos níveis de violência. Na Europa, os países escandinavos distinguem-se por altos níveis de igualdade e desempenho social. Essas observações provavelmente respondem pela maior parte das constatações de Wilkinson e Pickett.

Não é o caso, porém, de diminuir a significância da questão. O argumento contém um forte elemento a considerar em qualquer simples equação de progresso social e aumento do PIB. Mas as relações causais envolvidas são complexas. Vários fatores diferenciam Estados Unidos, Suécia e Japão. O "World Values Study", de Ronald Inglehart e associados, ora em elaboração, é provavelmente a mais cuidadosa tentativa de classificar as diferentes culturas de sociedades avançadas. Essas diferenças se exprimem em indicadores sociais e de desigualdade.

Uma conclusão óbvia é que várias sociedades têm bom desempenho nos termos de seus próprios critérios. Estados Unidos, Suécia e Japão são simplesmente diferentes entre si — suas conquistas não são realmente mensuráveis. Mas Wilkinson e Pickett não se contentam com esse posicionamento relativista. O subtítulo — "Sociedades mais igualitárias quase sempre saem-se melhor" — é uma afirmação universalista. A direita política afirma frequentemente que a desigualdade cria melhores condições de êxito para todos, mesmo que a maior parte dos benefícios vá para os ricos. Wilson e Pickett afirmam, em vez disso, que é a igualdade que cria melhores condições de êxito para todos, mesmo que a maior parte dos benefícios vá para os pobres.

Os autores oferecem alguns argumentos e números em apoio de sua proposição. Taxas de mortalidade entre homens em idade de trabalho são mais baixas na Suécia igualitária do que nas menos igualitárias sociedades inglesa e galesa. Essas taxas de mortalidade são mais baixas não apenas nas classes sociais mais baixas, mas em todas as classes sociais, embora a diferença em mortalidade nas classes sociais mais altas seja menos marcante. Wilkinson e Pickett oferecem uma explicação biológica para sua observação: maior igualdade social implica menos tensionamento social, não apenas para os pobres, mas para todos.

Mas eles não dispõem de números para sustentar a afirmação mais geral de que a igualdade beneficia tanto ricos, como pobres. Deveriam mostrar, por exemplo, não apenas que os níveis médios de educação são mais elevados em sociedades igualitárias, mas que os níveis de educação de crianças de famílias ricas são mais altos em sociedades mais igualitárias. No paradoxal mundo moderno em que a obesidade é um problema maior entre os pobres do que entre os ricos, eles deveriam mostrar que não apenas os pobres, mas também os ricos, são mais gordos quando os recursos são distribuídos de modo mais equânime. Mas não fazem isso.

E provavelmente não podem fazê-lo. Suspeito que a afirmação de que a igualdade beneficia a todos simplesmente não é defensável. Americanos ricos podem sofrer menos "stress" e podem estar sujeitos a maior risco de serem vítitimas de crimes, e estão cercados por uma infra-estrutura em frangalhos. Mas pessoas afluentes nos Estados Unidos acreditam que seu padrão de vida material mais alto e as maiores oportunidades oferecidas a suas crianças lhes dão melhores condições de sucesso. É muito difícil apresentar um argumento convincente de que estão erradas.

Então, deveríamos continuar acreditando que os bônus pagos aos executivos de bancos e os absurdos pacotes de remuneração para CEOs são ruins para a sociedade, não que são ruins para os executivos de bancos e CEOs. Esse argumento é muito mais fácil de apresentar do que há um ou dois anos.

Biblioteca

"O Empreendedor"
Ronald Jean Degen. Pearson/Prentice Hall. 440 págs.

Um livro para quem queira "empreender como opção de carreira", diz o subtítulo, que atualiza e complementa o anterior "O Empreendedor: Fundamentos da Iniciativa Empresarial", de 1989. É um guia para montar um negócio próprio, vencer as dificuldades e administrar os riscos, diz-se na introdução, trazendo acréscimos relacionados à evolução dos fundamentos da iniciativa empresarial decorrentes da "revolução da informação" e à difusão dos preceitos e práticas do chamado desenvolvimento sustentável.

O site de apoio oferece, para professores, apresentações em PowerPoint e proposta de como usar o livro em aula; para estudantes há um "memorial", constituído de fotos, imagens e links úteis.

"A Tirania do Petróleo"
Antonia Juhasz. Tradução de Carlos Szlak. Ediouro. 431 págs.

Diz o subtítulo: "A Mais Poderosa Indústria do Mundo e o que Pode Ser Feito para Detê-la". Está declarado o espírito deste livro, assumidamente ativista, voltado para a revelação das malfeitorias da indústria americana de petróleo, vindo de longe, desde o nascimento da Standard Oil. A autora fala com entusiasmo da subida de Barack Obama ao poder, vendo-o como um presidente disposto a mexer nos interesses das "Big Oil", para benefício global. E oferece a ele "um roteiro detalhado em relação tanto às políticas a serem revogadas quanto às políticas a serem implantadas de uma nova maneira, criando a mudança em política energética exigida atualmente pelo mundo" — incluindo a dissolução de empresas.

Mais vendidos*

Livros de economia e negócios

1º	**"O Monge e o Executivo"** James C. Hunter, Sextante, R$ 19,90
2º	**"A Cabeça de Steve Jobs"** Leander Kahney, Agir, R$ 36,90
3º	**"Casais Inteligentes Enriquecem Juntos"** Gustavo Cerbasi, Gente, R$ 32,90
4º	**"A Arte da Guerra"** Sun Tzu, Jardim dos Livros, R$ 34,90
5º	**"O Segredo de Luisa"** Fernando Dolabela, Sextante, R$ 34,90
6º	**"Os Segredos da Mente Milionária"** T. Harv Eker, Sextante, R$ 19,90
7º	**"Networking"** Michael Dulworth, Larousse do Brasil, R$ 22,50
8º	**"Superdicas para Vender e Negociar Bem"** Carlos Alberto Júlio, Saraiva, R$ 10,90
9º	**"O Código da Inteligência"** Augusto Cury, Thomas Nelson Brasil, R$ 29,90
10º	**"Pergunte ao Max"** Max Gehringer, Globo, R$ 19,90

Fonte: Livraria Cultura, Saraiva, Siciliano e Submarino. Elaboração: Valor Data * Entre 23/03/09 e 29/03/09
Obs: Preços sugeridos pelas editoras.